



Henri Daniel-Rops

A Vida Diária nos tempos de JESUS


VIDA NOVA

*A*Vida Diária
nos tempos de
JESUS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Daniel-Rops, Henri, 1901-1965.

A vida diária nos tempos de Jesus/Henri Daniel-Rops; tradução Neyd Siqueira. — 3ª ed. rev.— São Paulo : Vida Nova, 2008.

Título original: La vie quotidienne en Palestine au temps de Jesus.
ISBN 978-85-275-0392-1

1. Bíblia N. T. - História dos eventos bíblicos
2. Bíblia N. T. - História de eventos contemporâneos I. Título.

08-04703 CDD-225.95

Índices para catálogo sistemático:

1. Novo Testamento: História de fatos contemporâneos 225.95

*A*Vida Diária
nos tempos de
JESUS
Henri Daniel-Rops

Tradução
Neyd Siqueira

3ª edição

VIDA NOVA

Copyright © 1961 Librairie Hachette

Originalmente publicado pela Librairie Hachette, sob o título *La Vie Quotidienne en Palestine au Temps de Jésus*

1ª edição: 1983

2ª edição: 1986

Reimpressões: 1987, 1988, 1991

3ª edição: 2008

Reimpressões: 2009, 2012, 2015

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados por SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA

Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970

www.vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meios mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos, gravação, estocagem em bancos de dados, etc. a não ser em citações breves com indicação de fonte.

ISBN 978-85-275-0392-1

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marisa Lopes

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

REVISÃO

Ubevaldo G. Sampaio

DIAGRAMAÇA

Kelly Christine Maynarte

CAPA

OM DESIGNERS GRÁFICOS

Contracapa

Quem de nós nunca teve a curiosidade de saber como era o cotidiano de Jesus? Qualquer pessoa que leia e estude a Bíblia e, em especial os Evangelhos, quer saber como era o ambiente, o costume e a cultura que constituía o dia-a-dia do Filho do Homem.

Nesta obra, o leitor encontrará, além dessas informações, uma riqueza de detalhes sobre os contextos geográfico, social e político da Palestina no alvorecer do cristianismo. Detalhes que são extremamente relevantes para a compreensão dos eventos narrados pelos Evangelhos.

Embora o livro seja de uma incontestável erudição, Daniel-Rops se preocupou em abordar o tema numa linguagem clara e empolgante. O leitor facilmente se envolverá com as inúmeras ilustrações e explicações dos rituais, dos hábitos, das obrigações, entre outras coisas que envolvem o contexto do judaísmo do primeiro século.

Quem já leu outras obras desse autor sabe que se trata de um escritor magistral. Não é à toa que ele foi escolhido para fazer parte do seleto hall de eruditos da Academia Francesa de Letras.

É com imensa satisfação que Edições Vida Nova traz de volta este clássico, desejando que ele seja mais uma ferramenta eficaz para auxiliar aqueles que desejam proclamar a mensagem do evangelho com profundidade e sabedoria.

Orelhas

"Esta é uma obra altamente recomendada aos que desejam se aperfeiçoar no conhecimento das riquezas do ambiente do Novo Testamento. Estamos diante de uma ferramenta fundamental ao estudo eficaz da Bíblia, pois nesta pesquisa esclarecedora, o autor Daniel-Rops nos ajuda a compreender melhor a sociedade agropastoril do primeiro século, de modo que se possa realizar uma correta aplicação das Escrituras Sagradas em nossa sociedade moderna".

Marcos de Almeida

Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie, pastor da IBEC e professor do Seminário Teológico do Betel Brasileiro nas disciplinas de Grego, Exegese, Método de Estudo Bíblico. "Recomendo este livro ao pastor, ao professor e aos cristãos que desejam dar um grande passo à frente no conhecimento do pano de fundo do Novo Testamento, e na ambientação com os costumes e estilo de vida dos contemporâneos de Jesus".

Russell P. Shedd

PhD em Novo Testamento pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Fundador de Edições Vida Nova. Lecionou na Faculdade Teológica Batista de São Paulo; é aclamado no Brasil e exterior como conferencista, falando em congressos, igrejas, seminários e faculdades de Teologia.

Henri Daniel-Rops

(1901-1965) foi historiador francês e diretor da revista parisiense *Ecclesia*. Tornou-se mundialmente conhecido pelos onze tomos de *História da Igreja de Cristo* já publicados no Brasil. Em 1955, entrou para a Academia Francesa de Letras.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

PARTE I - UMA TERRA E SEU POVO

UM - O CONTEXTO GEOGRÁFICO

DOIS - O CONTEXTO HUMANO

TRÊS - O CONTEXTO POLÍTICO

QUATRO - JERUSALÉM

PARTE II - NOITES E DIAS QUE BEEDIZEM O SENHDR

CINCO - UM FILHO DE ISRAEL

SEIS - A FAMÍLIA, “MEU OSSO E MINHA CARNE”

SETE - ALTO E BAIXO, RICO E POBRE

OITO - AS EXIGÊNCIAS IMPERIOSAS DA SOCIEDADE

NOVE - AS TÁBUAS DO CÉU E OS CÁLCULOS HUMANOS

DEZ - CAMA E MESA

ONZE - “COM O SUOR DO TEU ROSTO”

DOZE - DE MERCADORES A SALTEADORES

TREZE - A PALAVRA FALADA E A ESCRITA

CATORZE - LETRAS, ARTES E CIÊNCIAS

QUINZE - HÁBITOS E COSTUMES; HIGIENE PESSOAL; DIVERSÕES

DEZESSEIS - QUANDO A CANÇÃO DO PÁSSARO SE ESVAI

PARTE III - UM POVO E O SEU DEUS

DEZESSETE - A ERA DE DEUS

DEZOITO - AS MORADAS DE DEUS

DEZENOVE - OS HOMENS DE DEUS

VINTE - A FÉ DE ISRAEL E A VINDA DO MESSIAS

CONCLUSÃO - JESUS ENTRE SEU POVO E EM SEU TEMPO

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFÁCIO

Uma viagem até Israel é um sonho de muitos cristãos. A distância enorme que separa o Brasil da Palestina, e o preço exorbitante de uma passagem, impossibilitam a realização de uma viagem dessas a todos que não pertencem à faixa afluyente da sociedade.

A leitura de *A Vida Diária nos Tempos de Jesus*, evidentemente, não oferece todas as vantagens que uma visita ao Oriente Médio proporcionaria, mas seguramente é a melhor opção para quem não tem condições de conhecer pessoalmente a terra de Jesus. Por outro lado, o turismo na Terra Santa não oferece os grandes benefícios que uma caminhada demorada pelas páginas de *A Vida Diária nos Tempos de Jesus* dará ao leitor. O prof. Daniel-Rops não só traz a Palestina até nós, como também nos transporta através dos séculos até os tempos e sociedade em que Jesus viveu.

Frequentemente observamos referências à cultura judia, contemporânea de Jesus e dos discípulos, no Novo Testamento. Daniel-Rops esclarece as várias facetas da vida do dia a dia na época de Jesus: educação de filhos, casamento, pobreza, riqueza, comida, trabalho, escrita, doenças, morte, religião, enfim, tudo que esclarece como viviam os homens e mulheres na Palestina há dezenove séculos no passado. O leitor terá a felicidade de descobrir a prazerosa leitura em que se aprende tanto, sem esforço, porque o autor é, também, um excelente escritor.

Recomendo este livro ao pastor, ao professor e aos cristãos que desejam dar um grande passo à frente no conhecimento do pano-de-fundo do Novo Testamento, e na ambientação com os costumes e estilo de vida dos contemporâneos de Jesus.

Russell P. Shedd

PARTE UM

UMA TERRA E SEU POVO

Dar-te-ei a terra de Canaã, como quinhão da
vossa herança (Sl 105. 11]

CAPÍTULO UM - CONTEXTO GEOGRÁFICO

PALESTINA

Para o homem de nossos dias este nome tem um sentido muito exato: representa um país que qualquer um pode facilmente indicar no mapa, um país situado na extremidade ocidental da Ásia, naquela região chamada pelos europeus de Oriente Próximo. Um modesto retângulo limitado pelos paralelos 31° e 33°, longitude norte, e pelos meridianos 34° e 36° leste, contém este país. Ele vai das montanhas da Síria até as estepes do Neguebe; do grande deserto da Arábia às costas do Mediterrâneo.¹ Palestina... o nome está tão carregado de história, de esplendor e simbolismo, tão firmemente plantado na memória da humanidade, que sobreviveu a todas as mudanças dos séculos e ainda hoje é atual, apesar das decisões políticas que dividiram e fragmentaram a Terra Santa.

Todavia, por mais surpreendente que possa parecer, o termo estava longe de ser comum há dois mil anos. De todo modo, jamais teria ocorrido ao povo que ali vivia, os nativos, chamar seu país de Palestina. A Bíblia não menciona essa palavra. Cerca de quinze vezes² no Antigo Testamento, a Bíblia, na sua versão latina, a Vulgata, fala dos palestinos e do país em que vivem. Fica, porém, perfeitamente claro que isso não se refere à Palestina atual em sua íntegra nem ao povo de Israel. Esses palestinos são os filisteus, e é assim que as edições recentes traduzem a expressão. Filisteus: isto é, os aventureiros, os piratas que surgiram como vanguarda da invasão ariana no século XII a.C.; aqueles que o Faraó Ramsés III conquistou sob o nome de “Povos do Mar”; os que se estabeleceram na planície costeira de Sarom e a quem os hebreus, que saíram do Egito, tiveram de combater ferozmente nos dias de Sansão, o juiz, e dos reis Saul e Davi.³ Para os israelitas, portanto, o *Pelescheth* não passava de um distrito de sua terra, que reteve o nome de um inimigo derrotado. Mas os navegadores gregos, que comerciavam com os portos da costa filisteia, passaram a chamar o todo pelo nome da parte que conheciam e a aplicar *Palaistine* ao país inteiro: isto se tornou uso corrente no mundo greco-romano e assim chegou até nós.

Se as pessoas que viviam na Palestina nos tempos de Jesus não a chamavam por este nome, qual era então o nome que lhe davam? Nos contextos cerimoniais, religiosos e históricos, diziam Terra de Canaã. A expressão é usada quase cem vezes⁴ na Bíblia, significando uma nação ou um país. Esta é também uma situação surpreendente, pois os cananeus, o povo de Canaã, tinham sido

igualmente inimigos dos hebreus.⁵ Segundo a tradição bíblica eles descendiam de Cão, o segundo filho de Noé, enquanto o ancestral de Israel foi o seu filho mais velho, Sem.⁶ De fato, o termo abrangia todo o complexo aglomerado de tribos mediterrâneas, semíticas ou armenóides que viviam na região “de Sidom a Gaza, até pontos remotos como Gerar e Sodoma”, antes da chegada de Josué e seus exércitos. Os cananeus eram quem ocupavam principalmente as cidades, por eles fortificadas, as quais os juízes de Israel tiveram tanta dificuldade em sitiar. O nome deles era derivado de *kinahha* na língua fenícia, a tinta púrpura dos antigos, um artigo importante no comércio da época. Os israelitas então, ao chamar seu país de Canaã, destacavam o fato de terem conquistado essa terra pela força, porque Deus lhes concedera.

Eles faziam também uso de outras expressões que evocavam o esplendor do seu passado e seu significado sob a providência divina. *Terra Prometida* era uma delas, em memória da aliança entre Abraão e Javé, confirmada por toda a história do Povo Escolhido: o termo é também mencionado na Epístola aos Hebreus.⁷ *Terra Santa* era outra, tornada comum pelo profeta Zacarias.⁸ Poderia supor que Terra de Israel fosse bastante usual, mas embora o apóstolo Mateus faça uso dela em seu evangelho quando fala da volta de Jesus do Egito, quando ainda criança⁹, este não é o caso. *Terra de Judá*, por outro lado, deve ter sido bem generalizada, pois consta mais de uma centena de vezes na Bíblia, indicando não simplesmente a Judéia, mas toda a Palestina. No entanto, a mais bela, a mais profunda, é aquela encontrada no Talmude, particularmente naquelas partes escritas pelos rabinos da Babilônia, longe da terra de seus pais — *a Terra*, o país no mais elevado sentido da palavra, a terra de Deus.¹⁰

Quando aqueles israelitas de há dois mil anos falavam de seu país, que extensão de território tinham em mente? O que era a Terra de Israel? Ela não abrangia todos os países da Bíblia: mesmo sem contar aquelas partes das Escrituras que se desenrolam em lugares estranhos como a Mesopotâmia, Egito e até mesmo a Pérsia, existem muitas coisas no Antigo Testamento que têm lugar em pontos que os judeus dos dias de Cristo jamais pensariam que lhes pertencesse. A região de Padã-Arã, por exemplo, a “terra dos pais”, no sopé das montanhas Anti-Taurus, onde Abraão peregrinou durante sua migração divinamente inspirada e onde Jacó foi buscar esposa.¹¹ Eles sabiam perfeitamente naqueles tempos longínquos que não passavam de peregrinos naquela terra — ela não lhes pertencia. Por outro lado, nunca tinham afirmado que o seu próprio país, a Terra Prometida, fosse simplesmente aquele distrito insignificante de menos de 2.000 km² ao redor de Jerusalém, a que ficou limitado “todo o remanescente de Israel”, quando voltaram da Babilônia nos dias

de Zorobabel depois da terrível provação do Exílio.¹² Absolutamente. A Terra Santa abrangia substancialmente toda a extensão de terra que fora governada pelo rei mais poderoso da história bíblica, Salomão, quando, cerca do ano 1.000 a.C, seu poder indiscutível se estendia “de Dã até Berseba” conforme diz o ditado, isto é, das vizinhanças do Monte Hermom ao Wadi Ghuzza, e na direção leste até as estepes de Moabe. Dois séculos antes de Cristo, depois da heroica batalha dos Macabeus, dois famosos conquistadores, João Hircano e Alexandre Janeu¹³ tinham quase reconstruído o reino desse sábio soberano mediante uma série de rápidas vitórias que lhes entregou nas mãos Samaria, Galileia, a planície costeira e uma grande parte da Idumeia e Transjordânia. Tratava-se então, essencialmente, da Palestina de nossos dias. Ela fora ocupada no ano 63 a.C. por Pompeu e suas legiões; e a administração romana, tomando a parte pelo todo, a chamou de Judéia.

Mesmo em seu período de máximo esplendor, a Palestina, a terra de Canaã, continuou sendo um país pequeno. Os rabinos do Talmude, que no auge do seu entusiasmo lhe concederam liberalmente uma extensão de 2.250.000 milhas quadradas¹⁴ — milhas romanas — não devem ser considerados literalmente. De fato, a área, mesmo contando uma boa parte das estepes do outro lado do Jordão, não excedia em muito 8.500 milhas quadradas: quase o mesmo que o País de Gales, a Bélgica ou a Sicília. Jerônimo, que viveu longo tempo perto de Belém e que conhecia perfeitamente o país, calculou sua extensão do norte até o sul como não sendo maior do que cento e sessenta milhas romanas que se comparam a cerca de cento e quarenta e cinco milhas inglesas, ou seja, a distância de Londres a Exeter, ou de Florença a Roma.

Quanto à largura, este mesmo Pai da Igreja desistiu de medi-la, pois achou terrivelmente excessiva a desproporção entre a insignificância física da Terra Santa e seu significado espiritual.¹⁵ Do Mediterrâneo a Ghor, do Jordão, ela varia de 25 milhas ao norte até a sua maior largura de 87 junto ao Mar Morto. A fim de compreender melhor a vida na Palestina é essencial lembrar que as distâncias são mínimas. Um andarilho comum pode ir de “Dã a Berseba” numa semana; dois dias são suficientes para uma viagem de Nazaré a Jerusalém; e mal se precisa descer para ir da cidade santa a Jericó. Isto explica os movimentos contínuos de que as Escrituras falam e as comunicações entre distritos.

Por esta razão os israelitas conheciam bem o seu país, e o amavam. Eles o conheciam sob todos os seus aspectos, como um fazendeiro conhece o menor campo em suas terras. Esta nação, ligada ao solo durante pelo menos doze séculos, tinha por ele um amor expresso de maneira delicada e comovente em muitos pontos da Bíblia. Livros inteiros — os Cantares de Salomão, por exemplo — estão repletos daquele sentimento poético pela terra natal que somente um

amor profundo e penetrante pode transmitir. Ao serem levados de seu país, os filhos de Israel não conseguiram encontrar palavras suficientemente tocantes para exprimir sua tristeza. “Sinto abatida dentro em mim a minha alma; lembro-me, portanto, de ti, nas terras do Jordão e nos montes do Hermom, no outeiro de Mizar¹⁶” E mais ainda lamentavam os judeus exilados junto às águas da Babilônia no período de sua grande provação.¹⁷ Este amor a uma terra era maior do que o amor terreno pela terra em si: era sinal de uma fé eterna.

A BELEZA E A DIVERSIDADE DA TERRA SANTA

Como os israelitas poderiam deixar de amar sua terra? A Palestina é um país maravilhoso, cuja beleza impressiona ainda hoje quem a visita. Quão maior deve ter sido sua beleza antes que séculos de governo turco tivessem provocado o desaparecimento de tantas florestas e plantações, e antes que as instalações industriais levantassem suas torres, seus guindastes e suas chaminés, nos lugares marcados com o selo de Deus.

O perfil das colinas em toda parte é tão singular, puro e delicado que parece desenhado por mão de artista; existe ali uma perfeição somente comparável à de Atenas. Onde quer que seja, a relação dos planos, as distâncias remotas, imprimem uma harmonia secreta sobre a mente e a fazem voltar-se para a eternidade. Sob o céu azul profundo as cores fulgem com extraordinária riqueza — o vermelho da terra dos vinhedos, o verde delicado das hortas, o ouro pálido da cevada madura, o amarelo-tostado do deserto; e sob o sol todas essas cores contrastantes se fundem num só brilho quente, e na sombra nos tons violeta do bronze. E para tornar ainda mais evidente a harmonia, aqui e ali grupos de ciprestes escuros se integram na paisagem; ou, de repente, a superfície trêmula dos olivais ressalta em azul.

Poucos países mostram tanta diversidade em tão pequena extensão. Em poucas horas podemos ir das praias de um lago que poderia estar no paraíso à confusão amedrontadora dos cumes de montanhas, ravinas ressequidas e sopés dos montes cobertos de cardos, onde o bom samaritano ajudou a um homem ferido que estava caído ao lado da estrada. Trinta quilômetros adiante, a mesma depressão apresenta a visão estimulante de uma floresta digna das savanas africanas, assim como a de um lugar horrível onde não existe vida e onde, sob um céu escaldante, a superfície metálica do lago brilha lá do fundo dos precipícios nus que o rodeiam. Um passeio de uma hora nos leva de uma das planícies mais férteis às montanhas desnudas onde pastam ovelhas: e as caravanas, castigadas pelo vento quente do deserto, ganhavam novo ânimo ao divisar a neve que resplandecia sobre o Monte Hermom.

A estrutura física da Palestina nos dias de Cristo era sem dúvida a mesma que conhecemos hoje: a face da terra não muda muito em apenas cinquenta gerações de homens. Naquela época, porém, a geologia e a geografia não tinham nascido ainda: o romano Plínio tentou ambas com bastante sucesso; mas os judeus não se preocupavam com elas. Todavia, eles devem ter percebido os surpreendentes contrastes que existiam entre uma região e outra em seu país; e por mais inclinados à licença poética que pudessem ser no que se referia à Terra Prometida, devem ter admitido que a conhecida frase bíblica: “terra onde mana leite e mel” não podia ser aplicada igualmente às suas várias partes.

A questão é que segundo a sua geologia¹⁸ a terra de Canaã, em seu todo, deveria ser uma região árida, servindo apenas para a alimentação de ovelhas. Além de alguns pontos em Samaria e na Transjordânia onde vulcões agora extintos deixaram superfícies cobertas de lava, o solo jaz sobre pedra calcária fissurada, intercalada com faixas estreitas de calcário argiloso. Esta é a origem da secura de todo o país, a qual é aumentada pelo clima. Essa também é a origem da aparência característica dos vales, que são gargantas muito profundas, isolando as faixas de terra alta, como se fossem fortalezas. Esta é, outrossim, a razão da abundância de cavernas naturais, usadas em todo o país para rebanhos e homens — cavernas como aquelas em que Davi se escondeu ao fugir de seu filho rebelde, ou a em que nasceu o Menino Santo.

Um acidente geológico evitou, porém, que a Palestina se assemelhasse à parte árida e calcária da Campanha ou Apulia: ele resultou de uma daquelas dobraduras que nem sequer podiam ser imaginadas há dois mil anos. A camada de pedra calcária, empurrada do ocidente para o oriente, a princípio desceu, formando uma grande planície sobre a qual se acumularam depósitos aluviais e depois subiu — permitindo que alcançasse as nuvens — enquanto ao mesmo tempo a fendia, partindo-se e fragmentando-se em uma série complexa de superfícies; mas acima de tudo, como se quisesse apartar-se das massas de terra da Ásia, fendeu-se do lado oriental de norte a sul em duas enormes falhas que se aprofundaram até os seus fundamentos. E entre essas duas falhas toda a superfície do solo afundou. Este episódio na história geológica deu a Canaã sua característica particular, as quatro faixas paralelas de suas quatro regiões naturais e aquela aparência surpreendente das montanhas como se fossem invertidas, como se a superfície fosse oca, que tanto impressiona o observador quando olha do alto de Jerusalém para o abismo que essa grande fenda fez surgir, e no fundo da qual o Jordão corre para o Mar Morto.

O ocidente era a região mais favorecida nos dias de Jesus, como é ainda hoje. Ali havia uma costa reta e arenosa, com dunas fulvas em todo o seu comprimento e somente a baía de Haifa, por trás do promontório formado pelo

Monte Carmelo, suprindo um porto natural; por trás dessa costa se estendia a planície de Sarom, em todo o seu esplendor, cujas riquezas já tinham sido proclamadas pelo profeta Isaías,¹⁹ essa mesma planície que o novo Israel de nossos dias encheu de plantas cítricas. A seguir, depois de uma linha irregular de colinas que um francês iria comparar às colinas da região da Campanha, apresenta-se uma segunda planície aluvial, onde o trigo crescia em abundância; esta era a *Shephalah*, pela qual nenhum israelita passava sem rir ao lembrar-se da peça pregada pelo grande Sansão nos filisteus, quando amarrou tochas nas caudas de trezentas raposas e soltou-as nos campos deles.²⁰

Degraus bastante íngremes, três deles divididos por gargantas estreitas, levam à região montanhosa, que, do norte ao sul e com cerca de trinta milhas de largura, formam o espinhaço da terra de Israel. Para o judeu piedoso, esta era a verdadeira Canaã, a terra santa acima de todas as demais, em que o menor outeiro, o riacho ou vila mais insignificantes, o faziam lembrar de algum incidente de seu passado célebre. Montanhas? Trata-se talvez de um exagero. A linguagem comum, baseada nas Escrituras, com certeza se referiu às montanhas de Judá, ao Monte Efraim, Monte Tabor e Monte Gerizim; mas essas expressões não devem ser tomadas literalmente: afinal de contas, em Flandres, o *Butte du Kemmel*, com cerca de 330 pés, é também chamado de montanha. Essas “montanhas” da Palestina não passam de grandes colinas, algumas vezes levemente arredondadas, outras transformadas em cumes surpreendentes pela ação do tempo sobre o horizonte das pequenas planícies. O Monte Tabor tem 562 metros, o Gerizim 868, o ponto mais alto das montanhas de Judá alcança 850 metros, e Jebel Jermak, a mais alta montanha da Palestina não excede 1.199 metros. Isto não impede, porém que a região central da Terra Santa dê ao viajante a impressão de consistir inteiramente de subidas e descidas. Para convencer-se disto basta apenas tomar a estrada que segue ao longo do cume da Galileia até Jerusalém; aquela estrada que Jesus percorreu tantas vezes com seu povo.

Poderíamos supor que todas essas terras altas fossem parecidas, mas este não é absolutamente o caso. Existem três regiões distintas, que diferem umas das outras, tanto no relevo como no clima. As pessoas que viviam nos tempos de Cristo percebiam isso perfeitamente, e sabiam também que essa variedade correspondia a diferentes destinos, a significados espirituais diversos. A Judéia, ao sul, era a fortaleza, o lugar da fé decidida, o ponto onde Abraão se estabelecera, onde os reis plantaram a sua capital, o lugar em que o verdadeiro Deus era adorado. Uma terra árida, onde os campos precisavam agarrar-se às encostas das colinas em terraços, exceto onde havia setores de sedimento vermelho: uma terra tão monótona quanto os cânticos na sinagoga, mas bela com

seus horizontes infinitos e em toda parte, espalhada por toda a paisagem, aquela cor fulva que faz lembrar da pele do leão: a comovente Judéia que viria a tornar-se a cena da paixão de Cristo.

Ao norte, além de Betei e Siló, vinha a Samaria, um país muito mais variado, onde faixas aluviais de basalto ofereciam “a promessa do trigo”; onde a comunicação entre o vale do Jordão e o mar, pela planície de Esdraelom, era fácil; um lugar de passagem, onde Baraque derrotou Sísera e o seu exército,²¹ atendendo ao chamado da profetisa Débora; uma região de muitos contatos e também, segundo os judeus que a detestavam, de imoralidade, heresia e blasfêmia. Quanto à Galileia, composta de uma centena de colinas, cada uma com sua pequena planície, era um país melhor irrigado; e de todas as províncias, até o sopé do Monte Líbano, era a mais aprazível, pontilhada de grupos de árvores e vilarejos: este era também um país que os austeros rabinos de Jerusalém olhavam com suspeita, julgando-o fraco e despreocupado, não observando estritamente a lei sagrada. A Galileia, onde Jesus deveria passar sua infância feliz e de onde sairia para levar ao mundo as boas novas do amor.

A terceira região natural não tinha qualquer semelhança com as outras duas. Era a região onde a terra tinha afundado, a *graben*, a fenda, como dizem os geólogos. Ela era chamada de Ghor, sendo extraordinariamente profunda. É preciso descer bem mais do que 915 metros desde o cume central para chegar até o fundo. A depressão é estreita — jamais se alargando além de 20,9 km. de leste para oeste, e se aprofunda rapidamente do norte para o sul, desde o sopé do Monte Hermom (que não pertence na verdade geograficamente à Palestina, como o livro de Josué já indicou²²) até o limite mais extremo, onde a terra de Israel se torna Idumeia, onde habitavam seus inimigos, os beduínos. Trata-se de uma ferida misteriosa na carne de nosso planeta, e a geologia mostra que prossegue, flanqueada por vulcões, para o norte, entrando em Coele-Síria e muito além, para o sul, através do Golfo de Acaba e o Mar Vermelho, a fim de alcançar o coração da África nos lagos Niasa e Tanganica: o Povo Escolhido sempre soube que estava ligada aos acontecimentos misteriosos e terríveis relatados na Bíblia.

As cidades malditas de Sodoma e Gomorra estavam ali situadas, e no lugar em que se encontravam pairava ainda o cheiro de enxofre da ira divina. Ao que parece, os judeus não mediram a profundidade do Mar Morto para descobrir até onde ia essa brecha — ela alcança 792 metros abaixo do nível do Mediterrâneo, que é um dos pontos mais baixos a ser medido num continente. Mas esta grande fenda parecia-lhes tão estranha que surgiram profecias a respeito, segundo as quais ela não duraria para sempre e que na época oportuna Deus faria com que as montanhas se separassem e o Mediterrâneo invadiria o *Ghor* e encheria o

imenso buraco até a boca.

Seria esta com efeito uma memória remota? Pois numa época dentro da possível lembrança da humanidade toda a zona afundada tinha sido enchida por um lago que desde então, como aqueles que antes cobriam a Alsácia e Limagne, secaram pela evaporação. Nos tempos de Cristo havia ainda três remanescentes, um dos quais logo desapareceria, três lençóis de água, de tamanho desigual, e dois deles, como observa Tácito numa frase elíptica “são atravessados pelas águas de um rio, que o terceiro retém”²³ Este rio é o Jordão, o único rio verdadeiro na Palestina. Foi o rio bíblico acima de todos os outros — as Escrituras Sagradas falam dele mais de 200 vezes — aquele Jordão que partilhou tanto da história de Jerusalém e que partilharia também da de Cristo.

Como eram belos em sua variedade aqueles “bancos do Jordão” cantados pelo salmista. O país, em sua extremidade norte, era densamente arborizado, com cascatas em toda parte entre os oleandros, o lar da tribo de Dã, uma pequena Suíça na Palestina, lugar onde os romanos erigiram um templo a Pã; mas onde Jesus, parando junto com os discípulos ao pé de uma imensa rocha, diria ao fiel Simão: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja”. Um lugar plano de cerca de três milhas de comprimento mantinha então o rio num lago pantanoso. A Bíblia lhe dava o nome de Lago Huleh, conhecido também como Águas de Merom, e famoso desde a época em que Josué derrotou em suas margens os jebuseus, amorreus e heteus aliados contra ele²⁴. No período dos Evangelhos ele se apresentava como uma imensa lagoa cercada de plantas, e entre os juncos, pousada sobre uma só perna frágil, a cegonha aguardava a carpa. Na atualidade, transformada em “polder”, será uma Holanda judia com duas mil fazendas, onde, como única memória do lago bíblico, haverá uma pequena reserva zoológica, com poucas manadas de búfalos e barulhentos bandos de flamingos vermelhos.

O rio desce rápido 9,6 km adiante. Ele já se encontra a 208 metros abaixo do nível do mar quando alcança um grande lago, o qual deixa após 19,3 km. Nos dias do ministério de Cristo este lago ainda não recebera o nome de Tiberíades. Herodes Antipas tinha apenas começado a construir sua cidade ímpia, cujo nome fazia lembrar o de seu protetor romano, Tibério. Ele era com frequência chamado de Mar da Galileia, embora este fosse um título pomposo, pois na verdade um barco poderia cruzar o lago em meia hora. Um termo mais poético era Quinerete, que evocava sua forma de harpa, e do qual surgiu o nome “lago de Genesaré”. Ainda hoje continua sendo um dos lugares mais belos do mundo: Como, Aneci e o lago de Gênova, o mais famoso da Europa, foram comparados a ele. Suas águas límpidas, algumas vezes estranhamente marmóreas, variam do tom azul da safira para o verde-jade, com grandes reflexos vermelho-ferrugem e

ocre ao pé dos penhascos do lado oriental. Uma cadeia de morros elegantes cobertos de campos divididos com precisão o circundava. O lago já era assim na ocasião em que Jesus chamou seus primeiros discípulos em suas praias, e de pé num barco falou às multidões reunidas ali perto. Ele pode ter sido até mais belo, pois hoje são poucas as árvores que restaram. De todo modo era com certeza mais animado: haviam inúmeras cidades e vilas que viviam do comércio e da pesca, e hoje muitas delas não passam de ruínas. Os habitantes da região viviam felizes entre as mimosas, os jasmims e os oleandros: este é o país onde o reino dos céus foi prometido aos pacificadores, aos humildes de espírito e mansos de coração.

Pouco depois do lago a paisagem se modificava. Além da barreira de lava, que retém as águas de Genesaré, o vale se mostrava mais selvagem. Não era mais o paraíso, mas o Quitar, um país estranho em que terras incultas e densas florestas ficavam lado a lado — uma estepe quase vazia na borda do vale e uma floresta seguindo os meandros de um rio. Sua aparência mudou muito em nossos dias: a irrigação permitiu que *kibutzim* fossem estabelecidos na parte seca, e as florestas ao longo do Jordão diminuíram. Nos dias de Cristo esta era uma região evitada pelos homens, que preferiam seguir o caminho das colinas que corria entre o sopé das montanhas da Judéia e o vale: ao longo desta estrada uma série de mananciais tinha dado lugar a diversos oásis, repletos de palmeiras e adornados de bálsamos. Jerico era o mais famoso deles, e ali Herodes o Grande construiu um esplendoroso palácio.

Ainda mais para baixo, o Jordão se alarga entre os juncos e salgueiros, desaparecendo gradualmente; sua corrente lamacenta pode ser ainda observada enquanto corre para as águas verde-escuras do Mar Morto, e depois se perde. Nesse ponto estamos a mais de 365 metros abaixo do nível do Mediterrâneo. O ar é surpreendentemente pesado e imóvel. O lago, algumas vezes parecendo um lençol de estanho, outras uma turquesa opaca, localizado com exatidão entre suas rochas nuas, se estende por 75 km tem o comprimento do lago de Gênova e mede ao máximo 16 km, no ponto mais largo. A água nele contida é um líquido estranho, oleosa e notavelmente borbulhante: ela contém sais, e cheira a minerais em decadência. Suas margens são quase destituídas de vida: não existem pássaros, apenas enxames terríveis de insetos. Correntes temporárias se despejam nele, e nas suas ribanceiras crescem umas poucas tamargueiras. Esta cena sombria ganhou certa animação em nossa época. O carbonato de cálcio e a potassa estão sendo explorados; um *kibbutz* cultiva belíssimos tomateiros; e existe até mesmo um posto de petróleo e uma agência do correio. Mas há dois mil anos a solidão era quase completa: não havia ninguém para ser visto exceto os eremitas, vestidos de branco, que tinham fugido do mundo em busca de Deus.

Quanto à quarta região natural que completa o país da Palestina, ela dificilmente pertencia ao país nos dias de Jesus — e se ele chegou a visitá-la, foi de maneira muito rápida. *Abasim*, “as montanhas em frente”, diziam os judeus, olhando dos altos da Judéia para o leste e vendo ali as bordas do planalto que fechava o seu horizonte. Ao sul ficava a Idumeia, querida dos poetas, a terra de Edom, onde o ruivo Esaú foi digerir sua ira depois de Jacó ter-lhe tirado o direito de primogenitura,²⁵ tendo sido essa a razão pela qual os beduínos que viviam nesses estepes não mantinham boas relações com os israelitas. Esta era também a terra natal da família de Herodes, cujo domínio tanto irritava os verdadeiros judeus. Além ficava Moabe, a cadeia de montanhas em tom violeta atrás da qual Jerusalém contemplava o nascer do sol: Moabe era um país de grandes associações bíblicas — o Monte Nebo de onde o agonizante Moisés divisou a Terra Prometida em que jamais entraria,²⁶ se encontrava nele. E também lá, postada sobre uma colina agreste, ficava Maquerus, uma daquelas fortalezas que o tirânico Herodes tinha espalhado pela Terra Santa. Foi nesse lugar que o filho de Herodes, o tetrarca, fez cortar a cabeça de João Batista a fim de agradar uma mulher despeitada. Mais para o norte, o planalto se divide em grande número de “mesas” abruptas, sendo cortado por rios sujeitos às enchentes mais violentas, o Yarmuk e o Jaboque — aquele mesmo Jaboque onde Jacó lutou a noite inteira com um anjo²⁷ Os mercadores judeus faziam esse caminho para alcançar a estrada do planalto, em direção a Damasco, a mesma rota que a moderna estrada de ferro percorre hoje. Era um país que poderia ter sido muito fértil, pois o solo formado pela decomposição do basalto é no geral excelente; mas não foi absolutamente explorado — servindo apenas de pastagem para os nômades, e as caravanas que por ali cruzavam deixavam nele seus rastos. Aos poucos, porém, esses parques campos de pastagem deram lugar ao deserto.

CALOR E FRIO: VENTO E CHUVA

Se a aparência da terra mudou pouco nesses vinte séculos, seu clima parece ter-se alterado ainda menos. Trata-se de um clima mediterrâneo típico, com características subtropicais que se tornam mais evidentes do oeste para o leste; um clima de fortes contrastes no qual, como já mencionado no Cântico dos Três Jovens²⁸, apêndice apócrifo ao livro de Daniel, se observam alternadamente calor e frio, incêndios e geadas, orvalho e escarcha, chuva e vento, e até mesmo neve e gelo, que na verdade não são desconhecidos na Palestina nem ficam confinados ao cume do Monte Hermom.²⁹

Este clima como o conhecemos e como os contemporâneos de Cristo o conheceram tem grande influência na beleza da Terra Santa. Em toda parte, a

madrugada é belíssima, com uma infinita variação de tonalidades que vão do malva até o amarelo — as auroras rosadas cantadas por Homero, em lugar das manhãs cinzentas de Virgílio. O crepúsculo é curto em todo lugar, durando apenas por momentos, pois a escuridão cobre a terra tão logo o sol se esconde abaixo do horizonte. E também em toda parte as noites são sublimes, com o céu azul-negro tão salpicado de estrelas que uma névoa iluminada parece flutuar sobre as montanhas, com seu imenso silêncio feito de milhares de pequenos sons, com o aroma inebriante da terra cálida e das plantas silvestres que Rute e Boaz devem ter aspirado em tempos remotos nos campos de Belém.³⁰

As estações são apenas duas, dividindo entre ambas o ano, um verão prolongado e um inverno de duração comum, sendo os períodos entre os dois excessivamente curtos. Em março, toda vegetação explode. Mesmo nas regiões mais secas o chão fica coberto, por algumas semanas, de um tapete verde, interrompido aqui e ali por tulipas e gladiolos silvestres, açafrão amarelo e anêmonas cor-de-sangue. Nas partes férteis a primavera é realmente milagrosa, digna de ser celebrada no mais sublime poema de amor dos Cantares de Salomão: “Eis que passou o inverno, cessou a chuva e se foi; aparecem as flores na terra, chegou o tempo de cantarem as aves, e a voz da rola ouve-se em nossa terra. A figueira começou a dar seus figos, e as vides em flor exalam o seu aroma”.

Isso não quer dizer que tudo seja perfeito no clima, nem que o país inteiro seja um paraíso. As temperaturas médias, 22°C para o ano, com um mínimo mensal de 15 até um máximo de 25°C, não dão o quadro verdadeiro. A Palestina pode não ser um país onde o vestuário e o aquecimento apresentem grandes dificuldades, mas as variações diárias e anuais são no geral grandes. Entre a meia-noite e o meio-dia a diferença chega às vezes a 22°C, e as noites são geralmente tão frias que a Lei exigia que o credor devolvesse ao devedor o manto, dado como garantia, ao anoitecer. “No mês de *adar* — Março dizia um provérbio, “o boi treme de frio na madrugada, mas ao meio-dia procura a sombra das figueiras para refrescar a pele”. Os contrastes são igualmente grandes entre uma estação e outra; e naturalmente todos eles aumentam devido ao formato do país. Assim, no inverno, os adoradores piedosos no pátio do templo de Jerusalém tinham as faces cortadas pelas gotas gélidas trazidas pelo temporal, enquanto em Jerico os ricos ficavam à vontade em suas roupas de linho; e numa noite de abril, o evangelho de Marcos narra Pedro entrando no pátio do sumo sacerdote para saber notícias de seu Mestre, e tentando aquecer-se junto a um braseiro.³¹ Por outro lado, no fundo do Ghor o verão é tão quente — mais de 50°C à sombra — que até mesmo o Mar Vermelho é mais tolerável.

Existem também os ventos: nem todos são aquelas rajadas de brisa tidas

como sendo o sopro de Deus. Os ventos ocidentais e do sudoeste, que trazem as nuvens benéficas no outono e algumas vezes moderam o calor no verão, são muito apreciados; mas possuem inimigos que com frequência os impedem de soprar. No inverno é o *qadim*, o vento leste, frio e seco, que torna o ar claro como cristal, baixando, entretanto, a temperatura cerca de 18°C numa só rajada. É este mesmo *qadim* que provoca a “espécie de redemoinho” de que fala o tratado *Kilayim*³² do Talmude, quando sopra sobre o Mar da Galileia, a tempestade que tanto aterrorizou os pescadores que Simão e seus companheiros julgaram ver chegada a sua última hora³³ Existe, porém, um outro ainda pior, o vento do deserto, o *khamsin*, irmão do simum africano, que deixa o homem sem forças, cobre o céu de um cinza pesada e num único dia torna áridos os campos durante meses.

As chuvas também estão longe de ser satisfatórias. Não se pode dizer que sejam por completo inadequadas, pois os cálculos mostram que o índice pluviométrico é mais alto do que o de muitas outras regiões mediterrâneas — 16.3 polegadas por ano, e mais de 23 nas montanhas da Galileia; mas quase toda esta chuva cai em poucos dias, quase todos eles em outubro e março, naqueles aguaceiros violentos de que fala o evangelho de Mateus,³⁴ tempestades que encham os ribeiros em poucos minutos e que carregam casas se seus alicerces não forem suficientemente fortes. Em suma, são chuvas que não fazem todo bem que seria de se esperar. Mas, se não vierem, principalmente as últimas chuvas, as da primavera, isso significa a ruína. Os judeus contemporâneos de Jesus subiam então às colinas ou aos telhados na última noite da Festa dos Tabernáculos para ver de que lado se inclinava a fumaça do Templo, pois acreditavam que ela mostraria infalivelmente se o ano ia ser ou não chuvoso. Não é preciso dizer que em Ghor, onde os ventos ocidentais dificilmente sopram, praticamente não chove, e a única água que pode ser usada vem do Jordão ou das fontes. Na depressão do Mar Morto não só não chove nunca, como a cada ano a evaporação faz desaparecer quase 50 pés de água, ou a mesma quantidade que o rio despeja nela — um fato que explica o alto conteúdo de sal do estranho líquido que forma o mar.

A questão da água é portanto muito séria nesse país de terra seca e fissurada; ela era ainda mais grave há dois mil anos, pois então as grandes obras que Israel vem executando para a sua solução não existiam. Não se trata de simples acaso o fato do aspecto poético da água ocupar um lugar tão importante na Bíblia: “És fonte dos jardins, poço das águas vivas, torrentes que correm do Líbano! “diz o esposo nos Cantares de Salomão, falando da esposa; e um hino muito antigo, preservado no livro de Números, chamado “Brotá, ó poço”, começa assim:

“Poço que os príncipes cavaram, que os nobres do povo abriram, com o cetro, com os seus bordões...”³⁵ Não foi também por acaso que o profeta Ezequiel, para enfatizar o esplendor da era em que o Messias viria, prognosticou que um rio de águas puras sairia de dentro do Templo e correria em direção ao Mar Morto para tornar saudáveis as suas águas;³⁶ e nem que Cristo, quando disse à mulher de Samaria que era ele o Messias esperado, comparasse sua mensagem de salvação à “água viva”.³⁷ Muitos poços tiveram de ser cavados para fornecer o precioso líquido ao povo, ao gado e aos campos, e a água tinha de ser também levada com o máximo cuidado desde as fontes e rios até às vilas. Tudo isso já estava sendo feito desde há muito tempo nos dias de Cristo — desde a época dos reis, na verdade — e os judeus tinham orgulho de não precisar “regar com os pés”³⁸ como diz Deuteronômio, — como faziam os egípcios. Mas regras estritas tiveram de ser estabelecidas para que a água fosse usada criteriosamente. Em cada vila havia um “encarregado das águas”; na hora determinada ele abria as comportas, e imediatamente as mulheres se aproximavam apressadas, com os cântaros na cabeça.

ÁRVORES, FLORES E FRUTAS

Surge agora uma pergunta neste ponto: a vegetação³⁹ que observamos agora na Terra Santa é a mesma que Jesus conheceu?⁴⁰ Com toda certeza não é. O presente pode dar-nos muita informação sobre os aspectos básicos do solo do país, sua conformação e clima há dois mil anos; mas isto não acontece com relação às árvores e colheitas. De fato, é preciso um cuidado especial para evitar os anacronismos em que caíram tantos pintores “orientais” em sua ansiedade de ilustrar os Evangelhos, imitando Tissot, empregando cores locais.

A maior de todas as diferenças se acha na destruição trágica das árvores, que afetou todo o país. Nos pontos onde hoje não se vê nada além de planícies despidas, solo devastado ou rocha nua, a Palestina de vinte séculos atrás tinha com certeza florestas. Foram os árabes e depois os turcos os responsáveis por essa devastação; mas os cruzados francos e a pastagem de caprinos também contribuíram para isso. A presença de árvores é provada pelos bosques que sobreviveram, e por muitos nomes de lugares e alusões na Bíblia, que usa a palavra *sylva* cerca de cinquenta vezes. Encontramos assim Esaú num país “peludo” chamado de Jebel Sheir, a montanha peluda, existe até hoje, embora seus cumes estejam agora completamente nus. Além disso, o presente reflorestamento executado pelo jovem estado de Israel (e, em menor escala pela Jordânia) mostra claramente que a devastação do país não foi natural mas provocada pelo homem. O replantio tem êxito: o solo é ainda perfeitamente

capaz de produzir árvores, desde que sejam da espécie adequada.

Existem algumas outras diferenças ligadas à importação de muitas plantas pela Palestina na atualidade, diferenças que poderiam ser julgadas pouco importantes, mas que na verdade levaram a grandes mudanças na aparência do país. Nos tempos de Cristo não havia sequer uma figueira-da-Índia agora tão comum ali, desde que todas as plantas da família dos cactos foram trazidas do México depois das grandes descobertas do século XV. Os agaves (sisal) que mostram hoje suas cristas elegantes em tantos jardins da Palestina eram então desconhecidas, assim como os eucaliptos que se alinham ao longo das estradas hoje e espalham seu aroma saudável pelos distritos pantanosos; pois este belo espécime é nativo da Austrália. As plantas naturalizadas, cultivadas recentemente são ainda mais dignas de atenção: Jesus jamais apreciou os campos de girassóis majestosos que adornam as colinas da Galileia; jamais comeu o grão que chamamos milho, nem saboreou um tomate,⁴¹ porque este cereal e esta sotanácea, hoje tão utilizados, são americanos. E se ele um dia apanhou uma fruta da espécie da laranja, só pode ter sido uma laranja azeda ou de Sevilha, ou uma cidra; com certeza não seria uma laranja doce e muito menos uma toranja.

Feitas essas duas ressalvas, porém, é certo que a flora da Palestina era então a mesma que vemos hoje — muito diversificada, fragrante e colorida. Em termos gerais, ela pertence ao tipo mediterrâneo subtropical, mas na direção sul se torna definitivamente uma flora do deserto, enquanto em Ghor fica mais próxima daquela dos trópicos.

A flora do Mediterrâneo é encontrada na planície costeira, nos distritos montanhosos, nas vertentes ocidentais das montanhas centrais e na região do Lago de Genesaré. As florestas que a formavam então possuíam pouquíssimas coníferas: o cedro do Líbano, tantas vezes mencionado na Bíblia e escolhido como símbolo do homem justo,⁴² não crescia na Palestina propriamente dita; o pinheiro de Alepo era raro; o cipreste um pouco mais abundante — o cipreste de madeira dura, perfumado, que Salomão usou para o chão do Templo e as folhas da porte do Lugar Mais Santo;⁴³ mas esses não eram os ciprestes esguios e retos de hoje, o *cypressus fastigiata*, resultado de uma seleção de horticultura. As coníferas mais comuns eram os vários tipos de zimbro que alcançavam às vezes uma altura acima de 19 metros. Mas os carvalhos e terebintos eram as árvores realmente típicas da floresta palestina, encontrados com frequência isoladamente ou em grupos. Como florestas, eles se estendiam desde o Monte Carmelo até as colinas de Samaria e Galileia, e chegavam mesmo até Basã. Pertenciam a várias espécies, o carvalho “vallonia” de pelo menos 15 a 19 metros de altura, e os menores, do tipo sempre-verde (“kermes e gall”), que, entretanto, viviam centenas e centenas de anos — daí os seus nomes de carvalho de Abraão e Davi.

Ainda mais comuns eram os terebintos cerrados, ramosos, cujas folhas, parecidas com as da nogueira, exalavam uma fragrância penetrante. Tanto os carvalhos como os terebintos faziam parte da história de Israel: foi junto aos carvalhos de Mamre que Abraão fez sua tenda depois de separar-se de Ló,⁴⁴ e foi nos ramos de um terebinto que Absalão ficou preso.⁴⁵

A alfarrobeira era também muito comum, uma árvore bonita com cachos de flores vermelhas pendentes e vagens longas cuja polpa adocicada servia de alimento para o gado e, em épocas de penúria, também para o homem. *Johanisbrottbäum*, como dizem os alemães — “árvore do pão de João”. Essas seriam as “alfarrobas” com que o filho pródigo “desejava fartar-se” na parábola, quando foi empregado como guardador de porcos por um estrangeiro.⁴⁶ Plátanos orientais, azinheiras sempre-verdes, pistácias e oliveiras bravas completavam a floresta da Palestina — uma floresta que quase não mais existe hoje.

Por baixo das árvores e nos lugares onde elas não existiam, se estendia, como um tapete, o mato fragrante — murtas, giestas, lenticos, várias espécies de acanto, absinto e o malcheiroso asfódelo — e em nossos tempos quase tudo o que cresce em toda parte fica reduzido a este nível. A amendoeira de Eclesiastes⁴⁷ produzia um botão que era mesmo então usado como condimento. A mostarda, cuja pequenina semente era moída para fazer o tempero, florescia em toda parte; e nas costas do mar de Tiberíades ela crescia até tornar-se uma árvore “de modo que as aves do céu vêm aninhar-se nos seus ramos”, conforme a parábola.⁴⁸ O seu crescimento é na verdade tão espantoso que Jesus usou a planta em questão como um símbolo para a fé.⁴⁹ O hissopo, um arbusto pequeno, bastante raro, era enfeixado e usado para aspersões rituais. Nos lugares que foram habitados, encontravam-se as inevitáveis urtigas, sendo os cardos também muito comuns. Grande parte dessas plantas de charneca eram empregadas como alimento ou tempero — o *aneto*, um funcho com sementes perfumadas; a hortelã, a camomila, o cominho, cujas sementes eram separadas a golpes de pau;⁵⁰ o anis, bebido em infusão; a arruda amarga — a *ruta* dos italianos — que era boa para a digestão quando macerada. As pastagens tinham aquela mesma mistura de grama de campina, festuca, grama de ponta e dente-de-leão que encontramos hoje. Nas partes mais secas cresciam ervas delicadas semelhantes à manjerona que ao serem esmagadas exalavam perfume, tal como o orégano e outra que imitava o custoso nardo originário da Índia.

À medida que o terreno desce em direção ao Ghor, a vegetação passa a ser a do deserto: plantas espinhosas crescem com mais frequência, e entre elas se acha um tipo de mirra, cuja resina é tão valiosa como perfume que nos Cantares de Salomão a esposa compara seu esposo,⁵¹ e os Magos a levaram ao menino Jesus.⁵² As árvores sempre foram escassas nessa região, exceto próximo ao lago

de Tiberíades, onde o clima era ainda o do Mediterrâneo. Tamargueiras cresciam nessa zona, com seus atraentes ramos” de flores cor-de-rosa, e elas vicejavam tão bem quanto as da planície ocidental. Inúmeros loureiros podiam ser encontrados nas proximidades do lago, formando cercas ao longo das margens dos menores wadi; durante semanas eles ficavam cobertos de flores brilhantes, vermelho forte, amarelas ou de um rosa vivo, não sendo nem sequer superados pela magnificência litúrgica dos jasmims amarelos sobre os muros. Em seu estado nativo o bálsamo é pequeno, mas vinha sendo cultivado desde há muito; o oásis de Jerico continha muitos pés de bálsamo e Cleópatra persuadiu então Antônio a dar-lhe algumas mudas que levou para plantar em Heliópolis. Mas quanto mais perto do rio tanto mais densa se tornava a vegetação, até parecer positivamente tropical. As acácias se faziam ver em toda parte, e havia um grande número de árvores de jujuba, *zizyphus spina Christi*, das quais a coroa de espinhos pode ter sido feita, e *zizyphus lotus*; mas também maçãs de Salomão, salgueiros de Jerico, talvez bananas bravas, vastas quantidades de bambus emplumados, *arundo donax*, o cálamo doce, que foi usado para perfumar o óleo santo e, crescendo na própria água, canteiros enormes de papiros. Tratava-se de uma região que na exuberância da sua vegetação contrastava estranhamente com a quase completa nudez das costas do Mar Vermelho, uma zona de quenopódios e beldroegas.

Os israelitas tinham plena consciência da beleza de todas essas flores e as apreciavam muito. Quem quer que leia a Bíblia não pode deixar de impressionar-se com o número de referências a flores, tanto no Novo como no Antigo Testamentos. Muitas delas eram silvestres e entre estas ficavam algumas das mais belas. Tão logo passava o inverno as florestas nas montanhas ficavam cheias de açafão, especialmente o do tipo amarelo vivo (o *karkom*), cujos estigmas são utilizados como corante poderoso, como tempero culinário e medicamento antiespasmódico. Tulipas, jacintos, gladiolos e uma centena de tipos de narcisos cobriam as colinas, as planícies e até mesmo as estepes, como que para cumprir as profecias de Isaías.⁵³ Onde estão os lírios da Palestina? Pelas palavras de louvor de Jesus quanto ao seu esplendor⁵⁴ ou pelas referências nos Cantares de Salomão,⁵⁵ se poderia pensar que fossem comuns: mas seria o lírio das Escrituras o nosso lírio branco, a flor tão bela e delicada que vemos na mão do anjo, apresentada a Maria como símbolo de pureza? Esse lírio era certamente cultivado para a fabricação do óleo perfumado mencionado por Plínio,⁵⁶ mas hesitamos em identificar o *suson* (do qual derivou-se o nome Susana) com o “lírio do campo”, que pode ter sido o gladiolo carmesim, mas que era mais provavelmente a soberba anêmona vermelha que cobre toda a Palestina na

primavera, desde que é comparada aos lábios da amada nos Cantares de Salomão.⁵⁷ Quanto à rosa, que não é mencionada mais que duas vezes em algumas traduções do Antigo Testamento,⁵⁸ era apenas uma planta de jardim, sendo em sua maior parte cultivada em Jerico;⁵⁹ mas estava tão em voga próximo ao início da era cristã que muitas moças, como Rode, a criada que abriu o portão para Pedro depois de sua fuga milagrosa,⁶⁰ receberam o seu nome.

Havia um grande número de plantas cultivadas, não tantas talvez como atualmente, mas certamente mais do que aquelas existentes há cem ou duzentos anos, e melhor cuidadas. De todas as árvores cuidadas pelo homem, a mais valiosa era a oliveira. Suas folhas verde-cinza, típicas dos campos palestinos, davam-lhe então o mesmo encanto misterioso que emprestam hoje. Ela sempre esteve ali; e os hebreus, ao entrarem pela primeira vez na terra de Canaã com toda *certeza* a encontraram ali antes deles. Seu fruto era comida cozido ou cru, e o óleo extraído dele era usado na cozinha e para iluminação, no toucador e como remédio, assim também nos sacramentos e nas unções que faziam parte do serviço divino. Sua madeira era tida em tão alta conta que Salomão fez com ela os querubins do templo.⁶¹ A oliveira crescia em toda parte, mesmo em terreno pedregoso sempre exposto ao sol, e por esta razão a Judéia era particularmente adequada para ela. A árvore crescia devagar, mas em 500 anos alcançava uma altura de quase 12 metros. Podemos então compreender que na oliveira a Bíblia deveria ter visto a árvore da alegria, da paz e da saúde, seja para a nação ou o indivíduo.⁶²

A figueira quase se igualava à oliveira em importância. Na fábula de Jotão no livro de Juízes,⁶³ não foi a figueira convidada para reinar sobre as demais árvores, assim como a oliveira e a videira? Ela é mencionada mais de cinquenta vezes na Bíblia e, como a oliveira, sempre cresceu na Palestina. Era fácil podá-la em forma de guarda-chuva para dar sombra junto às casas ou nos campos. Sua folhagem espessa favorecia a meditação — uma espécie de meditação como aquela de que a voz do Senhor despertou Natanael.⁶⁴ Estar “à sombra da figueira” significava estar contente e à vontade. Essa árvore excelente produzia frutos duas vezes por ano, o figo⁶⁵ do outono, que era a colheita principal e que crescia nos brotos do ano e os figos imensos, deliciosos, os primeiros, que segundo o Talmude estavam maduros no dia seguinte à Páscoa,⁶⁶ o que esclarece melhor a maldição da figueira no evangelho.⁶⁷ Uma centena de expressões da vida diária mostravam como a figueira era parte integrante dela. “Colhem-se, porventura, figos dos abrolhos?”⁶⁸ perguntou Jesus.

Quanto à videira, a terceira das árvores escolhidas na fábula, pode quase ser dito que ela representava a glória e produtividade da Palestina. Os espias de Moisés levaram com eles enormes cachos de uvas quando voltaram e os

peregrinos, ao vê-los, sentiram-se encorajados a invadir Canaã.⁶⁹ Embora a bebida extraída da uva fosse desde há muito conhecida (na verdade desde os dias de Noé) como pondo em risco a sensatez dos homens, os filhos de Israel tinham especial afeição pela videira. O livro Sagrado, pela voz cheia de lirismo de Isaías, não fez uma lista dos cuidados que ela necessitava?⁷⁰ Quais as variedades cultivadas? Sem dúvida eram uvas parecidas com as chamadas *dattiers de Beyrouth*, alongadas, de casca grossa, as muscadíneas, ou talvez aquelas uvas arredondadas, cor de malva que se encontravam (juntamente com as muscadíneas) em Creta e na Ásia Menor. A Palestina exportava menos vinho do que a Gália,⁷¹ mas produzia o suficiente para o consumo interno. A videira, a planta da vida... Não foi por simples acaso que o Antigo Testamento comparou o Povo Escolhido a ela,⁷² nem que Jesus se identificou com a videira e fez do vinho o símbolo tangível do seu sangue.⁷³

Além desses três espécimes reais, muitas outras árvores e plantas que ocupavam um lugar de destaque na vida de Israel eram também cultivadas. Entre as árvores, a ameixeira, a macieira e a pereira não eram muito valorizadas, mas havia outras que o eram — o magnífico sicômoro egípcio, cujo fruto semelhante ao figo recebia uma incisão para apressar o seu amadurecimento, muito apreciado pelos pobres; a pequena amendoeira, em que as primeiras flores anunciavam a primavera⁷⁴ e cujas nozes eram vendidas até mesmo no Egito; a romã, tão linda (sua beleza chegou também a surpreender os espias de Moisés) que as faces da amada foram comparadas a ela nos Cantares de Salomão,⁷⁵ e que veio a tornar-se um símbolo na liturgia.⁷⁶

As tamareiras dificilmente cresciam em qualquer outra parte além do Ghor, mas ali *tornaram* Jericó rica e gloriosa, e suas copas altaneiras podiam ser observadas a mais de 65 pés do solo: existiam muitas variedades: *caryotes*, *patetes*, *adelphides* e acima de todas a *daktylos*, a *degla* da moderna Tunísia, famosa pelo seu tamanho e pelo sabor de seu fruto. Não se encontravam pêssegos e provavelmente nem damascos, e a lista das árvores frutíferas palestinas se encerrava com a cidra, a amora, a noz, a pistácia e a urtiga mencionada no salmo 83.

Entre os cereais o mais precioso, o mais caro ao coração dos homens, era o trigo. Isaque, quando foi enganado a fim de abençoar Jacó, desejou-lhe abundância de trigo.⁷⁷ E Jesus pediu que o símbolo da sua carne, a carne que iria oferecer para a salvação do mundo, fosse o pão, o produto mais elevado do trigo.

O termo genérico incluía tanto o verdadeiro trigo como o espelta. O trigo macio era raro, mesmo na Galileia, mas havia diversas variedades de trigo duro usado para moer. Sua cultura exigia grande cuidado e muitos costumes foram

baseados nela; pois em muitos respeitos Israel era uma nação agrícola.⁷⁸ (Nota 78 ver p. 150) Ainda mais antiga na Palestina do que o trigo era a cevada, também bastante difundida. Foi num campo de cevada que Rute procurou espigas. Havia também aveia, mas não a cultivavam. Os cavalos, mulas e asnos eram alimentados com cevada, mas esta “comida de animais” como os rabinos a chamavam era muitas vezes o alimento dos pobres, pois a cevada custava a metade do preço do trigo. Mais grosseiro ainda era uma variedade de painço (trigo miúdo) e também talvez alguns tipos de milho duro diferente daquele que os espanhóis trouxeram da América — algo parecido com o chamado *turquet* na França, na Idade Média, e que sem dúvida era uma variedade do sorgo.

Os vegetais eram bem menos variados do que os nossos, mas mesmo assim havia bastante escolha. O povo de Israel gostava da jardinagem, e todos os habitantes dos vilarejos assim como alguns das cidades tinham hortas. A cozinha judia usava muito a lentilha — e foi na verdade por um prato deste tipo que Esaú vendeu seu direito de primogenitura.⁷⁹ As lentilhas eram moídas, formando uma farinha, que era misturada à do trigo. As plantas da família das leguminosas tomavam muito mais espaço nessas hortas do que o feijão branco e as ervilhas nas nossas; as vagens e as sementes eram comidas. As cebolas eram cultivadas em grande quantidade, pois esta planta, levada por eles do Egito, desempenhava um papel importante na cozinha judia; a variedade de Ascalom, a chalota, e o alho porró ou “alho de cavalo” também oriundos do Egito eram igualmente apreciados. É possível que não tivessem tomates, mas tinham berinjelas e pimentas verdes e vermelhas, assim como pepinos, abóboras e melões, estes últimos vindos do Egito. Alface, chicória, escarola, beldroega e salsa eram usadas para salada e também como base para as “ervas amargas” que deviam ser comidas com o cordeiro pascal. Existiam também plantas cultivadas então como alimento mas que hoje não são mais usadas, como o copo-de-leite e o íris, cujos rizomas eram comidos.

Fatura, diversificação, esplendor e riqueza... Como todas essas coisas que cresciam, todas essas colheitas, poderiam deixar de despertar a gratidão de Israel para com aquele que as dera? Como este povo cheio de fé deixaria de ver, de acordo com as palavras da Sabedoria, que essa era uma revelação da sabedoria de Deus?⁸⁰

IMPLES OMNE ANIMAL BENEDICTIONE

As diferenças entre os dias de Jesus e os nossos são muito menos marcadas com relação à fauna do que à flora. Existe apenas uma mudança decisiva: os animais selvagens eram anteriormente muito mais comuns. Existem ainda javalis na

Palestina, porcos-espinhos, martinetes e raposas, e na beira do deserto, antílopes, gazelas e o bode montês do Sinai. À noite ainda se pode ouvir o uivo dos chacais e o riso áspero das hienas. Uma pequena e estranha criatura do tamanho aproximado de um coelho, citada na Bíblia,⁸¹ ainda pode ser encontrada; ela se parece com a marmota, mas os naturalistas afirmam que é parente do elefante ou do rinoceronte. Os judeus o chamavam de *daman*, “aquele que se esconde”, por serem animais gregários que sempre colocam sentinelas para guardá-los e desaparecem ao menor sinal de alarme. Os judeus não os comiam, diferindo nisso dos árabes, porque a lei proíbe que comam ruminantes cujos cascos não sejam fendidos.⁸² Alguns outros animais que eram certamente comuns há dois mil anos se acham agora em vias de extinção: os lobos, os leopardos, o lince e os ursos mencionados na Bíblia, hoje em dia só podem ser vistos no zoológico de Jerusalém. O leão, descrito por Pedro em sua epístola como “leão que ruge procurando alguém para devorar”,⁸³ desapareceu totalmente. Da mesma forma, os rios e lagos da Palestina não mais abrigam o hipopótamo nem o crocodilo que provavelmente representavam o Beemote e o Leviatã das Escrituras.⁸⁴ Na época de Cristo era bastante comum que animais selvagens atacassem as ovelhas, e não era agradável atravessar à noite as florestas do Ghor, com suas moitas espessas tão adequadas para esconderijo dos leopardos e outros felinos de sua espécie.

De modo geral, a fauna da Palestina é a mesma dos outros países mediterrâneos. O Ghor, porém, possui algumas espécies da Etiópia, outras da Índia e algumas que lhe são peculiares.

Existem ali muitos pássaros. Na Terra Santa, é raro andar pelo país sem ouvir o canto deles ou o som das asas de uma pomba. E em toda parte, imóvel no céu azul como se presa a um fio invisível, pode-se observar uma escura ave de rapina. Os Evangelhos referem-se então com frequência aos pássaros, aos seus ninhos e hábitos. Jesus os menciona repetidamente em suas parábolas. Antes disso o piedoso Jó já louvara a sabedoria da Íbis e do galo.⁸⁵ As pessoas gostavam de domesticá-los, particularmente certas espécies de pombo (que, segundo o tratado *Shabbath*, tinham sido introduzidos por Herodes o Grande) e de corvos, muito menos atraentes.⁸⁶

Os peixes eram, e ainda continuam sendo, muito diferentes daqueles encontrados em nossas águas. Dentre as 43 espécies, apenas oito pertencem àquelas comuns nos rios do Mediterrâneo. Na bacia do Jordão, mas apenas ali, existem vários espécimes que se assemelham aos peixes da África central. Os mais comuns pertencem à classe *chromis* ou às carpas, e uma lampreia sem escamas é também facilmente encontrada. O lago de Tiberíades possui grande número de peixes — o Evangelho mostra como a pesca florescia ali — e o mais

curioso deles é o peixe do apóstolo Pedro, o *hemichromis sacra* ou *pateramilias*, que, como a tilápia de Sião, guarda os filhotes na boca: quando chegam a certo tamanho ele os expelle, colocando um seixo em seu lugar — embora possa ser também uma moeda em lugar de pedra, como vemos no evangelho de Mateus,⁸⁷ onde Pedro apanhou um que tinha na boca uma peça de prata.

Muitas espécies de répteis vivem na Palestina e há dois mil anos havia com certeza mais; entretanto, comparativamente, poucos deles são venenosos. Todos conhecem a parte que a serpente desempenha na Bíblia; não encontramos, todavia, uma distinção nítida nas Escrituras entre aquelas cobras que podem ser com justiça consideradas como diabólicas e as que são aliadas úteis dos camponeses. Entretanto, a áspide — isto é; a cobra — a víbora cornuda e a “adder” são mencionadas, e a Bíblia faz várias referências à sua picada, sua língua, seu veneno e sua esperteza. Além das víboras, das quais existem quatro espécies, a cornuda sendo a mais perigosa, esses inimigos da humanidade eram principalmente encontrados na floresta do Ghor. As inofensivas cobras coleantes por outro lado, podiam ser vistas em toda parte; elas eram protegidas e quase domesticadas. Os sáurios eram representados pelo lagarto verde, o lagarto de Judá, o gecko branco ou cinza (agora muito mais raro) e o enorme lagarto do Ghor chamado de *ouaran*, ou monitor.

Até a invenção do DDT a Palestina pululava de mosquitos e moscas, e não se pode afirmar que tenham desaparecido de todo. Não foi por acaso que um dos nomes do diabo era Belzebu, *ba'alz'bub*, o senhor das moscas. A quarta praga do Egito não se manifestou por uma invasão desses insetos?⁸⁸ É verdade que os rabinos afirmavam que jamais qualquer mosca assentou nas ofertas queimadas. Existem centenas de espécies de borboletas, besouros e vespas, sem mencionar os escorpiões e centopeias encontrados entre as ruínas, nem as pulgas e piolhos tão comuns entre os nômades. Os gafanhotos eram tanto úteis como perigosos. Como vamos ver, os gafanhotos eram comidos,⁸⁹ mas quando nuvens deles caíam sobre os campos — um desastre que ainda ocorre — transformavam-se então em praga no mais pleno sentido da palavra, digna daquela que Moisés inflingiu ao Egito. O profeta Joel dá uma descrição surpreendente dessas invasões, e qualquer pessoa pode confirmar a verdade do que ele diz.⁹⁰

Quanto aos animais domésticos, eram exatamente os mesmos que encontramos hoje: a introdução de novas raças e procriação seletiva data apenas desde a chegada dos sionistas. De maneira geral eram todos de pequeno porte. Nas estepes e colinas desnudas viviam ovelhas muito semelhantes às de caudagorda da Líbia — a cauda delas pode pesar mais de 20 libras — e cabras de orelhas pendentes. Estes constituíam um dos principais recursos da Palestina, e é fácil compreender que as ovelhas devessem desempenhar um papel importante

nas metáforas dos profetas e de Jesus, assim como no sacrifício ritual. O asno e o boi, que segundo a tradição apócrifa se achavam presentes ao nascimento de nosso Salvador, eram também considerados indispensáveis.

“Qual será de vós o que,” disse-lhes Jesus, “caindo-lhes num poço, em dia de sábado, a ovelha, o jumento ou o boi, o não tire logo?”⁹¹ Sempre houve gado na terra de Canaã. A família de Abraão deve tê-lo encontrado ali, cerca de dois mil anos antes de nossa época. Eles podem ter também levado alguns de Ur dos Caldeus. Havia até mesmo um membro selvagem da raça, o *reem* mencionado por Jó,⁹² que era sem dúvida uma espécie de bisão. O búfalo tinha sido levado da Índia na época dos persas. Vacas e bezerros eram habitantes comuns nas fazendas palestinas, sendo em geral alimentados no estábulo em manjedouras cheias de uma mistura de palha, cevada e ervilhaca. O novilho vermelho, sem defeito, era um símbolo de pureza, e suas cinzas possuíam virtudes extraordinárias, como vemos nas Sagradas Escrituras.⁹³ O porco, por outro lado, era impuro: a Bíblia repetiu isso suficientemente,⁹⁴ e exaltou o heroísmo dos fiéis que, no período dos Macabeus, preferiram morrer do que alimentar-se de carne impura.⁹⁵ As manadas de porcos mencionadas nos Evangelhos⁹⁶ só podem ter pertencido a pagãos ou judeus absolutamente inescrupulosos — homens ímpios.

O jumento era uma parte integrante da vida na Palestina. Podia ser visto em toda parte. Não havia família, por mais pobre que fosse, que não possuísse um desses servos de longas orelhas. Quem não podia comprar um asno pagava aluguel, ao preço de três denários por mês, ou cerca de dezoito francos de ouro. Este não era o jumento de nossa zona rural, menos ainda o pequenino e patético asno de Marrocos, mas o Muscat, grande e forte, capaz de andar 40 km por dia facilmente, um animal cujo pelo é às vezes de um cinza tão claro que pode quase ser tomado por branco — uma criatura bonita, sobre a qual Cristo pôde entrar nobremente em Jerusalém. Como animal de tiro e de transporte de cargas o asno não tinha rivais, exceto seu meio-irmão, a mula. O asno jamais foi oferecido em sacrifício. Na caravana que levou de volta o Povo Escolhido de seu exílio havia somente 736 cavalos em comparação com 6.720 jumentos,⁹⁷ e esta deve ter continuado a ser a proporção nos dias de Cristo. Além do mais, os profetas tinham demonstrado completa desconfiança do cavalo, como um símbolo de luxúria, força e violência. O Novo Testamento quase nunca o menciona.⁹⁸ Era usado entre varais, mas quase nunca montado. Os únicos cavaleiros vistos por Jesus devem ter sido os soldados romanos: O camelo, agora tão comum, era então raro. Apenas 435 foram contados na caravana que voltou do exílio. Este era o espécime de duas corcovas que pode ser apreciado nos baixos-relevos persas. Era muito caro, mas estável e capaz de carregar grandes pesos; e podia ser visto caminhando pelo deserto com as mercadorias vindas da Ásia distante.

Jesus faz menção dele em duas ocasiões bastante conhecidas. Aquela em que fala do “buraco da agulha” através do qual o camelo não pode passar,⁹⁹ e a outra em que censura os “guias cegos” que coam o mosquito e depois engolem o camelo.¹⁰⁰

Da mesma forma que na atualidade, nas fazendas havia aves domésticas — galos e galinhas, pombos, patos e gansos, mas nem galinha-de-angola nem perus — e elas podiam ser até mesmo encontradas dentro da cidade de Jerusalém, como Pedro descobriu para sua infelicidade naquela noite trágica em que o galo cantou três vezes. O gato doméstico, tão comum e tão reverenciado no Egito, era raro na Palestina. Não se encontra qualquer menção dele na linguagem bíblica semita. Talvez fosse essa a razão da infinidade de ratos, ratazanas e gerbos. Quanto ao cão, mencionado mais de quarenta vezes na Bíblia, não se tratava do animal amigo do lar conhecido no ocidente, mas de uma criatura semisselvagem, um misto de chacal e lobo, esquelético por falta de alimento e de mau gênio, que perambulava pelas ruas e fazia o papel de lixeiro comendo restos e detritos. Ninguém lhes atirava pão, como diz o Evangelho,¹⁰¹ e dificilmente comiam sequer as migalhas; e como disse Jesus, dar “aos cães o que é santo” era o máximo da profanação.¹⁰²

Isto não significava, porém, que os pobres cães não tivessem também a sua parte no esquema divino: no capítulo doze do seu livro, Jó afirmou que todos os animais, selvagens e domésticos, foram criados por Deus e davam testemunho da sua glória. Apesar da *oração* no salmo 145, nem todas as criaturas tinham sido igualmente abençoadas pelo Senhor¹⁰³. Mas todas elas receberam vida dele e deviam exaltar a sua glória.

CAPÍTULO UM - Notas

1. Veja um mapa na sua Bíblia.
2. (Gn 21.33,34; 26.1, 8,14; Êx 23.31; 1Cr 10.1; Ezl6.27,57; 25.15,16; J1 4.4; Am 6.2; 9.7).
3. Sobre os filisteus, veja Daniel-Rops: *Histoire sainte, le Peuple de la Bible*.
4. Noventa e oito exatamente de Gênesis 9.18 a Atos 13.19.
5. Veja as palavras *Canaan* e *Cananéens* no índice *Histoire sainte*.
6. Gênesis 9.8
7. Hebreus 11.9.
8. Zacarias 2.16.
9. Mateus 2.20.
10. Talmude Babilônico, *Gittin*, folha 8.
11. Veja *Paddan Aram* no índice de *Histoire sainte*.
12. Cf. *Histoire sainte*, p. 324.

13. Veja esses dois nomes no índice de *Histoire sainte*.
14. Talmude Babilônico, *Sotah*, 49.
15. Carta a Dardano (Epist., CXXIX, 41).
16. Salmo 42.7.
17. Salmo 137.1,5,6.
18. Sobre a geologia e geografia da Palestina veja, M. du Buit: *Géographie de la Terre 2* (2 v. 1959), F. M. Abel: *Géographie de la Palestine* (Jerusalém, 1928). A. Keller, *Bibliographie géologique et géographique* (Paris, 1933), e *Le Pays Biblique* de Legendre 1928) dão uma ideia geral da geografia do país. Esta seção deve muito ao excelente capítulo de Raoul Blanchard no v. 8, *Asie occidentale*, da *Géographie universelle* de Vidal de la Balche e L. Gallois (Paris, 1929).
19. Isaías 35.2.
20. Juízes 5.4,5.
21. Juízes 4.14ss.
- 22.. Josué 11.17.
23. Nec Jordanes pelago accipitur, sed unum atque alterum lacum integer perfluit, tertio retinetur' (Hist. V, 6).
24. Josué 11.6ss.
25. Histoire sainte, p. 43.
26. Histoire sainte, p. 121
27. Histoire sainte, p. 44.
28. Daniel 3.52ss.
29. Neva em Jerusalém cada quatro ou cinco anos.
30. Histoire sainte, p. 185.
31. Marcos 14.67.
32. Kilayim, 9.
33. Mateus 8.23-27.
34. Mateus 7.27.
35. Veja Histoire sainte. p. 302, e Números 21.18.
36. Ezequiel 47.8.
37. Veja Daniel-Rops, *Jésus en son temps*, p. 503.
38. Deuteronomio 11.10.
39. Sobre a flora da Palestina veja a obra final de Immanuel Loew, *Die Flora der Juden* (Vienna, 1934); a série de artigos sobre as plantas da Bíblia, assinados P. F., que começaram a ser publicados no *L'Ami du Clergé* em 1955 e que continuam a ser ainda publicados a intervalos irregulares; o *Flora of Syria and Palestine* de Post (Beirute, 1942); e *From Cedar to Hyssop* por Crowfoot e Baldensperger (London, 1932).
40. Deve-se observar que a identificação de algumas plantas mencionadas na Bíblia ou no Talmude é muito difícil, e que isso dá lugar a frequentes discussões. Por exemplo, alguns autores afirmam que o abricô, a castanha, a cidra, o açafraão e a alfena só aparecem na flora bíblica devido a erros de tradução. (Cf. esses cinco exemplos no *Dictionary* de Corswant).
41. O tomate é damadura em árabe, que vem do italiano pomodoro — uma prova de sua introdução recente.
42. Salmo 92.13-15.
43. 1Reis 6.15,34.
44. Gênesis 13.18.
45. Pelo pescoço e não pelo cabelo; 2Samuel 6.15,34.
46. Lucas 15.16.
47. Eclesiastes 12.5.
48. Mateus 13.32; Marcos 4.32; Lucas 13.19.
49. Mateus 17.20; Lucas 17.6.

50. Isaías 28.27.
51. Cânticos dos Cânticos 1.13; 3.16, etc.
52. Mateus 2.11.
53. Isaías 35.1.
54. Os Cânticos de Salomão falam do lírio cerca de dez vezes, como uma flor apreciada acima de todas as outras. (Ct 2.1,2,16; 6.2; etc). Ele é também mencionado em Isaías e outros.
55. Mateus 6.28; Lucas 12.27.
56. Plínio 13.11.
57. Isto foi sugerido por Bovel em seu Voyage en Terre sciinte (1861) p. 426ss.
58. Cânticos dos Cânticos 2.1; Isaías 30.1.
59. Eclo 24.18; 38.17; Sab 2.8.
60. Atos 12.13. Roda significa rosa.
61. 1Reis 6.23.
62. Veja especialmente Isaías 41.19; Salmo 128; Provérbio 21.20; Deuteronômio 33.24, ou Salmo 45 ou 133 e muitos outros pontos da Bíblia.
63. Juizes 9.7ss.
64. Jo 1.48.
65. Que não é realmente uma fruta, mas um receptáculo de flores masculinas e femininas.
66. Shabbath 5: o tratado Orlah fala de figos em março.
67. Mateus 21.20; Marcos 11.21.
68. Mateus 7.16; Lucas 6.44; Tiago 3.12.
69. Eram necessários dois homens com uma vara para carregar um cacho: Números 13.23.
70. Isaías 5.2-7.
71. Isto alarmou tanto os romanos que Dioclécio publicou um edital ordenando que uma certa parte dos vinhedos da Gália fossem arrancados, cuja medida jamais foi considerada necessária na Palestina. (Veja Roger Dion: Histoire de la Vigne e du Vin en France (Paris, 1959), p. 128 e seguintes.).
72. Por exemplo. Salmo 79.8,15.
73. João 15.1,18.
74. Era chamado "O vigia", saqued, de saqad, vigiar.
75. Cânticos dos Cânticos 4.3 e 6.7.
76. As colunas na entrada do Templo eram adornados com romãs e o manto sagrado do sumo sacerdote era bordado com desenhos de romãs.
77. Gênesis 27.28.
78. Para a vida no país, veja p. 264 e Gênesis 25.29-34.
79. Gênesis 25.29-34.
80. Eclesiástico 24.12 e seguintes.
81. Salmo 104.18; Provérbios 30.26.
82. Levítico 11.5; Deuteronômio 14.7.
83. 1Pedro 5.8.
84. Cf. P. Dhorme: Le Livre de Job, p. 562; e L'Ami du Clergé de outubro 27, 1955.
85. Jó 38.36.
86. Shabbath 24 e 18.
87. Mateus 17.24-27.
88. Êxodo 8.20ss.
89. Cf. p. 235.
90. Joel 1 e 2.
91. Lucas 14.5.
92. Jó 39.
93. Números 19.9,22; 31.23.
94. Levítico 11.7; Deuteronômio 14.8ss.

95. 2Mac 6.18 e 7.1.

96. Mateus 8.30; Marcos 5.11; Lucas 8.32.

97. Esdras 2.67; Neemias 7.68.

98. Só existe a alusão a um freio em Tiago 3.3, e as descrições simbólicas em Apocalipse (6.2; 9.16, etc.).

99. Mateus 19.24; Marcos 10.25; Lucas 18.25.

100. Mateus 23.24.

101. Mateus 15.26; Marcos 7.27.

102. Mateus 7.6.

103. Segundo o título desta seção: Salmo 1.

CAPÍTULO DOIS - O CONTEXTO HUMANO

O POVO DA ALIANÇA

O esquema divino... Mais surpreendente do que todas as demais provas magníficas era a existência, neste país como em nenhum outro, de um povo que se julgava diferente de todos. Os homens que habitavam a Palestina há dois mil anos, os que compunham se não toda a população, pelo menos a maior parte dela, estavam convencidos e, o que é ainda melhor, certos, de que não se achavam ali por acaso: tinham certeza de que a sua presença nesse país possuía um significado sob a Providência e que o próprio Deus os estabelecera nessa terra.

Este é um fato básico, a noção essencial, sem o que a história, a vida espiritual e até mesmo a existência diária de Israel se torna incompreensível. Um orgulho nacional, comparado ao qual nosso chauvinismo mais desvairado é praticamente inexistente, enchia o coração do judeu mais humilde quando se lembrava que pertencia à raça escolhida, ao povo da aliança. Que lhe importava se sua vida pessoal fosse medíocre, que a sorte o tratasse com indiferença ou que os invasores romanos pisassem o solo sagrado? Ele podia ser desprezado, mas sabia muito bem que em comum com a nação inteira possuía um privilégio que nenhum poder da terra poderia tirar-lhe, o “sacerdócio imutável” de que fala a Epístola aos Hebreus.¹

Esta noção com certeza surgiu de uma revelação que já era bastante antiga, não tendo menos de vinte séculos, mas que se mantinha sempre presente nos corações piedosos de Israel. Um homem chamado Abrão, que vivia em Ur, capital da região na parte inferior do Eufrates, recebera uma visitação de Deus e ouvira sua ordem: “Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, e vai para a terra que te mostrarei: de ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome”.² Abrão obedeceu. Ele seguiu pelas trilhas do deserto, levando em sua companhia seu pai idoso, Terá, seus sobrinhos, seu gado e toda a sua casa, disposto a correr os riscos de uma longa peregrinação a mandado do Senhor. Esta obediência foi recompensada. Ao chegar ao local que lhe fora indicado, Abrão por várias vezes teve comunicações místicas com Deus, recebendo dele advertências e promessas. A terra que então palmilhava seria sua por herança e seus descendentes a possuiriam. Como penhor dos acontecimentos futuros seu nome foi mudado de Abrão para Abraão, “pai de uma multidão”, e

de forma milagrosa sua velha esposa lhe deu um filho.

Esse foi o início daquela aliança que sempre existira desde tempos remotos entre o Todo-poderoso e os que se diziam seus servos. Um sinal físico dessa aliança tinha sido estabelecido, um sinal na própria carne do homem: a circuncisão.³

Mas, por que Deus falou a Abrão? Por que escolheu o clã pequeno e nômade dos teraítas para servi-la? A resposta a essas perguntas está no livro apócrifo de Judite, “Este povo é da raça dos caldeus; habitou primeiramente na Mesopotâmia, porque recusavam seguir os deuses de seus pais que estavam na Caldéia. Abandonaram os ritos de seus ancestrais que honravam múltiplas divindades, e passaram a adorar o Deus único do céu, o qual lhes ordenou que saíssem daquele país e fossem estabelecer-se na terra de Canaã”.⁴ Haviam então os nômades teraítas escapado do politeísmo astral e totemista dos mesopotâmios estabelecidos, cerca de dois mil anos antes de Cristo e em condições que continuam sendo historicamente muito obscuras? E haviam eles chegado por si mesmos ao conceito de um Deus único, invisível, onipotente? “Do passado distante,” diz Renan, “o pastor semita leva o selo de Deus absoluto sobre a frente”.⁵

Isto era algo extraordinário original, algo que fez dos descendentes de Abraão uma nação verdadeiramente única no mundo, os recipientes de uma revelação incomparável e, portanto, o Povo Escolhido, o Povo da Aliança. O orgulho do judeu mais humilde não tinha outra origem além dessa: ele sabia ser um aliado de Deus. Caso duvidasse disso, a história de sua raça, registrada no Livro Santo, seria uma prova para ele. Tudo nesse estranho e perturbado destino conservava a marca visível da vontade divina. É surpreendente observar que os primeiros cristãos que afirmaram ser judeus fiéis, insistiam (para mostrar aos seus conterrâneos que a revelação de Jesus aperfeiçoava a da tradição antiga) sobre o fato de que a nova *berith* era apenas o cumprimento da velha. Foi isso que Estêvão, o protomártir fez no discurso dirigido aos que estavam prestes a apedrejá-lo, sendo esta também a convicção de Pedro⁶ e Paulo⁷

Se, porém, a aliança tinha sido estabelecida de uma vez por todas, as condições de sua aplicação haviam mudado no curso dos séculos: as obrigações tinham ficado mais pesadas e se aprofundado mais. O espetáculo do Povo da Aliança subindo, passo a passo, as gradações da escala da experiência espiritual para finalizar definindo as características da mais pura e mais nobre religião de toda antiguidade, não é a menor razão que temos para admirá-lo.

No início, na era dos patriarcas, as condições eram extremamente simples. Para manter a fé bastava crer no Deus único, naquele referido como El, ou melhor ainda Elohim, esse estranho plural empregado como singular. Este Deus

único quase não exigia adoração, sacerdócio, nem templo e pouco mais do que alguns sacrifícios de tempos a tempos. Ele não impunha uma ética a seus servos, e as doutrinas instituídas por esta religião eram rudimentares.

Um segundo estágio foi ultrapassado 500 a 600 anos depois de Abraão, quando o Povo Escolhido interpretou corretamente o Êxodo, esse acontecimento espantoso, como uma das provas mais surpreendentes possíveis da aliança. Um homem de posição foi escolhido por Deus para livrar o seu povo da escravidão no Egito e levá-lo de volta à Terra Prometida. Sob a liderança de Moisés os israelitas fugitivos cruzaram o Mar Vermelho e foram então protegidos da morte pela inanição no deserto: essas foram duas provas do cuidado divino. Nessa ocasião a aliança não só foi renovada, mas também expressa com maior exatidão: Deus deu a seu povo uma nova garantia, revelando-lhes seu nome inefável, Javé, a marca de sua onipotência — Javé, “aquele que é”. Em troca, numa espécie de contrato recíproco⁸, ele lhes impôs mandamentos, as famosas leis, o Decálogo; e baseado nelas, Moisés pôde mais tarde dedicar-se inteiramente ao desenvolvimento de um código moral e religioso, um código de uma organização política e social.

Assim confirmada e explicada, a aliança permitiu que as tribos tomassem a terra de Canaã, nos dias de Josué e dos juízes. Foi novamente a aliança que estabeleceu o rei Davi e sua dinastia na glória; tendo a mesma sido solenemente renovada a seu favor.⁹ Apesar disso, porém, de todas essas provas da infinita bondade de Deus que lhes foram dadas, o Povo Escolhido muitas vezes desrespeitara a aliança, cedendo às tentações da idolatria e incorrido em práticas pagãs. Assim, em nome de Javé as vozes veementes dos grandes profetas — Amós, Oséias e tantos outros — os censuraram por isso.¹⁰ Um terrível castigo abateu-se sobre a nação infiel: foram levados para a Babilônia. Era o Exílio. Mas a misericórdia de Deus continuava sendo maior do que a sua justiça: Javé permitiu que este castigo tivesse um fim, e que o rebanho exilado voltasse para esta terra mais abençoada que todas as outras.

A provação foi proveitosa. Graças ao Exílio o Povo Escolhido passou pelo terceiro estágio em seu desenvolvimento espiritual. À luz do sofrimento, homens como Isaías, Ezequiel ou Jeremias, tinham mostrado a seus irmãos que tudo que vem de Deus deve ser adorado e que tudo colabora para o aperfeiçoamento do homem. Amós já dissera num passado distante que Deus não ama os sacrifícios, mas o comportamento reto, o amor fraternal, a justiça e o valor moral. A aliança tomou um significado ainda mais profundo: ela se tornou a base de uma religião mais interior, mais espiritual. A missão que o Povo Escolhido sabia ser sua responsabilidade não era mais então simplesmente confirmar a existência de um único Deus e proclamar os seus mandamentos, mas sim ensinar a humanidade a

buscar o que é divino, pelo esforço pessoal, a purificação moral e o empenho da alma. A circuncisão, “o sinal da aliança na carne”, era ainda obrigatório, mas todos sabiam que, como Paulo diria mais tarde, a verdadeira circuncisão era interior, algo ocorrido dentro do coração humano.¹¹

Tudo estava então relacionado com a certeza do Povo Escolhido de que era único, diferente de todos os demais e superior a eles. Tudo, a sua fé monoteísta, amor pelo país, submissão às leis morais, desejo de ordenar sua vida social e política segundo princípios estabelecidos, e seu desejo de alcançar uma experiência mística da espécie mais sublime. Foi, portanto, a teologia em lugar da etnologia que determinou suas características raciais. Quem quiser formar uma ideia do mundo em que Jesus viveu não deve esquecer-se deste conceito particular do destino do indivíduo e da nação.

NOMEN NUMEN

Estamos, portanto, continuamente encontrando o forte elo que existia entre a teoria histórica e espiritual e a realidade; nós achamos em todos os aspectos característicos do Povo Escolhido. Isto tem início com os próprios nomes que usavam. Os três mais comuns aludiam com grande precisão a certos acontecimentos importantes em sua história sagrada: eles eram hebreus, israelitas e judeus. Se já houve caso em que se pudesse aplicar o rótulo latino *nomen numen* foi com certeza este, pois cada um desses nomes tem aplicação direta num dado aspecto do destino deles.

Deve ser, porém, observado que uma expressão que agora usamos, com sentido restritivo (e algumas vezes com certo tom de desprezo) para a nação de Abraão, de Moisés e dos profetas, quando falamos, por exemplo, de antissemitismo, não tinha então a menor aceitação. Os contemporâneos de Jesus sabiam evidentemente que eram semitas, desde que descendiam de Sem, o filho mais velho de Noé. Eles não haviam esquecido o décimo capítulo de Gênesis e sua lista das gerações depois que a família de Noé saiu da arca. Menos ainda se esqueceram do nono que contava como Sem, juntamente com seus descendentes, ocupou a posição mais elevada devido ao seu comportamento reto para com o pai, quando Noé estava bêbado. Mas a palavra “semita” era desconhecida, ela não se encontra na Bíblia. Foi um termo inventado em linguística por Schözer em 1781. Um palestino de há dois mil anos tinha conhecimento de que os beduínos do deserto eram seus primos, pois descendiam de Abraão e sua concubina Hagar; mas teriam ficado muito surpresos ao ver-se classificados na “raça semítica” juntamente com os caldeus e assírios.

Os termos mais comuns, no uso erudito ou literário, eram hebreus e

israelitas. Haja vista a famosa passagem na segunda epístola aos Coríntios onde Paulo, para defender-se das acusações dos inimigos, clama: “São hebreus? também eu. São israelitas? também eu. São da descendência de Abraão? também eu.”¹² Um filho de Abraão, um membro verdadeiro, legítimo, do Povo da Aliança, declarou-se assim tanto hebreu como israelita. As duas expressões não eram sinônimas, correspondendo a detalhes históricos e espirituais diferentes.

A palavra “hebreu” na Bíblia estava ligada a um homem de nome Eber tataraneto de Sem.¹³ Ela deriva de abar, cruzar, um radical encontrado novamente na Mesopotâmia como *habiru* e no Egito como *Apiru*, um termo para os saqueadores que vinham das estepes. O hebreu, então, é “aquele que cruza”, o homem de grandes peregrinações. O termo faz lembrar as jornadas prodigiosas de Ur para Canaã nos dias de Abraão e do país do Nilo ao do Jordão na época de Moisés, quando o Povo Escolhido veio a ter conhecimento de si mesmo e do seu destino. Os verdadeiros fiéis tinham retido um sentimento particular por aquele período: o deserto era ainda o lugar em que “como peregrino sobre a terra”, como Jesus viria a dizer, o homem podia aproximar-se mais de Deus. Para os crentes, a tenda do nômade permaneceu um símbolo tão belo da vida espiritual que ela era de novo erguida na Festa dos Tabernáculos.¹⁴ E tudo isto se achava implícito quando um indivíduo da época de Paulo afirmava ser hebreu.

Quando se dizia israelita talvez implicasse ainda mais coisas. Sabemos que Jacó recebeu o nome de Israel dado pelo anjo do Senhor — que sem dúvida significa o poder divino — no final da noite extraordinária em que lutou o mais estranho dos combates junto ao vau do Jaboque.¹⁵ Abalado e com a articulação da coxa fora do lugar, mas orgulhoso de ter lutado sem desistir até o romper do dia, o patriarca recebera esse nome como uma recompensa e penhor. A luta espiritual, “tão furiosa como uma batalha entre homens”, nas palavras do poeta,¹⁶ o combate corpo a corpo com o poder do destino que todo homem deve travar, em sua carne e sua alma, tinha sido disputado por Israel, tanto por si mesmo como por seus descendentes. Ser israelita era ser parte de uma nação que ficava face a face com Deus.

O termo “judeu”, que é encontrado apenas no Novo Testamento e nos dois livros dos Macabeus,¹⁷ foi adotado pela administração romana, tendo se tornado comum. É aquele mais corrente hoje, com o inadequado e desagradável sentido sugerido que os escritos antissemiticos lhe deram. Este nome também possuía um significado histórico e espiritual admirável. Ele data da época da volta do exílio. A tribo principal cujos membros tinham sido deportados por Nabucodonosor para a Babilônia (juntamente com a de Benjamim) era Judá. Foram os filhos de Judá, portanto, que preservaram intactos o tesouro da fé e as tradições ancestrais, enquanto na Palestina os remanescentes das outras dez

tribos tinham cedido em parte às tentações do paganismo. Ao voltar, eles se estabeleceram na Judéia, que recebera o seu nome, próximo à cidade santa de Jerusalém. Ali restabeleceram a religião sobre fundamentos mais seguros. Jacó, agonizando na terra do Egito, tinha predito que o cetro não seria tomado de Judá; e uma bênção particular fora dada a essa tribo, século após século.¹⁸ A derivação era em si mesma um símbolo: os homens de Judá, da Judéia, os judeus, eram os homens de fé perseverante.

UMA NAÇÃO OU UMA RELIGIÃO?

Outro nome é mencionado na Bíblia e estabelecido em relação direta com as origens do Povo da Aliança — os sírios. A lei de Moisés exigia que todo crente que fosse fazer uma oferta no altar de Javé dissesse: "Um sírio peregrino foi meu pai..."¹⁹ Quem foram então esses sírios ou arameus? Um povo semita sem dúvida, dado à vida nômade, que no início do segundo milênio mudou-se para a parte superior da Mesopotâmia, no sopé das montanhas Anti-Taurus, com seus rebanhos. Esta região que forma a extremidade norte do "crescente fértil" é chamada Padã-Harã na Bíblia, a terra dos pais. Sua cidade principal era Harã, um centro importante para as caravanas, sobre o Balikh, um tributário do Eufrates. Abraão fez ali uma pausa em sua viagem divinamente inspirada. O irmão dele Naor se estabeleceu nela e Jacó foi até lá a fim de procurar esposa. O adivinho Balaão saiu também de Harã para transmitir suas perturbadoras mensagens.²⁰ Ao fazer com que seu povo descendesse de um homem chamado Arã o filho mais moço de Sem,²¹ o editor do Livro Santo tornou conhecido um fato indubitável.

Do ponto de vista etnológico, portanto, o povo que viveu na Palestina era originário de um grupo de tribos aramaicas que, cerca de vinte séculos antes de nossa era, se desligara pelo menos parcialmente do corpo principal. Eles se aliaram aos *ibri* ou *habiru* (isto é, como vimos, hebreu), elementos que vagavam desde o Eufrates até o Nilo através de Canaã, cuidando do gado ou roubando durante a caminhada. Ao que parece, os ancestrais de Israel tinham imposto sua autoridade sobre os bandos de *habiru*, dando-lhes os primeiros rudimentos de organização e acabando por amalgamar-se com eles. Mas por muito tempo tiveram de lutar contra os avanços de outras tribos aramaicas em direção de suas pastagens. Muito mais tarde, nos séculos nove e oito antes de Cristo, quando Israel se transformara num povo sedentário, estabelecido na Terra Santa, eles tiveram de lutar novamente contra seus antigos irmãos. Nessa ocasião os sírios, sob o impulso de um extraordinário ressurgimento de vitalidade, tinham feito de Damasco sua capital; eles estavam fundando principados até em pontos distantes

como o Golfo Pérsico e em várias ocasiões tinham invadido a Palestina.²² Uma importante mudança linguística teve origem nesse período: o aramaico falado pelos sírios passou a predominar através de quase todo o Oriente Próximo, e particularmente na terra de Canaã, onde penetrou mais facilmente porque logo depois os israelitas foram deportados de seu país por Nabucodonosor. Quando voltaram da Babilônica os exilados encontraram arameus vivendo na Palestina e a língua aramaica em uso corrente: eles adotaram-na — uma volta curiosa às suas origens.²³

Os judeus do tempo de Jesus eram então simplesmente arameus e nada mais? Não. A Bíblia mostra que certas tribos pequenas tinham parentesco próximo com os arameus do clã de Abraão, embora não fossem boas as relações entre eles. Já vimos ser este o caso dos descendentes de Ismael; mas havia também o povo de Moabe e da terra de Amom, que descendiam de Ló, isto é, fruto de seu incesto com suas duas filhas.²⁴ As Escrituras também falam de sete nações que os ancestrais distantes de Israel tinham destruído e absorvido em parte.²⁵ Entre os elementos assim introduzidos, dois podem ser particularmente destacados. Em primeiro lugar os cananeus, a quem já nos referimos, aqueles que os homens de Josué encontraram em Canaã ao entrar naquela terra, povos do Cáucaso e Mediterrâneo com uma forte mistura semita, originários daquele grupo étnico que vivia nas costas da Síria e conhecido pelo nome de fenícios. Segundo, aqueles que a Bíblia chama de povo de Hete, ou os heteus. Tratava-se de um povo pré-ariano, não-semite, que por longo tempo só foi conhecido através da Bíblia. A sua ressurreição, feita por Hrozný há cerca de cinquenta anos atrás, depois da descoberta de Winkler das extraordinárias placas em Boghaz-Keui na Turquia, foi uma das grandes aventuras da arqueologia. Durante um milênio os heteus governaram a Anatólia e invadiram todos os países circunjacentes, inclusive Canaã. Todos os esforços do maior de todos os faraós egípcios, Ramsés II, para expulsá-los, falharam na batalha travada em Cades no ano 1290 a.C.; e quando o seu império veio a sucumbir aos ataques da grande invasão ariana,²⁶ um número considerável de seus descendentes permaneceu na Palestina. Além dos cananeus e heteus havia outros ingredientes na mistura étnica, que compunha o povo da Palestina — tantas foram as nações que se tinham movimentado através desse corredor. Por exemplo, havia ainda alguns *Hurrim*, os hurrianos de quem temos algum conhecimento pelos documentos de Ras-Shamra,²⁷ e alguns daqueles amorreus a quem a Bíblia dá o nome de amalequitas, fariseus, gibeonitas e vários outros, povos aparentados de perto com os hicsos que ocupavam o Egito, que ali se achavam na época do nascimento de Moisés.²⁸

Um grande evento histórico acrescentou muito à mistura de raças na terra de Israel ou, na verdade, dois eventos — as duas incursões em busca de escravos,

conduzidas primeiro pelos assírios sob Sargão II na Galileia e Samaria (722 a.C.) e depois pelos caldeus sob Nabucodonosor na Judéia (586 a.C.). Toda sorte de povos repovoou esses países devastados arameus, cananeus, fenícios, anatólios e até mesopotâmios; e os remanescentes das tribos fragmentadas de Israel se mesclaram com eles. Quando os exilados voltaram da Babilônia em 538 foram obrigados, quer gostassem ou não, a viver ao lado dos recém-chegados. Muito mais tarde, entre 165 e 104 a.C., os grandes conquistadores macabeus usaram a força para converter o país inteiro ao judaísmo e tiveram pleno êxito. Sucederam até mesmo em converter os beduínos do sul, os idumeus, inimigos tradicionais dos descendentes de Jacó desde o prato de lentilhas. É certo que no ano 40 a.C., um pouco antes do nascimento de Cristo, os idumeus tiveram seu momento de vingança, pois Herodes, que era um deles, obteve do senado romano o título de Rei da Judéia e isso sem renunciar à religião de Javé.

Esta conversão de toda a Palestina ao judaísmo não superou, porém, a diversidade das origens: ela continuava evidente nos dias de Jesus, e havia diferenças marcantes entre o povo das várias províncias. No país rude do sul, o núcleo firme dos exilados que voltaram — isto é, principalmente as tribos de Judá e Benjamim — estava agrupado em volta de Jerusalém, e ali a raça podia ser considerada pura. Por outro lado, nas partes ricas do norte, antes ocupadas pelas tribos de Aser, Naftali, Issacar e Zebulom, o estabelecimento de estrangeiros fora tão intenso que poucos israelitas tinham voltado. Uma família de linhagem antiga, como a de Jesus, descendente do rei Davi, deve ter sido bastante rara naquelas regiões. O fato era tão divulgado que o país tinha sido apelidado de Galil ha-Goyim, “o anel (ou círculo) dos incrédulos: desde a época da judaização dos macabeus ele foi chamado de Galil e nada mais — portanto, Galileia. Mas o povo da Judéia desprezava os galileus como provincianos atrasados que falavam com um tal sotaque,²⁹ que não havia diferença entre sua pronúncia das palavras *immar* (cordeiro), *hammar* (vinho) e *hamor* (asno). Havia também suspeitas de que não eram rígidos na observância da Lei.

Torna-se, portanto, impossível falar de uma raça judia.³⁰ Haveria um tipo racial ou étnico estabelecido? Algo, por exemplo, como o que agora é tido como sendo o mais comum: nariz grande e curvado, lábios carnudos, muito vermelhos, cabelo bem crespo, olhos azul-cinzentos ou castanhos? Nada sabemos a respeito. O Novo Testamento e os tratados do Talmude não contêm coisa alguma sobre isso. Temos a inclinação natural de supor que os judeus da época de Jesus eram baixos, mas não se pode saber com segurança. É verdade que o Antigo Testamento nos mostra o israelita Davi em nítido contraste com o imenso ariano Golias? mas espécie alguma de conclusão geral pode ser extraída do fato de que nos evangelhos o publicano Zaqueu era tão baixinho que não podia ver nada por

causa da multidão,³¹ nem que Paulo fala de si mesmo como “o menor dos apóstolos”.³²

O próprio conceito de raça era estranho aos contemporâneos de Jesus, os homens da Bíblia. Ainda mais estranho, naturalmente, era aquela perversão de intelecto e inteligência chamada racismo. Mesmo que os israelitas tivessem, como povo, um enorme orgulho comunitário, eles não eram exclusivistas por causa disso. A religião constituía para eles um alvo mais importante do que a raça. Eles não pertenciam à raça escolhida, por descenderem de um determinado homem santo — afinal de contas não havia tantos outros descendentes de Abraão? — mas por serem fiéis à aliança estabelecida entre Deus e seus ancestrais.

O Livro Sagrado contava (e até com certa dose de humor) como Jonas, por ter-se recusado a converter os ninivitas, foi obrigado a passar três dias e três noites no ventre de uma baleia? Onde quer que os judeus vivessem fora da Palestina eles faziam convertidos, como teremos ocasião de ver.³³ Os adoradores fiéis de Javé desprezavam e odiavam os pagãos, não por pertencerem a uma raça estranha, mas por praticarem uma religião abominável. Se o pagão afirmasse sua crença no Deus único, adotasse a lei mosaica e aceitasse todos os costumes, especialmente a circuncisão, a marca da aliança em sua carne, ele então se tornava um irmão.³⁴ Por outro lado, um irmão de raça, um habitante da Terra Santa, que se recusasse a obedecer às exigências da religião era expulso da aliança e não pertencia à nação de Israel.

A POSIÇÃO CURIOSA DOS SAMARITANOS

Foi exatamente este o caso dos samaritanos. No centro da Palestina se encontrava este grupo étnico considerado pelos judeus como piores que os estrangeiros. Os samaritanos adoravam o mesmo Deus que os judeus, reverenciavam as mesmas Escrituras (ou pelo menos parte delas) e julgavam Moisés o legislador supremo: mas, ainda assim, não faziam parte do povo de Deus.

De fato, a inimizade entre os homens de Judá e os de Samaria datava de muito antes do império do grande rei Salomão ter sido dividido em duas partes, Samaria e Judá. Desde essa época Siquém e Jerusalém discordaram sempre. O impuro contra o puro. Foi assim que os altares de Jeroboão foram profanados pelos bezerros de ouro colocados junto às colinas de Sião; e foi contra Jezabel, aquela velha rainha idólatra do norte, que o profeta Elias veio do sul. Samaria, a capital dessa província, foi construída, e muito bem, pelo rei Omri cerca do ano 880. Ela foi sempre considerada como uma rival da cidade santa.

Jerusalém derramou poucas lágrimas quando os assírios a destruíram. Depois do exílio esta inveja se transformou em ódio ardente. A mistura heterogênea de povo que se estabeleceu nessas partes, todos de origem pagã, havia aceito em parte as crenças dos israelitas remanescentes. Mas acabaram por simplificá-las, especialmente no sentido de admitir apenas o Pentateuco como Escritura Sagrada. Como não pudessem ir a Jerusalém para orar, tinha adotado o hábito de celebrar seus ritos nos pontos altos de seu país. Quando os judeus exilados voltaram, os samaritanos recusaram-se a reconhecer a supremacia religiosa do povo de Judá, e até mesmo declinaram seu pedido de ajuda na reconstrução do Templo.³⁵ O povo de Jerusalém começou a dizer que os samaritanos estavam fora da comunidade (excomungados) e o Talmude incorporou esta tradição.³⁶ As relações entre os dois grupos ficaram cada vez mais estremecidas, e acabaram por romper-se definitivamente.

Durante o reinado de Alexandre o Grande, sem dúvida no ano 333, Manassés, irmão do sumo sacerdote e genro do governador de Samaria, obteve do senhor do mundo permissão para construir um templo no monte Gerizim que rivalizasse com o de Jerusalém. Ele sagrou-se a si próprio sacerdote do mesmo, induziu um encarregado dos sacrifícios e alguns levitas a se juntarem a ele, permitindo que se casassem com mulheres pagãs. O historiador judeu, Flávio Josefo, ainda tremia de horror ao recapitular esses fatos.³⁷

Essa foi então a origem da excomunhão cruel inflingida pelos judeus aos samaritanos. A capital, reconstruída em menor escala depois do desastre de 722, foi completamente devastada por João Hircano em 128; e uma das principais queixas dos fiéis contra Herodes, o seu “rei”, foi a de ter reconstruído a impiedosa cidade de maneira esplêndida cerca do ano 30 a.C., chamando-a Sebaste em honra de seu protetor, sendo este o termo grego para Augusta.³⁸

A divisão entre Samaria e Jerusalém continuou: os samaritanos voltaram a construir um santuário sobre o monte Gerizim e ali mantiveram um clero dissidente, fizeram seus sacrifícios e oraram a Javé, chegando mesmo a afirmar que a sua era a verdadeira religião de Israel. A mulher samaritana disse isso a Jesus. “Nossos pais adoravam neste monte; vós, entretanto, dizeis que em Jerusalém é o lugar onde se deve adorar.”³⁹ A religião deles era mais interessante, mais atraente do que a dos judeus, como foi dito algumas vezes?⁴⁰ Uma religião “não exposta à tirania teocrática”? A história antiga da igreja prontamente indica os primeiros hereges como sendo samaritanos — Simão o Mago, Dositheus e Menander — o que não significa necessariamente, porém, que esta teologia cismática fosse muito original.⁴¹

O que é certo é que nos dias de Cristo existia um ódio extremamente violento entre os dois grupos, chegando às raias da ação. Algumas delas eram até

cômicas, tal como a que talvez teve lugar no mesmo ano do nascimento do Senhor, quando os samaritanos atiraram ossos humanos no santuário do Templo, pouco antes da Páscoa, profanando o santo lugar e impedindo seu uso. Outras trágicas, como a ocorrida em 52, vinte anos depois da morte de Jesus, quando os samaritanos caíram em cima dos peregrinos judeus que contra-atacaram tão furiosamente que o legado da Síria foi obrigado a interferir. Ele em seguida crucificou um grande número de judeus. As coisas nem sempre iam tão longe assim, porém. O povo geralmente se limitava a trocar ironias e insultos. Os samaritanos eram chamados de indesejáveis, e não se admitia que tivessem o direito de considerar-se uma nação.⁴² O nome Siquém foi mudado para Sicar, que significa bebedeira. Um provérbio corrente, registrado no Talmude, dizia que “um pedaço de pão dado por um samaritano era mais impuro do que carne de porco”.⁴³ Não era possível ser mais claro. Quando Jesus quis fazer coroar os judeus por sua dureza de coração e ingratidão, ele usou um samaritano como exemplo. Os samaritanos, de todo modo, ajudaram o homem ferido que encontraram ao lado da estrada; e eles, quando curados, pelo menos sabiam expressar gratidão. Quem poderia supor, quando o “bom samaritano” é mencionado, que esse homem caridoso fosse aos olhos dos ouvintes de Cristo um herege, um cismático, um excomungado, o pária da nação de Israel?

AS CIDADES GREGAS

No corpo político de Israel havia ainda outro elemento estranho, as cidades gregas. Um certo número de cidades, algumas delas grandes, eram helenistas e não judias. Parte dessas cidades tinha sido fundadas quando os descendentes dos generais de Alexandre, os ptolomeus do Egito e os selêucidas da Síria tinham dominado a Palestina. Depois que os municípios gregos foram estabelecidos, levas de colonizadores gregos começaram a chegar. Esses lugares formavam a Decápolis, a liga das dez cidades. Havia uma ao lado oeste do Jordão, a antiga Bete-Sem, rebatizada Citópolis, a cidade dos citas, em memória da guarnição mantida ali por esses terríveis nômades durante a sua grande incursão no século VII. As outras ficavam na Transjordânia, sendo as principais Hippos, Gerasa, Pela, Gadara e Filadélfia. Embora ficasse bem mais ao norte, Damasco também fazia parte da confederação. Pompeu reconheceu a autonomia municipal de todas elas e se encontravam então sob a administração direta de Roma. As atividades judaizantes dos macabeus haviam estancado a influência helenista, mas nem mesmo o próprio Alexandre Janeu pôde subjugar os gregos da Decápolis. A cidade de Pela tinha preferido a destruição do que aceitar o judaísmo. Herodes mantinha boas relações com as cidades helenistas e na época

de Cristo elas estavam desempenhando um papel político importante, orientadas pelo rei da Judeia, mas não subordinadas a ele.

Outras cidades gregas, ou cidades com forte influência grega, haviam surgido ao longo da costa, desde Ptolemaida, a antiga Akka (Acre), até Gaza. Em Cesaréia, que Herodes o Grande transformara no principal porto da Palestina, um terço da população era grego. Siquém, reconstruída por ele sob o nome de Sebaste, era também composta em grande parte de gregos. E quando Tiberíades surgiu junto ao lago, foi povoada em sua maior parte pelos gregos, tanto mais que Herodes cometeu o erro de incluir nela um antigo cemitério, o que constituía uma impureza muito grave para os judeus. Da mesma forma, Seforis, a capital da Galileia, era em grande parte uma cidade grega. Em todas essas cidades, embora fundadas no solo palestino, o judeu quase não era tolerado. Em Gerasa, por exemplo, foi fundada uma única sinagoga, e muito pequena. A discórdia entre os gregos e judeus explodia à menor provocação, brigas e até motins, que no geral terminavam em violência. Cesaréia foi cena de muitos desses conflitos, especialmente porque os romanos, ao sucederem a Herodes o Grande no controle da cidade, astuciosamente colocaram ali as tropas recrutadas em Samaria.

TÃO PEQUENA E TÃO GRANDE

Se somarmos todos esses elementos, qual seria a população da Palestina nos dias de Cristo? Esta é uma questão excessivamente difícil, como reconhecem os melhores historiadores de Israel.⁴⁴ As fontes sobre as quais basear um cálculo estão dispersas, não são inteiramente confiáveis, e frequentemente contradizem umas às outras. Os rabinos do Talmude, aumentaram as cifras por razões ligadas à apologética. Existe uma perspectiva literária enganosa que faz com que um povo pareça numericamente impressionante por ter desempenhado um papel histórico de importância e produzido grande número de homens célebres. A população de Israel na verdade jamais foi particularmente numerosa.

Quantas pessoas haveria em Israel por ocasião de sua máxima importância política ao tempo de Salomão? Com certeza nem um milhão, e talvez consideravelmente menos. Depois dessa época, o reino de Judá que foi o único a preservar a fé com todo rigor, não chegava a trezentas mil almas. E os exilados que voltaram com Zorobabel não excediam provavelmente 25.000. Essas são cifras surpreendentemente modestas, sendo, todavia, justamente isto que faz a pessoa entrar imediatamente em contato com o mistério de Israel e de sua sobrevivência através de todas as suas provações, até nossos dias.

Mil anos depois de Salomão, quando nasceu Jesus, seu descendente remoto, a expansão dos judeus em direção às estepes ao leste e ao sul e o crescimento

demográfico causado pela paz romana, tinha provocado um nítido aumento. Mas, mesmo assim, se calcularmos um total de dois milhões estaremos sendo generosos; e meio milhão de samaritanos, idumeus, moabitas, gregos da Decápolis e o povo de sangue misto dos portos teriam de ser ainda computados nesse total. Na mesma área, em 1922, o censo calculou apenas 761.796 habitantes.

Que importam, porém, os números? É preciso reiterar que a glória de Israel, a importância reivindicada por eles, não podia ser medida em milhares de habitantes nem em milhares de km². A certeza do judeu mais humilde de pertencer a um grande povo, ou seja, ao maior de todos os povos, era baseada sobre considerações puramente espirituais. Um povo que dava testemunho, que desde o princípio Deus chamara “pelo seu nome”, como dissera Isaías,⁴⁵ um povo que sabia ser, conforme Paulo diria posteriormente, “guia de cegos, luz dos que se encontram em trevas, instrutor de ignorantes, mestre de crianças”,⁴⁶ como poderia deixar de sentir sua grandiosidade, embora fisicamente diminuto em comparação com os grandes impérios do mundo? Aqui, de novo, o conceito religioso teve precedência sobre todos os outros.

A GRANDE DISPERSÃO DOS JUDEUS

Houve, porém, um fato que ajudou a dar a Israel a certeza de sua importância: milhares de judeus, irmãos daqueles na Palestina, viviam fora da Terra Santa. Cada um dos contemporâneos de Cristo sabia disto, pois não viam parentes distantes voltando para as grandes festividades, para orar em Jerusalém — homens como Simão, nascido em Cirene, no norte da África, que ajudaria Jesus a carregar a sua cruz? Todos sabiam que nas escolas da cidade santa eram muitos os estudantes procedentes de todas essas comunidades dispersas — alunos como Saulo, filho de um fabricante de tendas, de Tarso, na Cilícia, que fora assistir às palestras do rabino Gamaliel e que eventualmente se tornaria o apóstolo Paulo. Uma emigração judia teve então lugar nessa época, semelhante àquelas que conhecemos hoje. Em grego o termo era Diáspora, a dispersão.⁴⁷

Suas origens eram variadas e remontavam ao passado. Sem ser necessário voltar aos dias de José e Moisés, quando é possível imaginar alguns judeus permanecendo no Egito, podemos citar os perpétuos levantes que afligiram o Povo Escolhido desde a morte de Salomão até o início da era cristã como uma causa poderosa da emigração. As deportações feitas pelos assírios e babilônios levaram muitos judeus para a Mesopotâmia, e quando Ciro permitiu que voltassem à Terra Santa, alguns preferiram ficar nos lugares a que já estavam acostumados. Houve também causas incidentais. No sexto século, por exemplo,

um grupo de judeus empregou-se ao serviço de Faraó, por alguma razão agora desconhecida, e com suas mulheres e filhos formaram uma guarnição de colonos militares na ilha de Elefantina perto de Aswan. Três séculos mais tarde outros se juntaram ao exército de Alexandre, e ele deu-lhes terras na Mesopotâmia e até mesmo em Bactria. Por vezes foi também a derrota que causou a expatriação, como no caso dos mercenários judeus de Antíoco o Grande, que foram levados pelos romanos e estabelecidos por eles na Itália. Revoluções e golpes de estado tiveram o mesmo efeito. Por exemplo, no terceiro século, quando seu pai, o sumo sacerdote, foi assassinado, Onias IV partiu com muitos seguidores e estabeleceu-se em Leontópolis no Baixo Egito, onde chegou até a construir um templo. E, finalmente, à medida que a ordem grega e principalmente a romana tornavam mais fáceis e mais seguras as comunicações, um número cada vez maior de judeus deixava o país por simples razões comerciais. Muitos deles se estabeleceram como comerciantes nos grandes centros, e é a partir dessa época que pela primeira vez encontramos o judeu como um homem de negócios capaz, enquanto antes, nos dias dos pastores e camponeses de Israel, o tipo era desconhecido.

Em que partes habitavam esses membros dispersos do Povo Escolhido? Cerca do ano 140 a.C. a sibila dirigiu estas palavras elogiosas ao povo judeu: “Toda a terra está repleta de ti, e todo o oceano”.⁴⁸ Isto era claramente um exagero, mas Estrabo da Capadócia, o geógrafo grego (um contemporâneo de Cristo), afirmou que “a nação judia estava espalhada por todas as cidades e que não era fácil encontrar um único lugar sobre a face habitada da terra que não abrigasse esta raça”,⁴⁹ — cuja declaração Flávio Josefo, o historiador judeu, cita com complacência. Outro contemporâneo de Cristo, aquele famoso filósofo judeu, Filo de Alexandria, é mais exato, e cita entre os lugares para os quais os judeus emigraram o Egito, Fenícia, Síria, Ásia Menor (particularmente a Cilícia e Panfília, mas também a Bitínia e o Ponto), e na Europa, Tessália, Macedônia, Aetólia, Ática, Argos e Corinto, e o Peloponeso, sem esquecer-se das ilhas. “E não menciono os países além do Eufrates,” acrescenta ele, “nem a Babilônia, onde todas as satrapias, com poucas exceções, possuem colônias judias.”⁵⁰ Ele poderia ter também acrescentado a Itália a esta lista, com particular menção a Roma.

De fato, os dois centros principais da Diáspora eram Roma e Alexandria. Os judeus se haviam estabelecido na grande metrópole egípcia desde há muito, permanentemente, pois Alexandre os atraía para a cidade quando de sua fundação, dando-lhes nela os mesmos direitos que os gregos; e eles vicejaram nessa cidade até formarem pelo menos um quinto da população ou, como disseram alguns, dois quintos. Chegaram mais tarde a Roma, mas estabeleceram-

se rapidamente e uma parte considerável do comércio importador estava em suas mãos. Cícero tinha louvado sua solidariedade, seu sentimento comunitário e seu espírito empreendedor; César os tratou com particular bondade e lamentos deles por sua morte foram notados por todos. Os judeus possuíam seus cemitérios subterrâneos, os precursores das catacumbas cristãs, em cujas paredes é possível ver ainda os seus símbolos religiosos, o candelabro de sete braços e a arca para a Torá. Alexandria e Roma foram sem dúvida as maiores cidades judias do mundo.

Quantos eram os judeus dispersos? É também difícil fazer um cálculo neste caso. Filo fala de um milhão só no Egito. Em Josefo encontramos uma delegação de oito mil na Itália para acolher outros delegados da Palestina,⁵¹ e ele calcula o número de famílias judias deportadas por Tibério para a Sardenha como quatro mil, o que é confirmado por Tácito e Suetônio,⁵² mas Dio Cassius assevera que Trajano enviou 220.000 para Cirenaica e 240.000 para Chipre.⁵³ Reunindo esses dados modestos chegamos à conclusão⁵¹ que cerca de sete a oito milhões de judeus viviam no império, sem contar o milhão fora dele. Um romano em cada dez era então judeu; isto já é uma proporção elevada, mas desde que os judeus da Diáspora se achavam particularmente concentrados no Oriente Próximo e na Grécia, pode-se supor que ao leste da Itália a proporção chegava a cerca de vinte judeus para cada cem habitantes. Podemos apreciar a importância disto ao lembrar que em 1939 os judeus não atingiam mais do que seis por cento da população mesmo na Europa Central, Áustria, Polônia e Ucrânia, onde se achavam estabelecidos em maior número.

Onde quer que se encontrassem, essas colônias judias mostravam as mesmas características. Como observado por Cícero, tratava-se de comunidades que se mantinham unidas de maneira notável. Eles geralmente viviam perto uns dos outros, embora nem as autoridades gregas nem as romanas jamais exigissem que morassem em guetos. Em Roma viviam em vários distritos diferentes.⁵⁵ Todas essas comunidades possuíam organizações especiais, independentes da administração pagã; sua natureza era democrática e na mesma, naturalmente, os assuntos materiais e espirituais mesclavam-se inextricavelmente. Uma reunião do povo servia tanto como assembleia de oração como política. O nome do local em que era eleito o conselho de anciãos e o chefe que deveria defender os interesses do grupo, o etnarca ou exarca, era o mesmo que o do local em que o povo cantava os salmos. Uma reunião ou assembleia é *kinneseth* em hebraico, e em grego *sunagoge*, do qual vem a nossa *sinagoga*.

A posição oficial dessas comunidades judaicas era perfeitamente clara: eram reconhecidas e aprovadas pelas autoridades romanas. Tinham até mesmo obtido a concessão de um imenso privilégio, o de não tomar parte na adoração estadual e municipal, orando em lugar disso ao seu Deus pelas autoridades pagãs.

Mediante favor ou compra, alguns israelitas haviam adquirido o título de cidadão romano, entre eles o pai de Saulo de Tarso. Na época de Jesus não havia aparentemente qualquer oficial judeu no exército imperial; mas, particularmente no Egito, certos judeus ocupavam posições semioficiais em cargos ligados a atividades bancárias, impostos rurais, colheita e embarque do milho. Mesmo sem considerar a família de Herodes, por se tratar de uma exceção⁵⁶, fica evidente que vários judeus tinham ligações importantes, chegando mesmo aos círculos diretamente associados com o imperador e sua família.

Esses judeus da Diáspora, vivendo numa sociedade pagã, não se deixaram, porém, ser absorvidos por ela. Os ricos viviam, sem dúvida, de maneira quase idêntica, à dos gregos e romanos, e não pode ser afirmado com certeza que todos eles respeitassem escrupulosamente as exigências do Torá. Mas as apostasias declaradas eram raras, e quando um dos sobrinhos de Filo de Alexandria abandonou a crença de seus pais a fim de tornar-se um oficial romano houve um grande escândalo. O contato com o mundo pagão influenciou, porém de certa forma o caráter dos judeus da Diáspora, diferenciando-os de seus irmãos que permaneceram na Palestina. Surgiu um novo tipo de israelita, mais aberto ao sopro do mundo. Seu conhecimento mundano era bastante distinto das noções dos fiéis da comunidade teocrática da Judéia: esses homens estavam destinados a desempenhar um papel da maior importância na história do pensamento religioso. Podemos citar dois exemplos excepcionalmente brilhantes, duas mentes intensamente fiéis às tradições de sua raça, mas ao mesmo tempo imbuídas de outras influências — Paulo, o pequeno judeu de Tarso, o pupilo dos rabinos de Jerusalém, que, não obstante deveria aproveitar-se de sua experiência juvenil para formar um conceito da grandeza do mundo romano e da parte que a nova fé podia desempenhar nele. Cujo conceito iria permitir-lhe aplicar melhor que todos os demais os ensinamentos universais de Cristo. E, em segundo lugar, Filo, o mais ilustre filósofo judeu de sua época, um doutor da Lei e um zeloso seguidor das doutrinas de Platão. Um indivíduo que, com habilidade que chegava às raias do gênio, combinava as principais correntes de pensamento grego com as da tradição de Israel, e conseguia demonstrar no logos platônico o pensamento de Deus, o elemento de ligação inerente do mundo, o arquétipo da Criação — em suma, o precursor imediato do Verbo que se fez carne⁵⁷ de João.

Mas se os judeus não permitiam serem absorvidos pelos pagãos, eles porém, por sua vez, não tinham qualquer objeção em absorver a estes na medidas do possível. As colônias da Diáspora eram centros muito ativos de propaganda religiosa. Tobias já dissera na antiguidade: “porque se ele vos dispersou entre as nações que não o conhecem, foi para que publiqueis suas maravilhas, e lhes façais saber que não há outro Deus onipotente fora dele.”⁵⁸ Eles não hesitavam

portanto em partilhar o tesouro espiritual que Deus lhes confiara com outros homens de boa vontade, embora fossem pagãos. Foi com esta intenção que, segundo uma tradição que os historiadores não aceitam literalmente, setenta e dois rabinos de Alexandria traduziram a Bíblia para o grego no século três antes de Cristo, produzindo assim a famosa Septuaginta em setenta e dois dias.⁵⁹ Parece ter havido muitas conversões e ainda maior número de meias conversões, em que o prosélito concordava com alguns dos princípios espirituais e morais de Israel e até mesmo com algumas das observâncias, mas não com todos. Essas pessoas chamadas de “os que temiam a Deus” são encontradas com frequência no Novo Testamento — o centurião de Cafarnaum, o centurião Cornélio em Atos, o ministro da rainha da Etiópia, e Sérgio Paulo o alto oficial romano cujo nome foi tomado pelo apóstolo Saulo, todos parecem ter pertencido a esta classe. “Não há uma única cidade grega,” diz Josefo, “nem uma única nação bárbara, em que nosso hábito de um descanso semanal, nossos jejuns e nosso costume de acender lâmpadas, assim como muitas de nossas regras sobre alimentos não se tenham difundido.”⁶⁰ Encontravam-se muitas mulheres entre esses convertidos ou simpatizantes. Pompéia, a mulher muito amada de Nero (a quem ele matou a pontapés) tinha seguramente uma ligação com o judaísmo. Josefo fornece um detalhe surpreendente: quando estava sendo preparado em Damasco um “pogrom” que deveria livrar a cidade de uma grande parte dos judeus nela existentes, os conspiradores concordaram em nada dizer a respeito para as esposas, “pois com poucas exceções todas elas tinham sido conquistadas pelas crenças judias.”⁶¹

A vida das comunidades da Diáspora apresentava suas dificuldades. Havia realmente massacres de judeus. Através de todo império romano existia um sentimento antissemita positivo e isto pode ser provado mediante diversos textos. Havia até mesmo especialistas em literatura antissemita, como Apion, o Drumont de sua época, apelidado de “címalo do mundo”, e a quem Josefo fez oposição. Entretanto, até mesmo certos escritores moderados eram antagônicos ao Povo Escolhido: o reservado Sêneca, da escola Estóica, fala com desprezo dos “costumes dessa raça perversa,”⁶² e Cícero criticava suas “bárbaras superstições, incompatíveis com a glória de Roma, a dignidade do nome romano e as tradições de seus ancestrais”.⁶³ Qual a razão apresentada por eles para culparem os judeus? Ao que parece, era principalmente seu monoteísmo estrito e seu desprezo franco pelos ídolos — a mesma razão que fez com que os cristãos fossem odiados mais tarde. Um Deus único, sem uma imagem? Que tolice, clamava a multidão. Eles com certeza adoravam em segredo um deus com cabeça de asno ou focinho de porco, o que era confirmado pela sua recusa em comer carne de porco. O relativo mistério das reuniões judias se prestava à

propagação dessas fábulas. As mesmas calúnias que seriam levantadas contra a igreja primitiva já corriam a respeito das sinagogas — reuniões que incluíam sacrifícios humanos. E pode-se facilmente imaginar as zombarias às custas dos “sem pele” provocadas pela prática da circuncisão. Razões financeiras também serviam para fazer surgir esta inimizade: alguns judeus prosperavam muito em seus negócios. Assim sendo, um dos epigramas de Martial afirma que “desde o dia de seu nascimento os filhos de Israel são ensinados a roubar”.⁶⁴

Em vista disso a violência irrompia de tempos a tempos e as comunidades da Diáspora eram perseguidas: entre 40 a.C. e 70 d.C. temos conhecimento de pelo menos vinte desses “pogroms”, sendo os de Alexandria os mais terríveis. A guerra judia deu início à mais chocante onda de antissemitismo através de todo o império. Com frequência, entre esses lances, quando os inimigos dos judeus conseguiam se fazer ouvir pelas autoridades, havia deportações, tais como aquelas ordenadas por Trajano — algumas vezes mais intensas, outras menos.

Apesar desses choques, o judaísmo em todo o mundo foi um poder que fortaleceu imensamente a autoridade da pequena nação nos insignificantes 16.000 quilômetros quadrados da Palestina. Tudo tende a mostrar que o governo imperial não tratava seus súditos judeus como se fossem qualquer outra nação sob a autoridade romana: os judeus possuíam vários advogados bem colocados na própria Roma. Todavia, os sete a oito milhões de israelitas espalhados por todo o império jamais conseguiram construir uma organização que, com todos os seus elementos agindo em concerto, teria exercido uma forte influência sobre os seus governantes. As comunicações entre os diferentes grupos eram frequentes e regulares e as cartas que circulavam entre eles deram origem às famosas epístolas dos primeiros cristãos. Mas não existia uma representação estabelecida de todas as comunidades dispersas a fim de formar uma espécie de governo central. Foi isto que limitou o poder da Diáspora. Se uma decisão era tomada na Palestina, a qual provocasse uma situação negativa, os judeus no exterior pagavam por isso, mas não tomavam parte nas decisões.⁶⁵

O verdadeiro elemento de ligação no mundo judeu era o da religião. Mesmo que tivesse feito fortuna num país pagão, o judeu que se achava distante da Terra Santa sentia-se banido. A Diáspora continuava sendo o *Galut*, o Exílio, a maldição de Deus sobre o seu povo devido ao pecado deles. Os judeus no exterior jamais deixavam de pensar na terra de seus pais com afeição. “Ajuntarei Raabe e Babilônia aos que me honram; Eis a Filisteia e Tiro com a Etiópia, lá todos nasceram. Dir-se-á de Sião: ‘Um por um todos nela nasceram, ’” canta o Salmo 87. E para mostrar que estavam voltando à Palestina eles diziam *Aliyah*, a subida; pois falavam de um lugar elevadíssimo. De pontos distantes os homens se voltavam na direção da cidade santa para orar. Todo judeu, a partir dos vinte

anos de idade, pagava um imposto para o Templo, e uma missão especial, protegida pela lei romana, levava o dinheiro sagrado. Jerusalém, portanto, sem ser a capital política dos judeus através do mundo, era a sua metrópole espiritual, o lugar onde pulsava o coração do judaísmo.

Esse era o outro Israel, o Israel da dispersão. Sua existência levava o conceito da nação judia quanto ao seu próprio tamanho aos limites do império romano e até mesmo além dele. A estrutura humana em que seu destino estava sendo realizado não ficava confinada à sua pequenina pátria. Esta é uma consideração da máxima importância, sendo impossível formar uma ideia verdadeira da vida na Palestina sem mantê-la sempre em mente.

CAPÍTULO DOIS - Notas

1. Salmos 90.4; Hebreus 7.24.
2. Gênesis 12.1-2: para esta seção inteira veja *Histoire sainte*, ch. I.
3. Gênesis 17.9ss.
4. Juizes 5,7-8.
5. Atos 7.
6. Atos 2.15.
7. Especialmente Atos 13 e a Epístola aos Hebreus.
8. Veja *Histoire sainte*, parte 2, ch. 1 e 2.
9. 2Samuel 7.1-17.
10. Oséias 6.7; 8.1.
11. Romanos 2.29.
12. 2Coríntios 11.22.
13. Gênesis 10.25.
14. Veja p. 395.
15. Gênesis 32.29.
16. Rimbaud.
17. 2 Mac 6.6: deve ser lembrado que os Macabeus são os últimos livros históricos dos judeus, na LXX.
18. Gênesis 49.8ss.
19. Deuteronômio 26.5.
20. Para todos esses diferentes eventos, veja a primeira parte de nossa *Histoire sainte*.
21. Gênesis 10.22.
22. Para esses eventos, veja *Histoire sainte*, parte 3, ch. 3, seção “As rainhas idólatras”.
23. Veja abaixo, p. 307, para a língua aramaica.
24. Gênesis 19.30.
25. Deuteronômio 7.1.
26. Sobre os hititas ou heteus, veja o livro de L. Delaporte (Paris, 1936).
27. Os tabletas de Ras Shamra (Ugarite-Síria) que datam do 14º século a.C., são conhecidos como protofenícios: foram descobertos a partir de 1928, e têm a máxima importância para o início das Escrituras.
28. Veja *Histoire Sainte*, parte 2, ch. 1, seção “Um problema de datas”.
29. Ao que sabemos, foi devido ao seu sotaque que identificaram Pedro como um dos discípulos do galileu Jesus no pátio do sumo sacerdote (Mt 26.73).
30. Existem ainda hoje “judeus” pela religião que não são “judeus”; desde o século XVI de nossa era têm

havido judeus chineses, por exemplo. No estado de Israel existe uma vila de italianos procedentes de San Nicando, perto de Bari; trata-se de ex-católicos convertidos ao judaísmo por um certo Donato Manduzio, um fanático bíblico, e levados por ele para a Terra Santa; sendo considerados como inteiramente judeus, e na atualidade são governados por uma mulher, Deborah Bonfito (veja Henri Amouroux: *J'ai vu vivre Israel*, p. 71, (Paris, 1958).

31. Lucas 19.

32. É bastante provável que esta fosse apenas uma expressão de humildade; embora seja geralmente admitido que Paulo era pequeno, fraco e doente.

33. Veja p. 469.

34. Este era um ponto difícil nos primeiros dias da igreja cristã. Enquanto Paulo desejava admitir os pagãos na comunidade dos filhos de Deus sem obrigá-los a aceitar as observâncias judias, Pedro e os membros judaizantes vacilavam. A dificuldade não foi superada senão depois do concílio de Jerusalém em 49-50. Veja os dois primeiros capítulos de Daniel-Rops: *The Church of the Apostles and Martyr* (1960).

35. Esdras 4.4.

36. Tanahim, 17.4.

37. *The Antiquities of the Jews*, 11.8.

38. Agora Sebushieh.

39. João 4.20.

40. Guignebert: *Le Monde juif vers le temps de Jésus*, p. 253.

41. Um grupo de samaritanos, cerca de cem deles, vive até hoje em Nablus, como fizeram seus ancestrais: eles oram no Monte Gerizim, e possuem uma cópia muito antiga do Pentateuco que permitem fotografar.

42. A Bíblia fala das “cidades” de Samaria e do povo que habita a Samaria, mas nunca de um povo samaritano.

43. Schebiith, 8.10.

44. Tal como S. W. Baron, professor da Universidade de Columbia, cujo livro é mencionado nas notas bibliográficas.

45. Isaías 49.1.

46. Romanos 2.20.

47. A expressão “dispersão” ou “Diáspora” era comum no judaísmo do período helenista: (cf. 2 Mac 1.27; Jo 7.35; Jdt 5.23; Tg 1.1; IPe 1.1). Sobre a Diáspora, além das obras mencionadas nas notas bibliográficas (particularmente Bonsiven e Guignebert) veja J. Juster: *Les Juifs dan l'Empire romain*.

48. *Sibyline Oracles* 3.27.

49. Josefo, *Antiquities* 14.7.

50. *Filo: Legatio ad Gaium* 36.

51. *Antiquities* 17.11; *Wars of the Jews* 2.6.

52. *Antiquities* 18.3; Tácito: *Annals* 2.85; Suetônio: *Tiberius* 36.

53. Dio Cassius 68.32.

54. O de S.W. Baron.

55. S. Collon: *Remarques sur les quartiers juifs de la Rome antique* (*Mélange de l'Ecole française de Rome*, LVII, 72, 94).

56. Veja p. 76.

57. Sobre Filo, veja *The Church of the Apostles and Martyrs*, e o excelente livro de Daniélou (Paris, 1958).

58. Tob 13.4.

59. Esta versão, frequentemente citada durante os últimos dois mil anos, está longe de ser perfeita.

60. *Contra Apionem* 2.29.

61. *Wars of the Jews*, 2.20, A questão do proselitismo judeu será tratada mais completamente na quinta parte desse livro.

62. Citado por Agostinho na obra *A cidade de Deus* 6.11.

63. *Pro Flacco* 28.69.

64. *Mpigrams* 12.57.

65. Emile Mireaux comentou sabiamente que como resultado desta falta de organização central, o destino de todos os judeus do mundo foi entregue nas mãos dos extremistas na Palestina. Estes, instigando as grandes revoltas contra os romanos entre 66 e 135, provaram represálias e massacres através de todo o império. O ímpeto do judaísmo, que se achava em pleno desenvolvimento na época de Cristo, foi completamente interrompido; e isto deixou o campo livre para o cristianismo (La Reine Bérénice, p. 62). Veja também S. W. Baron, op. cit., p. 287ss.

CAPÍTULO TRÊS - O CONTEXTO POLÍTICO

DEUS E CÉSAR

Não há quem não se lembre da famosa cena em que Jesus, quando seus oponentes lhe perguntaram sobre a legalidade de pagar impostos às autoridades romanas, replicou com aquela ironia campesina que lhe era peculiar: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”.¹ Todos sabem também que a conduta humana deve ser governada espiritualmente por este preceito, mas que no curso da vida diária é difícil pô-lo em prática. Na Palestina de há vinte séculos era ainda mais difícil do que nos tempos modernos. De fato, o judeu dos dias de Jesus enfrentava muitas situações em que era praticamente impossível saber quais os limites entre o reino de César e o de Deus.

O ponto principal que jamais deve ser esquecido ao pensar na vida na Palestina é de que se tratava de um país ocupado. Os habitantes da Europa ocidental conhecem, por experiência própria, o que significa o termo “ocupação” e o que está nele implícito na forma de restrição e até mesmo de cativo e coerção. Os romanos dominavam o país no mais pleno sentido da palavra, seja diretamente ou através de seus servos. Mas, ao mesmo tempo, seguiam seu costume usual e permitiam que os povos conquistados continuassem sob o regime a que estavam habituados. Na Palestina isso significava a organização da comunidade judaica conforme estruturada depois da volta do exílio.

Havia, portanto, uma sobreposição de autoridades o que provocava inúmeras complicações.

A situação na província da Judéia era na verdade muito mais complexa do que em outras partes, na Gália ou na Grécia, por exemplo, em vista das ideias muito especiais dos judeus com respeito à autoridade política e seus direitos. Para o romano, assim como para o grego dos impérios helenistas, “o estado representava o princípio governante essencial. A cidade-império ou o império arrogava-se o direito de impor regras sobre a vida dos súditos segundo os seus maiores interesses. A religião e a nacionalidade eram reconhecidas enquanto permanecessem como instrumentos do estado. A religião e a adoração religiosa, de acordo com a fórmula estabelecida pelo estado, eram dever cívico.”² Em resumo, César controlava Deus. Entre os judeus dava-se justamente o contrário: Deus engolia César.

De si mesmo, o estado não existia. Todos aqueles elementos que em outra

parte constituíam a essência do estado ficavam subordinados à religião em Israel, pois fora unicamente a religião que permitira a sobrevivência do Povo Escolhido numa época em que não possuíam nem pátria nem estado. “Uma existência sem um estado e na verdade ultrapassando um estado político,” afirmou Fichte no último século, falando da nação alemã,³ era uma característica evidente do destino de Israel. Para o judeu, como mais tarde para o muçulmano, não havia distinção entre lei civil e mandamento religioso, desde que o primeiro derivava do segundo, nem entre poder político e autoridade espiritual. Dois sistemas atuavam então conjuntamente ou se sobrepunham, dois sistemas cujas bases filosóficas eram diametralmente opostas.

A extraordinária complexidade da estrutura política e administrativa surgiu deste fato: e quando seguimos os estágios do julgamento de Jesus podemos ver isso claramente, pois num ponto são as autoridades romanas que interferem e em outro o Tetrarca da Galileia, um subordinado de Roma; e cada um tem seu próprio conceito da lei. A complexidade não se achava apenas na estrutura política, mas também nas atitudes e partidos políticos, pois toda decisão religiosa tinha sua consequência política e, da mesma forma, todo ato político provocava repercussões na religião. Em vista disso surgia uma imensa variedade de correntes e tendências, de partidos políticos e seitas religiosas, variando desde o cosmopolitismo de Herodes às crenças messiânicas revolucionárias dos zelotes. Nem mesmo a Terceira e Quarta Repúblicas francesas poderiam ter apresentado um quadro mais confuso.

TEOCRACIA

“Algumas nações”, diz Josefo em uma passagem muito conhecida, “confiaram o supremo poder político às monarquias, outras às oligarquias, e ainda outras ao povo. Mas nosso legislador não foi desviado por qualquer dessas formas de governo. Ele concebeu a sua constituição em forma de teocracia, se nos arriscarmos ao uso de um termo novo, colocando toda soberania e autoridade nas mãos de Deus.”⁴ Esta é uma observação importante. Desde a época em que o desastre da deportação havia destruído a monarquia, toda autoridade tinha passado para os representantes de Javé na terra, os quais encarnavam, portanto, o desejo de Israel de continuar vivo. Quando a comunidade judaica se refez” depois de voltar à Terra Prometida, ela se agrupou em volta dos homens de Deus, confiando-lhes o governo e a responsabilidade de agir em nome da nação no trato com seus sucessivos senhores. A forma teocrática de governo foi a consequência natural de uma situação histórica em que a religião, o próprio âmagô do povo de Deus, submergira e absorvera tudo o mais. Para o crente

judeu, Javé reinava soberano; e ele governava através de seus representantes na terra, principalmente o Sinédrio e o sumo sacerdote.

“Sinédrio” — *sunedrion* em grego — é uma tradução exata do termo “consistório” que significa uma assembléia; um senado, um *boule*, como diriam em Atenas, ou talvez mesmo uma comissão permanente, que tinha sua sede em Jerusalém. A tradição judaica fazia naturalmente que ele remontasse a Moisés: “Disse o Senhor a Moisés: Ajunta-me setenta homens dos anciãos de Israel, que sabes serem anciãos e superintendentes do povo; e os traráis perante a tenda da congregação, para que assistam ali contigo”.⁵ De fato, nem no período dos reis nem nos tempos de Esdras houve uma assembleia que de qualquer forma se assemelhasse ao Sinédrio dos séculos posteriores. O primeiro traço dele pode ser encontrado nos dias de Antíoco III (223-187 a.C.). Josefo⁶ fala de um senado estabelecido nessa época. Mas foi sob João Hircano (134-104), o grande líder macabeu, que vemos esta assembleia em ação, sendo então uma espécie de corpo representativo das famílias importantes.⁷ Depois dele no reinado de sua nora Salomé Alexandra, membros da classe sacerdotal foram acrescentados à assembleia.

Ao conquistarem a Palestina, os romanos não eliminaram o Sinédrio, mas na verdade o reconheceram e lhe deram uma existência oficial de *facto*. É neste período que encontramos pela primeira vez a palavra *sunedrion*, Sinédrio, nos Salmos de Salomão⁸ judeus, apócrifos; o termo tem aqui mais o significado de um tribunal do que o de um conselho governativo.

Seus membros eram agregados em regime de cooptação e, conforme a tradição, somavam a setenta, com o presidente faziam setenta e um, pois setenta homens ajudavam Moisés.⁹ O Sinédrio se compunha, em partes quase iguais, dos “príncipes dos sacerdotes (os que tinham servido como sumo sacerdotes e os representantes das 24 classes sacerdotais); dos escribas e dos doutores da Lei; e finalmente dos anciãos do povo, leigos destacados escolhidos entre os cabeças das principais famílias, aqueles “cujas filhas tinham o direito de casar-se com sacerdotes”.¹⁰ Os dois partidos principais, os fariseus e os saduceus, eram representados no Sinédrio; mas o último, possuía muito maior influência. A presidência cabia a um duunvirado: o Nassi era o presidente titular, mas o Abet Bethdin ao seu lado era mais do que um simples vice-presidente, pois presidia quando a assembleia estava reunida como corte legal. Quem era o Nassi? Isto é, quem de fato presidia? Seria um rabino eleito, ou este era um cargo ocupado pelo sumo sacerdote juntamente com seus outros atributos? A questão tem sido muito discutida. Josefo¹¹ e o Novo Testamento¹² parecem dizer que o sumo sacerdote era automaticamente o Nassi e tem-se a impressão de que foi assim

nos dias de Jesus; mas a literatura talmúdica, por outro lado, dá ideia de inclinar-se para a outra hipótese.¹³

Nos Evangelhos e especialmente por ocasião do julgamento de Jesus, vemos o Sinédrio unicamente como um tribunal, como a suprema corte que de fato era, conforme será visto mais tarde.¹⁴ Mas não se tratava apenas de uma corte legal. Ele desempenhava também o papel de um colégio pontifício, encarregado do estudo das questões religiosas, e de um conselho político. Chegou-se mesmo a indagar se o Sinédrio não foi dividido em seções, como o moderno Conselho de Estado francês. Cada uma delas tendo a sua determinada atribuição, com uma reunião plenária nas decisões mais graves.¹⁵ Não há dúvida quanto à sua função política. Votava leis, tinha sua própria polícia, lictores, “que aplicavam a justiça”, e intervinham nas relações com os ocupantes romanos. Ele controlava tudo que fosse associado à religião e como de fato tudo na comunidade judaica era ligado à religião, poderia ser dito que o Sinédrio possuía o controle de tudo mesmo. Isto não agradava a todos. Na sua juventude, Herodes o Grande foi chamado perante o Sinédrio sob a acusação de ter-se excedido em autoridade; depois de passado algum tempo, porém, quando ele assumiu por completo as rédeas do governo, vingou-se cruelmente, dizimando esse corpo augusto.

Quer fosse ou não presidente do Sinédrio por direito, o sumo sacerdote representava uma autoridade diferente daquela da assembleia. Em primeiro lugar, como é evidente, ele derivava sua autoridade de sua posição sagrada: era o cabeça da casta sacerdotal, ungido com o óleo santo como tinham sido antes os reis; ficava preso a regras excessivamente estritas para assegurar sua pureza espiritual e sua santidade; vestia-se de forma a ser reconhecido a um simples olhar, sendo na verdade um indivíduo separado, uma testemunha de Deus e o guia espiritual do Povo Escolhido. Esta primazia foi ainda mais fortalecida através de circunstâncias políticas. Cento e cinquenta anos antes da era cristã, João e Simão Macabeu, os heróis da guerra de libertação, seguiram-se um ao outro no sumo sacerdócio, e depois deles o título permaneceu hereditário em sua família.

João Hircano e particularmente Alexandre Janeu, o primeiro a retomar o título de rei, mantiveram a autoridade religiosa ligada ao poder político. Através de todos os sangrentos conflitos que se seguiram à morte de Janeu em 76 a.C., o cargo permaneceu na família hasmoneana¹⁶, mas foi mantido cada vez mais ligado ao seu aspecto puramente religioso e removido do poder político. Em 37 a.C. morreu o último descendente do sumo sacerdote macabeu, decapitado por Herodes, e o título saiu das mãos dessa famosa dinastia. Mas devido à longa associação dos dois tipos de poder algo restou na mente do povo, e embora oficialmente só tivesse o encargo de suas funções sacerdotais, o sumo sacerdote

retinha uma autoridade mais do que simplesmente espiritual. De certo modo não seria impróprio falar dele como de um soberano pontífice.

A sua posição era então curiosa. Os senhores políticos do país é quem decidiam quanto à sua nomeação: intrigas, ameaças e frequentemente o suborno tinham parte na escolha. Se deixasse de agradar era deposto, a despeito de seu caráter inalteravelmente sagrado. Nos dias de Cristo o cargo era preenchido pelos membros de uma família sacerdotal cujo principal mérito era uma notável habilidade nas manobras políticas: uma família que conseguira manter o título durante cinquenta anos. Anás fora investido no cargo por Quirino, o legado da Síria, em 7 d.C., e se manteve nele até o acesso do imperador Tibério no ano 14. Sua influência era ainda tão grande que um ano depois de deposto conseguiu a nomeação de seu filho Eleazar, e a seguir a de seu genro, o insignificante Caifás, que bateu todos os recordes e reteve o posto durante dezoito anos, isto é, até 36 d.C., quando o legado da Síria, Vitélio, o depôs. Ele foi, porém, substituído por seus cunhados, os filhos de Anás; primeiro por Jônatas e depois por Anás, que levava também o nome grego de Teófilo.

O sumo sacerdócio, embora bastante enfraquecido e de certo modo desacreditado, mantinha mesmo assim uma posição muito real. O povo comum via no sumo sacerdote uma encarnação viva da lei. Eles o rodeavam com respeito e adoração. Ficavam maravilhados com o fato dele morar num dos palácios mais esplêndidos de Jerusalém atendido por uma criadagem quase real. Um chamado deste líder espiritual podia perfeitamente dar início a um conflito ou acalmá-lo. O senhor político do país preferia, portanto, manter boas relações com esse personagem altamente colocado. Vemos assim nos Evangelhos o procurador Pôncio Pilatos tratando-o com particular consideração. Havia uma interação sutil entre as autoridades ocupantes e este homem que, embora não possuísse um poder político oficial, era não obstante uma verdadeira autoridade no país; e sendo esta força manobrada por um homem excepcionalmente capaz como Anás, poderia influenciar grandemente a vida política de Israel.

A PALESTINA E O DOMÍNIO ROMANO

A suprema autoridade não pertencia menos aos que tinham imposto seu domínio sobre a Palestina no último meio século. As condições sob as quais haviam estabelecido e exercido esse governo explicam a atitude do povo judeu para com eles. Trata-se de um episódio histórico pouco conhecido — a Bíblia nada comenta a respeito — e extremamente complicado, uma trama de intrigas, revoltas, guerras civis e assassinatos. Uma série complexa dificultada ainda mais pelas repercussões da política romana, que na época também estava longe de ser

simples.

Para compreender a situação é preciso reportar-se ao início do primeiro século antes de Cristo, ao reinado de Alexandre Janeu (106-73), o filho do grande hasmoneu, João Hircano. Ele era tão ativo e autoritário quanto o pai e continuou sua política expansionista. Restaurou a seu favor o título de rei, mas seus opositores alegaram ser isto uma usurpação, desde que não pertencia à família de Davi. Os zelosos e piedosos se opuseram a ele — todos os que afirmavam descender dos *hasidim*, os heróis da resistência contra os gregos, os chamados fariseus. Eles censuravam este curioso sumo sacerdote, acusando-o de estar continuamente em guerra, de aliar-se com os incircuncisos e, o que era muito mais grave, de ter-se casado com uma viúva, o que a Lei proibia aos membros do sacerdócio.¹⁷ Quando a oposição dos fariseus irrompeu numa revolta, Janeu enfrentou-a de acordo com seus métodos que não eram brandos, culminando na morte de cinquenta mil homens. O líder espiritual de Israel pôde ser então contemplado banqueteadando-se com suas concubinas, enquanto oitocentos prisioneiros eram crucificados e suas esposas e filhos trucidados diante de seus olhos enquanto morriam.¹⁸

Esta tragédia teve as mais sérias consequências. Em primeiro lugar, ela dividiu a nação em dois, um dos lados a favor dos fariseus enquanto o outro aprovava esses métodos violentos: esta foi a origem daquela confusão entre as atitudes políticas e religiosas tão evidente nos dias de Jesus.¹⁹ Mas, acima de tudo, levou inúmeros israelitas a esperar que alguém viesse a interferir a fim de evitar uma repetição desses horrores; e aguardavam mais ansiosamente ainda pelo fato das tribulações terem continuado depois da morte de Janeu. O reinado da mulher dele, Salomé Alexandra (76-67) ficou marcado pela reação dos fariseus. Foi então que encheram o Sinédrio com seus amigos, doutores da Lei, que em sua gratidão passaram a descrever o reinado dessa beleza pagã tolerante como urna idade de ouro em que “os grãos de cevada eram do tamanho de azeitonas e as lentilhas tão grandes como peças de ouro”.²⁰ Essa época feliz foi seguida de um conflito mortal entre os filhos de Alexandra, Hircano II e Aristóbolo. Este último, homem inteligente e impetuoso, não podia perdoar que seu irmão mais velho inepto e estúpido ocupasse o cargo de sumo sacerdote e rei. A situação foi ainda mais complicada pela interferência dos beduínos da Idumeia e dos árabes nabateus de Petra, tornando-se atroz. O país sangrava debaixo da guerra civil e de ataques devastadores.

Foi nessa ocasião que muitos judeus começaram a pensar em apelar para um árbitro. Uma “terceira força” passara a existir, enviando uma delegação ao poderoso estrangeiro que na primavera de 63 a.C. se achava em Damasco. Algum tempo mais tarde os dois irmãos se aproximaram dele a fim de obter seu

apoio em troca de dinheiro vivo. O estranho a quem esses tolos com tanta ingenuidade ofereciam um cetro não era outro senão Pompeu.

Em sua irresistível expansão para o oeste, Roma tinha acabado de alcançar e passar por um estágio decisivo. Mitrídates, o último dos príncipes helenistas que ainda possuía algo da coragem de Alexandre, fora perseguido até a distante Criméia e ali se suicidara. Em 65 a.C. a Síria se tornara uma província romana. Pompeu não ficou indiferente aos convites dos judeus e depois de alguns meses de indecisão decidiu por um fim às dificuldades. Ele apoiou o inepto Hircano e marchou sobre Jerusalém para tratar com Aristóbulo. Este e seus seguidores se refugiaram no Templo e ali ficaram sitiados durante três meses. Um oficial — o filho do ditador Sula — finalmente forçou passagem através de uma brecha com um punhado de legionários. Essa foi a ocasião em que transcorreu a cena famosa em que Pompeu, querendo conhecer o segredo da religião judia, penetrou no Lugar Mais Santo com a espada desembainhada, esperando encontrar ali algum ídolo espantoso, e ficou surpreso por não encontrar nada, absolutamente nada senão o *vacuum sedem et inania arcana*, nas palavras de Tácito.²¹

Os romanos entraram então na Palestina como pacificadores, quase como salvadores e isto explica porque três quartos de séculos mais tarde havia judeus favoráveis ao governo deles ou pelo menos resignados ao mesmo como um mal menor. Tudo era preferível à guerra civil! Mas os romanos não conseguiram reter esta posição privilegiada de árbitros por muito tempo. A sua política na Palestina era confusa e por vezes contraditórias. Tem-se a impressão de que o realismo equilibrado, que lhes é repetidamente atribuído e pelo qual são elogiados, abandonou-os no momento em que entraram em contato com as infinitas reservas de astúcia da nação judaica e com a assombrosa facilidade com que seus líderes mudavam de lado.

O regime estabelecido por Pompeu era o de protetorado. O estado judeu, privado de sua região marítima e das cidades gregas interioranas, continuou a existir como um vassalo de Roma, sujeito ao pagamento de impostos. Hircano II foi confirmado em seu cargo de sumo sacerdote, recebendo até mesmo o título de etnarca, em substituição ao de rei. Seu irmão e inimigo, Aristóbulo, foi levado prisioneiro para Roma, juntamente com os filhos, Alexandre e Antígono. Mas a ineficiência de Hircano impediu que mantivesse o poder com rédeas firmes. Os filhos de Aristóbulo fugiram da prisão um depois do outro; e o mesmo aconteceu com Aristóbulo. Eles apareceram na Palestina e formaram um exército. A guerra civil começou novamente. Os romanos precisaram interferir diversas vezes, tentando ao mesmo tempo descobrir um regime adequado a essa nação singular. Foi em meio a toda esta desordem e confusão que outro poder entrou em cena.

Um Sheikh das estepes sulinas, chamado pelo nome grego de Antipater,

tinha sido nomeado governador da Idumeia, seu próprio país, por João Hircano. O filho dele, que tinha o mesmo nome, adquiriu tal poder pela sua riqueza e sua ligação com o reino nabateu de Petra que Pompeu o colocou como uma espécie de prefeito e administrador do palácio do infeliz Hircano II. Este foi o início de uma ascensão dinástica verdadeiramente notável. Esses idumeus, convertidos ao judaísmo, almejavam tornar-se senhores de Israel, e para satisfazer suas ambições eles habilmente procuraram cair nas boas graças dos romanos. Isto não foi nada fácil, desde que era praticamente impossível naqueles dias perturbados saber quem representava o poder legítimo em Roma. Antipater II fez este jogo perigoso com grande habilidade. Fez-se amigo de Pompeu, mas conseguiu tornar-se ainda mais amigo de César, depois que este, tendo cruzado o Rubicão a 12 de janeiro de 49, liquidara seu rival. Era tanta a sua amizade que obteve o título de procurador e para seus filhos, Fasael e Herodes, conseguiu dois comandos militares. Herodes, estrategista da Galileia, mostrou sua capacidade e poder de decisão ao abafar um motim nacionalista liderado por um certo Ezequias: foi nesta ocasião que o Sinédrio irado tentou em vão castigá-lo. Quando nos idos de Março de 44, César caiu sob os vinte e três golpes de Cássio e dos conspiradores republicanos, Antipater e seus filhos mudaram novamente de lado e o novo procônsul da Síria, que não era outro senão o próprio Cássio, não teve melhores amigos do que eles. Uma revolta contra os romanos irrompeu em vista dos pesados tributos impostos ao povo e Herodes reprimiu-a com firmeza. Seu pai morreu então, envenenado por um traidor, e Herodes herdou sua riqueza, ambição e capacidade.

A política romana mudou novamente de rumo e Antônio, um ditador em potencial, encontrou em Herodes e seu irmão dois amigos dedicados à sua causa, como tinham sido do republicano Cássio. De nada adiantaram os protestos dos judeus e os embaixadores por eles enviados ao seu novo senhor. Os dois idumeus receberam o título de tetrarca, que poderia ser perfeitamente traduzido como régulo, e o infeliz Hircano II ficou cada vez mais confinado às suas tarefas sacerdotais. Parecia na ocasião que os filhos de Antipater nada mais precisavam fazer do que adivinhar qual dos triúmviros: Antônio, Otávio ou Lépido iria ganhar a fim de que pudessem apoiá-lo, quando irrompeu um novo drama.

Antônio, cuja atenção estava completamente voltada para Cleópatra, não impediu a tempo uma invasão dos partos; e, oculto pela mesma, Antígono, o filho mais moço de Aristóbulo, reapareceu. Apoiado por muitos patriotas judeus e também pelos que se irritaram com os pesados tributos romanos, o último dos macabeus marchou sobre Jerusalém. Ele fizera um acordo com os invasores, prometendo-lhes mil talentos e quinhentas mulheres — um curioso tributo partindo de um pretendente ao sacerdócio. Os romanos estavam ocupados em

outra parte, e durante meses a guerra civil mais uma vez derramou o sangue do país. Antígono tomou finalmente a cidade santa e anunciou que na sua própria pessoa renovava o duplo título de sumo sacerdote e rei. Ele exigiu que o idoso Hircano lhe fosse entregue e mordeu suas orelhas, lacerando-as; pois isto o incapacitava para o sacerdócio, que só podia ser exercido por pessoas fisicamente perfeitas. Fasael por sua vez se suicidara, arrebentando o crânio contra uma pedra, preferindo a morte a entregar-se.

Mas havia ainda Herodes — um homem de ferro. Ele tivera êxito em alcançar a inexpugnável fortaleza de Masada no Mar Morto. Ao tomar conhecimento da vitória de Antígono e da morte de seu irmão, Herodes mais uma vez jogou sem hesitação a cartada certa. Partiu para Roma em meados do inverno e chegou ali justamente no momento em que Otávio e Antônio tinham feito as pazes. Os dois romanos estavam demasiado ocupados para preocupar-se com a Palestina e o jovem Herodes, que tinha então 23 anos, homem capaz e inteligente, cujo pai fora um dos amigos de César, pareceu-lhes ser a pessoa certa para acabar com as desordens entre os judeus. Suas qualificações eram ainda acrescidas pelo fato de ter-se comprometido com Mariamne, princesa dos hasmoneus, o que lhe dava um certo direito legítimo. Por decreto do senado ele foi, portanto, nomeado Rei da Judéia. Isto aconteceu no outono do ano 40.

Depois de três anos em que os seguidores de Herodes e os dos hasmoneus cortaram reciprocamente suas gargantas numa guerra furiosa, onze legiões e seis mil cavalaria tomaram Jerusalém em 37. Como era comum, grandes massacres se seguiram à captura e a um pedido insistente de Herodes, Antônio fez decapitar Antígono. O Sinédrio, que se recusou a reconhecer a posição real do jovem conquistador, foi dizimado.

Na época do nascimento de Jesus, a Palestina vinha então sendo governada, por mais de trinta anos, como um protetorado romano pelo “escravo idumeu”.²²

HERODES “O GRANDE”

De 37 a 4 a.C. o trono da Judéia foi então ocupado por Herodes. Esse é um nome que faz soar na História um eco trágico: nos evangelhos ele evoca lembranças de horror. Seria, porém, injusto julgar tal homem unicamente pela sua merecida reputação de executor impiedoso. Em muitos respeitos ele parece ser digno de admiração: era alguém que não desanimava quando a sorte parecia desertá-lo; tinha grande diplomacia, transformando habilmente uma situação desfavorável em proveitosa; como administrador era homem de visão e inúmeras ideias, e como construtor, incansável. Em todas essas coisas ele se destacava bastante dos demais. Seus contemporâneos o chamaram de “o Grande”, com muita justiça,

desde que não se pesquisasse muito quanto à origem da sua grandeza. De qualquer modo, ele foi o último grande governante de Israel.²³

Sua política ficava praticamente restrita a um único conceito: manter-se nas boas graças de Roma, isto é, do homem que governava Roma. Mas, quem era este homem, e quem seria ele? Esta era uma questão vital para Herodes, como o fora para seu pai, quando a 2 de setembro de 31, a frota de Otávio derrotou Antônio em Actium. Herodes fora amigo de Antônio, estaria tudo perdido para ele? Não. Ele salvou-se por meio de suas palavras, e até com certa nobreza, dizendo: “Fui amigo leal de Antônio. Tentei impedi-lo de seguir o curso desastroso aconselhado por Cleópatra. Se confiar em mim, serei um amigo fiel.” Ele conseguiu persuadir o desconfiado Otávio de sua sinceridade e desde essa ocasião até a sua morte, a despeito de algumas desavenças poucas e breves, houve sempre um bom entendimento entre o imperador e seu protegido, o pequeno *rex socius*.

Podemos, pois, considerar o senhor da Palestina na época do nascimento de Jesus como um daqueles príncipes vassallos a quem os grandes poderes usam e toleram; um marajá dos tempos vitorianos ou um Aga Khan. Herodes se ocupava em servir os interesses do conquistador e estava sempre disposto a protegê-los por intervenção armada. Ele sabia bajular muito bem e, em resumo, seus oponentes estavam certos ao dizer que não passava de um lacão de Augusto. Sua fortaleza tinha o nome de Antonia, tirado de Antônio; mas no seu palácio existia também um salão chamado César e outro Agripa. Sob um outro aspecto, ele adquirira a aparência de soberania sobre um território pouco menor do que o reino de Salomão, tendo-o expandido até o outro lado do Jordão. Logo depois da queda de Jerusalém ele conseguiu mediante pagamento em dinheiro a retirada das legiões postadas na Síria, prontas para interferir discretamente em caso de necessidade.

Herodes possuía um exército pessoal, composto de mercenários germânicos, gauleses e trácios; sua guarda pessoal era esplêndida, formada inteiramente de jovens oriundos da Galácia. Ele cobrava impostos para os romanos, mas tinha também o direito de arrecadá-los para si mesmo, o que não hesitava em fazer. No final de contas, parecia tão independente quanto o Sultão de Marrocos ou o Bey de Túnis de há pouco tempo atrás, quando se achavam sob a proteção francesa.

Ele não ousara, porém, ocupar o cargo de sumo sacerdote, pois sabia perfeitamente que seus súditos judeus teriam considerado isso como uma usurpação insuportável; limitando-se então a nomear os ocupantes do posto, cuidando para escolhê-los dentre famílias de posição suficientemente modesta a fim de não precisar temer sua influência. Teve ocasião de fazer sete ou oito dessas indicações sucessivamente, sem que qualquer deles deixasse marca na

história. O único que poderia ter desempenhado um papel de importância, seu pequeno cunhado, o hasmoneu Aristóbulo, morreu convenientemente depois de seis meses no cargo. Quanto a Hircano II, Herodes mostrou-se benigno ao empossá-lo de novo em Jerusalém, com todas as marcas de grande respeito; mas tendo as orelhas deformadas, o que poderia fazer o pobre homem?

Não se pode, entretanto, dar muito crédito à firme e esplêndida demonstração do poder de Herodes, pois seus fundamentos estavam na verdade longe de possuir qualquer firmeza, e ele sabia disso. Uma grande parte da opinião pública (entre os judeus) estava contra ele, por ser idumeu, praticamente incircunciso, um filho de Esaú; por ter-lhes sido imposto pelos romanos; e porque repetidamente seu comportamento era contrário aos mandamentos da Lei e da moral mosaica. Esta manifestação continua de hostilidade explica a dureza do governo de Herodes sobre os judeus e, até certo ponto, seus crimes. Sua polícia estava em toda parte; tudo se achava sob a sua supervisão. Ao que diziam, ele gostava até de investigar pessoalmente; andando incógnito pelas ruas, certo dia perguntou a um transeunte o que seus vizinhos pensavam do rei Herodes. O homem, que era esperto, replicou citando Eclesiastes: “Nem no teu leito amaldiçoas o rei... porque as aves dos céus poderiam levar a tua voz, e o que tem asas daria notícias das tuas palavras” (Eclo 10.20).

Além disso, as precauções jamais tiveram o efeito de evitar conspirações nem crises. Os conspiradores encontraram cúmplices na própria família do tirano, ou julgavam tê-los encontrado, o que era da mesma forma grave aos olhos de Herodes. Por esta razão ele tornou-se cada vez mais duro. Todos os últimos descendentes hasmoneus foram tratados assim: o pequeno Aristóbulo, um jovem encantador de dezessete anos, a quem nomeara sumo sacerdote num momento de imprudência, foi afogado pelos guardas da Galacia numa piscina no palácio de Jerico; a adorada Mariamne, a única dentre as suas dez esposas que Herodes parecia amar, foi executada sob suspeita de ter conspirado contra a vida dele. Os filhos dela a seguiram ao túmulo, assim como cinco outros nascidos de várias uniões. “É melhor ser um porco de Herodes do que seu filho”, declarou Augusto, fazendo pilhéria; pois, obediente pelo menos a este preceito bíblico, o senhor dos judeus não comia carne de porco.

Durante os quarenta e um anos do reinado de Herodes, a vida política de Israel foi cercada pela atmosfera de suspeita de um estado-militar, com a possibilidade sempre presente de uma revolução palaciana e de expurgos espetaculares. Num dia o povo ficava sabendo que centenas de fariseus tinham sido enforcados por criticar em voz demasiado alta o governador; em outro que trezentos oficiais, suspeitos de conspiração em Samaria, tinham sido linchados por uma multidão ataçada pela polícia; ou talvez que os jovens que haviam

tentado remover a águia dourada colocada pelo tirano no portão do templo foram apedrejados ou queimados vivos. Num clima de tanta violência o Massacre dos Inocentes no Evangelho se enquadra com perfeição e naturalidade. O homem, todavia, tinha diferentes facetas, pois em diversas ocasiões esse tirano selvagem mostrou humanidade como, por exemplo, quando vendeu seu prato de ouro para comprar trigo no Egito, a fim de remediar um período terrível de fome no ano 25.

Além disso, a nação judaica o suportou durante quarenta anos, e não existe dúvida de que isso foi devido à paz que ele lhes deu e à verdadeira prosperidade que proporcionou. Esta paz e prosperidade custaram, entretanto, muito caro, e Josefo até mesmo censura Herodes por ter reduzido seu povo à penúria,²⁴ o que parece um exagero. O que é certo é que a Palestina ficou cheia de monumentos em seu reinado, que obras públicas foram executadas ativamente e que se desenrolaram grandes festividades, celebradas com esplendor inigualável. Como se sabe, esta é geralmente a maneira como os ditadores tentam fazer com que o povo se esqueça da perda de sua liberdade. Fortalezas situadas em posições estratégicas foram construídas ou reparadas; tais como Maquerus, no Mar Morto e Herodium, que viria a ser o túmulo do rei. Cidades em ruínas como Samaria foram reconstruídas, e o porto de Cesaréia veio a ser o melhor do país, rivalizando com o de Pireu. Em Jerusalém propriamente dita ele construiu um teatro, um anfiteatro e um hipódromo e apesar do ódio dos judeus piedosos pelos espetáculos pagãos, eles atraíam grandes multidões. Foram levantados palácios mais esplêndidos do que tudo que já se vira antes. A sombria fortaleza Antônia ficava a cavaleiro do templo. E acima de tudo, sobre uma base imensa de enormes blocos de pedra — alguns com cerca de quarenta e seis pés de comprimento e outros seis de altura — um Templo completamente novo começou a ser erguido, tão imenso que cem anos iriam ser necessários para terminá-lo e tão rico que até mesmo o de Salomão era menos magnificente.²⁵

Tudo isto explica a razão porque, embora houvesse tantas coisas negativas contra ele, Herodes pôde manter-se na sua posição e acabar tendo uma morte natural. Antes dos quarenta anos a saúde começou a abandoná-lo. Um ataque de febre tifoide levou-o às portas da morte e os efeitos físicos e psicológicos do mesmo não mais o deixaram. Foi então que passou a sofrer de uma espécie de mania de perseguição. Ele via um assassino em cada parente e aumentou em muito o número das execuções por ele ordenadas. Foi também nessa época que quase perdeu a razão ao pensar ter sido justamente ele quem matara Mariamne, e seus gritos podiam ser ouvidos chamando o nome dela por todo o palácio, como se isso a fizesse voltar. Continuou inventando novas torturas para as suas vítimas:²⁶ um silêncio tumular o cercava, quebrado apenas pelos cânticos dos

trabalhadores no Templo e pelos gritos dos condenados. Uma terrível moléstia o acometeu — provavelmente um câncer do intestino — e de seu corpo saíam vermes e pus. Fez-se levar então para as águas de Calirrhoe, junto ao Mar Morto, onde esperava que os banhos quentes sulfurosos aliviassem suas dores; mas desmaiou ao tomar o primeiro deles. Ali ficou agonizante, com a mente divagando, assombrado pelos fantasmas de suas vítimas, num delírio atroz. Ele ordenou mais tarde a execução dos homens mais importantes do reino depois de sua morte, a fim de que fossem derramadas pelo menos algumas lágrimas sobre a sua sepultura. Herodes veio a morrer finalmente no ano 4 a.C., Jesus tinha então dois anos de idade.

OS SUCESSORES DE HERODES E OS PROCURADORES

Vamos adiantar-nos um quarto de século. No inverno do ano 27-28 d.C. surgiu um homem nas margens do rio Jordão, no vau de Bethabara; ele falou, atraiu multidões e batizou os ouvintes com o batismo do arrependimento. Logo iria encontrar-se com aquele de quem diria não ser digno de amarrar as sandálias. O nome desse homem era João.

Durante esse período a Palestina se encontrava numa situação muito diferente daquela dos dias de Herodes. Lucas fez uma excelente descrição a respeito no início do terceiro capítulo do seu evangelho: “No décimo quinto ano do reinado de Tibério Cesar, sendo Pôncio Pilatos governador da Judéia, Herodes tetrarca da Galileia, seu irmão Filipe tetrarca da região da Ituréia e Traconites e Lisânias tetrarca de Abilene, sendo sumos sacerdotes Anás e Caifás, veio a palavra de Deus a João, filho de Zacarias, no deserto”. O reino de Herodes o Grande fora, portanto, dividido e os romanos haviam colocado a parte mais importante dele sob a sua administração direta.

O próprio Herodes dividira voluntariamente o seu reino em três partes. Ele sem dúvida pensou que desde que nenhum de seus herdeiros teria capacidade para mantê-lo unido, uma divisão de autoridade e uma subordinação dentro da estrutura familiar seria uma boa solução.

Arquelau, o filho da samaritana Maltace além da promessa da sucessão real, ficou com a região central do país, Idumeia, Judéia e Samaria. Seus irmãos mais moços foram estabelecidos em posições algo subalternas: Antipas recebeu a Galileia, aumentada de uma parte ao sul do outro lado do Jordão; e Filipe filho de uma greco-egípcia de Jerusalém, obteve a região além do Lago de Genesaré, estendendo-se até o país montanhoso que a Bíblia chama de Basã inclusive. Os judeus que viram um presságio feliz no fato do tirano ter finalmente morrido no próprio dia da Páscoa, logo se desiludiram. Ficaram livres de Herodes, mas não

se achavam em melhor situação.

O funeral esplêndido, em que os restos mortais de Herodes foram levados diretamente para a fortaleza de Herodium numa liteira dourada guarnecida de pedras preciosas, enquanto um exército de escravos seguia após ela levando plantas aromáticas, mal terminara quando Arquelau anunciou sua intenção de partir para Roma a fim de falar com Augusto e ser confirmado no trono. Mas em seus primeiros movimentos ele cometeu um erro tático, perguntando à imensa multidão que naquela época fazia transbordar Jerusalém o que poderia ser feito para agradá-la. Alguns pediram uma redução nos impostos, outros a punição dos conselheiros de Herodes. Arquelau recusou e irrompeu um motim. O pátio do templo teve de ser tomado à força, ficando coalhado com três mil cadáveres. Um excelente início para um reinado. No momento em que o novo governante viajou começaram de novo as confusões, agravadas pela extrema cobiça de um cobrador de impostos romano: as legiões interferiram duas vezes, mas mesmo assim a ordem não foi restaurada. A Palestina inteira encheu-se de grupos antagônicos; o palácio real em Jerico foi incendiado; dois mil desertores do exército de Herodes atacaram as tropas reais. Na Judéia, o gigantesco pastor Athronges proclamou-se governador, enquanto na Galileia, Judas, filho daquele Ezequias morto por Herodes, assumiu a coroa. Varus, o governador da Síria, foi obrigado a entrar na luta em pessoa: ele crucificou dois mil judeus. Tudo isso fez com que os moderados decidissem enviar uma embaixada a Roma suplicando ao imperador que pusesse um fim à dinastia dos Herodes e incluísse o seu país na província da Síria.²⁷ Seria uma atitude sensata, mas Augusto não concordou com esta solução. De maneira geral ele ratificou o testamento de Herodes, mas concedeu a Arquelau apenas o modesto título de etnarca. Ele poderia tornar-se rei mais tarde, se fosse bom.

Arquelau não foi, entretanto, um bom governante. Mal se sentara no trono e já entrou em conflito com quase todos os seus súditos. Depôs dois sumos sacerdotes, um após o outro. Irritou os fariseus ao casar-se com Glaphyra, sua cunhada e viúva do hasmoneu Alexandre — casamento esse que contrariava a Lei. Os judeus sentiram-se provocados ao máximo quando ele instituiu impostos para a reconstrução do palácio de Jerico com grande esplendor e para construir uma cidade que receberia o seu nome. As dificuldades se acentuaram novamente, seguidas de policiamento e repressão. Talvez a força fosse o único método possível nessa ocasião em que o Povo Escolhido se encontrava em um estado de ânimo tão explosivo, tão incitado por agitadores e cheio de sonhos apocalípticos de liberdade e vingança; mas, mesmo assim, a aplicação da força exigia uma certa medida de inteligência. No ano 6 outra delegação seguiu para Roma a fim de pedir que Augusto chamasse à ordem o tiranete. As acusações

devem ter sido irresponsáveis, pois Arquelau foi banido para Viena, na Gália, onde segundo Estrabo ele morreu.²⁸ O seu país tornou-se uma província romana.

Os dois tetrarcas foram mais afortunados, ou talvez mais capazes. Como é natural, ambos seguiram a política de submissão a Roma até o ponto máximo, até à bajulação. Se um deles construía uma nova cidade chamava-a Tiberíades; e, a fim de não ser superado, o outro imediatamente trocava o nome de Betsaida do norte para Júlias. Se um restaurava Lívias, o outro construía Cesaréia de Filipos. Além de tudo isso, esses dois vizinhos na região do lago foram suficientemente sensatos para manter-se em bons termos recíprocos — ocorrência digna de registro por ser suficientemente rara na família herodiana.

Herodes Antipas foi chamado simplesmente Herodes nos Evangelhos. Jesus referia-se a ele quando mencionou “aquela raposa” na ocasião em que os fariseus, esperando obrigá-lo a deixar a Galileia, lhe disseram que o tetrarca queria matá-lo;²⁹ e fica claro que o termo (que poderia ser talvez traduzido como “chacal”) estava repleto de desprezo. Foi também ele que causou grande escândalo ao seduzir Herodias, esposa de um de seus meios-irmãos. E, como todos sabem, pela sua ousadia de clamar em público contra a perversidade desse déspota, João Batista³⁰ foi aprisionado na fortaleza de Maquerus e morto durante o banquete em que Salomé, filha de Herodias, pediu sua cabeça.

Foi também a Herodes Antipas (que se achava em Jerusalém para a Páscoa) que Pôncio Pilatos enviou o acusado Cristo, durante seu julgamento, sob o pretexto de que por ser ele galileu a responsabilidade cabia ao Tetrarca da Galileia, esperando sem dúvida livrar-se com isso de qualquer envolvimento no assunto.³¹ Sabe-se, outrossim, que apesar desse principelho ter uma vida perfeitamente mundana, ele não obstante tomava a precaução de enviar presentes ao Templo e abstinha-se de mandar gravar sua imagem nas moedas, chegando até mesmo a juntar-se ao protesto dos judeus contra a colocação de escudos votivos no santuário do Templo por ordem de Pôncio Pilatos. Quais as suas intenções secretas? Sonharia restabelecer o reino do pai? Qualquer que seja a verdade, ele foi acusado desta ambição por seu sobrinho-neto Herodes Agripa I, no ano 37, depois que esse jovem obteve a permissão de Calígula para suceder ao tetrarca Filipe que morrera em 34, e quando tencionava tomar posse da Galileia.

Antipas não pôde negar que havia acumulado armamentos e Roma não acreditou nele quando afirmou que pretendia usá-los apenas contra os árabes que os ameaçavam. Ele foi banido para Lyons, onde Herodias teve a decência de segui-lo; e enquanto seu acusador ficou com suas terras, Antipas provavelmente acabou sendo executado.³²

Seu meio-irmão Filipe desempenhou um papel ainda mais modesto na

política da Palestina. Estabelecido na parte montanhosa que ficava ao norte, passou a governar um feito de pedaços e pedacinhos, cujos habitantes, segundo Estrabo, viviam apenas à custa do crime e banditismo;³³ e ele percebeu claramente que, como Tetrarca da Ituréia, nada tinha a ver com esses grandiosos desígnios. Era um homem sábio e culto, a gentileza de suas maneiras estava em marcante contraste com tudo o que se conhece sobre a família herodiana. Amava as artes, a literatura e as ciências, particularmente a geografia, tendo os seus conhecimentos da mesma permitido que resolvesse o mistério das origens do Jordão. Este homem que não falava outra língua senão o grego, que vivia como grego e que mandara gravar sua efígie nas moedas como qualquer outro príncipe helenista, poderia mesmo assim ser chamado de judeu?³⁴

A Palestina então, na época em que Jesus veio para transmitir sua mensagem, era de fato administrada por dois homens, o tetrarca Herodes na Galileia e um oficial romano na Judéia e Samaria. O território tomado de Arquelau tinha sido transformado em província procuratorial de segunda classe, isto é, inferior em extensão e posição àquelas que o imperador confiava aos legados. Pode ser até que o legado da Síria que ficava vizinho, tivesse o direito de supervisionar a Palestina. Os procuradores enviados para administrar a província eram escolhidos dentre a ordem cavalariana e não senatorial. De todo modo eles tinham o *jus gladii*, isto é, plenos poderes da justiça criminal; o que mostra que Roma lhes concedia plena autonomia.

O procurador que ocupava o cargo na época era o quinto que os judeus tinham visto chegar³⁵ desde o ano 6 d.C., quando começou o domínio romano. Ele iniciara o seu mandato em 26 e ficaria no cargo durante dez anos mais ou menos: seu nome era Pôncio Pilatos.

A tradição cristã sempre tratou este homem com muita rudeza, atribuindo-lhe uma grande parte da responsabilidade pela morte de Cristo. Os judeus Filo e Josefo são quase igualmente severos devido a razões por completo diversas. O procurador da Judéia merecia realmente tanta animosidade? Uma leitura imparcial da Bíblia — o Evangelho Segundo João — nos dá a impressão de um homem fraco e não perverso. Um indivíduo fraco, querendo agir com decência, cujo modo de pensar não era indiferente à ideia de justiça, embora fosse demasiado cético. Um ser humano razoavelmente honesto, mas temeroso de ser denunciado em Roma. Temor esse bastante compreensível quando consideramos que o então imperador não era outro senão Tibério. Pouco se sabe de sua origem. Com certeza era da ordem dos cavaleiros, mas não se conhece nada sobre a sua família nem o lugar de onde viera. Alguns afirmam que seu nome pode ter sido uma contração de Pileatus, isto é, no sentido de ser alforriado ou liberto de uma condição servil; outros dizem que significava ser ele filho de um oficial

condecorado com o *pilum* ou lança de honra. Foi dito ser ele filho de Marco Pôncio, um general na Espanha durante a guerra de Agripa contra a Cantábria; que fora amigo de Germano, e até mesmo sua mulher, chamada de Cláudia Prócula no evangelho apócrifo de Nicodemos, era filha daquela notória Cláudia, filha de Augusto, cuja conduta provocou tantos boatos na época — isto explicaria a carreira do marido e a razão da sua presença em Jerusalém, em desacordo com os regulamentos vigentes.

Isto tudo é sem dúvida fictício, mas o que parece ser bastante verdadeiro é que Pôncio Pilatos não teve grande habilidade para governar a Judéia, embora em todo caso esse deva ter sido o cargo menos compensador e mais difícil que existia naquela ocasião. Certa vez ele colocou escudos votivos e estandartes com o retrato do imperador no Templo, à noite: a Lei judaica proibia toda e qualquer representação da forma humana e isto deu início a um tumulto tão grande que ele foi imediatamente obrigado a ceder. Numa outra ocasião, precisando de dinheiro para construir um aqueduto ele retirou a quantia necessária do tesouro do Templo e sua atitude provocou outro motim que tentou abafar enviando seus homens, vestidos como judeus, para misturar-se com a multidão e atacar os manifestantes. Certo dia, quando alguns galileus fizeram uma cena um tanto ruidosa no Templo, mandou que a polícia os atacasse com tal ferocidade que o “sangue deles... se misturara com os sacrifícios,”³⁶ como vemos em Lucas.³⁷ A sua atitude durante o julgamento de Jesus é muito conhecida: ela mostra que desprezava os judeus (cujo desprezo manifestou-se na inscrição que fez colocar sobre a cruz: “Rei dos Judeus”), mas também que os temia. Bastava que a multidão gritasse: “Não és amigo de César,” para que ele capitulasse. Seis anos mais tarde um último ato irrefletido terminou sua carreira. Um “profeta” que surgira em Samaria afirmou que o tabernáculo de Moisés e os vasos sagrados se achavam enterrados no alto do monte Gerizim, dizendo que ele iria desenterrá-los. No dia marcado uma multidão se reuniu ao pé do monte e começou a subilo, cantando salmos. Pilatos, porém, enviou suas tropas para ocupar o cume, dando-lhes ordens de dispersarem o povo, o que fizeram; mas a dispersão transformou-se em massacre. Pilatos foi denunciado ao legado da Síria, Vitélio, tendo sido removido do cargo e chamado a Roma onde o procurador da Judéia não conseguiu fugir da responsabilidade. Calígula o baniu para a Gália. Euzébio afirma que Pôncio Pilatos suicidou-se ali, ou seguindo ordens recebidas, ou movido pelo desespero.³⁸

O governo dos procuradores continuou durante trinta anos após a época de Pilatos. Houve, porém, um período vago nesta sucessão de oficiais romanos entre os anos 37 a 44, quando a administração imperial utilizou-se de um príncipe vassalo, como nos dias de Herodes o Grande. É estranho, mas é preciso

admitir que este último rei da Judéia, que reunia em sua pessoa o sangue dos governantes idumeus e dos sumos sacerdotes macabeus, revelou-se um bom soberano. Herodes Agripa I era neto de Mariamne, a esposa hasmoneana assassinada por Herodes. Ele fora educado em Roma, na casa imperial, tendo sido um jovem inquieto, perturbado; mas isso teve, entretanto, um resultado feliz, ligando-o intimamente a um de seus companheiros de dissipação, Calígula, o herdeiro do trono. Quando Tibério morreu e o belo jovem lunático tornou-se imperador, uma das primeiras coisas que fez foi libertar o amigo da prisão em que se achava por causa de suas dívidas e talvez também por ter desejado um tanto ostensivamente a ascensão do “Botinhas”.³⁹

O procurador Marcelo, que acabara de ser nomeado, foi chamado de volta, e o novo rei chegou à Palestina com tal esplendor que o país parecia ter retrocedido aos dias de Herodes o Grande. Um pouco mais tarde ele apossou-se dos territórios de seu tio Antipas e assim voltou praticamente a reunir outra vez o reino de seu avô. Agripa era tão esperto quanto Herodes e como se achava em Roma no ano 41, no exato momento em que Calígula foi assassinado, ele tomou parte decisiva na intervenção militar que fez Cláudio subir ao trono; o que naturalmente induziu o novo imperador a confirmá-lo em todos os seus direitos.

Este último rei deveria deixar uma boa recordação aos judeus. O seu reinado não só foi pacífico como também ele comportou-se como um seguidor de Javé, “nada omitindo das exigências da Lei”, como diz Josefo,⁴⁰ fazendo doações ao Templo, comparecendo ali abertamente para orar todos os dias, e ordenando até que os seus guardas perseguissem alguns jovens pagãos que colocaram uma estátua do imperador numa sinagoga. A fim de agradar o Sinédrio ele “mandou prender alguns da igreja para maltratar, fazendo passar ao fio da espada a Tiago, irmão de João. Vendo ser isto agradável aos judeus, prosseguiu, prendendo também a Pedro”.⁴¹ Foi também ele que construiu o terceiro muro da cidade, ao norte de Jerusalém, que encerrava os subúrbios; é provável que tivesse mandado erigir mais tarde um quarto muro. Esta demonstração de extremo zelo era de fato apenas um dos aspectos de um duplo papel representado por ele com grande habilidade. Agripa I vivia como judeu em Jerusalém, mas em Cesaréia tinha vida mundana, vivendo segundo os costumes gregos, tendo mandado erigir estátuas suas e de suas filhas, e cunhando dinheiro com sua efígie. Numa dessas moedas foi inscrita a palavra *philoromaios*, amigo dos romanos, inscrição essa muito verdadeira, pois de fato o último dos macabeus era o agente executivo do imperador.

Quando ele morreu em 44 o reino não foi, todavia, herdado inteiramente por seu filho, Herodes Agripa II. Os romanos podem ter ficado desconfiados por causa da construção do muro e talvez, como a situação social e política se

deteriorava rapidamente na Palestina, eles julgaram essencial a mão forte de um procurador. No início, portanto, o filho de Agripa não recebeu senão pouco mais do que o pequeno reino de Chalcis, uma herança modesta mantida por um tio e cunhado do mesmo; mas, posteriormente, a amizade de Nero permitiu que a substituísse pelo antigo tetrarcado de Filipe e depois acrescentasse ainda a Galileia. Em retribuição, ele deu novo nome a Cesaréia, chamando-a de Neronias. Era homem inteligente e capaz e, como o pai, teve suficiente habilidade para manter-se em bons termos com o povo, enquanto permanecia igualmente devotado aos romanos. Fica, porém, claro que sua lealdade a Roma era maior do que sua solidariedade aos judeus, pois no levante final ele se juntou ao lado do vencedor sem um instante de hesitação.

Todas as características dos últimos idumeus, três terços romanizados, podem ser resumidas na pessoa de Berenice — companheira desse principelho da Galileia. A poesia imortal gravou em nossas mentes a imagem de uma mulher terna, apaixonada. Mas ela foi na verdade uma criatura formidável, astuciosa, nascida para desempenhar papel importante no palco da política e por completo indiferente aos meios usados para alcançar seus fins. Em 48 ela perdeu o marido, Herodes de Chalcis, e passou a viver com o irmão, Agripa II, e foi então que o boato de suas relações incestuosas chegou até Roma, provocando a hilaridade de Juvenal.⁴² Ela se achava em companhia do amante fraterno em Cesaréia quando o apóstolo Paulo foi levado diante do procurador Pórcio Festo, na presença deles. Paulo então exclamou: “Acreditas, ó rei Agripa, nos profetas?”⁴³ Todos sabem que o caso de amor entre Berenice e Tito a tornou famosa e que sonhava reinar ao lado do senhor do seu povo como uma nova Ester. Entretanto, por razões de estado, o imperador Tito fez com que ela finalmente partisse de Roma — *invitus invitam* na frase lapidar de Suetônio⁴⁴ — fornecendo assim a Racine o mais belo e trágico tema de amor.

Depois da morte de Agripa II, os últimos membros da família herodiana nada mais vieram a representar.⁴⁵ O procurador imperial era o único e verdadeiro senhor da Palestina; suas decisões causavam temor e ano após ano, seu jugo se tornou cada vez mais pesado. Todos os procuradores, Marulo, Cuspius Fadus, Cumanus, Félix o irmão de Palias, Pórcio Festo o conhecido liberto de Cláudio, que manteve Paulo preso, Albino e Gessus Florus, deixaram em Israel a lembrança de governantes severos, intolerantes. Até mesmo Tibério Alexandre, o sobrinho de Filo que tinha abandonado o judaísmo para tornar-se oficial romano, não hesitou em afogar uma revolta em sangue. É verdade que a situação na Palestina piorava continuamente e se mostrava a ponto de explodir. A nação judaica fora sempre difícil de governar e justamente nesse período tornara-se quase incontrolável. Com a mente inflamada pelas lições de história, esse “artigo

perigoso”, como Paul Valéry o chama, a nação não tinha outro ideal além de fazer uso de novo do grito dos Macabeus e atacar Roma. Mas essa não era absolutamente a hora certa ou adequada. E o imperador que reinava então sobre o mundo nada tinha em comum com o insignificante Antíoco Epifânio.

OS OCUPANTES E OS OCUPADOS

Cabe à administração romana a culpa dessas dificuldades e crises que deveriam finalizar tão catastróficamente? O imperador enviou procuradores apenas às províncias recém-anexadas onde se poderia esperar que surgissem problemas. Os oficiais escalados para a Judéia haviam sido informados de que teriam de lidar com um povo difícil, cheio de preconceitos incompreensíveis, divididos em facções e mestres na intriga. Eles estavam preparados.

Por conhecerem bem os judeus os administradores romanos tomavam particular precaução com eles. O procurador, por exemplo, não morava em Jerusalém, provavelmente com a ideia de poupar aos seguidores de Javé a visão de um estilo de vida pagão em meio à cidade santa e possivelmente também porque não confiava neles. Ele e seus oficiais se estabeleceram em Cesaréia, a antiga Turris Stratonis, que Herodes o Grande transformara em porto próspero, numa esplêndida cidade greco-romana. Ele só subia a Jerusalém para as grandes festas, a fim de supervisionar as concorridas e potencialmente perigosas reuniões que tinham então lugar. Quando permanecia na cidade se hospedava no palácio que pertencera a Herodes, enquanto a fortaleza Antônia servia de quartel-general e alojamento para o exército.

Além disso, algumas tropas ficavam estacionadas na própria Palestina. As legiões, compostas de cidadãos romanos, em sua maior parte gauleses e espanhóis, tinham seus quartéis na Síria, convenientemente próximas para interferir em caso de necessidade, mas fora de vista. No território da Judéia propriamente dito havia apenas auxiliares, gregos, sírios ou samaritanos, pois os judeus estavam isentos de qualquer forma de serviço militar.⁴⁶ Essas formações eram compostas apenas de cinco coortes de infantaria e uma ala de cavalaria, cada um com cerca de 509 a 600 homens no máximo. Quando as coisas pioraram, entre os anos 44 e 65, Jerusalém foi ocupada por uma guarnição de uma coorte; mas não se sabe ao certo se ela permanecia ali nos dias de Jesus.

Os procuradores tinham ordens diretas para tolerar as susceptibilidades dos judeus na medida do possível, principalmente nas questões religiosas. É verdade que havia exceções a esta regra, sendo, porém, comparativamente raras. A família imperial sempre enviava ricos presentes ao Templo. Filo chegou a dizer que Augusto ordenou que um boi e dois cordeiros fossem oferecidos todos os

dias “por César e pelo povo romano”.⁴⁷ As tropas que entravam em Jerusalém tinham ordem para cobrir os estandartes onde se via a imagem do imperador e as moedas cunhadas na Judéia (somente as de bronze, como veremos⁴⁸) não levavam também a sua efígie, mas apenas o seu nome e algum símbolo judeu. Como é natural, os judeus da Palestina, da mesma forma que todos os súditos judeus do império, não tinham necessidade de adorar o imperador, embora isso fosse rigorosamente exigido de todas as demais comunidades. Quando Calígula, que desejava ardentemente ser um deus, pretendeu fazer-se adorar em Jerusalém, o legado da Síria e Agripa I combinaram contornar a ordem do jovem maníaco.

Esse governo brando possuía, claramente, um outro aspecto. Não parece que as bem disciplinadas tropas romanas sempre agissem mal na Palestina, nem que tivessem como hábito praticar violências ou saques. Os comentários de Filo não são provavelmente bem fundamentados. É muito provável que ao ocorrer um motim, quando houvesse necessidade de restabelecer a ordem, os soldados se excedessem; mas isto seria uma exceção. Os impostos, por outro lado, deixavam os judeus furiosos. Não se trata de terem sido mais pesados do que nas outras províncias sujeitas ao tributo real: os impostos, diretos ou indiretos, eram mais ou menos os mesmos em toda parte; e em toda parte eram cobrados pelo mesmo péssimo sistema, de cobradores, os notórios “publicanos” do evangelho; que enriqueciam à custados contribuintes.

Mas os judeus não se conformavam porque todo esse dinheiro ia para o *fiscus*, o tesouro imperial, e ainda mais porque existiam impostos religiosos destinados ao Templo e aos sacerdotes, paralelos à maioria desses tributos estaduais, e a dupla carga era excessiva.⁴⁹

Outra causa de frustração residia sem dúvida nas medidas precisas e até mesquinhas que a administração romana tomava para o estabelecimento de sua autoridade e determinação de seus impostos. Uma delas é muito conhecida, o censo citado por Lucas no início do seu evangelho, quando ele nos mostra os pais de Jesus indo a Belém para registrar seus nomes.⁵⁰ É praticamente certo que a administração romana usava com frequência essa valiosa arma administrativa. O famoso monumento de Augusto encontrado em Ankara mostra que o primeiro imperador promoveu três censos, um em 28 a.C., outro em 8 d.C e o terceiro em 14 d.C. Sabe-se que houve um censo completo dos gauleses em 28 a.C. O registro no lugar de origem da família era tradicional em todo o oriente: em 104 d.C. encontramos um prefeito do Egito ordenando que todos os que estavam sob a sua jurisdição voltassem aos seus *nomos*, o distrito de seu nascimento, para serem ali contados.⁵¹ Não é preciso dizer que tudo isto causava grandes inconveniências; e os judeus consideravam tais censos como um sinal extremamente desagradável de sua sujeição. Eles eram numerados como animais

no mercado. “Somos descendência de Abraão e jamais fomos escravos de alguém”. “Todo o que comete pecado é escravo do pecado,” replicou Cristo.⁵²

Em análise final, o que não podiam suportar era o fato de não mais serem senhores de seu próprio destino e sim sujeitos ao governo de estrangeiros. Toda nação orgulhosa sempre se impacienta quando tem de sujeitar-se; quanto mais doloroso seria então isso para um povo que acalentava o legítimo orgulho de ter levado a verdade espiritual ao mundo e de ser aliado do próprio Deus. Israel não fora livre naqueles mais de quinhentos anos, mas a nação jamais se resignou a essa falta de liberdade. Em nossos dias certas nações foram levantadas em maré de libertação, e este espetáculo deveria ajudar-nos a compreender o pensamento judeu da época e seu ódio de todo e qualquer governo estrangeiro. Mas em Israel este ódio não se baseava apenas em razões patrióticas: suas raízes eram religiosas. O romano não, era unicamente o ocupante, mas também o ímpio e abominável pagão. A fusão desta raça com a de Israel não podia ser absolutamente permitida; não podia haver entre eles aquela miscigenação que foi tão benéfica na Gália, por exemplo; nada daquele amálgama de ocupante e ocupado que ocorreu em outras partes. A visão de um cavaleiro romano com sua capa vermelha e sua couraça era para o judeu um insulto às suas crenças mais profundas.

Uma situação estranha e difícil! Um súdito judeu, se devesse seguir os preceitos dos rabinos em toda a sua rigidez — e eles eram neste ponto muito mais rígidos do que o próprio Moisés⁵³ — não poderia ter qualquer espécie de relação com os administradores de seu país. Todo romano, sendo pagão, era impuro segundo a Lei. Isto explica porque no julgamento de Jesus, Pilatos foi obrigado a sair do pretório para falar aos judeus, “eles não entraram no pretório para não se contaminarem, e assim poder comer a páscoa”.⁵⁴ E nos Atos dos Apóstolos, Pedro enfatiza que ao entrar na casa do centurião Cornélio ele estava agindo contra a Lei, fazendo algo quase revolucionário.⁵⁵ Tácito acusa os judeus de “sentirem ódio de todos os homens” e estava enganado quanto a isso; mas não se engana quando os descreve como “separados”.⁵⁶ Deve ser admitido que essa atitude não facilitava o trabalho dos romanos. Nas inserções alexandrinas dos judeus nos livros sibilinos, aquelas coleções de comentários ditos oraculares que os gentios atribuíam a várias profetizas: sodomitas incestuosos, assassinos e parricidas estavam entre as menores de suas cortesias. Este tema cheio de esperança se repete continuamente: o governo desse povo maldito só durará algum tempo; “a virgem coberta de ouro e ébria de vergonhosa dissipação se cobrirá de infâmia e logo ‘as vestais não mais acenderão o fogo’”.⁵⁷

Nem todos os judeus partilhavam, porém desses sentimentos intensos. Os mais razoáveis entre eles compreendiam que a presença dos romanos na

Palestina trazia grandes benefícios, evitando a desordem e a invasão estrangeira. O povo ordeiro estava do lado deles. Podemos ler então nas epístolas de Paulo: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores”, assim como convites para orar “em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade”.⁵⁸ Tem-se realmente a impressão de que Paulo viu o império romano como uma realização histórica introduzida pela Providência, algo que fazia parte do plano divino e que devia ser usado para o bem da causa em seus aspectos positivos, tais como a *pax Romana*, as estradas, os navios e até mesmo a milícia. Sem dúvida eram poucos os que tinham uma visão desse tipo, e a maioria teria aceito Roma por prudência e com resignação.

Encontramos novamente aqui aquela perspectiva essencialmente religiosa que não se pode separar de qualquer das atividades humanas em Israel. Ao tomar uma atitude política, o judeu sem dúvida alguma estava tomando uma atitude religiosa, colocando-se muito exatamente em relação à doutrina e à prática. Os que interpretavam a Lei da maneira mais rigorosa, quase automaticamente se ligavam aos nacionalistas, aos que formavam a “resistência” contra a ocupação pagã. Por outro lado, os que eram mais tolerantes nos assuntos religiosos, aceitavam também melhor os romanos.⁵⁹ Pode ser dito então, de maneira generalizada, que as seitas religiosas⁶⁰ em que os judeus se dividiam, correspondiam de certa forma ao que denominamos partidos políticos. Os saduceus, procedentes das antigas famílias aristocráticas, os ricos, os sacerdotes e os oficiais do Templo, favoreciam em princípio a ordem estabelecida; e desde o período helenista eles tinham sido considerados como a parte do povo resignada à ocupação. Isto fez com que seus oponentes os julgassem traidores, quase-infiéis, semi-pagãos, embora pudessem ter afirmado que sua atitude tinha uma base religiosa firmada no conceito do universalismo judeu.⁶¹ Os fariseus, que se gabavam de ser mais piedosos do que todos, mais zelosos, melhor versados em assuntos religiosos e intérpretes mais rígidos da tradição, consideravam-se os herdeiros dos Macabeus e os verdadeiros guardiões de seu nacionalismo heroico. Politicamente, portanto, eles se opunham amargamente a Roma.

Pouco antes do nascimento de Cristo, um partido extremista emergira do grupo fariseu: eram os chamados zelotes, termo claramente derivado de zelo, ou antes de zelos, no grego original.⁶² Do ponto de vista religioso, eles não diferiam em nada dos fariseus; a despeito do que afirma Josefo,⁶³ eles não se afastaram para formar uma “quarta tendência”, mas constituíam o que pode ser chamado de ala militante do farisaísmo: “não reconheciam senhor algum senão Deus, e estavam dispostos a sofrer os mais espantosos tormentos em lugar de aceitar a autoridade humana”. O movimento liderado por eles era já considerável no ano 6

d.C., quando Judas de Gamala, chamado o Galileu, e Saduque, um fariseu, atacaram os romanos com seus seguidores durante a tomada do censo.⁶⁴ A revolta foi esmagada, mas como todos os extremistas, os zelotes ganharam a simpatia do povo. Não mais podendo incitar abertamente grandes números para um motim, eles se voltaram para o terrorismo, um tipo de terrorismo dirigido contra os indivíduos. Faziam uso da adaga curta chamada *sica* em latim e golpeavam com ela os que consideravam como infiéis ou traidores, ainda mais do que os próprios romanos. O apóstolo Paulo escapou deles por pouco⁶⁵. Foram esses sicários que continuamente instigaram as paixões do povo judeu e provocaram aqueles levantes e revoltas que se repetiram com tanta frequência e se mostraram tão inúteis até terminarem na catástrofe do ano 70.

Foi na verdade uma catástrofe que encerrou a ocupação romana da Palestina, no período que pode ser chamado aproximadamente de época de Jesus. Sinais dessa catástrofe já podiam ser observados nos dias de Cristo e ainda mais nos últimos dias da administração de Pôncio Pilatos. Depois disso, pode ser realmente dito que a história da Palestina não passou de uma série de levantes, esmagados com dureza, mas repetindo-se incessantemente. Todo procurador tinha de tratar com aquela agitação perene. Sob Tibério Alexandre, vinte mil zelotes foram crucificados na Judéia; sob Félix, um falso messias procedente do Egito apareceu e incitou o povo, reunindo trinta mil fanáticos no Monte das Oliveiras, onde o exército os fez em pedaços.⁶⁶ Esse homem não estava só, havia falsos messias surgindo de toda parte. A construção do Templo terminara. O encerramento dos trabalhos causou o desemprego de dez mil homens, provocando a miséria. Toda vez que alguém mais exaltado anunciava a chegada do vingador de Israel, imediatamente surgia um levante espontâneo. O último procurador não sabia para que lado mover-se. Um dia eram os judeus da vizinha Cesaréia; no outro, os de Jerusalém... E a coisa continuou até o ano 66, quando a Palestina inteira se revoltou e por todo o império, como represália, os judeus foram mortos aos milhares. Chegara a hora de Roma tomar medidas drásticas e terríveis a fim de resolver a situação. Isso envolveria nada menos do que o fim da cidade santa como Jesus previra em sua triste revelação no monte das Oliveiras,⁶⁷ assim como o cerco de Jerusalém durante cem dias, sob as ordens do imperador Tito, os horrores indescritíveis da fome, a queda da cidade e um massacre como a história poucas vezes ouviu falar.

O período romano da história judaica se encerra com esta visão horrenda; e com ele a comunidade sagrada, o estado de Israel, acaba para sempre. Uma cortina de fumaça se ergue do Templo em chamas; um clamor desesperado se faz ouvir entre as ruínas. “Jerusalém, cidade de Deus, o Senhor castigou-te por causa de tuas obras!” E por quanto tempo a cidade não seria mais do que um cemitério

ou, pior ainda, uma cidade pagã, Aelia Capitolina — aquela Jerusalém que alegrou “gerações incalculáveis”, como disse o ancião Tobias, e cujo nome perduraria pelos “séculos dos séculos”?⁶⁸

Notas

1. Marcos 12.13-17.
2. Veja as judiciosas observações de S. W. Baron, op. cit., p. 23 e 319.
3. Fichte: Sämtliche Werke 7.572.
4. Contra Apionem 2.16.
5. Números 11.16.
6. Antiquities 12.3.
7. I Mac 12.6; 2 Mac 1.10; 4.44; 11.27.
8. Psalms of Solomon 17.48 (cf. La Bible apocryphe, J. Bonsirven, p. 169).
9. Deve ser lembrado que até o Papa João XXIII a igreja católica manteve este número para os seus cardeais.
10. Sanhedrin 4.2.
11. Antiquities 20.9.
12. Especialmente Atos 5.17; 7.1; 9.1, etc.
13. Tratados Hagigah 2.2; Horayoth 2.5 e 3.1; Eduyyoth 5.6; Pesahim 6:33; Shabbath, etc.
14. Veja seção sobre Justiça, p. 193ss.
15. Esta ideia é discutida por Büchler: Das Synhedrium in Jerusalem und as Grosse Bet Din.
16. Este nome veio de um ancestral pouco conhecido dos Macabeus; cf. os merovíngios, descendentes do obscuro Mérovée.
17. Veja a proibição em Levítico 21.13.
18. Josefo: Antiquities 12.14; Wars 1.4.
19. Veja p. 435ss.
20. Taanith, 23 A.
21. History 5.9.
22. Este é o Herodes, portanto, de quem os evangelhos sinóticos falam em relação à chegada dos magos e ao massacre dos inocentes. “Trinta e poucos anos”: será necessário lembrar que Jesus não nasceu no ano I de nossa era, mas provavelmente em 6 a.C.? A data foi calculada errada da primeira vez por um monge do século seis, Dionysius Exiguus (cf. Jesus in His time, seção “Em que data Jesus nasceu 7”).
23. Para o reinado de Herodes a fonte, naturalmente, é Josefo, especialmente em Antiquities 15 e 17. O historiador alega ter usado as próprias memórias de Herodes.
24. Wars 5.6.
25. Sobre o Templo veja p. 407.
26. Por exemplo, ele forçou uma pele de ouriço sobre a cabeça e o rosto do rabino Baba, até o pescoço, de modo que os espinhos cegaram e feriram o infeliz homem.
27. A parábola em Lucas 19.12 foi talvez inspirada por este incidente.
28. Strabo 16.2,45.
29. Lucas 13.32.
30. Lucas 3.19; Mateus 14.3; Marcos 6.17.
31. Lucas 23.7.
32. Dia Cassius 59.8.
33. Strabo 6.17.
34. Outro tetrarca mencionado por Lucas na frase citada acima, Lisânias, é absolutamente desconhecido, a

ponto de alguns terem duvidado de sua existência. Mas esta foi confirmada por duas inscrições encontradas em Avila (veja R. Savignac. *Revue biblique*, 1912, p. 533). Abilene é um distrito no Anti-Líbano, a oeste de Damasco, isto é, no limite que fica ao extremo norte da Palestina. Quanto a este Lisânias, ele foi talvez filho de um dos últimos casamentos de Herodes o Grande.

35. Uma lista dos procuradores é dada na p. 19 do Panorama do N.T. 2ª ed., de R. H. Gundry.

36. Lucas 13.1.

37. Para todos os incidentes relativos a Pilatos, veja *Jesus in His time*, consultando o índice.

38. *Church History*, 2.7.

39. Calígula foi um apelido que os soldados deram ao jovem Caio: uma calígula era uma bota militar.

40. *Antiquities* 19.6.

41. Atos 12.1-3.

42. *Saturnales* 6.156.

43. Atos 26.27.

44. Suetônio, Titus 7.

45. Sobre a dinastia dos Herodes como um todo, veja F. O. Busch: *Was begab sich aber zu der Zeit*. Sobre Berenice, veja o livro de E. Mieraux já mencionado.

46. Veja p. 185-186.

47. Filo, *Legatio ad Gaium*, 23.40.

48. Veja p. 224.

49. Veja a seção sobre o Templo e os sacerdotes, p. 425ss.

50. Lucas 2.1.

51. Para o censo veja o artigo do Padre Lagrange na *Revue biblique*, 1911, p. 67ss. Para o censo egípcio veja Grenfell e Hunt, *Oxyrinchuspapyri* 2.207.

52. João 8.33.

53. *Tratado Ohaloth* 18.7.

54. João 18.28.

55. Atos 10.28.

56. *History* 5.5.

57. Veja J. Bonsirven: *La Bible Apocryphe*, já mencionada: por exemplo, p. 193 e 200.

58. Romanos 13.1,5; 1Timóteo 2.1,4.

59. Algo parecido pode ser observado no catolicismo de hoje; os “integristas” que são muito mais rígidos em matéria de doutrina geralmente pertencem ao partido de direita, enquanto os “progressistas”, os católicos da esquerda, têm geralmente uma interpretação mais liberal.

60. Serão tratados na última parte deste livro, p. 435.

61. Marcos 12.13 também fala do “partido de Herodes”; este deve ter sido um grupo saduceu especialmente ligado à dinastia iduméia.

62. Um dos discípulos de Cristo, Simão o Zelote, pertencia a este partido (Lc 6.15; At 1.13); Mateus 10.4 e Marcos 3.18 o chamam de Simão, o cananeu, devido a uma confusão com o termo aramaico qanana que significa “zeloso”. Alguns julgam que Judas também pertenceu ao mesmo partido, pois Iscariotes poderia significar “aquele que resiste”.

63. *Antiquities* 18.9. Josefo fala dos essênios como representantes de uma das quatro escolas de pensamento em que divide seus conterrâneos. Mas as atividades deles só se concentravam no plano religioso (veja p. 447. Quanto aos zelotes, Josefo contradiz a si mesmo (ch. 23) afirmando “que concordavam em tudo com as opiniões dos fariseus”.

64. Josefo, *Wars* 2.118.

65. Atos 23.14ss.

66. Paulo foi tomado por esse egípcio (Atos 21.38).

67. Mateus 24; Marcos 13; Lucas 21.

68. Tob 13.11.13.

CAPÍTULO QUATRO - JERUSALÉM

A CIDADE QUE AGRADA A DEUS

Jerusalém... É impossível falar da estrutura social em que os judeus viviam sem fazer uma pausa para considerar esta cidade singular, à qual o destino de Israel estivera tão intimamente ligado durante um milênio. Ela era a capital do país, a rainha incomparável, indiscutível, da Terra Santa. O coração vivo do Povo da Aliança: para os judeus, Jerusalém significava mais do que Paris para os franceses ou Londres para o povo da Grã-Bretanha. Os ecos ouvidos pelo católico quando profere a palavra “Roma”, as poderosas emoções por ela evocadas, tudo isso era sentido pelo judeu quando pronunciava as sílabas (tão frequentemente repetidas em suas orações diárias) do nome esplendoroso, “tão sonoro quanto o toque da trombeta, mas também tão suave como a gaita do pastor”.

Jerusalém... Os peregrinos que viajavam em direção aos seus átrios gloriosos exaltavam a sua glória naqueles “cânticos dos degraus”, os salmos que cantavam em coro enquanto caminhavam. “Alegrei-me quando me disseram: Vamos à casa do Senhor. Pararam os nossos pés às tuas portas, ó Jerusalém! Jerusalém, que estás construída como cidade compacta, para onde sobem as tribos, as tribos do Senhor...”¹ O sonho mais caro de todos os judeus espalhados pelos quatro cantos do mundo era vê-la, visitá-la pelo menos uma vez na vida. A famosa expressão: “No ano que vem em Jerusalém” surgiu nos séculos mais remotos. Os que não podiam realizar seu sonho pensavam na cidade santa como um lugar de felicidade e esplendor onde tudo era belo, rico e cercado de glória sobrenatural. E assim, “As margens dos rios de Babilônia”, nos dias sombrios do exílio, os judeus distantes de casa choravam ao lembrar-se de Sião e cantavam este hino que ainda hoje nos comove: “Se eu de ti me esquecer, ó Jerusalém, que se resseque a minha mão direita. Apegue-se-me a língua ao paladar, se me não lembrar de ti, se não preferir eu Jerusalém à minha maior alegria!”²

De fato, para os judeus, Jerusalém era muito mais do que uma simples cidade terrena, uma cidade entre todas as demais. Ela fazia parte integrante do plano de salvação: não podia ser separada das palavras reveladas de Deus. O profeta Isaías lhes dissera que o próprio Deus afirmara: “Eis que crio para Jerusalém alegria, e para o seu povo regozijo. E exultarei por causa de Jerusalém, e folgarei do meu povo...”³ Fora Deus que chamara a cidade pelo nome quando disse acerca de Jerusalém: “Será edificada”.⁴ Ele próprio escolhera a cidade, a fim de ser nela

adorado.⁵ E tinha sido dito em Esdras que o único e verdadeiro Deus era Aquele adorado em Jerusalém.⁶ A cidade santa tinha estado ligada com todo e qualquer acontecimento na história bíblica; e o mesmo ocorreria de novo, no final dos tempos, quando todo o povo reunido veria a realização das profecias. Então “as portas de Jerusalém serão reconstruídas de safiras e de esmeraldas, e todo o seu recinto será de pedras preciosas. Suas praças serão calçadas de pedras brancas e puras, e em suas ruas cantar-se-á: Aleluia! Bendito seja o Senhor que lhe deu tal esplendor; que ele reine sobre ela eternamente”.⁷

SUA POSIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Jerusalém, situada no coração das montanhas da Judéia, que são consideradas como o bastião moral e físico da Palestina, ali se achava em vista de certos fatores geográficos; e, até certo ponto, a geografia foi também a base de seu esplêndido destino. Todo o povo da região da planície entrava ali em contato com os nômades das estepes; todavia, o pequeno distrito em que a cidade se desenvolveu era ainda mais particularmente uma zona de contato e um lugar de passagem. A rota mais ao sul em que se pode cruzar o Ghor antes do caminho ser barrado pelo Mar Morto, leva aos seus portões, onde se une à estrada serrana que vai de Samaria à Galileia, acompanhando o espinhaço montanhoso do país. E de Jerusalém as estradas de Gaza, Jafa, Jerico e Siquém se irradiam da mesma forma como os braços de uma estrela. Doze horas a pé levam ao Mediterrâneo, seis ao Jordão. O papel de Jerusalém como capital, fortaleza e mercado é portanto bastante compreensível.

No ponto em que a cidade foi construída, a cadeia central das montanhas palestinas se dissolve numa espécie de planalto, a uma altura de cerca de 762 metros, cortado pela erosão de torrentes violentas em duas partes elevadas que vão do norte em direção sul-sudeste, sendo estas separadas por um vale raso chamado Vale dos Queijeiros, o Tiropeom. Foi na parte sul das mesmas que construíram Jerusalém, uma cidadela protegida pela ribanceira do Hinom ao ocidente e a do Quidrom ao oriente, ambos wadis ou ribeiros quase sempre secos, mas que se transformavam em torrentes furiosas nas enchentes inverniais, tão furiosas que um deles foi chamado “ribeiro sombrio”.⁸ A colina ocidental, a mais alta das duas, que alcança 786 metros, é formada pelo Garebe, e o que os cristãos chamaram de distrito de Sião: este não é a Sião dos hebreus, mas a cidade alta, onde os ricos habitavam em seus palácios. A montanha oriental, mais estreita, é dividida em três planaltos menores; o mais alto (787 metros) recebera o nome de Moriá e sobre ele, cobrindo-o completamente, ficava o Templo. As duas planícies inferiores, uma ao norte e a outra ao sul, foram

chamadas Bezeta (734 metros) e Ofel (649 metros). Os estudos bíblicos e a arqueologia situam a Jerusalém original, a Sião de Davi, sobre Ofel; e ainda mais precisamente, ao lado da Fonte da Virgem, *Ain Sitti Mariam* ou Giom, cujas águas foram interrompidas por Ezequias no século VII, e desviadas através de um túnel de quase dois mil pés de comprimento até o poço de Siloé, para servir de reservatório em caso da cidade ser sitiada.⁹ Do outro lado da ribanceira do Quidrom ergue-se uma colina alongada cujo nome fala ao coração de todo crente: o Monte das Oliveiras onde o Cristo ressurreto desapareceu da vista de seus discípulos.¹⁰ Sua continuação para o sul recebeu o nome de Monte do Escândalo, pois foi ali que Salomão, o próprio Salomão, o ungido do Senhor, permitiu que altares dedicados aos deuses de suas esposas pagãs fossem erigidos.¹¹ No final dessa colina os três vales de Jerusalém se unem para formar o Wadi En-Nar, cujo leito corre na direção do Mar Morto.

Essa é a topografia de Jerusalém, tal como era ao tempo de Cristo. Ali plantada ela dá a curiosa impressão, quando alguém se aproxima pela estrada, de ser uma fortaleza, “uma cidade alta” como as Escrituras declaram repetidamente e, todavia, ao mesmo tempo, quando a vemos à distância ou quando é vista do alto, por exemplo de um avião atualmente, ela parece uma cidade rodeada de morros, edificada no fundo de um buraco. A única solução de continuidade no cinturão montanhoso, a beira buraco, é o Wadi En-Nar: por meio desta brecha Jerusalém entra em contato com o deserto e com a Ásia; sendo também através dela que o detestado *khamsin* sopra das areias escaldantes. A altitude de Jerusalém dá-lhe, porém, noites cor-de-pêssego e de uma frescura deliciosa. O vento também traz sobre a cidade as chuvas tão esperadas, vindas do oeste, que chegam precedidas de um grande exército de nuvens. Algumas vezes elas trazem a neve, pois o inverno em Jerusalém não fica só no nome.

MIL ANOS DE HISTÓRIA

O local em que Jerusalém se encontra foi habitado pelo homem desde tempos remotos. Segundo o salmista, a cidade santa deve ter sido chamada no princípio de Salém, pois ele diz: “Em Salém está o seu tabernáculo, e em Sião a sua morada”.¹² Esse é em todo caso o nome pelo qual é chamada em Gênesis,¹³ naquela estranha passagem em que Melquisedeque “rei de Salém e sacerdote do Deus Altíssimo” traz pão e vinho a Abraão e o abençoa. Mesmo antes da época do patriarca o Deus verdadeiro deveria ter sido conhecido ali. A explicação rabínica da mudança do nome da cidade é esta:¹⁴ muito antes do nascimento de Abraão, Sem, filho de Noé, já lhe dera o nome de Salém, talvez pelo fato desta palavra significar segurança; mas o patriarca queria chamá-la Jeru ou Jireh, e

Javé, para não desapontar nenhum deles, exclamou: “Dar-lhe-ei então ambos os nomes!”

A arqueologia informa, porém, melhor do que esta lenda ingênua.¹⁵ Ela mostra que o local foi habitado já no terceiro milênio por povos que viviam em cavernas próximas à Fonte de Maria. Cerca do segundo milênio a vila se transformara em um “*oppidum*” semelhante aos que os ligurianos estavam construindo no ocidente: fossos de defesa foram descobertos e também um santuário primitivo com uma rocha cavada em orifício na forma de taça. Cerca do século 15 a.C. ela já era uma cidade formidável cercada por um muro imenso com inúmeras torres; e um túnel chamado *sinnor* dava acesso à fonte — um túnel portanto quase mil anos mais antigo que o canal subterrâneo cavado nos dias do rei Ezequias. Esta poderosa cidade era conhecida em pontos remotos tais como a Mesopotâmia, em cujos documentos foi mencionada sob o nome de Urusalim, que tem semelhança curiosa com Ur, a cidade dos caldeus de onde Abraão partiu em sua viagem divinamente inspirada.¹⁶ Os habitantes dessa cidade eram cananeus, parte daquele povo que os exércitos judeus iriam enfrentar em tantas duras batalhas depois de Moisés tê-los tirado do Egito, a fim de conquistar a Terra Prometida. Esses cananeus eram peritos em fortificações: onde quer que traços de seu trabalho tenham sido encontrados, como em Jerico, por exemplo — sua eficiência técnica tem sido admirada pelos especialistas. Os israelitas levaram então perto de duzentos anos para vencer sua resistência apesar da proteção de Javé e dos milagres por Ele realizados. Urusalim foi um dos últimos lugares a oferecer resistência contra eles. Os cananeus que ali viviam, chamados de jebuseus, tinham tanta confiança na força de seus muros que possuíam até um ditado a respeito: “Cegos e aleijados bastarão para defender esta cidade”.¹⁷

A glória da conquista da inexpugnável fortaleza foi dada ao rei Davi cerca do ano 1000. Ele dirigiu o cerco em pessoa e a princípio concentrou seu ataque sobre a fortaleza de Sião, em Ofel, que protegia a cidade construída sobre a monte Moriá, na parte sul. Davi prometeu que o primeiro homem que entrasse receberia o comando do seu exército e Joabe realizou essa façanha, arrastando-se ao longo da passagem que levava a água para dentro da cidade e tomando de surpresa a guarnição. O rei deixou Hebrom, a antiga capital de Israel, por ser muito distanciada do centro e imediatamente instalou-se na capital que acabara de tomar. A “cidade de Davi” se levantou sobre o monte Sião e, sob a orientação de arquitetos fenícios, foi levantado o primeiro palácio real. Quanto esplendor! Mas tudo se fazia segundo a vontade de Deus. Foi o seu poder que deu ao povo a vitória, conforme sua promessa. Davi não se esqueceu disso e deu graças no mais fervoroso de seus salmos.¹⁸ Para mostrar sua imensa gratidão ele fez com

que a arca da aliança, o tabernáculo que os israelitas tinham levado com eles no deserto, o santo receptáculo para as Tábuas da lei, fosse levada a Jerusalém. Ali, sobre o monte Moriá, foi construído um lugar especial para guardá-la, feito de pedras e madeira de cedro, o primeiro Templo. No dia glorioso em que chegou a arca, Davi foi visto dançando “com todas as suas forças diante do Senhor; e estava cingido duma estola sacerdotal”.

Nos dias de Cristo, então, Jerusalém vinha sendo o centro religioso do povo de Deus já há dez séculos. Os escritos sagrados registraram cuidadosamente a expansão da cidade, detalhe após detalhe. Eles registraram como o célebre Salomão, filho de Davi, havia ligado a fortaleza de seu pai com o monte Moriá, seu palácio e seu templo,¹⁹ por meio de uma grande plataforma de terra; como ele protegeu sua capital com um muro construído sobre a colina ocidental,²⁰ o “primeiro muro” em cuja face norte se encontravam a Porta de Efraim e a Porta do Canto;²¹ e acima de tudo (um tema que foi bem explorado pelo autor inspirado) com a ajuda de seu amigo o rei Hirão de Tiro, na Fenícia, ele tomara sob sua responsabilidade a construção do Templo, o maior, o mais belo, o mais esplendorosamente adornado templo de que se tem memória, obra das mãos de 153.000 homens.²²

A partir de então a cidade do Todo-poderoso jamais cessou de crescer. Subúrbios se formaram do lado de fora dos muros, aquela nova cidade comercial que Sofonias atacou tão ferozmente;²³ e no século VIII, sob os reis Ozias e Ezequias, um segundo muro foi construído, que é lembrado pela sua Porta do Peixe.

O *sinnor* nessa época já estava em desuso e foi então que se construiu o canal subterrâneo, a fim de levar a água ao tanque de Siloé; foi também nessa época que as fortificações de Ofel foram reforçadas com uma grande torre redonda, cuja base foi descoberta pelos arqueólogos; e que as tumbas reais foram construídas ao pé dos muros. Tudo isto compunha um belíssimo conjunto e o livro de Neemias dá uma ideia precisa da cena ao contar como tudo teve de ser reconstruído depois do desastre.²⁴

Pois a cidade de Davi sofrerá um desastre; e ainda após cinco séculos, a memória do mesmo era ainda dolorosa para os judeus. Javé se esquecera então da aliança e quebrara sua promessa? Não. Não fora Javé, mas o seu povo. Na época dos últimos reis de Judá tinham sido cometidas abominações na Jerusalém propriamente dita. Os profetas clamaram contra as mesmas, mas em vão.²⁵ Surgiram altares para os falsos deuses, mesmo no Templo do Deus Único: a idolatria que os babilônios chamavam de prostituição-cultural florescera em todos os seus átrios; e o próprio rei Manassés, o ungido do Senhor, queimara crianças em honra do deus fenício Baal-Moloque no vale que desde então foi chamado de

Vale da Matança.²⁶

O fato de Nabucodonosor e os caldeus terem cercado a cidade foi, portanto, um castigo divino. Depois de um terrível cerco, os defensores dizimados pela fome e pela praga, tiveram de render-se. “Forçaram as mulheres em Sião, as virgens nas cidades de Judá. Os príncipes foram por eles enforcados, as faces dos velhos não foram reverenciadas.”²⁷ A cidade inteira fora incendiada, inclusive o palácio e o Templo. A vista desse medonho espetáculo, os judeus tiveram de abandonar sua cidade santa, enquanto eram levados para o cativeiro na Babilônia.²⁸

Depois do exílio, quando o bondoso Ciro, o persa Rei dos Reis, permitiu que voltassem à sua pátria em 538, o “remanescente” do Povo Escolhido julgou que nada era mais urgente nem mais sagrado do que a reconstrução de Jerusalém. Esse foi um empreendimento maravilhoso, repleto de fé e entusiasmo, e o livro de Neemias iria transcrevê-lo para a posteridade.²⁹ No ponto exato em que se erguera a cidade de seus ancestrais eles construíram outra nova; e ao mesmo tempo Esdras erigiu a cidade espiritual, a lei de Deus. Os muros derrubados meio século antes foram de novo erguidos. Toda a nação foi chamada para ajudar. Guardados por sentinelas “cada um com uma das mãos fazia a obra, e com a outra segurava a arma”; milhares de homens realizaram então a tarefa sagrada em 42 dias. No início do quinto século Jerusalém voltara a ser uma bela e esplêndida cidade. Com certeza não se podia comparar à capital de Salomão, mas mesmo assim era digna de Javé.

Ela continuou crescendo desde essa época. O governo dos selêucidas, esses príncipes greco-sírios, trouxe grande prosperidade a Jerusalém. Ela tornou-se cada vez mais importante como mercado e centro das caravanas, e toda a mercadoria vinda do mundo helenista e do oriente ali entrava. Novos distritos foram construídos, particularmente no planalto de Bezeta, ao norte do Templo — o distrito que Herodes Agripa I encerraria com um muro, mas isso foi muito mais tarde, bem depois da morte de Jesus. O desenvolvimento naturalmente não ocorreu sem tropeços nem problemas. O extraordinário Antíoco Epifânio, comumente chamado Epimanes, ou o louco, destruiu os muros de Neemias e construiu, provavelmente sobre um contraforte saliente na colina ocidental, a fortaleza de Acra, com o propósito de comandar dali a cidade.³⁰ A perseguição que provocou a fúria dos macabeu iniciou-se justamente nessa época. Os rebeldes vitoriosos derrubaram o forte de Acra, reconstruíram os muros e fizeram outro ainda melhor para proteger a fortaleza do lado da cidade.³¹

O rei Herodes foi quem acrescentou os últimos toques a Jerusalém como ela se encontrava nos tempos de Cristo. Ele foi um grande construtor, e no momento em que se tornou rei empreendeu a proteção da cidade alta levantando um

poderoso palácio-cidadela, coroado por três enormes torres, e também mandou reforçar o Templo junto à fortaleza Antonia. Acima de tudo ele decidiu, apesar de certa resistência por parte dos fariseus e sacerdotes, reconstruir o templo, dobrando a superfície útil do monte Moriá, através de prodigiosos muros e terraços de apoio. Colocou cerca de dez mil homens nesse trabalho e a seguir dezoito mil, dando ao edifício todo o esplendor que a arte helenista podia suprir. As ruínas impressionantes que podem ser ainda apreciadas na base da atual “torre de Davi”, uma parte do palácio real, e nos alicerces do grande terraço do Templo — o atual Muro das Lamentações — dão uma excelente ideia da arquitetura de Herodes. Muitos palácios foram outrossim construídos na cidade alta; ruas e praças largas foram abertas; o centro do Tiropeom foi coberto; e novos distritos surgiram em Bezeta e Garebe e até mesmo no Monte das Oliveiras e no Monte do Escândalo. Era essa a Jerusalém que Jesus conhecia.³²

VILAREJO OU METRÓPOLE?

Seria Jerusalém realmente uma grande cidade? É excessivamente difícil formar uma ideia exata de sua população. Os resultados dos censos romanos não chegaram até nós e mesmo que o fizessem, teriam de ser usados com cautela, pois como todos os povos orientais os judeus desconfiavam dessas contagens e não as apreciavam, sendo que muitos deles certamente fugiam das mesmas. A população das cidades orientais permaneceu conhecida apenas vagamente até um período bem recente; e mesmo no início deste século um guia turístico do Cairo continha uma nota dando a população como sendo de 200.000 habitantes, enquanto outro afirmava ser de 400.000.

Cícero fala de Jerusalém com desprezo, chamando-a de “vilarejo”³³ mas Josefo em sua obra *Contra Apionem*³⁴ cita uma passagem do Hecateus de Abdera na qual o geógrafo grego afirma que no tempo de Alexandre ela possuía 120.000 habitantes. Desde que Jerusalém se expandiu continuamente durante os períodos helenistas e romano, pode ser então suposto que na época de Cristo sua população teria alcançado um total de 150.000. Este seria um máximo. Em 1875, na área limitada pelo “segundo muro”, não foram contados mais que 15.000 habitantes. Se levarmos em conta a expansão da cidade sob Herodes e os procuradores, este número deveria ser multiplicado por quatro, o que nos leva a 60.000. Isto concorda de certo modo com o cálculo de 50.000 feito por Renan. Pode-se então calcular que o verdadeiro total esteja entre 50 e 150.000 habitantes, isto é, nas proximidades de 100.000. Mas tudo isto não passa de conjectura, e é preciso também considerar a interessante capacidade oriental de amontoar um grande número de pessoas num pequeno espaço.

De qualquer modo, este número assegurava a Jerusalém um lugar honrado entre as cidades do império; embora não fosse naturalmente uma posição de primeira fila. Ela não podia comparar-se às grandes metrópoles da época, Roma e Alexandria. Augusto afirma em seu *Rex Gestae* que quando se tornou cônsul pela décima segunda vez, no ano 5 a.C., ele deu sessenta denários a cada um dos 320.000 cidadãos de sua capital: contando as mulheres, as crianças, e o grande número de escravos, isto nos leva a concluir que Roma tinha mais de um milhão de habitantes;³⁵ sendo este exatamente o mesmo número aceito para Alexandria, desde que Diodorus Siculus,³⁶ que escreveu em meados do primeiro século a.C., afirma que a grande cidade egípcia possuía 300.000 libertos. Jerusalém não era nem mesmo a maior cidade judia do mundo, pois como já vimos as colônias judaicas³⁷ em Alexandria e Roma a superavam consideravelmente em número de habitantes. A primeira delas tendo uma população talvez duas ou três vezes maior.

A posição paradoxal da Terra Santa e de seu povo, ambos tão pequenos segundo as contagens comuns e todavia tão grandes em história, posição e influência, não foi repetida na capital dessa terra e desse povo. Jerusalém não era com certeza um vilarejo mas uma cidade de porte médio, como muitas outras na Europa, sendo ao mesmo tempo uma grande metrópole espiritual.

“A PERFEIÇÃO DA FORMOSURA, A ALEGRIA DE TODA A TERRA”

Embora moderada no tamanho, os judeus mesmo assim a admiravam. “A perfeição da formosura, a alegria de toda a terra!” clamou o profeta Jeremias,³⁸ e um aforismo rabínico afirmava: “Quem não viu Jerusalém jamais viu uma cidade realmente bela.”³⁹

Tomada em conjunto e vista de certa distância, a aparência de Jerusalém era realmente nobre. Os visitantes ainda hoje têm essa impressão: até tempos bem recentes, antes dos prédios modernos prejudicarem grande parte do cenário, a cidade possuía ainda muito da aparência que deveria ter tido há vinte séculos, pois os muros dos cruzados são sem dúvida bem semelhantes aos de Herodes e a mesquita de Ornar desempenha o papel de uma versão mais modesta da parte que o templo representou na composição da paisagem. Quando os peregrinos vindos do norte chegavam ao alto do Monte Scopus e paravam para apreciar a cidade, eles a viam como “um veado repousando entre as colinas”, fulvo e castanho — pois estas eram as cores da pedra calcária cozida ao sol — e salpicado de manchas brancas, representadas pelos palácios de mármore. A cidade ondulava suavemente, curvando-se de cima para baixo até o desfiladeiro central, e depois subindo de novo para alcançar os muros do santuário.

Mas a vista incomparável, a mais esplêndida de todas, era a apreciada do leste, quando, vindo de Betânia, o viajante parava no alto do Monte das Oliveiras, onde Jesus tinha olhado para Jerusalém e chorado pela cidade. A impressão era surpreendente e impressionante e continua sendo assim: Jerusalém se assemelhava a uma fortaleza inexpugnável, enquanto, ao mesmo tempo, parecia uma enorme joia num engaste de bronze. Além da garganta do Quidrom erguia-se uma parede de mais de 76 metros, com torres no cimo. Uma destas, a torre do canto sudeste, o famoso pináculo para o qual o Tentador levou Jesus,⁴⁰ ficava a uma altitude de pelo menos 64 metros acima das demais. Descansando sobre os seus fundamentos de alvenaria ciclópica, o Templo se erguia em todo o seu esplendor, estendendo suas espirais douradas em direção ao céu azul; e no flanco norte ficava o imenso cubo da torre Antônia. Por trás, na cidade velha, as casas se amontoavam num mosaico ocre, encerrado por linhas de sombra. Bem distante, na direção oeste, os palácios dos hasmoneus, de Herodes e dos sumos sacerdotes mostravam seus brancos telhados e suas colunatas, e além ainda podia ser vista a linha escura do muro da cidade subindo para o topo do Monte Garebe, ascendendo em grandes degraus e coroado de torres.

Para chegar à cidade, a não ser que se viesse do norte, de Cesaréia ou Samaria, era necessário cruzar uma ou outra das gargantas que a limitavam. Esses eram lugares feios e contrastavam grandemente com os subúrbios cheios de jardins que subiam, principalmente do lado leste, até as colinas com suas oliveiras e figueiras. Uma grande parte do vale do Quidrom era um cemitério, aquele célebre cemitério de Josafá onde todo judeu piedoso queria ser sepultado, porque o profeta dissera que nele seria reunida a humanidade no Dia do Juízo.⁴¹ Ali se achavam os túmulos de alguns dos grandes homens de Israel, tais como Absalão. Segundo uma tradição apócrifa, foi também ali, entre os túmulos, que alguns dos apóstolos se esconderam na noite da Sexta-Feira da Paixão. Quanto à outra garganta, o vale do Hinom, o *Ge Hinnom*, foi a famosíssima Gheenna, de péssima memória. Desde que o santo rei Josias se enfurecera com a visão de sacrifícios humanos a Moloque nesse lugar infame e ordenara que fosse transformado no monturo da cidade,⁴² detritos e animais mortos eram atirados ali e era mantida uma fogueira perpétua para queimar o lixo da cidade. Esse lugar horrível constituía uma imagem do próprio inferno e a partir dos tempos de Isaías⁴³ suas chamas passaram a ser o símbolo do fogo eterno.⁴⁴ Ninguém se aventurava naquele local depois do cair da noite.

Para entrar na cidade era preciso passar pelos famosos muros. Ela era cercada por eles sem solução de continuidade, estendendo-se por mais de duas milhas. A começar do Templo, onde se juntava ao muro de apoio do átrio, o muro cercava o monte Sião, desviava acima da junção do Hinom e do Quidrom,

subia as colinas até o palácio-fortaleza de Herodes, fazia um ângulo reto, com a torre Hippicus num dos cantos, parecendo entrar na cidade por meio de dois ressaltos, o segundo dos quais bordejava o Gólgota, o “lugar da caveira”, onde se realizavam as execuções, e depois corria em linha reta até alcançar de novo o Templo ou, mais precisamente, até a base sólida da fortaleza Antonia. Este muro foi parcialmente construído por Herodes sobre os alicerces do muro de Ezequias sendo, no mais exato sentido da palavra, uma obra realmente formidável. Ele era muito melhor do que o “terceiro muro” levantado às pressas por Herodes Agripa I em 44, e naturalmente mais ainda do que o “quarto muro” que foi descoberto bem ao norte da cidade em 1925 — um muro de que os legionários de Tito devem ter sem dúvida zombado. O muro de Herodes foi construído de enormes blocos colocados irregularmente, pesando o menor deles uma tonelada, “cheio de depressões e projeções arranjadas engenhosamente”, diz Tácito,⁴⁵ guarnecido de ameias, fortalecido por torres a cada 200 cúbitos, ou pouco menos de cem jardas, ou seja, a distância coberta por um arremesso de lança. Era tido como inexpugnável e de fato 15.000 soldados romanos tiveram de lutar durante trezentos dias para conquistá-lo.

Todas as portas eram fortificadas. O muro foi alargado até duas ou três vezes a sua largura comum e uma passagem em arco, fechada nas extremidades por pesadas portas, foi aberta através dele. Acima do arco ficava uma sala de guarda para abrigar os defensores. A Bíblia fala repetidamente da força e esplendor dessas portas: quantas havia, e onde ficavam? Havia muitas, provavelmente sete ou oito portas principais, sem contar as passagens subterrâneas. A leste, a Porta de Ouro, agora murada, levava diretamente ao Templo. Ao sul, a Porta da Fonte, também se abria para o vale do Quidrom; a Porta de Efraim e a Porta do Canto, também chamada de Porta dos Jardins, ficavam a oeste. Ao sul se achava a Porta do Monturo, dando para o Vale da Matança. Estradas saídas de Samaria, Jerico e da costa se encontravam na Porta do Peixe ao norte. Quanto à Porta das Ovelhas, à qual o Senhor se comparou,⁴⁶ era sem dúvida aquela agora chamada de Santo Estêvão. Por ela entravam os animais para o sacrifício, e ficava ao norte da Porta do Ouro. Jesus deve ter muitas vezes entrado e saído da cidade durante a Semana da Paixão pela Porta das Ovelhas.

Uma vez atravessadas as portas, o visitante se via num labirinto de ruas estreitas que ziguezagueavam entre quarteirões de casas sem nenhum plano aparente como acontece em Veneza ou na cidade de Casbah, na Argélia. Muitas dessas ruas eram cortadas em degraus, o que facilitava o acesso das pessoas e animais. Foram encontradas algumas dessas ruas, especialmente a que descia para o distrito de Siloé e, na terra pertencente aos Assuncionistas, aquela que Jesus sem dúvida percorreu na tarde da Sexta-Feira da Paixão para ir ao Monte

das Oliveiras. Havia poucas avenidas largas ou grandes espaços abertos. O desfiladeiro central do Tiropeom era atravessado por uma estrada larga e uma ponte que ligava o Templo e a cidade alta; e abaixo desta estendia-se uma grande praça pavimentada, cercada por colunatas e limitada ao norte pelo antigo palácio dos hasmoneus. Herodes planejara e fizera construir esse local para servir de ágora ou foro ao estilo greco-romano, chamado Xystus, que significa lugar plano. Outras praças menores são citadas nos tratados talmúdicos, sendo-lhes dados nomes segundo certas profissões — Praça dos Açougueiros, dos Tecelões, dos Pisoeiros, dos Pescadores — ou simplesmente chamadas de Mercado de Cima e de Baixo. As ruas também recebiam os nomes das diferentes profissões, pelo menos aquelas que tinham nome, pois os diversos trabalhadores de uma determinada profissão se mantinham juntos num mesmo distrito, como fizeram na Europa na Idade Média. Isto explica a infinidade de sinagogas onde o povo se reunia para orar, ou algumas vezes para discutir; não havia menos do que 480 delas. Cada grupo, cada quarteirão de casas possuía a sua, assim como cada um dos grupos de estrangeiros que chegava a Jerusalém por ocasião das festividades.⁴⁷

“Uma linda cidade”, afirmou Jeremias. Mas, seria realmente esse o caso? “Não se deve imaginar qualquer tipo de luxo nas construções: toda evidência obtida em relação a esse período nega tal coisa.”⁴⁸ Só as residências dos ricos eram cobertas de telhas, os pobres se contentavam com coberturas de palha e terra batida conforme mencionado por Marcos.⁴⁹ Havia grandes diferenças entre os vários distritos. Sião, o mais velho deles, era uma *casbah* à moda antiga; a cidade alta abrigava os abastados e poderosos, e o subúrbio de Bezeta os mercadores. A pedra trabalhada não era comum e as paredes de rudes blocos de argamassa estavam longe de ser elegantes: os judeus, ao inverso dos romanos, não eram pedreiros natos.

Mesmo assim, completamente separados do Templo, cujo esplendor era incomparável, Jerusalém possuía palácios, grandes mansões e obras públicas de porte. Destas últimas, as mais apreciadas eram as que forneciam à cidade a água, esse precioso elemento. Havia umas poucas fontes, entre elas a Fonte dos Pisoeiros citada no livro de Reis,⁵⁰ mas muito mais importantes eram os grandes reservatórios e tanques para os quais a água tinha sido levada com imensa dificuldade. Na parte baixa da cidade havia um tanque suprido pelo *famoso* aqueduto de Ezequias que recebera o nome de Siloé, palavra que significa “enviado”, nome esse cheio de sentido místico, que o evangelista João com certeza tinha em mente quando registrou a história do cego que Jesus curou, enviando-o para lavar-se nele.⁵¹ O tanque daquela época era uma depressão cercada por um pórtico herodiano. “No serviço da Festa dos Tabernáculos havia

uma procissão que ia até ele a fim de tirar água para levá-la ao Templo”. Nos dias de Cristo o outro tanque ficava ainda fora dos muros e talvez fosse essa a razão que induziu Herodes Agripa a construir o terceiro muro: tratava-se do *famoso* tanque com os cinco pavilhões onde, como diz o apóstolo João,⁵² uma multidão de enfermos, cegos, coxos, paralíticos ia lavar-se, porque acreditavam que de tempos em tempos um anjo descia e agitava a água e o primeiro que entrasse no tanque depois disso ficava curado. Ele foi provavelmente confundido com o “tanque da prova” que em tempos anteriores tinha servido para lavar os animais a serem sacrificados, Em todo caso, tratava-se de um belo edifício — os arqueólogos voltaram a descobri-lo — com cerca de 118 metros de comprimento e 59 de largura, cercado por arcadas; ele era dividido ao meio por uma separação sobre a qual ficava a quinta galeria com uma colunata⁵³. O tanque era um lugar de banhos públicos.

Vários palácios faziam o orgulho da cidade, O dos hasmoneus era o mais antigo, provavelmente datado da época de João Flircano. Herodes Antipas teria se hospedado nele quando ia a Jerusalém para as festas, e foi sem dúvida também para lá que Jesus foi levado, a fim de apresentar-se diante do rei.⁵⁴ O palácio esplêndido e fortificado que Herodes fez levantar no canto da cidade alta era a residência do procurador romano quando ia a Jerusalém. “Magnífico além de qualquer palavra,” diz Josefo, que era dado a expressões um tanto fortes.⁵⁵ Foi dito que ele se acha exatamente no local em que Davi cantava seus salmos, e fazia então parte do muro da cidade. Torres maciças, quadrangulares, o protegiam. Herodes o Grande dera a estas o nome de seus entes queridos: seu amigo Hippicus, seu infeliz irmão Fasael, a vítima dos partos, e aquela esposa muito amada, Marianne, a quem mandara matar. A última era a mais alta de todas, chegando a 28 metros. À noite, uma fogueira era acesa no alto da torre Fasael. Mas o interior do palácio nada tinha em comum com sua aparência guerreira. Era de mármore, com o chão pavimentado de pedras raras ou mosaicos. Possuía cem quartos e nos salões de banquete havia lugar suficiente para cem divãs destinados aos hóspedes. Seus pertences e decoração surpreendiam a todos, e mais ainda a beleza de seus jardins, onde piscinas esplêndidas eram supridas pelas águas de diversos aquedutos. O sumo sacerdote tinha um palácio mais modesto, embora bastante imponente, pois na noite trágica do julgamento de Cristo vemos um grupo de criados reunidos junto a uma fogueira em seu pátio; e parece não haver dúvida de que Anás, o sumo sacerdote deposto, tinha outro.³⁶

A torre Antônia não era uma residência, mas um alojamento. Nesse ponto onde a elevação de Bezeta torna o ataque comparativamente fácil, geração após geração construíram defesas sobre a plataforma de uma fortificação do tempo do

rei Salomão; e depois da volta do exílio foi levantada a torre Hananeel, cujo apelido grego era Baris, a cidadela superior a todas as demais. Os hasmoneus ampliaram a mesma, transformando-a em castelo e Herodes lhe deu a forma final: um retângulo alongado, de cerca de 100 metros por 50, com uma torre imensa de quase 31 metros de altura em cada canto. Toda essa estrutura era a verdadeira chave da cidade santa e a guardiã do Templo.

A guarnição romana se alojava nela e à noite podia-se ouvir os gritos das sentinelas, respondendo umas às outras, de torre em torre. Escadas levavam aos átrios sagrados. Sempre que necessário os soldados desciam correndo por essas escadas, fazendo enorme ruído com suas botas militares.^{56 57} Passagens secretas, sob o terraço do Templo faziam ligação com o centro da cidade. O meio do retângulo foi transformado num enorme pátio e dentro dele o trabalho meticuloso das Dames de Sion e dos Dominicanos da Escola de Estudos Bíblicos foi bem sucedido ao identificarem o espaço plano pavimentado, o famoso Lithostrotos em que Pilatos ocupou a cadeira de juiz para condenar Jesus, como lemos em João.⁵⁸ É comovente ver essas lajes enormes e gastas com suas várias inscrições, pedras sobre as quais Cristo indubitavelmente caminhou.⁵⁹ Elas se acham na parte subterrânea do convento das Dames de Sion.

Pouco mais precisa ser dito sobre o Templo além de que ele superava todas as outras glórias da cidade e que os judeus piedosos que chegavam a Jerusalém não tinham olhos para mais nada. Era o Templo de Herodes o Grande, o edifício que esse magnífico tirano iniciara no ano 20 a.C., no mesmo local que o de Salomão, que Nabucodonosor derrubara, e aquele muito menor do tempo de Esdras e Neemias; cujo lugar é agora ocupado pela mesquita de amar, com seu domo azul, que fica sobre o Hassam esh Sherif. Embora o idumeu tivesse celebrado a festa de dedicação dez anos antes do início das obras, no aniversário de seu acesso ao trono, e apesar de mil sacerdotes e mais de dez mil operários terem trabalhado nele durante 46 anos (João dá o período no segundo capítulo do seu evangelho) faltava ainda muito para ser acabado quando Jesus o conheceu. A obra não foi realmente terminada até entre 62 e 64, isto é, pouco tempo antes de ser destruído por Tito. Era, pois, completamente novo: a brancura do mármore se destacava e o ouro brilhava sobre a fachada. Como um diadema de pedras coroando a cidade de Jerusalém, construída e rodeada de pedras, a vasta massa do Templo se erguia lá bem no alto, com seus muros, seu átrios e santuários, um após outro; num arranjo cheio de significado simbólico.⁶⁰ Era digno de ser chamado “casa de Deus”, esse grande edifício para o qual nada era fino demais, nada demasiado esplêndido, esse “lugar santo” para o qual os peregrinos devotos subiam “entre gritos de alegria e louvor, multidão em festa...”⁶¹

A VIDA EM JERUSALÉM

Sem cair no pecado do anacronismo que Lucien Febvre afirmou ser o pior de todos para o historiador, é possível formar uma ideia de como era a vida há dois mil anos naquela cidade cuja topografia conhecemos agora tão bem? Não erraremos muito se empregarmos a analogia das cidades orientais onde velhos quarteirões ainda estão de pé; as partes antigas de Jerusalém como as vemos agora, por exemplo, ou a velha Cairo ou a Damasco dos califas.

A impressão geral que teríamos seria a de uma massa compacta, com cada centímetro de espaço ocupado. As casas se agarravam umas às outras, sobrepondo-se e até mesmo interpenetrando-se. Não havia jardins, exceto o de Herodes e aquele jardim de rosas murado, segundo o Talmude,⁶² datado da época dos profetas. Apenas aqui e ali se via uma figueira, plantada num pátio. Herodes Agripa I cercou o Garebe com seu muro a fim de que pudessem haver muitos lindos jardins. Não se viam estátuas nas esquinas, enquanto nas cidades pagãs era impossível andar sem ser-se obrigado a reconhecer um ou outro deus. Quase todas as ruas eram excessivamente estreitas, tão estreitas que dois jumentos, com seus cestos carregados, mal podiam passar. Até mesmo os transeuntes se chocavam uns com os outros, provocando gritos e contendas. As barracas dos mercadores, que se alinhavam pelas calçadas como uma feira ao ar livre, não ajudavam em nada a facilitar o trânsito. Havia também um labirinto de vielas e travessas, assim como pátios internos, onde apenas os que ali residiam circulavam sem perder-se. Os lugares mais animados eram as portas e os dois mercados, o da cidade alta recebia os que estavam em melhor posição social. Não se viam carros, apenas algumas liteiras pertencentes aos ricos. Encontravam-se, porém, muitos jumentos e o barulho de seus cascos era ouvido em toda parte, batendo nos degraus de pedra — degraus, desde que era impossível andar quinze minutos em Jerusalém sem ter de subir ou descer. Ovelhas e gado podiam ser encontrados em toda parte: tantos animais eram necessários para os sacrifícios. De tempos em tempos passavam pelas ruas as tropas zombeteiras dos auxiliares gauleses ou numídios, usando o elmo emplumado e a couraça, com uma capa vermelha sobre os ombros e montados sobre cavalos que subiam com dificuldade todos aqueles degraus.

Em quase toda a cidade fazia-se sentir um cheiro forte, uma mistura de substâncias variadas. O uso de “fogões ao ar livre, por causa da fumaça”⁶³ e o emprego de esterco nas árvores e flores⁶⁴ eram proibidos por regulamento policial. Mas, mesmo assim, o odor pungente da gordura aquecida se misturava ao cheiro acre do lixo que, segundo o Talmude,⁶⁵ era varrido dos espaços abertos todos os dias, mas sem dúvida ficava esquecido nas vielas. Além disso, se o

vento soprava um pouco do leste, a fumaça do altar dos sacrifícios se espalhava não só sobre os átrios mas sobre toda a cidade, trazendo um misto do cheiro medonho da carne queimada e do forte olor do incenso. O povo judeu tinha a reputação de cheirar mal, sendo esta certamente uma das pilhérias mais apreciadas pelos romanos. As mulheres, porém, se perfumavam bastante, e foi dito que chegavam ao extremo para cercar-se de uma atmosfera de aroma sensual quando achavam isso necessário. Os rabinos admoestavam inutilmente: “O incenso do Templo deve bastar para vocês!” O mercado de cima, onde se vendia mirra, nardo, e o custoso bálsamo, estava sempre abarrotado de gente.

A cidade não era apenas rica em odores, mas também em ruído. Ela vibrava com um rumor constante e confuso, exceto à noite e durante as horas muito quentes da sesta, ou no inverno quando o vento oriental trazia suas rajadas cortantes de chuva. Tudo se misturava formando esse som generalizado, os pregões dos comerciantes tentando atrair a freguesia, os gritos dos carregadores de água que traziam ao ombro sua mercadoria e ofereciam seus serviços, os proclamadores públicos que exigiam silêncio a fim de fazer seus avisos oficiais, e algumas vezes o grito dos guardas abrindo caminho para algum condenado que seguia em direção ao “lugar da caveira”, carregando a trave da cruz às costas. Os animais levados para o Templo baliavam e mugiam; os jumentos às vezes zurravam, mas isso raramente, pois tinham aprendido o dom da paciência. Um grupo de peregrinos passava, cantando em coro um salmo, ao som da melodia *A Corça da Manhã* ou *A Pomba dos Terebintos Distantes*. No quarteirão dos pisoeiros podia-se ouvir o ruído surdo e monótono das máquinas; no dos caldeireiros o som ritmado dos martelos. Depois, quatro vezes por dia, na hora do sacrifício e nas três paradas rituais, o toque tríplice das sete trombetas de prata que se fazia ouvir na porta do átrio dos homens no Templo e que impunha um silêncio parcial, em cujo período os piedosos se prostravam.

Esta era a atividade dos dias comuns; mas em certas ocasiões do ano a animação da cidade crescia intensamente. Eram os períodos das grandes festas, a Páscoa, a Festa das Semanas, o Dia da Expição e a mais alegre de todas, a Festa dos Tabernáculos. Quantos dias duravam essas festas? Nessas épocas multidões enormes de peregrinos enchiam a cidade; e mesmo se dividirmos por dez os milhões de Josefo continuamos imaginando como Jerusalém poderia receber toda essa gente. Do modo como eram as coisas, um grande número tinha de dormir fora da cidade, nos subúrbios, nas colinas, em tendas ou cabanas feitas de ramos, ou ao ar livre, como Jesus e seus discípulos fizeram no Jardim de Getsêmani. O ajuntamento era indescritível — grupos enormes de homens e animais, pois numa única Páscoa podia acontecer que 200.000 cordeiros entrassem na cidade. Essa era a ocasião em que os habitantes de Jerusalém

tinham oportunidade de ver seus irmãos da Diáspora inteira. Judeus da Babilônia com suas vestes negras se arrastando, judeus da Fenícia com túnicas e calções listados, judeus do planalto de Anatólia com seus mantos de pele de cabra, judeus persas em sedas brilhantes bordadas de ouro e prata. Todas essas pessoas se amontoavam no pátio do Templo: os vendedores de animais para os sacrifícios e os cambistas faziam fortuna para indignação das mentes puras, como a de Cristo. Os homens se empurravam a fim de entrar nas filas dos que ofereciam um cordeiro aos sacerdotes. Era uma feira, mas piedosa, uma confusão de espantar: o espetáculo apreciado em Meca, no apogeu das grandes peregrinações do Islã, dá uma ideia de como deve ter sido.

Podemos imaginar um dos mais solenes desses dias, ao cair da tarde, antes da hora nona quando o *shofar*, a trompa feita de chifre de carneiro, fazia soar uma nota longa e tristonha seguida dos seis toques rituais de trombeta a fim de anunciar o dia mais santo de todos, o sábado da Páscoa: e a lua de Nisã deslizava então pelo céu grande e calmo de Jerusalém, que finalmente se aquietara.

Notas

1. Salmos 122.
2. Salmos 137.
3. Isaías 65.8-19.
4. Isaías 44.26.
5. 2Crônicas 6.6.
6. Esdras 1.3.
7. Tob 13.17,18.
8. Quidrom significa “torrente enevoadá” (veja Strack-Billerbeck, 2, p. 567).
9. 2Crônicas 32.30.
10. Lucas 24.50; Atos 1.9.
11. 1Reis 11.4ss.
12. Salmos 76.3.
13. Gênesis 14.18.
14. Beresh, Rabbi, 9.
15. Veja os livros sobre arqueologia bíblica mencionados nas notas bibliográficas, e o excelente capítulo de Lemaire e Vincent na *Initiation biblique*.
16. Gênesis 11 e 12.
17. Sobre os eventos do cerco veja 2Samuel 5; 1Reis 1, 1Crônicas 11.
18. 2Samuel 22.
19. 1Reis 9.15.
20. 1Reis 3.1.
21. 2 Reis 14.13.
22. 2Crônicas 2-9.
23. Sofonias 1.10.
24. Neemias 3.16.
25. Veja *Histoire sainte*, ch. Le Royaume divisé contre soi-même.

26. Jeremias 7.3.
27. Lamentações de Jeremias 5.
28. 2Reis 25.
29. Neemias 2ss.
30. Veja o início de I Mac.
31. I Mac 12.36.
32. A Bíblia nada diz sobre o período que se seguiu à guerra dos Macabeus, e Josefo é nossa autoridade (Antiquities 15, e Wars 5).
33. Ad Atticum 2.9.
34. Bar 4.34 e Josefo Contra Apionem 1.72.
35. J. Carcopino, La Vie quotidienne à Rome p. 33.
36. Diodoro, 17.52.
37. Veja p. 58-59.
38. Lamentações de Jeremias 2.15.
39. Tratado Sukkah, 51.6.
40. Mateus 4.5.
41. Joel 4.2,12.
42. 2Reis 23.10.
43. Isaías 66.24.
44. Um leve eco desta palavra terrível ainda chega até nós no belo termo francês “gene.”
45. History, 5.11.
46. João 10.7.
47. Os vários detalhes são principalmente extraídos do Talmude, em especial dos tratados Erubin 10, Baba Mesia 16; Baba Kamma 82; Zebahim 96; e Megillah 73.
48. M. du Buit, obra mencionada nas notas bibliográficas, p. 34.
49. Marcos 2.4.
50. 1Reis 1.9.
51. João 9.
52. João 5.1-9.
53. Uma dessas colunas pode ser vista na casa dos “White Fathers.”
54. Lucas 23.7-12.
55. Wars 1.21.
56. Veja o capítulo “O julgamento de Jesus” em Jesus iti His time.
57. Paulo foi salvo da fúria dos judeus pelos guardas da fortaleza Antônia: Atos 21.32.
58. João 19.13.
59. Cf. La Forteresse Antonia à Jérusalem et la Question du prétoire, tese defendida pela irmã Marie-Aline de Sion em Paris, no mês de maio de 1955, para o seu doutorado.
60. Veja a seção dedicada p. 407.
61. Salmos 42.5.
62. Baba Kamma, 82, b.
63. Zebahim 96, a.
64. Baba Kamma 82, b.
65. Baba Mesta 26, a.

PARTE DOIS

NOITES E DIAS QUE BENDIZEM O SENHOR

Gelos e neves, bendizei o Senhor,
Noites e dias, bendizei o Senhor,
Louvai-o e exaltai-o eternamente!

CAPÍTULO CINCO - UM FILHO DE ISRAEL

“UM FILHO SE NOS DEU”

O nascimento de um filho na família judia era o mais feliz de todos os acontecimentos, dando aos pais a maior alegria. A notícia se espalhava pela vila ou quarteirão e os vizinhos eram avisados de que, segundo o costume antigo, haveria uma festa para a qual seriam convidados todos os parentes, amigos e pessoas que vivessem nas proximidades a fim de se rejubilarem juntos. O mais humilde dos casais se apropriava da grandiosa declaração de Isaías, repleta de implicações messiânicas: “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu”.¹

Os judeus sempre consideraram os filhos como uma bênção, como a maior forma de riqueza. Nas palavras do salmista: “Herança do Senhor são os filhos; o fruto do ventre seu galardão”. Outro salmo comparava o pai de uma família numerosa ao homem cuja mesa está cercada de oliveiras novas.² Um trocadilho popular transformou a palavra *banim*, filhos, em *bonim*, construtores. A esterilidade era então vergonhosa, segundo declarou Isabel, a mãe de João Batista;³ e os rabinos avançaram ainda mais, dizendo que “o homem sem filhos devia ser considerado como morto”.⁴ Quanto à esterilidade voluntária, era tida como um pecado tão grave que o profeta Isaías foi pedir contas ao rei Ezequias por causa disso, dizendo-lhe que a morte era o justo castigo de tal crime.⁵ O desejo de ter filhos era tão grande nos primeiros tempos que a mulher legítima concordava em que o marido os tivesse com uma de suas criadas, como fez Abraão, e Jacó depois dele.⁶ Não se sabe, entretanto, se esta prática da poligamia vigorava ainda nos dias de Cristo.⁷

A criança nascia então assim e geralmente sem grande dificuldade. As mulheres de Israel se orgulhavam de dar à luz rápida e facilmente — não como as egípcias, segundo diziam elas.⁸ Isso não evitava que sofressem, como ocorria, de acordo com o pronunciamento de Deus. Elas eram ajudadas por parteiras, de quem se faz menção desde a época dos patriarcas,⁹ e que usavam assentos especiais para o parto. Mas as mulheres judias podiam ajeitar-se perfeitamente sem as parteiras. Maria fez isso no estábulo de Belém.¹⁰ O desejo de assistir ao nascimento de crianças era tão grande que os rabinos abriam uma exceção na lei sagrada do descanso sabático: era lícito ajudar a mulher em trabalho de parto, levar uma parteira até ela, amarrar o cordão umbilical e até, como afirma o tratado *Shabbath*, cortar o mesmo.”¹¹ Se houvesse perigo para a mãe, os métodos

anticoncepcionais não só eram permitidos como recomendados.¹² O pai não podia participar do nascimento de maneira alguma; mas aguardar até que alguém fosse dar-lhe a notícia. Esta é pelo menos a conclusão tirada de um versículo do livro de Jeremias.¹³

No momento em que era avisado, o pai entrava e colocava a criança sobre os joelhos: este era o reconhecimento oficial da sua legitimidade. Se um dos ancestrais da criança estivesse presente, ele recebia às vezes este privilégio, como vemos no caso do patriarca José, cujos bisnetos “tomou sobre seus joelhos”.¹⁴ A criança era lavada, esfregada com sal para endurecer a pele e enrolada;¹⁵ depois disso podia ser mostrada aos outros. Os cumprimentos eram especialmente calorosos no caso de um filho do sexo masculino; se fosse menina o entusiasmo arrefecia, chegando ao ponto de parecerem simples expressões de simpatia. As filhas não aumentavam a fortuna da família, desde que ao se casarem passavam a pertencer a outras famílias. “As filhas não passam de um tesouro ilusório,” observa o Talmude; e depois acrescenta, “além disso, precisam ser continuamente vigiadas”.¹⁶

Mas, — e isto deve ser enfatizado, pois favorece em muito Israel — o medonho costume pagão de abandonar bebês, comum no Egito, na Grécia e em Roma, se não era desconhecido aos judeus¹⁷ era pelo menos absolutamente proibido. O pai egípcio podia escrever à esposa prestes a ter um filho: “Se for menino, pode criá-lo; se for menina, mate-a”.¹⁸ Nessa mesma época, porém, Filo estava escrevendo contra esta prática abominável numa passagem especialmente admirável.¹⁹ É possível que em Israel não houvesse grande alegria ao nascer uma menina, mas ela era mantida pelos pais em qualquer circunstância.

Quando o primogênito de uma família era homem, a alegria chegava ao auge. O hebreu tinha uma palavra especial, *bekor*, para o primogênito, e foi este termo que Lucas traduziu e aplicou ao filho de Maria.²⁰ Ele não quis dizer necessariamente que esse “primogênito” seria seguido de outros, como Lucian²¹ e outros lembraram, mas apenas que como “a força e as primícias do pai”,²² ele seria o futuro cabeça de sua família, com todos os deveres implícitos e privilégios concedidos a essa posição;²³ sendo também seu o direito de primogenitura, isto é, pelo menos uma parte em dobro da herança.²⁴ Ao nascerem gêmeos, tomava-se a precaução de registrar qual deles vinha em primeiro lugar, talvez amarrando um fio vermelho na mão da criança, como no caso dos filhos de Tamar e Judá.²⁵ Isto é entretanto um erro, pois a obstetrícia moderna provou que o mais velho, o primeiro a ser concebido, é o segundo a emergir.

Filho ou filha, mais velho ou não, o bebê era sempre amamentado pela mãe: este era um dever, e os rabinos não deixavam que as mulheres de Israel se

esquecessem dele.²⁶ Apenas raramente as mulheres dos ricos davam-se ao luxo de contratarem amas. A criança mamava longo tempo, durante dois ou até mesmo três anos se possível, a fim de poupar-lhe as doenças do clima, sendo a disenteria a principal dentre elas. Quando a criança era finalmente desmamada havia uma celebração e um sacrifício, em memória daqueles realizados por Abraão quando Sara desmamou Isaque.²⁷ A essa altura, porém, a criança já se tornara há muito um membro da comunidade religiosa, solenemente marcada com o selo de Deus.

MARCADO COM O SELO DE DEUS

A lei declarava com absoluta determinação que todo membro do sexo masculino devia ser circuncidado.²⁸ Nos dias de Cristo isso tinha de ser feito oito dias após o nascimento. A obrigação era de tal forma absoluta que a circuncisão (corte do prepúcio) devia ser realizada mesmo que o dia caísse num sábado.²⁹ Os rabinos estabeleceram cuidadosamente o que podia ser feito, transgredindo os mandamentos da Lei — “O corte, a extração da pele, o curativo da ferida, e a colocação sobre ela de uma pasta de óleo, vinho e cominho”.³⁰ Judeu algum podia, portanto, fugir da obrigação. O *Livro dos Jubileus*, uma obra apócrifa do segundo século a.C., chega ao ponto de declarar solenemente que os próprios anjos foram circuncidados.³¹

Como surgiu este dever? Os judeus não hesitavam em replicar que tivera origem em Deus, quando ordenou a Abraão que fizesse isso, tanto ele como seus descendentes. “Esta é a minha aliança, que guardareis entre mim e vós, e a tua descendência: todo macho entre vós será circuncidado. Circuncidareis a carne do vosso prepúcio; será isso por sinal de aliança entre mim e vós”.³² Não tem grande importância que a análise de textos possa ter suscitado a questão do rito ter ou não sido adotado por Moisés a exemplo dos midianitas³³ ou talvez por Josué na Colina dos Prepúcios quando entrou com seu povo na Terra Prometida.³⁴ O que é certo é que este costume era antiquíssimo, como provado pelo fato de serem sempre usadas facas de pedras para a operação.³⁵ Na época de Cristo a circuncisão era tida tanto como uma marca da aliança como um ato de purificação ritual. Homens como Herodes poderiam afirmar tratar-se simplesmente de um ato de limpeza; mas eles eram heréticos. É possível que em certa época fosse um rito a que os adolescentes se submetiam na puberdade, semelhante ao que existe hoje entre certos povos africanos; mas desde que aplicado ao recém-nascido, simbolizava sua admissão na tribo e sua filiação à comunidade dos fiéis. Uma cerimônia puramente religiosa foi também estabelecida para as meninas, a fim de marcar sua entrada no povo de Deus.

A operação era tida como insignificante; todavia, o tratado *Shabbath* observa que pode ser dolorida, particularmente no terceiro dia. No princípio era o pai de família que a realizava, como o próprio Abraão fizera;³⁶ a mãe não praticava esse ato a não ser nos casos muito graves, como por exemplo nos dias extremamente perigosos em que viveu a mãe dos macabeus.³⁷ No tempo de Cristo cada cidade tinha o seu *mohel*, um especialista nessa operação delicada. Precisava ser muito bem-feita, pois se o prepúcio não fosse removido adequadamente, o homem não seria admitido para “comer o Teruma”, isto é, as primícias oferecidas pelos fiéis aos sacerdotes.³⁸

Os judeus se apegavam a este rito mais do que a tudo no mundo, mais ainda do que às suas vidas, como foi visto no tempo dos macabeus, quando as mães judias preferiram morrer do que deixar de circuncidar os filhos,³⁹ pois viam na circuncisão o sinal de que pertenciam verdadeiramente ao povo de Deus. Não ser circuncidado, dizia o *Livro dos Jubileus*, era “não pertencer aos filhos da aliança, mas aos filhos da destruição”. Chamar um homem de incircunciso era o mais doloroso dos insultos. Não sabiam os judeus que outras nações haviam praticado o mesmo rito, os egípcios, por exemplo, e até mesmo seus vizinhos e inimigos os midianitas, edomitas, cananeus e fenícios? (Entre os fenícios, porém, ele tendia à extinção). É certo que sabiam: mas fora a sua circuncisão que os diferenciara dos gregos e que continuava ainda a diferenciá-los dos romanos. Nos dias dos reis ímpios, foram poucos os que “dissimularam os sinais da circuncisão, a fim de frequentarem os ginásios pagãos sem sentir vergonha”.⁴⁰ Foi por esta razão que os verdadeiros fiéis se apegaram tanto ao rito — a que Jesus teve certamente de submeter-se. Todavia, a Lei e os Profetas declararam que o simples fato nada representava a não ser que fosse seguido de uma intenção espiritual, e que a verdadeira circuncisão era a do coração:⁴¹ esta foi uma grande lição que nosso Senhor iria repetir muitas vezes, e de várias formas.

“A circuncisão não era a única cerimônia religiosa que acompanhava um nascimento em Israel. Havia outra ligada à mulher que dava à luz o filho. Toda mulher era impura perante a Lei depois do parto, à semelhança do homem que tocava um corpo morto. Tratava-se claramente da permanência de um tabu muito anterior a Moisés, mas a Lei deste o confirmou. O período de impureza dobrava no nascimento da menina em relação ao do menino: oitenta e não quarenta dias. Durante esse período “nenhuma coisa santa tocará, nem entrará no santuário... E, cumpridos os dias da sua purificação, por filho ou filha, trará ao sacerdote um cordeiro de um ano para holocausto, e um pombinho ou uma rola por oferta pelo pecado à porta da tenda da congregação... Mas, se as suas posses não lhe permitirem trazer um cordeiro, tomará então duas rolas, ou dois pombinhos, um para o holocausto e o outro para a oferta pelo pecado: assim o sacerdote fará

expição pela mulher, e será limpa”.⁴² A tradição cristã manteve a memória deste rito na cerimônia de ação de graças após o parto.

Quando a criança era o primogênito, os pais precisavam cumprir um dever especial. Isto fazia parte da lei geral, pois em Israel todos os primogênitos de todos os seres vivos, assim como os primeiros frutos, pertenciam a Javé.⁴³ O Todo-poderoso, ao falar a Moisés, lhe ordenara que todos os primogênitos, seja de homens ou animais, fossem dedicados a ele. Em seu evangelho, Lucas usa mesmo o termo grego *hagion* que significa santo; tornando-se a criança uma coisa santa, oferecida a Deus e separada do mundo comum, terreno. De onde veio esse costume? Ao ler os mandamentos em Deuterônomo tem-se a impressão de que ele surgiu de uma reação contra as “abominações” dos povos vizinhos que queimavam seus filhos em honra aos ídolos.⁴⁴ O próprio Javé sustara a mão de Abraão quando ele estava prestes a sacrificar seu filho Isaque em sua honra. Em lugar de sacrificar o recém-nascido, eles então o dedicavam de modo inteiramente espiritual e depois o resgatavam. Isto é, davam um animal para ser sacrificado em substituição, ou uma soma em dinheiro: foi isto que Javé exigiu deles,⁴⁵ em memória da misericórdia que mostrara a seu povo naquela noite em que o seu anjo destruiu todos os primogênitos do Egito mas poupou os de Israel, satisfazendo-se com um cordeiro em seu lugar.⁴⁶ Nos dias de Cristo este dever tinha de ser cumprido⁴⁷ dentro de um mês: uma oferta queimada de dois pombinhos ou duas rolas, o que era bem pouco; mas os pais ofertavam também cinco ciclos de prata, uma soma bastante alta para os mais pobres. Nenhuma família judia ousava, porém, fugir a este encargo piedoso, e Lucas nos mostra o mais dedicado, o mais santo de todos os filhos “resgatado” por seus pais na cena comovente da apresentação do Templo, onde as vozes inspiradas do idoso Simeão e da profetiza Ana deram a José e Maria uma ideia dos mistérios de glória e sofrimento a ele reservados.⁴⁸

O NOME

Era também durante as primeiras semanas e provavelmente no dia de sua circuncisão que a criança recebia um nome. A escolha do nome tinha a máxima importância, pois os judeus, como todos os habitantes do mundo antigo, atribuíam uma influência numinosa aos nomes. Na lenda egípcia de Ísis, vemos a deusa milagrosa recusando-se a curar Ra da mordida de uma serpente até que ele lhe dissesse o seu nome, no qual reside o segredo do seu poder. Da mesma forma, na história de Moisés, Deus lhe confere o maior símbolo da sua confiança revelando-lhe o seu nome inefável.⁴⁹ Acreditava-se que o nome fazia parte integral do indivíduo, que tinha influência sobre o seu caráter e até sobre o seu

destino. Se apegavam de tal forma a isto que um rabino chegou a dizer: “A condenação do céu pode ser modificada por uma mudança de nome”.⁵⁰ Reminiscências dessas crenças certamente chegaram até nós: existem muitas pessoas hoje convencidas de que um nome cristão possui influência; e houve romancistas como Balzac que escolheram o nome de seus personagens de acordo com a natureza de cada um.

O direito de escolher o nome do filho pertencia, portanto ao pai, o chefe da família. Há muitos casos de pais dando nome aos filhos nas Sagradas Escrituras:⁵¹ no relato do nascimento milagroso de João Batista no evangelho vemos Zacarias insistindo neste direito, embora estivesse mudo.⁵² Entretanto, existem também muitos casos de mães dando nome aos filhos na Bíblia; e a primeira foi Eva, a mãe da humanidade.⁵³ Pode ser então praticamente concluído que a escolha era no geral feita mediante acordo entre os pais.

O nome escolhido correspondia ao nosso primeiro nome: os judeus não tinham sobrenome — este não existia, embora tal coisa não signifique que o sentimento familiar não era altamente desenvolvido entre eles, pois era. O filho recebia necessariamente o nome do pai, como acontece entre os árabes hoje. O menino era chamado “filho de fulano”, *ben* em hebraico e *bar* em aramaico: por exemplo, João *ben* Zacarias, Jônatas *ben* Hanan, ou Veshua *ben* José. O filho mais velho recebia com frequência o nome do avô a fim de continuar a tradição onomástica da família e também para distingui-lo do pai.⁵⁴

Alguns desses nomes, ou antes prenomes, eram apelidos, lembrando as circunstâncias em que a criança nascera ou fora gerada. Certos deles eram sem dúvida piedosos: o Batista, por exemplo, foi chamado Yochanan (João) por ter sido “desejado por Deus”. Havia também outros nomes menos agradáveis deste tipo. Conta-se o caso de uma mãe que, irritada por não dar à luz senão filhas, chamou a quarta de Zaoulé e a oitava de Tamam, que podem ser traduzidos como “aborrecimento” e “basta”. Outros nomes eram escolhidos para dar boa sorte à criança, e alguns rabinos recomendavam até que fossem consultadas as estrelas, cuja prática era rejeitada por outros. Os nomes de animais eram bastante comuns: Raquel, ovelha; Débora, abelha; Yona, pomba; e Akbor, camundongo. Também havia árvores: Tamar, palmeira; Elon, carvalho; Zeitan, oliveira. Um grande número de nomes era tirado da Bíblia: patriarcas, profetas, santos e heróis. Encontravam-se, portanto, muitos Jacós e Josés, Elias e Daniéis, Sauls e Davids, sendo inúmeros meninos chamados de Simão e Judas, os gloriosos macabeus. Outros ainda eram teóforos, isto é, evocavam o nome de Deus, ou antes, um de seus nomes. Assim sendo, Jesus, Yeshua, significava “Yah (i.e., Javé) é salvação”. Os nomes terminados em *el* lembrava o nome bíblico antiquíssimo para o Deus Único, El, Elohim. Mas com frequência tais nomes

tinham perdido seu significado histórico ou sagrado com o uso, e não se pensava mais no sentido deles. Alguns tinham sido até deturpados, como o de Miriam, muito comum, o qual dificilmente fazia lembrar da irmã de Moisés, e cujo significado original “amada de Javé” fora esquecido. Sob a influência do termo aramaico *mary* ele era sem dúvida pronunciado Mariam, cuja forma grega e latina era Maria, significando “a senhora”. É curioso notar que no italiano este nome se transforma em Madona, no francês em Notre Dame e no português Nossa Senhora.⁵⁵

Todos esses nomes judeus possuíam competidores estrangeiros, em quantidades cada vez maiores. Talvez fossem aramaicos, como Marta, Tabita ou Bar-Tolomai (Bartolomeu); ou talvez gregos ou latinos. Entre estes dois, o grego era o mais provável, desde que o *koiné*, a linguagem popular, era a língua universal do império. A partir da época em que os selêucidas governaram o país, sempre havia judeus dispostos a helenizar seus nomes, como aquele Jesus, irmão do sumo sacerdote Onias III, por exemplo, a quem o semi-louco Antíoco IV colocou no lugar do irmão, e que se fez chamar de Jason Antiochener.⁵⁶ Nos dias de Cristo o hábito se arraigara tanto que metade dos personagens do Novo Testamento tem nome grego. Entre os apóstolos por exemplo, Filipe e André são nomes helênicos puros; Tadeu e Mateus são deturpações gregas de nomes hebraicos (Matthayah, o dom de Javé, tornou-se Matthaios, assim como Yeshua tornou-se Jesus e Miriam Maria); Tiago, João e até Simão parecem ser formas helenizadas de antigos nomes bíblicos; só Judas é inteiramente judeu. A adoção de nomes gregos era muito comum entre as pessoas da classe alta, e isso acabava por extinguir completamente o nome original. No caso da dinastia herodiana, por exemplo, a família beduína de onde surgiram ficou inteiramente perdida para a história, mascarada pelo nome grego que significa filhos de heróis. O antigo cemitério judeu de Bete-Searim recém-descoberto contém 175 inscrições gregas em comparação com apenas 32 hebraicas ou aramaicas, o que mostra a extensão da helenização.⁵⁷

Este hábito foi naturalmente ainda mais adotado nas comunidades judias da Diáspora, onde todos os nomes em Yah ou El se tornaram Teodoro, Teófilo, Dositeus ou Doroti. Uma família no Egito, cujos arquivos foram encontrados em Edfou, era composta de um pai chamado Antonio Rufo e cinco filhos, Nicon, Teodotos Niger, Teodoros Niger, Diofanés e Ptulis.⁵⁸ É portanto possível que esses nomes pagãos fossem usados para o trato com o mundo exterior, e que entre si os judeus continuassem a empregar seus velhos nomes religiosos: o título real de Herodes Agripa I era meio grego e meio romano, mas como sumo sacerdote ele se chamava Matatias, em memória do herói que dera os primeiros golpes na guerra de libertação, matando um oficial grego e um judeu apóstata.

A EDUCAÇÃO DOS JOVENS

A criança circuncidada, tendo recebido um nome e marcada com o selo de Deus, permanecia nos primeiros anos completamente sob os cuidados da mãe. Os pais judeus não pareciam absolutamente inclinados a fazer o papel de ama, além do mais, as judias eram excelentes mães, conscienciosas e devotas, a Bíblia está cheia de exemplos nesse sentido. As filhas ficavam com as mães até o dia do casamento. Elas ajudavam nos cuidados da casa, carregavam água, teciam e, na zona rural, participavam do trabalho externo — respigavam após os ceifeiros ou cuidavam das ovelhas durante o dia. O pai se encarregava dos filhos e os iniciava na sua profissão o mais cedo possível, para que logo pudessem trabalhar com ele, primeiro na função de aprendizes e a seguir como oficiais. Vemos assim na parábola dos dois filhos contada no evangelho, o proprietário de uma vinha mandando seus filhos trabalhar nela,⁵⁹ e na do pródigo, um dos filhos do homem abastado a serviço dele.⁶⁰ Jesus teria certamente aprendido o ofício de carpinteiro com José.

A educação ficava também a cargo do pai e ao que se pode depreender das tradições rabínicas, os métodos de ensino judeu eram excelentes. Os desagradáveis resultados da preferência do patriarca Jacó por José, deram lugar ao conselho prudente: “O homem jamais deve fazer diferença entre seus filhos”. “Ninguém deve ameaçar uma criança” afirmou outro sábio, “mas castigá-la ou silenciar”. E outro ainda: “Jamais diga a uma criança que vai dar-lhe algo e faltar à promessa, isso seria ensiná-la a mentir.”⁶¹ Deve ser porém admitido que os métodos deles não eram excessivamente brandos, “O que retém a vara aborrece a seu filho,” dizem os Provérbios, apoiando nossa frase popular: “Guarde a vara e estrague a criança”. Outro versículo diz: “Não retires da criança a disciplina, pois se a fustigares com a vara, não morrerá. Tu a fustigarás com a vara e livrarás a sua alma do inferno.” Também, “A estultícia está ligada ao coração da criança, mas a vara da disciplina a afastará dela”.⁶² E, como podemos ver, Eclesiastes aprova esses princípios sadios.⁶³

Os verdadeiros israelitas davam maior importância à educação moral do que a tudo mais. Existe um provérbio nas Sagradas Escrituras que diz: “Ensina a criança no caminho que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele”.⁶⁴ Na medida em que a lei moral se fundiu na religiosa, o primeiro dever do pai era ensinar os mandamentos a seus filhos. Foi esta em todo caso a ordem direta dada por Javé, através de Moisés, a todos os homens de Israel, ordem essa repetida de manhã e à noite na oração: “Ensinarás a teus filhos os meus mandamentos”.⁶⁵ Os pais também contavam aos filhos as maravilhas realizadas

por Javé a favor de seu povo, pois a prática da religião e a história da raça eram ambas parte da Lei. Eles explicavam o significado das grandes festas e lhes mostravam como cada um dos costumes observados possuía um sentido santo. Isto era também exigido deles pela Lei. Quando instituiu a Festa dos Pães Asmos, Javé disse: “Naquele mesmo dia contarás a teu filho, dizendo: É isto pelo que o Senhor me fez, quando saí do Egito. E será como sinal na tua mão, e por memorial entre teus olhos.”⁶⁶

Isto significa que o ensino na escola era desprezado? longe disso, os rabinos afirmavam repetidamente que ele era a base de tudo e absolutamente indispensável. “Se você tiver conhecimento,” dizia conhecido provérbio, “você tem tudo, mas se lhe faltar conhecimento, nada tem”. Certos doutores da Lei afirmavam: “É melhor que um santuário seja destruído do que uma escola”.⁶⁷ E um deles, provavelmente um professor, chegou a ponto de explicar o mandamento divino: “Não toqueis nos meus ungidos, nem maltrateis os meus profetas”⁶⁸ como uma referência aos alunos e seus professores.

Havia, pois, escolas na Palestina nos dias de Jesus, embora fossem uma invenção comparativamente recente, datando de apenas cerca de 100 anos antes dessa época. O rabino Simon ben Shetach, irmão da rainha Salomé Alexandra e presidente do Sinédrio, abriu a primeira *beth hasefer*, casa do livro,⁶⁹ em Jerusalém. Seu exemplo foi seguido por outros e, pouco a pouco, todo um sistema de instrução pública veio a existir. Cerca de trinta anos depois da morte de Cristo, no ano 64 mais ou menos, o sumo sacerdote Joshua ben Gamala promulgou o que pode ser considerado como a primeira legislação educacional: nada faltava nela — os pais eram obrigados a enviar seus filhos, havia castigos para os preguiçosos e os que faltavam muito, e uma espécie de curso secundário para os alunos mais inteligentes.⁷⁰ Jesus não teve o benefício de tal sistema em sua infância; mas é provável que o rabino Gamala estivesse dando apenas os toques finais em algo que já existia bem antes dele.

A escola primária ficava ligada à sinagoga, como acontecia no oeste medieval, com a igreja paroquial. As crianças, tanto ricas como pobres, começavam a frequentá-la na idade de cinco anos. O mestre não era outro senão o *hazzan*, o guardião dos livros sagrados e o ministro da sinagoga. Mais tarde, ficou estabelecido que no caso do número de alunos ultrapassar vinte e cinco, um professor especial seria nomeado. Os professores eram muito considerados; de fato, a voz corrente dizia que um mestre-escola era “o mensageiro do Todopoderoso”. Ao que parece, havia até mesmo inspetores encarregados de supervisionar a educação.

A tarefa principal dos alunos, enquanto ficavam sentados no chão à volta do mestre, era repetir de memória, e todos juntos, as sentenças ditas por ele em voz

alta.⁷¹ A mnemônica, parte necessária da expressão e transmissão do pensamento,⁷² como veremos, era frequentemente usada no ensino — paralelismo, repetição, aliteração — e as crianças a empregavam mesmo em suas brincadeiras, como podemos ver naqueles meninos em Lucas que “gritam uns para os outros: Nós vos tocamos flauta, e não dançastes: entoamos lamentações e não chorastes”,⁷³ que são obviamente versos mnemônicos.

O que elas aprendiam na escola? Em primeiro lugar a Torá; ou, para ser mais exato, praticamente nada além da Torá, a Lei sagrada de Deus. Dizia-se que “a criança deve ser engordada com a Torá como um boi é cevado no estábulo”.⁷⁴ As máximas da Lei, aprendidas na infância “entram através do sangue e saem pelos lábios”. Ela era ensinada para tudo, até para aprender o alfabeto: para tornar o aprendizado mais agradável, palavras eram formadas com cada letra por sua vez, como no nosso abecê, e arranjadas de modo que a criança podia transformá-las numa pequena lenda. Linguagem, gramática, história e geografia, ou pelo menos os rudimentos dessas matérias, eram todas estudadas na Bíblia. “É na Bíblia,” diz Josefo, “que se encontra o mais elevado conhecimento e a fonte da felicidade”.⁷⁵ Ele próprio se gaba de tê-la conhecido inteiramente aos quatorze anos; e o apóstolo Paulo lembra seu discípulo Timóteo que aprendeu as sagradas letras desde a infância.⁷⁶

Este uso exclusivo das Escrituras no ensino foi aparentemente a causa que levou muitos rabinos a negarem às meninas o direito de aprender. As mulheres não tinham posição oficial na religião, por que então ensinar-lhes a Lei? “Seria melhor ver a Torá queimada,” afirmou um doutor exaltado, “do que ouvir suas palavras dos lábios das mulheres.”⁷⁷ O mesmo doutor, que era sem dúvida um misógino, declarou que “ensinar uma menina seria o mesmo que colocá-la no caminho da devassidão moral”. Talvez possa ser vista aqui uma referência às maneiras do mundo pagão, em que a educação das mulheres fazia com que entrassem em contato com os homens, em grande detrimento da boa ordem. Todavia, nem todos os rabinos defendiam esta opinião, e o mesmo tratado do Talmude que impede a entrada de meninas na escola, contém esta máxima sábia: “Todo homem deve ensinar a Torá à sua filha”. Se pudermos julgar pelo exemplo da pequena Maria, mãe de Jesus, é lícito supor que muitas meninazinhas judias conheciam tão bem as Sagradas Escrituras quanto seus irmãos; pois quando ela declamou espontaneamente as linhas esplêndidas que conhecemos como o “Magnificat” tantos ecos bíblicos lhe ocorreram que é possível distinguir mais de trinta deles.⁷⁸

Os estudos solenes não impediam porém que as crianças de Israel brincassem. Zacarias nos mostra as ruas de Jerusalém cheias de crianças brincando,⁷⁹ aquelas eternas brincadeiras das crianças ao ar livre. O evangelho

refere-se a crianças copiando os adultos e brincando nas festas e enterros.⁸⁰ Vemos também que nos dias de Jó as meninas brincavam com animaizinhos, até mesmo com “leviatãs”, isto é, pequenos crocodilos.⁸¹ Elas também brincavam com bonecas. As escavações trouxeram à luz pequenas criaturas de barro, particularmente pássaros como aqueles que, segundo o *Evangelho da Infância* apócrifo,⁸² o menino Jesus dotou de percepção; chocalhos, bolas e dados decorados: sem dúvida neste caso a Lei e sua proibição de fazer imagens de qualquer coisa viva podia ser desconsiderada. Em vários locais, especialmente em Megido, linhas riscadas na pavimentação trazem à mente o jogo de amarelinha.

O que pode ser chamado de educação primária tinha um prolongamento para aqueles que desejassem especializar-se nos estudos religiosos, um nível bastante superior. A fim de se beneficiar deles era preciso ir a Jerusalém e entrar numa das *beth ha-midrash*, uma daquelas escolas onde ensinavam os mais famosos doutores da Lei. Foi assim que o jovem Saulo de Tarso veio a sentar-se aos pés de Gamaliel. Não havia, porém, qualquer ideia de adquirir conhecimentos que não fossem religiosos nessas instituições, até mesmo o conceito de uma cultura profana era impossível em Israel. Esses grupos, em que a casuística era a disciplina principal, existiam com a finalidade de produzir futuros doutores da Lei. A grande massa das crianças judias não chegava até esse ponto.⁸³

MAIORIDADE

O tratado talmúdico *Pirke Aboth*, “ditados dos pais”, cujas partes essenciais são com certeza anteriores à era cristã, estabelecia os seguintes estágios de desenvolvimento da criança: “Aos cinco anos deve começar os estudos sagrados; aos dez deve dedicar-se ao aprendizado da tradição; aos treze deve conhecer toda a Lei de Javé e praticar suas exigências; e aos quinze anos tem início o aperfeiçoamento de seus conhecimentos”⁸⁴ Assim sendo, sem contar aqueles que desejavam aperfeiçoar seu conhecimento religioso, os meninos judeus deixavam a escola aos treze anos, alcançando também a maioridade. O fato disso acontecer tão cedo pode ser explicado pela incontestável precocidade de sua raça. Aos treze anos o jovem israelita tinha certamente abandonado a infância, mesmo que não fosse capaz de discutir, como o menino Jesus, com os doutores da Lei reunidos nos átrios do Templo.⁸⁵ A partir dessa época exigia-se dele, como dos adultos, que recitasse três vezes por dia a famosa oração *Shema Israel*, em que todo crente deve proclamar sua fé no Deus Único. Ele passaria a jejuar regularmente, nos dias estabelecidos, especialmente na grande cerimônia do Dia

da Expição. Realizaria as peregrinações tradicionais, e sempre que fosse ao Templo ser-lhe-ia permitido entrar no “pátio dos homens”, passando assim a fazer parte integrante da nação de Israel.

Por esta razão o *Bar Mitzvah*, em que o menino ao entrar na maioridade era declarado “filho da Lei”, se realizava mediante uma cerimônia religiosa durante a qual ele devia ler uma passagem da Lei em público e com grande alegria. Tratava-se de uma data muito importante na vida do judeu. Mesmo hoje em Israel, entre as famílias menos religiosas, ele continua a reter um caráter semirreligioso. O menino é levado do *kibbutz* para um ponto da fronteira onde substitui um dos guardas da Terra Santa, ou doa sangue para ser usado em transfusões. Da forma em que era celebrado há dois mil anos, o israelita, ao entrar na maioridade, deveria compreender que pertencia a uma comunidade.

Ele também tinha um dever, o qual era exigido dele pela comunidade: mas, não seria realmente mais que um dever? “O jovem é como o potro que rincha,” diz novamente o Talmude, “anda de lá para cá, arruma-se com cuidado, tudo porque está procurando esposa”. O rabino realista que fez esta afirmação, acrescenta: “Mas, uma vez casado, se assemelha a um jumento, carregado de fardos”.⁸⁶

Notas

1. Isaías 9.5.
2. Salmos 127 e 128.
3. Lucas 1.25.
4. Comentário talmúdico sobre Gênesis 71.6.
5. Para o pecado de Onã, veja p. 142.
6. Gênesis 16.2 e 30.3.
7. De modo diferente dos romanos, os judeus não parecem ter praticado a adoção, exceto no caso dos filhos nascidos de uma serva, que a esposa legítima aceitava como seus (Gn 16.2). Os casos evidentes de adoção na Bíblia sempre envolvem estrangeiros: a filha do Faraó, por exemplo, que adotou Moisés (Ex 2.10). Quanto a Ester, ela já era prima de Mordecai antes de ser adotada por ele (Et 2.7).
8. Êxodo 1.19.
9. Gênesis 35.17; 38.28; Êxodo 1.15.
10. Lucas 2.7 Este nascimento não deve ser de modo algum comparado com o dos indivíduos comuns.
11. Sabbath 18.3.
12. Yebamoth 12.6.
13. Jeremias 20.15.
14. Gênesis 50.23.
15. Ezequiel 16.4 refere-se a isto.
16. Comentário talmúdico sobre Números: R. 11.5.
17. Ezequiel 16.5 refere-se a isto..
18. Oxyrinchus papyri, 4, 744.
19. Veja Havet, Le Judaisme, p. 437.

20. Lucas 2.7.
21. Demonax, 29.
22. Gênesis 49.3.
23. Gênesis 24.50; 37.22; 43.33.
24. A princípio, o direito de primogenitura podia ser transferido pelo pai para outro filho, como vemos no famoso caso de Esaú (Gn 25.29-34). Mas nos dias de Cristo a lei aplicada estabelecia que o primogênito não podia ser privado do seu direito, mesmo que fosse filho de uma mulher detestada pelo pai (Dt 21.15-17).
25. Gênesis 28.28.
26. Kethuboth 64.9.
27. Gênesis 21.8.
28. Gênesis 17.9-14; 21.4; Levítico 12.3.
29. João 7.23.
30. Shabbath 19.
31. Bonsirven, La Bible apocryphe.
32. Gênesis 17.10 (cf. Jo 7.22 e At 7.8).
33. Êxodo 4.24 (segundo o texto bíblico, Moisés parece que não foi circuncidado).
34. Josué 5.2-9.
35. Veja as duas citações anteriores.
36. Gênesis 17.23.
37. Êxodo 4.25; I Mac 1.63.
38. Shabbath 19.6.
39. I Mac 1.63 e 2.46.
40. I Mac 1.15, 40a; Lucas 2.21.
41. Deuteronômio 10.16 e 30.6; Jeremias 4.4 e 9.25.
42. Levítico 12.1-8.
43. Êxodo 13.2-12; 34.29; Números 18.15, etc.
44. Deuteronômio 12.31.
45. Êxodo 34.19.
46. Êxodo 1 le 13.14.
47. O pai é quem pagava o resgate, mas se a oferta era ou não exigida dependia da mãe. O homem que se casava com uma viúva que já tinha um filho, não precisava remir o filho que poderia ter subsequentemente.
48. Lucas 2.22-39.
49. Êxodo 3.
50. Rosh Hashanah 16.6.
51. Gênesis 4.26; 5.3; 5.29; 21.3; 40.51; 2Samuel 12.24; etc.
52. Lucas 1.59-68.
53. Gênesis 4.25, ou 29.32, ou 38.4, etc.
54. A “casa” à qual a pessoa pertencia era também mencionada às vezes (cf. p. 147).
55. Cf. Ricciotti: Vie de Jésus-Christ, p. 232, nota 1.
56. Veja Histoire sainte, p. 354.
57. Cf. S. W. Baron, op. cit., p. 527-528.
58. Idem, p. 50.
59. Mateus 21.28.
60. Lucas 15.29.
61. Para essas observações e outras, veja os extratos do Talmude de A. Cohen.
62. Provérbios 13.24; 29.13; 24.17; 22.15, etc.
63. Eclo 22.6; 23.2; 30.1.
64. Provérbios 22.6.
65. Deuteronômio 6.7; veja também Provérbios 4.1.

66. Êxodo 13.8; veja também Deuteronômio 4.10; 11.19; Josué 4.6 e 21; Salmos 77.5.
67. Shabbath babilônico 119.6.
68. 1Crônicas 16.22.
69. Kethuboth 8.11.
70. Esta lei sobre educação só vigorou durante seis anos antes da queda de Jerusalém, não sendo sem dúvida muito aplicada na Palestina; mas as comunidades judaicas da Diáspora a retiveram. A obra de Gamala chegou até nós através do Talmude Babilônico (Baba Bathra 21, a).
71. Alguns rabinos afirmaram até que o aprendizado palavra por palavra era obrigado pela Lei.
72. Veja p. 309.
73. Lucas 7.31-32.
74. Baba Bathra 21.9.
75. Josefo: Antiquities 4.8-12; Contra Apionem 2.25.
76. 2Timóteo 3.15.
77. Sotah 9, a.
78. Lucas 1.47-55.
79. Zacarias 8.5.
80. Mateus 11.16-17.
81. Jó 40.24.
82. Cf. F. Amiot, Les Evangiles apocryphes.
83. Sobre este tipo de seminário rabínico, veja p. 179 e p. 430ss.
84. Pirke Aboth 5.21. É surpreendente notar como o evangelho de Lucas mostra o crescimento do Senhor pela gradação dos termos a ele referentes: a princípio ele fala da “criança” (2.16). A seguir do “menino” (2.40). Depois do “menino Jesus” (2.43) e finalmente do “Jesus” apenas (2.52) (esta é uma tradução do autor, e não a Versão Knox).
85. Lucas 2.40ss.
86. Comentário talmúdico sobre Eclesiástico. R. 1.2. É interessante comparar os métodos de educação em Israel com os do mundo pagão, e a seguir com os do cristianismo. Veja a obra clássica de H. Marou: Histoire de l'Education dan l'Antiquité (Paris, 1948).

CAPÍTULO SEIS - A FAMÍLIA, "MEU OSSO E MINHA CARNE"

“MEU OSSO E MINHA CARNE”

Quando o jovem Jacó foi procurar seu tio Labão em Harã a fim de encontrar trabalho e uma esposa; Labão, ao reconhecê-lo como membro de sua família, exclamou: “É meu osso e minha carne”.¹ Este, tão típico do estilo bíblico, era muito usado pelo povo do Livro, e correspondia à realidade. A família era em Israel a base vital da sociedade, a pedra fundamental de todo edifício. Nos primeiros tempos ela formara até mesmo uma entidade separada sob o ponto de vista da lei, uma parte da tribo; na época de Cristo era talvez mais frágil do que nos dias dos patriarcas, quando o indivíduo não tinha valor algum em comparação à família, mas era ainda muitíssimo importante. Os membros da família sentiam-se realmente como sendo da mesma carne e sangue; e ter o mesmo sangue significava ter a mesma alma. A legislação tomara este princípio como base, desenvolvendo-se a partir do mesmo. A lei multiplicara também suas ordens, a fim de manter a permanência, a pureza e a autoridade da família. Enquanto os judeus desejassem permanecer fiéis à Lei (e isto era quase universal) eles jamais deixariam de admitir o lugar predominante da família na sociedade.

A família não era apenas uma entidade social, mas também uma comunidade religiosa, com suas festas particulares, em que o pai era o celebrante enquanto os demais membros participavam. Algumas das importantes cerimônias exigidas na Lei tinham um forte caráter familiar — a Páscoa, por exemplo, tinha de ser celebrada em família.² O elo religioso familiar era tão vigoroso que nos evangelhos e no livro de Atos vemos que os pais que aceitavam os ensinamentos de Cristo levavam com eles a família inteira.³

O termo “família” tinha um amplo sentido: em aramaico *aha*, *ah* em hebraico, significava irmão, meio-irmão, primo e até mesmo um parente próximo; portanto, falando a Ló que era seu sobrinho, Abraão disse: “Porque irmãos somos”,⁴ cuja expressão foi também empregada por Labão referindo-se a Jacó. No primeiro livro de Crônicas⁵ os filhos de Quis são descritos como irmãos das filhas de Eleazar, enquanto na verdade eram primos. Este era indiscutivelmente o costume nos dias de Cristo.⁶

A boa sorte de um membro da família significava alegria para todos, que,

além do mais, esperavam também tirar proveito disso. Os judeus bem-sucedidos praticavam o nepotismo em larga escala, sem envergonhar-se absolutamente disso, quer fossem sumo sacerdotes como Anás, reis como Herodes ou simplesmente homens de influência como Filo de Alexandria. Por outro lado, uma infelicidade acontecida a um dos membros enlutava a todos, e uma única desonra ensombrava a família inteira. Os ensinamentos dos rabinos enfatizavam a ideia de que “não cuidar do irmão” era de fato agir como Caim,⁷ e elogiavam o exemplo de José que perdoou os irmãos perversos que tentaram matá-lo e, ao se tornar governador do Faraó, recebeu-os bem e estabeleceu-os na terra de Gósen.⁸ Era assim que se comportava o verdadeiro israelita. Nada podia quebrar o laço de sangue, e todos tiravam proveito disso. Certificar-se da perpetuação da família, isto é, casar-se, era então uma questão da maior importância para o homem.

TOMAR ESPOSA

Esta foi também a primeira ordem que o Eterno deu ao primeiro homem e à primeira mulher. “Crescei e multiplicai-vos,”⁹ sobre cujo texto um rabino comentou com esta forte expressão: “Um homem solteiro não é, na verdade, um homem”.¹⁰ E o celibato era considerado uma anomalia, quase uma desgraça. Todavia, na época de Cristo havia celibatários por vocação: referidos nos evangelhos como eunucos que “se fizeram assim por amor do reino dos céus”¹¹ — homens como os essênios, por exemplo, os monges da surpreendente seita nas costas do Mar Morto, cuja biblioteca provocou um rio de tinta desde sua descoberta em 1947.¹² E os nazarenos faziam voto de celibato ou pelo menos continência durante um determinado período de tempo.¹³ Paulo pode ter-se mostrado parcial ao celibato a princípio,¹⁴ mas é certo que entre os primeiros cristãos, vários dos apóstolos, Paulo entre eles, assim como muitos dos líderes da igreja, eram casados.¹⁵ Todavia, parece que a tendência ao celibato vinha crescendo sob a influência do mundo pagão; e, especialmente, havia muito mais mulheres celibatárias do que anteriormente. Não existe dúvida, porém, que na maioria dos casos isso não se devia aos elevados motivos espirituais que Paulo tinha em mente.

A fim de certificar-se da permanência da raça e da família os judeus da antiguidade tinham permitido que um homem tivesse muitas esposas. A poligamia era coisa comum: os reis, seja os “santos de Deus” como Davi e Salomão ou não, possuíam inúmeros haréns, sendo isso um sinal de seu poder;¹⁶ mas o homem do povo não podia ter mais do que uma ou duas mulheres.¹⁷ Se a primeira mulher era estéril, o marido se via obrigado a tomar uma segunda ou ter

uma concubina. A “mulher da mocidade” de que fala Isaías,¹⁸ não era repudiada, mas suplementada, e isso é ainda mais fácil de compreender pelo fato das mulheres orientais envelhecerem rapidamente; embora tal situação dificilmente ocorresse sem que surgissem muitas dificuldades. As concubinas, porém, podiam ser acrescentadas à família sem quaisquer razões específicas. O termo hebraico para elas, *pilleges*, era de origem estrangeira — *palias* em grego e *pellex* em latim — o que nos leva a supor que a escravidão tivesse muito a ver com esses costumes de manter haréns, pelo menos entre os abastados; pois os pobres mal poderiam pensar em dar alimento a muitas mulheres.

Seria ainda esta a situação nos dias de Cristo? É difícil dizer. Parece ter havido duas correntes diversas na tradição quanto a este ponto e isso torna-se claro ao ler o Talmude. O tratado *Yebamoth* contém opiniões contraditórias: “O homem pode casar-se com quantas mulheres quiser,” disse um rabino; outro permitia que a mulher de um homem que tomasse uma concubina se divorciasse dele; outro ainda limitava o harém a quatro esposas,¹⁹ o número também estipulado por Maomé.²⁰ Mas toda uma trama de tradições religiosas, remontando a um período anterior à lei Mosaica, considerava a monogamia como a união ideal desejada por Deus, estando também de acordo com a natureza. No relato da criação da mulher²¹ o misterioso jogo de palavras “chamar-se-á *varoa* (*isha*), porquanto do varão (*ish*) foi tomada” era interpretado como a licença para o casamento monogâmico. O primeiro homem mencionado na Bíblia como possuindo várias esposas foi Lameque, um descendente de Caim: uma autoridade medíocre.²² O livro de Tobias, uma história de família não fala senão de casamentos monogâmicos. Nos escritos proféticos encontramos o casamento monogâmico como um símbolo da aliança entre Javé e Israel em Oséias, Jeremias, Isaías e Ezequiel.²³ A seita dos zadoquitas se orgulhava de ser estritamente monogâmica; e o sumo sacerdote estava absolutamente proibido de ter mais do que uma esposa,²⁴ o que prova que o casamento monogâmico correspondia a um ideal elevado. Ao que parece, na época de Cristo, predominava a monogamia, parcialmente devido a esta tradição e também em vista dos exemplos dos gregos e romanos. Embora o próprio Jesus não se pronunciasse diretamente contra a poligamia, o nível elevado de suas declarações sobre o casamento desfaz por completo qualquer possibilidade da ideia de um harém. Ao abolir a concessão de Moisés relativa à fragilidade humana, ele declarou que o marido e a esposa deviam unir-se física, moral e espiritualmente, durante toda a vida. O amor se tornara um sacramento.²⁵

As pessoas se casavam cedo em Israel. Muitos rabinos opinavam que a idade ideal para o homem era dezoito anos. O pai era aconselhado a fazer casar o filho

“enquanto ainda mantinha a mão sobre o seu pescoço”. Os mais liberais admitiam que era possível esperar até os 24 anos antes de tomar esposa; enquanto os mais rígidos afirmavam que “o Santo — possa ele ser abençoado — amaldiçoou o homem que aos 20 anos ainda não estivesse casado”.²⁶ No que diz respeito às meninas, elas eram casadas no momento em que estivessem fisicamente aptas para isso, o que, segundo a Lei, era aos doze anos e meio. Quando Maria deu à luz ela não tinha provavelmente mais de quatorze anos.

O rabino que aconselhou o pai a casar seu filho “enquanto ainda mantinha a mão sobre o seu pescoço” mostra, por implicação, o que realmente acontecia: na maioria dos casos eram os pais que casavam os filhos. Não há dúvida de que diziam que os casamentos eram feitos no céu, decididos por Deus quarenta dias depois do nascimento do menino; mas também não há dúvida que eram os pais que se referiam a esta tradição, a fim de justificar sua escolha. A iniciativa partia do pai do futuro marido, desde que o acréscimo era feito à sua família. Fora esse o costume desde o tempo dos patriarcas e juízes. Além disso, a sabedoria dos rabinos fornecia aos pais excelentes conselhos: não era prudente casar uma juvenzinha com um velho, nem uma mulher de pequena estatura com um homem alto.²⁷ Acontecia, porém às vezes que um jovem seguia suas próprias inclinações e fazia sua escolha, como Esaú fizera, para grande aflição de Isaque e Rebeca.²⁸ Assim, os rabinos constantemente admoestavam os jovens: “Refleta longamente antes de escolher esposa. Não olhe para beleza, que é passageira: pense na família.” Se algum jovem imbecil fosse tolo a ponto de levar para casa uma esposa de posição inferior, o costume era que o pai enchesse um barril de frutas e o quebrasse em público, bradando que jamais reconheceria os filhos dela e que estes não pertenceriam à família mas seriam espalhados como os melões, figos e alfarobas que rolavam para a sarjeta.²⁹ Isto porém não impedia que alguns rabinos recomendassem: “Desça um degrau ao tomar esposa,”³⁰ por temerem o desprezo caso a pessoa se casasse com uma mulher de posição mais elevada. Fica claro que os sábios de Israel tinham profundo conhecimento da vida conjugal e suas dificuldades.

PROIBIÇÕES E OBRIGAÇÕES

A Lei fazia mais que aconselhar. Em alguns casos ela pronunciava interdições e em outros exigia o cumprimento de um dever. Isto era feito sempre, como é natural, no interesse da família. Ao dar ao seu povo a Lei, o Senhor tinha dito, referindo-se aos estrangeiros: “Não tomes mulheres das suas filhas para os teus filhos, e suas filhas prostituindo-se com seus deuses, façam que também os teus filhos se prostituam com seus deuses”.³¹ Havia também o exemplo dos antigos:

Abraão mandara procurar uma noiva de sua própria raça para Isaac; e quando Jacó chegou à idade de casar-se mandaram-no escolher esposa entre suas primas em Padã-Harã. Os israelitas permaneceram fiéis a este princípio de endogamia, pelo menos teoricamente, por longo período de tempo. Depois da volta do exílio, Neemias investiu contra aqueles judeus que estavam permitindo que mulheres “asoditas, amonitas e moabitas, com filhos que falavam meio asodita, e não sabiam falar judaico” entrassem em suas famílias; e na sua indignação ele arrancara os cabelos dos culpados.³² Esta severidade perdurou até os dias de Cristo?

Houve protestos contra a atitude inflexível dos reformadores em todos os períodos; e, fazendo um balanço de tudo, era impossível ocultar o fato do primogênito de Abraão ser filho de uma egípcia, de Moisés ter uma esposa midianita e outra etíope; de Rute, ancestral de Davi, ser moabita, e de Bate-Seba, mulher do grande rei (sua mulher adúltera) ser provavelmente hetéia.³³ Vale a pena notar que nem no Novo Testamento nem em qualquer dos tratados do Talmude se encontra qualquer traço da antiga proibição do casamento exogâmico, fora das tribos do Povo Escolhido. Seria isto porque a proibição era tida como certa? O costume e a opinião pública a teriam absolutamente condenado? Estaria incluída no horror geral que os judeus sentiam por tudo que era pagão?

Alguns casamentos eram absolutamente proibidos pela lei: os que se incluíam nos graus de parentesco proibidos. O princípio básico se achava contido na lei: “Nenhum homem se chegará a qualquer parenta da sua carne, para lhe descobrir a nudez”.³⁴ Disto surgiu uma definição escrupulosamente exata do que devia ser compreendido como “parenta da sua carne” cuja definição teve, porém, omissões extraordinárias. Todas estas eram proibidas: a união do filho com a mãe (todavia a lei não falava de pais e filhas, talvez por causa da memória de Ló); do homem com uma das esposas do pai; do homem com sua irmã ou meia-irmã (mas Abraão não se casara com Sara, sua meia-irmã); do sobrinho com a tia (mas a mãe de Moisés e Arão não fora tia do pai deles? E nada havia que impedisse o tio de casar-se com a sobrinha, o que parece ter acontecido com frequência); do homem com sua neta, sua nora ou sua cunhada (exceto no caso do levirato, de que falaremos no próximo parágrafo); ele estava até mesmo proibido de casar-se com duas irmãs, sem dúvida porque Jacó, que se casara com Raquel e Lia, passou por tantas dificuldades.³⁵ Esses eram todos relacionamentos que anulavam a união conjugal, e é certo que na época de Cristo as proibições continuavam sendo respeitadas. A lei punia a transgressão nesses casos com grande severidade: os culpados deviam ser mortos, e até queimados vivos.³⁶ Javé havia dito: “Essas são abominações”.

Se o israelita nem sempre podia casar-se com sua escolhida, existia, por outro lado, um caso em que era obrigado a casar-se com uma mulher embora não gostasse absolutamente dela. Quando um homem morria sem deixar filhos, seu irmão ou seu herdeiro tinha de casar-se com a viúva a fim de dar continuidade à família do morto. Este era o dever do levirato — o termo vem do latim *levir*, cunhado, que traduz o hebraico *yaham*. A lei definia o dever nos termos mais estritos, mas a prática variava de período para período. Se o homem se recusava a cumprir sua obrigação, a viúva injuriada tinha o direito de tirar um de seus sapatos e cuspir-lhe no rosto, gritando: “Assim se fará ao homem que não quer edificar a casa de seu irmão”.³⁷ Este era, porém, um castigo muito menos severo do que o aplicado ao muito conhecido Onã que ao ser obrigado a casar-se com a viúva do irmão fez uso do mais simples dos anticoncepcionais a fim de não gerar filhos que não lhe pertencessem. E Deus o fez morrer.³⁸ Não existe qualquer dúvida de que o levirato era praticado nos dias de Cristo. Todos lembram das perguntas tendenciosas feitas pelos inimigos de Jesus sobre a mulher que perdera sete maridos, o primeiro e depois os seis cunhados com quem se casara: qual dos sete seria marido dela quando os mortos ressuscitassem? Os evangelhos sinóticos, ao relatarem isto, mostram que os oponentes de Jesus estavam falando de uma exigência legal que continuava vigorando como nos dias em que Rute pediu a Boaz que a cobrisse com seu manto, por ser parente próximo.³⁹ Deve ser, entretanto, admitido que o cumprimento deste dever era um assunto tão delicado que um tratado inteiro do Talmude ou quase isso, foi necessário para estabelecer todas as regras — o *Yebamoth*.

DO NOIVADO AO CASAMENTO

Depois de escolhida a noiva, seja pelos pais ou pelo jovem, tinha o início o período que precedia o casamento, o noivado. Este era muito importante, especialmente nos casos em que os noivos mal se conheciam ou nem mesmo se tinham conhecido antes. Ele durava geralmente um ano, mas, curiosamente, embora os judeus dificilmente tivessem conhecimento do “prazo da viúva” da moderna legislação francesa, eles concordavam que o noivado das viúvas durasse apenas um mês.

Segundo as nossas leis só o casamento tem um aspecto legal e absoluto de contrato, o rompimento do noivado raramente é considerado como passível de ação judicial, e então apenas nos casos onde tenham ocorrido prejuízos reais. Mas na Lei judia isso não era assim. Duas condições eram claramente distinguidas: o noivado e o casamento. Os jovens que tinham feito um acordo com vistas ao casamento ficavam noivos, mas não eram considerados como

verdadeiramente casados, segundo as palavras de Deuteronômio, até que o marido “a recebesse”.⁴⁰ A posse, *hakhnashah*, era na verdade a “união” de dois seres por toda a vida; a palavra continha ambos os significados. Assim, em Mateus, o anjo diz a José: “Não temas receber Maria, tua mulher” — isto é, “Permita que ela, que foi sua noiva, se torne sua esposa”.⁴¹

Mas embora essas duas condições fossem teoricamente muito diversas, elas na verdade se confundiam. O fato é que a Lei reconhecia direitos e obrigações durante o noivado que eram quase os mesmos do casamento. A noiva suspeita de infidelidade ficava sujeita à famosa prova da água amarga estabelecida nas Sagradas Escrituras.⁴² O *Proto-Evangelho de Tiago* um dos livros apócrifos mais largamente difundido na igreja primitiva, diz que Maria foi submetida a ela.⁴³ A noiva culpada de adultério era apedrejada, exatamente como se fosse esposa. Por outro lado, ela tinha a vantagem de alguns direitos legais: não podia ser rejeitada exceto mediante carta de divórcio; se o noivo morresse, era considerada como viúva; e a criança nascida durante o noivado era tida como legítima. Este estágio preliminar era, portanto, muito semelhante ao casamento definitivo.

Antes da união matrimonial havia necessidade de decidir uma questão importante: o dote. Não se tratava realmente de um dote no sentido que conhecemos, pois não era o pai que dava à filha dinheiro ou bens, mas era ele quem os recebia. O costume remontava à uma época antiquíssima, e a Bíblia o menciona repetidamente.⁴⁴ O dote dado pelo noivo ao pai da noiva era chamado *mohar*. Seria um preço de compra? Os árabes afirmam que o seu *mahr* é apenas um elemento no acordo que une as duas famílias. Ele continua obscuro. De qualquer modo, a Lei exigia o pagamento do *mohar* da virgem se o sedutor, legalmente obrigado a casar-se com a moça com quem se deitara, fosse recusado pelo pai dela.⁴⁵ A discussão do dote era uma questão prolongada e dava lugar a intermináveis argumentos. Concordava-se geralmente, com base num texto em Deuteronômio,⁴⁶ que cinquenta siclos de prata constituíam um *mohar* adequado. Uma vez chegados a um acordo quanto à soma, era preparado e assinado um contrato, numa quarta-feira para a virgem e na terça para a viúva, sempre em meados do mês, pois a lua-cheia trazia sorte. Este não era, porém, o fim das obrigações financeiras do noivo: o costume exigia que oferecesse à futura esposa uma coleção de presentes, que recebia o nome de *mattan*. Este não era o *Morgengabe* da lei germânica, o presente dado após a noite de núpcias, mas sim um dote que a mulher reteria caso ficasse viúva. Acontecia também que alguns pais, a fim de melhorar a posição da filha, a presenteavam com um dote apreciável, o *silluhim*. Mas Jesus, o filho de Siraque, diz no capítulo 25 de sua obra, que é vergonhoso para o homem ser mantido pela esposa.

Todas essas formalidades continuavam sendo cumpridas nos dias de Cristo? Não se sabe ao certo. Alguns tinham um conceito mais elevado da posição das mulheres, e entre esses é possível que o velho costume da compra da noiva tivesse cedido lugar a uma simples certidão de casamento. Parece, outrossim, que em alguns casos era o jovem que passava a fazer parte da família da noiva, como Jacó se unira à de Labão,⁴⁷ onde foi bem recebido, mesmo sem um *mohar*, pois ofereceu-lhes sua força, sua juventude e seu entusiasmo para trabalhar. Deve ter sido assim nas famílias onde só havia mulheres e onde o homem que podia gerar descendentes aparecia como um salvador.⁴⁸ As palavras do pai: “Você é hoje meu genro” nada mais deixavam para ser dito.

Quando tudo estava finalmente combinado, terminado e assinado, o período de noivado chegava ao seu término. Vinha agora o casamento, a festa a que Jesus repetidamente referiu-se nas parábolas como sendo um dia mais festivo que os demais, e ao qual a tradição cristã deu um significado místico quando ligado ao casamento do Esposo. O outono era a melhor época para essas festas: a colheita já tinha sido feita, a vindima terminara, as mentes estavam livres e os corações em repouso. Essa é a estação em que as noites são deliciosas e quando é agradável ficar acordado até tarde. Todos os parentes eram convidados, a cidade inteira, todos os amigos e amigos dos amigos; é assim que vemos Jesus sendo convidado para as Bodas de Caná.⁴⁹ Muitos vinham de longe e valia certamente a pena, pois as festividades duravam vários dias.

Na véspera do grande dia o noivo, acompanhado por seus amigos, ia buscar a noiva na casa do pai dela. Ele usava roupas especialmente feitas para a ocasião, e alguns usavam até uma coroa, seja para seguir o exemplo de Salomão⁵⁰ ou por causa da passagem em Isaías.⁵¹ Formava-se uma procissão, organizada pelo “amigo do noivo”, que atuava como mestre de cerimônias e que ficava ao lado dele todo o tempo, “regozijando-se também”.⁵² A noiva era levada numa liteira, com o cabelo cobrindo os ombros, um véu no rosto e círculos dourados sobre a testa;⁵³ durante todo o percurso o povo cantava aqueles hinos nupciais transmitidos de geração em geração, sendo um dos melhores exemplos os contidos nos Cantares de Salomão, tais como: “Que é isso, que sobe do deserto, como colunas de fumo, perfumado de mirra e de incenso, e de toda sorte de pós aromáticos do mercador?”⁵⁴

A procissão chegava assim à casa do noivo. Os pais dele pronunciavam então a bênção tradicional, que era acompanhada por todos os presentes e expressavam os seus votos de felicidade e fertilidade no casamento. As Escrituras continham várias dessas bênçãos e esperava-se que o povo as conhecesse.⁵⁵ Este era quase o único elemento religioso nas bodas. A noite era passada em jogos e danças. O noivo participava, mas a noiva se retirava em companhia das amigas, as damas-

de-honra, para um quarto preparado para ela.

O grande dia chegava na manhã seguinte e a atmosfera era festiva, uma alegria geral e um feriado. Os homens mais jovens participavam de vários tipos de jogos onde exibiam suas habilidades e as moças, como podemos ler no tratado *Taan*, dançavam nas vinhas, cantando para atrair a atenção dos que pudessem estar pensando em casar-se. Realizava-se um banquete no final do dia, ficando os homens e mulheres separados durante o banquete. Esta era a hora em que se davam os presentes. As damas-de-honra ficavam ao redor da noiva, todas vestidas de branco — havendo geralmente dez delas — e, se devemos julgar pela parábola das virgens sábias e insensatas, levando lâmpadas acesas nas mãos. A noiva ficava sentada debaixo de um toldo, o *huppah*, que fazia parte do ritual desde há muito⁵⁶ e que lhe dava o ar de uma rainha — a cerimônia inteira, verdade seja dita, tinha algo de realeza. Com certeza era nessa ocasião que ela cantava aqueles belos hinos de amor dos Cantares de Salomão — “Beija-me... melhor é o teu amor do que o vinho... Leva-me após ti, apressemo-nos!” Ao que o noivo respondia, dirigindo-se para ela: “Levanta-te, querida minha, formosa minha, e vem. Pomba minha, que andas pelas fendas dos penhascos, no esconderijo das rochas escarpadas”.⁵⁷

O esposo finalmente chegara, e felizes ficavam as virgens sábias que possuíam óleo suficiente em suas lâmpadas para brilhar sobre o encontro. “Eis que és formosa, ó querida minha, eis que és formosa” cantava o noivo, elogiando os encantos da noiva um por um, usando as imagens poéticas que as Escrituras ofereciam copiosamente — seu cabelo negro como as cabras que descem o monte de Gileade, os seus dentes brancos como as ovelhas recém-tosquiadas que sobem do lavadouro, seus lábios como um fio de escarlata, suas faces rosadas como a romã partida. Sementes eram então lançadas diante do casal ou esmagavam uma romã — ambos ritos antigos de fertilidade — e um vaso cheio de perfume era quebrado. Uma promessa solene e uma bênção eram então dadas pelo representante da comunidade? Não sabemos, mas o ritual judeu moderno nos leva a supor que era assim e que o casamento em si era contratado “sob o toldo”. O que é praticamente certo é que a festa recomeçava com mais barulho e entusiasmo do que antes. Os homens e mulheres ocupavam agora a mesma mesa; todos comiam e bebiam muito — a tal ponto que o vinho algumas vezes acabava, como aconteceu em Caná da Galileia. Poder-se-ia dizer que foi de propósito, a fim de que Jesus pudesse realizar ali o primeiro e mais bondoso dos seus milagres.

As festividades duravam sete dias, e certas vezes o dobro desse prazo. Mas na primeira noite o jovem par desaparecia e as bodas eram consumadas. Segundo um costume algo ingênuo, os lençóis manchados de sangue eram

guardados como lembrança da noite de núpcias, porque o capítulo 22 de Deuteronômio dizia que era bom ter provas contra futuras insinuações por parte do marido. Depois disso o jovem casal não viajava em lua de mel, mas voltava para participar da alegria, das canções e danças sob o céu estrelado.

O PAI DE FAMÍLIA

Uma vez iniciada, a unidade familiar, dentro em breve acrescida de filhos, era completamente independente. Em Israel a família era autônoma, enquanto entre os sírios isso não acontecia, e os felás (lavradores) ainda vivem em uma espécie de clã, administrado pelo chefe da família, o *sheikh-el-beith*, e composto de todos os seus descendentes e até mesmo seus colaterais.⁵⁸ Este grande grupo familiar não é encontrado nos evangelhos, mas apenas casais — José e Maria, Zebedeu e Salomé, Zacarias e Isabel. A propriedade deve ter sido também formada sobre uma base familiar simples.

O pai era realmente o chefe da família, e isso no sentido mais amplo da palavra “cabeça”. A esposa o chamava até mesmo de *baal*, senhor, ou *adon*, mestre. A expressão “casa do pai” era usada para a família na linguagem comum. Em teoria, os filhos e filhas eram sua propriedade absoluta e ele podia dispor deles como quisesse; se decidisse fazer isso, podia vendê-los como escravos. Se cometessem um crime grave, tinha o direito de condená-los à morte.⁵⁹ No decorrer do tempo, porém, esses rigores abrandaram; por exemplo, logo nos primeiros tempos ficou decidido que o direito de vida e morte só poderia ser exercido com o consentimento dos anciãos.⁶⁰ Nos dias de Cristo já não havia mais qualquer questão quanto a isso, nem da venda de crianças. Todavia, os direitos do pai de família estavam ainda muito além de qualquer coisa que a legislação moderna provavelmente admitiria. Ele era de fato o *oikodespotes*, o dirigente absoluto da casa, sendo este um termo usado no grego do Novo Testamento.

Tudo ficava sob o seu controle. O termo hebraico *baith*, como o grego *oikia*, significava a família, a casa em que vivia e suas possessões. O pai era responsável pelas três, e sobre as três tinha os mais amplos direitos. Vemos o *oikodespotes* nas palavras do próprio Cristo, um homem poderoso, de bases sólidas, recebendo o respeito dos filhos, alguém que cuida para que sua terra seja semeada com as melhores sementes, que defende sua propriedade contra os ladrões, que distribui trabalho para os empregados e lhes dá a paga justa; em suma, alguém como o Pai Eterno numa escala muito inferior.

Da mesma forma, a honra que os filhos lhe dão era muito semelhante àquela

que rendem a Deus. O célebre mandamento no Decálogo: “Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias”⁶¹ é claramente uma transposição de uma ordem mais absoluta — o filho que não honra os pais morrerá. A Lei de fato condenava o filho desobediente⁶² ou o que “amaldiçoava seu pai ou sua mãe”⁶³ a perder a vida. Na época de Cristo isto só seria aplicado no mais grave dos casos. Todavia, ele jamais deixou de insistir sobre a importância do mandamento, como, por exemplo, quando explicou ao jovem rico a essência da Lei.⁶⁴ Paulo, escrevendo aos amigos em Éfeso, chega ao ponto de afirmar que honrar os pais é o “primeiro mandamento”.⁶⁵

Como deve ser entendida a palavra “honrar”? O livro de Eclesiástico já explicou isso;⁶⁶ mas os rabinos de Israel produziram um fluxo interminável de comentários sobre esta obrigação e histórias exemplares mostrando como poderia ser melhor cumprida — haja vista a história do filho perfeito que o pai golpeou com uma sandália num assomo de ira; a sandália voou das mãos do pai furioso; o filho apanhou-a e a devolveu ao pai, beijando-lhe a mão. Havia outro que soube que seu pai fora recrutado pelas autoridades e foi fazer o trabalho dele, sofrendo os golpes do capataz em seu lugar.⁶⁷

Seriam todos os filhos cheios de mérito como esses? Basta um olhar rápido através das páginas dos evangelhos para verificar que não eram: havia, é certo, “filhos obedientes aos pais” com Jesus no primeiro lugar; mas a história do pródigo mostra claramente que naqueles dias, como em todas as outras épocas, havia jovens que seguiam apenas seus próprios desejos. Jesus explicou também como os jovens desobedientes evitavam ajudar os pais idosos, dizendo ter feito uma oferta, um *corban*, de seus bens para o Templo, uma fraude que os fariseus fingiam ignorar:⁶⁸ revelando assim que por melhores que sejam as leis isso não basta para tornar o homem perfeito.

AS MULHERES EM ISRAEL

O grande poder que o homem tinha sobre tudo que se relacionasse com sua família se estendia igualmente à sua esposa, pelo menos em proporção considerável. Em teoria, o marido não tinha direitos legais sobre a pessoa da esposa, e nenhum texto sagrado podia ser produzido no sentido de expressar claramente que tivesse. Mas alguns textos se prestavam à exegese e, como é natural, muitos homens se aproveitavam disso. Por exemplo, quando Deus deu os dez mandamentos ele disse: “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo”.⁶⁹ Os homens concluíram então, com demasiada facilidade, que a esposa lhes pertencia

como qualquer outro bem. A mulher era de tal forma considerada como sujeita ao marido que segundo a Lei a mulher de um escravo era vendida juntamente com ele.⁷⁰ A esposa era uma possessão excessivamente valiosa e ninguém mais tinha o direito de tocá-la. Faraó aprendeu isto à sua própria custa quando, sem saber, tomou a mulher de Abraão, cujo ato trouxe sobre ele as terríveis maldições do castigo divino.⁷¹

Esses mandamentos e advertências da antiguidade ainda vigoravam nos dias de Cristo? Tem-se a impressão de que a severidade das regras sobre o casamento não diminuiu em relação ao que tinha sido anteriormente (como o exemplo da mulher apanhada em adultério) e que os maridos judeus mostravam-se mais rudes por *causa* do espetáculo de inquietante liberdade das mulheres da Grécia e de Roma.

A mulher devia total fidelidade ao marido, mas não podia exigir isso dele. O marido não tinha o direito de vendê-la, mas não havia dificuldade em repudiá-la; os casos em que a mulher podia pedir divórcio eram, por outro lado, extraordinariamente raros. Sua posição na sociedade era inferior sob todos os aspectos. Um ditado rabino afirmava que todo homem devia agradecer diariamente a Deus por não ter nascido mulher, nem pagão nem operário.⁷² As mulheres não comiam com os homens, mas ficavam de pé enquanto eles comiam, servindo-os à mesa. Nas ruas e nos átrios do Templo, elas ficavam a uma certa distância dos homens. Sua vida se passava em casa, e com frequência as janelas que davam para a rua tinham grades, para que não fossem vistas.⁷³ Nos primeiros tempos elas nunca saíam sem véu,⁷⁴ e este era o costume entre os observadores particularmente estritos da lei. Era impróprio que um israelita falasse a uma mulher na rua, até mesmo — na verdade, acima de tudo — se fosse sua esposa. Quando os apóstolos viram Jesus conversando com a mulher de Samaria ficaram completamente atônitos, como admite o apóstolo João.⁷⁵

Aos olhos da lei a mulher era considerada menor, irresponsável: o marido podia recusar qualquer compromisso por ela assumido, e a parte prejudicada não encontrava qualquer apoio legal. Exceto em casos excepcionais a evidência dela não era aceita em qualquer tribunal: e finalmente, ela geralmente não herdava nem do pai nem do marido.

Isso não significa que não tivesse direitos. Basta ler os capítulos 21 e 22 de Deuteronômio para perceber isto: a Bíblia protegia a moça seduzida por um homem e ainda mais a violada por ele, a mulher cuja honra tivesse sido difamada, e até mesmo a cativa de quem o conquistador queria aproveitar-se. Como é natural, a manutenção total da mulher cabia ao marido, que deveria dar-lhe teto, alimento e vestuário⁷⁶ segundo sua posição e meios. Se não fosse mantida adequadamente, ela poderia pedir a ajuda e proteção — do pai, e este

reprenderia o genro. Mas, de modo geral, não havia necessidade disto, Os maridos judeus gostavam de ver suas esposas bem vestidas, adornadas com colares, anéis e broches, e que soubessem que em sua casa havia abundância de farinha de trigo, mel e óleo; pois assim Javé trata a sua esposa, a Raça Escolhida, na famosa passagem de Ezequiel.⁷⁷ O respeito que os filhos deviam aos pais incluía evidentemente a mãe; e em Levítico ela é na verdade mencionado primeiro no mandamento: “Cada um respeitará a sua mãe e a seu pai”.^{78*} Embora, falando estritamente, o marido fosse o único guardião da propriedade comum da família, parece que não era proibido à esposa fazer uso de seus ganhos pessoais como julgasse apropriado: falando da mulher ideal dos Provérbios diz: “Examina uma propriedade e adquira-a; planta uma vinha com as rendas do seu trabalho”.⁷⁹ As que teciam em casa e faziam mais fios do que a família necessitava guardavam o produto de suas vendas.

A posição da mulher judia do ponto de vista religioso era definida por uma declaração preservada no Talmude: “As mulheres ficam isentas de todos os deveres que começam com *Deves*, e de todos os que devem ser cumpridos no período determinado”.⁸⁰ Isto indica que elas não precisavam recitar o *Shema*, comparecer à leitura da Lei, usar filactérios e roupas franjadas, viver em tendas na Festa dos Tabernáculos, e assim por diante. Mas essas coisas não lhes eram proibidas, e os rabinos diziam: “Diante de todos os mandamentos da Torá, homens e mulheres são iguais”.⁸¹ Elas eram até mesmo aconselhadas a conhecerem tão bem a Lei que pudessem instruir seus filhos e instar os maridos a cumprirem suas obrigações religiosas.

Não há necessidade de salientar que no pequeno reino do lar a mulher representava o papel de rainha; e então, como em todas as demais épocas, ela sabia disso. Sua importância era ainda maior porque entre os judeus, assim como entre a maioria dos povos da antiguidade, uma enorme variedade de artigos que hoje adquirimos em lojas ou fábricas eram produzidos em casa: a mulher fazia pão, moendo o grão entre as pedras do pequeno moinho que havia em toda casa, amassava a mistura com as mãos, levava a massa crescida numa gamela de madeira sobre a cabeça e a assava, seja colocando-a no forno ou espalhando-a sobre uma chapa quente de metal para fazer pãezinhos; e todo esse trabalho exigia tanto habilidade como força física. Naturalmente, cabia também a mulher buscar água na fonte, e ver um homem na rua levando um cântaro d’água era um espetáculo incomum.⁸² O fornecimento de óleo também competia à mulher, cujo dever consideravam simbólico; e ela tinha de cuidar particularmente do óleo muito puro para a lâmpada do Sábado de Descanso, a fim de que não se apagasse nesse dia santo. O tratado *Shabbath* declara que as que se esquecem de fornecer o óleo ou deixam de manter a chama acesa morrem ao dar à luz.⁸³

A mulher era, pois, tão necessária ao homem de Israel como é e sempre foi para os homens de todos os outros períodos e nações. E como os homens sempre fizeram, em toda parte os israelenses se vingavam por serem assim dependentes do sexo mais fraco, e tão ligados a ele, cobrindo suas mulheres de abuso. Não seria nada difícil compilar uma edificante antologia de comentários contra as mulheres extraídos do Antigo Testamento. Os profetas se destacam pela sua misoginia — as mulheres são ridiculamente fúteis, diz Isaías: voluptuosas e obstinadas, acrescenta; cruéis, diz Amós; dissimuladas, declaram Jeremias e Ezequiel.⁸⁴ Os livros apócrifos dizem mais: o *Testamento dos Patriarcas* dificilmente as vê como algo além de dar ensejo à fornicção.⁸⁵ Quanto aos rabinos, seus ditos sobre as mulheres não devem ser considerados, e muitos são bem pouco delicados. “O Senhor deu dez medidas de palavras para toda a humanidade; as mulheres se apossaram de nove delas.” “Cobiçosas e ociosas, invejosas e briguentas, assim são as mulheres: elas também ouvem atrás das portas.” “De que parte do homem tirarei a mulher?” perguntou-se o Todopoderoso. “Da cabeça? Seria muito orgulhosa. Do olho? Muito inquisitiva. Da orelha? Escutaria às escondidas. Da boca? Falaria demais. Da mão? Seria desperdiçada.” No final ele tomou uma parte obscura e bem escondida do corpo, na esperança de fazê-la modesta.”⁸⁶

Nem todos os doutores da Lei partilhavam porém desta aversão. Uma lenda encantadora é atribuída ao mais ilustre deles, o rabino Gamaliel o professor de Paulo. “Certo imperador disse ao Sábio, ‘teu Deus é um ladrão; para fazer a mulher teve de roubar uma costela do adormecido Adão.’ O letrado não soube responder, mas sua filha disse: ‘Deixe que cuidou disso’. Ela foi procurar o imperador e lhe falou: ‘Pedimos justiça’. ‘De fato? Por quê?’ ‘Ladrões entraram em nossa casa à noite, eles levaram um jarro de prata e deixaram um de ouro em seu lugar.’ ‘Ha, há,’ disse o imperador, ‘Gostaria de ter ladrões assim todas as noites.’ ‘Bem,’ replicou a moça, “foi isso que nosso Deus fez: ele tomou uma simples costela do primeiro homem, mas em troca deu-lhe uma esposa””.⁸⁷ Outros rabinos louvavam a inteligência penetrante da mulher, seu zelo pelo trabalho, sua perseverança e seu coração bondoso. Afinal de contas, as Sagradas Escrituras não defendiam o respeito pela mulher? O primeiro homem não exclamara à vista da primeira mulher: “Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne?”⁸⁸ Deus não ordenara que o homem deixasse seus pais e se unisse à sua mulher para que os dois se tornassem uma só carne?⁸⁹ Os Provérbios não declaram que “a boa esposa é um tesouro” e mostram a Sabedoria na forma feminina?⁹⁰ A Bíblia não oferece inúmeros exemplos de mulheres admiráveis pela sua coragem, sua generosidade, sua paciência e grandeza de espírito? De Débora à mãe dos macabeus, de Rute a Judite e Ester, que esplêndida coleção de

mulheres podemos encontrar. E, por último, com o Messias em mente, não seria possível imaginar uma nova Eva, uma virgem imaculada de Sião, que remiria o pecado da tentação de Adão pela primeira Eva e ajudaria assim a realizar o plano divino?⁹¹

Esses foram exemplos e imagens esplêndidos, que ajudaram a dar à mulher israelita uma posição moral mais elevada, um maior grau de estima, do que aquelas da Grécia ou de Roma. Foi-lhe apontado um padrão bem alto e nobre: por exemplo, são estes os versos dedicados às mulheres em Eclesiástico: “Feliz o homem cuja esposa é fiel e coroa a sua vida de paz. Prospera aquele que tem boa mulher; onde os homens são tementes a Deus esta é a recompensa de seu serviço, ânimo dado igualmente a ricos e pobres; entra dia, sai dia, jamais um olhar triste”. E mais adiante, “A esposa ativa traz satisfação ao marido; saúde para seus ossos é o bom senso dela. Não há presente melhor para o homem do que uma mulher prudente que sabe refrear a língua; uma alma bem disciplinada é de valor incalculável. Não existe maior graça do que a da mulher fiel e modesta; a castidade da mulher é incomparável.”⁹² E todos conhecem a descrição poética da mulher virtuosa diante de Deus, com que termina o livro de Provérbios. O seu valor excede o de muitas joias, ela faz feliz o marido e sabe como conquistar o seu amor; ela tece, cozinha, vigia para que sua lâmpada não se apague, trabalha dia e noite e ainda assim se veste bem e ajuda o marido em seus deveres sociais.

Essa é uma belíssima descrição: é admirável que Israel possa tê-la concebido e estabelecido como modelo para as mulheres da nação. É admirável, embora devamos admitir que o ideal só existe em referência ao homem, à sua felicidade e bem-estar, e em referência aos interesses da família. Uma das grandes contribuições da mensagem cristã deveria ser a promoção das mulheres à condição de seres humanos em seus próprios direitos, não mais simplesmente como mães de muitos filhos, boas donas-de-casa, subordinadas ao marido; e esta mudança teria lugar quando o amor dos homens pelas mulheres se tornasse um sacramento.⁹³

DIFICULDADES NO CASAMENTO

Nem todas as mulheres eram porém como a esposa ativa da Bíblia, assim como nem todos os maridos eram bondosos, fiéis e generosos. Em Israel, da mesma forma que em todos os outros lugares, havia casamentos infelizes. Como a Bíblia foi concebida, ou escrita, por homens, ela naturalmente enfatiza aquelas falhas femininas que estragam um casamento e destaca pouco as masculinas. O livro de Eclesiástico praticamente voa por sobre as qualidades negativas do marido

desagradável, avarento, estúpido, mentiroso e adúltero, mas se demora sobre as da esposa de mau gênio, a espécie de mulher que fazia o marido buscar refúgio entre os vizinhos, a quem narra com amargura seus infortúnios. Estaria o filho de Siraque falando por experiência própria? Deduzimos que sim, a julgar pelo som convincente de sua voz: “O homem pode suportar qualquer ferimento, menos o do coração. Não existe cabeça tão venenosa quanto a da víbora, nem ira como a da mulher. É melhor partilhar sua casa com o leão e a serpente do que com uma mulher geniosa”.⁹⁴ Pobre marido, não é de admirar que seu rosto fosse tão sombrio quanto o de um urso. Desde que as comparações passaram para o terreno da zoologia, seria melhor para ele “prender uma cobra entre as mãos”. Os rabinos afirmavam que entre os homens que “não veriam o inferno” estavam aqueles que tiveram uma esposa perversa na terra: tinham servido adiantadamente seu termo no *Geena*. Quando um homem se casava, os amigos lhe perguntavam pilheriando: “Vai ser para *matza* ou para *motze*?” Pois se o Provérbio dizia: “O homem que encontrou (*matza*) uma esposa vigorosa encontrou um tesouro raro,” Eclesiástico replicava: “Acho (*motze*) a mulher mais amarga que a morte”.⁹⁵

Havia, porém, um tipo pior do que a megera: a mulher adúltera. A Lei, o protetor da família, era tremendamente rigorosa com ela, ainda mais severa do que com o homem. Isto é compreensível em vista dos princípios sobre os quais se baseava o casamento em Israel. O ensinamento dizia que todo adultério era proibido: o mandamento de Javé era absoluto: “Não cometerás adultério”.⁹⁶ Os rabinos chegavam a compará-lo ao crime supremo do ateísmo, pois Jó descreveu como o adúltero aguarda o cair da noite, dizendo consigo mesmo: “Ninguém me reconhecerá;”⁹⁷ mas Deus tudo vê. Alguns deles ensinavam que para evitar o adultério era necessário condenar não somente o ato, mas também o olhar e os pensamentos perversos,⁹⁸ aquele “olhar para a mulher a fim de cobiçá-la” de que Jesus viria a falar com tanta força.

A definição de adultério para a mulher não era a mesma que para o homem. Toda mulher infiel deveria ser considerada adúltera, diz Eclesiástico, porque ela quebra a lei do Altíssimo, é falsa para com o marido, dando-lhe como herdeiro um filho que não é seu, e se contamina.⁹⁹ Os interesses da família exigiam a mais severa punição do adultério da mulher; mas a fidelidade do marido, por outro lado, não era tão enfatizada, desde que a sua má conduta não tinha efeito sobre a família. O adultério masculino só era crime se ele seduzisse uma mulher que estivesse noiva ou fosse casada, porque então estaria prejudicando a família de outrem.

A mulher suspeita de adultério deveria passar pela mesma prova da água

amarga aplicada às noivas, como já vimos. Ela é descrita minuciosamente no livro de Números:¹⁰⁰ tinha de beber uma mistura horrível, cujo principal ingrediente era pó do chão do templo, e se vomitasse ou se sentisse mal sua culpa era tida como certa. Se fosse apanhada em flagrante era condenada à morte.¹⁰¹ Eles a arrastavam “pela, gola do vestido” diante do povo e a matavam. A morte por apedrejamento foi estabelecida em Deuteronômio apenas no caso das noivas infiéis. Mais tarde, a morte por estrangulamento foi introduzida para as adúlteras no sentido mais exato da palavra.¹⁰² Ao que parece, porém, pelo conhecido exemplo da mulher apanhada em adultério, no evangelho de João, as esposas infiéis eram certamente apedrejadas nos dias de Cristo. Os outros castigos estabelecidos pela lei¹⁰³ seriam também ainda aplicados em todo o seu rigor? Isto é, as crianças passavam por um exame a fim de estabelecer sua ilegitimidade e para que fossem expulsas da comunidade?

Quanto ao homem apanhado com uma mulher casada ou noiva de outro, era executado, juntamente com sua cúmplice. Todavia, no caso de violação, se tivesse arrastado a vítima a um lugar afastado onde ninguém pudesse ouvir seu pedido de socorro,¹⁰⁴ somente ele era morto. Se a mulher com quem se tivesse deitado fosse escrava, a pena de morte não era imposta, mas o homem tinha de pagar uma compensação ao proprietário e oferecer um sacrifício expiatório no templo.¹⁰⁵ Fica claro que essas precauções eram tomadas para proteger os direitos e a pureza do sangue. Jesus, porém, iria condenar o adultério sob um ponto de vista inteiramente diverso — considerado como uma contaminação da alma e um prejuízo à vida interior muito mais do que algo prejudicial aos interesses familiares.

O adultério era um dos motivos que podia resultar na dissolução do casamento. Era uma razão para o divórcio; o que parece provar que nem todos os maridos traídos faziam matar as esposas. Ao comentarem o versículo de Deuteronômio que diz que o homem pode repudiar a esposa “por ter achado coisa indecente nela”,¹⁰⁶ a maioria dos rabinos estabelecia que “a mulher culpada de adultério deve ser repudiada”¹⁰⁷ e alguns garantiam até ser este um dever religioso. Mas o adultério estava longe de constituir a única causa. Desde que a mulher pertencia ao marido (e este era o caso na maioria das vezes, como vimos) ele podia livrar-se dela sem qualquer inquérito. Além disso, os doutores da Lei não estavam de acordo quanto às razões que davam direito ao repúdio. Alguns entendiam a expressão “coisa indecente” em Deuteronômio como indicando algo repugnante ou desagradável, o que era avançar muito. Uma escola mais liberal considerava que apenas a infidelidade se achava envolvida; mas outra escola dizia que se uma esposa estragasse regularmente o alimento que cozinhava, isso bastava para estabelecer o fato de que era desagradável e repugnante. O rabino

Akkiba julgava até mesmo a ideia de procurar uma mulher de melhor aparência como razão suficiente para o repúdio da esposa.¹⁰⁸ Devemos observar, porém, que o homem não podia repudiar a mulher com quem tinha sido obrigado a casar por tê-la seduzido quando virgem, e que a loucura não era base para o divórcio, enquanto a esterilidade que durasse dez anos, o era.

Em teoria, a mulher não tinha o direito de pedir divórcio: a única maneira de consegui-lo era tornar-se tão desagradável ao marido que este viesse a tomar a iniciativa. A doutrina rabínica permitia, entretanto, que a Assembleia “fizesse pressão” sobre o marido a fim de induzi-lo a repudiar a esposa em certos casos — impotência devidamente estabelecida; recusa em executar adequadamente os deveres conjugais; crueldade habitual; moléstia repulsiva e incurável, tal como a lepra; mudança de profissão e envolvimento num trabalho repugnante, tal como a coleta de estrume de cachorro para os curtumes; ou deixar a Palestina e viver numa terra distante.¹⁰⁹

Não havia necessidade de comparecer ao tribunal para divorciar-se. Segundo as declarações de Oséias,¹¹⁰ nos primeiros tempos, quando o marido expulsava a esposa infiel ele a acusava diante dos filhos, bradando: “Ela não é minha mulher, e eu não sou seu marido”. Se ela se recusasse a partir ele a despia, deixando-a nua como no dia em que nasceu. Esses métodos violentos não eram mais costumeiros na época de Cristo. Durante muito tempo — em Isaías e Jeremias já se faz menção disso — o marido dava à mulher carta de divórcio, um documento de separação, o mesmo referido em Mateus; e a base legal deste costume era um versículo contido em Deuteronômio.¹¹¹ Muitos tratados do Talmude, particularmente o *Gittin*, continham modelos desses editais de separação, no qual o marido devia declarar expressamente ser sua intenção despedir a esposa, e não menos absolutamente, que desse momento em diante ela estaria livre para viver como quisesse e voltar a casar-se.

A sorte da mulher repudiada não era de fato muito agradável; como Isaías afirmou em sua época, ela geralmente vivia em aflição.¹¹² Na maioria dos casos precisava voltar à casa dos pais. Todavia, a não ser que fosse expulsa por infidelidade, ela mantinha os filhos, os meninos até os seis anos e as meninas até que se casassem. O marido obrigava-se a pagar uma espécie de indenização, a *kethubah*, e isto estava ligado ao dote recebido pela esposa e à posição da família. Os rabinos prepararam toda uma lista de circunstâncias em que podia ser evitado o pagamento da *kethubah*, mas mesmo assim havia casos em que ela era compulsória, agindo como um obstáculo eficaz para o divórcio sumamente apressado. Se o marido possuía uma esposa insuportável, não podendo, entretanto, pagar a indenização exigida, era comum aplicarem a ele o versículo do primeiro capítulo de Lamentações de Jeremias: “Entregou-me o Senhor nas

mãos daqueles contra os quais não posso resistir”.

Por esta e outras razões o divórcio não era tão comum em Israel como se poderia supor. Uma simples raiva passageira não bastava para dar ao marido o direito de escrever uma carta de repúdio, a qual era a seguir apresentada oficialmente diante de toda a comunidade. Além disso, o homem tinha de pensar no dinheiro que havia pago ao pai da esposa por ocasião do noivado — cuja soma ficava perdida no caso de divórcio. Mais ainda, ele precisava refletir que atrairia sobre a sua pessoa a ira e talvez a vingança da família da mulher. É curioso, mas a Lei não permitia retrocessos: a ex-esposa não podia voltar ao marido mesmo que ficasse novamente livre mais tarde.¹¹³

Para coroar tudo isso, a opinião pública era absolutamente contra o divórcio. Israel diferia muito de Roma nessa época, pois em Roma, como afirma Jérôme Carcopino¹¹⁴, havia “uma epidemia de casamentos dissolvidos, apesar das leis de Augusto, ou até mesmo por causa delas”. A “dignidade do casamento” jamais foi rebaixada em Israel. O ideal bíblico da união conjugal era claramente oposto ao divórcio, sendo este aceito apenas como último recurso, quando nada melhor se oferecia. O último dos profetas canônicos, Malaquias, condenou essa prática numa passagem esmagadora em que a comparou com a traição contra Deus. “Porque o Senhor foi testemunha da aliança entre ti e a mulher da tua mocidade, com a qual tu foste desleal, sendo ela a tua companheira e a mulher da tua aliança”.¹¹⁵ O rabino Shammai proferiu um comentário aproximado: “O próprio altar chora sobre o marido que repudia a esposa”.

Não é provável que alguém possa esquecer o famoso diálogo contido no livro de Mateus, confirmado pelos dois outros evangelhos sinópticos: “Vieram a ele alguns fariseus, e o experimentavam, perguntando: É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo? Então respondeu ele: Não tendes lido que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher, e que disse: Por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne? De modo que já não são mais dois, porém uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem. Replicaram-lhe: Por que mandou então Moisés dar carta de divórcio e repudiar? Respondeu-lhes Jesus: Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossas mulheres; entretanto, não foi assim desde o princípio. Eu, porém, vos digo: Quem repudiar sua mulher, não sendo por causa de adultério, e casar com outra, comete adultério.”¹¹⁶ Um passo novo e decisivo tinha sido tomado. O caráter sagrado do casamento fora proclamado com mais força do que nunca antes; e a pequena frase parentética, *não sendo por causa de adultério*, ajudou a confirmar a sua indissolubilidade. Esta deveria ser a essência do ensinamento cristão sobre o casamento, e Paulo iria mais tarde tornar a doutrina mais exata.¹¹⁷ O ensino em

causa ultrapassava as antigas regras mosaicas, tornando-as obsoletas; como o amor de Cristo sem dúvida anulou outras, tal como a que exigia “olho por olho, dente por dente”. Todavia, os elementos mais elevados e puros do ponto de vista tradicional sobre a família em Israel não continham até certo ponto o germe da doutrina cristã?

Notas

1. Gênesis 29.14.
2. Êxodo 12.3; 13.8.
3. João 4.53; Atos 16.34; 18.8.
4. Gênesis 13.8.
5. 1Crônicas 23.21-22.
6. Os conhecidos argumentos sobre os “irmãos” de Jesus, cuja existência destrói a tradição católica da virgindade perpétua de Maria, surgiu da ambiguidade deste termo (cf. Jesus in His time, índice para as questões discutíveis). Para a interpretação evangélica v, o NDITNT vol. 4, art. Servo do Senhor.
7. Gênesis 4.9.
8. Veja o conjunto do final de Gênesis.
9. Gênesis 1.28.
10. Comentário sobre Gênesis, 5.2.
11. Mateus 19.12.
12. Veja p. 447.
13. Veja p. 444-447.
14. 1Coríntios 7. Ele modificaria mais tarde seu ponto de vista: Efésios 5.25.
15. Mateus 8.14; Miquéias 1.30; Lucas 4.38; 1Coríntios 9.5.
16. Juízes 8.30; 2Samuel 1.2; 2.13; 1Reis 11.1.
17. 1Samuel 1.2.
18. Isaías 54.6.
19. Yebamoth 65, a, e 44, a.
20. Corão 4.3.
21. Gênesis 2.21-24. O jogo de palavras está no v. 23.
22. Gênesis 4.19.
23. Jeremias 2.2; Ezequiel 16.8; Oséias 2.9; Malaquias 2.14.
24. Yoma 13, a.
25. As declarações de Paulo (1Tm 3.2; Tt 1.6) no sentido de que um bispo só pode ter uma esposa, têm sido algumas vezes citadas para provar poligamia entre os primeiros cristãos. Esses textos na verdade proíbem o casamento de viúvos.
26. Kiddushin 29.6.
27. Sanhedrin 76.6; Bekoroth 45.6.
28. Gênesis 26.34.
29. Willam: Marie, Mère de Jésus. p. 147.
30. Yebamoth 43, a.
31. Êxodo 34.15-16.
32. Neemias 13.23ss.
33. Gênesis 16.15; Êxodo 2.21; Números 12.1, etc.
34. Levítico 18.6.
35. Levítico 18.7; Deuteronômio 27.20 etc..

36. Levítico 20.11 e 14.
 37. Deuteronômio 25.7-10.
 38. Gênesis 38.9 (o pecado de Onã não foi masturbação, como é comumente suposto e os dicionários afirmam).
 39. Mateus 22.23; Marcos 12.18; Lucas 20.27 (v. Dt 25.6 e Rt 4.10).
 40. Deuteronômio 20.7.
 41. Mateus 1.20.
 42. Números 5.11-31.
 43. Veja Daniel-Rops: Les Evangiles de la Vierge, p. 143.
 44. Gênesis 34.12; ISamuel 18.25; veja também Êxodo 22.16.
 45. Êxodo 22.15.
 46. Deuteronômio 22.27.
 47. Gênesis 29.15.
 48. Sobre essas questões veja Millar Burrows. The Basis of Israelite Marriage, e E. Neufeld, Ancient Hebrew Marriage Laws.
 49. João 2.2.
 50. Isaías 61.10.
 51. Cânticos dos Cânticos 3.11.
 52. João 3.29.
 53. Tratado Sotah. 10.
 54. Cânticos dos Cânticos 3.6.
 55. Gênesis 24.60; Tob 9.11; Rute 4.11.
 56. Joel 2.16; Salmos 18.6.
 57. Cânticos dos Cânticos 1.2 e 2.13.
 58. Numa pesquisa sob o título Paysans en communauté de Bousrah, Le Play já tratou da questão dessas “famílias aumentadas”.
 59. Sobre os direitos do pai no primeiro período, veja Gênesis 22; Juízes 11.34; ISamuel 1; Êxodo 21; Gênesis 38, etc.
 60. Deuteronômio 21.19.
 61. Êxodo 20.12.
 62. A não ser que o próprio Deus tivesse tomado conta disto. Exemplo: Absalão. Êxodo 21.15.
 63. Levítico 20.9.
 64. Mateus 19.19.
 65. Efésios 6.2.
 66. Eclesiástico 3.1-16.
 67. Veja anedotas deste tipo nos extratos do Talmude de Cohen.
 68. Mateus 15.4-5.
 69. Êxodo 20.17 e Deuteronômio 5.21.
 70. Êxodo 21.3.
 71. Gênesis 12.10-20.
 72. Menahoth 43, b.
 73. Juízes 5.28; Cânticos dos Cânticos 2.9.
 74. ISamuel 1.12.
 75. João 4.27.
 76. Êxodo 21.10.
 77. Ezequiel 16.10.
 78. Levítico 19.3.
- (N.T.) A Versão Knox contém a leitura: “Deves respeitar pai e mãe” (Lv 19.3). A Versão Autorizada diz: “Cada um temerá a sua mãe e a seu pai”, mas a Vulgata novamente afirma: “Unusquisque patrem suum, et matrem suam timeat”.

79. Provérbios 31.16.
80. Kiddushin 1.7.
81. Baba Kamma 15, a.
82. Quanto ao preparo da Última Ceia, Jesus disse a seus discípulos: “Ide à cidade, e vos sairá ao encontro um homem trazendo um cântaro de água” (Mc 14.13); isto, por si mesmo, seria um sinal especial.
83. Shabbath 2.6.
84. Por exemplo, Isaías 3.16 e 47.1-8; Amós 4.1; Jr 3.1; Ezequiel 16.1.
85. Bonsirven, Bible apocryphe, p. 117.
86. Existem muitas citações deste tipo nos extratos de Cohen sobre o do Talmude.
87. Ibid.
88. Gênesis 2.23.
89. Gênesis 2.24 e Mateus 19.5.
90. Provérbios 7.4; 8.
91. Esta figura é sugerida por Provérbios 8.22-31; e o mesmo texto juntamente com Gênesis 3.15 é interpretado pelo catolicismo como prognosticando o papel da Virgem Maria.
92. Eclesiástico 26.1-4.
93. Veja De l'Amour humain dan la Bible de Daniel Rops.
94. Eclesiástico 25.13.
95. Provérbios 18.22; Eclesiástico 7.28.
96. Êxodo 20.14 e Deuteronômio 5.18.
97. João 24.15.
98. Comentário sobre Levítico, R. 23.12.
99. Eclesiástico 23.22-23.
100. Números 5.11,31.
101. Deuteronômio 22.22; Levítico 20.21; João 8.5.
102. Strack-Billerbeck. 2, p. 519.
103. Eclesiástico 23.24-26.
104. Deuteronômio 22.27.
105. Levítico 19.20.
106. Deuteronômio 24.1.
107. Kethuboth 3.5.
108. Gittin (tratado talmúdico sobre o divórcio) 9.10.
109. Todos esses casos são citados por Cohen.
110. Oséias 2.2.
111. Isaías 9.1; Jeremias 3.8; Mateus 5.31; Deuteronômio 24.1.
112. Isaías 104.6.
113. Deuteronômio 24.1-4; Jr. 3.1.
114. J. Carcopino, La Vie quotidienne à Rome.
115. Malaquias 2.13.
116. Mateus 19; Marcos 10; Lucas 16.
117. 1Coríntios 7.12-16.

CAPÍTULO SETE - ALTO E BAIXO, RICO E POBRE

DA TRIBO À CLASSE SOCIAL

A unidade familiar fazia parte de formações maiores? Isso com certeza aconteceu nos primeiros tempos: havia então aquelas famílias ampliadas, cujos grupos, eram chamados casas e recebiam o nome de seu fundador real ou suposto — grupos que imitavam essencialmente os clãs. A Bíblia menciona frequentemente estes grupos. Por exemplo, ela fala de Elcana, pai de Samuel, homem inspirado por Deus, subindo a Silo “com toda a sua casa, a oferecer ao Senhor o sacrifício anual, e a cumprir o seu voto”.¹ Temos também as tribos, aquelas formações típicas de um período nômade, grupos de clãs teoricamente ligados pelo sangue e historicamente associados uns aos outros por tradições algo lendárias; misticamente interligados por cerimônias, festividades comensais e casamentos entre si; unidos militar e administrativamente pela obediência a um chefe único.

Esta famosa divisão em doze tribos remonta à bênção dada por Jacó a seus doze filhos,² e todo israelita sabia de memória o nome deles — Rúben, Simeão, Levi, Judá, Zebulom, Issacar, Dã, Gade, Aser, Naftali, José e Benjamim. Esta divisão foi aceita como tendo sido a base administrativa do Povo Escolhido desde o grande trabalho de organização de Moisés, embora fosse praticamente impossível traçar uma história coerente de cada uma das tribos pela Bíblia ou sequer provar que doze tribos tivessem tido existência oficial todas ao mesmo tempo.

Esses conceitos tradicionais já não tinham quase significado na época de Cristo, pois haviam praticamente desaparecido. O termo “casa” era ainda usado como expressando uma descendência ilustre, e o evangelista não deixa de enfatizar que Jesus pertencia à “casa de Davi”. As famílias preservavam genealogias remotas, reportando-se às vezes até Abraão.

Quanto à tribo a que o indivíduo pertencia, isto só tinha significado para os membros da tribo de Levi, pois era dela o privilégio de fornecer os servos para o Templo, os levitas.³ O povo mostrava também certo orgulho em pertencer a Judá ou Benjamin, aquelas tribos que repovoaram a Terra Santa com verdadeiros seguidores de Deus depois do exílio. Com exceção desses casos, porém, quando se falava “nas doze tribos” era sempre com referência à história ou aos últimos dias, aquele dia de glória em que, como disse Paulo ao rei Agripa, “seria

alcançada a promessa”,⁴ e quando, segundo o livro de Apocalipse, se faria a grande contagem dos escolhidos, enquanto as sete trombetas tocassem com terrível som.⁵

Ao desaparecer a separação horizontal, ela foi substituída por uma série de distinções verticais, uma estratificação social ou diferenciação por classe. Diremos substituída se for possível presumir que a diferenciação por classe não tivesse sempre existido. Esta diferenciação, entretanto, nada tinha em comum com a que existira em Roma. A divisão ali tinha como base o dinheiro, os *humiliores* eram o povo humilde, sem qualquer capital visível, real, e os *honestiores* os comerciantes tornados respeitáveis pela posse de cinco mil sestércios; os membros das ordens nobres também deviam sua posição à sua fortuna, desde que os da ordem equestre precisavam ter quatrocentos mil sestércios, e os senadores, aqueles homens esplêndidos que forneciam os legados e pro-cônsules das províncias ricas e os comandantes das legiões, não menos que um milhão.

Em Israel, uma só classe tinha direito de reivindicar precedência, e isso por possuir dignidade religiosa: a classe sacerdotal. “Da mesma forma que alguns têm o hábito de traçar a sua nobreza, até este ou aquele homem,” diz Josefo, “em nossa nação a marca da verdadeira nobreza é extrair sua linhagem do sacerdócio”.⁶ Em teoria, portanto, a alta nobreza era composta dos cabeças das oito famílias que tinham a honra de suprir a madeira para as ofertas queimadas no Templo e dentre as quais era escolhido o sumo sacerdote. Mas na prática a classe sacerdotal perdera grande parte de sua posição desde que permitira que os escribas, cuja importância será estudada mais tarde, se estabelecessem como especialistas na Lei santa e como defensores dos padrões tradicionais; e, acima de tudo, desde que os romanos e os príncipes herodianos haviam domesticado os líderes da classe.⁷

Qual era então a base da estratificação social? Na verdade, se apoiava sobre o dinheiro, como acontecia no Império Romano. Destaca-se curiosamente o fato de que em ponto algum do Novo Testamento existe qualquer referência a uma distinção entre o que chamaríamos de pessoas educadas e simples, ou nobres e plebeus; mas, por outro lado, encontramos continuamente ricos e pobres. Quantas das parábolas de Cristo estão ligadas à posição conferida pela riqueza, essa distinção que nossa sociedade moderna conhece tão bem. A classe reinante (diferentemente daquela do ocidente no auge da Idade Média) se afirmava por causa da sua riqueza e das ligações políticas providas por ela mesma e não pelos serviços prestados.

O que isolava porém completamente Israel das demais nações do mundo antigo era a sua atitude em relação a esta desigualdade social e aos privilégios da

riqueza. O princípio religioso era absoluto: com exceção da classe sacerdotal, que era tida como possuindo uma graça especial, todos os leigos judeus mantinham estritamente uma posição de igualdade entre eles. A célebre exclamação do apóstolo Paulo se baseava nisto: “São hebreus? Também eu. São israelitas? também eu. São da descendência de Abraão? também eu”.⁸ Quer dizer, somos iguais, sou tão bom quanto eles. Um *humilior* romano encontrando um abastado patrício em sua toga listada de púrpura a caminho do senado, com todos os seus clientes à sua volta, não se sentia um igual; mas o mais desgraçado dos fiéis, de pé no átrio do Templo, com os braços levantados para o céu em oração, sabia que aos olhos de Javé ele era tão bom quanto Herodes.

Entranhada na tradição de Israel existia então um sentimento de igualdade, uma espécie de corrente, sendo isto confirmado por inúmeros textos bíblicos. Ela talvez possa até ser chamada de corrente revolucionária, desde que sua tendência, no plano espiritual, era derrubar todas as hierarquias terrenas. As Escrituras Sagradas não só diziam ao homem rico, “Olhará você para a riqueza mal ganha e dirá a si mesmo que possui o suficiente para as suas necessidades? Fique certo, quando a vingança o atingir, isso tudo de nada lhe valerá”.⁹ Elas não só lhe ordenavam: “Quando entre ti houver algum pobre de teus irmãos, em alguma das tuas cidades, na tua terra que o Senhor teu Deus te dá, não endurecerás o teu coração nem fecharás as tuas mãos a teu irmão pobre”¹⁰ avançavam mais, anunciando que o pobre devia ser levantado do pó, o mendigo do monturo e colocado entre os príncipes,¹¹ e que Deus faria “justiça aos aflitos,”¹² isto é, puniria o homem que “perseguisse o aflito, o necessitado, o quebrantado de coração”.¹³ Através de todos os seus ensinamentos, Jesus aplicou-se a subverter a ordem das classes, particularmente nas Bem-Aventuranças, o mais sublime dos seus discursos.¹⁴ Para ele, o homem rico e poderoso era claramente uma criatura infeliz, que tinha tanta dificuldade em entrar no reino dos céus como o camelo em passar pelo buraco de um agulha, enquanto o pobre e o rejeitado obtinham favor por toda eternidade. Esta doutrina era já tão popular em Israel que uma virgem como Maria, improvisando as esplêndidas palavras do Magnificat diante de sua prima Isabel, louvou o Senhor porque “derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes”.¹⁵ Embora os princípios da igualdade no plano espiritual não tenham talvez superado a dureza dos corações humanos na agitação da vida diária, eles tiveram uma influência bastante perceptível na vida social judaica.

A ESCRAVIDÃO EM ISRAEL

O mais surpreendente exemplo de sua influência é a atitude dos judeus quanto à

escravidão, esse elemento chocante e essencial em todas as sociedades do mundo antigo. Havia sem dúvida escravos em Israel nos dias de Cristo. Ele próprio os introduz em muitas de suas parábolas, por exemplo a do servo impiedoso, a do joio e do trigo, do filho pródigo e muitas outras;¹⁶ pois onde quer que as traduções recentes façam uso da modesta palavra servo, parece certo que na verdade se referem a escravos, *servi*. Ao ler porém o Novo Testamento ou Josefo, não se tem entretanto a impressão de que entre os judeus houvesse uma imensa classe servil representando um quarto da população ou até mais, como acontecia em algumas grandes cidades gregas e romanas, criando um estado permanente de insegurança social. Os libertos recebiam um salário muito baixo e só isto já tornava a compra de escravos, que tinham de ser mantidos, um mau investimento. Um documento oficial do ano 71 d.C. mostra que em uma região onde as autoridades fiscais contaram 385 contribuintes, todos juntos não possuíam mais do que quarenta e quatro escravos, a saber, um escravo para cada nove deles.¹⁷ A situação não se comparava assim de forma alguma à existente no mundo pagão.

O comportamento dos judeus também diferia muito em relação aos escravos. Seria lugar comum falar da crueldade dos romanos para com os deles, citando a conhecida passagem em que Juvenal mostra uma matrona romana perguntando: “O escravo é homem?” ou lembrar o leitor que o escravo pertencia legalmente à classe de coisa, *res*, e que, nas palavras de Varro, ele era “uma espécie de instrumento que pode falar”. Em todo caso, esta reputação de crueldade parece ter sido com frequência desmentida pelos fatos, pois a literatura contém muitos exemplos de bondade dos senhores romanos para com seus escravos.¹⁸ Todavia, embora possa ser verdade que o comportamento dos romanos fosse quase sempre melhor do que suas leis, entre os judeus estas eram muito superiores à legislação romana ou grega com relação aos escravos, e tais leis, por serem religiosas, dominavam o comportamento.

Isto não significa que a Bíblia e o Talmude não contenham palavras terríveis sobre a escravidão. Eclesiástico, que não era claramente um sentimental, dá conselhos que Catão, o velho, teria aprovado: “O teu asno precisa de feno, de chicote e de uma carga para levar; o teu escravo também necessita de alimento, disciplina e trabalho duro. Obrigado, ele trabalha, e se fosse tentado pelo lazer? Deixe ociosas as suas mãos e buscará ser seu próprio senhor. O jugo e as rédeas amansam o boi teimoso; o escravo preso à tarefa ficará submisso à tua vontade; mantenha a roda e o tronco preparados à espera daquele que promover desordens”.¹⁹ Nos dias de Cristo havia rabinos com ideias assim selvagens. Eles acusavam os escravos de serem preguiçosos, devassos e ladrões; suspeitavam neles todos os vícios, até o de odiarem a seus senhores.²⁰ Ao que parece, isto

fazia parte da conversa comum — falava-se então dos escravos como hoje as donas-de-casa falam das empregadas.

Na Bíblia e nos ensinamentos dos doutores da Lei existia ainda uma outra tradição, sendo certo que a mesma continuava prevalecendo na época de Cristo. A mesma passagem de Eclesiástico, cuja brutalidade acabamos de ver, continua: “Não sobrecarregues, porém, a carne e o sangue com mais do que possam suportar, nem inflinja mais do que o castigo legal enquanto não ouvir a súplica. Se tiveres um escravo fiel considere-o muito, como a ti mesmo; trate-o como se fora teu irmão”.²¹ O santo Jó falou ainda mais profundamente: “Aquele que me formou no ventre materno, não os fez também a eles (homem e senhor igualmente?)”.²² A Bíblia lembrou repetidamente os israelitas de que tinham sido escravos no Egito, e lhes disse que esta lembrança deveria torná-los compassivos. Além disso, a Lei protegia o escravo, castigando o senhor que o matasse, concedendo liberdade ao escravo cujo dono o mutilasse ou ferisse com golpes, e até mesmo ao escravo notoriamente maltratado. A maioria dos rabinos insistia sobre a aplicação mais generosa dos preceitos da Lei. O rabino Jochanan jamais comia ou bebia vinho sem dar algum ao seu escravo; e a resposta do rabino Gamaliel a alguém que expressou surpresa por vê-lo triste com a morte de seu escravo Tobias foi repetidamente citada: “Meu escravo Tobias era um homem; um homem honesto e piedoso”.²³

Mas a Lei fazia considerável diferença entre o escravo pagão e hebreu. O primeiro, comprado no mercado da maneira usual, era menos protegido que o segundo. Não podia, entretanto, ser mutilado nem maltratado; tinha direito a um dia de descanso,²⁴ e, de maneira diversa ao uso romano, se escapasse não era devolvido ao dono.²⁵ Por pertencer a um israelita, tinha de sujeitar-se a certas exigências bíblicas, mas não podia ser circuncidado contra a sua vontade, e se um escravo recusasse ceder a esta exigência por mais de doze meses, devia ser vendido novamente aos pagãos.²⁶ Por outro lado, se concordasse, a partir desse momento era considerado membro da família — a tal ponto, na verdade, que o escravo circuncidado pertencente a um sacerdote tinha o direito de comer da “comida santa”, as coisas sagradas.²⁷

O escravo de origem pagã não ficava sujeito às mesmas obrigações religiosas do escravo hebreu, nem tinha os mesmos direitos civis, mesmo quando circuncidado. Devem ter sido muito raros os escravos hebreus comprados na Palestina: a Lei proibia que o israelita fosse mantido como escravo contra a sua vontade a não ser no caso de criminosos,²⁸ e isto deve ter feito com que os mercadores de escravos enviassem seu gado humano, quando se tratava de judeus, para outros países e mercados. Mas uma provisão legal reduzia o devedor falido à escravidão,²⁹ da mesma forma que o ladrão que não conseguia

restituir o que roubara.³⁰ Havia também os pobres que para não morrer de fome preferiam tornar-se escravos. Nestes casos os senhores mandavam fazer um furo em sua orelha como marca de sua condição servil.³¹ A Lei regulava estritamente as condições em que o israelita podia tornar-se escravo desta forma e, mais minuciosamente ainda, as circunstâncias em que deveria ser mantido: o princípio estava em ser tratado exatamente como um trabalhador livre, um empregado pago;³² não deveria trabalhar mais de dez horas por dia; o trabalho era diurno e não noturno; não trabalharia para o público, fazendo serviços tais como o de alfaiate, barbeiro ou atendente dos banhos; não sendo obrigado a fazer nada que pudesse humilhá-lo.³³ Essas exigências foram tão escrupulosamente estabelecidas que surgiu um ditado a respeito: “Quem comprar um escravo judeu arranja um senhor para si mesmo”. E vinha então a famosa lei do ano sabático,³⁴ aquela medida extraordinária tão típica de tudo o que era mais nobre na tradição judaica, a qual restaurava regularmente o equilíbrio da sociedade, cancelava as dívidas, dava descanso a tudo, até mesmo ao gado e à terra, e que estabelecia: “Se comprares um escravo hebreu, seis anos servirá; mas ao sétimo estará livre”.³⁵ O resultado imediato desta medida era que o escravo hebreu valia menos do que um vigésimo do preço do pagão, o qual, em teoria, devia ser apenas libertado nos anos de jubileu, isto é, a cada cinquenta anos.³⁶ Parece bastante claro que nos dias de Cristo os costumes e as medidas legais tinham feito desaparecer quase por completo a escravidão na Palestina, mesmo no caso de devedores insolventes. Apenas a venda de ladrões era ainda comum. Se um israelita fosse comprado por um senhor pagão ou por outro judeu que planejasse tirá-lo da Terra Santa, a comunidade o resgatava, caso a família não tivesse condições para isso. Filo não estava então enganado quando afirmou: “Mesmo os que recebiam o nome de escravos eram na verdade operários.”³⁷

Quase não precisa ser dito que a posição da mulher, quer hebreia ou pagã, era muito diversa daquela do homem. Se fosse casada com um escravo partilhava a sorte dele (sendo libertada ou vendida a outro dono junto com o marido), a não ser que já pertencesse ao senhor antes de casar-se, em cujas circunstâncias este poderia ficar com ela e os filhos. Este procedimento não era, porém, aprovado pelos rabinos. A principal diferença era que muitas delas se tornavam concubinas dos senhores ou dos filhos destes. Neste caso, a alforria do ano sabático só se aplicava quando a mulher exigia. Essas escravas-concubinas eram então protegidas pela Lei, que não permitia fossem elas vendidas a outros quando não mais agradassem, o que automaticamente libertava as casadas de maneira regular, e proibia que lhes tirassem os filhos. A doutrina rabínica também se opunha à escravidão de mulheres. “O que aumenta o número de escravos em sua casa aumenta o roubo,” disse o rabino Hillel, “mas o que aumenta o número de

escravas aumenta a devassidão.”

Além da manumissão obrigatória do escravo hebreu no sétimo ano, muitos senhores libertavam seus escravos; alguns por terem conseguido juntar o preço de sua redenção, outros porque as famílias os ajudavam, e ainda outros devido à generosidade dos seus donos. Os rabinos estabeleceram diversos casos em que o escravo tinha direito à liberdade: ele ficava livre se o senhor o mutilasse, se permitisse que se casasse com uma mulher livre ou vice-versa, ou se fizesse dele seu herdeiro. A cerimônia de libertação tinha caráter religioso: o escravo, na presença do senhor, amarrado aos filactérios, aquelas pequenas caixas de couro que continham quatro passagens da Lei e eram usadas na testa e no braço esquerdo durante a oração. Depois disto o liberto, se fosse hebreu, pertencia à comunidade judia com todos os direitos dos demais judeus. Se fosse pagão circuncidado também passava a pertencer, mas com menores direitos. Esses *hofsim* não parecem ter ocupado em Israel a mesma posição dos libertos no Império Romano, onde são frequentemente encontrados nas mais altas escalas de poder e prestígio.

A relativa brandura da condição servil explica em parte porque Jesus não se preocupou particularmente com isso. Fica também claro que ele se interessou muito mais pela escravidão moral, aquela inflingida ao homem pelo pecado. “A verdade que liberta os homens” é a que os livra de seus vícios. Jesus conhecia perfeitamente a condição servil em seu plano material,³⁸ e a permitia por ser mínimo o seu significado do ponto de vista espiritual, desde que a verdadeira vida não pertence a esta terra. Todo o seu ensino tende, entretanto, para a anulação da diferença entre senhor e escravo, fazendo-a dissolver-se no amor universal. Em várias ocasiões, Paulo dá excelentes conselhos aos senhores, recomendando-lhes a generosidade, e da mesma forma ele adverte os escravos para que sejam obedientes.³⁹ Conhecemos, outrossim, sua curta e comovente epístola a Filemom, em que fala com tanta generosidade de um escravo fugitivo. Nas comunidades da igreja primitiva, com sua nova visão do mundo, não mais deveriam existir “senhores nem escravos” (como não haviam, a propósito, entre os essênios); e este sentimento evidenciou-se muito antes das instituições surgidas do cristianismo terem vagarosamente tido êxito em acabar com esse flagelo do mundo pagão.⁴⁰

“NÃO SE QUEIXE DO TRABALHO”

O pequeno número de escravos em Israel e também, como veremos, a falta de uma classe média comparável à nossa burguesia, fortaleceu a categoria social dos trabalhadores, tanto os que cultivavam a terra como os das demais

profissões. Basta um olhar nos evangelhos para ver como ocupavam lugar de destaque no mundo judeu; o lavrador e o semeador, o criador de gado, o pescador, o carpinteiro e o pedreiro, assim como muitos outros, repetidamente são citados em suas páginas. Jesus pertencia a essa classe, e fala dos que faziam parte dela como indivíduos a quem encontrava diariamente e cujas vidas conhecia muito bem.

Este fato, assim como algumas razões religiosas precisas, explica porque a atitude dos judeus em relação ao trabalho manual e aos trabalhadores diferia tanto da dos gregos e romanos. Em Atenas era conhecido o ditado, “Não se pode fazer um cidadão de um trabalhador”; e o mestre da ironia, Luciano, fala com desprezo do “desgraçado artesão compelido a ganhar o seu sustento pelo trabalho de suas mãos”. Mas Eclesiástico tinha dito: “Não se queixe do trabalho”.⁴¹ O próprio Deus ordenara ao primeiro homem que ganhasse o seu pão com o suor do seu rosto, como resultado do seu pecado e sinal de sua condição.⁴² A exegese rabínica sugeriu, porém, uma explicação bastante satisfatória para esta severa exigência: Ao ouvir o Todo-poderoso dizer que a terra “produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo” (v. 18). Adão rompeu em lágrimas. “Senhor,” bradou ele, “devo então comer o mesmo que meu asno?” Ao que Deus respondeu no (v. 19), “No suor de teu rosto comerás o teu pão”. O que era o mesmo que dizer: “O teu trabalho te coloca acima do nível dos animais”.⁴³

Todos os ensinamentos das Escrituras, assim como tudo o que os rabinos ensinaram baseados nelas, mostravam a necessidade e a nobreza do trabalho. Só no Velho Testamento encontramos mais de trinta passagens expressando essas duas ideias, e mais de uma centena poderia ser extraída do Talmude. Por outro lado, nenhum dos dois contém uma única palavra favorecendo a ociosidade, nem que mostre o menor desprezo pelo trabalho, sendo este obrigatório. As conhecidas palavras de Paulo: “Se alguém não quer trabalhar, também não coma”⁴⁴ (cuja expressão Lenine mais tarde adotaria), resumem a opinião imutável do mundo judeu. A dignidade do trabalho: comentando sobre esse versículo de Deuteronômio: “Escolhe, pois, a vida”⁴⁵ um rabino fez esta admirável observação, “O Todo-poderoso queria dizer com isto, prefira trabalhar”.

Os mais categorizados deram o exemplo. Não tinham os patriarcas, os profetas e os primeiros reis de Israel, todos eles, trabalhado? E os rabinos garantiam que o próprio Adão, enquanto se achava ainda no paraíso, cultivava o solo, por prazer, naquele maravilhoso jardim. Todos os doutores da Lei trabalhavam para ganhar o sustento: o rabino Akiba era lenhador, Joshua queimava carvão, Meir era escrivão público, Jochanan sapateiro, Saul coveiro, e o grande rabino Hillel ocupava posição tão modesta (segundo os padrões

mundanos) que não ganhava mais de meio denário por dia — cerca de dezoito centavos. Não é preciso lembrar que Jesus e todos os apóstolos foram trabalhadores, artesãos, pescadores ou caixeiros. Não podemos esquecer o orgulho com que Paulo afirmava ser filho de um tendeiro e trabalhando ele mesmo nessa profissão no decorrer de suas viagens apostólicas. “Nem jamais comemos pão, de graça, à custa de outrem; pelo contrário, em labor e fadiga, de noite e de dia, trabalhamos, a fim de não sermos pesados a nenhum de vós” e “estas mãos serviram para o que me era necessário a mim e aos que estavam comigo”.⁴⁶

Isto não indica que não houvesse uma hierarquia entre as várias profissões. Os ourives, os sapateiros e os lenhadores, por exemplo, eram considerados como sendo melhores que os demais; enquanto os tosquiadores e curtidores, que cheiravam mal, ficavam na escala inferior; os vendedores de perfumes, cujo comércio os colocava em contínuo contato com as mulheres de má vida, situavam-se mais baixo ainda. A opinião popular considerava algumas profissões como praticamente desclassificadas, aquelas em que eram comuns os ataques nas estradas. Esta lista incluía os marinheiros, os chefes de caravana e os lojistas. Mas esses comentários, em que se faz sentir certa inveja e má vontade, de forma alguma invalidavam o princípio geral: “O trabalho é bom: ele dá honra aos que o executam”.⁴⁷

Israel extraiu regras deste princípio, a fim de regulamentar as relações entre os senhores e os homens. A primeira legislação social conhecida em toda a história é judaica, e este fato que faz refletir tamanha honra sobre o Povo Escolhido é bem pouco conhecido. Ela data da antiguidade mais remota, do próprio Moisés. Lemos em Deuteronômio: “Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado, ...no seu dia lhe darás o seu salário antes do pôr-do-sol; porquanto é pobre e disso depende a sua vida; para que não clame contra ti ao Senhor e haja em ti pecado”.⁴⁸

O princípio foi assim estabelecido, sendo aplicado ao mais humilde dos trabalhadores, os jornaleiros que existiam em grande número e de quem o Senhor fala na famosa parábola dos trabalhadores da undécima hora.⁴⁹ Infelizmente, sanções legais admiráveis nem sempre asseguraram a aplicação da justiça na terra e Malaquias, no passado remoto, depois da volta do exílio, foi obrigado a clamar furiosamente contra a injustiça dos senhores com relação aos seus servos e denunciá-la como um crime nacional.⁵⁰ Nos dias de Cristo os rabinos já tinham feito porém muito em prol dessa questão: eles haviam estabelecido cuidadosamente as condições em que os trabalhadores deveriam ser alimentados, alojados e vestidos; estipularam as horas de trabalho e as formas de pagamento para os que eram empregados por hora ou meio dia de jornada, e

sempre destacaram o fato de quem quer que maltratasse um empregado transgredia “cinco mandamentos da Torá”.⁵¹

Os obreiros não tinham apenas direitos, a doutrina religiosa lhes impunha também deveres. A Bíblia exigia que respeitassem seus senhores, obedecendo e servindo fielmente, como lembrado por Paulo. Os rabinos contavam histórias de fundo moral excelente em que empregados exemplares causavam admiração. Certo dia o rabino Joseph, pedreiro de profissão, estava em seu andaime quando um homem o chamou do chão, pedindo conselho a respeito de um assunto religioso. “Espere até a noite,” replicou o doutor da Lei, “não posso descer: sou pago por dia de trabalho e não tenho o direito de desperdiçar um minuto do tempo do meu senhor”. O rabino Hilkia, que era capataz, deu a mesma resposta a alguns que foram importuná-lo para que ensinasse uma oração pedindo chuva. Não podemos dizer que a consciência de todos os empregados judeus fosse assim sensível, mas já basta que os homens que atraíam todas as atenções em Israel tivessem deixados tão admiráveis exemplos.

Parece não haver dúvida que nos dias de Cristo algumas profissões já se achavam reunidas em associações, ou mesmo uniões trabalhistas.⁵² Quando lemos os evangelhos verificamos que os pescadores do mar da Galileia possuíam uma corporação baseada no trabalho de equipe, um determinado grupo de homens trabalhando sob as ordens de um líder: Pedro era um deles. As associações profissionais remontam a um período imediatamente posterior à volta do exílio, abrangendo oleiros, tecelões, metalúrgicos, tintureiros e padeiros. É mais do que provável que a evolução nesse sentido tenha sido acelerada pelo exemplo dos *collegia* romanos, muito difundidos no primeiro século. Na cidade de Alexandria, as associações israelitas possuíam escritórios e depósitos tão esplêndidos em sua famosa “casa do trabalho”, *diplostoon*, que o rabino Judah ao voltar de uma visita ao Egito garantiu: “Quem não viu o *diplostoon* de Alexandria não tem ideia da glória de Israel”. As organizações de trabalhadores não possuíam evidentemente poder tão ostensivo na Palestina, mas de todo modo eram bastante fortes para assegurar que a jornada de trabalho de seus membros fosse respeitada como devia e tentar conseguir que fosse concedida uma indenização ao homem que perdesse seu animal no curso do trabalho.

Não se infere que esses primórdios do sindicato trabalhista tivessem resultado em greves. A única citada no Talmude foi a dos servos do Templo que se recusaram a preparar os pães asmos e o incenso e a ensinar os fiéis a cantarem. Por outro lado, mas esta foi sem dúvida a razão real para a ausência de greves, o desemprego era uma ameaça constante. O Talmude fala repetidamente dos *pollim bethelimou*, como diriam os italianos os *disoccupati* (desocupados).

Durante este último período Israel se achava envolvido em uma crise agrícola, cuja gravidade variava, sendo, porém, contínua; paralela a esta ocorria uma crise econômica geral acarretada pelo término do trabalho na construção do Templo, pouco depois da morte de Jesus, e pela diminuição dos grandes empreendimentos de Herodes. Na parábola dos trabalhadores da undécima hora vemos o senhor da vinha falando a um grupo de homens na praça do mercado quando o dia já estava para acabar. “Por que estivestes aqui desocupados o dia todo? Perguntou-lhes. Responderam-lhe: Porque ninguém nos contratou”.⁵³ A mente cética pode deduzir que eles não se deram pressa em encontrar trabalho passando o dia conversando e cochilando à sombra. Muitos cristãos, entretanto, se sentem como os “trabalhadores da undécima hora”, ainda mais porque o senhor, no final de contas, lhes pagaria um salário inesperado.

QUEM ERAM OS *AM-HA-AREZ*?

Havia, porém, uma classe de trabalhadores a quem todos os doutores da Lei detestavam, sem exceção, e contra quem pregavam o ódio. Eram chamados de *am-ha-arez*. Uma curiosa antologia poderia ser preparada com base nos textos talmúdicos em que a fúria dos rabinos (uma classe de homens nada violenta e sanguinária) explode contra eles. O amável rabino Hillel asseverou: “Não têm consciência e podem ser tudo menos humanos”. O rabino Jonathan esperava que cada um desses miseráveis fosse cortado em dois; isso mesmo, em dois, como um peixe. “Um judeu não deve casar-se com a filha de um *am-ha-arez*”, diziam. Porque o livro sagrado de Deuteronômio dizia no capítulo vinte e sete: “Maldito aquele que se ajuntar com animal”. Quanto ao rabino Elezar, afirmou: “É permitido acolher um *am-ha-arez* no sábado e mesmo no Dia da Expição”, e como seus discípulos algo surpresos sugerissem que talvez a palavra “matar” fosse melhor, ele replicou: “A morte de um animal dá lugar a uma bênção, mas a acolhida não”. Devemos sem dúvida aceitar essas amabilidades como um grão de sal, mas mesmo assim evidenciam um estado de mente notável.

Quem eram então esses *am-ha-arez*? A palavra significa “o povo da terra”, mas no decorrer dos tempos passou a abranger uma grande variedade de grupos humanos.⁵⁴ Em primeiro lugar eram os ricos cananeus de quem um homem como Abraão foi obrigado a comprar o campo, e a caverna de Macpela,⁵⁵ depois os israelitas que possuíam propriedades e que algumas vezes desempenharam um papel quase-oficial durante o período dos reis,⁵⁶ sendo, porém desprezados pelos soldados e sacerdotes. A seguir, quase imediatamente depois do exílio a expressão tornou-se totalmente insultuosa, e por uma razão muito simples:

durante a ausência dos judeus na Babilônia as terras da Palestina foram ocupadas, como vimos,⁵⁷ por povos de várias raças, samaritanos, arameus, filisteus e até mesopotâmicos; os judeus que voltaram jamais puderam perdoar-lhes esta usurpação.

A este sentimento perfeitamente natural de repulsa foi acrescentado o desprezo, ou mesmo o ódio do judeu praticante por aqueles que, mesmo circuncidados, não observavam a Lei. Essa a grande censura, cujos ecos podemos ainda ouvir dos lábios dos fariseus citados em João: “Quanto a esta plebe que nada sabe da Lei, é maldita”.⁵⁸ À medida que os doutores da Lei adquiriram cada vez maior influência na comunidade judia o desprezo pelos *am-ha-arez* aumentou; sendo já então reforçado pelo desdém do letrado pelo ignorante. A definição formal do *am-ha-arez* no Talmude é esta: “Aquele que come pão sem estar ritualmente purificado”,⁵⁹ ou seja, aquele que brinca com a Torá. Não foi por acaso que a Galileia era considerada como o principal centro dos *am-ha-arez*, sendo tão atacada pelos rabinos da Judéia; pois justamente nessa província a mistura de raças fora maior, tão grande na verdade que o próprio nome do lugar, como já vimos, significava “o círculo dos incrédulos”.⁶⁰

Pouco antes do desastre do ano 70, numa época em que os rabinos tinham fortes razões para desconfiar da classe e da região de onde os principais líderes da seita cristã tinham surgido, o rabino Jochanan ben Zakai, escreveu, “Galileia, Galileia, sempre odiaste a Lei”. Não parece haver dúvida de que o ódio contra os *am-ha-arez* estava mais fundamentado na religião do que em quaisquer razões sociais. Mas a *Encyclopaedia Judaica*, no artigo dedicado aos *am-ha-arez*, observa judiciosamente, “Esta atitude contribuiu bastante para o fortalecimento da nova seita dos cristãos. Entre eles, o ‘povo da terra’ encontrou uma acolhida bondosa, enquanto da parte dos letrados só receberam a mais violenta repulsa. O cristianismo não recebeu os que dele se aproximaram com exigências farisaicas rígidas quanto à observação fiel da Lei, mas possuía melhor compreensão quanto ao estilo de vida do povo.”

“BEATI POSSEDENTES”

A grande massa do povo de Israel era então composta de trabalhadores da terra, dos que trabalhavam nas várias profissões, dos *am-ha-arez* e dos escravos. Apesar da riqueza natural da Palestina essas pessoas eram de modo geral pobres e até mesmo paupérrimas. S. W. Baron chega até a afirmar que sua pobreza era horrível, mas isto talvez seja uma expressão excessivamente forte. Ao ler, porém, os evangelhos têm-se a impressão de uma grande restrição econômica: a

mulher que perdeu uma moeda de prata passou horas procurando por ela pela casa.⁶¹ A soma de cem peças de prata parece enorme,⁶² embora o denário valesse menos do que um, franco de ouro ele era entretanto a paga de um dia de trabalho,⁶³ o custo comum das despesas de um dia.⁶⁴ A pobreza dos judeus chegou a ser alvo de chacota nas comédias pagãs, nas quais eram apresentados como pedintes, tendo apenas uma camisa para vestir e obrigados a alimentar-se de alfarrobas. “As filhas de Israel são lindas,” afirmou tristemente um rabino, “pena que a pobreza as torne feias”.⁶⁵

Através do Novo Testamento, do Talmude e de Josefo têm-se a impressão de que não existia uma classe média, ou que ela quase não existia. A burguesia, como a conhecemos, é um fenômeno recente; mas em Roma e na Grécia havia pessoas de posição intermediária, que ficavam entre os ricos e os pobres. Na Palestina só eram encontradas nas cidades gregas, que não pertenciam ao Povo Escolhido. A grande maioria dos mercadores eram pequenos lojistas, praticamente idênticos aos artesãos que vendiam seus próprios produtos. Os homens a quem chamaríamos de profissionais liberais eram classificados seja entre os artesãos (o médico é citado junto com o tecelão e o carpinteiro) ou entre as categorias religiosas. Um judeu burguês só seria encontrado na Diáspora.

Todavia, existiam com certeza pessoas ricas — o jovem rico que se aproximou de Jesus, por exemplo, ou o rico perverso da parábola que encontramos em Lucas “vestido de púrpura e de linho finíssimo, e que todos os dias se regalava esplendidamente”⁶⁶ ou aquele de que fala Tiago, que levava nos dedos anéis de ouro.⁶⁷ Tudo parece indicar que nos dias de Cristo existia em Israel uma classe de pessoas mais do que moderadamente abastada, a qual tratava com dureza os pobres e levava vida luxuosa, gastando num dia mais do que o trabalhador podia ganhar num ano. Suas mulheres se vestiam esplendidamente e se cobriam de joias e perfume. Não havia novidade nisto. Muito tempo antes, Amós, o pastor-profeta, tropejara contra as mulheres ricas, a quem chamou de “vacas de Basã”,* acusando-as de maltratar seus servos e advertindo que no dia da ira de Deus elas seriam “atravessadas com lanças”.⁶⁸ Parece claro que a espécie não tinha desaparecido, ou voltara a aparecer depois da catástrofe do exílio. Nem todos os ricos eram porém necessariamente perversos: havia entre eles homens bons, como José de Arimateia que ofereceu seu túmulo novo aos discípulos depois da crucificação, ou o generoso Nicanor que doou ao Templo aquela famosa porta de bronze que exigia vinte homens para abrí-la.⁶⁹

Não devemos, entretanto, cair no exagero; esta classe de judeus abastados não pode ter sido numerosa, especialmente na Palestina. E se algumas fortunas como a de Herodes eram sem dúvida notáveis, muitas outras só pareceriam sê-la

em contraste com a pobreza circundante. Qual a fonte dessa riqueza? Temos a impressão que vinha principalmente da terra: existia uma classe de grandes proprietários que tinham conseguido adquirir e aumentar vastos domínios, homens como aqueles que Isaías já acusara de “ajuntar casa e casa, reunir campo a campo, até que não haja mais lugar”,⁷⁰ aqueles monopolizadores a quem o profeta Miquéias amaldiçoara em nome de Deus.⁷¹ A julgar pelo evangelho, parece que muitos desses capitalistas pensavam na terra apenas como uma forma de investimento; eles não a exploravam, mas entregavam suas propriedades a um administrador, um *vilicus* ou *oikonomos*, que era certamente um homem livre e que, pelo menos em teoria, tomava conta de tudo; embora, como dizem as parábolas, o administrador desonesto com frequência enganava o seu senhor.⁷² Apesar de nossa documentação muito falha no que diz respeito à posse de terras em Israel, permanece a impressão de que os pequenos proprietários ultrapassavam de muito os grandes proprietários capitalistas. Em qualquer caso não temos evidência de que existissem latifúndios, aquelas imensas propriedades tão comuns na Itália e no Brasil.

Outra fonte de renda era o comércio, principalmente o atacadista. Desde a volta do exílio os judeus tinham adquirido uma certa habilidade nisso,⁷³ embora Josefo afirme que não gostavam do comércio.⁷⁴ Comércio atacadista, importação e exportação, operações bancárias: nos dias de Cristo, como agora, os grandes negócios traziam grandes lucros — cem vezes mais do que o investimento em terras, segundo o Talmude.⁷⁵ Deve ter havido muitos negociantes entre os judeus; e havia também alguns entre os cristãos, pois Tiago lhes faz severa advertência.⁷⁶ A maneira como negociavam não diferia muito da nossa.⁷⁷ Deve ter havido homens riquíssimos entre eles, como também entre os que cobravam os impostos, segundo o pernicioso sistema fiscal da época.⁷⁸

Acrescentemos a esses (embora eles talvez formem uma classe difícil de distinguir dos grandes proprietários de terras, dos homens de negócio importantes e dos banqueiros) os membros daquele pequeno grupo próximo à sede do poder que se associavam com os romanos. Os descendentes dos reis bíblicos da antiguidade poderiam não ter mais qualquer riqueza ou poder (José e Maria descendiam de Davi), mas os Herodes viviam em grande estilo, assim como os remanescentes dos hasmoneus e as famílias dos sumos sacerdotes. Todos possuíam imensas fortunas em terras e faziam parte de empreendimentos mercantis. Quando os judeus enviaram a Augusto uma delegação para queixar-se de Herodes, uma de suas maiores acusações foi a de ter monopolizado bens imóveis a perder de vista. Josefo declara que ele possuía mil talentos de ouro (150 milhões de francos em ouro ou cerca de 21 milhões de libras esterlinas), e os impostos, arrecadações e direitos recebidos por ele devem ter ajudado a

aumentar muito essa fortuna. Todos os seus descendentes parecem ter vivido em esplendor — palácios na Palestina, palácios em Roma, esplendor em suas cortes e suas viagens. Os altos oficiais desses ricos soberanos fizeram suas próprias fortunas pelo antiquíssimo método do suborno, como Josefo⁷⁹ nos conta aborrecido. Os parentes dos sumos sacerdotes que, como vimos mantinham relações íntimas com o poder supremo,⁸⁰ aproveitavam-se de sua afabilidade e viviam em condições privilegiadas. Marta era uma dessas pessoas, sendo filha de Boethos, que comprou o cargo de sumo sacerdote para o segundo marido dela, Simon ben Gamala, ao preço de três *qabs*, ou cerca de um galão e meio de peças de ouro; ela insistiu em que fosse desenrolado um tapete toda vez que visitasse o Templo, e morreu, durante o cerco de 70, não mediante uma seta romana, mas por ter de alimentar-se com comida mais grosseira do que aquela a que estava acostumada. Não é preciso dizer, entretanto, que nem todos os 18.000 sacerdotes e levitas que compunham a classe sacerdotal eram ricos.

UMA CLASSE À PARTE: OS ESCRIBAS

De toda forma, a classe sacerdotal, cada vez mais dilacerada entre os ricos e os pobres (tendo em vista a França do século XVIII podemos quase dizer que entre o alto e baixo clero), perdera praticamente toda a sua importância, ficando confinada agora às suas funções puramente religiosas, não sendo mais aquilo que fora, particularmente durante o exílio — o guia do povo, sua consciência viva e o guardião das tradições israelitas. Mediante um estranho fenômeno, os sacerdotes de Javé tinham gerado uma nova classe que deveria presentemente entrar em competição com eles, e isto exatamente em proporção ao zelo com que tinham mantido a fidelidade à Lei. A Torá era a proteção de Israel. Todas as esperanças israelitas repousavam nela. Era, portanto, essencial escrutiná-la, magnificá-la, sondar todos os seus ensinamentos e fazer dela o verdadeiro alimento espiritual do Povo Escolhido. Foi assim que passou a existir a classe dos escribas, ainda durante o exílio na Babilônia. Tratava-se de uma classe que veio a ter um crescimento notável.⁸¹

Os escribas se achavam teoricamente divididos em *mebhinim*, juristas, e *soferim*, escritores ou escribas propriamente ditos; os primeiros estabelecendo a lei religiosa e os segundos manipulando-a, mas o mesmo homem podia desempenhar ambas as funções; eles eram também encarregados de recitar os mandamentos de Javé.⁸² Foram os escribas que, sob Esdras e depois sob Ezequias e Josias, empreenderam a imensa tarefa de organização das Sagradas Escrituras depois do exílio, que resultou no Velho Testamento, como o conhecemos agora. Eles eram reconhecidos como “conhecedores da Lei”, e

pouco a pouco passaram a contrastar com aquela classe de sacerdotes cuja competência não ia além do oferecimento de sacrifícios e a queima de incenso. Esdras, que descendia de sacerdotes, é um exemplo típico do seu desenvolvimento, seu modo de pensar e seu estilo de vida: a Bíblia, além disso, não lhes dá outro nome senão o de “escriba”.⁸³ As circunstâncias lhes foram sempre favoráveis: o Povo Escolhido se tornara uma comunidade inteiramente religiosa e nada mais, e assim os que tinham profundo conhecimento de teologia necessariamente ganharam grande importância. Eles tinham tido êxito em penetrar no Sinédrio, como já vimos,⁸⁴ e uma vez ali, logo passaram a ter grande influência.

Na época de Cristo os escribas tinham alcançado a supremacia. A implantação de sinagogas, as casas de reunião onde as Escrituras eram explicadas, mas não se faziam sacrifícios,⁸⁵ deu a eles uma grande vantagem sobre os sacerdotes; e havia sinagogas por toda parte. Os escribas mais eminentes recebiam o título elogioso de doutor da Lei,⁸⁶ e os que se dirigiam a eles os chamavam de rabinos, ou mestres.⁸⁷ Esses escribas de primeira classe ensinavam naquelas escolas procuradas pela nata dos jovens,⁸⁸ e alguns deles — os rabinos Hillel, Shammai e Gamaliel, por exemplo — atraíam multidões de alunos. Como a lei era uma matéria essencialmente religiosa, eles tinham de ser necessariamente consultados sempre que surgia uma questão de distribuir justiça. Pode ser dito com razão que foram eles que estabeleceram a filosofia das leis humanas. Nem todos eram fariseus, como poderíamos supor ao ver a frequência com que escribas e fariseus são mencionados juntos nos evangelhos, quantas vezes são tratados como pássaros da mesma plumagem; mas todos tinham paixão pelo estudo bíblico e pela exposição textual, sendo também comentaristas férteis, ricos em deduções sutis. Foram os ensinamentos dos seus líderes que compuseram o Talmude.⁸⁹

É inegável que formavam uma classe à parte, ou mais exatamente, uma casta. Seus recrutas procediam dos ambientes mais variados; muitos deles, como vimos, eram homens do povo, que trabalhavam com as mãos. Outros, como o rabino Jochanan ben Zakkai, tinham sido comerciantes. Mas o fato de terem feito os mesmos estudos, meditado profundamente sobre os mesmos problemas e terem os mesmos interesses, criava laços muitíssimo poderosos entre todos eles, mesmo quando falavam violentamente uns contra os outros nas controvérsias em público. Jesus reconheceu o conhecimento deles⁹⁰ e chegou até mesmo a debater com os escribas, mas reprovou-os por terem imobilizado a tradição em lugar de obedecer à voz viva de Deus e terem ficado de tal forma obcecados pela letra da Lei que chegaram a se esquecer do seu espírito. A sua importância, porém, se evidencia pelo modo como os evangelistas falam deles. O número desses

homens, nas províncias era pequeno, embora Lucas mencione alguns na Galileia,⁹¹ mas pululavam em Jerusalém. A sua classe era tão organizada, tão coerente, que muitos tiveram êxito em fugir por ocasião do desastre no ano 70; e depois da queda de Jerusalém eles se reuniram na cidadezinha de Jâmnia, ao sul do Mar da Galileia, que transformaram num centro religioso, e ali a maior parte do Talmude foi compilada.

RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES

Alguém pode perguntar se esta sociedade judaica cujas partes acabamos de rever era bem equilibrada. Suas classes estavam em harmonia umas com as outras. A verdade nos obriga a dizer que não se nos afigura assim. Como é evidente, algumas invectivas e polêmicas não podem ser aceitas como representativas, da mesma forma que em nossos dias não aceitaríamos as recriminações dos jornais extremistas como verdades literais. Mas, no final de contas, têm-se a impressão de que em Israel havia pouco acordo entre as classes. Um rabino desiludido escreveu: “Deus criou a humanidade em um único espécime, sem dúvida para que todas as famílias que viessem a descender desse homem não brigassem entre si. Mas quando vemos agora tanta discórdia, podemos perfeitamente perguntar-nos: ‘O que aconteceria se Deus tivesse feito dois Adãos?’ ”⁹² Não havia nada de novo sobre esta situação nos dias de Cristo. Jesus, filho de Siraque, o patrício que escreveu *Eclesiástico* cerca do ano 175 a.C., esse famoso tratado sobre a sabedoria, já tinha observado: “O bule e a chaleira não combinam; o bule quebra quando se juntam; o homem rico que obteve tudo o que queria, se exaspera e se irrita querendo mais; o pobre quando roubado não pode sequer falar”.⁹³

Existem inúmeros documentos que mostram uma inimizade aberta entre as classes. *A Assunção de Moisés*, um dos escritos apocalípticos que floresceram na época,⁹⁴ está repleto, de acusações amargas contra os ricos, “que comem os alimentos dos pobres, que não pensam em nada senão em festejar, que pavoneiam como príncipes”,⁹⁵ e o homem que escreveu essas páginas amplia largamente os limites da classe abastada, pois inclui nela todos os fariseus. As grandes famílias sacerdotais eram o alvo favorito do desfavor do povo. Uma queixa muito divulgada contra elas, que se encontra em dois lugares no Talmude,⁹⁶ nos faz conhecer a opinião do povo comum sobre os grandes homens do Templo: “Casa de Boethus? Ai de nós, cuidado com o chicote! Casa de Cantharos? Ai de nós, cuidado com a sua pena!⁹⁷ Casa de Anás? Ai de nós, cuidado com o silvo da serpente! Casa de Ishmael ben Phali? Ai de nós, cuidado com seus golpes! Eles são sumos sacerdotes e seus filhos tesoureiros e seu sogros grandes homens do Templo. Quanto aos seus servos, caem sobre nós com

porretes.” Os escribas não gozavam também da simpatia do povo. O rabino Akiba disse aos discípulos: “Antes de me tornar escriba, eu pensava, Ah, se pudesse agarrar pelo menos um deles, eu o morderia como um jumento”. “Mestre,” perguntou um discípulo, “não seria suficiente mordê-lo como um cão?” “Não, como um jumento” respondeu o sábio, “Pois o asno morde melhor, ele esmaga até mesmo os ossos.”⁹⁸ Os *am-ha-arez*, como não é de admirar, eram conhecidos pelo seu ódio acirrado contra todas as outras classes e especialmente as dos escribas e doutores da Lei, que tanto os desprezavam. “Eles nos odeiam,” disse o rabino Eliezer, “mais ainda do que os pagãos odeiam Israel. Se não precisassem que comprássemos suas mercadorias, eles nos matariam”.⁹⁹

O equilíbrio da sociedade parecia incerto, sua solidez precária. A inimizade entre as classes irrompia constantemente ao menor pretexto, tomando cores políticas e sociais. O povo comum, sentindo-se miserável, se apegava a qualquer esperança e a quaisquer homens que, guardando a fé, lhes oferecessem um futuro melhor. Foi isto que proporcionou aos fariseus e até aos extremistas zelotes (os nacionalistas) um meio de impor-se. Era fácil dizer que os ricos e os poderosos tinham-se vendido aos romanos, transformando-se em quase-pagãos, pois havia nisso uma grande parte de verdade. A disparidade de fortunas e a desigualdade entre os vários estilos de vida eram excessivamente grandes. Mesmo dentro da classe sacerdotal existia um legítimo proletariado, pronto a juntar-se aos rebeldes. Um sistema de impostos opressor ajudava a manter o país, na miséria. País esse que de maneira geral deveria viver em conforto modesto, mas garantido. Nos períodos de seca, ou quando ocorria uma invasão de gafanhotos, isso significava fome e o som da fúria do povo.

Este é um dos lados da vida diária na Palestina nos dias de Cristo raramente considerado; todavia, foi enorme a sua influência na história. Não se pode nunca esquecer que em Israel, naquele período, existia um proletariado, e até mesmo uma classe ainda inferior, composta de trabalhadores mal pagos (um denário por dia, quatro ou cinco no máximo), trabalhadores diaristas com o desemprego como uma ameaça constante sobre as suas cabeças, os desprezados *am-ha-arez*, escravos mais ou menos circuncidados, libertos cujos senhores nem sempre lhes davam aquela pequena quantia estabelecida pela Lei, mendigos, pobres pelas ruas, e, é preciso lembrar, leprosos e aleijados para os quais não havia hospital.¹⁰⁰ Foi entre esse povo desprezado, esses rejeitados que a mensagem de Cristo se espalhou em primeiro lugar, e que continuou a espalhar-se. Da mesma forma, quando a crise econômica do primeiro século aprofundara ainda mais a miséria, foi entre eles que insuflou-se a rebelião, o levante, tanto social como religioso e político, que levou o Povo Escolhido ao grande desastre do ano 70.

Notas

1. 1Samuel 1.21.
2. Gênesis 49.
3. Veja p. 425.
4. Atos 26.6.
5. Apocalipse 8.2.
6. Vie de Jésus. 1.1.
7. Taanith 4.5.
8. 2Coríntios 11.22.
9. Eclesiástico 5.1.
10. Deuteronomio 15.7.
11. Salmos 113.7-8.
12. Jó 36.6.
13. Salmos 109.16.
14. Mateus 5; Lucas 6.
15. Lucas 1.52.
16. Mateus 10.24; 20.27; 24.45; Lucas 12.35; João 8.35, etc.
17. Willam, Vie de Jésus, p. 128.
18. Sobre a escravidão no Império Romano é proveitoso consultar J. Carcopino, o livro de Festugiére e Fabre que é mencionado nas notas bibliográficas e Ugo Enrico Paoli; *Vita Romana*.
19. Eclesiástico 33.25-28.
20. Pirke Abboth 2.7; Yadayim 4.7, etc.
21. Eclo 33.30-33. Ben Sirach que é evidentemente um homem prático justifica esta bondade dizendo: “Porque você precisa dele, e se ele for infeliz fugirá”. Mas apesar de tudo isso as palavras foram realmente ditas.
22. Jó 31.15.
23. Berakoth 2.7.
24. Êxodo 20.10; 23.12.
25. Deuteronomio 23.16.
26. Yebamoth 46, b.
27. Levítico 22.10-13.
28. Sobre os escravos hebreus, veja Êxodo 21.
29. Foi contradito, porém, por Levítico 25.39 .
30. Êxodo 22.3.
31. Êxodo 21.5.
32. Levítico 25.40.
33. Arakin 8.5; Kiddushin 20, a.
34. Veja “A Era de Deus”, p. 387 .
35. Êxodo 21.1.
36. Levítico 25.40.
37. Miroir des Lois 2.18. Para a íntegra deste assunto ver R. Salomon, L'Esclavage en droit comparé juif et romainí.
38. Mateus 10.24-25; 20.27; 24.45-47; Lucas 12.37; 17.7; João 8.35.
39. Efésios 6.5; Colossenses 3.22; Tito 2.9.
40. Veja The Church of the Apostles and Martyrs (índices).
41. Eclesiástico 7.16.
42. Gênesis 3.17-19.
43. Pesahim 118, a.

44. 2 Tessalonicenses 3.10.
45. Deuteronômio 30.19.
46. 2 Tessalonicenses 3.8; Atos 20.
47. Nedarim 49.6.
48. Deuteronômio 24.14.
49. Mateus 20.1,16.
50. Malaquias 3.5.
51. Para formar uma ideia desses numerosos textos, veja os extratos de Cohen sobre o Talmude.
52. Veja o interessante artigo de I. Mendelsohn, Guilds in Ancient Palestine no Bulletin de l'Ecole américaine pour les Recherches orientales, 1940, Número 80.
53. Marcos 1.20.
54. Sobre a palavra e o fato, veja o estudo por E. Würtheim, publicado em 1936 no Beitrage zur Wissenschaft vom Alten und Neuen Testament (Stuttgart).
55. Gênesis 23.7.
56. 2 Reis 11.20.
57. Veja p. 49ss.
58. João 7.49.
59. Berakoth 47, b.
60. Veja p. 51-52.
61. Lucas 15.8.
62. Mateus 18.28.
63. Mateus 20.2 (parábola dos trabalhadores).
64. Lucas 10.35 (parábola do bom samaritano).
65. Nedarim 9.10.
66. Lucas 16.19
67. Tiago 2.2.
(*N.T) A Versão Knox diz: "gado mal acostumado que vive em Samaria". "Vacac gordas" é a leitura da Versão Douay, e a Vulgata diz: "Vaccae pingues, quae estis in monte Samariae".
68. Amós 4.1-2.
69. Nicanor foi objeto de um estudo por P. Roussel na Revue des Etudes grecques, 37, p. 79ss.
70. Isaías 5.8.
71. Miquéias 2.1.
72. Lucas 16.1.
73. Veja p. 286ss.
74. Veja a observação citada na p. 283.
75. Yebamoth 50.3, a.
76. Tiago 4.13.
77. Sobre técnicas bancárias veja, p. 286.
78. Sobre o arrendamento de impostos p. 188ss.
79. Antiquities 17.8 e 11.
80. Veja p. 425.
81. Veja Histoire sainte, p. 298, 395.
82. Esdras 7.11.
83. Neemias 8.1, 4, 9, 13, 18.
84. Ibid. p. 85ss.
85. Veja p. 419.
86. Lucas 10.25; Atos 5.34.
87. Mateus 23.7.
88. Veja p. 419.
89. Sobre a função puramente religiosa dos doutores da Lei. Veja p. 430.

90. Mateus 13.52.
91. Lucas 5.17.
92. Sanhedrin 38, a.
93. Eclesiástico 13.2.
94. Sobre este tipo de escrita, veja a seção sobre literatura, p. 324-325.
95. Assumption of Moses, 7.30.
96. Menahoth 13 e Pesahim 57.
97. Sempre pronto a preparar decretos injustos.
98. Pesahim 49.b.
99. Ibid.
100. Veja p. 352ss.

CAPÍTULO OITO - AS EXIGÊNCIAS IMPERIOSAS DA SOCIEDADE

UMA OBRIGAÇÃO DESCONHECIDA DOS JUDEUS

Desde que surgiram as sociedades organizadas, o indivíduo sempre foi obrigado, por menos que apreciasse, a obedecer três exigências imperativas da autoridade coletiva: sempre teve de empunhar armas, pagar impostos, de uma ou outra forma, e, mais geralmente, obedecer às leis impostas pelo poder judicial. Os judeus foram poupados de uma dessas três obrigações. Josefo declara¹ que eles tinham obtido, em seu país, a completa isenção do serviço militar. Seria isto prudência por parte das autoridades romanas? Provavelmente sim. Mas, em todo caso, tratava-se de um fato, o qual era muito apreciado pelos seguidores de Javé, que teriam ficado grandemente embaraçados se tivessem de lutar nas fileiras dos pagãos.

Assim, essa nação que antes mantivera a arte da guerra em tão alta estima, achava-se agora desarmada. A Bíblia louvara os seus heróis desde o cântico de Débora² até o apócrifo épico dos Macabeus, mas agora o povo de Davi, o rei-guerreiro, não possuía um exército. O último líder de Israel que podia ainda reivindicar o título de soldado tinha sido o idumeu Herodes, que guarnecera o país de fortificações, Alexandrium, Hyrcanium, Masadá, Maquero; e, acima de todas, as duas mais famosas, a torre Antônia que guardava (e supervisionava) o Templo, e a Herodium que estava destinada a ser o seu túmulo. Mas embora seu exército fosse excelente, era composto apenas de cavaleiros idumeus, arqueiros trácios, e uma infantaria germânica, gaulesa ou gálata. Seus descendentes só conseguiram manter algumas tropas em suas tetrarquias provinciais; e o próprio Herodes Agripa, o construtor do novo muro de Jerusalém, pôde unicamente fazer-se rodear de algumas centenas de soldados estrangeiros mercenários. Na época de Cristo nenhum judeu levava armas, exceto os guardas do Templo, que ficavam num meio termo entre porteiros e policiais, e os samaritanos, aqueles falsos judeus, aqueles párias, que alegremente se engajavam no exército romano, a fim de agirem de maneira oposta à do verdadeiro judeu.

Os soldados e oficiais que encontramos no Novo Testamento não eram, portanto, judeus. Não pertenciam também às legiões romanas que, como vimos, se achavam estacionadas na Síria, mas às formações auxiliares, em pequeno número, que permaneceram na Palestina.³ Os centuriões, os comandantes de

companhias que desempenham uma parte tão simpática nos evangelhos e em Atos, eram naturalmente pagãos. O centurião de Cafarnaum, por exemplo, um oficial a serviço de Herodes Antipas, o tetrarca da Galileia; o centurião Cornélio, em Cesaréia, “centurião da corte, chamada a italiana”, como diz a Bíblia,⁴ e que era provavelmente um oficial romano, de origem italiana, enviado para comandar as tropas samaritanas ou trácias; ou Júlio, o centurião encarregado de levar Paulo a Roma, que era talvez um daqueles *evocati Augusti* destacados da guarda pretoriana para trabalhos policiais ou de ligação.⁵

O fato de não existirem soldados judeus não significa que os israelitas não possuíssem armas. Entre os árabes modernos seria impossível pensar numa existência sem um rifle. O mesmo deve ter acontecido em Israel há dois mil anos. Independente das cimitarras recurvas usadas pelos poderosos como arma ornamental, fica claro através de textos bem conhecidos que o povo estava de posse de armas. Entre outros temos aqueles em que os quatro evangelistas nos mostram o digno Pedro, na noite em que Cristo foi preso, desembainhando a espada e cortando a orelha de Malco, o servo do sumo sacerdote.⁶ Nas casas judias existiam sem dúvida armas de caça que podiam ser usadas para outros fins: arcos de madeira dura com corda de tripa, e fundas exatamente como aquela que o jovem Davi usou para matar Golias, ou como as que os benjamitas manejavam tão bem que “atiravam com a funda uma pedra num cabelo, e não erravam”.⁷

Apenas a existência de armas caseiras poderia explicar o fato de ser sempre fácil fazer entrar grande número de combatentes no campo de batalha toda vez que explodia uma das muitas revoltas contra os herodianos ou, mais tarde, contra os romanos. Mas o fato delas existirem não seria suficiente caso não houvesse ao mesmo tempo um ideal entre o povo, se a alma de Israel tivesse sido desarmada. Muitos sinais mostravam que os judeus não haviam perdido seu espírito guerreiro; pois embora não gostassem de servir no exército romano pagão, grande número deles sonhava com uma guerra de libertação. Havia até mesmo uma recrudescência da antiga ideia de uma guerra santa, não no sentido da *jihad* do Corão, pois o conceito de uma guerra religiosa, da conversão pela força das armas, tinha sido sempre estranha aos judeus, à sua tradição, mas no sentido de uma guerra desejada por Javé e dirigida por ele, da qual o seu povo participaria como um ato de fé.

No período dos reis a guerra tomara um caráter excessivamente político e de conquista, mas a ideia ressuscitara novamente com os macabeus, quando Judá e seus irmãos combateram “por Israel”⁸ e quando Deus mandou seu anjo para a estrada de Betsur.⁹ Não voltariam esses tempos? Não lançaria Javé o golpe final, o ataque supremo? Existe entre os pergaminhos¹⁰ do Mar Morto um

extraordinário manuscrito datado aparentemente de pouco antes da época de Cristo que faz um relato da batalha entre os Filhos da Luz e os Filhos das Trevas, que teria lugar no final dos tempos. Não há dúvida de que para os que o escreveram ela possuía um significado essencialmente espiritual. É um chamado para uma guerra santa, quando o Senhor dos Exércitos dirigirá suas tropas fiéis e seus anjos contra Belial e seu império; e nos estandartes se lerá *A Mão Direita de Deus*, *o Momento de Deus*, e a *Matança de Deus*.¹¹ Este documento era com certeza muito conhecido em Israel, e pode ser que até mesmo Cristo se referisse a ele quando fala dos “filhos da luz”.¹² Mas, de um ponto de vista mundano, ele não interpretava também os profundos anseios dos agora desarmados “conquistadores em nome do Senhor”?¹³

O GRANDE PESO DOS IMPOSTOS

Ao ficarem isentos do serviço militar, os judeus foram poupados do pagamento do imposto de sangue; mas as taxas que tiveram de pagar em dinheiro e em espécie foram excessivamente pesadas, e mais onerosas ainda em vista de dois tipos de imposto paralelos lhes serem impostos: tributos civis e religiosos; e nenhum deles era leve.

Os primeiros vigoravam em Israel desde a antiguidade, sendo pelo menos tão antigos quanto Salomão, que engenhosamente dividira seu reino em doze distritos, os quais deviam suprir suas necessidades cada um por sua vez.¹⁴ Este sistema fora naturalmente mantido e aperfeiçoado. Nas épocas de grandes crises havia coletas extraordinárias, como por exemplo o pagamento de tributo aos assírios nos dias de Menaém¹⁵ e sob Jeoiaquim de Judá o pagamento da soma exigida pelo Faraó Neco.¹⁶ Essas, todavia, continuavam sendo ainda taxas arrecadadas pelo governo de Israel para a glória ou segurança do Povo Escolhido. Mas depois da volta do exílio a tributação tornou-se mais amarga para o povo, desde que tinham de ser pagas a pagãos, persas,¹⁷ gregos do Egito e depois da Síria, e finalmente aos romanos ou vassalos romanos. Herodes o Grande, em especial, tornou-se de tal forma detestado, em vista do rigor dos impostos exigidos do povo para financiar seus enormes empreendimentos e de sua polícia cheia de ostentação, que várias vezes viu-se forçado a conceder remissão dos tributos a fim de evitar uma revolta. Os tetrarcas seus herdeiros seguiram modestamente seu exemplo: só em tributos diretos Arquelau levantou seiscentos talentos (cerca de mais de três milhões de francos de ouro ou quatrocentos e cinquenta mil libras esterlinas) na Judéia e Samaria; e na Galileia foram recolhidos duzentos talentos para Antipas.

O sistema romano de tributação foi estabelecido naquela parte da Palestina

incorporada ao império romano depois do ano 6 d.C., sendo o mesmo sistema ganancioso conhecido em toda parte. Até mesmo Tácito, que se mostrou sempre hostil aos judeus, deixa ver que esses impostos foram a causa imediata da grande rebelião.¹⁸ Havia então, como há agora, impostos diretos e indiretos. O apóstolo Paulo se refere explicitamente a ambos.¹⁹ Os primeiros, cobrados por agentes do tesouro imperial, incluíam de um lado um imposto sobre bens imóveis, afetando todos os produtores, especialmente os proprietários de terras, que era pago em espécie e calculado numa base entre 20 a 25% da produção; e, por outro lado, o da capitação que era talvez em proporção à fortuna do contribuinte. Foi sobre a legalidade deste último imposto que os fariseus interrogaram certa vez a Jesus, tentando colocá-la em situação embaraçosa.²⁰ Os tributos indiretos se assemelhavam mais aos direitos aduaneiros e alfandegários de alguns países europeus do que ao nosso imposto sobre vendas. Eram arrecadados em certas pontes, vaus, encruzilhadas importantes, entradas das cidades e nas praças de mercado; é assim que encontramos Mateus “sentado na coletaria” de Cafarnaum.²¹

Tais impostos indiretos pesavam ainda mais devido ao sistema empregado para a sua cobrança. Eles eram arrendados, como o imposto do sal e o de ajuda foram na França até o século dezoito. Sob o controle supremo de um procurador financeiro, que devia ser um nobre romano, o arrendatário-geral (podia ser um indivíduo ou um grupo) assinava um contrato, geralmente por cinco anos, segundo o qual concordava em pagar ao Estado uma soma fixa em troca da permissão de se reembolsar, arrecadando os tributos como achasse melhor. Eles organizavam para isto todo um exército de coletores de impostos, com oficiais (Lucas fala do pequeno Zaqueu como “maiorial dos publicanos”²²), aferidores e subalternos.

Não é preciso dizer que sob um tal método toda forma de desonestidade florescia, e como o próprio Jesus implica, os coletores de impostos cobravam “mais do que o estipulado”.²³ Os empregados do imposto de renda eram, portanto, cordialmente odiados e desprezados; parte por roubarem e parte por servirem os pagãos. Esses homens eram os notórios publicanos tantas vezes encontrados nos evangelhos, cujo nome era sinônimo de pecador público, criatura desprezível réprobo da sociedade. Podiam ser vistos em toda parte com sua vara na mão e um prato de latão no peito, vasculhando os fardos e recipientes com seus modos suspeitos e rapaces. O Talmude²⁴ diz que eles formavam uma verdadeira casta; e quando um membro da família se tornava publicano, todos os demais o seguiam. O exemplo de Zaqueu prova que havia entre eles homens bons e generosos, aquele Zaqueu pequeno e excelente que deu “aos pobres a metade dos seus bens, e se nalguma coisa tivesse defraudado

alguém, a restituiria quatro vezes mais”. É certo, outrossim, que havia almas admiráveis, como o publicano que “ficou de longe”, humildemente, no Templo e orou com tanto fervor a Deus.²⁵ Mas, de modo geral é compreensível que essa espécie de homens não fosse absolutamente popular.

Os impostos civis não eram os únicos: tributos religiosos tinham de ser pagos além dos arrecadados pelos romanos. Eles remontavam a épocas antiquíssimas. Não dera Abraão “o dízimo de tudo quanto possuía” ao Todo-poderoso?²⁶ Desde então o sistema fora grandemente aperfeiçoado. Os rabinos não citavam menos de vinte e quatro taxas devidas às autoridades religiosas, exortando os fiéis a pagá-las com o máximo cuidado. Pode-se supor, porém, pela repetição das homílias sobre este tema, que os judeus nem sempre estavam dispostos a cumprir essas obrigações. Os romanos reconheciam esses impostos e eles tinham um caráter oficial. As autoridades do Templo gozavam de todas as facilidades para a coleta do dinheiro e o seu transporte era protegido pelas tropas imperiais.²⁷

Os tributos religiosos se enquadravam de modo geral em duas categorias. O imposto do Templo, ou seja, a verdadeira oferta ao Templo, tinha como finalidade a manutenção do santuário e o sustento dos sacerdotes oficiantes. Ele era arrecadado em toda parte, na Palestina e nas comunidades judias da Diáspora, a partir do décimo quinto dia de Adar, isto é, durante o mês que precedia a festa da Páscoa. Todo israelita adulto, o que incluía todo judeu com mais de treze anos, devia pagá-lo, fosse ele rico ou pobre. Segundo a tradição o preço era meio siclo, como o próprio Javé declarara a Moisés.²⁸ Com base em um versículo muito exato de Mateus,²⁹ sabemos que nos dias de Cristo montava a duas dracmas, ou cerca de cinco “shillings”.

Isto era muito pouco em comparação com os dízimos. Em princípio, o pagamento de dízimos significava um décimo de tudo o que o solo produzia, sendo, portanto, exatamente um tipo de obrigação religiosa. Não era então Javé o senhor da terra, e não era graças a ele que os frutos da terra podiam ser obtidos? Muito justo que se oferecesse a Ele uma parte, as “primícias de todas as colheitas” que desde os dias da peregrinação no deserto eram colocadas num cesto e levadas ao santuário com alegria. “Alegrar-te-ás por todo o bem que o Senhor teu Deus te tem dado a ti e a tua casa”.³⁰ Esses primeiros frutos eram agora recebidos pelos sacerdotes, não sendo devolvidos ao produtor como o eram nos primeiros tempos, tornando-se uma obrigação na qual os sacerdotes insistiam rigorosamente, enviando os levitas para arrecadá-la e insistindo em que de tudo, por menor que fosse, devia ser dado o dízimo. Os rabinos estabeleceram como princípio que todos os produtos do solo, dos quais não fosse dado o dízimo, eram impuros e o fato de comê-los ficou sendo considerado pecado

grave. Era preciso dar o dízimo das ovelhas do rebanho assim como dos ovos do galinheiro ou mesmo, como vemos no evangelho,³¹ das mais humildes plantas usadas na cozinha, como a hortelã, o endro e o cominho. O dízimo só não era recolhido no ano sabático, pois nesse ano, pelo menos teoricamente, tanto a terra como os trabalhadores deviam descansar.

Por mais onerosos que fossem, porém, os dízimos, particularmente quando acrescentados aos demais impostos, mesmo assim eram pagos com mais boa vontade do que os devidos às autoridades de ocupação. De fato, o preparo dos carros que levariam as primícias ao Templo era uma espécie de feriado rural. Havia um modo adequado e aceito de prepará-los: a cevada tinha de ser colocada primeiro, no fundo, depois o trigo e as tâmaras, a seguir as romãs, os figos e azeitonas, e bem no alto, as uvas. Devidamente carregado e decorado com ramos e flores, os carros se reuniam em um dos 24 centros,³² e depois seguiam em procissão pitoresca ao som de salmos até Jerusalém, onde eram alegremente recebidos pelos dignitários religiosos e pela multidão de povo comum. Seria agradável pensar que essas ocasiões alegres tornavam menos opressivo o peso dos impostos, tributos e pagamentos.

A JUSTIÇA HUMANA, UM TRAPO SUJO

A terceira obrigação que a sociedade impõe sobre o indivíduo, a de obedecer às leis e ser punido em caso de infração, tornou-se mais pesada e complexa em vista da ocupação romana. A Judéia, por ser um país anexado, estava sujeita à justiça do imperador: os seus *edicta*, *manâata*, *decreta* e *rescripta* eram lei, como em todas as outras províncias imperiais; o representante do senhor, o procurador, era então o juiz supremo em todos os casos exceto naqueles que envolvessem judeus possuidores do título de cidadão romano, pois estes tinham o direito de apelar para César — o direito que Paulo veio a exercer.³³

É bastante provável que os romanos administrassem a justiça até mesmo nas pequenas tetarquias dos descendentes de Herodes. Mesmo assim, de acordo com sua prática invariável, os romanos deixavam ao povo do país uma grande autonomia nos assuntos legais e administrativos. Não viam mal algum em que os casos fossem julgados segundo as leis judias, fora de seus tribunais. Eles não interferiam exceto para acalmar os ânimos exacerbados, e reservavam-se apenas as mais sérias decisões, como vemos pelo desempenho de Pilatos no julgamento de Cristo.

A lei era antiquíssima entre os judeus e altamente aperfeiçoada, que é o mesmo que dizer que sua essência era religiosa. A Bíblia supriu Israel com todos os detalhes legais básicos, da mesma forma que o Corão atua hoje como um

código civil e penal para o mundo islâmico. Isto sempre fora assim entre o Povo Escolhido; pelo menos mantinham essa prática desde quando Moisés disse, “O povo vem a mim para consultar a Deus; quando tem alguma questão vem a mim, para que eu a julgue entre um e outro, e lhes declare os estatutos de Deus e as suas leis”.³⁴

Essa origem explica a natureza essencial de todo o sistema: a Lei, em seu aspecto civil e penal não se interessava realmente em recompensar a parte prejudicada nem apresentar um exemplo, e ainda menos em corrigir um transgressor, mas unicamente em satisfazer um Deus que aborrecia o erro. O mandamento fundamental da Lei Judaica foi resumido na fórmula admirável de Levítico: “Santos sereis, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo”,³⁵ e o propósito da lei humana era concretizar este ideal na terra. “O Espírito de Deus”, dizia o tratado *Makkoth*, “deve brilhar sobre a *Beth Din*, a casa do julgamento”.³⁶ Mas os seguidores de Javé conheciam perfeitamente como a natureza humana pecaminosa abre um grande abismo entre o ideal e sua aplicação, e desprezavam toda justiça simplesmente humana, desprezo esse esplendidamente expresso por Isaías, que a comparou com um “trapo de imundícia”.³⁷

JUÍZES E TRIBUNAIS

A constituição dos tribunais de justiça mostra muito claramente a fusão entre a lei e a religião. O Grande Sinédrio era um tribunal de justiça e um conselho político e, como vimos,³⁸ uma escola de teologia. Nós na verdade o conhecemos melhor sob este aspecto, devido ao julgamento de Jesus e, mais tarde, o de Paulo.³⁹ Como tribunal de justiça era o mais alto de todos, sendo tanto a última corte de apelação como uma espécie de corte suprema que tratava judicialmente dos casos mais graves acima de tudo, isto é, os referentes à religião. Quando este tribunal estava em sessão plenária, com o *Ab Beth Din* como presidente, reunia-se no *Liscat Haggazith*, o salão das pedras polidas, que datava da época do rei Jannaeus. Este fazia parte do Templo e ficava dentro do recinto sagrado, mas se abria para o Pátio dos Gentios, no qual todos podiam entrar: os juízes entravam pelo lado do Templo e o acusado pelo outro lado.

Quando se tratava de assuntos menos importantes não era preciso reunir os 70 membros do Sinédrio; 23 bastavam para tornar válida uma *halakha*, uma deliberação, mas foi estabelecido que o juiz só podia sair se tivesse certeza que o quorum continuaria completo depois de sua partida. As sessões eram realizadas nas segundas e quintas-feiras e nunca aos sábados ou dias de grandes festas. Acontecia às vezes que o Grande Sinédrio se reunisse à noite, mas nesse caso

não tinha permissão de votar uma sentença de morte. Parece que o poder do tribunal declinou muito logo depois da morte de Cristo, pois Herodes Agripa e depois dele os procuradores não confiavam no mesmo por razões políticas: impediram até que se reunisse no salão de pedras polidas. Em todo caso, sobreviveu à queda de Jerusalém e movendo-se de lugar para lugar, durou até o final do quarto século. O lugar onde se reúnem agora os judeus praticantes, *Bet Shearim*, se orgulha de ter sido uma de suas últimas sedes.

Mas, muito antes disto ele tinha perdido a sua jurisdição territorial devido a uma descentralização atribuída por Josefo a Gabinius.⁴⁰ Quatro “tribunais de vinte e três juízes” (isto é, juntas semelhantes às dos parlamentos da França pré-revolucionária) foram estabelecidos em Jerico, Seforis na Galileia, Amate e Gadara. Todavia, durante um longo período tinham existido tribunais locais, “pequenos sínédrios”. Toda comunidade regularmente constituída possuía o seu, que julgava os casos menores; mas suas sentenças não podiam ir além das chibatadas, e mesmo assim, apenas 39 açoites.⁴¹ Compunha-se no geral de três membros, pelo menos em teoria; pois os rabinos ensinavam que nenhum ser humano pode julgar sozinho exceto o Todo-poderoso⁴²; entretanto, como era difícil às vezes encontrar pessoas competentes nos distritos rurais, foi resolvido que “um só homem podia decidir sem colegas ou assessores, se as partes declarassem publicamente que aceitariam a sua decisão.”⁴³

As regras quanto às qualificações do juiz eram bastante exigentes. “Nas causas civis, qualquer israelita está qualificado para julgar,” diziam os rabinos, “mas nas criminais, apenas sacerdotes⁴⁴ podem ser escolhidos como juízes.” Existe uma passagem no tratado *sanhedrin* que mostra o juiz ideal, um homem cheio de dignidade, apto para falar as “setenta línguas”, não necessitando então de intérprete, familiarizado com as artes mágicas, estando, pois, preparado contra a astúcia de feiticeiros e outros necromantes.⁴⁵ Não deveria ser jovem nem velho demais, nem um eunuco; não deveria ser também homem de coração duro, acrescentou o rabino Judá.⁴⁶ Os juízes não recebiam pagamentos. “As sentenças de qualquer homem que tenha recebido remuneração são inválidas”.⁴⁷

Todo um exército de secretários, recepcionistas, homens encarregados de executar as ordens da corte e aqueles a quem os gregos chamavam ironicamente de *hyperetes*, remadores de reserva, ou pessoas completamente inúteis, rodeavam os juízes. O mais importante dentre esses homens era o *hazzam*, tantas vezes mencionado na literatura talmúdica: um personagem importante, um misto de bedel, recepcionista, escriturário do tribunal, açoitador oficial e carcereiro. O evangelho de Mateus mostra quão poderoso era.⁴⁸

As atividades também se processavam segundo planos cuidadosos. Dezenas

e até centenas de versículos bíblicos estabelecem as regras para as mesmas e os doutores da Lei as estudaram tão profundamente que não havia sem dúvida um único detalhe deixado ao acaso. O tratado *Sanhedrin* contém uma coleção desses preceitos, sua meticulosidade faz honra ao senso jurídico dos rabinos e aos seus sentimentos de imparcialidade.⁴⁹ Nenhum caso era introduzido pelo que designaríamos como promotor público. Nos casos civis a iniciativa partia dos interessados; nos criminais, exigia-se um acusador. Cabia então à pessoa prejudicada ou aos parentes da vítima, ou mesmo a qualquer pessoa que tivesse suspeita ou conhecimento de um crime, levar o fato aos juízes e iniciar o processo. Uma mulher adúltera, por exemplo, podia ser denunciada pelo marido ou pelo clamor popular. Este modo de proceder mostrava-se menos perigoso do que se poderia supor, pois os acusadores recebiam severos castigos no caso de acusações contra pessoas inocentes. Os desprezíveis anciãos que acusaram falsamente a casta Susana foram sentenciados à morte quando ela foi salva no último instante pelo jovem Daniel; e em memória deste acontecimento o falso acusador sempre sofria o castigo que a vítima inocente teria recebido.⁵⁰

Devia ser realizado um inquérito antes do julgamento e os resultados do mesmo eram reunidos e entregues a dois secretários. No dia marcado, cada secretário tinha em seu poder documentos relativos a um dos lados; no caso de um assunto civil; nas questões criminais um dos secretários ficava com os papéis da defesa e o outro os da acusação. Alguns doutores, como o rabino Judá, insistiam em ter um terceiro secretário nos casos em que a vida de alguém estivesse em risco, a fim de certificar-se de que a votação fosse feita adequadamente.

As reuniões, particularmente as do Grande Sinédrio, eram muito formais e solenes. O presidente, o *Ab Beth Din* no caso da corte suprema, ficava sentado no meio de um grande semicírculo; à sua direita e sua esquerda alinhavam-se os setenta juízes por ordem de idade. O público, constituído em sua maior parte pelos discípulos dos rabinos que faziam parte do conselho, ficava sentado à frente deles. Por trás desse grupo, de pé, postavam-se inúmeros serviçais, recepcionistas, bedéis e guardas. O *Shema Israel* era recitado antes de iniciar-se a sessão. Mesmo um julgamento apressado, irregular, como o de Jesus, dava uma impressão de solenidade.

Um ponto bastante curioso no processo judaico era o fato da evidência circunstancial, por mais forte que fosse, ser inadmissível. Testemunhas, principalmente testemunhas oculares, eram exigidas, pois as pessoas que tivessem ouvido mas não visto não recebiam crédito. Quando desejavam embaraçar um suspeito, era comum esconder duas testemunhas atrás de uma cortina, arranjada de modo que pudessem ver o prisioneiro, iluminado por duas

lâmpadas. Exigiam-se duas testemunhas⁵¹ como na lei romana, a qual continha o axioma do *testis unus* — “o testemunho de um único indivíduo jamais deve ser aceito”. A responsabilidade das testemunhas era portanto excessivamente grande, tão pesada que tinham como obrigação “atirar a primeira pedra” no culpado para cuja condenação tinha concorrido.⁵²

Foi este costume que sugeriu a Jesus a terrível lição dada por ele aos que acusaram a mulher apanhada em adultério — “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro que lhe atire pedra...” Por outro lado, quando as falsas testemunhas eram descobertas, elas sofriam o mesmo castigo que tencionavam aplicar ao acusado.⁵³ As testemunhas eram portanto escolhidas com o máximo cuidado: mulheres, menores, escravos, surdos, mudos e cegos eram todos descartados como pessoas que mentiam facilmente; os parentes próximos do acusado também estavam impedidos. Isto eliminava o falso testemunho? A leitura dos Salmos e Provérbios e até mesmo dos Dez Mandamentos basta para duvidarmos que fosse assim, mesmo descontando os famosos julgamentos de Jesus e de Estêvão.⁵⁴ Mas, para evitar tal coisa, uma interrogação escrupulosa era feita: em que ano, dia e hora a testemunha vira o crime ser cometido? Conhecia o acusado? Tinha advertido o mesmo de que estava prestes a transgredir a Lei? Qualquer variação nos detalhes — por exemplo a diferença entre a aroeira e a azinheira no julgamento de Susana — devia ser interpretada a favor do acusado; da mesma forma que qualquer mudança de opinião ou retratação de uma afirmativa anterior. Por último, o tribunal tinha o direito de exigir da testemunha um juramento muito solene: havendo inúmeros deles — por Deus, pelo céu, por Jerusalém, pelo Templo, pela consolação de Israel, pelos meus filhos, pela minha porção no paraíso. No Sermão do Monte,⁵⁵ o evangelho diz claramente que esses juramentos não evitavam o falso testemunho, e que a este eles acrescentavam também o perjúrio. Mas os inumeráveis conselhos para que demonstrassem prudência e sinceridade dados pelos rabinos aos que deviam apresentar evidência na corte, sem dúvida lhes conferiam grandes honras.

Depois de ouvidos os acusadores e as testemunhas, o acusado apresentava sua própria defesa. Ao que parece, não havia em Israel verdadeiros advogados como em Roma. Todavia, certas “testemunhas” deveriam certamente ter desenvolvido essa função e depois disso o tribunal deliberava e pronunciava a sentença. Grandes precauções legais eram tomadas a fim de que o veredicto fosse inteiramente justo, principalmente nos processos criminais. Por exemplo, durante a deliberação um dos juízes podia apresentar um argumento a favor do acusado, mas nunca contra ele. Os membros mais jovens do tribunal votavam em primeiro lugar, como acontece com os menos graduados em nossos conselhos de guerra. Nos casos de absolvição bastava uma maioria relativa, enquanto sempre

que se tratasse de uma sentença de morte era exigido que houvesse dois votos a mais do que a maioria absoluta. Se o Sinédrio se mostrava unânime em sua condenação, a sentença era “adiada”, cuja expressão alguns rabinos interpretavam como significando “absolvição devida a preconceito”, e outro como indicando “sujeita a reflexão” pelo menos por uma noite. O veredicto era executado de imediato no caso de absolvição do acusado, mas adiado por vinte e quatro horas se fosse contra ele.

Deve ser concedido que todas essas exigências são dignas de elogio. Seriam sempre acatadas? Duvidamos. Em períodos difíceis ou quando as mentes se achavam perturbadas por paixões violentas, não seriam esses belos princípios esquecidos? No julgamento de Jesus a ilegalidade é tão flagrante que em nossos dias comissões de teólogos e juristas judeus repetidamente reestudaram o caso; e o periódico *Jerusalém* afirmou que a condenação foi “um dos erros mais terríveis jamais cometidos pelos homens”.⁵⁶ Mas no livro *The Wars of the Jews*, Josefo relata o julgamento verdadeiramente abominável de um certo Zacharias ben Baris diante do Sinédrio em 67 a.C., que, embora inocente, foi mesmo assim morto no próprio Templo.⁵⁷ As melhores leis jamais bastaram para tornar perfeita a justiça humana: os “trapos de imundícia” de Isaías estão sempre conosco.

A LEI CIVIL

Os três códigos bíblicos contêm mais informação sobre a justiça criminal do que a civil. Mas sobre essas bases incompletas os rabinos conseguiram criar todo um sistema legal. Por exemplo, existem nada menos do que três tratados do Talmude dedicados aos prejuízos e compensações e coisas semelhantes. São eles: os três *Baba*, ou portões — o *Baba Kamma*, *Baba Mesia* e *Baba Bathra*. Pelo fato de seguirem princípios fundamentais seria de supor que tivessem produzido um código civil conciso; mas na verdade era excessivamente detalhado e até curiosamente minucioso em certos aspectos.

Já vimos a essência da lei civil no que se refere aos direitos pessoais e ao casamento,⁵⁸ ambos baseados no conceito religioso da sociedade e na defesa da família como uma unidade social. O homem livre, adulto, era a única pessoa considerada como uma entidade civil completa com todos os direitos civis. O chefe da família tinha autoridade sobre a esposa, o filho menor, a filha solteira e o escravo. A Lei ou os costumes estabeleciam, porém, limites para esta autoridade, negando ao homem o poder de vida e morte protegendo a esposa e o escravo israelita. Decretos especiais estipulavam a lei relativa ao estrangeiro, o

forasteiro, o *guer*. O Livro da Aliança já lembrara os israelitas que eles haviam sido *guers* no Egito⁵⁹ e que recordando sua própria infelicidade deveriam ser bondosos com os estrangeiros. Deuteronômio tinha afirmado que quem quer que negasse ao *guer* os seus direitos seria amaldiçoado.⁶⁰ Levítico avançava ainda mais ao ordenar: “Uma e a mesma lei haveis, assim para o estrangeiro como para o natural”.⁶¹ Este é um dos pontos em que a lei judia se mostrava muito mais generosa do que a romana, e Josefo está certo em elogiar a “justiça do legislador de Israel em relação aos estrangeiros”, que é ainda mais notável, comenta ele corretamente “em que povo algum jamais teve tanto cuidado quanto nós em manter inalterados nossos ritos tradicionais”.⁶² Existe um marcante contraste entre o exclusivismo judeu, sua recusa em manter qualquer contato com os pagãos impuros, e esta generosidade em sua Lei. Paulo era o herdeiro do que havia de mais excelente, mais humano, nas tradições de seu povo quando exclamou: “Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos”.⁶³

Temos pouca informação sobre a lei da herança, embora isto forme uma parte considerável da legislação das sociedades bem organizadas. Os textos relevantes se acham distribuídos pelo Pentateuco, mas alguns podem ser também encontrados em Jó, Josué e nos livros históricos de Reis. Ela parece ter sido desenvolvida depois da volta do exílio sob a influência da lei helênica: havia, por exemplo o costume de “fazer testamento na forma devida e apropriada” mencionado por Paulo ao escrever aos seus amigos na Galácia;⁶⁴ e isto com certeza constituía uma novidade. Os rabinos tinham estudado o assunto com grande zelo e cuidadosamente regularam as condições em que um testamento era válido. A herança comum, em separado daquela afetada pelos testamentos, se processava da seguinte forma: os filhos ou os parentes mais próximos do sexo masculino eram os herdeiros, mas não a viúva; e as filhas não tinham direito a uma parte dela a não ser que se casassem na família, embora por outro lado tivessem de ser mantidas pelos irmãos até sua maioridade. O primogênito entre os filhos tinha uma posição privilegiada segundo Deuteronômio,⁶⁵ a qual era ainda certamente mantida nos dias de Cristo, como pode ser visto na parábola do Filho Pródigo.⁶⁶ O patrimônio era dividido em partes iguais e o filho mais velho ficava com duas delas. A parábola também mostra que já se praticava o recebimento da herança por antecipação.

A parte da Lei relativa a direitos ou obrigações civis fica limitada na Bíblia a algumas regras sobre propriedade, compra e venda, empréstimos, promessas e dívidas, mas os rabinos edificaram um grande corpo de legislação detalhada a respeito. Por exemplo, eles estabeleceram o direito a uma propriedade perdida subsequentemente achada e a diferença entre um empréstimo e um depósito;

estipularam regras para a locação de propriedade legítima e pessoal, sem esquecer-se dos casos do ano de treze meses;⁶⁷ estabeleceram o prazo que poderia decorrer entre a venda e a entrega; e isso tão precisamente quanto os romanos fixaram a lei dos direitos de posse e prescrição de propriedade. Mas o seu zelo escrupuloso, ardente, seria visto em suas melhores cores no aperfeiçoamento das regras estabelecidas em Êxodo sobre a questão de prejuízos.⁶⁸ A lei se achava baseada no excelente princípio de que todo homem é responsável por qualquer dano causado por algo que lhe pertença. Responsável pelo seu boi ou sua cisterna, pelo prejuízo que suas ovelhas possam causar, ou por um incêndio que passe da sua para a propriedade de seu vizinho. Em alguns casos, a responsabilidade era maior como, por exemplo, se alguém insistisse em conservar um touro que tivesse o hábito de chifrar as pessoas ou se confiasse suas ovelhas a um pastor que fosse estúpido, míope, cego ou surdo.

CRIMES E DELITOS LEVES; CASTIGOS E PENAS

As Escrituras Sagradas não são um código ordeiro e sistemático de leis civis, preparado com o esmero do Código de Napoleão, nem um conjunto completo de legislação criminal. Todavia, elas fornecem muitos preceitos de lei penal distribuídos entre os seus vários livros, e não foi difícil formar um sistema através deles. Aqui também os ensinamentos rabínicos acrescentaram um aglomerado de comentários e explicações aos textos bíblicos e esses são encontrados em pelo menos vinte dos tratados talmúdicos.

A diferença entre crimes e delitos leves não ficava bem definida. Estará ela, na verdade, clara, mesmo hoje? Todos os delitos poderiam ser em geral classificados sob cinco títulos principais: morte, com uma distinção exata entre assassinato e homicídio não premeditado; violência física, com uma lista cuidadosa por ordem de gravidade dos vários ferimentos e golpes; conduta prejudicial à família ou à moral (tida como particularmente hedionda numa sociedade que, como vimos, era tão baseada na família como unidade essencial) que variava desde o casamento nos graus proibidos não-naturais e à bestialidade, e do estupro a uma noiva à maldição pública do pai pelo próprio filho; os prejuízos à propriedade alheia que, no caso de roubo à mão armada ou noturno, eram considerados crimes, assim como a remoção deliberada de linhas de demarcação e o uso de pesos falsos. Os preceitos bíblicos e as decisões dos rabinos sobre todos esses assuntos mostram uma grande dose de reflexão, bom-senso jurídico e sentimento de justiça. Não era assassinato, por exemplo, matar um ladrão durante a noite, mas matá-lo à luz do dia constituía crime, pois durante o dia ele poderia ter sido apanhado vivo.⁶⁹

Mas de toda espécie de perversidade, a pior e mais imperdoável aos olhos da lei, eram os crimes contra a religião. Isto era perfeitamente natural, devido à natureza sagrada de todas as instituições judaicas. Para o povo de Deus não havia maior falta do que rebelar-se contra o Senhor; de certa forma tal ato assemelhava-se bastante ao que nossos códigos profanos chamam de alta traição. Esses crimes chocantes foram sempre castigados em Israel: a própria Aliança cuidava disso. Deve ser, porém, admitido que a lista destes crimes tinha-se estendido consideravelmente no decorrer dos séculos, e no período mais recente os doutores da Lei especialistas, haviam alargado em muito a área em que tais crimes podiam ser cometidos.

A idolatria, como é natural, era crime; assim como a prática da magia, necromancia e até mesmo a adivinhação. A blasfêmia se achava também inclusa, e ela se estendia até o simples uso errado do Nome Santo. E pode ser admitido que tudo isso era perfeitamente certo. Mas a violação do sábado constituía, outrossim, crime passível de morte; e a recusa em permitir a circuncisão de um filho ou deixar de celebrar a Páscoa eram coisas tão graves que o criminoso devia ser expulso. Nos primeiros dias, o homem que se masturbava ou se deitava com mulher menstruada era tratado como criminoso. No período posterior, porém, a tendência dos sacerdotes e dos escribas foi de considerar todos os que desobedecessem a menor lei eclesiástica, principalmente as relativas ao pagamento das ofertas e do dízimo ao Templo,⁷⁰ como ateus e rebeldes contra Deus. Não existe qualquer dúvida que nos dias de Cristo, a crescente influência dos fariseus tinha fornecido ao judeu, o judeu comum, inúmeras ocasiões para a prática de crimes e delitos leves.

O castigo era severo. Só havia uma sentença para todos os crimes contra a religião — a pena de morte. Foi esta a acusação sob a qual nosso Senhor veio a ser condenado. O mesmo se aplicava a inúmeros outros crimes que as leis modernas tratam com mais brandura: entre eles (e sob certas condições, como vimos) achava-se o adultério.⁷¹ A morte também se aplicava a quem quer que escravizasse um judeu livre, a quem quer que usasse pesos falsos, à filha de sacerdote que se prostituísse, à mulher que se casasse ocultando sua impureza. Mas na época de Cristo a severidade do sistema judeu foi mitigada por uma decisão feita pouco antes pelos romanos. “Quarenta anos antes da destruição do Templo,” diz o tratado *Sanhedrin*, “os julgamentos envolvendo a pena de morte foram retirados da corte.”⁷² Outros escritores julgam que as autoridades judaicas mantinham ainda o direito de examinar esses casos, mas o procurador romano reservava-se a prerrogativa de autorizar ou anular a sentença.

As antiquíssimas leis tribais relativas a crimes e danos eram ainda válidas em teoria. A *lex talionis*, a mais famosa delas, é mencionada na Bíblia não menos

que três vezes: “olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferimento por ferimento, golpe por golpe,” e, naturalmente, “vida por vida”.⁷³ Parece um mandamento chocante, mas talvez o seu alvo fosse de fato limitar o excesso de vingança na antiguidade, afim de evitar que se tomasse “sete vezes vingança de Caim; de Lameque, porém, setenta vezes sete,” ou “que um homem fosse morto por um ferimento e um jovem por um pisão”.⁷⁴ Os séculos tinham abrandado seu rigor, permitindo que a retaliação literal só fosse aplicada em casos de assassinato deliberado ou de ferimentos tão graves que a pessoa jamais voltasse a trabalhar. É bastante improvável que nos dias de Cristo a *lex talionis* fosse ainda imposta: a indenização em dinheiro tomara o seu lugar. Isto está longe de afirmar que o povo estivesse preparado para aceitar a grande lição do evangelho que condenava redondamente o velho costume de olho por olho e dente por dente, pedindo aos homens, que perdoassem tudo, dizendo-lhes que “voltassem a outra face”.⁷⁵

A *lex talionis* fazia parte do princípio geral de vingança: por parte da comunidade e da família, em uma palavra, a vingança de Deus. Um crime abalava a ordem divina das coisas e um castigo proporcional restaurava esta ordem. Sendo esta, de fato, a única justificativa para a pena de morte, que já foi mostrada mais de uma centena de vezes como sendo um exemplo inútil e que não pode indenizar o prejudicado de forma alguma a não ser através desta satisfação psicológica da vingança. Os ditames bíblicos mostravam-se assim absolutos com relação ao assunto: “Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu”.⁷⁶ A vingança era um dever sagrado da família. O parente mais próximo do assassinado deveria constituir-se como *goel*, o vingador do sangue. Neste ponto, novamente, a Lei fez o máximo para limitar os efeitos deste sistema desastroso: a vingança não seria a mesma no caso de homicídio deliberado como no de morte não premeditada;⁷⁷ não devendo atingir os membros inocentes da família do culpado.⁷⁸ Haveria um “preço de sangue”, uma lista dos pagamentos que o criminoso ou sua família podiam fazer a fim de evitar o castigo, como mais tarde foi o caso nas leis germânicas. É certo que havia no que se refere a ferimentos e danos, assim como no caso da morte de um escravo, quando a soma a ser paga montava a trinta moedas de prata, aquelas bem conhecidas trinta peças que Judas pagou para trair Jesus; mas é duvidoso que tal pagamento pudesse ser feito quando a vítima era um homem livre. Parece grandemente improvável que os ordeiros romanos permitissem que qualquer tipo de sentimento de hostilidade ou vingança continuasse num país ocupado por eles.

A lei criminal era rigorosa e seus castigos e penas muito rígidos. As multas por golpes e danos, por negligência culpável (por ter cavado um fosso ou

cisterna sem avisar as pessoas, por exemplo), por difamação e calúnia, pela sedução de virgens e por roubo tinham sido todas cuidadosamente estabelecidas: o homem que roubasse um boi, por exemplo, tinha de devolver dois.⁷⁹ Os castigos físicos impostos em virtude da *lex talionis* não são exatamente determinados na Bíblia, mas os rabinos falam de um número certo. A única mutilação permitida pelas Escrituras é o corte da mão da mulher que ajudasse o marido numa luta, agarrando o oponente de maneira indelicada.⁸⁰ Os golpes com bastão deviam ser comuns, talvez como uma simples medida policial sem qualquer ordem do juiz, diferindo assim do terrível açoitamento dos contribuintes relutantes, como acontecia no Egito. No tempo dos primeiros hebreus, as prisões serviam apenas para assegurar que o acusado não escapasse,⁸¹ ou, sob os reis, para servir como instrumento de disciplina,⁸² mas na época de Esdras e Neemias elas tornaram-se uma forma de castigo,⁸³ principalmente para os devedores insolventes. O Novo Testamento se refere repetidamente a isso.⁸⁴ A situação dos presos ficava ainda mais desagradável quando prendiam seus pés no tronco, o que aconteceu a Paulo e seu discípulo Silas em Filipos.⁸⁵ Tem-se também a impressão de que a fórmula frequentemente reiterada na Bíblia: “serão eliminados do seu povo” ou “ficará perdido para o seu povo” não significa morte mas expulsão, o que em si já indicava excomunhão religiosa.⁸⁶

As formas de execução eram muitas e variadas. O tratado *Sanhedrin* fala de quatro: apedrejamento, queima, decapitação e estrangulamento. Esta ordem de gravidade parece estranha, principalmente quando nos lembramos que a queima era executada jogando o condenado num monturo, onde ficava enterrado até a cintura enquanto o seu tronco era envolto em tecido de cânhamo e dois executores forçavam-lhe a boca para enfiar nela um bastão aceso. Este era o tipo de morte aplicado ao homem que se deitasse com mãe e filha ou para a filha de sacerdote que se prostituísse. O filho que batesse no pai era estrangulado, o mesmo acontecendo ao falso profeta. Isto era feito com um garrote.

Os castigos mais comuns e mais conhecidos eram o açoitamento e o apedrejamento. O primeiro ou era um castigo completo em si mesmo ou uma adição à pena de morte. Existe grande probabilidade de terem sido os romanos que introduziram na Palestina o costume de açoitar os condenados.⁸⁷ No açoitamento comum acontecia às vezes da vítima morrer sob os golpes, e por esta razão a Lei Judaica estabelecia que os açoites não passassem de quarenta e ordenava que só chegassem aos trinta e nove, por temer que exatamente o quadragésimo viesse a provocar a morte.⁸⁸ A lei romana não conhecia esta medida de humanidade. Os chicotes usados pelo executor judeu, feitos com uma, três ou quatro tiras, eram muito menos cruéis do que os dos romanos, com pontas de chumbo ou osso de carneiro, que laceravam a pele a cada golpe. Foi

sem dúvida a esse segundo tipo de castigo que nosso Senhor teve de sujeitar-se, amarrado a uma coluna baixa e entregue à brutalidade dos lictores.⁸⁹

O apedrejamento era um castigo capital e nada mais. Era a execução hebraica típica, antiquíssimas e continuamente mencionada na Bíblia. Este foi o castigo que os acusadores da mulher apanhada em adultério queiram aplicar-lhe, e aquele sob o qual morreu Estêvão, o primeiro dos mártires cristãos. Deuteronômio afirma claramente tratar-se de um castigo infligido pela comunidade inteira: os acusadores e as testemunhas da acusação deveriam atirar as primeiras pedras e depois deles o restante do povo.⁹⁰ No tratado *Sanhedrin* existe outra informação que faz este tipo de morte parecer menos bárbaro: o condenado devia ser levado a um penhasco “da altura de dois homens” e um dos acusadores o atirava para trás e para baixo, evidentemente para atordoá-lo com a queda ou quebrar-lhe a espinha; somente depois disto eram atiradas as pedras, e a primeira deveria ser dirigida ao seu coração.

Poderíamos ser tentados a pensar, em vista de morte de Jesus, que a crucificação fosse um castigo comum em Israel; mas, na verdade, ela foi importada pelos gregos e romanos. Os israelitas não crucificavam nem enforcavam originalmente os condenados à morte: seus corpos deviam ser “pendurados no madeiro”.⁹¹ A crucificação, essa forma hedionda de execução — *crudellissimum taeterrimumque*, nas palavras de Cícero — tinha vindo provavelmente da Fenícia, e era sem dúvida usada apenas para os escravos rebeldes. Espalhou-se, porém, por todo o mundo antigo e foi dito que alcançou Roma na época de Tarquinius Superbus. Alexandre Janeu fez uso dela em larga escala na Judéia, na execução dos fariseus derrotados.⁹²

O lugar da execução ficava fora das portas da Cidade,⁹³ e ali os postes perpendiculares estavam fixados permanentemente: o condenado era levado para fora e amarrado ou pregado pelas mãos a uma travessa menor que levantavam por meio de cordas até o alto do poste ou até que alcançasse uma fenda cortada no poste. Os homens eram executados com as costas voltadas para a cruz, e olhando para os espectadores; as mulheres, na posição inversa. Uma espécie de suporte ou apoio entre as pernas impedia que o corpo cedesse devido ao peso, a fim de que a morte não sobreviesse muito rapidamente. De fato, ela não ocorria durante horas e horas, sendo causada no final por uma crescente asfixia, uma condição tetânica dos músculos, fome e, acima de tudo, sede, para não falar dos ferimentos feitos pelos odiosos pássaros que sempre rodeavam o lugar. Havia um mandamento em Deuteronômio que proibia que os cadáveres fossem deixados no madeiro durante a noite;⁹⁴ assim, se a morte demorasse muito, eles quebravam as pernas do crucificado ou traspassavam o seu lado com uma espada ou lança.

Tudo isto é com certeza hediondo, mas embora a guilhotina e a cadeira elétrica possam ser tidas como menos cruéis, serão realmente menos repulsivas? De qualquer modo, havia uma tendência contra a pena de morte na opinião judaica: o Talmude a menciona.⁹⁵ E a lei Judia supria até certos serviços ao condenado completamente omissos nos códigos modernos; era ordenado, por exemplo, que houvesse um guarda montado junto ao lugar da execução com revezamentos, para que no caso das autoridades judiciais assim o desejarem poderem sustar a ação legal até o último minuto. O condenado recebia também obrigatoriamente uma “bebida forte” como a chamam os Provérbios,⁹⁶ aparentemente um hipnótico feito de incenso ou mirra dissolvido em vinho ou vinagre — o mesmo que foi oferecido a Jesus.⁹⁷ Havia sociedades de mulheres piedosas, semelhantes às confrarias de penitentes na Idade Média, que cuidavam deste dever. Na falta delas, as autoridades municipais ficavam incumbidas.⁹⁸ Esta era a última prova de bondade que a comunidade de Israel mostrava ao mais desgraçado de seus membros.

Notas

1. Antiquities 14.10.
2. Juizes 5.
3. Veja p. 90.
4. Atos 10.lss.
5. Pelo seu nome parece que devia pertencer ao gens Cornelia ou a uma família de libertos dessa casa ilustre. Talvez houvesse *uma cohors italica* sediada em Cesaréia: foram encontradas na Síria algumas inscrições da *cohors italica II*. Em qualquer caso não há questão quanto à famosa *Legio italica*, pois esta só foi formada mais tarde por Nero. (Dio Cassius, Roman History, 55.24.) Atos 27.1-12. Sobre o *evocati Augusti*, veja *Cagnat, Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*, 2.867.
6. Mateus 26.51; Marcos 14.47; Lucas 22.50; João 18.10. As regras dos monges essênios estabeleciam que eles não deveriam levar nada consigo quando viajavam, exceto uma arma para defender-se dos salteadores.
7. Juizes 20.16.
8. 1Mac 3.2.
9. 2Mac 11.6.
10. Veja p. 447.
11. Sobre esta idéia da “guerra santa”, veja as páginas extremamente originais do padre R. De Vaux em *Les Institutions de l'Ancient Testament*, 2, p. 73-86.
12. Paulo também fala da “armadura da luz” (Rm 13.12).
13. Deuteronomio 33.29.
14. 1Reis 4.7, 5.27.
15. 2Reis 15.20.
16. 2Reis 23.35.
17. Esdras 4.13; Ne 5.4.
18. *Atinai* 12.54.
19. Romanos 13.7.
20. Mateus 22.17; Marcos 12.14; Lucas 20.22.

21. Mateus 9.9.
22. Lucas 19.2.
23. Lucas 3.13.
24. *Shebuoth* 39.9.
25. Lucas 18.13.
26. *Gênesis* 14.20.
27. Josefo, *Aniquities* 16.6.
28. Êxodo 30.13.
29. Mateus 17.23.
30. Deuteronomio 26.
31. Mateus 23.23.
32. Tratados *Bikkurim* I e *Besah* 3.
33. Paulo, levado diante do procurador Festo, mas temendo que o fizessem voltar a uma corte judaica, disse: “Apelo a César”, isto é, ao tribunal imperial com sede em Roma; e seu pedido foi aceito. Atos 25.1-12.
34. Êxodo 18.16.
35. Neemias 8.
36. Levítico 19.2.
37. *Makkoth* 23.6.
38. Is 64.5. A tradição usual é “trapo imundo” ou “roupa suja”. O termo hebreu era mais forte e algumas versões italianas mantiveram sua rudeza “*panna di mestruai*”.
39. Veja p. 69.
40. Atos 22, 23.
41. *Antiquities* 14.5.
42. 2Coríntios 11.24.
43. *Pirke Aboth* 4.11.
44. *Sanhedrin* 5.
45. *Sanhedrin* 4.2.
46. *Sanhedrin* 17, a.
47. *Sanhedrin* 36.6.
48. *Bekoroth* 4.5.
49. Mateus 5.25.
50. Grande parte dos detalhes dados aqui foram extraídos deste tratado: é pouco útil citar todas as referências. Veja principalmente os capítulos 4, 7 e 18.
51. Daniel 13. O preceito foi estabelecido em Deuteronomio 19.16-21.
52. Números 25.30; Deuteronomio 17.6 e 19.15; João 8.17, etc.
53. Deuteronomio 17.7.
54. Deuteronomio 19.16-21. De fato, esta regra parece ter sido aplicada apenas se o acusado fosse condenado à morte e descobertas as falsas testemunhas depois da acusação. Essa era afinal a opinião dos rabinos menos rigorosos. Seus colegas mais severos afirmavam que a própria intenção devia ser castigada.
55. Salmos 27.12; 35.11; Provérbios 6.19; 12.17; 14.5; etc. Atos 6.13.
56. Mateus 5.33.
57. *Jerusalém*, maio-junho 1933, p. 464.
58. *Wars* 4.335.
59. Veja p. 135 e 140.
60. Êxodo 22.20; 23.9.
61. Deuteronomio 24.17; 27.19.
62. Levítico 24.22.
63. *Contra Apionem* 2.28.
64. Romanos 10.12; Gálatas 3.28.
65. Gálatas 3.21; Hebreus 9.16.

66. Deuteronomio 21.17.
67. Lucas 15.12.
68. Veja p. 397.
69. Êxodo 21 e 22.
70. Êxodo 22.12.
71. Seria necessário dar aqui tantas referências bíblicas que a lista acabaria excessivamente longa e cansativa. Estas são apenas algumas disponíveis: pecado de idolatria, Êxodo 22.9; de blasfêmia Levítico 24.16 (cf. Mt 26.65); de necromancia e adivinhação, Levítico 20.6; de violação do sábado, Êxodo 31.14; de violação da Páscoa, Números 9.13; de violação da lei da circuncisão, Gênesis 17.14, etc, Sobre a proibição de aproximar-se de uma mulher menstruada, veja Levítico 20.18.
72. Veja p. 154 e 155.
73. *Sanhedrin* 18, a.
74. Êxodo 21.23; Levítico 24.19; Deuteronomio 19.21.
75. Gênesis 4.23.
76. Mateus 5.38ss. Esta é uma passagem típica do Talmude contra a *lex talionis*, “Olho por olho”: isto significa pagamento feito em dinheiro. “Em dinheiro,” diz você, “mas talvez signifique vasar o olho do homem (do culpado)”. “Suponhamos que o olho perdido fosse maior e o outro menor: como poderíamos então aplicar a regra do “olho por olho” segundo as Escrituras? Ou suponhamos que um cego vasou o olho de outro indivíduo, que um maneta tenha cortado o braço de outro, ou que um aleijado tenha mutilado seu vizinho: como aplicar então essa lei? A Torá diz que *you will be subject to the same law*, uma lei igual para todos.” (*Baba Kamma* 836).
77. Gênesis 9.6.
78. Êxodo 21.12; Deuteronomio 19.3.
79. Deuteronomio 24.16.
80. Existe um grande número de textos bíblicos sobre esses assuntos. Êxodo 22, Deuteronomio 21, Levítico 11, etc. e os três tratados *Baba* do Talmude comentam em detalhe sobre eles.
81. Deuteronomio 25.16.
82. Levítico 24.12; Números 15.34.
83. 1Reis 22.27; 2Crônicas 16.10, etc. O profeta Jeremias foi também lançado na prisão diversas vezes. Jeremias 22.2; 32.2; 33.1; etc.
84. Esdras 7.26; Neemias 3.25.
85. Por exemplo, Mateus 5.25; 14.3; 18,30, etc.; Atos 4,3; 5.18; 8.3, etc.
86. Atos 16.24.
87. Levítico 18.29. Segundo o tratado *Makkoth* havia cidades especiais para esses indivíduos banidos, da mesma forma que hoje algumas sentenças obrigam a residência em determinados locais.
88. Veja Josefo, *Wars* 5 e 11.
89. 2Coríntios 11.24.
90. Veja capítulo 10 de *Jesus in His Time*.
91. Deuteronomio 17.7.
92. Deuteronomio 21.22; 2Samuel 4.12. Em *La Passion de Jésus, fait d'histoire ou objet de croyance* (Paris, 1959), Marc Stéphane alega provar que Jesus não foi crucificado mas “pendurado na forca”.
93. Veja p. 73.
94. Para todos os detalhes da crucificação veja Cap.1 *Jesus in His Time*.
95. Deuteronomio 21.23.
96. Um Sinédrio que fizesse executar onze homens condenados em sete anos era considerado excessivamente severo. O rabino Eleazar diz onze em setenta anos. Os rabinos Tarphon e Akiba disseram: “Se fôssemos membros de um Sinédrio ninguém seria condenado à morte”. (*Makkoth* 1.10).
97. Provérbios 31.6.
98. Jesus recusou o narcótico (Mc 15.23) ou pelo menos mal tocou nele (Mt 27.34).

CAPÍTULO NOVE - AS TÁBUAS DO CÉU E OS CÁLCULOS HUMANOS

O ANO E OS MESES

Todo mundo em Israel estava mais ou menos familiarizado com as esplêndidas histórias do *Livro de Enoque*, essa estranha obra que alguns rabinos consideravam inspirada mas que não foi incluída no cânon¹; todos sabiam, portanto, que o arcanjo Uriel havia mostrado a Enoque as tábuas do céu e lhe ensinara a medir o tempo que o Senhor fizera, e como contar os anos, os meses e os dias, atentando para os anjos que governavam o curso das estrelas. Pois como tudo o mais no mundo e na vida, a medida do tempo tinha origem divina, sendo a estrutura matemática de todos os acontecimentos e de todas as obras humanas.

A base desta contagem foi o ano; e este, juntamente com o dia, foi a medida de tempo mais frequentemente mencionada, referida continuamente na Bíblia. O ano era lunar; e isto também, diz Eclesiástico, tinha origem divina: “A lua, também, que cumpre tão fielmente suas entrevistas, marcando sempre a mudança das estações, e assinalando os dias de festa! O mês, portador do fogo que ilumina a abóbada celeste com seu brilho radiante.”² Um outro livro, o *Livro dos Jubileus*, também muito lido embora não fizesse parte das Sagradas Escrituras, afirmou que Deus, depois do Dilúvio, estabeleceu que os homens “observassem um ano de 364 dias” e continuou dizendo que os infortúnios humanos vieram sobre eles por terem esquecido este mandamento.³ Por que isto? Talvez porque nos primeiros tempos houve competição entre o ano solar egípcio e o ano lunar que era muito mais usado através de todo o Oriente Próximo e até mesmo nos países do Mediterrâneo — os romanos, por exemplo, possuíam um ano lunar até que César fez suas mudanças revolucionárias no calendário em 46 a.C. Certas passagens na Bíblia parecem insinuar que nos dias de Moisés o ano pode ter sido solar: por exemplo, quando ele morreu na terra de Moabe, o luto oficial durou trinta dias.⁴ Mas na época de Cristo é absolutamente certo que o ano lunar de 354 dias estava em uso e que era tão comum que a própria palavra empregada em hebraico para “mês” também significava “lunação”.

Como todos sabem, o ano lunar possui a séria desvantagem de retardar-se cerca de onze dias em relação ao solar, o que imediatamente resulta numa falta de correspondência entre as estações e os meses. De tempos a tempos, então, a diferença precisava ser anulada; de outra forma, os meses de verão teriam

começado em meados do inverno. Foi justamente por esta razão que César, observando que o ano legal estava atrasado 67 dias, decretou que o ano 45 a.C. teria 445 dias e que os seguintes seriam de 365. Os egípcios, cujo ano solar possuía doze meses de trinta dias, resolveram o mesmo problema acrescentando cinco dias móveis; mas os judeus não podiam fazer isto, pois os onze dias faltantes não podiam ser enquadrados em qualquer lunação. Eles aguardaram então até que o erro abrangesse um mês inteiro e depois inseriram um mês extra, *Veadar*, entre os dois meses de primavera, *Adar* e *Nisart*. Este ano embolístico possuía quase quatrocentos dias.⁵ A intercalação procedeu-se de maneira inteiramente empírica, baseando-se nas atividades agrícolas, e no princípio de que as primeiras espigas de cevada deveriam estar maduras na Páscoa. “Os cordeiros são ainda muito novos e os frangos pequenos demais,” escreveu um rabino a uma comunidade da Diáspora, “e o milho ainda não amadureceu. Decidimos então acrescentar um mês a este ano.”⁶ Foi uma *Beth Din*, uma corte de três doutores da Lei que iniciou o caso do mês como se fosse um julgamento; um tribunal de cinco membros debateu o caso e finalmente um dos sete passou a sentença.⁷ Quando tudo havia sido integralmente considerado foi autorizada a intercalação: “o *Veadar* foi consagrado,” de acordo com a fórmula.

Nos tempos primitivos, o equinócio de outono e a festa da colheita marcavam o fim de um ano e o início de outro, como vemos em Êxodo.⁸ Mas durante o exílio babilônico os judeus adotaram o calendário designado segundo Nipur, no qual o ano começava rio equinócio da primavera, o qual retiveram devido às relações internacionais, depois de sua volta à Terra Santa. Havia então dois anos, ambos com existência legal: o ano religioso, com início no outono, no primeiro dia de *Tisri*; e o ano civil, que começava sete meses antes. O ano novo, festejado com tanta alegria, era o que começava no primeiro dia de *Tisri*.⁹

A datação dos anos apresentava problemas ainda mais difíceis, não apenas para os judeus, mas para todo o mundo antigo. O sistema romano de datar pelo nome dos cônsules exigia muito boa memória, mesmo quando foi acrescentada a data com base na fundação lendária da cidade: 753 a.C.: a maneira grega de contar pelas olimpíadas não era melhor. Os sistemas egípcio e assírio, com suas listas de dinastias e reis epônimos, mostraram-se igualmente inconvenientes. Nos primeiros tempos os judeus datavam simplesmente com base numa ocorrência destacada. “Dois anos antes do terremoto”, diz Amós.¹⁰ Na época dos reis os anos foram contados a partir da ascensão do soberano reinante, o que podia causar uma certa confusão. A situação melhorou um pouco, entretanto, quando os selêucidas herdaram a Síria de Alexandre em 312-311 a.C. e começaram a contar a partir dessa data — cujo sistema é ainda adotado por

certas comunidades religiosas na Síria. Mas nos dias de Cristo nem todos os judeus empregavam esse sistema. Os nacionalistas ardentes queriam uma era nacional segundo o estilo mencionado em Macabeus — “No primeiro ano de Simão, sumo sacerdote, chefe do exército e governador dos judeus”,¹¹ isto é, 142 a.C. Algumas cidades tinham sido bem tratadas por Pompeu, e decidiram datar a partir da conquista romana, ou 63 a.C. Os doutores da Lei, especialmente os da Diáspora, haviam, concluído que segundo informações na Bíblia, o mundo começara em 3761, cuja data ainda é aceita pela Sinagoga. O quadro geral era então bastante confuso.

O ano dividia-se em meses. O objeto que chamamos de calendário e que mostra os meses, semanas e dias a um só olhar, não parece ter sido conhecido pelos judeus. Foi, porém, encontrado numa sepultura judia uma daquelas pequenas tábuas com filas de orifícios para a colocação de cavilhas, talvez usada pelos egípcios com o mesmo propósito.¹² Quanto aos zodíacos mosaicos descobertos em várias sinagogas palestinas e sírias, datam de muitos séculos após a era cristã e com certeza tiveram como base os modelos greco-romanos. A divisão em meses também foi decidida mediante uma *Beth Din*, segundo um processo complexo. Testemunhas foram examinadas, e a mais importante delas teve de responder com escrupulosa exatidão onde se achava quando vira a lua, o tamanho do seu crescente e a sua altura acima do horizonte. O mês começava na noite do vigésimo nono dia, no momento em que a fina fatia da lua aparecia no céu: se ele não aparecesse, o mês tinha necessariamente trinta dias. Uma vez que o tribunal de sete membros tivesse devidamente estabelecido o fato, fogueiras eram acesas nos altos dos montes e ao longo das estradas mensageiros anunciavam que o mês legal tivera início.

No geral havia doze deles, e cada um recebia um nome. Bem no começo esses nomes eram associados as atividades agrícolas e ao tempo, como os do calendário francês da Revolução. Por exemplo, havia o mês das espigas de milho; dos ribeiros secos, das frutas, e *Ziv*, o lindo mês em que as flores se abriam, quando Salomão começou a construção do Templo.¹³ Todavia, talvez pelo fato desses belos nomes antigos serem de origem cananeia, ou seja, pagãos, muitos autores bíblicos davam simplesmente aos meses um número ordinal; isto pode ser visto em Crônicas, por exemplo, e Ezequiel. Mas ao mesmo tempo em que adotaram o calendário de Nipur, os exilados judeus passaram a dar aos meses nomes babilônicos, o que era útil nos negócios. Tais nomes, porém estavam fortemente ligados ao paganismo. *Tamux*, por exemplo, comemorava o deus babilônico do crescimento e *Yiar* a deusa Istar da fertilidade. O hábito tornou-se, entretanto, tão arraigado que até mesmo os homens que escreveram a

Bíblia fizeram uso desses nomes, não pensando nos deuses mesopotâmicos mais do que nós pensamos no deus da guerra no início de março ou em Janus ao celebrar o dia de Ano Novo. De modo geral esses meses abrangem os nossos — *Nisan* por exemplo vai de meados de março a meados de abril — e seus nomes (nomes que Jesus deve ter usado) são *Nisan, Yiar, Sivan Tamuz, Ab, Elul, Tisri* (que significa começo). *Hesvan, Kislev, Tebet, Sebat e Adar*, o último sendo duplicado por *Veadar* nos anos de treze meses.

A divisão do ano em meses era a única importante: a divisão em estações, que para nós tem tanto significado, não fazia diferença para os israelitas, pela razão muito compreensível de que o seu clima separava o ano apenas num período chuvoso, frio, e outro seco e quente, com estágios intermediários bastante curtos. Os intelectuais com certeza dividiam o ano em quatro partes, baseadas nos equinócios e solstícios, mas chamavam essas partes pelos meses em que se iniciavam, por exemplo, *tequfath Nisan* e *tequfath Tamuz*, o período de três meses começando com *Nisan* ou *Tamuz*. Era também comum falar da estação chuvosa e da seca. Mas, acima de tudo, os pontos principais do ano eram conhecidos em relação às festas: qualquer israelita ao ouvir que algo acontecera na “época da Páscoa” ou “na estação dos Tabernáculos” ou no Dia da Expição saberia exatamente o período do ano em que o evento tivera lugar.

As coisas se complicavam, entretanto, devido ao fato de nem todos os habitantes da Palestina fazerem uso do calendário oficial da comunidade judia. Muitos não se utilizavam dele, sem falar nos funcionários civis e soldados romanos, que naturalmente adotavam o sistema romano. Os samaritanos, em primeiro lugar, se recusaram a reconhecer o mês intermediário determinado em Jerusalém: eles fixavam outro, sempre que julgavam conveniente. As cidades gregas tinham o calendário macedônico que Alexandre introduzira, um calendário de doze meses lunares com um décimo-terceiro intercalado; mas este não coincidia com o calendário de Jerusalém. Alguns príncipes herodianos o seguiram — Filipe, o Tetrarca e a rainha Berenice, por exemplo, que não datavam por *Yiar* e *Tisri*, mas por *Artemisios* e *Dios*, isto é, Artemis e Zeus. O mesmo acontecia na Diáspora, e Filo de Alexandria usa a contagem greco-macedônica. Como os sírios e egípcios haviam adotado o calendário de Alexandre, adaptando-o aos seus próprios costumes, a confusão cresceu ainda mais; e na cidade grega de Decápolis poderia haver perfeitamente três calendários diferentes, o judeu, o sírio e o egípcio, além do romano.

Por último e isso parece agora uma certeza, desde a descoberta dos Documentos do Mar Morto, que alguns grupos religiosos fiéis à tradição do *Livro dos Jubileus* adotavam ainda o calendário antigo de 364 dias, que possuía

quatro termos de noventa e um dias cada, sendo estes compostos de treze semanas cada. A vantagem disto era que as grandes festas, como a da Páscoa, caíam numa data determinada. Os essênios do monastério de Qumran evidentemente faziam uso dele. É possível que Jesus e seus discípulos também o seguissem.¹⁴

A SEMANA DE SETE DIAS

A semana de sete dias, agora universalmente adotada, parece ter-se originado no calendário hebreu. Em Israel, ninguém duvidava de sua antiguidade nem, naturalmente, de seu começo divino. Para convencer-se disso bastava abrir a primeira página da Bíblia e ler a nobre introdução de Gênesis, onde o escritor inspirado conta do enorme vazio do caos original, Deus fez primeiro as coisas inanimadas e depois os seres vivos por ordem crescente de excelência, terminando no homem “feito à sua imagem”. Os sete dias da criação foram, portanto, os arquétipos dos sete dias da semana.

No início do segundo milênio, quando o futuro patriarca Abraão (então ainda Abrão) peregrinava com seu clã nas planícies da baixa Mesopotâmia, seus vizinhos em Ur dos Caldeus já conheciam a semana, a quarta parte do mês lunar, correspondendo a cada uma das fases da lua como vistas nas noites claras do Eufrates. Em *Enuma Elis*, o poema babilônico da criação, Marduque diz à lua qual deve ser o seu papel: “No início do mês, brilhando sobre a terra, mostrarás chifres; e assim seis dias serão contados. No sétimo dia dividirás em dois tua coroa... No décimo quarto te mostrarás em toda a tua plenitude...”¹⁵ Na língua babilônica o dia da lua cheia era chamado *sabbatu*. Parece claro que foi Moisés, esse capacitado fundador de quase todas as instituições de Israel, que deu à semana sua forma final e, unindo os seus dias com os dias da criação e o sétimo com o dia de descanso do Senhor, seu significado religioso. Uma espécie de jogo de palavras auxiliou esta associação: a raiz *s b*, lida como *sabua* e que correspondia ao número sete, significando então semana, era bem semelhante à raiz *s b t*, que significava parar ou deixar de trabalhar; sendo lida *sabbat*. A semana, então, se compunha essencialmente do espaço de tempo entre dois *Sabbaths*, pois como disse Ezequiel os *Sabbaths* eram do Senhor, “para servirem de sinal entre mim e eles, para que soubessem que eu sou o Senhor que os santifica”.¹⁶ De fato, nas Escrituras Sagradas o sábado às vezes representa a semana inteira.¹⁷

Assim, um único dia na semana tinha o seu nome particular, o dia acima de todos os demais, o *Sabbath* — que correspondia ao nosso sábado. Algumas

vezes o dia anterior recebia um nome significando “a véspera do sábado”¹⁸ ou “o dia da preparação”.¹⁹ Os outros dias eram nomeados simplesmente pela sua ordem, e assim Mateus começa o seu relato da descoberta do túmulo vazio na manhã da ressurreição de Cristo, no capítulo 28 de seu livro, com as palavras, “No findar do sábado, ao entrar o primeiro dia da semana...” Este era o método dos judeus praticantes contarem os dias, sendo aquele usado por Jesus e seus discípulos.

Não existe, porém, dúvida de que na Palestina daquela época outros sistemas se achavam em uso. A administração romana teria certamente designado os dias segundo seu próprio costume — bastante difícil, embora tradicional e legal, baseado nas calendas, idos e nonas. E todos os que acreditavam na astrologia, que eram realmente muitos na época, talvez incluindo inúmeros judeus, tinham o hábito de nomear os dias da semana de acordo com os corpos celestiais que os protegiam — a lua, Marte, Mercúrio, e assim por diante. Dio Cassius julgou ser este um uso romano específico,²⁰ e, como sabemos, ele deveria sobreviver ao colapso dos astrólogos e ao triunfo do cristianismo, com a única diferença que o “dia do sol” (o *Sonntag* germânico e *Sunday* inglês) foi modificado para o “dia do Senhor”, *Domenica*, que não era outro senão o *sabbath* judeu adiantado 24 horas.

O DIA E AS HORAS

O termo dia tinha dois significados para os israelitas, como tem para a maioria do povo ocidental. Indicava tanto o dia astronômico, legal, correspondente a uma completa revolução da terra (ou seja, a uma aparente revolução do sol), e o dia natural, o período de claridade em contraste com o de escuridão.

As nações sempre acharam difícil determinar exatamente quando o dia legal deve começar. Algumas afirmam: madrugada, outras: meio-dia. Nós dizemos oficialmente meia-noite, mas quando alguém acorda às duas da manhã e pensa em algo que vai acontecer ao meio-dia desse mesmo dia é difícil não pensar nisso como pertencendo ao amanhã. Em Israel, o costume imemorial era fazer com que o dia terminasse, e começasse um outro, no momento em que o sol se punha, o trabalho está terminado, sendo esta uma pausa comum; o corpo cansado sabe que um período natural de tempo chegou ao fim. A Bíblia contém um grande número de passagens que se referem a este costume²¹ e à dignidade e santidade do entardecer. Era nesta hora que o cordeiro pascal devia ser sacrificado, a hora em que todos os dias o “segundo sacrifício” era feito, a “oferta noturna”, a hora da última oração, o levantar dos braços em súplica.²² Em Jerusalém, o final do dia era anunciado pelo som das trombetas, e nas grandes

festas pelo lamento triste do *shofar*, a corneta de chifre de carneiro.

O dia natural, logicamente, começava ao nascer e terminava ao pôr-do-sol. Ele era às vezes chamado mesmo de “alvorada-crepúsculo” para distingui-lo do dia legal. Em Jerusalém, no momento em que o sol raiava por trás da linha negra das montanhas de Moabe, ouvia-se o soar do bronze quando o grupo de levitas de serviço nesse dia abria a famosa porta dupla do Templo, a Porta de Nicanor. A seguir, o som das trombetas anunciava a primeira oração, e dos átrios do Templo e das casas dos fiéis levantava-se o canto das palavras sagradas do *Shema Israel*.

A divisão do dia em horas era comparativamente recente em Israel. A própria palavra “hora” não é encontrada no Antigo Testamento exceto no livro de Daniel, e mesmo ali é tomada num sentido tão amplo que os tradutores modernos a interpretam como “momento”.²³ O termo meio-dia, *sohoraim* (que evoca “duas metades”) era usado, e os outros marcos eram as horas da manhã e o sacrifício da noite.²⁴ Mas nos dias de Cristo a divisão do dia em doze horas já se achava comumente aceita. O Novo Testamento dá várias provas disto: uma delas é a parábola dos trabalhadores da undécima hora,²⁵ por exemplo, e a declaração de João de que nosso Senhor sentou-se junto ao poço da mulher samaritana “por volta da hora sexta”,²⁶ e a de Marcos que ele foi crucificado na hora terceira e que morreu na nona.²⁷ Isto indica que o costume, sem dúvida de origem babilônica, se tornara usual desde a volta do exílio, sob a influência da civilização greco-romana.

O sistema de doze horas que se achava então em uso através de todo o Império Romano não tinha naturalmente qualquer ligação com o nosso. Nossas horas são cada uma a vigésima-quarta parte de um dia legal, calculado matematicamente; o sistema romano se baseava sobre a duração da presença do sol no céu: a 25 de dezembro, portanto, no solstício de inverno, quando não havia senão oito horas e cinquenta e quatro minutos de sol no dia, a hora diurna ficava reduzida a menos de quarenta e cinco de nossos minutos, enquanto cada uma das horas noturnas cobria uma hora e um quarto do nosso tempo.²⁸ Seria extremamente difícil dizer exatamente qual a duração de tempo indicada quando os discípulos foram censurados no Getsêmani por não terem vigiado “nem uma hora”.²⁹ Quanto à divisão da hora em minutos e segundos, conhecida desde os primórdios pelos matemáticos egípcios e caldeus, o povo comum não ouvira falar dela, ou não lhe dera atenção.

Essa falta de precisão na contagem do tempo do dia revela muito a respeito do estilo de vida diário em Israel naquela época; o qual, na verdade, caracteriza ainda todos os países orientais, sem contar alguns do lado europeu do Mediterrâneo. Nosso cuidado, nossa mania pela pontualidade, era absolutamente desconhecida. Nenhum lojista jamais censuraria seus empregados por chegarem

“à hora quinta”; nem alguém imaginaria a possibilidade de existir um horário para a partida de caravanas ou navios. Seria sem sentido marcar uma entrevista para dez e meia ou seis horas da tarde. O convite ficaria limitado a uma sugestão das horas noturnas, que era o período preferido, aquele em que as pessoas gostavam de conversar interminavelmente enquanto o céu se transformava de malva em cinza claro e depois em azul escuro salpicado de estrelas. Este não era talvez o mais conveniente de todos os arranjos, mas a vida era então mais vagarosa, e as pessoas raramente tinham pressa.

Haveria instrumentos para contar as horas? Sabemos que os gregos e romanos possuíam pelo menos dois, o relógio de sol e o da água. Os atenienses inventaram o primeiro — o gnômon (o ponteiro) de Meton — e seu uso espalhou-se rapidamente através do mundo helenista: os romanos, persuadidos pelo inteligente Valerius Messala, o então cônsul, adotaram-no no começo da segunda guerra púnica, em 263 a.C. O segundo, tecnologicamente mais avançado, foi aperfeiçoado pelos Alexandres em 159 a.C. Eles se utilizaram do relógio de sol para obter uma escala graduada das horas do relógio de água, e o nível decrescente desta mostrava a passagem do tempo. Esses *horologia ex aqua* tornaram-se moda, sabe-se de alguns que lançavam uma pedra ou um ovo para o ar a cada hora, ou que até mesmo assobiavam. Possuíam os judeus essas máquinas engenhosas? Tão estranho como possa parecer, a Bíblia não se alude aos mesmos de maneira alguma. Ela fala de como o profeta Isaías pediu a Deus que desse um sinal ao rei Ezequias, e como ele faria “retroceder dez graus à sombra”,³⁰ mas isto poderia tanto indicar os dez degraus de uma escada como as dez horas num relógio de sol. A arqueologia ainda não encontrou um relógio de sol na Palestina. Isto não implica necessariamente que os homens abastados da época não os possuíssem nas paredes de suas casas, nem que não pudessem mandar buscar em Alexandria ou Roma uma daquelas clepsidras que tanto surpreendiam todos os que as contemplavam.

A divisão das horas noturnas, quando evidentemente ponteiro algum podia funcionar e quando até mesmo os relógios de água davam somente uma noção geral do tempo, era ainda mais vaga do que as diurnas. Desde os períodos mais remotos, a noite sempre fora dividida em vigílias, aqueles intervalos de tempo em que a sentinela deveria vigiar o acampamento ou o pastor o rebanho. O período sempre parecia longo, particularmente porque o substituto não chegava num momento exato; todavia, como disse a Bíblia: “Pois mil anos aos olhos de Deus são como a vigília da noite”.³¹ Desde a entrada dos romanos na Palestina seu costume de manter quatro vigílias foi adotado; e cada uma delas tinha mais ou menos quatro horas. Existem muitas alusões a elas no Novo Testamento. Mateus, por exemplo, declara que era a quarta vigília da noite quando nosso

Senhor andou sobre a água para juntar-se aos seus discípulos no meio do lago.³² E Marcos³³ mostra que essas quatro vigílias eram parte da vida diária e perfeitamente distintas umas das outras. Uma era a vigília do anoitecer, quando a luz amarela das lâmpadas de óleo brilhava sobre os toldos e os tapetes nos telhados planos da cidade; a vigília sombria da meia-noite, vagamente ansiosa, mesmo sob a lua e as estrelas, quando, como diz o Salmo 128, o *De profundis*, os que vigiam aguardam o dia; a vigília do canto do galo, quando Jesus, saindo da casa do sumo sacerdote lançou a Pedro um olhar que traspassou o infeliz até o mais profundo de sua alma; e a vigília da madrugada, quando finalmente cores belíssimas surgiam no horizonte, pouco a pouco, os homens e animais acordavam, e a vida começava de novo na terra.

PESOS E MEDIDAS

A contagem da data e do tempo pode não ter sido fácil em Israel, mas isso não era nada em comparação com a complexidade dos pesos e medidas; a complexidade para nós, isto é, porque os judeus de há dois mil anos deveriam evidentemente estar acostumados a elas. Eles podem até ter considerado o seu sistema normal e eficiente, como os ingleses consideram o seu, por mais difícil e ilógico que os europeus do continente o considerem. A Palestina da antiguidade não possuía o admirável sistema de medidas que os grandes impérios mesopotâmicos haviam inventado três mil anos antes de nossa era. Salomão estabeleceu um sistema, sem dúvida tendo em mente os padrões babilônicos; e tinha mesmo exigido que os levitas cuidassem das medidas de capacidade e comprimento.³⁴ Este sistema, porém, evoluiu no decorrer de nove séculos, e os mesmos termos não significavam mais as mesmas medidas usadas na época do grande rei. Os comprimentos e volumes variavam até de província para província, pois os exilados tinham trazido com eles os padrões aprendidos na Babilônia de volta à Judéia. Além disto, a ocupação grega e romana havia sobreposto sistemas por completo diferentes, aos quais o povo tentava, com certo êxito, ajustar as medidas judaicas. Fica evidente que os arqueólogos e historiadores que têm de enfrentar este problema vêm-se frente a grandes dificuldades. E tudo se complica em vista de nada ser menos digno de confiança do que a tradução de uma medida em outra língua: por exemplo, o *zereth* e o *tofah*, o palmo e a mão (ou palma), são ambos traduzidos como *palmus* na Vulgata, embora haja três *tofahs* num *zereth*. E por infelicidade nenhuma escavação arqueológica veio ainda a encontrar um único padrão intacto de comprimento ou capacidade.

Com essas reservas e com a clara compreensão de que todas as conversões de medidas antigas em modernas não passam de conjecturas, podemos tentar a apresentação de um esboço do sistema judeu. Para medidas curtas eles usavam padrões baseados nas partes do corpo humano. O cúbito media do cotovelo ao final do segundo dedo, equivalendo a dois palmos; o palmo media três palmas, três vezes a largura da mão; e a palma consistia de quatro dedos. Isto era bastante simples; mas existiam dois tipos de cúbito, o fraco e o forte; este último contendo sete palmas em lugar de seis; sendo esse, ao que parece, o cúbito usado pelos arquitetos. Quando o evangelho diz que ninguém pode acrescentar um cúbito à sua altura,³⁵ deve-se entender apenas a ideia geral das palavras. Cálculos eruditos³⁶ demonstraram que o cúbito fraco tinha cerca de 45 centímetros (o que faria dos judeus um povo de baixa estatura), e o forte 54 centímetros.

Para maiores distâncias, como estradas e semelhantes, os israelitas usavam desde há muito, e sem dúvida continuavam usando, medidas extraídas da vida diária, tais como a distância de um tiro de arco³⁷ ou a jornada de um dia.³⁸ Outra expressão usual era “jornada do dia de sábado”, a distância que a pessoa podia percorrer sem violar a lei do descanso; no livro de Atos é dito corresponder à distância do Monte das Oliveiras a Jerusalém.³⁹ Sem dúvida os camponeses e o povo comum contavam em passadas ou milhares de passadas, como fez Jesus quando disse que se alguém fosse compelido a andar com outrem uma milha, deveria andar duas milhas com ele voluntariamente.⁴⁰ Mas outras medidas foram introduzidas por ocasião da conquista grega e era comum a contagem helenista em estádios.⁴¹ Segundo os rabinos, a jornada do sábado era de seis estádios, e o estádio tinha 183 metros. Também equivalia a oitenta braças, medida em uso na época, embora fosse mesmo então uma medida de profundidade. Haja vista os marinheiros do navio de Paulo, lançando o prumo e encontrando primeiro vinte e a seguir quinze braças.⁴² Os romanos haviam naturalmente introduzido sua milha de 1480 quilômetros na Palestina; seus marcos miliários foram encontrados na Terra Santa e em todas as regiões adjacentes.

Eles mediam as áreas sob o mesmo princípio que usamos ao falar de metros e quilômetros quadrados. Para pequenos espaços os supervisores usavam a *qaneh*, a “cana de medir”, a vara que o homem de bronze na visão de Ezequiel usou para medir o futuro templo;⁴³ ela deveria ter sido um pouco maior do que 2,5 metros e, portanto, a área medida seria de aproximadamente oito metros quadrados. Para superfícies maiores empregavam o “cordel” e era tão comum contar em “cordéis” que este termo na linguagem popular significava um pedaço de terra.⁴⁴ Infelizmente, porém, não sabemos quanto media o cordel. Todavia, a medida comum de área, aquela usada pelos camponeses judeus, era o jugo, a superfície que uma parrelha de bois podia arar um dia, o *jugerum* latino de 2.600

metros quadrados (cerca de dois terços de um acre), que se assemelha muito ao *arpent* no francês antigo, ou ao *journal*, ainda usado em alguns lugares — Dauphiné e Savóia, por exemplo — para a medição de terras.

Não obstante os judeus estarem familiarizados há muito tempo com a ideia de medir áreas pelo quadrado de um determinado comprimento, eles não sabiam absolutamente medir a capacidade pelo seu cubo. Se assemelhavam nisso às outras nações antigas, todas elas confundidas pela diferença entre um dado volume e a quantidade de mercadorias que o mesmo podia conter — quantidade essa que, quando pesada, variava imensamente de um para outro item. Além disso, os judeus não tinham exatamente o mesmo sistema para indicar as medidas de volume para sólidos e líquidos. Para os sólidos eles empregavam as medidas: *log*, *kab*, *seah*, *epha* e *homer*; para os líquidos, as medidas: *log*, *kab*, *hin*, *bath* e *kor*. Tanto o sistema decimal como o duodecimal eram encontrados em combinação, por mais estranho que pareça. Assim, o *bath* de água consistia de seis *hin* ou dezoito *kab*; mas dez *bath* perfaziam um *kor*, e quatro *log* um *kab*. Sustenta-se geralmente que o *log* tanto sólido como líquido perfazia cerca de 0,5 decilitros.

Concluimos, porém, através do Novo Testamento, que a medida mais comum é aquela traduzida geralmente como “alqueire”, que não era senão o *modius* romano que continha 8,65 litros, ou pouco menos que um celamin. Mas na época de Cristo, o pesado *seah*, contendo quase três galões, era o preferido. Em toda casa judia havia um recipiente, seja de metal ou de cerâmica, que servia para medir o alqueire de cevada ou trigo necessário para o pão da família; e entre os pobres este alqueire era usado como uma mesa baixa — esta a razão das palavras de Cristo: “Ninguém, depois de acender uma candeia, a põe em lugar escondido, nem debaixo do alqueire de medir”.⁴⁵ Havia unidades maiores, tanto para o milho como para líquidos; o apóstolo João, falando das jarras que continham água na ocasião do milagre de Caná, diz que elas continham duas ou três medidas cada;⁴⁶ dois ou três barris, conforme as traduções. Talvez fossem as *metretas* gregas de quase nove galões, ou três *urnae* romanas de 13,5 litros.

Esta mistura de medidas judaicas e pagãs parece ter sido então coisa comum na Palestina nos dias de Cristo. Ela se destacava ainda mais na questão de pesos, o que é compreensível, desde que a pesagem é o fundamento de todas as transações comerciais. Da mesma forma que na maioria dos portos do Mediterrâneo hoje em dia o carvão para os navios é calculado em toneladas inglesas e o óleo combustível em galões americanos, os comerciantes judeus da época eram então obrigados a usar padrões de medida pagãos nas suas transações de importação e exportação. As escavações feitas na região de Sefelá

mostraram que o sistema alexandrino se achava em vigor; mas, mais importante ainda, era o arratel ou *libra* equivalente a cerca de onze onças, introduzido pelos romanos, sendo esta a medida de peso padrão para todo o império. Foi em libras que João calculou a quantidade do “bálsamo de nardo puro” que Maria de Betânia derramou sobre os pés do Senhor⁴⁷ e a mirra e o aloés que Nicodemos levou para prepará-lo para o sepultamento.⁴⁸

A libra romana, porém, certamente não superava os antigos pesos, o talento, a mina e o siclo, que são repetidamente mencionados no Novo Testamento. Tratava-se de medidas babilônicas antigas: a mina continha sessenta ciclos, e sessenta minas perfaziam um talento. Se o talento chegou ou não a ser usado como peso (e desde que chegava a pesar entre 70 a 132 libras seu manuseio naturalmente apresentaria dificuldades) não se sabe, e com certeza não era empregado na época de Cristo. Eles costumavam empregá-lo para contar dinheiro, para o cálculo de quantias em ouro e prata. Por causa disto adquiriu um sentido figurado, e dizer que alguém possuía cem talentos era considerá-lo imensamente rico. Isto também se aplicava à mina. O siclo era a verdadeira unidade de peso de Israel, o qual era dividido em meio siclo, um quarto de siclo e um vigésimo de siclo. Ele é bastante mencionado nos primeiros livros do Antigo Testamento, mas não nos últimos, e o Novo Testamento não o menciona uma só vez. Isto nos leva a supor que o antigo peso-siclo (pois o dinheiro-siclo ainda existia) tinha sido associado com a libra, talvez na proporção de quatro ou cinco libras para cada siclo.

Como era feita a pesagem? Seja com a jarda de aço (um exemplar muito antigo foi descoberto em Megido) ou com balanças e pesos, feitos de pedra, algumas vezes pedra muito dura como o basalto ou pórfiro, bronze ou chumbo. Pesos na forma de leões, patos, sapos e besouros foram encontrados, mas não é certo que fossem judeus, em vista da proibição contra a semelhança de qualquer criatura viva. Os pesos eram carimbados por um controlador, da mesma forma que nossas notas levam uma assinatura. O museu de Jerusalém possui várias delas com inscrições tais como: “Timinnios, o cretense” ou “Agathodes, inspetor de pesos e medidas”. Esses são nomes gregos, mas o costume era com certeza generalizado.

O DINHEIRO NA PALESTINA

A exatidão nos pesos tornou-se importante não só nas transações em trigo e outras mercadorias, mas também como uma garantia da solidez da moeda. O Provérbio: “Peso e balança justos pertencem ao Senhor, obra sua são todos os pesos da bolsa”⁴⁹ refere-se tanto ao peso honesto como ao dinheiro bom. Muito

antes do dinheiro no sentido de moeda existir em Israel, cunhado com um símbolo ou imagem, os homens pagavam suas dívidas com um peso estabelecido de metal precioso: foi desta forma que Abraão pesou em Efrom 400 siclos de prata, prata de lei, para comprar o campo e a caverna onde sua esposa Sara foi sepultada.⁵⁰ O termo “siclo” derivou-se da raiz *sekel*, que tanto em assírio como em hebraico transmitia a ideia de contar e pesar. A prática de pesar dinheiro em lugar de contá-lo permanecia ainda na Palestina dos dias de Jesus, como acontecia em toda a região do Mediterrâneo. As balanças também serviam para garantir que as moedas fossem de metal verdadeiro, não tendo sido nem cortadas nem limadas, essa era uma das principais tarefas dos banqueiros e cambistas, devendo ser bem difícil em vista da variedade de moedas usadas na Palestina naquela época.

Foi durante o exílio na Babilônia que os judeus descobriram como era muito mais fácil usar dinheiro garantido e cunhado por uma autoridade reconhecida do que trocar ou pesar metal para a compra mais insignificante. Entretanto, como o seu país, desde a volta do exílio, jamais saíra de sob o controle estrangeiro, toda espécie de cunhagem se espalhou entre eles. É possível que não existissem na Palestina moedas de Creso, o fabuloso rei da Lídia que inventou o dinheiro, mas ela recebeu, como suas primeiras moedas, os famosos dáricos, as peças de ouro de Dario, o rei dos reis, mencionadas em Esdras.⁵¹ E quantas se seguiram a eles! As moedas helenistas lindamente cunhadas apresentavam a efígie de Antíoco da Selêucida, dos Ptolomeus egípcios e de Cleópatra; naturalmente os romanos, ao ocuparem o país, impuseram seu sistema financeiro e insistiram em que o imposto direto, a capitação,⁵² fosse pago em dinheiro romano. Os que davam a César que era de César, tinham de fazê-lo com moedas cunhadas com a sua efígie. Mas o *denarius* romano possuía um rival introduzido na Palestina pelo comércio; tratava-se do *zuz*, uma moeda de prata de igual valor cunhada pelos banqueiros fenícios de Tiro e tão apreciada que os doutores da Lei permitiam, e até desejavam, que as ofertas ao Templo fossem pagas em *zuzim*, como se fossem moedas judaicas. Quem quer que leia o Novo Testamento poderá apreciar a diversidade de moedas que circulavam na Palestina; ele fala de dracmas (na parábola da moeda perdida⁵³), de *denarií*, como no diálogo entre Jesus e seus inimigos a respeito do tributo devido a César,⁵⁴ assim como em outras dez ocasiões, de *asses*, aquelas moedas bem pequenas com que se podiam comprar dois pardais,⁵⁵ de siclos, minas, talentos e outros. O dracma era grego, o *ase* o *denarius* romanos, e a mina, cujo nome lembrava o sumério original, *mna*, era o dinheiro fenício, corrente através de todo o oriente mediterrâneo.

Mas isso não é tudo, pois havia também o dinheiro judeu.⁵⁶ Este datava de

tempos bem recentes em Israel. Simão Macabeu recebeu autorização de Antíoco VII cerca de 150 a.C. para cunhar o bronze e o cobre. Isto envaideceu o orgulho nacional judeu, e ele escolheu especificamente símbolos judaicos para as suas moedas, a cidra e a palmeira, o *ethrog* e o *lulab* usados em certas cerimônias do templo, com inscrições tais como: “Sião libertada” ou “o sumo sacerdote e a comunidade”... Os romanos tinham continuado a dar sua autorização, com as mesmas limitações; isto é, eles permitiam que os judeus cunhassem apenas as moedas de bronze, os trocados que as mulheres usavam para as compras, e enviassem a prata para Roma ou a cunhassem eles mesmos na hora. O dinheiro judeu continuava diferente do pagão, usando exclusivamente plantas e símbolos em seus desenhos, pois toda imagem humana ou até mesmo todas as formas animais eram proibidas pela Bíblia: “Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra”.⁵⁷ Ninguém ousaria desafiar este mandamento. Nem mesmo Herodes o Grande, com todo o seu orgulho, jamais colocou sua efígie nas moedas, mas apenas “Herodes, rei”, e do outro lado uma cornucópia, ou flores e frutas, ou mesmo um elmo e um escudo. Todos os seus descendentes fizeram o mesmo, exceto um deles, Filipe, cujo reino ficava junto à fronteira síria e que não teve então escrúpulos em colocar a cabeça de Augusto e Tibério nas suas moedas, e até mesmo a sua. Quanto a Herodes Agripa, como rei da Judéia, ele permaneceu fiel ao costume sagrado e se chegou a ponto de gravar um guarda-sol, um símbolo real, em suas moedas, deteve-se antes de colocar a sua efígie ou a de Calígula e Cláudio. Mas no grande porto cosmopolita de Cesaréia onde gostava de residir, ele não hesitou em emitir dinheiro sacrílego, e os judeus consideraram a sua morte como um castigo bem merecido pelo seu crime. Os próprios romanos aceitavam a extrema sensibilidade dos judeus neste terreno; as pequenas moedas cunhadas na Judéia só levavam o nome do imperador reinante, com uma coroa de louros e emblemas judaicos ou símbolos de prosperidade. As peças de prata com a cabeça do imperador eram tão raras entre o povo comum que não causavam muito escândalo. Jesus, respondendo aos fariseus, pediu para ver uma: ele não possuía tal coisa. Os doutores da Lei haviam estabelecido que os impostos do Templo só podiam ser pagos em dinheiro judaico. Quando um peregrino da Diáspora ou das províncias possuía dinheiro pagão, ele não podia nem pagar os impostos nem comprar uma vítima para o sacrifício sem primeiro procurar os cambistas, que tinham suas mesas nos pátios do Templo — cujo fato provocou a ira do Senhor que certo dia os expulsou.

É preciso admitir que com toda essa variedade de dinheiro em circulação o comércio dos cambistas deveria com certeza ser muito lucrativo e que permitiria

toda sorte de desonestidade. Valeria o denário exatamente o mesmo que a dracma? O siclo tinha valor idêntico ao do estáter, e este equivalia à tetradracma? Qual a proporção existente entre o *as*, os *quadrans* e o *lepton*? É fácil imaginar que um digno camponês galileu visitando Jerusalém não seria capaz de seguir muito bem esses cálculos. De maneira geral, e admitindo comparações que não eram de modo algum exatas na prática, pode ser dito que a unidade básica, o siclo de prata, dividia-se em quatro *denarii* ou dracmas (ou dois didracmas), e que o *denarius* ou dracma consistia de dezesseis *asses* ou sessenta e quatro *quadrantes* ou cento e vinte e oito *lepta*. Quanto ao talento e à mina eram apenas denominadores de valor monetário ou base de troca, a mina valendo cem *denarii* e o talento seis mil. Não é preciso dizer que qualquer conversão em termos modernos seria completamente arbitrária, pois o preço da prata e do ouro variou enormemente no curso dos séculos e o poder aquisitivo do dinheiro numa sociedade rural como Israel não pode ser comparado com o de uma sociedade excessivamente industrializada como a nossa. Podemos dar uma estimativa do equivalente em ouro das várias moedas, o que faria com que o siclo valesse 15,53 grãos de ouro, agora ao preço de 8s. Id. ou US\$ 1.14; o dracma 4.32 grãos a 2s. 3d. ou 32 cents; e o *as* um quarto de grão a cerca de três meio-pêni, ou menos do que dois cents; mas isto não dá uma ideia correta de seu valor. Não ajuda também muito salientar que o salário-dia do trabalhador rural era um *denarius* ou uma dracma, como demonstrado pela parábola dos trabalhadores da undécima hora; pois, como vimos,⁵⁸ os salários eram baixos na Palestina e o pão diário difícil de ganhar.

Notas

1. Cf. Bonsirven. *Bible apocryphe*. p. 25. O *Livro de Enoque* é um daqueles apócrifos muito visionários que se tornaram cada vez mais comuns em Israel durante este último período. Os ditados, profecias e mensagens nele contidos são atribuídos ao sétimo patriarca depois de Adão que, baseado em Gênesis 5.24, era julgado como tendo sido levado para o céu. Eclesiástico 44.16, fala dele como de um santo. A Bíblia Etíope inclui O *Livro de Enoque* em seu cânon.

2. Eclesiástico 43.6.

3. *Bible apocryphe*, p. 89.

4. Deuteronômio 34.8. Períodos de dez dias são também frequentemente mencionados, e ocorrências datadas do décimo dia do mês, que parecem ser uma referência a um calendário solar. Os gregos, que usavam um calendário algo semelhante ao dos hebreus, também estavam familiarizados com esta divisão decimal, (e.g., Gn 24.55; Nm 29.7; Js 4.19, etc.).

5. O ano 29 em que o Senhor atravessou toda a Galileia foi um deles.

6. G. Dalman, *Aramaische Dialektproben*, p. 3.

7. *Sanhedrin* 1.2.

8. Êxodo 23.16; 4.22. Mas Moisés dissera que o ano devia começar com a Páscoa! Êxodo 12.2.

9. “Foi no I *Tisri* que o mundo foi criado”, disse o rabino Eliezir, “que os patriarcas nasceram e morreram, que Sara, Raquel e Ana ficaram grávidas, e que José saiu da prisão”.
10. Amós 1.1.
11. 1Mac 13.41.
12. Talvez... Mas talvez tenha sido um dispositivo para contar, ou talvez um jogo como a paciência. Todavia no Egito essas tábuas têm trinta orifícios, o que nos faz pensar no mês solar egípcio.
13. 1Reis 6.1,37.
14. Se isto pudesse ser provado como um fato ele resolveria o difícil problema exegético da data exata da Páscoa e da celebração da Última Ceia do Senhor (cf. *Jesus in His Time*, índice das questões discutíveis). Os evangelhos sinópticos fixam o 14 de Nisã como a data da Última Ceia, mas para João ela teve lugar no dia 13 e a Crucificação no dia 14. Seria um ponto importante para aqueles que creem perceber uma influência dos essênios sobre o Senhor (cf. Jean Daniélou: *Les Manuscrits de la Mer morte et les Origines du Christianisme*, p. 26., comentando sobre *La Date de la dernière Cène* de Jaubert, na *Revue de l’Histoire des Religions*, 1954, p. 140-176).
15. Alguns fragmentos do *Enuma Elis* são dados por Dhorme em seu valioso *Choix de Textes religieux assyro-babyloniens*, p. 60.
16. Ezequiel 20.12. Sobre a importância do sábado, veja o capítulo dedicado a ele, p. 391.
17. Levítico 2.3.15.
18. Juízes 8.6; Mc 15.42.
19. Mateus 27.62.
20. Dio Cassius 37.18.
21. Por exemplo, Êxodo 12.8; Levítico 23.32; Salmos 55.18, etc.
22. Os samaritanos oravam entre o pôr-do-sol e o final do crepúsculo; os judeus entre a hora em que o sol começa a descer, cerca das três da tarde, e a hora em que ele desaparece.
23. Daniel 3.5; 4.16.
24. Números 28.4; IRs 18.29-36.
25. Mateus 20.1,16.
26. João 4.6.
27. Marcos 15.25 e 34; cf. Mateus 27.46.
28. Veja a tabela de horas no *La Vie quotidienne à Rotne*, p. 178, de J. Carcopino.
29. Mateus 26.40; Marcos 14.37.
30. 2Reis 20.9-11; Isaías 38.8.
31. Salmos 90.4.
32. Mateus 14.25.
33. Marcos 13.35.
34. 1Crônicas 23.29.
35. Mateus 6.27; Lucas 12.25.
36. Baseado principalmente nos 1.200 cúbitos do aqueduto em forma de túnel de Ezequias (veja p. 101) que foi encontrado e medido: mas, não haveria algo de excesso nesse número de 1.200?
37. Gênesis 21.16.
38. *Gênesis* 30.36; 31.33; Êxodo 3.18; João 3.3.
39. Atos 1.12.
40. Mateus 5. (Muitas traduções dão uma *milha*, mas não se trata aqui da questão da milha romana, que media 1.000 passos duplos).
41. Lucas 24.13; João 6.19; 11.18; Atos 14.20; 21.16.
42. Atos 27.28.
43. Êxodo 40.
44. A tradução exata do v. 6 do Salmo 16 não é “tenho um pedaço de terra no lugar das delícias”, mas sim que “a corda marcou-me um lugar”.
45. Mateus 5.15; Marcos 4.21; Lucas 11.33.

46. João 2.6.
47. João 12.3.
48. João 19.39.
49. Provérbios 16.11.
50. Gênesis 23.16.
51. Esdras 8.27.
52. Veja p. 188,189.
53. Lucas 15.8.
54. Mateus 22.19; Marcos 12.15; Lucas 20.24.
55. Mateus 10.29; Lucas 12.6.
56. Veja o artigo de J. Babelon, "Monnaies", no *Supplément Dictionnaire biblique*, vol 5 com bibliografia detalhada.
57. Êxodo 20.4.
58. Veja p. 176.

CAPÍTULO DEZ - CAMA E MESA

“DÁ-NOS HOJE...”

Uma das marcas particulares da religião judia, cuja característica foi transmitida ao cristianismo, era o seu realismo firme, sua preocupação com as realidades diárias do homem comum. Nada estaria mais afastado dele do que a doutrina hinduísta da ilusão total, nem aquele dualismo persa que considerava a criação como obra do princípio do mal. Para os judeus, o mundo criado era obra de um Deus bondoso e justo: isto não ficava perfeitamente claro através do livro de Gênesis? De uma centena de lugares na Bíblia sobe um hino sublime de gratidão ao Criador por ter cercado os homens de tantas coisas valiosas, àquele que prepara a terra “regando-lhe os sulcos, aplanando-lhe as leivas, amolecendo-a com a chuva, abençoando-a com a produção”.¹ Àquele que veste e protege seu povo. “Todos esperam de ti que lhes dês de comer a seu tempo. Se lhes das eles o recolhem; se abres a mão, eles se fartam de bens”² disse o salmista. Tanto com base no Antigo como no Novo Testamento poderia ser compilada uma espécie de “teologia das coisas”:³ Os atos mais comuns da vida, tais como beber e comer, eram santificados por fazerem parte do plano divino, sendo na verdade quase divinos. Nos primeiros dias da história sagrada do povo escolhido, Melquisedeque, aquela figura grandemente misteriosa, o rei e “sacerdote do Altíssimo” em quem o Salmo 109 deveria ver uma prefiguração do Messias, ofereceu a Abraão pão e vinho;⁴ esse mesmo pão e vinho (a forma mais comum de alimento e bebida) que Cristo transformaria em símbolos da Eucaristia, o mais sagrado dos símbolos.

Em Israel, então, tudo o que era útil na vida comum do homem, tudo o que ajudasse a mantê-lo abrigado e alimentado, era considerado santo. A própria comida era santa, e a Lei exigia que o homem orasse cada vez que comesse⁵ — um costume piedoso obedecido pelo Senhor, ao dar graças depois de suas refeições. Os rabinos afirmavam que comer sem orar era o mesmo que maldizer a refeição.⁶ Nossa oração de agradecimento é uma lembrança desse costume. A morada do homem era também consagrada, pois Deuteronômio afirmou: “Farás para ti boas casas onde habitar... mas cuidado para que não se eleve o teu coração e te esqueças do Senhor teu Deus”. Em dois pontos as Escrituras exigem que as palavras santas sejam escritas “nos umbrais de tua casa, e nas tuas portas”,⁷ e de fato todas as casas judias possuíam, e ainda possuem no estado de

Israel, uma pequena caixa cilíndrica, o *mezuzah*,⁸ contendo os mandamentos de Deus, fixada do lado direito da porta. As roupas eram também consagradas, pois no mesmo texto a Lei dizia que os mandamentos deviam ser atados “como sinal na tua mão”, cuja regra fez surgir os filactérios em que eram guardadas as palavras de Deus; e o uso do *tzitzith*, a veste franjada — pois as franjas eram necessárias e sem elas o *talith*, o xale colocado sobre a cabeça ao orar, não tinha função.⁹

O judeu piedoso reconhecia a mão de Deus em todas as coisas de que necessitava para a vida diária; sendo, portanto, permitido pedir por elas. A oração de súplica era então antiquíssima. “O pão de cada dia dá-nos hoje,” disse Jesus na mais sublime das orações, sendo esta frase quase idêntica a um versículo no livro de Provérbios.¹⁰ Um grande número de orações dos letrados de Israel, encontradas no Talmude, particularmente no tratado *Berakoth*, contém a tocante petição: “Senhor, dá-nos aquilo de que necessitamos”. Os rabinos não reduziam a oração ao pedido direto de objetos materiais; eles estavam perfeitamente cômicos de que a oração deveria elevar o homem acima de si mesmo, dirigir sua vida para o seu verdadeiro alvo, fazê-lo entrar num relacionamento de amor com Deus e de modo geral fazer com que sua alma superasse tudo aquilo que é terreno e material. Não devemos, porém, esquecer, ao refletir sobre a vida diária dos judeus, que até mesmo esses aspectos materiais tinham sido abençoados por Deus.

“... O PÃO NOSSO DE CADA DIA”

Não é difícil formar uma ideia a respeito de como os judeus comiam na época de Cristo. Basta abrir a Bíblia para descobrir que tanto o Antigo como o Novo Testamentos estão cheios de referências a alimento, bebidas, cozinha e refeições. Em suas parábolas, o Senhor aludiu com frequência a coisas relacionadas com o ato de comer e beber e a costumes usados à mesa. Toda esta informação contida nas Escrituras pode ser confirmada e ampliada mediante o estudo dos recursos atuais do país, sua flora e fauna, embora seja preciso cuidado para não cair no anacronismo de julgar que há dois mil anos existiam na Palestina coisas como tomates, milho, girassóis, maçãs, peras e bananas; pois estes, como a galinha-de-angola e o peru, foram introduzidos recentemente.¹¹

De modo geral, os israelitas dos dias de Cristo comiam frugalmente, como o faz a maioria das nações do oriente até hoje. O pão era o alimento essencial, básico: “comer pão” em hebraico significava “fazer uma refeição”, exatamente da mesma maneira que na *Ilíada* e na *Odisséia*, Homero chama o “homem” de

“comedor de pão”. O pão devia ser então tratado com respeito: era proibido colocar carne crua sobre um pedaço de pão, ou um jarro de água ou um prato quente, sendo também proibido jogar fora as migalhas; que se fossem “do tamanho de uma azeitona deviam ser recolhidas. E o pão não devia ser cortado, mas partido.”¹²

Os pobres comiam pão de cevada, os ricos de trigo.¹³ O grão era moído entre duas mós, quase sempre pelas mulheres, e em casa. A moagem cuidadosa produzia a farinha fina usada para bolos e certos fins litúrgicos. A massa era trabalhada em amassadeiras, e esses objetos caseiros já são citados no livro de Êxodo.¹⁴ A seguir, exceto quando faziam pães asmos para a Páscoa, o fermento era acrescentado à massa a fim de fazê-la crescer: era importante que o fermento fosse fresco, de ação rápida, e não fermento azedo como o dos fariseus, na linguagem figurada do Senhor.¹⁵ A fim de fazer crescer o pesado pão de cevada, as mulheres empregavam o painço forte ou “milho miúdo” e fermento de cevada, mas um mínimo de fermento de trigo era suficiente para fazer com que a massa do gostoso pilo branco enchesse a vasilha da noite para o dia. Os pães tinham no geral a forma redonda, sendo portanto comum pedir “uma roda de pão” ou apenas “uma roda”. A seguir o levavam ao forno, aquele forno pequeno e caseiro mencionado em Levítico¹⁶ e que pode ainda ser visto na Palestina. Era colocado diretamente sobre as brasas, cuidando com que não assasse demais nem de menos. Mas por maior que fosse o cuidado, o pão embolorava rapidamente, em especial no verão, e tinha de ser feito de novo cada dois ou três dias.

Os cereais eram também empregados de outras formas. A Bíblia se refere repetidamente a grãos torrados:¹⁷ estes eram comidos em tempo de guerra ou durante as viagens ou na época da colheita, sendo também servido para acompanhar a carne, como acontece hoje com o milho. Moído ligeiramente podia ser transformado numa espécie de mingau entre a *polenta* italiana, o *couscous* dos árabes e aquele prato do Franche-Comté chamado *gaudes*. As mulheres faziam bolos, bolos grandes com a melhor farinha, bem amassados com óleo e aromatizados com hortelã, cominho, canela e, como veremos, gafanhotos. Havia também doces parecidos com rosquinhas de mel fritas numa panela, como as que são servidas em todo o Oriente Próximo a fim de agradar o paladar doentio dos ocidentais. Nos banquetes essas guloseimas eram feitas em forma de animais ou palácios por meio de uma técnica que os hebreus devem ter aprendido com os egípcios.¹⁸ Eles também já sabiam como fazer amido, misturando-o com mel e aromatizando-o com perfume de rosa, jasmim ou pistácia, preparando um bombom quase igual ao que conhecemos hoje sob o nome de delícia turca.

Seria a Palestina a terra onde mana leite e mel da antiga frase poética?¹⁹ Tanto o primeiro como o último eram muito apreciados pelos hebreus peregrinos de outrora, e continuavam sendo muito usados entre os judeus. O leite de vaca era raro, e de qualquer modo não era tão apreciado como o de ovelha ou de cabra. Ele talhava rapidamente por causa do calor, mas esse “leite endurecido” era comido. Eles compreendiam que “o bater do leite produz manteiga” segundo as palavras em Provérbios (acrescentando muito estranhamente que o bater do nariz também produz sangue).²⁰ No campo ela era feita num saco de peles, suspenso por três varas e batido com força. Faziam também queijo e o Tiropeom,²¹ o “vale dos queijeiros”, em Jerusalém, talvez devesse o seu nome a um antigo fazedor de queijos.

O mel tinha ainda maior aplicação do que o leite, sendo na verdade quase indispensável, pois naquela época não se conhecia o açúcar de cana. A Terra Santa produzia muito mel em tal quantidade que parte dele era exportado. Mas não se tratava apenas do mel de abelhas domésticas ou selvagens, mel perfumado extraído de árvore ocas ou rochas: o suco engrossado de uvas e tâmaras passava também por mel. Os judeus apreciavam a todos. O “suco do favo”, isto é, o mel virgem não espremido, fazia as delícias das crianças. Tudo o que era chamado mel tinha aplicação na cozinha dos confeitores, e as virtudes medicinais do verdadeiro mel, louvado na Bíblia,²² eram conhecidas pela medicina.

Mas, por outro lado, raramente se comiam ovos. O Antigo Testamento não os menciona sequer uma vez e no Novo, Lucas (e não Mateus) mostra nosso Senhor aplicando à palavra.²³ Como sabemos agora, Lucas pertencia à Diáspora, e não à Palestina. As aves domésticas só foram introduzidas na Palestina depois do exílio e os ovos de galinha (que os romanos sabiam preparar de tantas maneiras diferentes) só seriam encontrados na mesa dos abastados.

A dieta do povo comum incluía certamente uma grande variedade de vegetais. Feijões e lentilhas ocupavam o primeiro lugar na lista (o famoso prato de lentilhas de Esaú mostra como era antigo o seu uso); havia também pepinos, tão apreciados que seu cultivo ocupava campos inteiros — que precisavam ser muito bem vigiados pois esse vegetal era também um prato favorito dos chacais;²⁴ as cebolas, que o Povo Escolhido viera a conhecer no Egito e de que sentiram tanta falta durante o Êxodo;²⁵ eles agora faziam uso delas em quantidades imensas, como se ganhando o tempo perdido; e então, como verdura verde, havia a alface e a chicória, que comiam como salada ou cozida. Havia outrossim certas raízes, não muito diferentes da barba-de-bode e da alcachofra, e outras, que não usamos de modo algum, produzidas por certas espécies de íris.

Comiam pouquíssima carne. Considerada como comida de luxo, os ricos a

comiam à vontade, parte para exibirem-se, parte por gostarem dela. Os mais pobres jamais matavam um animal para comê-lo; mas quando havia, o novilho cevado, o novilho cevado proverbial da parábola, era uma vítima das mais adequadas, embora no geral um cabrito ou um cordeiro tomassem seu lugar. O animal era geralmente assado num fogo de lenha, como no *méchoui* dos árabes; mas havia também pratos feitos com lentilhas e carne de carneiro entre outros, o conhecido cozido. As galinhas não eram comuns, mas os pombos podiam ser obtidos a baixo preço. A caça era muito procurada e todos os reis, de Salomão a Herodes, tinham sido grandes comedores de caça. Os veados e as gazelas eram os pratos verdadeiramente reais; mas a perdiz e a codorniz também faziam parte dos preferidos, como também nossos ancestrais não desprezavam aquela ave elegante, o pavão indiano, considerado como um fino acepipe.

Para o povo comum, porém, o peixe era mais importante do que a carne: pão e peixe, uma refeição muito comum. Isto fica evidente nas palavras do Senhor: “Qual dentre vós é o homem que, se porventura, o filho lhe pedir pão, lhe dará pedra? Ou se lhe pedir um peixe, lhe dará uma cobra”?²⁶ No dia do milagre da multiplicação dos pães, as únicas provisões que os discípulos encontraram entre o povo foram peixes, “alguns peixinhos”, provavelmente secos. E o Cristo ressurreto, para mostrar aos discípulos que não era uma ilusão, comeu peixe com eles, assado sobre brasas.²⁷ O tratado *Berakoth* afirma que o peixe torna o homem fecundo. O Mar da Galileia possuía grande quantidade de peixes e muitos pescadores viviam também nas costas do Mediterrâneo. Como os peixes se estragavam facilmente, eles os salgavam. Em Magdala o povo preparava com eles os famosos *muries*, um prato feito com peixe salgado, cujo renome chegou até Roma. O consumo de peixe era aparentemente tão grande que chegavam a importá-lo: o tratado *Shabbath* fala de arenques salgados e do “atum espanhol”, que não podiam ser colocados para dessalgar na água morna no dia santo de descanso.²⁸

Um dos alimentos mais surpreendentes era o gafanhoto, muito embora seja difícil entender porque isto deveria espantar alguém que aprecia as rãs e os caracóis da cozinha francesa. Todos sabem que João Batista se sustentou no deserto com gafanhotos e mel selvagem.²⁹ Mas ele não foi o único a apreciar essa iguaria. O tratado *Tannith* chega ao ponto de afirmar que existem oitocentas espécies de gafanhotos comestíveis, todos pertencentes à raça migratória;³⁰ mas não especifica o nome deles. Em todo caso, havia quatro em uso corrente. Algumas vezes eram cozidos rapidamente em água salgada, apresentando então um sabor parecido ao do camarão e alguns mostravam até a cor deste. Outras vezes retiravam a cabeça e a cauda do gafanhoto e punham-no ao sol para secar.

Uma vez secos, colocavam-nos em recipientes com mel ou vinagre, ou então os moíam até o ponto de pó. Este pó de gafanhoto, de sabor bastante amargo, era misturado com farinha de trigo para fazer um tipo de biscoito muito apreciado, parecido com aquele que os cozinheiros chineses produzem com o nome de “pão de camarão”.

Toda a culinária deles evidentemente tinha como base o óleo: sendo a manteiga uma rara exceção. A Palestina possuía grande número de oliveiras, tantas que o seu óleo excelente, de sabor forte, era exportado. As azeitonas eram comidas, seja em salmoura ou em óleo, como as vemos hoje. O óleo era produzido numa pequena prensa caseira, mas existiam empreendimentos maiores, verdadeiros moinhos, em que homens ou jumentos giravam um rebolo vertical dentro de um tanque. As qualidades de óleo eram várias; o melhor, o óleo virgem, eles usavam para fins litúrgicos e para as massas mais delicadas. Como poderiam os homens ter vivido sem óleo? Ele não só se usava na cozinha, como também na farmácia e na medicina. Não é de surpreender que pelo menos trinta passagens bíblicas o exponham como um símbolo de força e saúde.

Por último, as frutas mantinham uma posição importante na alimentação do povo. Eles comiam muito melão, figo, tanto os comuns como os do tipo sicônio, e romã, também apreciavam as nozes, amêndoas e pistache que eram abertos e levemente torrados; como é natural, a amora preta crescia nas cercas. As tâmaras, principalmente as produzidas em Jerico eram tidas em alta estima. Algumas frutas eram secas e comprimidas em bolos; talvez os damascos, mas com certeza os figos, pois a expressão “bolo de figos” é encontrada várias vezes na Bíblia. As frutas secas da Palestina eram vendidas até em Roma.

Não é fácil, infelizmente, descobrir muito a respeito da maneira como os judeus de há dois mil anos cozinavam. Livros de arte culinária das donas-de-casa egípcias e hetéias foram encontrados, mas nenhuma israelita *cordón bleu* nos legou os seus segredos. Além de carnes assadas no espeto e cozidos, como aquele pelo qual Esaú vendeu seu direito de primogenitura, eles faziam fricassés “à la mode d’Ascalon”, isto é, provavelmente com cebolas; peixe recheado e molhos de vinho e mel. Uma coisa é certa, eles gostavam de muito tempero na comida. Não só usavam sal (o qual vinha, muito apropriadamente de Sodoma, do lado sudoeste do Mar Morto, onde até recentemente os depósitos de Jebel Usdum continuavam sendo explorados), mas também diversos outros condimentos: mostarda, alcaparra, cominho, arruda, açafão, coentro, hortelã, endro e *jeezer*, uma espécie de alecrim selvagem. Todos estavam em uso constante, assim como o alho, as cebolas e os “shallots” (uma variedade de cebola). A pimenta era escassa e cara: vinha da Índia distante, trazida pelas caravanas. A “cássia perfumada” do Apocalipse³¹ era provavelmente a canela,

uma especiaria também trazida de longe, de Ceilão ou da China, e fica claro na Bíblia que ela era objeto de frequente especulação.

Seria surpreendente se a religião, que fazia parte de todas as outras atividades judaicas, não interferisse de forma alguma na arte culinária. Em separado da obrigação de dar o dízimo da coisa mais insignificante que fizesse parte de qualquer refeição, para que os sacerdotes do Altíssimo tivessem a parte que lhes era devida, havia um grande número de regras que controlavam o preparo dos vários pratos. O cordeiro, por exemplo, precisava ser grelhado sobre lenha de videira. O *Halmé*, um tipo de pickles aromático, usado para a preservação do peixe, era tão cuidadosamente regulado que todo um parágrafo do capítulo 14 do tratado *Shabbath* foi-lhe dedicado. Mas, acima de tudo, estavam as leis que tratavam do que podia ou não ser comido, e era excessivamente perigoso desobedecê-las. A carne de porco estava absolutamente proibida: a Bíblia repetia isto quatro vezes.³² A lebre também se encontrava na lista dos animais impuros,³³ o que era uma grande pena, pois sua carne tinha um sabor muito bom. Os rabinos não concordavam com relação ao camelo, e alguns proibiam o seu leite como sendo impuro. Havia uma proibição muito rigorosa contra o comer carne de qualquer animal, mesmo quando morto durante uma caçada, que não fosse sangrado, “porquanto a vida de toda a carne é o seu sangue.”³⁴ Ele é a alma da carne e seria terrível engolir a alma de um animal. Esta a razão da existência dos açougues “kosher” que ainda podem ser encontrados em qualquer comunidade judia. James Frazer naturalmente considerou isto como um tabu antigo que sobrevivera de períodos remotíssimos. E seja como for, aceita-se geralmente que o autor do livro *Golden Bough* estivesse certo quando disse que outra conhecida proibição bíblica, que afirma em três lugares diferentes: “Não cozerás o cabrito no leite da sua própria mãe”,³⁵ era um tabu que subsistira; a não ser que se tratasse de uma precaução para que o leite da cabra não seque no caso de desmamarem o cabrito cedo demais, ou mesmo de uma objeção sentimental.

“VINUM LAETIFICAT COR HOMINIS”

Um outro assunto sobre o qual a Lei tinha muito a dizer era a bebida. Havia certamente outras bebidas além do vinho para saciar a sede. Uma delas era a água pura das fontes e poços, tão gostosa nos dias de calor depois de um passeio demorado; ou o leite, o vinagre bem diluído com água (a *posca* dos romanos), o suco de romã ou de tâmaras meio fermentado, ou a *shechar*, uma espécie de cerveja leve feita de cevada e painço, semelhante à *cervisia* latina. A fim de

surpreender os hóspedes, os que eram muito ricos ofereciam-lhes cerveja da Média. Mas nenhuma dessas bebidas podia comparar-se ao vinho que superava a todas.

Não existe qualquer dúvida que o vinho fazia parte do esquema religioso do mundo: todos sabiam que fora o próprio Deus quem ensinara Noé a fabricá-lo. A Palestina se orgulhava de produzir grande quantidade de vinho da melhor qualidade, e circulavam histórias populares a respeito do vinho (o tratado *Kethuboth* preservou algumas) como as de Tartarin de Tarascon: “Quanto a mim,” disse um homem, “cada um de meus cachos produz um barril inteiro”. “De minha parte,” respondeu o outro, “fiz tanto vinho que você pode andar vários estádios num mar de vinho que chega até os seus tornozelos.” Além disso, a Bíblia (que fala de vinho 141 vezes) referiu-se ao suco da uva nos termos mais cordiais. O famoso “vinum laetificat cor hominis” está no versículo 15 do Salmo 103. Mas o autor de Eclesiástico mostrou-se ainda mais entusiasmado, ao dizer que o vinho era a vida do homem, e perguntar que tipo de vida teríamos sem ele.³⁶ Por esta razão Provérbios disse que deveríamos dar “vinho ao amargurado de espírito”.³⁷ Desde que o vinho era o símbolo de Israel e que uma videira dourada podia ser vista no Templo, não seria o vinho uma bebida sagrada? Ele tinha, portanto, as suas leis rituais. Como a carne, precisava ser “kosher” (preparado de acordo com os preceitos judaicos) e feito inteiramente por mãos judias. Quando Jesus falou de si mesmo como sendo a videira, e quando consagrou o vinho a ponto de dizer, “Este é o meu sangue”, ele estava falando como um filho de Israel, inteiramente envolvido na tradição do seu povo.

O vinho que bebiam era com certeza o vermelho: o Antigo Testamento fala repetidamente dessa cor em relação ao vinho,³⁸ e não existe qualquer menção ao tipo branco. Alguns tipos eram melhores do que outros, e o relato das bodas de Caná no evangelho mostra que o melhor foi servido no início da refeição e o inferior mais tarde, depois dos hóspedes já terem bebido bastante. Em termos gerais, era um vinho vermelho-escuro denso, rico em álcool e tanino, sendo bebido em mistura com água, e não puro. Os judeus estavam familiarizados com a prática da mistura, isto é, melhorar um vinho fraco pela adição de outro mais agradável. Eles guardavam o vinho em jarras grandes e altas ou em frascos de pele: as peles eram de pelo de cabra muito bem curtido e tinham rolhas de madeira. Os melhores odres eram obtidos em Hebrom e com eles não se corria o risco do vinho novo rebentar o recipiente e derramar-se durante a fermentação.³⁹

Eles sempre filtravam o vinho antes de bebê-lo: o rabino Eliezer afirmava que a filtragem podia ser feita até no sábado, mas outros eruditos insistiam em que a lei seria então infringida e o descanso quebrado, a não ser que o filtro fosse colocado sobre a vasilha no dia anterior. Os gregos e romanos tinham um

sistema de perfumar o seu vinho com tomilho, canela, rosas e flores de jasmim; este hábito se difundira entre as classes mais ricas na Palestina, mas o povo comum preferia bebê-lo em seu estado natural. Os rabinos admitiam o preparo do vinho adoçado com mel no sábado, o que mostra que a bebida doce era bastante comum.

Eles bebiam o vinho em cálices de metal ou canecas de cerâmica, pois embora o vidro já fosse conhecido, ele era raro e dispendioso. Os Cantares de Salomão afirmam que essas taças — tinham a forma do “umbigo de uma jovem”⁴⁰, o que talvez não seja muito exato. Algumas podem ser vistas nas moedas dos asmoneus, e quase todas têm cabo. Embora nada pudesse ser mais apreciado pelo homem do que o vinho, “bebido com moderação” como diz Eclesiástico, os judeus sabiam perfeitamente que ele podia ser também muito perigoso; e Javé tinha conhecimento de quanto bebiam quando havia uma celebração. Em aramaico, a linguagem do povo, o termo usado para o casamento era *mistitha*, farra ou bebedeira. A Bíblia está portanto repleta de advertências, e na mesma passagem de Eclesiástico que louva tanto o vinho lemos também isto: “Nunca desafie um beerrão para beber, o vinho tem sido a ruína de muitos... Para o bêbado, a vida não é vida; o vinho é morte, quando priva assim o homem da vida... O vinho bebido em excesso produz raiva, discussões e calamidades; ele é o veneno da vida do homem.” O capítulo 23 de Provérbios mostra as desvantagens da bebida na pessoa de um bêbado de olhos vermelhos brigando com os vizinhos, com a mente confusa, o andar vacilante e ele mesmo tão indefeso quanto “aquele que se deita no meio do mar”. Existem cerca de vinte outras passagens igualmente categóricas na Bíblia. Em todo caso, o israelita só precisava lembrar-se de Noé, Baltazar e Holofernes para compreender como o delicioso vinho podia ser traiçoeiro. Um fragmento de literatura judaica apócrifa do primeiro século antes de Cristo, o *Testamento dos Doze Patriarcas*, diz muito apropriadamente: “O espírito da prostituição tem o vinho como servo”, e prostituição aqui não tem apenas o seu sentido literal direto mas também a ideia figurada de apostasia... Por todas essas razões os juízes que deviam julgar um caso ficavam proibidos de beber, assim como os sacerdotes oficiantes e os nazireus⁴¹ — os que se achavam sob votos particulares. Havia até mesmo abstêmios que jamais tocavam vinho: os descendentes daqueles recabitas selvagens, nômades, dos tempos de Jeremias; embora não fossem muitos.

REFEIÇÕES

Os judeus gostavam de comer ao ar livre e com frequência tomavam as refeições no pátio; mas no inverno tinham de permanecer no interior da casa, geralmente

num aposento grande que era também a cozinha. Apenas os abastados, que construíam suas casas no estilo romano, possuíam um *triclinium*, uma sala-de-jantar. A mesa e as cadeiras no geral eram colocadas de novo a cada refeição: aqueles “jogos fixos de sala-de-jantar” que podem ser vistos em Pompéia, seja nas casas ou num canto abrigado do lado externo, não foram encontrados na Palestina.

O horário das refeições era bem menos rígido do que na Inglaterra ou na França — mais como o da Espanha ou Sicília. “Coma quando tiver fome, beba quando tiver sede”, dizia o tratado *Berakoth*. A grande maioria do povo só fazia duas refeições por dia; a primeira muito cedo, antes de sair para o trabalho, e a outra quando terminava, ao anoitecer; ao meio-dia faziam um simples lanche e depois dormiam a sesta: este é o ritmo seguido atualmente por muitos americanos. No sábado a refeição do meio-dia era maior; e em termos gerais os que não eram trabalhadores braçais comiam mais no almoço do que os outros. Os rabinos tinham um ditado dizendo que comer muito ao meio-dia era “lançar uma pedra dentro de um frasco de vinho”; e existia o provérbio: “Se almoçou muito cedo, sessenta corredores não serão capazes de alcançá-lo”.

Homens de todas as nações e em todas as épocas convidaram seus amigos para comer com eles — a mesa é um lugar de reunião de amigos. Os judeus eram muito generosos em seus convites: Abraão não convidara o próprio Deus para comer com ele em Manre?⁴² Os convites no geral eram marcados para a noite, a fim de terem mais tempo, particularmente para a noite de sexta-feira, no início do sábado; mas às vezes os convites eram para o desjejum. Os evangelhos nos mostram exemplos repetidos de convites feitos ao Senhor a fim de que comparecesse a uma refeição: a casa do fariseu; a de Zaqueu, o publicano; a casa muito estimada de Lázaro, Marta e Maria; nós o vemos também, depois da ressurreição, sentado à mesa com os discípulos em Emaús.

Quando se realizava um banquete particularmente importante, um casamento por exemplo, ou uma circuncisão, os convites eram enviados através de escravos ou empregados, como vemos na parábola da festa do casamento,⁴³ e era essencial usar roupas cerimoniais nessas ocasiões⁴⁴ — trajes de noite, como diríamos hoje. O anfitrião recebia os convidados, dando-lhes o beijo da paz⁴⁵ e providenciando para que seus pés fossem lavados, como se tivessem vindo de muito longe até ali.⁴⁶ O convidado, por sua vez, devia lavar as mãos⁴⁷ — ou seja, uma delas, a mão direita, que era usada para comer. Alguns chegavam a ponto de tomar um banho completo antes de sentar-se; isto era costume entre os essênios⁴⁸ e aqueles indivíduos rigorosos que podiam ser vistos em todo o país e que viviam à maneira dos essênios. Aquele fariseu que, tendo convidado Jesus, ficou surpreso porque ele não realizou as abluções cerimoniais,⁴⁹ talvez fosse um deles. Nas

grandes festas era costume derramar óleo perfumado sobre a cabeça dos hóspedes importantes: cujo costume remontava à antiguidade; o evangelho o menciona diversas vezes.⁵⁰ Os hóspedes também recebiam grinaldas em certas ocasiões, mas esta era na verdade uma prática pagã, mais adequada a uma orgia romana, e os doutores da Lei a condenavam. Toda refeição, por mais humilde que fosse, jamais começava sem oração. “O homem que come sem ter abençoado seu alimento”, diziam os rabinos, “profana uma coisa santa”.

Ninguém comia em pé. Nossos jantares americanos o *zakouskis* russo e o *smörgasbord escandinavo*, teriam parecido repugnantes e absurdos para o judeu. “Comer ou beber em pé perturba todo o corpo do homem”, diziam os letrados.⁵¹ Em tempos anteriores fora costume comer sentado em uma cadeira ou no chão, com as pernas cruzadas: “Assentaram-se, pois, e comeram ambos juntos”, como diz a Bíblia tantas vezes.⁵² Mas mesmo nos círculos mais fechados do Povo Escolhido, o hábito greco-romano de comer estendido num divã ou canapé provido de almofadas já se tornara geral; o próprio Jesus deve ter tomado muitas refeições dessa maneira, pois de outra forma como a “pecadora” poderia ter derramado o unguento em seus pés e os secado com seus cabelos, ou João pode ter sentado “reclinando-se sobre o peito de Jesus”?⁵³ A maneira correta era apoiar-se no cotovelo esquerdo e usar a mão direita para comer.⁵⁴

A precedência era rigorosamente observada à mesa, e em vários lugares o evangelho mostra que os judeus eram meticolosos nesses assuntos: se alguém ocupasse um lugar superior ao que merecia, o dono da casa logo lhe pedia que mudasse para outro mais abaixo. A mesa mais importante ficava no centro, de frente para o espaço vazio reservado para os empregados. Ela nunca era ocupada por mais de três pessoas, e o lugar de honra ficava na “parte superior” da mesa, isto é, à direita do anfitrião, que se reclinava no centro. As mesas laterais, ocupadas às vezes por seis ou sete hóspedes, tinham menor importância.⁵⁵

Durante a refeição os hóspedes deviam comportar-se com decência. Há uma passagem muito explícita sobre etiqueta: “Quando te sentares à mesa de um homem rico, não te apresses a fazer comentários; é errado exclamar: Eis aqui uma mesa bem posta! Esteja certo que um olhar cobiçoso não te fará bem algum... come pouco das iguarias à tua frente e não cortejes o infortúnio pela tua gula. Como regra de etiqueta pare logo de comer, a fim de que tua voracidade não provoque ofensa. Quando estiverem muitos à mesa, não te apresses em estender a mão, nem em pedir vinho.” Fica patente que Jesus, o filho de Siraque, possuía grande sabedoria; e em seus excelentes conselhos ele adotava a linguagem clara até o extremo, pois acrescenta: “Embora tenhas sido constringido a comer além do teu desejo, basta que saias da mesa e vomites e encontrarás alívio, nem serás também prejudicado fisicamente.”⁵⁶

O próprio dono da casa servia os hóspedes, cada um por sua vez, escolhendo as porções de acordo com a posição de cada um. Vemos assim na Última Ceia Jesus molhando um pedaço de pão e dando-o a Judas.⁵⁷ Quem quer que tenha visitado os países maometanos está familiarizado com a honra algo deprimente de ser-lhe ofertado um rim, pingando gordura, ou mesmo um olho, que devem ser aceitos para que o anfitrião não se sinta mortalmente ofendido. Nas refeições comuns permitia-se que os hóspedes enfiassem a mão no prato, mas nunca ao mesmo tempo que outro, isso seria excessivamente rude, como Eclesiástico já indicara. Na atualidade, os árabes acreditam que isto traz má sorte.

Os talheres devem ter sido muito rudimentares entre os pobres. A Bíblia contém pouquíssima informação a esse respeito. Ela menciona a palavra *faca* uma vez, mas não fala de colheres, nem de garfos, que só se tornaram conhecidos no ocidente, e mesmo isso só depois da Renascença. Uma espécie de cuba larga e achatada, feita de metal estanhado servia de prato — metal em vista da impureza ritual da cerâmica, ou então um bolo achatado ou pão amanhecido. As coisas eram muito mais luxuosas entre os ricos e poderosos: eles tinham toalhas nas mesas, pratos de ouro e prata, facas de vários tamanhos, colheres de marfim ou de madeira rara e decorada, como as que os egípcios usavam para os cosméticos, ou colheres mais simples feitas de ossos ou terracota. Havia algumas com extremidades pontudas, especiais para comer ovos ou moluscos. Os romanos introduziram também o uso de conchas, *trullae*, para servir molhos, poupando aos hóspedes o trabalho de molhar o pão no prato principal. Resta agora saber como a refeição era apresentada. Entre as pobres ela ficava reduzida aos termos mais simples — pão de cevada, azeitonas, frutas e moluscos, sem qualquer outro tempero além do sal. Lemos no tratado *Berakoth* a respeito de um pobre homem que, chegando em casa depois do trabalho, não comeu nada além de pão e sal. É verdade que na mesma parte do Talmude descobrimos que então, como agora, havia homens e mulheres que para não engordar e manter-se sadios se limitavam a tomar água e comer pão seco de manhã. O peixe era também comum nas dietas menos restritas mas ainda modestas, e deve ter sido um prato habitual nas refeições do Senhor. Numa família de renda moderada a refeição comum teria consistido de peixe ou cabrito, vegetais (principalmente cebolas) e bolos, com o vinho local para ajudar a descer a comida.

Mas havia também festas e banquetes. Os judeus os apreciavam muito, considerando-os como o melhor meio de fortalecer os laços familiares e o sentido de comunidade. As Escrituras Sagradas, portanto, contêm muitos relatos de banquetes cerimoniais em honra de uma amizade ou aliança. Não foi também por acaso que Jesus fez uso da ilustração de um banquete para dar uma ideia da fraternidade que os justos irão gozar no céu.⁵⁸ “Abençoados os que tomarem

lugar à mesa no reino de Deus”, disse Ele. E foi durante um banquete que ele entregou a seu povo o supremo penhor, a mais sublime de todas as mensagens, instituindo a Eucaristia. Uma festa também, imitando a Última Ceia, constituía a essência dos ágapes dos primeiros cristãos, aquelas reuniões de amor fraternal constantemente mencionadas na literatura da igreja primitiva, sobre os quais Paulo deu aos fiéis excelentes conselhos.⁵⁹

Algumas festas eram sem dúvida obrigatórias segundo a Lei, que estabelecia os seus mínimos detalhes, como a da Páscoa, por exemplo.⁶⁰ Mas nem todos os banquetes tinham um caráter assim religioso ou solene: os oferecidos por ocasião de um casamento ou da circuncisão do primogênito seriam evidentemente muito mais animados e alegres. Eles duravam bastante tempo, pelo menos cinco a seis horas, sendo animados com música, canções e danças. “Músicas e vinho, cabúnculo engastado em ouro, música e vinho, anel-sinete de ouro e esmeralda, seja então o vinho de qualidade”, disse Ben Sirach: Nada havia de surpreendente no fato de Salomé dançar no banquete em que foi decidida a morte de João Batista: sempre houve dançarinas nas festas mais esplêndidas.

O povo comia muito nessas festas excessivamente. Onde quer que fossem, os romanos se faziam acompanhar de sua extraordinária gulodice,⁶¹ e não há nada de improvável nos “rins de boi, arganazes e rouxinóis picados, servidos com folhas de parreira” que Flaubert faz Herodes Antipas oferecer a Vitélio em *Herodias*. Na verdade, se os hóspedes do tetrarca só comessem isso, eles com certeza se julgariam mal servidos. Trimalchio, na *Saturnalia*⁶² de Macrobius fez coisa muito melhor com seus ovos malcozidos recheados com hortulanas, seus camarões, suas vulvas de leitões novas, sua carne assada na brasa, suas lebres preparadas de modo a assemelhar-se a Pégaso e seus bacorinhos inteiros com a barriga estufada de chouriço. Como é natural, não se pode afirmar que todo judeu endinheirado se abandonasse a fantasias gastronômicas como essa; mas é certo pela evidência indiscutível da Bíblia,⁶³ que eles se deliciavam com “a gordura da cauda do carneiro”, embora isto não impressione tanto quanto deveria, pois as caudas em questão eram aquelas prodigiosamente grandes das ovelhas de cauda gorda, tão pesadas que uma espécie de balde ou recipiente com rodas era encaixado nelas para não perder a preciosa gordura. O capítulo cinco do tratado *Sabbath* afirma ser proibido deixar sair os carneiros “com o pequeno carro” no dia de descanso.

Os prazeres da mesa não eram então desconhecidos dos judeus. Mas também nesse ponto a Lei se fazia ouvir e os rabinos comentavam frequentemente sobre os seus sábios conselhos de moderação. Lemos no tratado *Gittin*: “Existem oito

coisas em que o excesso é prejudicial e em que deve ser observada moderação: viagens; relações sexuais; riqueza; trabalho; comida e bebida; sono; banhos quentes e sangrias”. Os banquetes muito longos, com excesso de comida e bebida degeneravam em orgias, como todos sabiam; além disso, ficara a memória daquele banquete suntuoso que seus ancestrais tinham realizado em honra do Bezorro de Ouro, cuja festa não podia ter tido um final pior. Seria muito mais prudente ouvir mais uma vez o conselho do sábio Ben Sirach: “Não coma toda carne sobre a qual seus olhos pousem; o muito comer traz doença, a gula produz fel, e muitos morreram de indigestão... As noites em claro são um resultado dos excessos, do fel e de dores agudas.”⁶⁴ Sendo estas palavras um ótimo final.

“A CAPA E A TÚNICA”

Nós nos lembramos das palavras de Cristo: “Ao que tirar a tua capa, deixa-o levar também a túnica”.⁶⁵ Sem considerar a interpretação do mistério deste preceito e a análise das excelentes razões encontradas pelos homens para não segui-lo, vamos observar, de um ponto de vista estritamente pragmático, que na época de Cristo o casaco (ou túnica) e a capa parecem ter sido duas peças essenciais do vestuário.

Mas, como eram elas realmente? Qual a sua forma? Outras peças eram usadas com elas? Essas são perguntas difíceis de responder. O tecido é uma das coisas mais perecíveis e os arqueólogos quase nunca descobrem quaisquer traços dele. Como os judeus também jamais reproduziram a figura humana, não temos nada que se compare aos afrescos egípcios dos túmulos dos Faraós, que proporcionaram informações tão valiosas sobre os costumes desse país. Ao tentar obter uma ideia de como os contemporâneos de Cristo se vestiam, tivemos finalmente de levar em consideração duas tendências opostas, o forte conservantismo do Povo Escolhido de um lado, que se tornava ainda mais forte pelo caráter religioso que certas peças poderiam possuir,⁶⁶ e de outro lado as influências estrangeiras que se faziam sentir, especialmente as gregas e romanas. Em todo caso, todos os arqueólogos concordam⁶⁷ que as roupas “orientais” com que o século dezenove vestiu as figuras do evangelho, roupas baseadas nos modelos árabes ou beduínos, não podiam de forma alguma estar corretas. Jesus e seus apóstolos não usavam o albornoz ou a “gandoura”.

Nos primeiros tempos, quando a nação que deveria transformar-se no Povo Escolhido ainda peregrinava numa vida nômade na baixa Caldéia, e mesmo depois, quando já instalados na terra de Gósen eles trabalharam tão duramente para o Faraó até serem libertados por Moisés, eles deveriam ter usado

habitualmente a tanga que vemos nas esculturas e pinturas que chegaram até nós da Mesopotâmia e do Egito. Há pouco tempo atrás ainda havia tribos semíticas na Síria que usavam uma saia curta com padrões coloridos. Na Israel dos dias de Cristo uma relíquia da antiga tanga sobreviveu: era o *saq*, traduzido algumas vezes como “saco” o que provocou confusão. Feito de linho era a roupa de baixo do povo comum, provavelmente aquela conservada por Jesus quando lavou os pés dos discípulos, como um servo.⁶⁸ Nos dias de luto e arrependimento, os homens e mulheres usavam uma peça feita de um tecido muito grosseiro, um verdadeiro pano de saco; os mais zelosos colocavam-no junto à pele, como uma espécie de camiseta. Os profetas haviam usado anteriormente o *saq* como um sinal de protesto contra o luxo. No livro de Apocalipse lemos que pouco antes do Dia do Juízo Deus diz que dará às suas “duas testemunhas que profetizem por mil e sessenta dias, vestidas de pano de saco”.⁶⁹

O uso da túnica e da capa vinha também de longe. A fim de convencer-se disso basta lembrar da “capa de Noé” mencionada no capítulo nove de Gênesis, aquela capa com que seus dois filhos bondosos, Sem e Jafé, cobriram sua nudez quando o suco da videira o atraçou, e a túnica de José, no capítulo trinta e sete, “a túnica longa e bordada” que os irmãos perversos enviaram ao pai, manchada de sangue, a fim de fazê-lo crer num acidente. Na época de Cristo essas duas peças de vestuário estavam em uso, pois são repetidamente mencionadas nos Evangelhos.

O casaco, ou túnica, ou *chalouk*, deve ter sido muito parecido com o *chiton* dos gregos, mas mais comprido, descendo abaixo dos joelhos, e a túnica dos rabinos tinha de aparecer necessariamente um bom palmo abaixo da capa. As borlas rituais, no geral de um tom azul profundo, pendiam da barra. Os casacos para as cerimônias eram feitos de seda bordada ou adornados com listas coloridas. A maioria era cortada e depois costurada, mas alguns eram feitos de lã tecida sem costura, sendo muito apreciados. Foi uma túnica desse tipo que os soldados tiraram de Cristo, pela qual lançaram sortes, a fim de que não fosse rasgada.⁷⁰ A túnica era usada para trabalhar; mas à noite, ao deitar-se, eles a tiravam.

A capa, a *talith*, tomava o lugar do nosso terno e nosso sobretudo. Tratava-se de uma peça tão necessária que a Lei exigia que o credor que estivesse de posse da capa do devedor como garantia, deveria devolvê-la ao cair da noite.⁷¹ Sem ela seria impróprio comparecer no Templo ou diante de um superior, pois era um traje honroso. Não obstante, usavam-na para toda espécie de propósitos: como cobertor, como colchão se a pessoa dormia ao relento, como teliz e até como tapete para dar as boas-vindas às pessoas importantes, comovemos na narrativa

da entrada de Cristo em Jerusalém no Domingo de Ramos.⁷² Não se sabe ao certo como eram feitas essas capas. Algumas talvez fossem de uma só peça de tecido com um buraco para a cabeça e outras de dois cobertores costurados juntos; mas deveriam haver também algumas melhor cortadas, com mangas em separado, provavelmente semelhantes às becas de formatura e togas dos advogados.

A forma indefinida, flutuante, da capa, tornava absolutamente essencial o uso de um cinto, de outro modo seria bastante embaraçoso trabalhar ou mesmo andar com ela. Como pode ser visto em Daniel e Apocalipse,⁷³ até os anjos — usavam cintos, embora os deles fossem de ouro; pois um cinto suntuoso era sinal de posição. Havia cintos de todos os tipos: de corda para os eremitas e profetas cabeludos, de couro para os soldados e trabalhadores; sendo que estes últimos costumavam enfiar a capa no cinto a fim de ficar com as pernas livres — isto era o “cingir dos lombos” tantas vezes citado. Muitos eram feitos de uma tira de tecido, às vezes enfeitado e outras não, que rodeava várias vezes a cintura. As dobras desses cintos podiam ser usadas como bolsa ou para guardar uma adaga, ou até mesmo uma certa quantidade de milho ou um pequeno cordeiro⁷⁴ — a expressão bíblica “no peito” refere-se a este espaço. Um presente apreciado pelas mulheres naquele tempo não era uma bolsa mas um cinto; o que, no final de contas, era quase a mesma coisa.

A influência da moda estrangeira introduzira o uso de outras peças de vestuário. A princípio foi a camisa cananeia, como as prometidas por Sansão aos trinta filisteus por ocasião do seu casamento, se pudessem decifrar o seu enigma. “Do comedor saiu comida, e do forte saiu doçura”.⁷⁵ Tratava-se sem dúvida de uma peça luxuosa, usada nos banquetes. Nos dias de Cristo os ricos usavam uma camisa de linho fino como roupa de baixo; mas nas festas mais elegantes seguiam o costume romano que, como na Canã da antiguidade, exigia a camisa por cima, uma peça leve, enfeitada, bordada e até mesmo brilhando com adornos de ouro. Existiam também roupas especiais para as grandes cerimônias. Estas eram roupas asiáticas, parecendo enormes sobretudos, magnificamente decoradas, que os levantinos helenistas tinham levado da Pérsia: somente os mais importantes e os príncipes podiam usá-las. Herodes o Grande possuía grande quantidade delas e os paramentos litúrgicos do sumo sacerdote eram quase do mesmo tipo.

Como é natural, os que pela sua profissão ou ocupação se viam obrigados a sair de casa qualquer que fosse o tempo não se sujeitavam a esses refinamentos no vestir. As roupas bem conhecidas de João Batista, descritas por Mateus no terceiro capítulo do seu evangelho, eram as mesmas usadas pelos profetas, as mesmas dos eremitas e muito provavelmente as dos monges essênios: uma única

peça, servindo de capa e túnica, feita de pelo de camelo tecido, e um cinto de couro na cintura — embora alguns digam que se tratava de uma tanga de couro, um *saq*. Os viajantes usavam casacos de lã e com frequência tiras de tecido ao redor das pernas no estilo que os soldados romanos tinham levado da Gália; mas acima de tudo eles usavam um tipo especial de capa, feita de pêlo de camelo ou de cabra, muito espessa e impermeável. As melhores eram feitas em Anatólia e na Cilícia; e Paulo usava uma em suas viagens — foi uma destas capas que ele pediu ao seu caro discípulo Timóteo que lhe enviasse quando estava prisioneiro em Roma. Os pastores do planalto turco ainda usam esta peça valiosa: é tão pesada e dura que quando colocada no chão fica de pé sozinha.

Todas essas roupas eram para os homens. Mas, e as mulheres? É difícil dar uma ideia exata, pois as mesmas palavras: casaco, capa, cinto, são usadas indiferentemente para as vestes masculinas e femininas; todavia, deve ter havido alguma diferença, desde que a Lei proibía absolutamente que os homens usassem roupas de mulher e vice-versa,⁷⁶ ficando claro no Talmude que agir assim levantava suspeitas de homossexualidade. A distinção deve ter-se concentrado provavelmente na finura do tecido usado para as roupas das mulheres e no seu corte mais amplo. Lemos no tratado *Shabbath*, tão valioso com suas informações sobre costumes, que as mulheres usavam fitas de lã e seda, xales amarrados nos ombros, cordões pregueados e uma variedade de ornamentos cuja utilidade não parece mais evidente do que alguns dos objetos usados na atualidade por nossas contemporâneas. A moda helenista influenciará certamente as roupas femininas e muitas mulheres devem ter usado os trajés plissados, com ou sem mangas, que envolviam elegantemente o corpo, restando um parte para cobrir a cabeça.

A proteção habitual tanto para homens como para mulheres era um pedaço de pano amarrado na testa, como o moderno *couffieh*, e caindo sobre os ombros. Esta continua sendo a cobertura litúrgica dos judeus, e o tratado *Shabbath* cita exatamente quantas tiras de tecido podem ser enroladas em volta da cabeça no dia de descanso. No mesmo tratado existe uma alusão a uma outra proteção para a cabeça, feita de rolos de tecido, que parece referir-se a algo como um turbante; e como a colocação de coberturas como esta é um coisa vagarosa e delicada, o que podemos ver pelos maometanos de hoje, isto explicaria o imutável costume judeu de manter a cabeça continuamente protegida mesmo num lugar sagrado como a sinagoga.

Os materiais de que eram feitas todas essas roupas só podiam ser encontrados no Oriente até a recente invasão dos tecidos sintéticos. A técnica de manufatura de tecidos havia mudado tão pouco que a trama em ziguezague do

famoso Sindon, a mortalha sagrada, em Turim, poderia tanto ser contemporânea de Cristo, como datar de três ou quatro séculos antes do seu nascimento ou quatorze depois dele. Todavia, a Lei proibía o uso de tecido feito de dois materiais diferentes, como, por exemplo, uma mistura de lã e linho,⁷⁷ A lã era a fibra mais comum, sendo tão cuidadosamente lavada e branqueada que os profetas usaram sua pureza virginal como exemplo da pureza da alma. A maioria das lãs vinha da Judéia. A Galileia produzia principalmente o linho, e esta fibra tinha sido cultivada ali desde tempos imemoriais. O linho mais fino recebia o nome de *byssus*, do grego *byssos* e superava o importado do Egito que tinha fama de grosseiro. Eles não usavam muito a seda, a qual era transportada pelas caravanas, sendo excessivamente cara. A seda era uma das marcas de luxúria insensata na “grande Babilônia” de Apocalipse;⁷⁸ mas não há dúvida de que o *mestri* do qual era tecido o véu do Templo era feito deste material. Desde sua volta do exílio os israelitas haviam conhecido o algodão, mas seu uso não estava muito disseminado entre eles.

Todos esses tecidos podiam ser de cor natural ou alvejados, mas a tintura também tinha grande aplicação. Todas as tintas tinham procedência animal ou vegetal: as roupas dos levitas eram tingidas com o amarelo do açafão. O azul e o marrom eram cores comuns e as capas listradas de branco e marrom tinham grande aceitação. A casca da romeira dava um rosa muito apreciado. O vermelho era extraído de um pequeno inseto escamado que vive na noqueira anã tipo “kermes” (este inseto no Brasil é chamado de cochonilha-do-carmim, inseto homóptero da família dos coccídeos, muito usado para fabrico do carmim — N.T.). Mas a tintura mais apreciada era a púrpura, obtida de um molusco, o *murex*, que os fenícios pescavam desde há séculos em toda a costa do Mediterrâneo oriental. A púrpura, tanto em Israel como em Roma e Cartago, era um sinal de poder. O homem rico da parábola estava vestido de “púrpura e de linho finíssimo”,⁷⁹ e os fiéis eram advertidos pelos seus mestres contra esta cor pagã — mas isto porém não a tornava menos apreciada.

Além das tinturas as roupas também eram adornadas com bordados. Os judeus se familiarizaram com eles na Babilônia onde todos os homens usavam roupas bordadas, e introduziram o seu uso na Palestina quando voltaram. Os trajes dos sacerdotes eram bordados assim como as roupas de festa para ambos os sexos. Os judeus sabiam também tecer brocados e acolchoados; isto significa que as agulhas já estavam em uso há muito tempo e os arqueólogos as encontraram realmente em suas escavações.

Na época de Cristo elas eram muito comuns, embora o evangelho só mencione o termo uma vez na conhecida parábola do camelo — “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de

Deus”.⁸⁰ Para fechar um manto, um cinto ou um xale havia também fivelas, broches e alfinetes muito semelhantes aos nossos alfinetes de segurança. As escavações arqueológicas desenterraram inúmeros espécimes. Quando feitos de metais preciosos, como geralmente usados pelas mulheres, deviam ser classificados como joias.

Tanto homens como mulheres se adornavam com muitas joias, feitas de ouro, prata, pérolas e outras gemas: o diamante de Berenice causou grande sensação em Roma quando ali chegou. Um círculo de ouro usado como anel ou brinco era tão apreciado que o livro de Provérbios o compara a um conselho sábio dado a um ouvido atento.⁸¹ No mesmo livro encontramos: “Como joia (anel) de ouro em focinho de porco, assim é a mulher formosa que não tem discrição”.⁸² Isto poderia levar-nos a supor que as mulheres usavam anéis no nariz, pois elas certamente os usavam nas orelhas. A Lei porém proibía qualquer mutilação do corpo e portanto elas não podiam furar nem o nariz nem as orelhas para colocar tais ornamentos. Os anéis foram sempre conhecidos, sendo usados não apenas nos dedos da mão, mas também nos do pé. Os usados pelos homens no geral possuíam sinete. Todavia, como a vaidade os convencia a ter anéis excessivamente grande e pesados, eram com frequência obrigados a usá-los no pescoço, presos por uma corrente. Nas grandes reuniões as mulheres tinham orgulho em usar o que o tratado *Shabbath* chama de “cidade de ouro”, um diadema mais ou menos parecido com as fortificações de uma cidade. Cordões de ouro, dragonas como as usadas pelos oficiais do exército e pequenas caixas contendo amuletos compunham a lista desses ornamentos que naturalmente só eram usados pelos ricos. Os austeros rabinos clamavam contra esse luxo e os ensinamentos do Novo Testamento condenaram ainda mais severamente todo esse refinamento. Em sua carta a Timóteo, o apóstolo Paulo adverte as piedosas mulheres cristãs contra as joias de ouro; pérolas e roupas finas.⁸³ Segundo ele, era sem dúvida melhor atirá-las aos porcos.

Quanto aos calçados, eram de dois tipos: o sapato, feito de couro macio, e a sandália, de um tipo mais duro. Ambos eram usados sem meias, exceto por alguns almofadinhas que gostavam de modas estrangeiras. Os sapatos para uso diário eram feitos de pele de camelo; sendo os melhores de pele de chacal ou hiena. As solas raramente eram fabricadas de couro, sendo no geral feitas de casca de palmeira ou junco. Segundo o tratado *Shabbath* algumas sandálias eram pregadas com tachões, a fim de poderem ser usadas em viagens longas. Por esta razão proibía-se o seu uso no dia de descanso, quando não se fazia qualquer viagem longa. As meias-botas foram introduzidas da Mesopotâmia, aquelas mesmas meias-botas usadas pelos terríveis guerreiros assírios. Os romanos também haviam levado o seu *calceus*, com quatro tiras, os leve *solea* para dentro

de casa e o *soccus*, bem semelhante aos nossos chinelos. Mas nos lugares sagrados, como por exemplo, no santuário do Templo, só se podia entrar descalço.

A CASA

A Bíblia emprega a palavra “casa” centenas de vezes. Em algumas delas indica um grupo de famílias como entidade social.⁸⁴ Em outras o Templo, a casa de Deus: usando o termo em seu sentido figurado, ela o liga à realidade espiritual — a “casa do Pai” é o céu. Tudo isto é significativo, mostrando que a nação judaica, estabelecida agora há centenas de anos, nada mais, possuía em comum com o peregrino — na época de Cristo a tenda não passava de uma memória nostálgica esmaecida e um símbolo da austeridade pura dos tempos antigos. Os judeus jamais foram uma raça de marinheiros. A casa era o centro em volta do qual a vida se desenvolvia, embora o povo não ficasse muito dentro de casa, exceto no inverno, o pátio ou o jardim formavam parte da habitação, era o lugar onde as pessoas se sentiam bem e gostavam de receber os amigos. Para compreender o significado emocional do lar na vida diária dos judeus de há dois mil anos, basta pensar naquela casa em Betânia onde Lázaro, Marta e Maria acolheram seu amigo Jesus.

A habitação comum na Palestina não era entretanto nem ampla nem esplêndida. A maioria do povo da Terra Santa era composta de camponeses que viviam em vilarejos muito pequenos, espalhados nos pontos onde a presença de água lhes permitia viver. Na árida Judéia as casas se concentravam necessariamente ao redor das poucas fontes e poços. Por muito tempo a diferença entre a vila e a cidade era que a última possuía um muro atrás do qual os camponeses das vilas vizinhas se escondiam em tempos de perigo: na época de Cristo a diferença era puramente administrativa, a cidade tinha seu tribunal e juízes. Os evangelistas deixaram bem claro que Cafarnaum, Naim e Nazaré eram cidades, enquanto Belém e Emaús não o eram.

Seria, porém, um erro pensar em Cafarnaum ou Nazaré como de qualquer forma comparáveis às nossas grandes e modernas cidades. Com exceção de Jerusalém e quatro ou cinco outras, as cidades palestinas eram todas pequenas; os arqueólogos ficam surpresos quando escavam alguma “cidade” cujo nome soa tão alto na Bíblia e encontram uma vilazinha que poderia ser colocada na Praça da Concórdia em Paris. O planejamento era rudimentar, principalmente no caso das cidades genuinamente nativas: em Marissa, construída no ponto em que as montanhas da Judéia descem até a planície marítima, “as ruas formam um padrão muito irregular com largas áreas entre elas, cada uma contendo um

labirinto confuso de pequenas casas e pátios.”⁸⁵ As cidades helenistas, tais como Samaria, que foi reconstruída cento e cinquenta anos antes de Cristo, ou as cidades da Decápolis, como Gerasa (Jerash), foram edificadas segundo um plano muito mais cuidadoso, cuja retangularidade é digna de Nova Iorque. Mas nenhuma outra em toda a Palestina podia gabar-se de possuir uma rua com cerca de dois mil metros de comprimento como a famosa “rua chamada direita” em Damasco, onde Paulo se alojou,⁸⁶ nem com a regularidade matemática de Dura ou Europus na Síria. As cidades construídas à maneira grega ou romana possuíam um centro para a vida pública, um ágora ou foro, e Jerusalém tinha o seu *Xystus*; mas as cidades pequenas, puramente judias, não tinham nada disso, pelo menos dentro de seus muros. Fora das portas é que ficava o espaço aberto para o mercado, sendo a justiça promulgada nesse local. Os homens também frequentavam o lugar quando precisavam contratar trabalhadores diaristas ou simplesmente desejavam conversar. A praça era sempre ruidosa, exceto no calor do dia ou tarde da noite, e as ruas principais da cidade também se faziam notar pelo ruído. Mas nas travessas, pátios, passagens e alamedas tudo era calmo na sombra fresca. Muitos dos cidadãos saíam da cidade todas as manhãs para trabalhar nos campos, voltando ao cair da tarde: as portas eram então fechadas e sentinelas montavam guarda.

Nenhuma casa judia possuía qualquer coisa notável ou artística que a distinguisse do grupo de que fazia parte. Os judeus nunca foram grandes arquitetos: o próprio Salomão tivera de recorrer ao conhecimento dos fenícios a fim de construir o Templo do seu Deus. Além disso, como um país continuamente assolado por invasões e ocupado durante quinhentos anos, poderia ter evitado a influência estrangeira na arquitetura? Não haveria, porém, maior engano do que pensar na habitação judia típica como sendo de um tipo que talvez pudesse ser encontrado em Pompéia. É certo que havia residências esplêndidas construídas à maneira romana na Palestina, mas estavam longe de ser a maioria. É bastante improvável que aqueles blocos de apartamentos, em que cada família tinha a sua própria moradia, tivessem sido algum dia construídos em Jerusalém, embora houvessem tantos deles nos distritos mais pobres de Roma. Sem dúvida a melhor ideia da habitação judaica daqueles dias pode ser formada observando uma vila ou o distrito mais pobre de uma cidade no Oriente Próximo.

No campo — em Nazaré, por exemplo, quando José e Maria estavam criando Jesus — a casa comum era do tipo rudimentar, um cubo caído com poucas aberturas, talvez nenhuma exceto a porta, e um único cômodo dentro, dividido em dois, metade para os animais, metade para a família. Algumas casas eram feitas aproveitando parcialmente as cavernas naturais e construídas contra uma

superfície de rocha calcária, escavada natural ou artificialmente.

Uma residência bem melhor era a construída ao redor de um pátio central com pequenos cômodos abrindo para ele. Esta espécie de construção tem a vantagem de exigir apenas vigas curtas para o teto e a sua forma ajuda a manter a casa fresca. Ela era conhecida na Mesopotâmia dois mil anos antes de Cristo e começou a ser usada na Palestina depois da volta do exílio; nos dias de Cristo esse estilo deve ter sido muito comum. Houvera mesmo um considerável desenvolvimento do tipo, pois embora Laquis na Judéia não passasse de uma cidadezinha, os arqueólogos encontraram ali uma casa neste estilo, datando pelo menos do terceiro século a.C., com medidas não menores que 25x50m, possuindo cerca de vinte quartos ao redor de seu pátio central, alguns em plano mais elevado, servidos por degraus e ligados ao pátio por uma galeria — esses eram evidentemente os quartos particulares da casa, desde que um banheiro com seu encanamento subterrâneo foi descoberto entre eles.

Os proprietários da classe média não se contentavam com o cômodo único do pobre, que servia de cozinha, sala de jantar e quarto ao mesmo tempo. Todavia, não havia cozinhas em separado, exceto nas casas dos muito ricos. A comida era geralmente feita no pátio ou, quando chovia, num alpendre.

O teto era muito importante na vida diária. Era um telhado plano, com suficiente inclinação para levar a água da chuva até as sarjetas — aquelas sarjetas com que Provérbios compara as palavras de repreensão⁸⁷ — e cercado de um parapeito, conforme ordenado na Lei,⁸⁸ pois de outra forma “para que nela não ponhas culpa de sangue, se alguém de algum modo cair dela”. Havia uma escada que levava até o teto, geralmente do lado de fora da casa. O povo guardava as ferramentas no teto e estendia ali a roupa para secar. Quando anoitecia sentavam no terraço para tomar a fresca, e nas noites quentes de verão chegavam a passar nele a noite. Alguns até armavam tendas. Era também um lugar escolhido pelos homens para orar e meditar. Fica claro através de Provérbios⁸⁹ que morar “no canto do eirado” era achar-se em condições precárias. Nosso Senhor se refere a este hábito de frequentar o telhado quando fala da grande tribulação no final dos tempos: “... os que estiverem na Judéia fujam para os montes; quem estiver sobre o eirado não desça a tirar de casa alguma coisa”.⁹⁰ E novamente quando ordena: “O que vos digo às escuras, dizei-o à plena luz; e o que se vos diz ao ouvido, proclamai-o dos eirados”.⁹¹

Entre os mais abastados surgiu o hábito de mandar fazer uma construção leve sobre o teto, em lugar de uma tenda, e esta gradualmente se transformou num outro andar. Outras vezes, para iluminá-lo de cima, eles colocavam no alto uma lanterna. Esta construção era o “cenáculo” mencionado tantas vezes no evangelho.⁹² Os hóspedes que passavam a noite eram colocados ali — as escadas

externas faziam com que ficassem em completa liberdade — e se várias pessoas eram convidadas para uma refeição, quando achavam inconveniente servi-la no pátio, a reunião se realizava ali. Foi num desses cômodos superiores, esse *cenacula*, que Jesus, na noite da quinta-feira santa, realizou a Última Ceia; e segundo a tradição foi num recinto assim que os discípulos se reuniram depois da ressurreição, especialmente no Dia de Pentecostes.⁹³ Além dessa adição ao telhado, algumas casas possuíam outras sobre a rua — balcões, alguns bem grandes, como o *moucharabieh* dos turcos. O tratado *Shabbath*⁹⁴ distintamente estabelece que os balcões são lugares privados, embora possam estar sobre a rua. As mulheres gostavam de sentar-se neles para observar o que acontecia, e pode muito bem ser que fosse de um balcão que a tentadora de Provérbios proferia suas “palavras doces como mel”.⁹⁵

Era raro nas cidades que até mesmo um jardim de pequenas proporções pudesse ser anexado às casas; o número deles em Jerusalém contava-se com os dedos,⁹⁶ o máximo que se via era um jasmineiro perfumado a um canto do pátio. Não obstante, encontravam-se jardins plantados fora dos muros, tal como aquele que ficava ao lado do lugar em que Cristo foi sepultado, e onde Maria Madalena julgou ter visto um jardineiro no dia da Páscoa.⁹⁷ Mas no campo todos tinham um jardim onde cultivavam flores e deitavam-se à sombra das figueiras.⁹⁸ Num dos lados da casa existia um depósito de provisões, e onde possível este era cavado na rocha, ou se usava uma caverna já existente, a fim de que o vinho ficasse bem protegido, em lugar fresco. Nos campos e vinhedos sempre existiam pequenas cabanas ou abrigos, toscos, mas muito úteis para descansar no calor do dia ou para guardar ferramentas.

Tudo isto se refere às casas do povo comum, e talvez das pessoas da classe média. Mas os realmente ricos, os grandes e poderosos homens do mundo, possuíam o que só pode ser chamado de palácios. Como vimos,⁹⁹ havia alguns particularmente belos em Jerusalém; acima de todos o de Herodes, onde o procurador romano ficou por ocasião do julgamento de Jesus. O mais esplêndido de todos era com certeza o lindíssimo retiro que Herodes o Grande construíra em Jerico; os arqueólogos descobriram suas ruínas e elas conseguem ainda impressionar. Ele seguia o padrão das casas helenistas, comparando-se aos mais belos edifícios de Pompéia com seus dois pátios em colunata, seus quartos dispostos em vários níveis, suas galerias e até um pequeno teatro, o conjunto apoiado em enormes alicerces arqueados. Lindos terraços ajardinados cercavam a construção, com lençóis de águas claras e fontes, assim como aquela famosa piscina em que o tirano mandou os guardas afogarem seu jovem cunhado Aristóbulo.¹⁰⁰ O Arquelau o ampliou, mas este paraíso terreno que a crueldade transformou em inferno, foi destruído durante os tumultos ocorridos no final do

reinado do odioso etnarca.¹⁰¹ Quando foi de Jerico a Jerusalém, nosso Senhor deve ter passado por essas ruínas, que os camponeses locais usavam como pedreira, e é bem possível que tenha mandado seus seguidores refletirem sobre a vaidade dos bens temporais. Havia outros palácios na Palestina, talvez não tão grandiosos, mas certamente comparáveis a ele; em vários, o estilo greco-romano deu lugar ao da fortaleza-palácio, capaz de resistir a um cerco — Maquerus, junto ao Mar Morto, aquele baluarte onde João Batista foi martirizado, era uma delas, assim como Malatha ao norte, onde Berenice passou sua triste infância, todavia com a mente já repleta de sonhos ambiciosos.

Esses vários edifícios, de palácios a choupanas, eram feitos de que? A massa do povo, os pobres camponeses, construía de taipa ou na melhor das hipóteses de tijolos de barro, que prensavam com os pés, misturavam com palha e secavam com certa eficiência num forno. Em qualquer dos casos os ladrões entravam facilmente nas casas; e quando Jesus referiu-se a isto¹⁰² todos o entenderam. A casa dos ricos era feita de pedra. A pedra calcária da Palestina fornecia um ótimo material de construção, sendo quebrada por meio de cunhas de madeira enfiadas nas rachaduras naturais e depois molhando-as para que inchassem. As paredes eram excessivamente grossas e sólidas e o alicerce (a pedra angular) — Cristo fala da pedra angular, aludindo a uma passagem em Salmos¹⁰³ — deve ter sido um bloco de alvenaria cortado; é possível até que recebesse uma bênção. Mas desde a chegada dos romanos, o povo se habituara a construir ao estilo deles — duas paredes finas de *opus reticulatum* feitas de seixos e tijolos, com o espaço entre elas enchido com pedregulho e barro amassado: parte do palácio de Jerico foi construído desse modo. Os alicerces eram cavados com o maior cuidado com o propósito de “edificar sobre a rocha” como o evangelho declara tão sabiamente, a fim de que os ventos e a chuva não derrubem a casa.¹⁰⁴ Eles usavam uma argamassa de barro temperado, misturado com conchas e pedaços de louça moída. Conheciam a cal desde há muito (Isaías se refere a ela¹⁰⁵), sendo que a usavam principalmente para revestimento e para a caiação. Jesus alude a este segundo uso quando chama os fariseus de “sepulcros caiados”;¹⁰⁶ o mesmo faz Paulo ao dizer ao sumo sacerdote “Deus há de ferir-te, parede branqueada”.¹⁰⁷ Entre os pobres o chão era de terra batida, entre os mais ricos, de seixos ou lajotas de argila cozida: só as casas principescas possuíam assoalho de cedro ou cipreste; e o estilo romano de cobrir o chão com mosaicos não parece ter chegado à Palestina da época de Cristo. O arco era pouco usado, exceto nas fortalezas; e os que haviam eram indiferentemente feitos de pedras chatas apoiadas sobre vigas, os telhados eram sustentados por traves. Os telhados, aqueles telhados planos, eram ocasionalmente feitos de tijolos ou ladrilhos, mas na maior parte consistiam de taipa coberta de terra batida, e tinham de ser

cuidados e consertados todos os anos antes da estação chuvosa. Eram tão finos que um buraco podia ser aberto num momento — um orifício grande o bastante, por exemplo, para fazer passar o paralítico mencionado no evangelho¹⁰⁸ ou, como lemos no Talmude, o corpo daquele rabino Honna¹⁰⁹ que não podia passar pela porta.

As portas, realmente, eram muito estreitas, e a “porta estreita” pela qual o Senhor nos diz que teremos de passar,¹¹⁰ não era de forma alguma uma figura de fantasia. Elas eram geralmente muito estreitas e também baixas, sendo que a expressão “aumentar a porta” significava “tentar ser esperto” ou “exibir-se”.¹¹¹ A única porta comparativamente larga e alta era a entrada principal da casa, aquela cujas ombreiras eram adornadas com a *mezuzah* contendo os mandamentos de Deus. Os judeus usavam gonzos, e os Provérbios, falando da ociosidade, declaram: “Como a porta se revolve nos seus gonzos, assim o preguiçoso no seu leito”.¹¹² O pino inferior geralmente girava em uma pedra escavada.

As chaves vinham sendo usadas há muito tempo, reportando-se ao período dos Juízes; mas essas primeiras chaves devem ter sido muito simples, adaptadas apenas para levantar um trinco, como as que são ainda usadas nos mosteiros como um *passe-partout*. A chave moderna foi inventada nas cidades helenistas por homens que moviam os ferrolhos por meio de pregos fixados em uma haste giratória: os romanos aperfeiçoaram este sistema e fizeram chaves de metal. As chaves judias eram enormes e carregadas com certa ostentação, penduradas no peito, como acontecia até há pouco tempo na Turquia: uma chave era sinal de posição. Quando Jesus disse a Simão, chamado Pedro, “dar-te-ei as chaves do reino dos céus”¹¹³ todos que estavam ali devem ter sabido que através desse gesto ele o nomeava líder e guia dos discípulos; pois um grande proprietário de terras confiaria as chaves a seu administrador como um sinal particular e exterior de sua confiança.

Poder-se-ia perguntar se a vida era confortável nessas casas. Em primeiro lugar deve ser observado que a noção do que constitui conforto varia notavelmente de acordo com o século e o lugar. O clima da Palestina não fazia as mesmas exigências que o da Noruega, por exemplo. As pessoas viviam ao ar livre a maior parte do tempo. Muitas de nossas comodidades do século XX eram evidentemente desconhecidas para eles. A água, tão importante como vimos,¹¹⁴ era levada em canos a apenas algumas poucas casas, as mais ricas: o povo comum ia buscar água nas fontes quando o encarregado da água dava o sinal, ou então ao poço, ao rio, com peles, jarros e toda espécie de vasilhas. Algumas cidades, entretanto, possuíam um sistema de distribuição por tubulações; havia também esgotos, particularmente no distrito do Templo em Jerusalém, e canos para levar o esgoto ao mar foram encontrados em Cesaréia. O “lugar secreto” a

que o Senhor se refere quando fala que o homem não se contamina através da comida impura mas sim por causa dos pensamentos impuros, era geralmente conhecido. O Talmude até afirma que “ficar ali dentro por longo tempo fortalece a vida do homem” e cita com aprovação o caso de um rabino que “indo de sua casa para a escola em que ensinava, parava não menos do que vinte e quatro vezes em lugares adequados que descobrira.”¹¹⁵

Não havia grande dificuldade com relação ao aquecimento na Palestina e em muitas regiões ele não era absolutamente necessário. A maioria das casas não tinha então lareiras. Se esfriava muito, acendiam braseiros de carvão, como os que os servos do sumo sacerdote tinham acendido na noite entre a quinta e sexta-feira santas, junto aos quais Paulo foi aquecer-se.¹¹⁶ Um deles foi descoberto em Theanac. Um fogo ao ar livre era quase sempre considerado suficiente para cozinhar. O costume era cavar um buraco e ladeá-lo com duas pedras. De fato, o termo hebraico para o fogo usado para cozinhar tem a mesma raiz que “cavar”. Havia também pequenos fogões portáteis com dois buracos; e o tratado *Shabbath*¹¹⁷ mostra que palha e mato eram queimados neles; somente as casas ricas possuíam um forno aquecido com madeira ou turfa, mas cada vila tinha pelo menos um que todos podiam usar.

A iluminação era escassa e simples; “Lâmpada para os meus pés é a tua palavra, e luz para os meus caminhos”, canta o Salmo 119. Os judeus se contentavam com a luz de Deus? Nem tanto. Suas casas eram muito escuras e precisavam muito de iluminação — na parábola da moeda de prata perdida, a mulher teve de acender a lâmpada para descobri-la.¹¹⁸ Deveria ser uma lâmpada do mesmo tipo daquela usada em todo o Oriente da antiguidade, um objeto muito conhecido, encontrado repetidamente nas escavações. Sua forma era redonda ou oval, mais ou menos achatada, com dois buracos, um para o pavio de cânhamo e o outro para enchê-la; o conjunto possuía uma espécie de alça que permitia segurá-lo e transportá-lo. Quando feito de argila geralmente recebia desenhos como adorno. As lâmpadas mais bonitas possuíam vários orifícios, chegando a ter sete deles, numa imitação do candelabro de sete braços. Os abastados ostentavam lâmpadas de bronze, e os que viviam à maneira pagã não tinham escrúpulo em mandar fazer as alças bem trabalhadas com figuras de animais, um antílope a galope, por exemplo. Mas qualquer que fosse o seu formato, todas essas lâmpadas desprendiam um aroma adocicado de óleo de oliva algo rançoso que se fazia sentir na casa toda. Este era o odor típico da casa do mundo antigo, como o da manteiga rançosa caracteriza as habitações tibetanas. O óleo era caro e as casas mais simples só possuíam uma lâmpada. Jesus fala sempre da lâmpada. Ela era colocada num nicho na parede como o evangelho deixa claro,¹¹⁹ ou num suporte feito de metal ou de cerâmica — uma

espécie de porta-lâmpada. Para que pudesse haver sempre fogo na casa, a lâmpada queimava noite e dia. Tudo isso parece muito rudimentar; mas será que os habitantes da Palestina viviam de maneira muito diversa em época mais recente, digamos, há cem anos atrás?

A mobília era extremamente simples e o objeto principal era a arca ou baú. Havia arcas para provisões e outras para roupas — e mesmo os ricos faziam uso deles. Os muito pobres comiam em cima da arca ou do medidor de cereais, virado de cabeça para baixo.¹²⁰ Nas casas em melhores condições financeiras, porém, havia mesas, e o evangelho se refere a elas muitas vezes — como por exemplo a mesa do homem rico, de cujas migalhas Lázaro gostaria de ter-se alimentado.¹²¹ O velho hábito nômade de sentar-se no chão para comer e conversar ainda persistia, sendo adotado por muitos, mas assentos na forma de banquinhos, cadeiras e poltronas já eram conhecidos. Essas peças eram feitas com estrutura de madeira e cobertas de tecido ou palha, havendo também divãs para as refeições mais formais. Bem distantes das festas ficavam as esplêndidas cadeiras especiais, como a do sumo sacerdote ou as do tipo alto em que se assentavam os doutores da Lei para ensinar.

Pelo menos na classe mais alta, a mobília usada à noite era mais confortável que as outras. As virtudes do sono eram tidas em alta conta. Os rabinos estabeleceram que era necessário dormir à noite e chegaram mesmo a decidir que os que não faziam isso, ou não podiam fazê-lo fossem castigados.¹²² As camas de hoje, apoiadas sobre pés, só se encontravam nos lares ricos, mas a influência romana acabou por torná-las comuns vendo-se até mesmo algumas — uma visão satânica — cuja estrutura de madeira tinha a forma de um par de feras estiradas, com as cabeças esculpidas formando os pés da cama. Eles tinham bastante almofadas e cobertas para tornar confortável o leito de dormir, e os Provérbios nos contam que as mulheres que recebiam cavalheiros à noite perfumavam abundantemente seus leitos.¹²³

No verão, a cama era usada para a sesta e era comum deitar-se com o pescoço apoiado num descanso de alabastro. Os mais pobres se ajeitavam em tapetes sobrepostos que serviam de cama, colocados no chão da sala ou no eirado. Quando esfriava eles se enrolavam na capa ou num cobertor, caso tivessem um. Como travesseiro usavam um pedaço de madeira ou mesmo uma pedra, e é a isto que Jesus se refere quando diz que o Filho do homem não tem uma pedra onde descansar a cabeça. Todavia, tanto os finos cobertores de lã do rico como a coberta grosseira de pelo de camelo do pobre não eram senão temporários. O sono, diziam os rabinos, era uma pequena morte, a “sexta parte da morte”. E o terrível Isaías proclamara a lição eterna: “Por baixo de ti uma cama de gusanos, e os vermes são a tua coberta.”¹²⁴

Notas

1. Salmos 65.11.
2. Salmos 104.27 e 145.16. Sabemos que este admirável hino à criação reproduz quase palavra por palavra o hino do revolucionário Faraó Akhenaton (Amenófis IV) ao seu Deus; mas não podemos dizer de que direção veio a influência. Veja *Le Roi ivre de Dieu* de Daniel Rops.
3. Uma ideia particularmente cara ao grande teólogo Padre Chenu.
4. Gênesis 14.18.
5. Deuteronômio 8.12.
6. Mateus 26.30; Berakoth 7.
7. Deuteronômio 6.4-9 e 11.13-10.
8. A palavra significava originalmente os umbrais e vergas da porta, o santo lugar em que o sangue do cordeiro pascal foi aspergido.
9. Veja p. 245ss.
10. Provérbios 30.8.
11. Veja o capítulo 1, seções sobre flora e fauna.
12. Isaías 58.7; Lamentações de Jeremias 4.4; Mateus 14.19; 5.36; 26.26; Lucas 24.30; Atos 20.11.
13. João 6.13.
14. Êxodo 12.34.
15. Mateus 16.6; Marcos 8.15; Lucas 12.1.
16. Levítico 26.26.
17. Levítico 23.24; Rute 2.14, etc.
18. Uma pintura no túmulo de Ramessés III mostra os padeiros no ato de preparar esses prodígios.
19. Êxodo 3.8-17; 13.5, etc.
20. Provérbios 30.33.
21. Veja p. 99.
22. Provérbios 16.24; 24.13.
23. Isto está nas palavras sobre a eficácia da oração (Lc 11.12 e Mt 7.9). Voltaremos a este assunto.
24. Isaías 1.8; Jeremias 10.5.
25. Números 11.5.
26. Lugares citados na nota 23.
27. João 21.9ss.
28. Shabbath 22.2.
29. Mateus 3.4, etc. Nos pergaminhos do Mar Morto uma passagem no Regulamento da Comunidade fala da maneira de comer gafanhotos grelhados.
30. Taanith 69.2.
31. Apocalipse 18.13.
32. Levítico 11.7; Deuteronômio 14.8; Isaías 65.4; 66.17.
33. Deuteronômio 14.4-7 e Levítico 11.6.
34. Levítico 17.13.
35. Êxodo 23.19; 34.26; Deuteronômio 14.21.
36. Eclesiástico 31.27.
37. Provérbios 31.27.
38. Gênesis 49.11; Deuteronômio 32.14.
39. Mateus 9.17.
40. Cantares 7.3.
41. Veja. p. 444.

42. Sobre os eventos em Mamre veja *Histoire sainte* (índice).
43. Mateus 22.3 e Lucas 14.16.
44. Mateus 22.11.
45. Lucas 7.45.
46. Lucas 7.44; João 13.5.
47. Mateus 15.2; Marcos 7.3; Lucas 11.38.
48. Veja p. 447.
49. Lucas 11.38.
50. Salmos 23.5; 44.8; 103.15; Ezequiel 23.41 ; Amós 6.6; Lucas 7.46; João 12.3.
51. Gittin 70, a.
52. Por exemplo, Juizes 19.6.
53. Marcos 14.3; João 13.25.
54. Como em tudo isto os costumes eram mais romanos do que judeus, veja o livro já mencionado de J. Carcopino, p. 304, etc.
55. Veja Padre Prat: *Les Places d'honneur chez les Juifs contemporains du Christ* em *Recherches*, 1925, p. 512ss.
56. *Eclesiástico* 31.12ss.
57. João 13.26.
58. Mateus 26.29.
59. Atos 2.46; *ICoríntios* 11.17; Judas 12.
60. Veja p. 395ss.
61. Nós encaminhamos o leitor, e ele pode então desgostar inteiramente, de incomparável descrição de J. Carcopino no op. cit., p. 304ss.
62. Macrobius, *Saturnales*, 2.9.
63. Êxodo 29.22; *Levítico* 3.9 e 9.19.
64. *Eclesiástico* 31 e 37, passim.
65. Lucas 6.29.
66. Para vestes sacerdotais, veja a parte 3, p. 425ss. também para os filactérios, franjas, etc. das pessoas comuns.
67. Veja M. du Buit, *Archéologie du Peuple 1'Israel*, p. 91.
68. João 13.4.
69. O Antigo Testamento fala com frequência do saq (por exemplo: Gn 37.34; SI 35.13; Jr 4.8, etc.). Ele é também mencionado no Novo Testamento: (Mt 11.21; Lc 10.13, etc. e Ap 11.3).
70. João 19.23.
71. Êxodo 22.26; *Deuteronômio* 24.12.
72. Mateus 21.7-8.
73. Daniel 10.5; *Apocalipse* 1.13.
74. Lucas 6.38; *Isaías* 40.11; *Provérbios* 21.14, etc.
75. Juizes 14.12.
76. *Deuteronômio* 22.5.
77. *Deuteronômio* 22.11; *Levítico* 19.19.
78. *Apocalipse* 18.12.
79. Lucas 16.19.
80. Mateus 19.24.
81. *Provérbios* 25.12.
82. *Provérbios* 11.22.
83. *1 Timóteo* 2.9.
84. Veja p. 161 ss.
85. Du Buit. op. cit., p. 76.
86. Atos 9.11.

87. Provérbios 9.13.
88. Deuteronômio 22.8.
89. Provérbios 11.9 e 25.24.
90. Mateus 24.17; Marcos 13.15, etc.
91. Mateus 10.27; Lucas 12.2.
92. Mateus 14.15; Lc 22.12.
93. Lucas 24.33; Atos 1.13; 2.2.
94. Shabbath 11.2.
95. Provérbios 5.16, etc.
96. Veja p. 113ss.
97. João 19.41.
98. Veja p. 33.
99. Veja p. 110ss.
100. Veja p. 78ss.
101. Veja p. 81ss.
102. Mateus 6.19; 24.43; cf. Jó 24.16, Ezequiel 12.5.
103. Mateus 21.42.
104. Mateus 7.24 e Lucas 6.47.
105. Isaías 27.9.
106. Mateus 23.27.
107. Atos 23.3.
108. Lucas 5.19 e Marcos 2.4.
109. Moed Katon 25.
110. Mateus 7 e 13.
111. Provérbios 17.13.
112. Provérbios 26.14.
113. Mateus 16.19.
114. Veja p. 21ss.
115. Berakoth 55.
116. Marcos 14.67.
117. Shabbath 13.1-2.
118. Lucas 15.8.
119. Mateus 5.15; Marcos 4.21; Lucas 11.33.
120. Veja p. 219ss.
121. Mateus 15.27; Marcos 7.28; Lucas 16.21.
122. Nedarim 37.6.
123. Provérbios 7.16.
124. Isaías 14.11.

CAPÍTULO ONZE - "COM O SUOR DO TEU ROSTO"

A INSTITUIÇÃO DIVINA DO TRABALHO

A antiga obrigação de “comer o pão pelo suor do seu rosto” dada por Deus ao homem como um castigo pela sua queda era vista, como sabemos,¹ pela tradição judaica como um sinal da grandeza humana. A Lei a considerava igualmente como um dever imperativo que ninguém tinha o direito de evitar; nem mesmo o estudo da Torá justificava que o homem deixasse de ganhar o seu pão.² A ociosidade foi desprezada e condenada em muitos lugares nas Sagradas Escrituras e só nos Provérbios o preguiçoso, um inútil, um perigo público malévolo, é furiosamente acusado nada menos de trinta vezes. O judeu precisava ter uma profissão. Mas entre os ofícios parece que o Povo Escolhido apreciava particularmente o cultivo da terra e tudo que se relacionasse com ela. Ben Sirach afirma que o trabalho do lavrador é uma missão divina.³ Os rabinos diziam que Javé, para deixar bem claro o tipo de trabalho que seu povo deveria fazer na Terra Prometida, tinha declarado que recolheriam grão, vinho e azeite.⁴ Um deles, meditando sobre o destino de Adão, observou: “Antes que pudesse comer teve de arar, semear, colher, colocar o cereal em pilhas, debulhá-lo, escolhê-lo e moê-lo, preparar a massa e fazer o pão”.⁵ E seus descendentes tiveram de fazer o mesmo.

A ideia que devemos fazer de Israel nos dias de Cristo é então de um povo essencialmente agrícola e pastoril, cuja economia tinha a terra como fundamento. Temas deste tipo ocupam uma parcela surpreendentemente grande nas Escrituras: elas tratam em detalhes de regras relativas a campos, terras abandonadas, ovelhas roubadas e colheitas perdidas. As festas da colheita de cereais e de outros produtos eram muito populares entre as comemorações religiosas. Em seus incessantes comentários sobre os preceitos bíblicos os doutores da Lei prepararam nada menos do que quatro tratados do Talmude sobre assuntos agrícolas: *Peah*, *Dammai*, *Kilayim* e *Sebiith*. Uma grande parte de outros dez também estava ligada à agricultura. Os evangelhos exalam o bom perfume da terra recém-arada, o cheiro seco das espigas de milho maduras e o odor delicioso da videira e da figueira quando seus frutos estão amadurecendo. Jesus era filho de um campônio, e o povo e as coisas do campo se achavam muito próximos a ele. Vemos assim que na maioria de suas parábolas e ditados, as imagens são extraídas diretamente da vida daqueles que tiram da terra o seu

sustento. Haja vista o semeador, “o semeador que saiu a semear”, cujas sementes caíram em diferentes tipos de solo; o campo de trigo onde cresceu o joio; os trabalhadores na vinha, o pastor que saiu em busca da ovelha perdida. Trata-se de um positivo “Teatro de Agricultura” como disse Olivier de Serres, e suas cenas ganham vida diante de nossos olhos.

A VIDA DO “BOM PASTOR”

A mais antiga de todas as vocações campesinas em Israel era a do criador de ovelhas ou gado. Muito antes de se estabelecerem como fazendeiros, o Povo Escolhido vagara de lugar em lugar, vivendo em tendas e levando seus animais de um pasto para outro. Esta continuava sendo uma ocupação importante nos dias de Cristo e particularmente na Judéia havia manadas imensas, seja nos morros ocidentais, de onde podiam descer no outono para os vales que ainda permaneciam verdes, ou no *midbar*, as terras incultas ou “deserto” da Judéia, ou no vale do Jordão onde precisavam pagar direitos de pastagem, ou, finalmente, no *darom*, ao sul, em direção à Idumeia, onde o jovem Davi fizera pastar suas ovelhas. Na Samaria e Galileia existiam também rebanhos, assim como do outro lado do Jordão, em Moabe e Peréia. Esses numerosos rebanhos se compunham de ovelhas e cabras, pois o gado era criado nas fazendas, onde se alimentavam no inverno de uma mistura de palha e cevada. A forragem verde estava apenas começando a aparecer; sendo a alfafa a principal, introduzida pelos romanos (que a obtiveram dos persas).

O cuidado das ovelhas poderia ser tido como um trabalho fácil, pacífico; e, sem dúvida, quando eram poucas, uma dúzia por exemplo, podiam ser até mesmo confiadas a uma criança. Fica, porém, claro através de muitas declarações na Bíblia que alguns rebanhos consistiam de milhares e até dezenas de milhares desses animais. E esses exércitos com seus balidos incessantes só podiam ser confiados a homens altamente capacitados. Os pastores não eram olhados com grande confiança; havendo até mesmo um ditado popular que incluía o seu mister entre as profissões que o judeu não devia ensinar a seu filho. Mas, por outro lado, eram muitos os que louvavam a excelência do pastor, sozinho lá fora nos vastos espaços abertos sob o céu, apoiado em seu bordão e, como Amós, meditando profecias, ou como Davi, poemas. As mentes perversas poderiam sugerir que muitos pastores “repousavam tranquilos junto ao rebanho”⁶ em lugar de cuidar de sua responsabilidade, mas o livro de Provérbios⁷ dá excelentes conselhos aos pastores e também louva a felicidade da vida pastoral bem conduzida.⁸

De fato, a profissão não era absolutamente fácil. Os rebanhos necessitavam

passar a maior parte do ano ao ar livre. Eram levados uma semana antes da Páscoa e não voltavam senão em meados de novembro, nas primeiras chuvas de *Hesvan*. Passavam o inverno protegidos, e só por isto podemos deduzir que a data tradicional para o Natal, no inverno, está provavelmente errada, pois o evangelho diz que os pastores se encontravam nos campos. A lã tosqueada no final do verão era superior à da primavera, porque enquanto eram mantidas no redil seu pelo ficava sujo e emaranhado. O cuidado desses rebanhos imensos exigia o máximo de atenção, embora as ovelhas no geral tivessem uma das pernas presa à cauda, a fim de evitar que se afastassem,⁹ mas sempre havia algumas que se afastavam tanto a ponto dos cães não poderem levá-las de volta, e então o pastor tinha de fazer ele mesmo esse serviço. Hienas, chacais, lobos e até ursos surgiam com frequência, não sendo incomum a luta entre o pastor e uma fera selvagem. Por esta razão todos se armavam com um bordão sólido, revestido de ferro e uma faca grande. O “bom pastor que dá a vida pelas suas ovelhas”¹⁰ não era um mito. Há dois mil anos ele era uma realidade da vida palestina. Tinham uma vida dura. “De dia consumido pelo calor, de noite, pela geada” disse Jacó o pastor de Labão!¹¹ Nos meses de março e abril, outubro e novembro, as noites deveriam ser extremamente frias nos planaltos elevados, apesar do manto de lã pesada dos pastores. Não podiam dormir muito, embora algumas vezes os pastores fizeram um acordo entre eles, levando os rebanhos para o mesmo lugar à noite, a fim de vigiarem por turnos e cada um pudesse então dormir um pouco na tenda. Para facilitar a vigilância, eles construíram apriscos bem grandes com paredes de pedra, de altura suficiente para que os animais não pudessem saltar sobre elas. Alguns pastos possuíam torres como as construídas nas vinhas — elas existem ainda hoje — e do alto os vigias podiam manter-se alertas quanto à aproximação de ladrões, quer tivessem quatro ou duas pernas. Ao levar os animais para beber pela manhã, os pastores gritavam no tom agudíssimo¹² (como fazem até hoje) que as ovelhas conheciam tão bem e, como afirmam os evangelhos, elas nunca se enganavam ao ouvir a voz do seu pastor. Os pastores também tocavam gaita ou flauta enquanto caminhavam com as ovelhas.

Fica evidente que este trabalho não era nenhuma sinecura. O pastor precisava cuidar também das ovelhas doentes e das que se feriam, tratar daquelas que se achavam prenhes e dos cordeirinhos recém-nascidos, castrar os carneiros que não deviam procriar e dar o dízimo do rebanho segundo a Lei, sendo isto levado a efeito fazendo passar os animais por um portão estreito, e em cada dez um era posto de lado para os sacerdotes. As ovelhas e o pastor viviam em proximidade contínua e isto criava uma afeição real entre eles, como vemos hoje entre os rebanhos dos Alpes.¹³ As famosas parábolas em que Cristo usou imagens da vida

pastoril eram muito reais para os palestinos de seus dias, pois eles conheciam intimamente esse tipo de vida. Havia ovelhas domesticadas que atendiam pelo nome:¹⁴ os pastores amavam suas ovelhas, e estas correspondiam ao seu amor. O pastor sentia tanto a perda de uma ovelha como Cristo ao ver uma alma em perigo de perder-se. Ele ficava ansioso por causa dela, apressava-se em procurá-la, e ao achá-la, levava-a de volta nos ombros. Esta profissão deixou-nos a figura inesquecível do Bom Pastor,¹⁵ e não podemos falar dela sem cordialidade e amor.

OS TRABALHADORES NOS CAMPOS

O solo da Palestina era razoavelmente fértil¹⁶ como já vimos, e de modo geral bem cultivado. Na Judéia, as várias plantações ficavam confinadas à parte inferior dos pequenos e estreitos vales, enquanto as vertentes superiores e os planaltos ficavam para os pastos. Mas na Galileia existiam mais mananciais e mais chuva, e o solo, que, de qualquer modo, era melhor, se mostrava inteiramente coberto de campos cuidadosamente plantados. As planícies judaicas, particularmente aquelas que ficavam próximas ao lago, eram chamadas de *Jizreel*, as plantações de Deus. A faixa ocidental, a Sefelá, vinha produzindo excelente trigo e cevada cor de ouro desde tempos imemoriais. Os camponeses judeus tinham muita prática em preparar a terra contra a erosão, construindo terraças com muros de pedra, como as vistas na Provença. Usavam esterco de ovelhas e gado, espalhando-o nos campos e adubando as árvores frutíferas com ele — a cuja operação o evangelho se refere na parábola da figueira estéril.¹⁷ Como também já vimos,¹⁸ eles tiveram muita dificuldade em resolver o problema da água, construindo uma verdadeira rede de canais, reservatórios e diques através dos mananciais. Louvavam a Deus por não serem forçados com frequência a “regar com os pés”, como haviam feito no Egito,¹⁹ isto é, com máquinas movidas com os pés, nem a usar jumentos carregados de frascos de pele com água. Mas as propriedades eram geralmente divididas em pequenos lotes confusos, distanciados, o que exigia muitas viagens e, portanto, perda de tempo, sem falar da perda de terra cultivável, que se transformava em estradas e caminhos pedregosos.

A agricultura era respeitada entre os judeus, pelo menos na época de Cristo, pois nos tempos primitivos os homens das estepes mostravam o desprezo tradicional do nômade pelo camponês estabelecido. Isto explica porque, no quarto capítulo de Gênesis, Abel era pastor e Caim cultivava o solo. As coisas haviam, porém, mudado; e em qualquer caso as Sagradas Escrituras tinham falado com tanta frequência do milagre da planta que brota da terra para produzir fruto e ser colhida, que o camponês, como instrumento humano da generosidade

divina, não podia ser desprezado — longe disso. E em tempo algum se fazia notar a insensata superioridade do moderno homem da cidade em relação ao “simples camponês”. Quando os evangelhos falam do agricultor, do sementeiro, do trabalhador na vinha, eles o fazem num tom que reconhece o seu valor, de um modo que é mais facilmente sentido que definido.

O trabalho na terra é uma das atividades que pouco se modificou no correr dos séculos. Até a bastante recente introdução do trator, o felá da Palestina arava: semeava e debulhava como o fazia no tempo de Cristo. Existem ainda muitos pontos em que não houve modificação. No que se refere a pequenas áreas, tais como nas hortas, eles cavavam o solo com uma pá e uma enxada: os arqueólogos encontraram exemplos dessas ferramentas. A enxada era na verdade a ferramenta proverbial, ideal; Isaías não chegou a falar de uma época em que as espadas se transformariam em enxadas?²⁰ Nos campos, a terra era aberta com um arado, do tipo primitivo, sem rodas, como se pode ver ainda na Palestina, consistindo de um segador de madeira curva com a extremidade inferior pontiaguda ligada a uma relha de ferro. O segador era preso à parte de baixo do arado por uma peça de madeira, e essa parte à barra principal por uma tira de couro. O instrumento é modesto e raspa a terra em lugar de escavá-la. O arado geralmente era puxado por bois, e menos frequentemente por jumentos ou camelos. A Lei, em seu cuidado pelos animais, declarava: “Não lavrarás com junta de boi e jumento”.²¹ Possuir uma junta de bois, um jugo, era o sonho de todo camponês judeu. “Pela força do boi há abundância de colheitas” dizia o Provérbio.²² O homem, convidado para a festa na parábola,²³ achou perfeitamente natural recusar o convite, pois afirmou: “Comprei cinco juntas de bois e vou experimentá-las”. O lavrador segurava na mão direita o varal da segadeira e na esquerda o *dorban*, o agulhão usado para dirigir os animais e quebrar os torrões. Uma vez posta a mão no arado, ele tinha de manter-se olhando sempre para a frente sem voltar os olhos para trás, como observa o Senhor.²⁴ Era um trabalho pesado e embora não arassem até a queda das primeiras chuvas, mesmo assim a terra se apresentava dura e pedregosa, e a lâmina do arado embotada pelos cardos guinchava e rangia contra ela. O lavrador não iniciava sua tarefa sem primeiro orar: “Senhor, a minha parte é vermelha, a tua é verde; nós aramos, mas és Tu que dás a colheita”.²⁵ *Vermelha*, pois a boa terra cultivável da Palestina é de um vermelho quente e profundo sob o céu brilhante.

Uma vez bem trabalhado o campo (o que requeria com frequência várias passagens do arado), eles passavam o rastelo (a grade) e então semeavam.²⁶ Isto se fazia geralmente no mês de *Tisri* (outubro) ou em alguma outra época durante

o inverno, mas havia também colheitas de primavera semeadas em *Adar* (março). Muitos se contentavam em semear às mancheias, com aquele conhecido “movimento agosto” da mão, mas os mais cuidadosos se curvavam para colocar as sementes nos sulcos, especialmente no caso do trigo, para que não se perdessem entre as pedras e espinhos como diz a parábola.

Próximo da Festa da Páscoa, os campos branquejavam para a ceifa, nas palavras de João,²⁷ e foi em abril que os apóstolos encontraram e comeram espigas de milho.²⁸ A colheita começava com a cevada e um mês depois vinha a do trigo. Não havia segadeiras e a colheita (como mencionado no evangelho de Marcos na parábola da terra que frutifica por si mesma²⁹) era feita com uma foice, sendo que algumas tinham lâminas chanfradas e outras eram simples, mas nenhuma demasiado curva. A Lei dava aos pobres o direito de respigar (basta lembrar do lindo livro de Rute³⁰) e até mesmo recolher feixes esquecidos;³¹ ela estabelecia também que os cantos dos campos não deviam ser ceifados, mas deixados para os necessitados.³² Os feixes eram empilhados próximo às casas, e o povo se aproveitava dos dias bons para joeirar. Para isto eles espalhavam os grãos sobre o *goren*, um terreiro feito de terra batida e localizado fora da vila mas perto dela, se possível num lugar alto que recebesse vento, e passavam sobre eles o descascador ou debulhador. Este era feito com uma tábua com pontas e um homem podia ficar de pé em cima dele para torná-lo mais pesado: os bois que o puxavam pelo terreiro não deviam ser amordaçados, pois tinham o direito de partilhar da colheita.³³ A seguir o terreiro ficava coberto de uma mistura de palha cortada, cascas e grãos, formando uma massa dourada e esse mesmo quadro podia ser visto através de toda a Terra Santa, brilhando à distância. Chegava então o momento de selecionar: os homens, armados com grandes garfos de madeira de três dentes (o forcado), jogavam a mistura para o alto para que o vento fizesse a separação. O grão caía imediatamente, a palha era levada para longe. Mas, como diz Eclesiástico,³⁴ não se podia joeirar com qualquer vento: a brisa da manhã ou da noite, soprando do Mediterrâneo, não ameaçava levar tudo embora, como o vento do deserto certamente faria. Eles depois “limpavam completamente a eira”³⁵ e então empilhavam o grão nos depósitos (não havia celeiros nem sótãos, em vista dos telhados planos) sendo tomadas as devidas precauções contra roubos por parte de aves ou homens.

Todas essas tarefas exigiam trabalho e cuidado. E que negócio arriscado! O vento do deserto podia secar as plantas novas; a quantidade de chuva podia ser insuficiente. O joio invadia facilmente os campos de trigo, pois não se podia distinguir entre um e outro enquanto estavam crescendo. As sementes de joio misturadas com as do trigo faziam mal a quem as comia; e por mais cuidado que se tivesse com a limpeza das sementes e a semeadura, algum perverso podia

sempre espalhar sementes de joio no campo, como diz a parábola.³⁶ Era também possível que uma nuvem de gafanhotos surgisse, e essas criaturas vorazes, milhares delas, não deixariam de pé um ramo verde sequer. Se fosse, porém, da vontade de Deus, a colheita podia ser boa: nem todas as sementes produziram “a cento por um” como na parábola, mas dez ou vinte hastes para cada planta seriam perfeitamente satisfatórias; e o rabino José fala de cinco medidas modestas de grão para cada semente.³⁷ Esta deve ter sido a média de produção na Judéia.

A aradura, sementeira e colheita não constituíam, no entanto, todo o trabalho camponês. A economia palestina era primitiva e cada fazenda tendia a produzir tudo o de que precisava. Eles tinham uma horta e três ou quatro ovelhas para a lã da família, sendo que as mulheres geralmente cuidavam de ambas. A mais pobre família camponesa possuía algumas videiras, tendo então uvas; sendo que algumas podiam ser vistas nas cidades, crescendo nos pátios. Mas havia também vinhas autênticas, em larga escala, e essas eram providas de torres de vigia, como as construídas pelos pastores. Figos e outras árvores frutíferas e até mesmo oliveiras eram plantadas nas vinhas, a fim de que as videiras subissem nelas e trepassem de árvore em árvore; mas havia algumas que cresciam ao nível do chão. A poda como a conhecemos era praticamente desconhecida; desbastavam um pouco após a floração, mas isso era tudo. Em todo caso não mimavam de modo algum a videira: ela crescia muito bem no solo e no clima da Palestina, e no máximo era mantida limpa de ervas daninhas. A expressão “ficar debaixo da videira e da figueira” se referia ao prazer de não fazer absolutamente nada. O verdadeiro trabalho na vinha começava na época da vindima, mas tratava-se de uma tarefa feita com grande entusiasmo. O tempo era excelente e o povo acampava em meio às videiras; os colhedores, armados com pequenas facas curvas, cortavam os cachos pesados e cantavam e riam enquanto desempenhavam sua tarefa. Os jovens levavam os cestos cheios para o lagar da vila, onde as uvas eram lançadas no tanque — não um tanque muito grande, apenas 2m X 2m — e pisadas pelos trabalhadores descalços ao som de canções e bater de palmas. O cheiro intoxicante do vinho novo virava muitas cabeças.

O trabalho no campo não parava: era preciso recolher também os figos, secá-los ao sol e comprimi-los em bolos que toda casa precisava ter. Duas vezes por ano as oliveiras tinham de ser batidas com varas longas, a primeira com o intuito de ver se as azeitonas estavam no ponto e a segunda para derrubá-las. Uma vez no chão, as azeitonas maduras precisavam ser colhidas (joelheiras eram usadas neste trabalho) e esmagadas na prensa especial, seja nas de tipo grande em que um jumento girava a pedra, ou em casa, onde as mulheres faziam o trabalho. Alguns distritos tinham colheitas especiais: por exemplo, em Jericó, aquele

maravilhoso oásis suspenso sobre o Jordão, havia tamareiras; seu cultivo exigia grande cuidado e alguma habilidade acrobática para a sua fertilização, mas as frutas vendiam muito bem. A Galileia produzia o linho, que podia ser considerado como a única safra industrial da Terra Santa: na primavera suas flores azul-celeste cobriam imensas áreas. Os camponeses as arrancavam e vendiam secas removendo as folhas e as sementes, mas a maceração e espadelagem eram obra de um artesão especializado.

Tudo computado, a vida do campo era boa ou penosa? É bem provável que ficasse entre as duas, um meio-termo feliz. Eles não trabalhavam demasiado. No Oriente ninguém jamais trabalhou excessivamente, exceto os escravos e os condenados. O homem comum ficava satisfeito em ter o seu sustento — se podia ganhar honestamente o seu pão de cada dia isso lhe bastava. Nos dias de Cristo a crise econômica que se tornaria tão grave entre os anos 30 e 70 mal tinha começado, e ela não afetou o camponês comum. É certo que havia uma grande diferença entre o padrão de vida de um grande proprietário de terras cujos bens eram administrados por um capataz e o do homem que trabalhava ele mesmo seu pedaço de terra; mas embora muitos dos habitantes da zona rural fossem pobres, a pobreza total era uma exceção.³⁸ A terra santa dada por Deus ao seu povo os mantinha adequadamente. “Tu visitas a terra e a regas; tu a enriqueces abundantemente... os campos cobrem-se de rebanho, e os vales vestem-se de espigas: exultam de alegria e cantam”,³⁹ cantou o salmista, e todos os judeus estavam prontos a ecoar suas palavras.

“LANCEM AS REDES”

Depois do camponês vinha o pescador. Sabemos que oficialmente as duas profissões continuam unidas. Esses homens “tinham um lugar de honra na sociedade, embora pudesse não ter sido muito elevado”, em primeiro lugar porque “supriam um dos elementos mais importantes da dieta comum”, e em segundo porque eles, como os bretões, tinham a reputação de serem excepcionalmente piedosos. “Sua grande piedade se fazia às vezes sentir de maneira embaraçosa. Quando os pescadores do lago de Tiberíades decidiram “não trabalhar nos feriados parciais durante as festas da Páscoa e dos Tabernáculos, este ato desnecessário despertou protestos gerais,” O que o povo iria comer?⁴⁰

Sempre houve pescadores em Israel. Os arqueólogos desenterraram pesos para redes ” agulhas para remendá-las e anzóis. Isaías, Jeremias, Amós, Habacuque e Jó, todos falam dos pescadores e sua faina. O evangelho está cheio de cenas extraídas da vida dos pescadores. Cristo chamou seus primeiros

discípulos dentre eles, e seu ensinamentos se baseiam em muitos personagens pertencentes a essa profissão.⁴¹

Fica evidente que na época de Cristo os pescadores formavam um grupo de trabalhadores bem conhecido e bastante apreciado. Alguns viviam na costa do Mediterrâneo — foi encontrada em Jafa a lápide tumular de um deles — e à imitação dos fenícios eles algumas vezes avançavam bastante para o norte. Mas era principalmente nos arredores do Mar da Galileia que podiam ser encontrados: como vimos,⁴² essas águas eram piscosas e ao ler o evangelho têm-se a impressão de que a maioria dos habitantes tinha uma alimentação à base de peixe e possivelmente trabalhavam também nos campos. Os pequenos portos do lago tinham nomes que sustentam esta impressão — Betsaida, “a indústria de pesca”, e Magdala, “a torre de peixe” ou “os peixes secos”. Strabo fala de Tarichaea, sob o seu nome grego, como de um importante centro de peixes em conserva.⁴³

A modalidade de pesca em uso era também antiquíssima, embora o anzol primitivo feito de um espinho, de que fala Amós,⁴⁴ tivesse dado lugar ao de cobre, latão ou ferro descobertos pelos arqueólogos. As redes eram de dois tipos, claramente especificados na Bíblia: quando Jesus diz aos discípulos, “Lancem a rede”, ele não podia evidentemente estar se referindo ao mesmo tipo daquele mencionado na parábola — “uma rede que lançada ao mar, recolhe peixes de toda espécie. E, quando está cheia, os pescadores arrastam-na para a praia e, assentados, escolhem os bons...”⁴⁵ A primeira era a rede de arremesso, redonda, de talvez 3,5m de diâmetro, com pesos de chumbo em toda volta, destinada a apanhar os peixes caindo sobre eles. A segunda era uma rede de arrasto, a *sagene* dos gregos, uma faixa de mais de 90m e 3,5m de profundidade, com flutuadores em cima e chumbadas em baixo. O seu uso era o seguinte: “Quando chegam ao lugar onde pretendem pescar, alguns homens vão para a praia, segurando a ponta de uma das longas cordas que estão presas nas extremidades da rede, enquanto o barco se afasta da margem até que a corda fique bem esticada. Então um dos que estão a bordo, baixa delicadamente a rede na água enquanto o barco faz um grande semicírculo. No momento em que este curso os leva de novo à praia, os homens do barco entram na água, levando com eles a segunda corda presa na outra extremidade da rede; e uma vez em terra, todos puxam as duas cordas, sendo ambas puxadas com igual força e sem parar até que a rede esteja próxima da praia”.⁴⁶ As redes em questão custavam caro e exigiam manutenção — os primeiros apóstolos estavam justamente consertando as suas no momento em que Cristo os chamou para segui-lo. Quanto aos barcos, também mencionados repetidas vezes no evangelho, devem ter sido bem semelhantes aos que ainda podem ser visto, amplos, largos e sólidos, suportando bem os ventos, mas não

muito rápidos. Nada demora mais a mudar do que a forma de um barco bem adaptado às condições em que deve velejar e ao trabalho a ser feito. Existem barcos construídos de papiro no Lago Tana na Abissínia idênticos aos descritos nos hieróglifos egípcios, e a leve embarcação dos galeses da atualidade é a mesma descrita por César.

Quando os peixes eram apanhados, tinham de ser selecionados, primeiramente porque os diferentes tipos variavam na qualidade — os pescadores do lago de Gênova ou Le Bourget cuidadosamente punham de lado a truta, depois o “pollan”, a perca e o lúcio, e finalmente os restantes. Mas os pescadores galileus tinham outra razão para essa escolha minuciosa, desde que alguns peixes não podiam ser vendidos, pelo menos para os judeus praticantes — eram os peixes imundos,⁴⁷ os que não possuíam escamas ou barbatanas, tais como o peixe-gato, as enguias, as arraias e as lampreias, que eram atiradas de novo à água,⁴⁸ a menos que fossem escondidos e vendidos particularmente aos pagãos, que, na verdade, apreciavam especialmente essas abominações.

Os pescadores eram obrigados a agrupar-se a fim de comprar o equipamento necessário; tinham também de cooperar a fim de executar o seu trabalho. Formavam equipes geralmente de seis a oito homens, com um capitão, como Simão chamado Pedro, ou Zebedeu. Ao falar dos membros dessas equipes Lucas usa as duas palavras, *koinonoi*, companheiros e *metochoi*, sócios,⁴⁹ o que mostra que a sociedade deles abrangia a partilha do produto da pesca. Foi até mesmo suposto que talvez os pescadores do lago, ou pelo menos todos os de uma vila, se reuniam em verdadeiras cooperativas, a fim de vender os peixes aos salgadores e atacadistas de Jerusalém em melhores termos. A renda era necessariamente arriscada, ou havia ou não havia peixes; e não era possível ter sempre o Filho do Homem ao lado para assegurar uma pesca maravilhosa.

A vida do pescador fortalece o seu caráter: trata-se de uma tarefa que exige coragem e firmeza, assim como paciência; e fica claro que aqueles marinheiros de água doce, os pescadores do Mar da Galileia se destacavam de todos os outros obreiros mencionados no Evangelho. Eles parecem ter sido homens de mente forte e fervorosa, francos, abertos, de espírito entusiasta. “Filhos do trovão”, como Cristo chamou a dois deles, Tiago e João, com uma ironia pontilhada de bondade.⁵⁰ Ainda hoje podemos ver os pescadores galileus pulando de alegria diante de uma boa pesca; e sob o sol ardente podemos ouvi-los cantando a plenos pulmões.⁵¹ É compreensível que para a obra que pretendia realizar Cristo tivesse chamado esses homens fortes, bravos, entusiastas e leais. Ele falou-lhes” Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens”. Eles deixaram imediatamente as redes e o seguiram.”⁵² Primeiro Simão e André, depois Tiago e João.

OS ARTESÃOS

A maior parte dos contemporâneos judeus de Cristo deve ter ganho o seu sustento como lavradores ou pescadores, mas existia o que pode ser chamado de classe trabalhadora. Era evidentemente muito menor do que nas nossas modernas sociedades ocidentais, em que a indústria é o elemento dominante. Ela poderia comparar-se às demais como a nossa o fazia na Idade Média. Grande parte dos produtos hoje manufaturados era de fabricação doméstica. As mulheres moíam os seus próprios grãos e diariamente ou pelo menos dois a três dias por semana a dona-de-casa passava uma hora girando a mó superior sobre a inferior, fixa no chão: ruído surdo dos moinhos era um sinal de que a vida continuava normalmente; se eles parassem, seria o fim do mundo — uma figura usada tanto em Jeremias como em Apocalipse.⁵³

A massa era amassada e depois de crescer era cozida em casa num pequeno forno ou sobre pedras cobertas com uma tampa de cerâmica refratária: os muito pobres iam para o forno comunitário da cidade. As roupas também eram feitas em casa na sua maioria: a mulher virtuosa de Provérbios “de bom grado trabalha com as mãos... Estende as mãos ao fuso, mãos que pegam na roca”. Ela “faz para si cobertas, veste-se de linho fino e de púrpura”.⁵⁴ Essas atividades domésticas praticamente dispensavam o moleiro e o padeiro, assim como o extrator de óleo, competindo com o tecelão e o alfaiate, para não falar do queijeiro e do preparador de conservas, — assim como muitos outros artesãos, que dificilmente tinham razão para existir.

Existe uma nobre discussão sobre os artífices, sua natureza e mérito, em Eclesiástico,⁵⁵ em que Jesus Ben Siraque fala dos que “trabalham com as mãos,” sem os quais “não é possível construir uma comunidade”. Havia então artífices em Israel e a Bíblia menciona 25 ofícios diferentes. Eles podiam ser reconhecidos nas ruas, os carpinteiros e marceneiros colocavam uma lasca de madeira atrás da orelha, os tintureiros um pedaço de pano colorido, os alfaiates uma grande agulha de osso enfiada na parte de cima da roupa, e até os escribas carregavam uma caneta: mas todos eram proibidos de sair no sábado levando o sinal de seu ofício.⁵⁶ A profissão era geralmente hereditária, passando de pai para filho: havia famílias, verdadeiras dinastias, de sapateiros, tendeiros, — trazendo Paulo à nossa memória — oleiros e ourives.

Na passagem que acabamos de citar, Ben Siraque cita o ferreiro e o oleiro como exemplos de artesãos: o primeiro senta junto à bigorna, atento ao seu trabalho com o ferro, as faces enrugadas “pela fumaça, enquanto luta com o calor da fornalha, os ouvidos zumbindo com o barulho do martelo,” e o segundo

“trabalhando, pedalando rapidamente, preocupado com o desempenho de suas mãos, com o ritmo de sua obra; os braços tensos, moldando a argila dura, os pés medindo forças com as mãos, a fim de completar a tarefa iniciada. E até altas horas fica acordado a fim de manter limpa a fornalha: Nessas duas miniaturas perfeitas vemos a indústria suburbana em ação — artesãos trabalhando por sua própria conta. Nos dias de Cristo esta era a forma mais difundida de produção. Numa sociedade em que três quartas partes dos membros eram camponeses, os artífices trabalhavam para eles. O ferreiro era essencial para a fabricação e reparos das ferramentas agrícolas, enxadões, pás, relhas de arado, machados; toda vila mais adiantada tinha os seus ferreiros, e os seus martelos se faziam ouvir através das horas do dia. Existiam também os ferreiros itinerantes que visitavam os vilarejos. O ferro vinha do Líbano ou da Espanha, sendo vendido pelos fenícios.

O oleiro era também muito útil, e a Bíblia em vários pontos compara seu trabalho com o do próprio Deus Criador.⁵⁷ Tratava-se na verdade de uma ocupação muito antiga, aprendida pelos israelitas dos cananeus, que sem dúvida a receberam dos egípcios. As pessoas procuravam o oleiro para comprar muitos objetos: jarros, tigelas, grandes vasilhas para guardar grãos, lâmpadas, braseiros, brinquedos e até placas para escrever, assim como uma centena de outras coisas.

Os oleiros, quase como se quisessem ajudar os arqueólogos do futuro, mudavam com frequência a forma e a decoração de suas mercadorias, permitindo assim que fossem agora datados quando descobertos. Na época de Cristo, panelas com grandes tampas estavam na moda, assim como jarros redondos com pescoço comprido e duas asas, e lâmpadas de óleo pequenas com cabos mais compridos para facilitar o seu transporte; esses objetos também passaram a ser decorados com nervuras delicadas feitas na roda.

Mas, antes de ter necessidade de louça, o indivíduo precisava construir a sua casa e mobiliá-la e aqui novamente entravam os artesãos habilitados, não apenas os pedreiros que trabalhavam com a pedra calcária e o basalto, mas principalmente os que extraíam a argila do vale do Jordão — o barro usado para a confecção de vasilhames e para as paredes de taipa das casas mais pobres. (Junto ao Mar Morto havia também minas de enxofre, mas essas não eram exploradas por artífices individuais.) Os cortadores de pedras que faziam os tanques para os lagares (estes eram feitos de uma só peça de pedra) e os moinhos de basalto para os serviços domésticos, assim como a alvenaria fina para as casas ricas, eram especialistas; quem mais poderia ter tais ferramentas: picaretas, serras especiais, cunhas, discos de polir — e quem mais saberia como usá-las? Os homens podiam passar sem os pedreiros quando se tratava de construir um muro de pedra ou fazer uma divisão de barro e taipa, mas para as coisas mais

difíceis eles tinham de ser chamados, com seus martelos e serras especiais, linhas, níveis, colheres, prumos e varas de medir. Os ricos mandavam buscar peritos na costa da Fenícia e da Grécia, mas o pedreiro local sempre tinha o que fazer.

De todos os artesões rurais havia, ao que parece, um de singular importância — o ofício de José, e sem dúvida o de Cristo na sua infância.⁵⁸ A palavra “carpinteiro” no sentido exato em que a empregamos hoje não existia em hebraico, mas havia “cortadores” ou “artesão sem madeira” e seu papel na vila era considerável. O trabalho deles não era só indispensável, mas destacado até pela Lei. Levítico fala das pedras e vigas de madeira usadas na construção de uma casa, e Ben Siraque observa que uma residência cuja estrutura de madeira é bem feita suporta qualquer abalo violento.⁵⁹ O carpinteiro deveria ter sido uma figura familiar na vida diária de Israel, como podemos observar pelas famosas palavras de Cristo ao fariseu: “Ou como dirás a teu irmão, deixa-me tirar o argueiro do teu olho, quando tens a trave no teu?”⁶⁰ Carregar traves através daquelas ruas apinhadas deve ter sido um tanto perigoso, e uma das discussões rabínicas se referia ao caso de um homem que levava uma trave colidindo com outro que tinha na mão um jarro.⁶¹ Com certa ironia, Cristo diz ao hipócrita que em lugar de se preocupar com a vida do próximo, seria melhor ficar atento à trave que se aproxima, aquela que pode cegá-lo.

A profissão de carpinteiro, propriamente dita, era comparativamente nova em Israel. Nos dias de Salomão e Davi fora necessário mandar buscar operários em Tiro,⁶² mas no reinado de Joás carpinteiros trabalhavam no Templo,⁶³ e depois de terem voltado da Babilônia os judeus passaram a desempenhar esse ofício como algo natural. Naquela época, a não ser no que se referia a construções muito dispendiosas (e talvez nem assim) ou o Templo de Herodes, o trabalho deve ter sido do tipo mais simples:— não se comparando de forma alguma à cobertura de um campanário ou ao cálculo de uma escada em espiral como os carpinteiros de hoje precisam fazer. Como os telhados eram planos, só havia necessidade de colocar as vigas e cobri-las com material apropriado; enquanto as escadas, que eram externas, subiam retas. Não é provável que os artesões pudessem sobreviver apenas com este tipo de trabalho. Mas o carpinteiro era de fato muito mais do que um simples colocador de traves. *Naggār* em aramaico, como *tehton* em grego, significava tanto carpinteiro como marceneiro, e num sentido geral “construtor de casas”. Pode-se acrescentar a isso a fabricação de móveis, o ofício de entalhador, construtor de carros, fabricante de arados e jugos, assim como cortador de madeira, só para começar. Em resumo, fazia tudo o que se prendia ao trabalho com madeira — uma especialização bastante típica da indústria rural.

O profeta Isaías mostra o lenhador entrando na floresta para escolher entre o cedro e o carvalho, cortando o pinheiro e o cipreste, a fim de ter material com que trabalhar e lenha para o seu fogo.⁶⁴ O mesmo deveria ter certamente acontecido nos dias de Cristo. A madeira mais apreciada era a do sicômoro, que resistia aos ataques dos bichos que atacavam a madeira e, quando adequadamente tratada, sua dureza permitia que fosse usada em lugar do ferro para a fabricação de relhas de arado: o cedro era a mais custosa, pois o transporte do Líbano em grandes quantidades era caro, assim como o do carvalho de Basã. Para o uso comum o povo se arranjava com a oliveira e o cipreste, ou, para as pequenas coisas, com troncos de videiras velhas.

A oficina do carpinteiro, do *naggar* — uma como a de José, por exemplo, em Nazaré precisava estar equipada para todo tipo de trabalho que pudesse ser solicitado. Alguém entrava para consertar a sega do arado; outro queria mandar erguer uma pérgula do lado da casa; uma mulher talvez desejasse uma arca ou talvez um alqueire para medir o trigo, outra uma amassadeira, e ainda outra um apoio para um catre de palha; um pedreiro vinha encomendar batentes e vergas para portas. Que variedade de coisas. As ferramentas eram quase as mesmas usadas pelos artesãos em madeira na atualidade: machado, machadinha, enxó (a *ascia* dos romanos, que os cristãos adotaram como um de seus símbolos secretos, representando a cruz⁶⁵), a plaina, o esquadro e o sargento; o martelo era naturalmente bem conhecido, assim como pregos, que no geral eram feitos de bronze. Os arqueólogos descobriram muitos deles. A perfuratriz tinha sido introduzida desde os primeiros tempos, levada do Egito; era do tipo de verruma, girada com grande rapidez. O carpinteiro da Palestina era então um homem talentoso: extraordinariamente útil e muito estimado.

Este artesanato suburbano era tudo que Israel possuía até o exílio, mas novos tipos de trabalho surgiram com o desenvolvimento das cidades. Os moradores da cidade, mesmo os que ainda possuíam pedaços de terra fora dos muros, não podiam produzir tudo o de que necessitavam em matéria de alimento e vestuário, e evidentemente já não podiam mais construir suas próprias casas. Por outro lado, à medida que o camponês melhorava de situação, ele não mais se satisfazia com seus produtos rústicos, e quando ia ao mercado vender seus vegetais, ovos e óleo, esperava ao mesmo tempo comprar algo que aumentasse seu conforto em casa. Esta evolução no sentido de desenvolver uma classe de artesãos e trabalhadores urbanos tornou-se aparente em Israel depois da volta do exílio, e ainda mais pronunciada através de todas as cidades de Israel no século que precedeu o nascimento de Cristo. Assim, os gregos e samaritanos competiram pelo ofício de moleiro, tanto de cereais como de óleo:⁶⁶ o açougueiro, sem função na vila, prosperou na cidade, sob a supervisão dos sacerdotes, que

exigiam que a carne fosse “pura”, isto é, que os animais fossem adequadamente sangrados; o comércio de roupas também cresceu, e havia cardadores, tecelões, alfaiates, curtidores, especialistas em couros e fabricantes de calçados. O Antigo Testamento não faz menção dos alfaiates, mas eles aparecem no Talmude.⁶⁷ As cidades em crescimento haviam então feito surgir verdadeiras indústrias que supriam as necessidades de todos, o conforto dos abastados e o luxo dos ricos.

Os ourives prosperavam, tanto mais que os homens também usavam joias — como o anel de ouro que o pai do filho pródigo colocou no dedo deste, por exemplo — e que as mulheres gostavam de usar pulseiras, colares, brincos e diademas: os escritores apocalípticos clamavam contra esse luxo vergonhoso, mas em vão.⁶⁸ O mesmo acontecia com os perfumes, usados desde tempos remotos em Israel, mas que nos últimos séculos tinham chegado a um extremo jamais visto: perfumes para as mulheres, perfumes para os convidados de uma festa, e não se pode esquecer dos perfumes para as cerimônias religiosas e embalsamamento dos mortos. Tudo isto redundava numa considerável clientela.

Além dessas profissões que produziam as necessidades ou luxos do povo, havia aqueles que forneciam serviços — os pequenos comerciantes, como o carregador de água, um personagem muito necessário, desde que poucas casas tinham sua própria água; os barbeiros e cabeleireiros, que cuidavam do cabelo das mulheres, cortavam e passavam óleo, assim como faziam a barba dos homens; todo o pessoal empregado nos banhos públicos, fogueiras, massagistas e empregados; e os “lavandeiros”, que não eram outros senão os nossos “tintureiros”, como o versículo citado em Marcos, sobre o relato de Transfiguração, prova: “as suas vestes tornaram-se resplandecentes e sobremodo brancas, como nenhum lavandeiro na terra as poderia alvejar”.⁶⁹

Os que tinham a mesma profissão quase sempre moravam perto uns dos outros. Algumas vezes havia razões técnicas para isso, tais como: era conveniente para os tecelões viverem em Sapphoris na Galileia, em meio à região do linho. Em Magdala e Tarichaea, nas costas do lago, reuniam-se os salgadores; em Hebron, Maressa, Zeph e Sucote, onde havia argila boa para moldar, ficavam os oleiros. A afinidade também os reunia nas cidades. Em Jerusalém podia-se encontrar a rua dos açougueiros, dos ferreiros e dos padeiros, o que parece provar a existência de associações comerciais como as da Europa na Idade Média. Em todo caso, já no livro de Neemias existe uma referência a uma corporação de farmacêuticos e a Uziel, filho de Haraías, o chefe dos ourives,⁷⁰ eles se reuniam para prestar auxílio mútuo e para que pudessem também vigiar-se mutuamente. Ao que parece, foi este sistema de sindicatos que fez surgir a obrigação de trabalhar em dias alternados nos ofícios em que o trabalho era pouco, com o possível risco de desemprego, e que induziu os

rabinos a reforçá-la. A desvantagem do sistema era impedir o avanço técnico, tanto mais que o trabalhador judeu, em sua desconfiança de tudo que cheirasse a paganismo, não se dispunha a imitar os ocupadores e seguir os costumes de Roma.

Do ponto de vista técnico as oficinas judaicas deveriam estar bem atrasadas em relação às das cidades romanas e helenistas, exceto nas comunidades da Diáspora e naquelas cidades três quartos pagãs, como Cesareia. Nada havia evidentemente que pudesse comparar-se às nossas modernas indústrias. Máquina alguma, exceto o moinho movimentado por jumentos: e têm-se a impressão de que o moinho de água, descrito por Vitruvio, era desconhecido na Palestina. Os judeus também não conheciam a prensa de passar roupas usados pelos alfaiates romanos. Tudo se achava naquele estágio em que a força do braço é a única disponível para movimentar os instrumentos de trabalho — algumas vezes também a dos pés, como no caso dos oleiros.

A unidade quase sempre se concentrava na pequena oficina: um oficial artesão, alguns diaristas e aprendizes. Só na confecção de roupas, especialmente entre os tecelões *byssus galileus*, é que podiam ser encontrados estabelecimentos maiores, e mesmo assim não é certo que o seu número ultrapassasse cinquenta. Os únicos grupos grandes de obreiros de que temos conhecimento eram aqueles reunidos pelos governantes, a fim de executar os seus grandes empreendimentos: por exemplo, o caso excepcional de Herodes e os dez mil homens por ele empregados na construção do Templo.

Tudo isto é bem pouco impressivo e de modo geral parece que o camponês, o pescador, o criador de gado e o artesão rural se encontravam em melhor situação, sendo mais estimados do que os obreiros urbanos. Alguns naturalmente afirmavam não ser isto verdade, e alguns rabinos chegaram a declarar que as ocupações do campo não tinham valor e mesmo que “eram degradantes”. Os mais sábios, porém, não tinham esta opinião, e o tratado *Yebamoth* chegou ao ponto de assegurar que no fim dos tempos “todos os artífices voltariam à terra”.⁷¹ Não há nada de novo com relação à insistir com o povo que volte às suas origens.

Notas

1. Veja p. 170.
2. Veja p. 172.
3. Eclesiástico 7.15.
4. Deuteronomio 11.14.
5. Berakoth 58, a.
6. Salmos 68.14.

7. Provérbios 27.23.
8. Como é natural, entre esses pastores havia um grupo universalmente desprezado — os porqueiros. Todavia, com certeza existiam numerosas manadas desses animais impuros, chegando algumas a 2.000 cabeças; elas podiam ser encontradas no nordeste do país, além do Mar da Galileia, numa região semi-pagã. O fato do Filho Pródigo guardar porcos mostrou que tinha chegado ao fundo do poço.
9. Shebiith.
10. João 10.11.
11. Gênesis 31.40.
12. Juízes 5.7.
13. Veja as obras interessantes de Elian J. Finbert sobre as ovelhas e a vida dos pastores.
14. O Padre Janssen, em seu livro sobre Nablus, estudou o nome das ovelhas.
15. Entre as melhores referências nos evangelhos, temos: Mateus 9.36; 10.6; 25.32; Lucas 15.3-6; João 10.2; 21.15, etc.
16. Veja p. 17ss.
17. Lucas 13.9.
18. Veja p. 28.
19. Deuteronômio 11.10.
20. Isaías 2.4. Outros tradutores dizem “relha”, mas a mesma palavra ocorre em ISamuel 13.20 onde indica obviamente uma ferramenta. Portanto “enxada ou enxadão” parece melhor.
21. Deuteronômio 22.10.
22. Provérbios 14.4.
23. Lucas 14.19.
24. Lucas 9.62.
25. Willam, op. cit., p. 225.
26. Sobre os vários cereais mencionados, veja p. 33ss.
27. João 4.35.
28. Mateus 12.1; Lucas 6.1.
29. Marcos 4.29.
30. Rute 2; Levítico 19.9 e 23.22.
31. Deuteronômio 24.19.
32. Levítico 19.9; 23.22.
33. Deuteronômio 25.4. Paulo alude a esta proibição em sua primeira epístola aos Coríntios 9.9.
34. Eclesiástico 5.11.
35. Mateus 3.12.
36. Mateus 13.24-30.
37. Kethuboth III.
38. Peah 7.
39. Salmos 65.10-14.
40. S. W. Baron, op. cit., p. 341.
41. É impossível dar todos os lugares no evangelho que se referem à pesca e aos pescadores: estes são apenas alguns: Mateus 4.13, 17; Marcos 1; Lucas 5; João 21, etc.
42. Veja p. 234.
43. Strabo, Geographika 16.2-45.
44. Amós 4.2. Algumas traduções dizem “ganchos de pesca (anzóis)”; o texto hebraico diz “espinhos para pescar”.
45. Veja de um lado Mateus 4.18-21; Marcos 1.9,16; Lucas 5.2; João 21.6; e do outro Mateus 13.47.
46. Dom Bieber, Conférences de Saint-Etienne, vol. 2, 302.
47. Levítico 11.10-12.
48. Mateus 13.48.
49. Lucas 5.7-10.

50. Marcos 3.17.
51. Edição do Padre Braun do Evangelho de São Mateus, p. 303.
52. Mateus 4.19; Marcos 1.17.
53. Jeremias 25.10; Apocalipse 17.22.
54. Provérbios 31.13-19,22-24.
55. Eclesiástico 38.24-34.
56. Shabbath 1.3.
57. Por exemplo, Isaías 64.7.
58. Marcos 6.3.
59. Levítico 14.45; Eclesiástico 22.16.
60. Mateus 7.4; Lucas 6.42.
61. Baba Kamma 3.5.
62. 2Samuel 5.11, 1Reis 5.18, etc..
63. 2Reis 12.12.
64. Isaías 44.13-17.
65. J. Carcopino, Le Mystère d'un Symbole chrétien (Paris, 1955).
66. Dammai 2.4; 3.4.
67. Baba Mesia 38.6.
68. Veja a descrição de Babilônia, a mulher de escarlate.
69. Marcos 9.3.
70. Neemias 3.8,31.
71. Yebamoth 63.9.

CAPÍTULO DOZE - DE MERCADORES A SALTEADORES

“TAMBÉM NÃO APRECIAMOS O COMÉRCIO”

No livro *Contra Apionem* de Josefo encontramos um comentário que irá provavelmente surpreender o leitor do século XX: “Em primeiro lugar, portanto, nosso povo não habitou uma terra junto ao mar, nem apreciamos o comércio... Mas nossas cidades ficam longe do mar num solo muito fértil, que cultivamos industriosamente”.¹ Entre todos os meios de sustento abertos hoje para o homem, parece que o comércio e não a agricultura é aquele em que o descendente das Doze Tribos tem probabilidade de se sobressair. Uma resposta válida para isto é porém que não devemos confundir características adquiridas com aquelas herdadas, que a concentração dos judeus nos negócios é mais um problema de condicionamento histórico do que qualquer “gênio comercial”, reivindicado como uma das principais qualidades da Raça Escolhida, e que de qualquer forma o sucesso dos *kibbutzim* sionistas demonstrou cabalmente aos antissemitas que sua teoria no sentido do judeu ser incapaz de trabalhar na terra estava completamente errada.²

É provável, entretanto, que as palavras de Josefo tivessem um propósito subjacente: ele pode ter desejado contrabalançar um dos argumentos antissemitas de sua época. Pois embora seja verdade que ao entrarem na terra de Canaã os israelitas seminômades não se interessavam pelo comércio, que deixavam para os nativos do país — desinteressados a tal ponto que no hebraico bíblico um dos termos traduzidos como “mercador” significa de fato “cananeu”³ — e embora seja verdade que Deuterônomo, tão minucioso em todos os assuntos relativos à Lei pastoril e rural, nada tem a dizer sobre a legislação do comércio, não obstante seja praticamente certo que no momento em que se estabeleceram firmemente na Palestina os israelitas sem dúvida foram obrigados a fazer comércio, mesmo que só para vender seus produtos e comprar os itens essenciais, tal como o ferro para as ferramentas, por exemplo.

O crescimento das cidades, como é natural, fez aumentar rapidamente o comércio: nenhuma comunidade grande pode viver sem comerciantes. Mesmo antes do exílio os profetas já falavam de mercadores. Amós e Oséias contêm retratos pouco atraentes de comerciantes que enriqueceram usando pesos falsos e através de especulações desonestas.⁴ Na Babilônia, os exilados não tinham terra, sendo, portanto, obrigados a adaptar-se a um outro tipo de vida que não o rural.

Depois da volta do exílio, a Palestina tornou-se parte do mundo helenista, que era essencialmente comercial, e quer gostassem ou não os israelitas foram necessariamente afetados pela natureza comercial do período, isto é, viviam em meio a um mundo de negócios. Assim, embora possa ser verdade que na época de Cristo os judeus “não apreciavam o comércio”, é igualmente exato que conseguiram vencer sua repugnância e entraram no comércio.

Em primeiro plano vinha o comércio local dos mercados e feiras, que eram muito frequentados em uma população assim tão rural. Os camponeses iam ali vender seus cereais, figos, vinho e cordeiros, e comprar mercadorias manufaturadas, ferramentas, sapatos, joias e perfumes. O tratado *Baba Kamma* no Talmude torna claro que as mulheres da Judeia levavam ao mercado tecidos de lã excelentes e as da Galileia roupas de linho⁵. Outro tratado mostra que já havia tarifas estabelecidas fixando os preços para toda uma região.⁶ A fim de impedir preços excessivos e medidas falsas, o Sinédrio local nomeava inspetores de mercado com amplos poderes, que podiam até mesmo estabelecer o preço justo de um artigo nos casos de divergência.⁷

Existia uma outra forma de comércio paralela ao local — o dos mascates e caixeiros viajantes. Ao que se sabe havia muitos deles, assemelhando-se bastante aos que podem ser vistos ainda hoje no país: iam de vila em vila com seus asnos carregados, oferecendo às donas-de-casa suas tentadoras mercadorias: mantos vistosos de Sidom, linho fino, anéis e gorjais de ouro, e até mesmo tapetes, como fazem os levantinos hoje. Eles calculavam suas viagens de modo a chegar nas grandes cidades na época das festas: na Páscoa eles se reuniam à volta do Templo e até se introduziam nos átrios. O hebraico possui dois outros termos para “mercador”: um deles, *rokel*, significa literalmente “aquele que se move” e o outro, *soher*, “o viajante”.

Mas nas cidades os mascates encontravam rivais formidáveis, os lojistas. Esses já existiam desde há muito, o livro de Reis mostra que nos dias de Acabe e Jezabel (antes de 850 a.C.) o proprietário de um próspero bazar em Samaria podia ter filiais em Damasco.⁸ Na época de Cristo, Jerusalém e outras grandes cidades com certeza tinham *souks* como as que vemos agora no Oriente, com lojas pequenas uma ao lado da outra, abrindo-se para ruas estreitas, e mercadores que espalhavam suas mercadorias e louvavam suas qualidades em voz alta na esperança de atrair fregueses.

Trata-se de um fato curioso, em apoio de Josefo, que os mercadores judeus se queixassem da competição dos astutos comerciantes pagãos, da mesma forma que os mercadores cristãos ocidentais costumavam queixar-se (e ainda o fazem, pelo que sabemos) da competição dos judeus. Os comerciantes gregos invadiram

a Palestina, com seus chapéus de feltro, suas sandálias de Laodicéia, suas caixas lindamente trabalhadas, sua cerâmica fina; isto era fácil para eles, pois as cidades gregas da Palestina⁹ serviam de entrepostos. Quando Herodes Antipas construiu a impura cidade de Tiberíades, os judeus praticantes não queriam morar nessa cidade,¹⁰ e ela se tornou um centro para os comerciantes gregos, o que confirmou sua má reputação.

Mas apesar dos mercados e feiras, dos mascates e bazares, todo esse comércio não chegava a alcançar consideráveis proporções. Isto fica provado pelo fato das moedas de prata serem raras e que somente o bronze, cunhado na própria Judeia, era moeda corrente.¹¹ Outra indicação é o pagamento em espécie, aludido por Cristo quando nos recomenda dar “boa medida, recalcada, sacudida... porque com a medida que tiverdes medido vos medirão também”.¹² Não era exatamente um comércio, mas antes um intercâmbio, uma permuta.

OS GRANDES NEGÓCIOS E AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

Os negócios judeus não ficavam certamente confinados nesses limites primitivos. O que conhecemos hoje como “grandes negócios” ou transações já existiam há muito. Os primeiros reis de Israel, Davi e Salomão mais ainda, tinham sido também os primeiros homens de negócio: com a ajuda de seus amigos fenícios eles tinham inventado todo um sistema de permutas que lhes proporcionava madeira, metais, tecidos e vários artigos de luxo em troca dos seus cereais, vinho, óleo, mel, frutas e especiarias.¹³ Salomão chegou até a organizar vendas bastante lucrativas de cavalos; e possuía participação nos navios de Tiro. Esses empreendimentos reais foram imitados por outros, e já no século VIII os comerciantes de quem Amós e Oséias falaram já teriam ultrapassado o modesto comércio das feiras e mercados. Foi porém durante o período do exílio que os judeus descobriram a natureza dos grandes negócios, pois a Babilônia era sem dúvida um dos centros importantes de comércio do mundo. Por mais tristes que estivessem por se acharem longe da Terra Santa, os judeus mesmo assim reagiram energeticamente contra o destino ingrato, e vários dentre eles se estabeleceram como comerciantes ou banqueiros, fazendo fortuna. Os livros contábeis do Rothschild da época, um certo Muraschu, foram encontrados; e no registro de uma casa comercial de Nipur podem ser contados inúmeros nomes judeus entre os clientes. É bem provável que a volta à Terra Santa depois do decreto de Ciro tenha sido financiada pelos ricos judeus da Babilônia, como o sionismo é sustentado pelos milionários judeus que vivem hoje na América do Norte.

Os judeus que voltaram à Palestina tinham então aprendido a manejar

grandes empreendimentos comerciais, e continuaram a fazê-lo. A extensão das colônias judias na Diáspora lhes fornecia agentes de sua própria nação em toda parte: Babilônia, Damasco, Alexandria, Éfeso e mais tarde Roma. Os negócios eram realizados com seus primos. Não que isto impedisse que comerciassem com os pagãos, longe disso. Os Macabeus, os heróis da guerra de libertação, fizeram o máximo para adquirir uma janela do Mediterrâneo, e a obtiveram na forma de Jafa. Simão e a seguir João Hircano tinham muito interesse no comércio marítimo, e seu exemplo foi seguido. Os versículos 23-30 do Salmo 106 dão uma descrição muito viva dos perigos a que estavam sujeitos os que viajavam pelo mar por razões comerciais.

Nos dias de Cristo Israel possuía o seu mundo de negócios, que se mantinha em permanente contato com as comunidades da Diáspora, assim como com os mercadores pagãos de todo o império: e os homens que ocupavam o poder estavam muito ligados a esse mundo. Herodes o Grande partilhava das lucrativas operações comerciais com base em Cesaréia, o novo centro comercial construído por ele. A epístola de Tiago nos dá uma ideia das práticas comerciais da época: um comerciante se estabelecia numa cidade distante e passava ali um ano negociando e voltando a seguir para a Palestina a fim de dar execução aos pedidos — isso se assemelha de certo modo ao nosso sistema de representantes.¹⁴

O que as grandes transações daqueles tempos envolviam? Principalmente cereais, importação e exportação e finanças. Os cereais eram negociados por atacado, pois os camponeses não se dispunham a levar suas safras para vender na cidade, e os padeiros não podiam ir de vila em vila a fim de obter o produto. Isto fez surgir o intermediário, conhecido pelos gregos como *sitones*, que era no geral um judeu grego ou alexandrino helenista. “Ele compra o trigo por atacado para vender a varejo” diz o Talmude. Alguns operavam apenas como coletores; outros, mais ousados, negociavam como dizemos agora, com o futuro — compravam a colheita no pé, esperando lucrar mediante o desejo do camponês de receber rapidamente o seu dinheiro. Alguns comerciantes não só trabalhavam com trigo, mas também com óleo, peixe salgado e frutas secas. Os gregos chamavam tais homens de *monopoles*, e o termo, tanto como os homens assim designados, eram perfeitamente conhecidos na Palestina.¹⁵ Cristo alude sem dúvida a tais pessoas na parábola das virgens sábias e néscias.¹⁶ Em Alexandria, o *monopolei* judeu dominava; em seu famoso *diplostoon*, como já vimos, eles possuíam armazéns para toda sorte de produtos, e eram considerados como tendo o controle de todo o comércio de cereais do império.¹⁷

Os negócios no atacado se faziam naturalmente acompanhar de operações de importação e exportação. A Palestina produzia trigo, óleo, carne e tâmaras em

quantidade suficiente para vender tais produtos, e as cidades gregas e as costeiras os adquiriam. A exportação de artigos raros os levava ainda mais longe, a lugares distantes como o Egito e Roma: entre estes se achava o bálsamo de Jericó, que segundo Strabo¹⁸ era vendido a preço de ouro. O comércio dos perfumes estava nas mãos de um pequeno grupo de mercadores inteligentes, familiarizados com a prática de limitar a produção a fim de manter altos os preços. Plínio relata¹⁹ que durante a grande guerra os judeus tentaram destruir todo o bálsamo restante, com medo que pudessem cair nas mãos do inimigo, e que “houve combates furiosos pela posse de um arbusto”. Por outro lado, a Palestina era obrigada a importar certos tipos de matéria-prima, principalmente madeira e ferro, assim como outros artigos tais como seda, especiarias, perfumes e sândalo. De todas essas importações estrangeiras a mais necessária era o incenso, pois os serviços do Templo não podiam realizar-se sem ele. Vinha da Arábia, ou para ser mais exato do lugar hoje conhecido com Hadhramaut — provavelmente o reino da Rainha de Sabá — e o comércio do incenso estava inteiramente restrito aos grandes organizadores de caravanas.

Todas essas importantes negociações exigiam capital, isto é, havia necessidade de homens que pudessem dispor de largas somas de dinheiro: os banqueiros. Sua primeira função era a de operadores de câmbio, função essa indispensável naquela confusão de moedas em um país atravessado por tantas nações e onde se podiam achar dracmas gregos, *zuzim* de Tiro, *denarii* romanos, siclos israelitas e as moedas dos tetrarcas. Nesse emaranhado o cambista tinha oportunidade de ganhar muito e, como veremos, os rabinos eram obrigados a fazer leis relativas à troca das moedas sagradas do Templo. Os cambistas eram considerados como homens atilados e inteligentes, com profundo conhecimento da arte de negociar: Clemente de Alexandria e mais outros setenta autores citam um ditado de Jesus que não aparece nos Evangelhos, mas ao qual Paulo parece certamente referir-se: “sejam prudentes cambistas, sabendo como verificar cada moeda e separar as boas das más”.²⁰

Mas a troca de dinheiro não era a única atividade do banqueiro ativo. Havia os especializados em fazer dinheiro do dinheiro, isto é, em emprestá-lo a juros e em investi-lo. O próprio Cristo fala dessas operações. Quando o Mestre censura o servo timorato que enterrou o talento que lhe fora confiado, ele o reprova com estas palavras: “...Cumprira, portanto, que entregasses o meu dinheiro aos banqueiros, e eu, ao voltar, receberia com juros o que é meu”.²¹ Os empréstimos a juros eram feitos localmente, como é natural, ao camponês ou pequeno negociante necessitado; mas se faziam também internacionalmente em larga escala. Os que armavam navios e caravanas eram fregueses importantes do banqueiro; com base em algumas passagens do Talmude existiam aparentemente

associações especiais de capitalistas para o financiamento de empreendimentos marítimos e de caravanas.²² A parábola dos talentos no evangelho, que acabamos de mencionar, prova que os camponeses mais ricos depositavam seu dinheiro em bancos. O sistema de cartas de crédito sacadas contra um correspondente num país distante, conhecido no Egito antigo e praticado através de todo o império, era certamente empregado pelos judeus.

Em resumo, as operações essenciais no mundo dos negócios moderno já faziam parte da Israel de dois mil anos. Ao alcançar êxito neste terreno, os derrotados haviam de alguma forma tirado uma verdadeira vingança de seus conquistadores pagãos: quer cobradores de impostos ou banqueiros eles estavam próximos de cumprir a profecia contida em Deuteronômio: “...emprestarás a muitas nações, mas não tomarás empréstimos; e dominarás sobre muitas nações, porém elas não dominarão sobre ti”.²³

O ASPECTO MORAL DO DINHEIRO E DOS NEGÓCIOS

A lei religiosa não era evidentemente indiferente ao comércio. Embora o Pentateuco possa não conter, como indicamos, qualquer legislação comercial direta, os preceitos da lei mosaica eram suficientemente claros para permitira elaboração de um código relativo às questões de dinheiro e negócios, e os rabinos não omitiram esse ponto. O Talmude estabelece, portanto, várias exigências a esse respeito, particularmente aqueles tratados preparados na Babilônia, que era um grande centro comercial.

Devemos admitir a necessidade de lembrar o povo de Deus de que a Lei moral de Javé também se aplicava aos negócios? Ao ler os vários textos que falam de negócios e negociantes, poder-se-ia realmente pensar assim. “Vejo dois perigos difíceis de vencer,” diz Ben Siraque, como pode o mercador curar-se de sua negligência nos negócios, ou ser perdoado o mascate pela sua conversa mentirosa?²⁴ Isso era para ele inevitável nessa profissão, uma espécie de risco profissional. “Da aposta entre duas pedras não pode desvencilhar-se; nem o pecado ser evitado quando deste lado há um vendedor e do outro um comprador”. Isto quase pode ser chamado de encorajamento. Em uma de suas mais esplêndidas e trovejantes profecias Ezequiel acusa os grandes mercadores de Tiro;²⁵ mas inúmeras outras passagens na Bíblia forçam o indivíduo a crer que a má fé comercial não era propriedade exclusiva dos vizinhos fenícios de Israel.²⁶

As Escrituras Sagradas pelo menos estabeleciam os primeiros princípios com grande força. No final tudo tinha sua origem naquele mandamento gravado nas tábuas’ da Lei: Não roubarás. Desde que era proibido tirar os bens do próximo,

assim como o seu boi, seu jumento ou sua criada, tudo indicava que necessariamente seria também proibido prejudicá-lo ao comprar ou vender. Apesar das Escrituras serem, porém, muito exatas na questão de prejuízos contra a propriedade,²⁷ elas se limitavam a generalidades nos assuntos comerciais. Por exemplo, foi declarado pelo menos dez vezes que pesos corretos e balanças bem aferidas deviam ser usados:²⁸ esta era uma exigência mínima. Mas a Bíblia não tem nada tão claro a dizer sobre os vários outros meios, pouco óbvios, pelos quais um comerciante desonesto podia auferir lucros ilegais.

Essas declarações mais minuciosas podem ser, entretanto, encontradas nos escritos rabínicos. Os tratados *Baba Mesia* e *Baba Bathra* por exemplo, analisam cuidadosamente os requisitos a serem cumpridos no caso de uma venda legal as circunstâncias em que o comprador pode cancelá-la, os limites em que a transação deve confinar-se (o preço não pode ser inquirido por alguém que não tenha intenção de comprar), o preparo de um contrato de hipoteca e os prazos exigidos para prescrição de direitos. Outras passagens se referem à prevenção de documentos forjados, especificando o tipo de papiro e de tinta a serem usados para um reconhecimento de dívida: era proibido “apagar”, ou seja, rasurar ou alterar documentos deste tipo: a maneira exata de traçar a marca em forma de “X” que significava que o documento fora anulado é também dada.

Os ensinamentos dos doutores da Lei eram também excessivamente rigorosos contra toda especulação com respeito aos alimentos, todo açambarcamento de trigo e óleo, toda combinação entre os vendedores para fazerem subir os preços. A costumeira meticulosidade dos rabinos tornava então muito restritas as regras das transações comerciais; ou, pelo menos, isso teria acontecido caso suas instruções fossem inteiramente observadas: e ao verificar que a repetição das mesmas parecia ser necessária, pode ser talvez deduzido que não eram seguidas à risca. Havia porém casos em que o controle imposto por eles devia ser eficaz — nos mercados, por exemplo, onde o agente do Sinédrio tinha o direito de servir de árbitro, como vimos, e na porta do Templo, onde a taxa cambial era fixada a meio-obol e meio-siclo, o que, na verdade, era uma taxa dez por cento mais alta que a normal.

Isto nos leva a um ponto particularmente delicado, uma questão bastante controversa. O dinheiro podia gerar dinheiro? A Lei da Aliança, isto é, os capítulos 21 a 23 de Êxodo afirmava categoricamente: “Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como credor que impõe juros.” Em princípio então, todo empréstimo a juros era proibido. Deuteronômio foi ainda adiante e tornou a proibição aplicável aos alimentos e a tudo que pudesse ser emprestado.²⁹ Poderia tal exatidão ser mantida numa sociedade melhor organizada do que aquela da época do nomadismo? Isso

impossibilitaria todo comércio em larga escala. Além disso, ela podia ser facilmente evitada, e de modo a ficar mais ou menos dentro da Lei, desde que o devedor insolvente podia ser preso e vendido juntamente com suas mercadorias; o que permitia um lucro bastante atraente, de uma certa espécie. Num método menos legal, mas também menos feroz, o emprestador podia insistir em receber um presente antes de adiantar o dinheiro. Os rabinos haviam, portanto, inventado um sistema de leis que resolvesse a situação: em teoria o empréstimo a juros era proibido, mas o que de fato era realmente condenado era a ganância. Eles inventaram uma doutrina sobre a restituição do investimento do capital, exatamente como Tomás de Aquino, na Idade Média, descobriu que era permitido tomar dinheiro de empréstimo para aplicá-lo em transações comerciais. Em muitos respeitos o tratado *Baba Mesia* é o precursor da *Secunda Pars* da *Summa Theologiae*. Por outro lado, a extorsão de juros excessivos das pessoas mais pobres necessitadas de dinheiro era chamada pelo Talmude de “abominação das abominações”, e os usurários que incorriam neste crime cometiam exatamente a mesma abominação que “aqueles que derramam sangue”.

Essas palavras diretas, porém, não parecem ter evitado a existência de usurários. Quando Cristo se achava na casa do fariseu e a mulher pecadora chorou a seus pés, ele proferiu uma parábola a respeito de um credor;³⁰ e realmente parece tratar-se de um prestamista profissional. Havia entre estes alguns despidos de todo escrúpulo, e eles mandavam preparar documentos através de advogados suspeitos, diante de testemunhas, exigindo juros altos pelos empréstimos. Lemos no Talmude a respeito de um desses homens que, ao ser censurado por infringir a Lei, replicou com sarcasmo: “Se Moisés tivesse sabido quanto dinheiro pode ser ganho emprestando dinheiro a juros, ele não teria pensado em proibi-lo”.³¹ É difícil dizer qual a taxa considerada como usurária, ou até que ponto a cobiça de um usurário podia levá-lo. Filo diz que havia prestamistas em Alexandria que insistiam em ganhar cem por cento;³² mas ele não conta se eram judeus ou pagãos.

A própria Lei, porém, abria exceções. Deuteronômio declarava que era permitido cobrar juros dos estrangeiros,³³ e isto podia ser considerado como um encorajamento bíblico direto para instalação de estabelecimentos bancários em Israel. Os rabinos permitiam que um convertido emprestasse dinheiro no caso de não ser circunciso; mas, diz o *Baba Mesia*, no momento em que se submetesse à pequena operação que o tornava membro do Povo Escolhido, o credor deveria dizer-lhe: “O dinheiro que lhe emprestei não mais renderá juros”. Seria interessante saber se isto acontecia realmente na prática.

Os doutores da Lei eram muito indulgentes no que se referia a todos os

negócios feitos com pagãos. Assim, embora fosse crime que um judeu praticante comesse carne de porco — veja Levítico 11.7 — não existia qualquer proibição no sentido de que não vendesse um animal impuro a estrangeiros impuros.³⁴ No que se referia a transações comerciais com estrangeiros, os preceitos e proibições dos rabinos eram escassos. A diferença no tratamento dos escravos judeus e pagãos,³⁵ leva-nos até a supor que os negociantes israelitas podem até mesmo ter-se envolvido no lucrativo mercado de escravos que era a especialidade dos sidônios.

Este aspecto da moralidade dos negócios e empréstimos em dinheiro era em alguns sentidos nobre e elevado, embora deficiente em outros: devemos contrastá-lo com os ensinamentos do Evangelho? Existem alguns pontos doutrinários que nos fazem sentir a superioridade do ensino de Cristo sobre o da Lei judaica, ou que nos revelam mais claramente que ele pede aos seus seguidores que vão muito além desses pontos. Nosso Senhor menciona com frequência o dinheiro e as transações comerciais, mas sempre para ensinar completo desprezo pelo amor ao dinheiro em si. Ele ordena ao credor que perdoe o devedor como Deus nos perdoa: e quantas vezes? Setenta vezes sete, se necessário.³⁶ O homem rico que enriqueceu à custa da miséria de outros vai para o inferno, enquanto o mendigo Lázaro repousa no seio de Abraão.³⁷ Aos olhos de Cristo, o dinheiro e tudo que estava ligado a ele era uma parte essencial do reino de Mamom, o senhor a quem nenhum servo de Deus podia servir, desde que o homem só pode servir a um senhor de cada vez;³⁸ o dinheiro era considerado “riqueza iníqua”, cujo único objetivo era permitir que o crente acumulasse um tesouro no céu dando esmolas.³⁹

“MAS ONDE SE ACHARÁ A SABEDORIA? ...O ABISMO DIZ: ELA NÃO ESTÁ EM MIM... E O MAR DIZ: NÃO ESTÁ COMIGO”

Quais as rotas seguidas pelo lucrativo comércio dos ricos mercadores judeus? Grande parte era feita por mar. Isto não significa que Israel possuísse uma frota mercante para transportar todas as suas importações e exportações: como diríamos hoje, não era “sob a sua própria bandeira” que os mercadores israelitas cortavam os oceanos.

Os judeus nunca foram bons marinheiros, embora sempre tivessem reconhecido a utilidade do mar: o patriarca Jacó, ao abençoar seus filhos, indicou que Zebulom, que habitava na região costeira, teria a vantagem de ficar próximo dos navios,⁴⁰ e Moisés, confirmando isto, profetizou que a tribo dele aproveitaria “a abundância dos mares”.⁴¹ Em seu famoso hino de vitória a belicosa profetisa Débora afirmou que “Dã se deteve junto a seus navios”, isto é, ocupava-se com

os seus negócios marítimos.⁴² Podemos dizer apenas que os descendentes de Jacó, Moisés e Débora, parecem não ter cultivado esta vocação marítima. O mar é mencionado perto de cem vezes na Bíblia, e várias passagens revelam um real conhecimento das viagens por mar; mas os navios sempre pertencem a estrangeiros, como os “navios de Tárzis” tantas vezes citados,⁴³ ou os enviados por Salomão e seu amigo Hirão a Ofir a fim de transportar coisas preciosas,⁴⁴ que em ambos os casos eram sem dúvida fenícios.

Do alto de suas montanhas os judeus contemplavam a vastidão do mar; mas diversamente dos gregos e fenícios não sentiam atração por ele; chegando até mesmo a desconfiar dele. “Eis o mar vasto, imenso, no qual se movem seres sem conta, animais pequenos e grandes. Por ele transitam os navios, e o monstro marinho que formaste para nele folgar”. Isto estava longe de dar segurança. O Salmo 106 dava uma descrição ainda mais alarmante de uma tempestade no mar. Jesus ben Siraque, esse defensor de uma sabedoria algo terrena, observou: “Os que navegam o mar, descrevem-lhe a imensidão; e nós; ao ouvi-los, nos enchemos de admiração”.⁴⁵ O mar era com certeza mais um motivo para admirar as obras de Deus em sua criação; mas qualquer aproximação maior dele era indesejável. As palavras de Jó no sentido de que a sabedoria não se encontra no mar,⁴⁶ eram consideradas como literalmente exatas e julgado melhor deixar o perigo para os pagãos insensatos. O fato do Senhor jamais fazer uso de termos marítimos, e de que suas palavras sobre o mar sempre se referirem nas parábolas ao Lago de Genesaré, é significativo.

Esta aversão baseava-se puramente em razões geográficas. A costa Palestina não se presta à navegação: os ventos da África a varrem com força, levantando enormes massas de areia, o que torna raso o mar, e assim os barcos de maior calado têm de ancorar ao largo a fim de evitar os bancos de areia. É uma costa reta com uma única baía bem situada, aquela parte em que a linha costeira se curva sob a proteção do Monte Carmelo; e mesmo esta fica perigosamente exposta ao vento norte. Não existem na Palestina aquelas enseadas acolhedoras, aquela quantidade de ilhotas que tanto contribuíram para fazer dos gregos um povo de marinheiros. O próprio Josefo⁴⁷ nos ensina que os portos que Simão Macabeu e depois João Hircano se esforçaram tanto para manter,⁴⁸ tais como os de Dor e Jope (agora Jafa) não passavam de ancoradouros bastante modestos, servindo apenas para os pequenos barcos pesqueiros e para a coleta de moluscos usados na fabricação de púrpura. Ptolomaida, a nossa Acre ou Aco, era inteiramente grega. Um porto bem pequeno de nome Elote, próximo da atual cidade de Acaba, havia substituído o esplêndido ancoradouro de Ezium-Geber, no alto do Golfo de Acaba, construído por Salomão para comerciar com o Oceano indico.⁴⁹ O único porto autêntico foi aquele construído por Herodes o

Grande, onde nada existira antes, na cidade siro- fenícia de Turris Stratonis: um molhe, apoiado em alicerces de enorme solidez, penetrava cerca de sessenta metros oceano a dentro, protegido por enormes blocos de pedra contra a força das ondas; a sua entrada, a noroeste, ficava em ângulo, de modo a que o porto não fosse atingido pelo vento, sendo o lugar inteiramente equipado com docas e armazéns. Mas apesar do grande número de mercadores judeus que para ali se dirigiam, Cesaréia era uma cidade pagã, controlada pelos romanos — deve ser lembrado que o procurador residia nela — e administrada pelos gregos e sírios no que dizia respeito à navegação.

O mar não era então província dos judeus. O Povo Escolhido precisava ser impelido por uma necessidade imperiosa antes de lançar-se voluntariamente às ondas. Ao comentar sobre as consequências do desastre de 66-70 d.C., Josefo⁵⁰ diz o seguinte: “Muitos judeus, não podendo mais viver em seu país devastado, decidiram tornar-se marinheiros, equipando vários navios piratas e atacando as embarcações mercantes sírias e fenícias a caminho do Egito, o que tornou praticamente impossível o tráfico naquelas águas”. Isto não acontecia na época de Cristo. Os ricos negociantes judeus, tanto para as suas viagens particulares como para movimentar as suas mercadorias, alugaram os serviços de armadores gregos, fenícios ou romanos. O Mediterrâneo, o *mare nostrum* do império, era constantemente cruzado em todas as direções por um número incontável de embarcações, particularmente nas estações favoráveis do ano. Os barcos eram principalmente de dois tipos: os *oneraria* ou *frumentaria* dos latinos se identificavam com o que chamaríamos de navios cargueiros; eram lentos e deselegantes, sendo seu comprimento pouco mais de quatro vezes a sua largura; o segundo tipo era muito mais bonito, com linhas melhor projetadas, sendo usado para o tráfego de passageiros. Todos esses barcos eram a vela, sendo esta feita quase invariavelmente de um quadrado único e pesado que não podia ser usado no mau tempo; somente os melhores navios, geralmente de fabricação fenícia, possuíam algo parecido com uma mezena (mastro de ré) que permitia à embarcação estar à capa numa tempestade. A quilha era desconhecida, assim como o leme, e os navios eram pilotados com um ou dois remos grandes, um pouco à frente, na popa; eles se quebravam com facilidade, e no momento em que o mar se tornava agitado, precisavam ser recolhidos. As embarcações naturalmente se mantinham sempre próximas à costa, movendo-se de um marco para outro — rochedos, vilas, faróis — pois perdê-los de vista teria sido o máximo da insensatez.

Quem quiser ter uma ideia exata de como eram as viagens por mar nos dias de Cristo, de como os barcos eram dirigidos e quais os perigos que corriam no mar, basta ler a descrição das viagens de Paulo no livro de Atos, em especial

aqueles notáveis capítulos 27 e 28, que Lord Nelson descreveu como tendo sido o mestre que lhe ensinou a sua profissão. Vemos ali o apóstolo usando em primeiro lugar os barcos costeiros que levavam cargas mistas, gado e passageiros, de porto em porto na Ásia Menor; de uma ilha grega para outra e depois para a Europa, como fazem os barcos do arquipélago grego até hoje. Nós o vemos depois sendo levado para Roma, para ser julgado por César e colocado a bordo de uma embarcação costeira a princípio e depois em um cargueiro que fazia a rota Alexandria-Pozzuoli em Mirra. Cai então uma tempestade que dura quatorze dias, provocando o naufrágio do navio do apóstolo, e finalmente sua chegada à Baía de Nápoles num barco romano chamado *Castor e Pollux*.⁵¹ Fica perfeitamente claro através desse relato aventuroso, porque os judeus que não eram impelidos pelo zelo apostólico nem por um desejo ardente de fazer fortuna deveriam preferir permanecer na terra seca de Deus.

AS ESTRADAS E AS TRILHAS DAS CARAVANAS

O restante do comércio, e certamente a parte mais importante dele, se movimentava por terra. A Palestina, aquela faixa estreita correndo de norte a sul, com o Mediterrâneo de um lado e o deserto no outro, foi sempre um lugar de passagem; e a isto ela deve o seu trágico destino (tão claro hoje como sempre) de um país continuamente assediado. Todavia não é fácil movimentar-se através da Palestina. Além do Jordão, na região montanhosa que é agora a Jordânia, o traçado das principais estradas e trilhas é bastante claro; elas contribuíram para fazer a fortuna de Damasco, Palmira, Baalbeck e da misteriosa Petra rosa e vermelha; e foi ao longo dessa linha principal de tráfego que a estrada de ferro veio a ser construída. Na Palestina propriamente dita, porém, isto não acontece. Para ir do leste ao oeste é preciso descer até o fundo do “Ghor”, subir de novo mais de 600m por gargantas difíceis e descer outra vez em três estágios até a planície marítima. Existem três caminhos naturais do sul para o norte, mas nenhum deles é realmente fácil: “a Sefelá é a melhor estrada, mas vai de encontro à cadeia montanhosa do Carmelo; a que segue o vale do Jordão fica intransitável durante meses por causa do calor, sendo perigosa em toda e qualquer época por causa das feras; a mais usada, que segue os cumes das montanhas (e que é muito bela) sobe e desce continuamente; além disso, a parte central desta estrada era evitada pelos judeus mais rigorosos, que preferiam fazer uma volta do que atravessar o país dos heréticos samaritanos.

Durante a vida de Cristo a principal estrada comercial do país era certamente aquela que corria do outro lado do Jordão. Os comboios da Capadócia e Anatólia, tendo atravessado as gargantas do Taurus, chegavam a Padã-Arã, e ali

se juntavam aos que vinham da Mesopotâmia pela antiga rota seguida por Abraão e os patriarcas — era incomum cruzar o deserto em linha direta — e iam então para o sul em direção à Palestina, na qual entravam pela estrada de Cesaréia de Filipos, no sopé do Monte Hermom, ou por aquelas que desciam de Moabe. Na outra direção, a mesma trilha servia para as caravanas vindas do sul transportando os produtos da Arábia e leste da África, trazidos pelos navios costeiros do Mar Vermelho e do Golfo de Ácaba, assim como pelas caravanas do Golfo Pérsico, que chegavam ali pela depressão arábica central. Os mercadores judeus participavam deste importante comércio, associando-se com os comerciantes árabes que dominavam completamente os seus movimentos — os de Palmira ao norte e os nabateus ao sul. Estes últimos competiam com sucesso com o mercado marítimo de Alexandria, jamais hesitando em atacar seus cargueiros pesados com navios piratas muitos leves; de Petra eles podiam observar as três rotas das caravanas, bem distantes daquela que levava às minas de cobre do Arabá. Uma das principais razões da fortuna de Herodes o Grande, tanto financeira como política, foi sua habilidade em tornar-se aliado, amigo e controlador dos nabateus.

Dentro da Palestina propriamente dita não havia rota comparável a esta pela importância do comércio que passava por ela. Entre as principais estradas, além dessas três que iam do norte para o sul, cujos pontos fracos acabamos de mencionar, havia a chamada “estrada real” que saía do porto de Cesareia ao norte do país, partindo de Citópolis, onde cruzava a estrada norte-sul do espinhaço, para unir-se à grande trilha de caravanas em direção a Damasco, próximo de Derat; a estrada que ia de Joze a Nablus e a Siquém, passando entre o Monte Ebal e Gerizim, e finalmente as estradas que seguiam de Jerusalém para todas as direções, duas para Gaza, uma passando por Belém, a outra pelo Vadi es Surar; duas para Joze (Jafa), uma que passava por Emaús, a outra por Lida; e acima de todas a famosa estrada de Jericó, que seguia até cruzar o Jordão no último ponto em que permitia ser vadeado, o vau de Bethabara, onde Cristo foi batizado, e depois subia a grande montanha de Moabe a fim de unir-se à rota principal das caravanas ou continuar até Filadélfia, que é chamada agora de Amã.

Como eram essas estradas do ponto de vista técnico? Há grande probabilidade de que fossem bem precárias. Os estudos admiráveis do Padre Poidebard e suas extraordinárias fotografias aéreas⁵² mostraram que na província romana da Síria os conquistadores estabeleceram um sistema de estradas que, através de todo o império, fazia parte essencial da sua força. As verdadeiras *viae* foram encontradas, com suas imensas placas de pavimentação assentadas em concreto, algumas com cinco metros de largura e outras apenas dois e meio, mas

com lugares preparados a intervalos onde os carros podiam fazer ultrapassagem; as *viae terrenae* também podem ser ainda encontradas, aquelas feitas de terra batida coberta com calçamento, assim como trilhas de caravanas com poços cobertos e marcos orientadores ao longo delas. Foram também descobertas pontes e com maior frequência vaus aperfeiçoados, com o fundo do vadi coberto de pedras com ranhuras profundas para que o condutor do carro colocasse nelas a roda do veículo e pudesse assim atravessar pela água. Será que as estradas palestinas faziam parte dessa magnífica rede que cobria todas as rotas naturais da Síria e Transjordânia? Não se sabe ao certo, pois o sistema de detecção aérea do Padre Poidebard apenas começou, mas isso não é de forma alguma provável. As grandes obras nas estradas sírias foram empreendidas pelos romanos quando a fronteira, fixada por Pompeu e Augusto na curva do Eufrates, foi levada mais adiante por Trajano, e acima de tudo quando os Antoninos (e mais tarde Dioclécio) estabeleceram as *limes*, a linha de fortificações contra a ameaça de uma invasão parta. É improvável que sob Augusto e Tibério a administração romana tenha feito esforços muito grandes para melhorar as comunicações numa subprovíncia insignificante e remota cujo comércio não os interessava e que não fazia parte da fronteira. Mais improvável ainda é a possibilidade dos tetrarcas subalternos terem gasto uma grande importância em dinheiro em empreendimentos tão menos ostentosos que palácios.

VIAJANTES E SALTEADORES

O tráfego nessas estradas e trilhas era intenso, justamente pelo fato de serem relativamente poucas. Como é natural, não eram muitos os que viajavam pelo simples prazer de viajar, embora encontremos Ben Siraque dizendo: “Muitas coisas vi nas minhas viagens, os costumes dos homens mais do que posso contar”,^{53(*)} apesar de ser praticamente certo que havia judeus ricos entre os turistas que iam passar o inverno no Egito, aproveitando-se de sua estada para visitar o colosso de Memnon, o Vale dos Reis, o templo de Ísis em Philoe, sem esquecer o boi Ápis em Mênfis e os crocodilos sagrados em Arsinoe, que sempre tinham de ser presenteados com bolos.⁵⁴

Mas havia muitas outras razões para viajar. Lendo os evangelhos não temos na verdade a impressão de que os judeus estavam perpetuamente em movimento? Com o tipo de relacionamento familiar mantido por eles, as visitas eram muito comuns — visitas como aquela feita por Maria à sua prima Isabel. As peregrinações também levavam milhares de pessoas para as estradas; na época das grandes festas, principalmente a da Páscoa, havia uma corrente quase contínua de peregrinos que “subiam” para Jerusalém, e que voltavam para suas

casas depois das cerimônias, como vemos naquela passagem de Lucas, onde José e Maria pensam que seu filho estava na companhia de outros membros da caravana.⁵⁵ E por último, a grande razão das viagens: o comércio. Nas estradas principais não se viam apenas os mercadores judeus, mas também os esbeltos caravaneiros nabateus, os grandes negociantes babilônicos, vestidos de seda e com pesadas argolas de ouro no nariz, homens de negócios da Síria e até mesmo abissínios da cor do cobre e negros sudaneses, sem mencionar os mascates gregos e os fornecedores das lojas, cobradores de impostos romanos e, naturalmente, os camponeses que iam vender seus produtos no mercado.

Quando alguém tinha uma longa viagem a fazer, tomava as necessárias providências para partir no início da semana, a fim de não ser retido pelo descanso sabático obrigatório, quando não podia viajar além de dois quilômetros.⁵⁶ Procurava também vestir-se adequadamente: as noites podiam esfriar e sempre havia a possibilidade de ter de passar a noite ao relento; os dias podiam ser também excessivamente quentes e era preciso tomar precauções para não passar sede. Ele “cingia os lombos”⁵⁷, enfiando a capa na cinta,⁵⁸ a fim de que esta não o atrapalhasse. Colocava o dinheiro para a viagem na cinta, e se fosse religioso punha também nela o livro da Lei.⁵⁹ Era comum ter um par de sandálias ou de sapatos extra — aquelas sandálias a mais que o Senhor ordenou que os apóstolos não levassem.⁶⁰ Uma mochila ou mala de viagem era sempre levada, e um bordão, pois talvez fosse necessário defender-se. No caso do verão já ter passado era preciso levar também um casaco pesado, ou também caso houvesse necessidade de passar pelas montanhas, aquela capa grossa que Paulo tanto prezava, como vimos.⁶¹ Se o homem viajava montado, levava uma pele com água misturada com vinagre ou vinho; caso contrário, bastava-lhe um frasco. Mas ele jamais viajava sem uma cuia seca e vazia, com uma pedra dentro para torná-la pesada, a fim de que pudesse tirar água de qualquer poço que encontrasse,⁶² não tendo de pedir esse serviço a qualquer criatura ímpia, tal como a mulher samaritana, por exemplo.

Se o tempo tornava impossível dormir ao relento, enrolado na capa, a maneira mais comum de conseguir uma cama era pedir pousada numa casa. A hospitalidade entre os judeus era considerada uma grande virtude, assim como entre todas as nações da antiguidade: o viajante sempre encontrava alojamento, exceto em Jerusalém por ocasião das festas, quando a cidade inteira transbordava de gente. Havia também hospedarias: isto fica evidente em Lucas, que conta como Cristo nasceu num estábulo e foi colocado numa manjedoura “porque não havia lugar para eles na hospedaria”. É feita também referência a uma outra na parábola do bom samaritano, assim como numa anedota no tratado *Shabbath*. Não parece ter havido muitas delas; e as que existiam assemelhavam-se sem

dúvida àqueles caravançarás nada confortáveis que podem ser ainda vistos nos países orientais: apenas uma praça rodeada por muros, um espaço descoberto para os animais, um alojamento de madeira para abrigar as pessoas, e alguns poucos quatinhos para os viajantes mais abastados.

A montaria comum dos viajantes e o animal de carga usual era o jumento. Ele não tinha rivais nos caminhos inclinados, pedregosos e geralmente estreitos. Firms especializadas no aluguel de asnos e condutores para os mesmos achavam-se em atividade, mediante contrato com os viajantes. O tratado *Baba Mesia* estabelece as cláusulas para esses contratos, e leva a exatidão a ponto de regulamentar a qualidade dos alimentos da criatura e a carga máxima que podia carregar.⁶³ Os asnos de Licônia eram os preferidos para as longas viagens, sendo os mais fortes dentre todas as raças, embora terrivelmente obstinados. Os romanos viajavam geralmente a cavalo (e o cavalo era o melhor servo dos postos imperiais), mas os judeus raramente o faziam. Alguns porém possuíam cavalos, desde que o tratado *Shabbath* julgou necessário estabelecer as condições sob as quais era permitido cuidar deles e colocar uma corrente em seus pescoços no dia do descanso. O mesmo se aplicava aos camelos que podiam ser levados para fora no sábado com um freio na boca ou uma argola no nariz.⁶⁴ De forma geral eles só eram usados no comércio com a Arábia e a Mesopotâmia; isto é, quase todos pertenciam aos nabateus. O camelo levava com frequência uma carga de quase meia tonelada e caminhava quarenta quilômetros por dia.

Eles já conheciam os veículos com rodas, mas estes eram pouco usados. O coche era o transporte dos ricos, como pode ser visto no livro de Atos na descrição do eunuco etíope, o ministro da rainha Candace que o diácono Filipe encontrou na estrada que vai de Jerusalém a Gaza, lendo Isaías durante a viagem.⁶⁵ A construção dos mesmos não podia ser mais simples uma espécie de caixa feita de vigas cruzadas, montada sobre duas rodas, puxada por dois cavalos, asnos, mulas, ou até mesmo bois no caso do transporte comercial. A lança pousava sobre as suas cernelhas, fixada a um jugo preso ao pescoço dos animais por meio de uma tira; isto apresentava a desvantagem de quase enforçar as criaturas, o que naturalmente diminuía a sua potência.⁶⁶ As bigas de quatro rodas eram os Rolls-Royces ou Cadillacs da época, sendo reservadas para os membros da família imperial, mas os reis subalternos e os tetrarcas também faziam uso delas. O cúmulo da sofisticação, para as distâncias mais curtas, era a liteira carregada por porteiros.

Um último ponto sobre as viagens em Israel: ninguém viajava sozinho, a não ser quando se tratava de distâncias muito pequenas. Toda jornada tinha seus riscos, e alguns deles estão incluídos em Eclesiástico — tempestades de areia, insolação, o tropeçar de um cavalo — sendo o viajante advertido a não partir

sem ter primeiro orado àquele que dá força e proteção. Não existe, porém, menção a um outro perigo que, porém, era muito comum. Os homens viajavam em grupos; eles formavam caravanas até para fazer peregrinações (como vemos em Lucas⁶⁷), confiando-se a um guia, “o olho da caravana”, como os beduínos ainda o chamam; e isto não era absolutamente para protegê-los da insolação ou do recuo de suas montarias, mas para guardá-los contra ladrões e salteadores.

Esta era uma das maldições da época. As autoridades imperiais tinham dificuldade em lutar com ela mesmo na Itália. É interessante notar como o risco de roubo, saque e assalto nas estradas ocupava um lugar importante na vida diária nos evangelhos. Em primeiro plano vinham os arrombadores de casas, que, como lemos, podiam abrir um buraco na parede da casa como se fosse um brinquedo de criança, e os ladrões de gado que desapareciam rapidamente com qualquer animal extraviado. Mas quando lemos novamente a parábola do bom samaritano, vemos que se tratou de um assalto armado, um ataque violento do qual a vítima só se recobrou por verdadeiro milagre. Aconteceu num lugar tão mal afamado que todos os outros viajantes procuraram afastar-se dele, sem perder tempo em ajudar o homem ferido. Onde ficava, porém, esse lugar? Na estrada de Jerusalém para Jericó, uma das estradas mais frequentadas, que ficava apenas a duas ou três horas da capital.⁶⁸ O que aconteceria então mais adiante, principalmente quando se chegava ao deserto propriamente dito? Nas colinas e desfiladeiros da Judeia emboscavam-se bandos inteiros de pastores desempregados, mendigos decididos a tudo, mercenários ociosos e escravos fugidos, assim como os da resistência, os *maquisards*, os *sicarii* pertencentes aos grupos que surgiam de tempos a tempos contra os Herodes ou os romanos; e ao leste o banditismo alcançava um ponto ainda mais aperfeiçoado de organização. Ali os homens daquelas nações nômades ou parcialmente nômades a quem o rei Aristóbulo obrigara a aceitar a circuncisão, não hesitavam em lançar ataques repentinos e bem planejados contra as caravanas. “Se não tiverem a quem roubar,” diz Josefo, “roubam uns aos outros.”⁶⁹ O que podia ser feito contra tais pessoas? Nos tempos de Nero, o bandido-chefe Eleazar resistiu durante vinte anos a todas as forças da lei, até que o procurador Félix conseguiu agarrá-lo.⁷⁰ Os mercadores inteligentes entravam em acordo com os chefes dos bandos e lhes pagavam um tributo para serem deixados em paz; sendo que alguns até pagavam para atirar um bandido contra o outro. Esses eram os costumes familiares no ocidente no início da Idade Média, mas não são os que nos ocorrem em primeiro lugar quando pensamos nos dias de Cristo e no seu país.

1. Contra Apionem 1.12.
2. Veja os judiciosos comentários de Corswant em seu livro mencionado nas notas bibliográficas, p. 498.
3. Provérbios 31.24.
4. Amós 8.5; Oséias 12.8.
5. Baba Kamma 10.9.
6. Baba Mesia 5.6.
7. Id. 5.9. e também Baba Kamma 9.6.
8. 1Reis 20.34.
9. Veja p. 56ss.
10. Impuro, por estar situado parcialmente sobre um cemitério.
11. Veja o que é dito a respeito de dinheiro p. 224.
12. Lucas 6.38.
13. 2Samuel 5.11; 1Reis 5.11; 2Crônicas 2.10; 1Reis 10.22. etc.
14. Tiago 4.13.
15. Sobre este comércio atacadista veja os tratados Dammai 5 e Baba Bathra 5.
16. Mateus 25.9.
17. Esta é a razão pela qual o quarteirão judeu em Roma ficava perto do Tibre, onde apartavam as cargas de trigo.
18. Strabo. Geographica.
19. Plínio. Naturalis Historia 12.54.
20. Clemente de Alexandria. Stromater 1.28; e Paulo. 1Tessalonicenses 5.22.
21. Mateus 25.27; Lucas 19.23.
22. Baba Mesia 6.5.
23. Deuteronomio 15.6.
24. Eclesiástico 26.29.
25. Ezequiel 26.
26. Levítico 19.11-35; 2Samuel 24.21; Provérbios 11.1; 16.11. etc..
27. Veja o que foi dito sobre a lei civil e criminal p. 198.
28. Levítico 19.36; Deuteronomio 25.13; Provérbios 11.1; 16.11; Ezequiel 45.10, etc..
29. Deuteronomio 23.19-20.
30. Lucas 7.36-41.
31. Baba Mesia 5.13.
32. Filo. In Flaccum. 7.
33. Deuteronomio 15.3.
34. Baba Kamma 7.7.
35. Veja p. 166.
36. Mateus 23.21-35.
37. Lucas 16.19-31.
38. Mateus 6.24; Lucas 6.13. Mas Tobias 4.7 e Eclesiástico 4.1 já haviam dito coisas da mesma natureza.
39. Riqueza iníqua: veja o Administrador infiel no evangelho (Lc 16.1ss).
40. Gênesis 49.13.
41. Deuteronomio 33.19.
42. Juízes 5.17.
43. Quanto aos “navios de Társis” veja Salmos 48.8; Isaías 2.16; 23.1: 60.9, etc.
44. 1Reis 9 e 10; 2Cr 8 e 9.
45. Eclesiástico 43.26.
46. Jó 28.14.
47. I Wars 21.5.
48. I Mac 15.5.

49. Veja Histoire sainte chap. La Majesté rovale, seção Le Roi diplomat et commerçant.
50. III Wars 9.2.
51. Veja Daniel-Rops: Saint Paul conquérant du Christ, particularmente os capítulos 4 e 5.
52. A. Poidebard, La Trace de Rome dans le Désert de Syrie (Paris 1934). Para uma visão geral do sistema de estradas romanas veja os livros de Carcopino e Paoli que já foram mencionados, e o de Festugière e Fabre citado nas notas bibliográficas.
53. Eclesiástico 34.9-16.
- (*) A Versão Rnox não dá exatamente o mesmo significado que o autor dá ao versículo citado neste ponto (Eclo. 34.9), então o tradutor substituiu-o por 5.12. Uma variante de 5.9 diz: “O homem viajado conhece muitas coisas... e as lições aprendidas o fazem falar com sabedoria”
54. Strabo 17.1 (807-812).
55. Lucas 2.41ss.
56. Sobre a jornada do sábado p. 220.
57. Lucas 12.35.
58. Mateus 10.9-10.
59. Yebamoth 16.
60. Mateus 10.10.
61. Veja p. 247.
62. Shabbath 17.6.
63. Baba Mesia 6.3.
64. Shabbath 5.1.
65. Atos 8.26ss.
66. O arreio duro, apoiado nos ombros só foi inventado próximo do ano 1000 d.C. no ocidente, e foi uma evolução positiva. Veja a obra clássica do Major Lefebvre des Noëttes.
67. Lucas 2.44.
68. Lucas 10.30.
69. Antiquities 15.10.
70. Id. 20.8.

CAPÍTULO TREZE - A PALAVRA FALADA E ESCRITA

QUE LÍNGUAS JESUS FALAVA?

Quem quer que tenha visitado a moderna Israel, lido os jornais ali editados, visto os sinais nas encruzilhadas e ouvido os políticos e locutores radiofônicos, poderia replicar que a língua comum dos judeus é o hebraico. Mas, seria este o caso há dois mil anos? Absolutamente não. O hebraico de hoje é uma linguagem moderna, inventada através dos esforços extraordinários de Eliezer ben Yehuda e introduzida primeiramente nas colônias sionistas e depois no recém-estabelecido estado judeu, em vista de ter sido acertadamente considerado que uma linguagem comum seria o melhor elo para a unidade nacional. Mas isto não acontecia na época de Cristo. O hebraico tinha sido, porém, usado desde há muito pelo Povo Escolhido e continuava em vigor. Os filólogos classificam o hebraico entre as línguas semíticas,¹ isto é, naquele grupo inteiro de línguas relacionadas em uso na imensa região que vai da Ásia Menor até o ponto mais ao sul da Arábia, e da costa do Mediterrâneo até a Mesopotâmia; e as dividem em três seções principais: a nordeste, com a acádica, assíria e babilônica; a noroeste, com a siríaca, fenícia e algumas outras; e as do sul, dentre as quais a da Arábia do norte, a língua de Maomé, viria a tornar-se a mais importante. O hebraico, como a língua de Canaã e o aramaico, pertencem ao grupo do noroeste. Mas todas essas línguas eram e continuam sendo bastante semelhantes, quase aquela semelhança que o francês tem com as outras línguas românicas, italiano, espanhol, rumeno, etc. A palavra “pai” por exemplo, é ‘*âb* em hebraico, ‘*ab* em aramaico, *abu* em acádio e ‘*ab* em árabe.

Quando os nômades da tribo de Abraão chegaram à Palestina, deviam falar um dialeto semita parecido com o babilônico da Baixa Mesopotâmia. Os cananeus falavam outros dialetos mais precisos e melhor construídos. Um desses dialetos cananeus foi adotado pelos hebreus na ocasião em que se estabeleceram na terra e ao mesmo tempo cristalizaram a sua linguagem — isto é, provavelmente depois do Êxodo, quando voltaram do Egito, que se transformou no hebraico. Ou seja, os vários tipos de hebraico; pois assim como na França medieval havia várias espécies de francês, a língua *d’oc* e a língua *cToil*, o povo da Judeia também pronunciava por exemplo, os dos efrimitas como *Sh*,² e no seu famoso cântico a profetisa Débora fez uso de um vocabulário altamente individual. Mas o hebraico da Judeia suplantou os demais, porque as Sagradas Escrituras foram preparadas quase inteiramente nesse dialeto.

Até o Exílio na Babilônia, a linguagem comum era então o hebraico. Davi e Salomão falavam a língua hebraica, assim como Atália e Jezabel. Mas após a volta da Babilônia a velha linguagem nacional caiu vagarosamente em desuso, sendo substituída no uso diário por outro dialeto. E foi justamente nessa ocasião que os grupos eruditos dos dias de Esdras começaram a escrever as Escrituras, o hebraico — tornou-se a “linguagem da santidade”, *leshôn ha kodesh*, ou *leshôn shokamim*, “a língua dos letrados”, exatamente como o latim das escolas na idade média ou o latim litúrgico de nossos dias. A Lei era lida em hebraico nas sinagogas; as orações eram também nessa língua, tanto em particular como no Templo. Os doutores da Lei ensinavam em hebraico. Além das orações conhecidas de memória, como o Pai Nosso: as pessoas empregavam o hebraico para aquelas citações bíblicas estereotipadas que faziam parte da conversa comum, como nós usamos palavras latinas escolhidas no final do dicionário. Os manuscritos recentemente descobertos no deserto da Judeia mostram, porém que pouco antes da era cristã houve uma restauração do hebraico: ele pode ter sido falado na comunidade monástica dos essênios. Não existe qualquer dúvida de que Jesus conhecia perfeitamente essa língua: no evangelho de Lucas nós o vemos lendo na sinagoga: “Então lhe deram o livro do profeta Isaías³, e, abrindo o livro” ele leu, aparentemente sem a menor dificuldade.

Mas na vida diária e ao ensinar ele teria com certeza usado uma outra língua, o aramaico. Por mais que se tenha dito o contrário, esta não era de maneira alguma uma forma corrupta do hebraico, uma espécie de dialeto degenerado levado pelos judeus ao voltarem da Babilônia. O aramaico era uma língua tão pura quanto o hebraico, que fora usada por aquelas tribos ativas que se moviam pelo Crescente Fértil desde tempos remotos, fundando reinos relativamente efêmeros, sem jamais reunir-se num só agrupamento — as tribos das quais os israelitas alegavam descender.⁴ Por razões que não podemos agora descobrir, quando o levante dos arameus terminou e eles não tinham mais qualquer influência política, a sua língua não desapareceu, mas, pelo contrário, espalhou-se extraordinariamente, suplantando todas as línguas nativas deste lado da Ásia, desde as cabeceiras do Eufrates até a sua desembocadura, do Mediterrâneo até a Pérsia. O rei dos reis, o monarca persa, adotou-a como linguagem administrativa, o que contribuiu muito para difundir o seu uso; e Israel não escapou a este domínio. Houve uma curiosa inversão de valores, pois apenas os homens de importância falavam o aramaico no século VIII, enquanto o povo comum usava o hebraico,⁵ enquanto nos dias de Cristo acontecia justamente o oposto. O aramaico era uma língua bem mais desenvolvida que o hebraico, mais flexível e bastante mais adequada para a narrativa em suas diferentes formas e para a expressão do pensamento em seus vários aspectos e ligações. A maneira

de falar a mesma também diferia, e é claro que os galileus não tinham o mesmo sotaque que o povo de Jerusalém, pois Pedro foi detectado como um dos companheiros de Cristo naquela trágica noite da quinta-feira santa,⁶ justamente pelo seu modo de falar.

À medida que lemos os evangelhos observamos claramente que o aramaico era a linguagem comum do povo. Eles contêm muitos termos aramaicos, sendo vários ditos pelo próprio Cristo: Abba, Aceldama, Gabata, Gólgota, Mamom;⁷ e até frases inteiras, como *Talitha, cumi* que disse para a filha de Jairo⁸ e a terrível *Eloi, Eloi, lamma sabbachtani* da suprema agonia,⁹ que é uma tradução das palavras do salmista para o aramaico. Além disso, algumas partes dos livros de Esdras e Jeremias foram escritas em aramaico, assim como de Daniel; e Mateus escreveu nessa língua o primeiro esboço do seu evangelho, antes de traduzir o aramaico para o grego.¹⁰ Os Targuns (*targumim*), que formam agora parte da literatura talmúdica, eram de fato traduções ou paráfrases do texto hebraico em aramaico, com ou sem comentários. Em cada sinagoga havia um *Meturgeman*, um intérprete, para explicar a Lei às pessoas simples que não sabiam bem hebraico. E cerca de quatrocentos anos antes de Cristo tornou-se hábito estabelecido, mesmo entre os rabinos, ensinar em aramaico e não mais em hebraico.¹¹ O aramaico oriental, ou melhor, vários dialetos dele, perdura até hoje na Mesopotâmia: o caldeu litúrgico é uma de suas formas. Cerca de 64 quilômetros de Damasco existe um pequeno grupo de vilas ao redor de Malloula (ou Maamoula) onde o povo fala o aramaico ocidental que o Senhor teria usado. A Oração do Senhor em aramaico foi recentemente gravada ali.¹²

O hebraico e o aramaico não foram, porém, as únicas línguas faladas na Palestina há dois mil anos. Isto se torna manifesto pelo relato do julgamento de Cristo: Pôncio Pilatos escreveu um aviso a ser pregado na cruz, *Este é o Rei dos Judeus*, em três línguas, hebraico, grego e latim.¹³ O latim foi incluído por razões oficiais, por ser a língua dos decretos imperiais; mas têm-se a impressão de que não era muito falada na Palestina. Josefo declara que as instruções enviadas de Roma eram de fato sempre acompanhadas por uma tradução grega.¹⁴ O grego era sem dúvida amplamente difundido e falado em todo o Oriente Próximo, e na verdade através de todo o império. Os rabinos tentaram impedir a invasão, considerando a língua como um precursor dos hábitos pagãos, mas sem êxito. “O homem que ensina grego a seu filho”, diziam eles, “é tão amaldiçoado quanto o que come carne de porco.”¹⁵ Isto porém não impediu que os grandes especialistas da Lei, até mesmo o próprio Gamaliel, o aprendessem. Quando Paulo falou à multidão em Jerusalém depois de ter sido preso, ficaram satisfeitos (como observado em Atos) porque ele se expressou em aramaico e não em grego.¹⁶ O

grego era a língua da classe alta, dos ricos e poderosos a língua dos Herodes; sendo também a do comércio internacional. Os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, quase todas as Epístolas e o Apocalipse foram todos escritos em grego ou imediatamente traduzidos para o mesmo. Não se sabe ao certo se Jesus sabia ou não falar grego: não existe uma única citação grega entre as suas declarações, nem sequer uma alusão; enquanto Paulo emprega grande número delas. Mas quando interrogado por Pôncio Pilatos, não parece que tenha sido chamado um intérprete; sendo também bastante improvável que o procurador romano tivesse se dado ao trabalho de aprender a língua do povo por ele governado.

O grego falado na Palestina assemelhava-se ao desenvolvido em Alexandria, uma variação deturpada, que se espalhou pelo mundo helenista, substituindo os dialetos ático, iônico, dórico, eólico e outros locais. Este grego *koine* ou internacional não passava de uma versão simplificada da linguagem clássica: não empregando mais palavras difíceis e abandonando algumas declinações e conjugações complexas; fazia uso das construções analíticas com preposições em lugar das formas sintéticas do grego clássico, adotando outros- sim grande quantidade de palavras estrangeiras, particularmente do latim, assim como alguns sons das línguas orientais. Não se tratava do grego de Platão, nem o dos trágicos, mas era uma língua útil e bem adequada ao papel internacional que viria a desempenhar.

MEMORIZAÇÃO, RITMO E ANTÍTESE

Nenhuma discussão das línguas faladas na Palestina nos dias de Cristo pode deixar de destacar quanto o hebreu e o aramaico diferiam das línguas ocidentais em sua natureza ou como eram diversos os usos a que se prestavam. Quando se tratava de transmitir dados reais ou mesmo ideias, os israelitas naturalmente falavam como nós. O mesmo acontecia quando expressavam sentimentos ou se desejavam advertir, persuadir ou ameaçar. Mas a língua pode ter tido muitos outros propósitos: por exemplo, existe aquela função poética para a qual nossa civilização materialista não tem praticamente aplicação, mas que teve grande importância em Israel e em todas as outras nações do Oriente, particularmente os semitas; e também aquela transmissão de geração em geração — um papel ligado inseparavelmente à poesia, como vamos ver.

Para compreender perfeitamente este aspecto muito especial das palavras em Israel, devemos esquecer nossa civilização do papel e seus hábitos (e podemos agora acrescentar civilização do toca-discos e do toca-fitas): para nós escrever e ler, isto é, colocar os pensamentos de uma forma duradoura e material a fim de

que permaneçam inalterados, são atos que nos parecem tão naturais que dificilmente poderemos imaginar sociedades que pudessem abster-se quase que totalmente deles. Nossa memória tornou-se anêmica e impotente; nossa capacidade de improvisação é muito mais didática que poética. Este não era absolutamente o caso em Israel nem nas outras nações orientais. As ideias eram transmitidas da maneira mais duradoura e permanente, na sua maior parte através da palavra falada; e isto, naturalmente, afetava necessariamente a palavra falada, dando-lhe características muito particulares.

Muito antes de ter sido registrado por escrito, a princípio de forma parcial sob Ezequias e Josias e a seguir de maneira mais completa no quinto século, quando é dito que o escriba Esdras” ditou” noventa e quatro dos livros sagrados, o Antigo Testamento só existia na forma falada. Declara-se formalmente que as profecias de Jeremias foram “ditas” durante vinte e dois anos antes de serem escritas; e está claro que os Salmos, Provérbios e os cânticos nupciais dos Cantares de Salomão surgiram primeiro como falas e canções e só passaram à forma escrita mais tarde.¹⁷ Foi este também o caso dos poemas de Homero; Pisítrato ficou famoso em Atenas por ter dado ao texto sua forma final, por escrito,¹⁸ e o livro sagrado dos persas, o Zend Avesta, foi registrado da mesma forma por Zaratustra. O Corão também existia a princípio só na forma oral; e na verdade o seu próprio nome dá a ideia de recitação.

Mesmo depois do texto sagrado ter sido registrado por escrito, o hábito da transmissão oral dos pensamentos não foi abandonado. São muitas as provas disto: os rabinos ensinavam oralmente e seus pareceres foram transmitidos da mesma forma; o tratado *Gittin* chegou a dizer que escrevê-los seria uma transgressão da lei.¹⁹ No ano mil da nossa era, Sheria Gaon afirmou que “os eruditos consideram seu dever recitar de memória”. Além disso, o termo “Talmude” significa “aprendido de cor”.²⁰ Sabemos também que entre os primeiros cristãos era comum transmitir as “boas novas”, isto é, o relato da vida do Senhor e seus ensinamentos, unicamente de forma oral. Os Atos dos Apóstolos, as Epístolas e o Apocalipse foram com toda certeza escritos desde o início, mas é também igualmente certo que os quatro Evangelhos foram falados antes de se transformarem em livros. Os homens que empreenderam a difusão do novo ensinamento fizeram sem dúvida uso de dispositivos mnemônicos para ajudá-los, os quais podem ser traçados nos evangelhos; mas o mais importante que tudo para eles era o que haviam aprendido, o que sabiam. Tornou-se necessário colocar as coisas por escrito, somente quando o cristianismo alcançou aqueles círculos greco-romanos em que a leitura e a escrita constituíam prática comum; mas mesmo cerca do ano 130, quando os livros dos quatro evangelistas já circulavam há muito, Papias, bispo de Hierápolis na Frigia, afirmou que preferia

acima de tudo, em matéria de tradição, a “palavra viva eterna”. E pouco mais tarde, Ireneu em Lions falou de certa ocasião em que ouvira Policarpo, o grande bispo de Esmirna, relatando o que ouvira diretamente do apóstolo João.²¹

A memória desempenhava um papel importante em tudo isso, e os rabinos davam grande consideração ao exercício da memória. O rabino Dostai, filho de Jani, falando em nome do rabino Meir, declarou: “O homem que se esquece de algo que aprendeu provoca a sua própria ruína”.²² E o maior elogio a um discípulo era dizer que se assemelhava a “uma cisterna bem cimentada, que não perde sequer uma gota de água”.²³ Existe também um ditado comum: “O homem que não recita é ímpio”.²⁴ A fim de treinar a memória os alunos eram obrigados a decorar passagens enormes, que precisavam repetir sem qualquer omissão, sem acréscimo ou modificação de uma só palavra. Quem visita uma escola maometana hoje em dia pode observar que o método continua sendo usado no Islã; um grupo de meninos, sentados no chão, repetem juntos, em voz alta e ritmada, verso após verso do Corão. O mesmo acontece nas escolas talmúdicas. Deve ser enfatizado que este método de treinamento sistemático da memória não se destinava apenas aos especialistas, teólogos ou historiadores profissionais: como vimos,²⁵ as crianças já aprendiam a memorizar desde a mais tenra idade. E quando alguém pensa no extraordinário comprimento da oração do *Shemoneh Esreh*, as dezoito bênçãos, é preciso admitir que a memória do judeu era na verdade muito bem treinada.

Este uso deliberado da memorização deu à língua e suas formas de expressão algumas características altamente individuais. Em primeiro lugar, desde que todos os textos aprendidos de cor foram extraídos das Escrituras, a mente dos alunos ficava repleta de fatos, sentenças e personagens bíblicos, o que explica os inúmeros ecos bíblicos ouvidos da boca dos homens e mulheres judeus da época — nas palavras dos próprios Maria e José. Acima de tudo, porém, os eruditos de Israel, desejosos de ajudar a memória e gravar o mais profundamente possível os ensinamentos que ela deveria reter e transmitir, haviam inventado todo um sistema de ritmos, melodias, aliteraões, repetições de palavras e antíteses que tornava mais fácil a memorização dos elementos verbais. Este sistema era tanto mais importante porque o aprendiz não tinha um caderno de apontamentos no bolso nem um dicionário sobre a mesa. Estudos recentes provaram a importância fisiológica e psicológica deste “estudo rítmico”: A maior parte do Antigo Testamento provavelmente foi composta nessa base, em ritmos duplos ou triplos. Quanto ao Evangelho, basta lê-lo com cuidado para sentir a batida rítmica e o jogo dos contrastes: a técnica característica continua perfeitamente visível, embora o livro tenha sido traduzido para o grego e desta língua para o português: isto é, duas línguas cujos ritmos e construções são radicalmente diferentes das

semitas. O Sermão da Montanha é um exemplo típico, especialmente na versão de Lucas,²⁶ com as bem-aventuranças e as maldições que se seguem. Também nas parábolas e até mesmo nos ditos mais comuns, sentimos o que o Padre Jousse chamou de recitativos paralelos, que ou em hebraico ou aramaico devem ter sido surpreendentemente claros para todos.

Quando um judeu tinha, portanto, de falar com extrema formalidade, como por exemplo ao ensinar, ou orar, esta teria sido a base do seu estilo, sendo altamente provável que uma parcela do mesmo fosse incluída na linguagem diária. Uma jovem mulher do povo, como Maria, por exemplo, ao proferir espontaneamente seu agradecimento, o Magnificat, deu-lhe com naturalidade uma cadência poética que continua evidente na sua versão portuguesa: “A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus...”²⁷ Em nossa concepção moderna, baseada na palavra escrita, as palavras têm um lugar, as melodias outro e os ritmos um terceiro; na concepção israelita da linguagem, os três se interpenetravam; desempenhavam juntos o seu papel e a expressão do pensamento tendia naturalmente a tornar-se uma forma de arte.²⁸

O QUE JESUS LIA?

Por maior que fosse o papel da palavra falada em Israel, a escrita também tinha a sua importância; pois eles eram o Povo do Livro, e toda a sua vida era regulada por textos escritos. Já vimos que havia uma classe distinta, a dos escribas²⁹, cuja função era escrever e tornar conhecido o que estava escrito. Em termos gerais, têm-se a impressão de que a maioria dos judeus sabia ler e escrever. Encontramos muitas alusões a esta habilidade, mesmo sem ir além dos evangelhos: na parábola do administrador desonesto, o esperto indivíduo diz a um devedor: “Sente-se e escreva cinquenta”. Vemos também Zacarias, que não podendo falar escreve o nome de seu filho João, o futuro Batista. O próprio Cristo fala do *iod*, a menor letra do alfabeto; e quando a mulher foi apanhada em adultério ele é mostrado como “escrevendo no chão com o dedo”, escrevendo, sem dúvida, sua resposta aos acusadores: “Quem estiver entre vós livre de pecado, seja o primeiro a atirar-lhe pedra”.

As duas linguagens nacionais correntes em Israel na época de Cristo, o hebreu e o aramaico, tinham sido ambas escritas desde tempos bem mais remotos. Foi no século doze antes de nossa era que o alfabeto, essa invenção inspirada dos mercadores fenícios, se generalizou, substituindo a complexa escrita cuneiforme dos babilônios e os hieróglifos heteus ou egípcios por um sistema maravilhosamente simples que foi a base do alfabeto grego e latino, assim como o de todos os que agora usamos no ocidente. O século XII a.C. foi

também de modo geral a data do Êxodo; foi sugerido que tenha sido Moisés quem introduziu o alfabeto na vida de Israel, sendo isto declarado como fato por Eupolemus, o historiador helenista. Em qualquer das hipóteses, temos as ordens frequentes de Javé a Moisés: “Escreva isto. Escreva minhas palavras”. Acontece que foi no próprio coração do Sinai, o ponto focal da revelação mosaica, que algumas das inscrições alfabéticas mais antigas do mundo foram descobertas.³⁰

O alfabeto hebraico original tinha como base o alfabeto fenício. As letras deste hebreu arcaico possuíam então algumas formas notavelmente idênticas às do grego, cuja origem era a mesma. Havia entretanto uma diferença essencial: o hebraico se escrevia da direita para a esquerda, e não da esquerda para a direita. Algumas letras, como delta, gama e teta, eram quase exatamente as mesmas. Pouco antes da era cristã, depois de acaloradas discussões entre os rabinos, este alfabeto “fenício” (que pode ser ainda visto em alguns dos pergaminhos do Mar Morto) foi substituído por outro de origem aramaica, que são os caracteres do hebreu moderno, exceto entre os samaritanos. Nos dias de Cristo, portanto, ambas as línguas eram escritas da mesma forma.

Qualquer que fosse a sua forma escrita, este alfabeto possuía uma grande vantagem e um grande defeito. A vantagem estava em ser claro e exato: cada letra (principalmente no estilo arcaico) era perfeitamente distinta, e cada som possuía sua própria letra — não existiam as absurdas complicações do *gh* em inglês, por exemplo. Mas esta simplicidade apresentava um outro aspecto que julgamos deveras surpreendente: as vinte e duas letras do alfabeto hebraico eram todas consoantes. Um leitor brasileiro poderia perfeitamente perguntar o que restaria se todas as vogais fossem eliminadas de uma frase como *unidade européia*, ou como *Abedenego vê um ídolo* podia ser distinguida de outra composta das mesmas consoantes. Os próprios israelitas compreendiam que esse sistema de escrever apenas as consoantes era incompleto. Haviam adotado, portanto, o costume de usar certas consoantes para representar os sons vocálicos principais; só existiam três delas, e embora não perdessem seu valor como consoantes, podiam em certos casos ser pronunciadas como vogais, da mesma forma que o *y* em inglês pode servir tanto como consoante em *yellow*, ou vogal em *lymph*. Trata-se do sistema conhecido como *matres lectionis* pelos linguistas. Os documentos do Mar Morto confirmam que este sistema vigorava quando eles foram compilados, isto é, mais ou menos na época de Cristo. Nós podemos achar difícil, mas para o leitor acostumado ele lembrava bastante bem a pronúncia corrente. Deve ter sido, em todo caso, muito prático, pois foi o método adotado pelo estado de Israel para escrever o hebraico oficial, recorrendo ao sistema massorético de pontos vocálicos (que foi elaborado muito mais tarde e que é

sempre usado para o hebreu bíblico) apenas nas palavras extremamente difíceis. Defrontamo-nos então com o fato curioso de que o hebreu lido por Cristo teria sido praticamente o mesmo que os modernos habitantes de Telavive leem em seus jornais³¹.

MATERIAIS DE ESCRITA

Deve-se observar que esta escrita era mui raramente gravada em pedras. Só se conhece uma única inscrição monumental de uma época anterior à helenista, e essa (a inscrição do canal de Siloé) não foi feita para ser vista. “Isso se deveria,” pergunta o Cardeal Tisserant, “ao fato de que os judeus evitavam imitar as tábuas da Lei, sobre as quais o dedo de Deus escrevera o decálogo?”³² Qualquer que seja o motivo, isso era estranho num mundo tão cheio de inscrições egípcias, babilônias, gregas e romanas. Nos dias de Cristo, porém, os judeus haviam adotado a prática. Paulo refere-se a ela na segunda epístola aos Coríntios,³³ e a arqueologia descobriu várias inscrições nos cemitérios. Jó fala do modo como as letras eram cortadas com um buril e chumbo derretido despejado nas ranhuras.³⁴

O santo homem se refere também a escritos sobre bronze,³⁵ e na verdade entre os mais curiosos de todos os objetos encontrados nas cavernas próximas ao Mar Morto foram encontrados dois rolos de cobre, com cerca de 0,90m de comprimento e 0,30m de largura, cobertos com um texto profundamente gravado. A princípio julgaram tratar-se de catálogos dos manuscritos ali depositados, mas depois de terem sido desenrolados com grande dificuldade (tinha aproximadamente 0,8cm de espessura) e decifrados, descobriu-se que se referiam a um tesouro oculto em algum lugar do deserto da Judeia.

Os israelitas, diferentemente dos mesopotâmios e heteus, nunca fizeram uso das chapas de argila, cozidas ao sol depois de gravadas com um instrumento pontiagudo que deixava marcas na forma de cunha: os alfabetos hebraicos não eram adequados à adaptação cuneiforme. Os arqueólogos, não obstante, encontraram alguns *ostraka*, aqueles fragmentos de louça de barro que se parecem vagamente com a concha da ostra, que o mundo antigo do Mediterrâneo usava com tanta frequência para os escritos curtos. Muitos desses humildes documentos da vida cotidiana: notas, rascunhos, *billets doux* ou cédulas de votos, eram simplesmente escritos a tinta, da melhor forma que o autor conseguia, sobre a superfície áspera do pedaço de tigela ou jarro.

Os documentos escritos, fora esses já citados, são regularmente raros nas escavações feitas na Palestina: até a extraordinária descoberta dos pergaminhos do Mar Morto em 1947, só se conheciam pouco mais de algumas dúzias. Isto prova que os judeus geralmente escreviam sobre materiais perecíveis; e como

não imitavam os rituais de sepultamento dos egípcios, eles não colocavam papiros em suas tumbas, os quais são encontrados em tão grande quantidade no Egito. Os materiais de escrita deles eram portanto os mesmos usados pelo resto do mundo Mediterrâneo e todo Império Romano. Em primeiro plano vinham as placas de madeira cobertas de cera, sobre as quais se escrevia com um estilete de osso, bronze ou prata. Uma das extremidades do estilete era pontuda e a outra lisa, achatada, a fim de poder limpar a inscrição passando a mesma sobre a cera em relevo, e usar novamente a placa. O autor de Apocalipse alude a esta prática comum na passagem onde a alma escolhida ouve do mestre dos sete espíritos de Deus e das sete estrelas: “de modo nenhum apagarei o seu nome do livro da Vida”.³⁶

As placas de madeira cobertas de cera não eram usadas para textos longos. Desde o princípio peles de animais foram utilizadas com esse fim. *Sefer*, o termo hebraico para livro, vem da mesma raiz da palavra que significa “raspar”: os livros mais antigos dos judeus devem, portanto, ter sido escritos em peles raspadas; e esta, como vemos em Heródoto e Diodoro, era a prática comum no Oriente.³⁷ Eles se utilizavam da pele de cabras e ovelhas, especialmente preparadas. As melhores vinham do distrito de Pérgamo na Ásia Menor, sendo essa a origem do *pergamena* latino e *parchment* inglês. Paulo, escrevendo ao seu caro discípulo Teófilo, pede-lhe especialmente que leve com ele seus rolos de pergaminho.³⁸ Como o pergaminho custava caro, algumas vezes o dividiam em folhas de metade da espessura original, constituindo o custoso e delgado *áuksystos* (*dischotos* em grego), sendo a sua parte exterior melhor que a interior. Mas todos os rabinos insistiam que os textos sagrados fossem escritos em peles *gewil*, isto é, não divididas. O uso de peles como material de escrita era com certeza grandemente difundido nos dias de Cristo. A epístola de Aristéias, uma peça da literatura judia alexandrina apócrifa, que data de poucas décadas antes do nascimento do Senhor e que dá um relato magnífico da tradução da Bíblia para o grego pelos Setenta, afirma que o texto enviado ao Faraó para ser traduzido foi escrito sobre rolos de peles inteiras.

Já nessa ocasião, porém, um material de escrita muito mais barato e de fácil obtenção estava competindo com o pergaminho: o papiro. Cerca de três mil anos antes, os egípcios haviam descoberto essa planta aquática e sua utilidade. A Palestina cultivava alguns espécimes, nos pântanos ao longo do Jordão e mesmo em algumas das partes mais úmidas do Neguebe, mas o Egito era o grande fornecedor, e desde que Roma passou a comprar o material em grandes quantidades, o preço pedido pelos que tinham o monopólio do papiro subia continuamente. Os países menores como a Palestina eram obrigados a voltar ao

uso do pergaminho ou utilizar-se dos suprimentos locais. A técnica de preparação do papiro era a mesma que fora aperfeiçoada nas ribanceiras do Nilo ainda antes da construção das pirâmides: as hastes, algumas vezes com três metros de comprimento eram descascadas e cortadas em tiras estreitas, as quais por sua vez eram coladas umas às outras em camadas, a grã dessas camadas ia para um lado e depois para outro; as folhas eram a seguir batidas com um martelo de madeira e finalmente alisadas com um raspador. Como o preço do papiro era comparativamente alto, usavam-no várias vezes, seja lavando ou raspando os dizeres nele contidos. Os papiros velhos, como nossos jornais mais velhos, eram também usados para embrulhos: o tratado Shabbath especifica até que no dia de descanso era proibido carregar mais papiros velhos do que o suficiente para embrulhar uma garrafa de óleo.³⁹ É muito provável que as epístolas tenham sido escritas em papiro, particularmente as de Paulo. Da mesma forma que os judeus, os primeiros cristãos os empregavam para fazer mais cópias de seus livros sagrados: assim, nos famosos papiros Chester Beatty de Dublin e da Universidade de Michigan, os papiros Ryland de Manchester e alguns outros, podemos ler trechos do Antigo Testamento e passagens do Novo, especialmente uma parte do capítulo 18 do evangelho de João, que pode ser datado cerca do ano 140. Num clima seco o papiro se conserva perfeitamente.

Uma pena fendida era usada para escrever, quer sobre o pergaminho ou o papiro, como vemos no início do Salmo 44; e João, ao terminar a epístola a seu amigo Gaio, diz-lhe que tem muito mais a contar, mas não quer transmitir a mensagem “com tinta e pena”. Esta pena era o *calamus*, cortado em direção inclinada e depois fendido. Nossas penas de ponta de metal são descendentes direto do *calamus*, e foram também encontrados alguns cálamos de bronze que se assemelham curiosamente às nossas canetas-tinteiro. A pena de ganso, por outro lado, era absolutamente desconhecida, tendo passado a ser usada entre os bizantinos no quarto século. A tinta da época não era líquida como a nossa, sendo uma mistura de negro de fumo e goma guardada seca e só umedecida para ser usada, exatamente do mesmo modo que a tinta chinesa: isto permitia que fosse lavada com facilidade, mas também dava lugar a toda sorte de fraudes — a parábola do administrador desonesto dá uma ideia delas. Já se empregava também a tinta vermelha, feita com *síkra*, um pó vermelho que as mulheres usavam para maquilar-se. Talvez pelo fato da tinta servir para fins tão profanos e por permitir tantas trapaças foi que Paulo lembrou os cristãos de Corinto de que as palavras de Cristo não deveriam ser escritas apenas com tinta, mas com o Espírito do Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas de carne, nos corações dos homens.⁴⁰

Se alguém queria escrever um texto longo, em lugar de dobrar o material em

que escrevia (o que teria sido difícil no caso do pergaminho), ele colava ou costurava as folhas uma depois da outra, a fim de formar uma tira comprida que era enrolada em um ou dois cilindros de madeira. Alguns desses documentos tinham mais de 45m. Sua leitura era feita segurando-os com as duas mãos, a direita enrolando o que já fora lido e a esquerda desenrolando. Esta seria a atitude de nosso Senhor ao ler uma passagem da Lei na sinagoga. No livro de Apocalipse encontramos a terrível imagem: “o céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola”.⁴¹ O costume de dobrar as folhas de papiro surgiu cerca de um século depois de Cristo, particularmente entre os primeiros cristãos; e destas dobras veio o códice ou livro encadernado, geralmente um *quaternio* de quatro folhas dobradas a fim de formar oito páginas costuradas, como são os nossos livros, em um volume.

No final, a fim de proteger os manuscritos mais valiosos, eles eram enrolados em tecido; quando se tratava de manuscritos dos livros sagrados, em linho fino, decorados com enfeites em azul da cor do jacinto e com as extremidades franjadas. Colocavam-nos a seguir em jarros especiais; e uma biblioteca importante deveria ter-se assemelhado bastante a uma grande loja de vinhos. Como todos sabem, os rolos do Mar Morto foram encontrados em jarros, nos anos 1947 e seguintes. A hipótese geralmente aceita é que eles faziam parte da biblioteca de uma comunidade de essênios, cujo monastério foi descoberto nas proximidades das cavernas de Qumran — Biblioteca essa que foi ocultada pelos monges na ocasião em que os legionários romanos de Tito estavam devastando o país durante a grande rebelião de 66-70 d.C.⁴²

Foram também encontrados nas ruínas de Qumran três tinteiros de bronze e um de barro, contendo tinta seca. Um dos aposentos lembra o escritório de um monastério ocidental. Parece tratar-se de monges dedicados à cópia a mão dos textos sagrados, como faziam os beneditinos em tempos idos. Em todo caso, uma das principais funções dos escribas, cuja importância já mencionamos,^{43 44} era copiar a Bíblia. Os rabinos tinham estabelecido as regras mais extraordinárias e minuciosas para os que se dedicavam a esta tarefa: nada devia ser transcrito de memória, mas cada palavra tinha de ser verificada e mesmo que o original contivesse um erro evidente era preciso copiá-lo, avisando as autoridades sobre esse erro, para que decidissem. O nome santo de Deus devia ficar em branco, para que pudesse ser escrito com outra tinta absolutamente pura, por um escriba que tivesse feito as abluções rituais com esse propósito. Além do mais, nem todos podiam possuir os livros sagrados e guardá-los em casa (embora houvesse uma exceção para o livro de Ester, que devia ser lido para a família na Festa do Purim), e alguns doutores da Lei, Gamaliel entre eles, ensinaram até que tocá-los tornava impuras as mãos. Nem mesmo os livros

incorretos ou aqueles suspeitos de heresia ou simplesmente diferentes dos textos aceitos eram destruídos, mas colocados num dos chamados “cemitérios de livros” a que davam o nome de *ghenizah*.⁴⁴ A palavra “bibliomania” foi usada sendo porém talvez dura demais; mas em qualquer caso, os judeus tinham grande respeito pela palavra escrita.

COMO SE ESPALHAVAM AS NOTÍCIAS

Uma das principais funções da palavra escrita em nossa sociedade, tão importante que a invenção do telefone e do rádio não conseguiu fazê-la desaparecer, é a divulgação de notícias. Na antiga Israel e em todas as comunidades do mundo da antiguidade, no que diz respeito a esse assunto, isso só podia ser feito numa escala muito menor. A facilidade com que compramos o jornal, essa esplêndida ajuda ao pensamento,⁴⁵ e o compramos tão barato, além de dois séculos de desenvolvimento postal, tornaram a nossa correspondência diária (o tirano do homem de negócios) uma das bases essenciais da comunicação. Há vinte séculos, na Palestina e em Roma, isso não acontecia.

Os materiais de que acabamos de falar eram também usados para escrever cartas: pergaminhos, papiros, chapas de cera. Os romanos tinham generalizado o uso de chapas de duas folhas: as duas eram presas uma à outra por tiras de couro, colocadas cera contra cera, mas uma pequena sobreposição da madeira evitava que as superfícies escritas tocassem uma na outra. A pessoa que recebia a carta precisava apenas apagar as palavras e já tinha em mãos o material para a resposta. As cartas escritas em pergaminhos ou papiros eram enroladas e amarradas com um cordão. A fim de provar sua autenticidade, eram assinadas, como fazemos hoje, particularmente quando ditadas a um amanuense, o equivalente de nosso datilógrafo. Algumas vezes a pessoa que assinava acrescentava uma sentença mais pessoal: Paulo, por exemplo, termina sua carta aos Colossenses com uma saudação, e diz particularmente: “A saudação é de próprio punho: Paulo”.⁴⁶

Uma simples assinatura não bastava, porém, a carta ficava incompleta sem um selo. Todo homem importante tinha o seu, com o seu nome nele ou um desenho decorativo; a gravação desses selos exigia artesãos especializados — a Bíblia fala deles — e gravavam a inscrição com uma ponta de diamante⁴⁷ em metal ou pedra dura, tal como a ágata. O selo podia ser de cera ou mais raramente de chumbo; sendo em qualquer caso essencial. Nenhuma carta importante podia deixar de tê-lo. O selo era altamente simbólico e as Escrituras Sagradas fazem menções frequentes ao seu uso: segundo Jó, o próprio Deus colocara o seu selo sobre o homem;⁴⁸ a circuncisão era o selo da fidelidade a

Javé;⁴⁹ para os discípulos, a mensagem de Cristo estava marcada com o selo da verdade de Deus;⁵⁰ e o Juízo Final, disse Apocalipse, seria selado com sete selos.⁵¹

Depois de devidamente assinada, fechada e selada, a carta seria enviada a seu destino. Isso não era fácil. O Império Romano possuía na verdade o seu serviço postal, copiado daquele aperfeiçoado do século cinco a.C. pelo rei Dario, o persa. Tratava-se de uma organização verdadeiramente considerável, um ministério positivo, com um exército de mensageiros, pessoas para cuidar das postas e supervisores; havia também um sistema de prioridades segundo a urgência da mensagem.⁵² Mas o número de pessoas que podiam utilizar-se do correio imperial era muito pequeno: e temos a impressão de que Herodes e seus descendentes jamais estabeleceram uma organização deste tipo.

Os indivíduos precisavam, portanto, usar mensageiros: seus próprios escravos, se fossem ricos, ou através dos que faziam da entrega postal uma profissão. Esses carteiros são mencionados no tratado *Shabbath*.⁵³ colocam as mensagens no cinto ou em tubos de madeira pendurados no pescoço. Os muito pobres para alugar um mensageiro, aproveitavam-se da viagem de um amigo, um oficial ou um mercador ambulante para confiar-lhe a carta. Os mercadores importantes se reuniam para enviar um homem a Alexandria ou Babilônia, levando as cartas de todo o grupo. O Grande Sinédrio e o sumo sacerdote possuíam mensageiros especiais para comunicar-se com os sinédrios provinciais e as comunidades da Diáspora, como o último capítulo de Atos deixa claro.⁵⁴ Como é natural, essas cartas não chegavam muito rapidamente aos seus destinos: uma carta particular enviada a Cícero levou cerca de cem dias para ir da Síria até Roma, e o correio imperial levou cinquenta e quatro dias de Roma a Cesareia.

As notícias que deviam ser levadas ao conhecimento do público ou as que transmitiam ordens oficiais eram escritas nos muros. No próprio Templo existiam inscrições proibindo os pagãos de entrarem nos pátios reservados aos crentes. As autoridades romanas usavam essas notícias, e ao que parece as escreviam, como aquela que foi colocada sobre a cruz em três línguas, sendo uma delas ou hebraico ou aramaico. O populacho, como sempre faz em toda parte, tornava conhecidos seus sentimentos e opiniões escrevendo-os nos muros. Os arqueólogos encontraram diversos *graffiti*, como os que podem ser vistos em Pompeia ou no Palatino. Um deles, na parede inferior do palácio asmoneano, declara que “Simão e toda sua casa podem ir para o inferno e arder ali”: pelo menos esta era a opinião de Pampras, um pedreiro insatisfeito.⁵⁵

Haveria algum método de divulgar as notícias mais amplamente? Alguns autores afirmaram que “houve uma tentativa de circular uma espécie de jornal em Jerusalém” e, que este fato é mencionado nos arquivos rabínicos”; embora

seja “impossível descobrir se se tratava de um empreendimento privado ou se, por outro lado, foi realizado pelo governo romano ou pelos sumos sacerdotes”.⁵⁶ Se isto for verdade o “jornal” manuscrito deve ter sido bem pouco lido. É melhor supor que as notícias se espalhavam verbalmente. É notável com que rapidez qualquer acontecimento fica sendo conhecido tanto no Oriente como na África. Os ambulantes e muitos mendigos que vão de lugar em lugar teriam se encarregado de espalhar relatos mais ou menos verdadeiros de todas as ocorrências, importantes e triviais. O poço ou a fonte onde as mulheres iam buscar água era o centro de informações da cidade; e podemos estar certos de que as notícias de importância eram divulgadas através de toda a Palestina. Assim, no evangelho, vemos as “multidões” correndo para serem batizadas por João ou para ouvir a pregação do novo mestre, Jesus: não tiveram necessidade de qualquer jornal ou mensagem radiofônica, para ficar sabendo dessas coisas. Este meio completamente simples de divulgação tinha um bonito nome, “as asas do pássaro”.

Notas

1. O pequeno volume de Paul Auvray, Pierre Poulain e Albert Blaise, *Les langues sacrées* (Paris, 1957), contém tudo que é essencial saber sobre as línguas faladas e escritas na época de Cristo.
2. Eles achavam a palavra Sibolé especialmente difícil de pronunciar.
3. Lucas 4.16.
4. Sobre os arameus veja p. 51-52.
5. 2Reis 18.26.
6. Mateus 26.74.
7. Veja especialmente Marcos 14.36; Atos 1.19; João 19.13; Mateus 27.33; 6.24, etc..
8. Marcos 5.41.
9. Mateus 27.46 e Marcos e Lucas.
10. Sobre o evangelho de Mateus em aramaico veja a introdução em *Jesus iti His Time*.
11. Sobre o uso religioso do aramaico veja p. 421-422.
12. Luise Weiss, *La Syrie* (Paris, 1953).
13. Lucas 23.38 e João 19.10.
14. *Antiquities* 14, 10 e 12.
15. *Sotah* 9.14 e *Antiquities* 20.11.
16. *Atos* 22.2.
17. Veja Daniel-Rops, *What is the Bible?*
18. A escola alemã de *Formgeschichte* enfatiza fortemente a transmissão oral. Veja o excelente sumário do Padre J. van der Ploeg, *Le Rôle de la Tradition orale dans la Transmission du Texte de l'Ancien Testament* in *Revue Biblique* (Janeiro, 1947). Veja também o primeiro capitulo de *La Tradition et les Traditions*, pelo Padre Y. Congar, (Paris, 1960).
19. *Gittin* 60, a.
20. Prefácio ao tratado *Shabbath* por W.O.E. Oesterley, p. 54.
21. Veja *What is the Bible?* e a introdução a *Jesus in His Time*.
22. *Pirke Aboth* 3.8.

23. Pirke Aboth 4.8.
24. Citado pelo padre Jousse: veja abaixo, nota 28.
25. Veja o capô sobre educação, p. 129.
26. Lucas 6.20-26.
27. Lucas 1.46-55.
28. Sobre toda esta questão, os livros fundamentais são aqueles do padre Marcei Jousse, particularmente o seu *Le Style oral rythmique et mnémotechnique chez les verbo-moteurs* (Paris, 1925); *Les Rabbins d'Israel*, *Les Récitatifs rythmiquesparallèles* (Paris, 1930), e o grande número de artigos provocados por essas palavras, especialmente nos *Cahiers juifs*, 1934.
29. Sobre os escribas, veja p. 179ss.
30. Veja *Histoire sainte*, cap, Moise et Canaan, seção *Ecris celal*
31. As páginas precedentes devem tudo à narrativa admiravelmente clara do padre Auvray em *Langues sacrées* (veja nota 1). Nada dizemos do sistema de vocalização do hebreu pelo uso de vogais pontuadas, inventado bem mais tarde e que se tornou comum no hebreu erudito numa época em que a língua hebraica não era mais falada, por aqueles rabinos que entre d.C 500 e 1100 fixaram o texto bíblico e ao mesmo tempo acrescentaram os comentários conhecidos como Masora (masoreth) (massoréticos).
32. *Initiation biblique*, p. 108.
33. 2Coríntios 3.3.
34. Jó 19.24. (Alguns tradutores bíblicos falam de um “buril de ferro e chumbo”, o que não faz sentido, pois o chumbo que é um metal mole não podia ser de forma alguma usado como uma ferramenta para gravar. Ele era derretido e despejado nos sulcos.
35. Jó 19.23.
36. Apocalipse 3.5.
37. Diodorus 2.32; Herodoto 5.58.
38. 2Timóteo 4.13.
39. Shabbath 8.2.
40. 2Coríntios 3.3.
41. Apocalipse 6.14.
42. Sobre os essênios, veja p. 447.
43. Veja p. 179ss.
44. H. E. dei Medico sustante que os MSS encontrados perto de Cunrã foram aqueles de uma Genizah (cf. L 'Enigme des Manuscrits de la Mer Morte, Paris, 1957).
45. O papel foi uma invenção chinesa que os árabes difundiram depois de tê-la conhecido quando tomaram Samarcã em 704. Os judeus da época de Cristo desconheciam portanto o papel.
46. Colossenses 4.18.
47. Jeremias 17.1.
48. Jó 38.14.
49. Romanos 4.11.
50. João 3.33.
51. Apocalipse 5.1.
52. Veja *Vita Romana* de Paoli.
53. Shabbath 10.4.
54. Atos 28.21.
55. Bouquet, obra mencionada na bibliografia, p. 498.
56. Bouquet, p. 129. O autor não dá a sua fonte, sendo impossível para nós descobrir a confirmação desta declaração nos “arquivos rabínicos”.

CAPÍTULO CATORZE - LETRAS, ARTES E CIÊNCIAS

UMA LITERATURA SEM “SIMPLES LETRAS”

Os livros entre nós, contendo a história de todas as idades,” diz Josefo,¹ contrastando os judeus com os gregos, “não são nem infinitos nem repugnantes uns aos outros: pois toda a nossa crônica se acha contida em vinte e dois livros, aos quais é impiedade negar crédito”.

Esta era uma das singularidades mais marcantes de Israel, essa nação especial: eram o Povo do Livro, mas livros, no plural, não eram produzidos por eles. Um povo cuja existência inteira era regulamentada por um Escrito, mas que desdenhosamente rejeitava tudo que (com Verlaine²) pudesse ser considerado “simples escrito”. Não existe um único livro conhecido em Israel que trate de qualquer assunto profano, ou cujo objetivo seja apenas distrair. Impossível imaginar um Teócrito ou Catulo judeu, menos ainda um Ovídio, Apuleius ou Petrônio. Josefo não foi inteiramente exato ao declarar que Israel não possuía outro livro senão a Bíblia, mas é perfeitamente verdadeiro que nada possuíam além de sua literatura sagrada.³

O que liam então os judeus? A resposta é simples: liam a Bíblia, isto é, o Antigo Testamento e escritos ligados à Bíblia. Os primeiros cristãos fizeram o mesmo: eles jamais se cansavam de ler ou ouvir a maravilhosa história de Deus feito homem, o relato das Boas Novas e os comentários a seu respeito nas cartas dos que haviam conhecido Cristo. Essas ideias são tão distantes das nossas que é difícil compreendê-las. Entre os judeus praticantes, a rejeição de toda literatura profana era fortalecida pelo seu ódio pela idolatria — sendo as cartas greco-romana. As uma fonte e um veículo tanto de idolatria como de imoralidade. A mesma hostilidade pode ser encontrada nos Pais da Igreja. Isto explica a ausência de peças judaicas, a total ausência de um teatro hebraico: os gregos da antiguidade conheciam a função sagrada da tragédia, mas os cristãos levariam cerca de mil anos para descobri-la novamente.

É verdade que os judeus encontraram no Antigo Testamento uma esplêndida diversificação de assuntos, pois ele trata de diferentes temas de formas diversas. A natureza da escrita varia de lugar para lugar; a importância desta variação de estilo, natureza e assunto é enfatizada na encíclica esclarecedora de Pio XII, *Divino afflante spiritu*, de 1943, e sem uma apreciação da mesma é impossível compreender o texto sagrado segundo o verdadeiro intento de seus autores.⁴ Ao ler a Bíblia, os judeus encontravam nela poesia e história, metafísica e ética,

fascinantes relatos de exemplos e uma inesgotável coleção de máximas. Eles liam os gloriosos anais de seus antepassados com apaixonado orgulho, Juízes, Reis e Crônicas; sentindo-se profundamente comovidos pelos Salmos e as admiráveis harmonias dos Cantares de Salomão; adquiriam grande experiência da vida e da natureza humana em Jó, Provérbios e Eclesiastes; e poderiam os apreciadores das aventuras românticas exigir mais do que as histórias de Jonas, ou das heroínas de Israel, Rute e Ester, admiradas por todas as moças judias?

Na Bíblia, ou derivados diretamente do seu texto sagrado, existem escritos de natureza tal que são quase inacessíveis ao homem ocidental do século XX, ou pelo menos excessivamente difíceis para que possa apreciá-los plenamente. As obras dos profetas, especialmente, tão importantes para os judeus (como a fórmula “a Lei e os profetas” torna clara), que eram classificadas como aquelas em que a vontade de Deus foi estabelecida. Esta vontade, afinal de contas não se expressou da mesma forma pelas vozes inspiradas daqueles grandes homens que, posicionados como se fora do tempo, onde o passado, presente e futuro se uniam, podiam mostrar ao povo de Israel o seu destino? É difícil imaginar uma nação inteira cuja vida literária fosse vivida ao nível espiritual de Isaías, Jeremias ou Ezequiel; todavia, só pelas contínuas alusões nos Evangelhos e nas Epístolas, fica evidente que todos esses livros grandiosos, esplêndidos e violentos eram conhecidos em seus menores detalhes — e não só os grandes profetas maiores, mas também os menores, aqueles a quem o cristão moderno mal conhece — Naum, Miquéias, Sofonias, Habacuque.⁵ Os primeiros cristãos, porém, eram grandes leitores da Bíblia; tinham sido educados nela; e nos eventos e ensinamentos das Sagradas Escrituras reconheciam as predições proféticas e simbólicas do mistério de Cristo, o cumprimento da Lei, como disse Paulo; e na velha aliança a promessa da nova.

Existia realmente uma literatura em separado da Bíblia, mas ligada de perto a ela. Eram os escritos que mais tarde foram colecionados pelos rabinos para formar o Talmude.⁶ Já mencionamos os Targuns cujo propósito era esclarecer o texto, traduzindo-o para o aramaico,⁷ como por exemplo aquele do qual Marcos certamente extraiu a citação do Salmo 21 que ele coloca na boca do Cristo agonizante,⁸ ou aquelas versões de Gênesis e Jó encontradas entre os rolos do Mar Morto, ou novamente aquelas coletadas pelos rabinos.⁹ Mas, acima de tudo, havia comentários sobre os textos, aqueles inúmeros comentários que a relação íntima dos israelitas com a Bíblia fez surgir. O *midrasch*, nome derivado da mesma raiz que as palavras “ensinar” e “investigar”, era uma exposição e um comentário para explicar as soluções contidas na Torá de forma velada ou obscura; os tesouros vitais da palavra de Deus; tratava-se de um produto típico da mente judia, para a qual o significado moral e espiritual de um evento tinha

mais importância do que o seu aspecto material. O *midrasch* não era uma obra só dos letrados; nas sinagogas os crentes comuns podiam fazer a sua exegese, e vemos nosso Senhor fazendo justamente isso. E todas elas, depois de escritas, eram acrescentadas às demais nessa imensa literatura piedosa. Uma das formas mais apreciadas do *midrasch* era o *peshet*, cujo intento era mostrar o cumprimento dos textos pesquisados nas Escrituras: esta forma literária era tão comum que os evangelistas se voltam para ela muitas vezes para enfatizar que algum determinado fato da vida de Cristo ocorreu para “que as Escrituras pudessem ser cumpridas”.¹⁰

Por fim vinha uma outra classe de livros: não derivavam diretamente da Bíblia, mas se associavam de perto a ela. Ela consistia em primeiro lugar daqueles livros não admitidos no cânon, a lista oficial de livros que as autoridades religiosas haviam declarado como sendo inspirados, ditados por Deus.^{11 12} Esses livros não-canônicos eram não obstante muito lidos; entre eles, por exemplo, achava-se o *Livro de Tobias*ⁿ e aqueles magníficos salmos encontrados nos documentos do Mar Morto, que são tão semelhantes aos contidos na Bíblia.

A grande maioria, porém, desta classe de livros era composta de obras cujos autores se esforçavam para usar a autoridade das Escrituras, embora tomassem com elas as mais estranhas liberdades. Todos eles foram rotulados como literatura apócrifa, mas este é um termo ambíguo, não tendo o mesmo significado para os judeus e protestantes de um lado, e para os católicos do outro.¹³ Tratava-se de uma literatura distribuída como um ensino esotérico, “apenas para os sábios entre o povo”, dizia um dos livros,¹⁴ e revelando as intenções secretas de Deus. Um deles alegava revelar os segredos de Enoque, pai de Matusalém, de quem Gênesis fala que “andava com Deus”;¹⁵ outro era a *Ascensão de Isaías*, outro ainda a *Assunção de Moisés*; mais ambicioso do que os demais era *A Vida de Adão e Eva*. Vários outros acrescentavam capítulos aos livros de Esdras e Daniel ou atribuíam salmos anti-romanos a Salomão. Esses escritos apócrifos eram fabricados em todo lugar. Na colônia judaica de Alexandria alguém teve até mesmo a ideia de que seria interessante apropriar-se das famosas profecias pagãs das sibilas, e imprimir uma edição revisada e corrigida dos livros Sibilinos que os fizesse dizer exatamente o que os judeus queriam que os pagãos ouvissem. Esta era então uma literatura que continha tudo, exceto equilíbrio e discrição: ficção histórica, ou história fictícia, lendas piedosas, vidas lendárias de homens santos, profecias e apocalipses. Estes últimos constituíam um grupo particularmente numeroso. Obras estranhas essas, em que algum conhecido personagem bíblico, através de visões, desenrolava a

história do mundo, terminando com uma revelação dos últimos dias da humanidade.¹⁶ Como é natural, havia uma grande desproporção e até mesmo insensatez neste mundo curioso dos apócrifos — esses êxtases delirantes, como chamados por Jerônimo — mas não existe qualquer dúvida de que eram muito lidos pelos contemporâneos do Senhor. Sua violência apocalíptica correspondia perfeitamente aos profundos anseios daquela nação humilhada, para quem um cataclisma universal era agora a única vingança a esperar.¹⁷ É significativo que os Pais da Igreja tivessem feito citações extraídas de alguns dos apócrifos judeus, que várias das primeiras heresias fossem baseadas neles, e que até a mais autêntica tradição da Igreja Católica não deixou de ser influenciada por eles, como podemos ver naquela linha do Dios Irae, *teste Daviã cum Sibylla*.¹⁸

Em resumo, a literatura judaica nos dias de Cristo nos pareceria muito estranha: como se alguma nação cristã moderna se limitasse exclusivamente aos livros sagrados e comentários teológicos, e como passatempo lesse ou a *Lenda Dourada* (Golden Legend) e outras obras desse tipo ou poemas como a *Divina Comédia* de Dante, o *Paraíso Perdido* de Milton ou as *Núpcias do Céu e Inferno* (*Marriage of Heaven and Hell*) de Blake. Muitas das características fundamentais dos judeus são assim explicadas, assim como muitos dos acontecimentos que pouco antes da época de Cristo abriram caminho para o enorme levante no qual o Povo do livro foi vencido — acontecimentos esses que sem dúvida deram lugar à rebelião.

A ARTE DA PALAVRA FALADA

Se tivermos em mente o papel desempenhado pela palavra falada na comunicação do pensamento, e o fato de que a própria Bíblia, por exemplo, existiu oralmente muito antes de ter sido escrita¹⁹, fica fácil entender que havia uma ligação necessária e forte entre a literatura e a arte da oratória. Os homens a quem poderíamos dar o nome de “escritores” foram primeiro “oradores”, isto é, tinham o dom da palavra. Em Israel, como acontece nos países orientais hoje, havia homens que falavam nas ruas e nas praças ou nos pátios do Templo e a multidão se reunia ao redor deles. O que surpreende ainda mais é que os rabinos cujo dever era ensinar, mas que não tinham o dom da oratória” faziam-se acompanhar de arautos, transmissores, ou de pessoas bem-falantes, que transmitiam o que o mestre tinha a dizer aos ouvintes. Talvez este costume esclareça as palavras de Cristo: “O que se vos diz ao ouvido, proclamai-o dos eirados”.²⁰ Não existe dúvida de que Jesus foi um grande mestre da arte da palavra falada, dominando todos os recursos, usando todas as formas de

linguagem desde a mais absoluta violência até a maior persuasão, da extremada ternura ao mais alto nível de compaixão. João Batista também o era. As poucas palavras pronunciadas por ele que chegaram até nós são singularmente impressionantes. E os resultados da pregação de Paulo só podem ser explicados pela posse de um grande poder de oratória.

Mas a arte de falar dos israelitas nada tinha a ver com o que os gregos e romanos compreendiam como eloquência. O próprio Paulo foi levado a compreender isso em Atenas, onde, como sabemos, não teve grande êxito.²¹ A organização ordeira das ideias, o desenvolvimento lógico e a prova, que constituíam a base da arte de falar segundo Cícero, eram coisas completamente estranhas à mente judia; como continua sendo, nesse respeito, para o maometano. Para os israelitas a oratória não consistia tanto na convicção pelo raciocínio como em estabelecer contato com as emoções dos ouvintes, com a sua sensibilidade. O orador excelente era aquele que possuía a técnica dos doutores da Lei e mesmo, como vimos, dos mestre-escola em sua mais elevada perfeição — aliteração, ecos e paralelos, ritmos. Pela sua natureza a eloquência chegava às raias da poesia; e embora não houvessem regras fixas nem métrica rígida como na poesia grega e romana, acontecia com frequência que as palavras dos melhores oradores se transformavam em versos, com uma cadência deliberadamente desigual e até em estrofes com refrões.

Com referência ao seu discurso, o mestre da palavra falada era reconhecido por certos sinais distintos: deveria ter capacidade para introduzir nele citações ou alusões bíblicas que pudessem ser instantaneamente reconhecidas pelos ouvintes — quando João disse: “Sou a voz que clama, no deserto, preparem-se para a vinda do Senhor”,(*) ele estava citando Isaías palavra por palavra, e os que ouviam sabiam disso.²² Toda declaração devia ser apoiada pela palavra de Deus. O grande orador precisava estar capacitado para produzir variações em qualquer tema dado, como o músico improvisa as variações sobre uma frase melódica: o sexto capítulo do tratado *Shanhedrin* afirma que o grande rabino Gamaliel, ao receber um tema, podia produzir cem exposições diferentes do mesmo. Mas, acima de tudo, o mestre da palavra falada tinha de ser um perito no *mashal*.

É essencial compreender o conceito do *mashal* a fim de poder entender a natureza da eloquência judia: sua aplicação é encontrada em inúmeros pontos na literatura escrita, o Antigo e o Novo Testamentos; mas o *mashal* constituía fundamentalmente uma função da palavra falada. O hebraico, embora conciso e cheio de colorido, mostra-se curiosamente inepto quando trata de abstrações e da realidade mais elevada: ele circunda esta dificuldade usando figuras, símbolos e comparações. Isto, além do mais, está em absoluta conformidade com o ponto de

vista judeu, muito intuitivo, que instantaneamente se apega aos motivos imediatos, realistas e familiares, extraindo habilmente deles uma lição. Este modo de tomar um caso ou situação particular da vida real, a fim de que a mente e a imaginação venham a apossar-se dele e moldá-lo em um símbolo ou extrair uma pergunta geral do mesmo era de fato o *mashal*. Seria este processo decididamente oriental uma espécie de jogo? De modo algum, pois todo *mashal* precisava estar associado ao comportamento e pelo menos implicitamente à religião.

A tradução grega dos Setenta com frequência interpreta *mashal* como *parábola*, mas seria um erro supor que todos os *meshalim* fossem parábolas no sentido que damos à palavra: uma prova convincente é que *meshalin* é o nome hebreu para o livro dos Provérbios. A raiz da palavra contém a ideia de “coleccionar” ou “comparar”, mas sua conotação comum era muito mais ampla. Um escritor francês contemporâneo²³ classifica todas as suas obras sob o título de poesia: “poesia romântica”, diz ele, “poesia crítica” ou “poesia cinematográfica”; e deduz-se perfeitamente que ele deseja definir uma atitude fundamental de seu pensamento criativo. O fato ajuda a explicar que na literatura e oratória de Israel haviam *meshalim* poéticos, oraculares, satíricos e proverbiais, assim como aqueles em forma de fábulas morais.²⁴

A parábola no sentido que damos à palavra, isto é, uma historieta como um apólogo que fornece uma lição moral ou espiritual de forma mais ou menos óbvia, era certamente um aspecto do *mashal*; constituindo um meio de fazer com que o fato concreto revelasse suas surpreendentes potencialidades, e sendo um dos tipos amplamente usados. Cem anos antes de Cristo, o rabino Meir se tornara famoso por seus extraordinários poderes de produzir *meshalin* desta espécie: todos eles tinham uma raposa como personagem principal, e foi dito que compôs três mil. Existem centenas desses apólogos no Talmude e alguns são muito pitorescos: para explicar porque existe o bem e o mal no mundo homens bons e outros perversos por exemplo, um comentarista de Gênesis compara Deus a um homem que mistura água fervendo com água fria em uma vasilha e depois enche seu jarro com ela, temendo que o barro possa rachar. Alguns são curiosamente semelhantes às fábulas de Esopo: por exemplo, um comentário talmúdico sobre Eclesiástico conta como uma raposa, querendo entrar num lugar através de um buraco pequeno demais para ela, jejuou durante vários dias a fim de emagrecer. Ao que parece, o *mashal-parábola* tinha sido tão usado na época de Cristo que estava começando a tornar-se algo estagnado e estilizado entre os rabinos, pois as mesmas comparações são geralmente encontradas nas obras de vários deles, e com frequência falta força e vida à composição.

Não existe dúvida alguma de que Cristo conhecia o *mashal* e fazia uso dele. Seria praticamente impossível que um judeu daqueles dias não tivesse ouvido uma dessas histórias engenhosas proferidas espontaneamente ou repetidas por alguém que a tivesse ouvido. De fato, o Talmude contém alguns *meshalin-parábola* que são quase idênticos aos dele: existe um por exemplo, sobre os convidados do casamento e outro sobre as virgens néscias. Nosso Senhor empregou o *mashal* em todas as suas formas. O “Médico cura-te a ti mesmo” do evangelho de Lucas²⁵ é um *mashal*; o mesmo se dá com a máxima em Mateus²⁶ a respeito do que contamina o homem: e entre as parábolas *meshalim* existem vários tipos diferentes, variando de comprimento e natureza.²⁷

Quando, porém, comparamos as parábolas dos Evangelhos com aquelas dos tratados talmúdicos, torna-se de imediato aparente que o seu caráter é novo. Não há nada de estereotipado ou convencional a respeito delas: sente-se que a comparação surgiu naturalmente na boca do orador; sendo simples e exata, e (trata-se de algo que não se encontra em Atos, e menos ainda nos evangelhos apócrifos) o tom é inteiramente pessoal, não podendo ser copiado, o verdadeiro estilo do Mestre. A parábola dos evangelhos “se inicia nas realidades mais humildes e reflete os conceitos mais elevados com a maior claridade; pode ser entendida pelos simples e ao mesmo tempo exige profunda reflexão por parte dos que têm conhecimento. Ela é ingênua de um ponto de vista literário; todavia, em seu poder emocional se agiganta ultrapassando de longe o mais elaborado artifício literário. Não só surpreende como persuade; ela não conquista apenas, mas convence. Do termo *parabole* temos *parole* (palavra): esta etimologia não poderá significar que a *parabole* de Cristo é a *parole* ou palavra do homem exaltada ao seu nível mais alto, e ao mesmo tempo a palavra de Deus que desceu bem junto a nós?”²⁸

“NON IMPEDIAS MUSICAM”

A música, próxima deste conceito da arte da oratória e associada a ele, tinha um lugar de destaque em Israel. “*Non impediás musicam*, não interrompa quando a música estiver sendo tocada,” disse Ben Sirach,²⁹ dando a essas palavras um sentido mais literal que Claudel. O Antigo Testamento fala muito de música, instrumentos musicais, canções e danças; e a maravilhosa história de Deus feito homem no evangelho tem início com o cântico alegre dos anjos no céu e o som das flautas dos pastores. Com todos os homens do mundo antigo, os hebreus atribuíam à música uma origem quase divina: foi bem no começo da humanidade, algumas gerações depois de Adão, que Jubal inventou a “flauta e o

kinnor”, tornando-se o pai de todos os músicos.³⁰ A Bíblia reconheceu uma espécie de relação entre a música e a oração, adoração e êxtase. Algo parecido com uma dança ao ritmo de flautas e címbalos tinha sido algumas vezes necessário aos profetas a fim de que “a mão de Deus estivesse sobre eles”, isto é, para que pudessem cumprir sua missão.³¹ Todos em Israel sabiam que o jovem Davi tocara o *kinnor* para aliviar a depressão de Saul,³² e que ao tomar-se ele mesmo rei dançara e cantara diante da Arca. A nação judaica era então um povo de músicos.

Todas as festas familiares se faziam acompanhar por música. “Hoje, na Palestina, as melodias penetrantes, o bater palmas e o ritmo ágil de pés em movimento de dança no terreiro ainda proporcionam às festas nupciais seu entusiasmo contagiante.”³³ Banquetes e outras reuniões festivas, como vimos,³⁴ ficavam incompletas sem música. Os resultados deste “entusiasmo embriagador” nem sempre se harmonizavam com os princípios morais: se dermos atenção a Isaías, as jovens que tocavam harpa não deliciavam apenas os ouvidos dos convidados.³⁵

Se a música aumentava o prazer das horas alegres, ela também participava das tristezas. Uma procissão fúnebre tinha necessariamente as suas carpinteiras, que cantavam as suas lamentações, e essas repetições, cantadas em terça menor pelo resto do povo, podiam alcançar um nível extraordinariamente frenético. Um funeral de respeito exigia mulheres flautistas, e já as vemos fazendo isso quando Cristo foi ressuscitar a filha de Jairo, no evangelho de Mateus.³⁶ O funeral mais pobre exigia pelo menos uma carpideira e duas tocadoras de flauta.

A música religiosa possuía tal importância que não havia uma única cerimônia ou rito em que ela não tomasse parte. O salmista afirmou que o Senhor subiu ao som de trombetas, e que ele devia ser louvado “com saltério e com harpa, com instrumentos de cordas e com flautas, com címbalos sonoros, com címbalos retumbantes”.³⁷ Um cântico imenso se levanta das páginas da Bíblia, uma aclamação rítmica, modulada, do Todo-poderoso. O sábado e os grandes feriados eram anunciados ao som da trompa e as horas de oração com as trombetas. Na verdade, muitas partes do próprio livro eram cantadas: por exemplo, os hinos nupciais nos Cantares de Salomão que o povo cantava enquanto caminhava com a noiva e o noivo, ou os cânticos dos degraus que as imensas caravanas de peregrinos cantavam incessantemente enquanto seguiam para Jerusalém. Muitos salmos têm como título o nome da música a qual devem acompanhar — “A pomba dos terebintos distantes” ou “O lírio da lei” — ou dos instrumentos, de corda ou de sopro que deveriam acompanhá-los. Os próprios serviços incluíam música. O Templo tinha os seus cantores levíticos; e tendo em mente a relação entre música e êxtase místico, é digno de nota o fato da Bíblia

chamá-los algumas vezes de videntes e profetas.³⁸ Desde que o rei da Pérsia passara um decreto nesse sentido, eles tinham ficado isentos do pagamento de impostos,³⁹ e Josefo declara que reivindicavam o direito de usar trajes de linho como os dos sacerdotes — cujo privilégio lhes foi concedido por Herodes Agripa II. Cantava-se também nas sinagogas; os primeiros cristãos adotaram este costume, como ficamos sabendo pela epístola de Paulo aos Colossenses: “louvando a Deus com salmos e hinos e cânticos espirituais, com gratidão, em vossos corações”⁴⁰.

Os cânticos tinham um lugar de destaque na música judia, e, ao que parece, na época de Cristo eles se haviam separado por completo da música instrumental, desde que esta ultrapassara os limites estabelecidos na antiguidade não constituindo mais um simples acompanhamento da voz humana: o Novo Testamento fala muito pouco de instrumentos musicais. Era muito comum cantar em coro sob a liderança do *cantor-mor* tão citado nos títulos dos salmos; os cânticos eram feitos provavelmente em uníssono, e fica bastante claro que alguns salmos deviam ser cantados em antífona (responso), como fazemos hoje. Os serviços das sinagogas tradicionais hoje em dia dão uma ideia de como era a música religiosa dos antigos: aquele fluxo contínuo de que fala Robert Aron, “subindo naqueles momentos em que a natureza do serviço se intensifica e aquietando-se quando ela diminui, um fluxo que aumenta com simplicidade e imperiosamente como o ofegar da respiração humana, alcançando seu ponto máximo quando os rolos da Lei são tirados do tabernáculo”.

Israel compreendia perfeitamente o poder emocional da voz humana. Todavia, mesmo assim, os instrumentos tinham grande aplicação: a Bíblia menciona vários tipos, e não há dúvida de que todos se achavam em uso nos dias de Cristo. Como instrumentos de sopro eles tinham a flauta, a corneta e a trombeta; de cordas, o *kinnor*, isto é, a citara ou lira, e o *nebel*, ou harpa; de percussão, o tamborim e os címbalos: o Salmo 150 fala de todos esses instrumentos. Mas pode ser que houvessem outros, como o saltério tocado por Davi, o *sackbut* mencionado por Daniel, e o *sistrum* proveniente do Egito. Os israelitas eram considerados harpistas e flautistas excelentes e a rainha Salomé Alexandra enviou a Cleópatra um harpista famoso a fim de obter seus favores. Gostavam tanto da flauta que inventaram vários tipos, desde a simples flauta pastoril até um instrumento semelhante à nossa gaita de foles, assim como a flauta transversal e uma flauta com palheta dupla como o nosso oboé. Eram feitas de junco, de madeira e até de bronze, e não havia casa judia que não possuísse a sua. Entre as trombetas e as cornetas, o tipo mais conhecido era o *shofar*, feito de chifre de carneiro: este instrumento litúrgico era o mais

conceituado dentre todos, aquele que evocava a revelação do Sinai, pois quando Moisés subiu a montanha, ele foi acompanhado pelo toque de uma corneta de chifre de carneiro: cujo som, pouco musical, mas comovente, estimulava os homens ao arrependimento; por esta razão o *shofar* era usado para anunciar os grandes dias santos, especialmente o Rosh Hashanah, o primeiro dia do ano, quando “os livros da Vida e da Morte eram abertos diante do Senhor”.

Nada sabemos sobre a natureza real da música judaica. Na Grécia, a música para a *kithara* podia ser escrita, mas isto não acontecia em Israel: havia sem dúvida grande liberdade de improvisação. As poucas insinuações que encontramos na Bíblia são imprecisas: lemos “acima da oitava”, mas não há menção de chave ou escala. Alguns salmos parecem referir-se à sucessão de sons no seu primeiro verso, mas é impossível saber que sons são esses. O Talmude dá alguma informação sobre as notações musicais e sobre os “acentos musicais”, mas isto foi trabalho dos massoretas, isto é, data de quatro séculos depois de Cristo, pelo menos.

A julgar pela música judia e árabe moderna podemos razoavelmente supor que se tratava de uma espécie de cântico recitado, usando uma escala de notas restrita, com meios-tons e um quarto de tons, trinados e uma espécie de vibrato produzido pela mão sobre a garganta, como se pode ver no baixo-relevo de um cantor da Mesopotâmia. Tudo deveria ser acompanhado pelo bater dos tamborins e das mãos e o bater ritmado dos címbalos: desta massa de som a nota aguda da flauta se faria ouvir de tempos a tempos, com o conjunto pontuado pelo som profundo da corneta. O ritmo era com certeza o principal elemento, superando de longe a melodia e a harmonia: ritmo, porque a música invariavelmente se fazia acompanhar pela dança, por marchas e contramarchas, com farândolas, jigas e aqueles movimentos para frente e para trás de braço dado que ainda se usam na Palestina.⁴¹ Quanto à dança no sentido mais pleno da palavra, a dos profissionais, com certeza existia: uma prova disto pode ser vista no Evangelho, no relato da dança de Salomé diante de Herodes. Mas talvez fosse importada de Roma; em todo caso foi suficientemente comovedora para fazer com que o tetrarca perdesse de tal forma a cabeça que ordenou a execução de João Batista.⁴²

UMA NAÇÃO ONDE NÃO HAVIA ARTE?

A música pode ter tido considerável importância na vida diária de Israel, mas pode ser dito o mesmo sobre as demais artes? De forma alguma. A história não reteve o nome de um único artista judeu, nem a arqueologia descobriu uma única obra-de-arte israelita. Isto significa que o Povo Escolhido fosse “uma nação bárbara sob o ponto de vista artístico”?⁴³ Foi sustentado não ter sido⁴⁴ “a falta de

capacidade artística que impediu que os judeus criassem formas plásticas”, e eles, como os semitas da Mesopotâmia, poderiam perfeitamente ter feito obras de arte. Longe de desprezar os artistas, davam-lhes uma posição de destaque, como pode ser visto perfeitamente em Êxodo,⁴⁵ onde Moisés elogia Bezalel: “E o Espírito de Deus o encheu (a Bezalel) de habilidade, inteligência e conhecimento, em todo artifício, e para elaborar desenhos e trabalhar em ouro, em prata, em bronze, para lapidação de pedras de engaste, para entalhe de madeira, para toda a sorte de labores”.

O desenvolvimento da arte em Israel ficava porém sempre paralisado pela famosa proibição em Êxodo, repetida em Deuteronomio:⁴⁶ “Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra.” O conceito rígido de um Deus invisível colocava todas as representações de homem ou animal sob o rótulo de idolatria: se esses dois temas fossem retirados da arte grega, o que restaria da sua escultura? E o que seria a arte ocidental nessas condições? Deve ser acrescentado a isto o fato que exceto na época de Salomão, e em menor escala na de Herodes o Grande, os governantes de Israel jamais foram ricos o suficiente para estabelecer-se como patronos das artes. E se juntamente com essas considerações admitirmos as várias e contraditórias influências das sucessivas ocupações, torna-se perfeitamente compreensível que Israel não tivesse uma arte surpreendentemente original. Os judeus achavam muito mais importante preservar sua vida espiritual do que seus potenciais de criação estética.

Nos dias de Jesus, a Palestina tinha sem dúvida a sua arte, embora esta fosse em sua maior parte estrangeira. Uma arte introduzida pelos ocupantes gregos e mais tarde pelos romanos. A arquitetura, quando genuinamente hebraica, mostrava-se desprezível,⁴⁷ tornando-se esplêndida apenas quando adotava os estilos pagãos, como ficava perfeitamente óbvio nas construções de Herodes: seus palácios em Jerusalém e Jericó, o teatro e o hipódromo que ele ousara erigir na cidade santa e, pior ainda, os templos em honra de Augusto ou dos ídolos romanos que aquele homem praticamente incircunciso tinha levantado em Samaria e Cesaréia. O próprio templo no monte sagrado de Sião não copiava de certa forma os de Júpiter?

A escultura representava uma fonte de escândalo ainda maior. Ninguém indubitavelmente jamais tentou erigir a menor estátua na cidade de Deus, pois uma revolução seria de imediato deflagrada, como se pode ver pelo que aconteceu quando Herodes colocou a águia de ouro sobre as portas do Templo. Mas os judeus conservadores, quando visitavam as cidades gregas, ou Cesaréia, ou até mesmo quando passavam pelas terras dos heréticos samaritanos, não

podiam impedir que seus olhos fossem contaminados pela visão dos ídolos, aquelas “abominações da desolação” de que falava a Bíblia. Não havia escultura judia de coisas vivas, e não é de modo algum certo que o Templo de Herodes contivesse sequer os querubins de madeira que se achavam no Templo de Salomão. Os únicos desenhos permitidos eram aqueles que representavam plantas, palmeiras ou cidras; alguns objetos litúrgicos, tais como o candelabro de sete braços; rolos e arabescos. Como vimos,⁴⁸ as moedas também obedeciam a esta regra: nem Herodes nem seus descendentes tentaram infringi-la, pelo menos no que diz respeito às moedas cunhadas na Terra Santa e feitas para as transações com os judeus (eles tomaram maiores liberdades em outros lugares); e nunca se aventuraram além da representação de um elmo ou um escudo. De qualquer forma, essas peças não eram bem cunhadas e os desenhos eram medíocres.

Quanto à pintura a situação apresentava um quadro ainda mais pobre: nada foi encontrado datando do tempo de Cristo. Os desprezíveis desenhos geométricos e florais que podem talvez ter dado um pouco de cor às paredes caiadas das casas judias, desapareceram por completo. O mesmo aconteceu com as decorações pintadas e douradas sobre um fundo gravado, tal como a famosa vide de ouro, que um dia brilhou no Templo. Todavia, em Dura Europus, uma pequena cidade síria junto ao Eufrates, construída pelos selêucidas no quarto século a.C., alguns afrescos extraordinários foram encontrados na sinagoga local: eles mostram cenas bíblicas e especialmente a ressurreição dos mortos como descrita por Ezequiel. Mas esta obra pertence a um período muito posterior à época de Cristo, o que também se aplica às pinturas encontradas nos túmulos de Marissa e Idumeia. A influência grega se destaca claramente, e ninguém pôde ainda explicar como a proibição mosaica foi tão deliberada mente desobedecida. Os contemporâneos de Cristo teriam ficado horrorizados.

A única maneira de formar uma opinião do gosto artístico dos judeus é através da sua cerâmica. Aqueles pequenos jarros de cerâmica decorados com círculos negros, e as tigelas de barro amarelo, com linhas vermelhas muito finas realçando suas bordas delicadas, encontrados nas várias escavações têm sua beleza; mas serão realmente de fabricação semita, ou foram importados de Alexandria ou Chipre? Os abastados daquela época compravam sua cerâmica fina fora do país, e os pobres não davam importância à decoração profana.⁴⁹

O CONHECIMENTO, SEGREDO DE DEUS

Em Israel, tanto a literatura como as artes, em grau variado, se achavam sujeitas às exigências da religião. Pode ser dito, porém, que as ciências, ou o que

ocupava o seu lugar, se achavam inteiramente absorvidas por ela. Os gregos e romanos conheciam a pesquisa científica pura; compreendiam a busca do conhecimento pelo próprio conhecimento: esta atitude de mente, da qual surgiu toda a ciência moderna era completamente inadmissível para os judeus.

Para eles não podia haver ciência sem teologia. O termo *hakhamim* traduzido como “homens instruídos” significava acima de tudo “homens sábios”, sendo aplicado aos que se destacavam como mestres do conhecimento religioso. A sabedoria, diziam os Provérbios,⁵⁰ pertencia a Deus “no início da sua obra, desde o princípio, antes do começo da terra”, e todo conhecimento humano só tinha significado se se relacionasse com esta sabedoria. Mas a sabedoria se “identificava naturalmente com a Torá”: a obra científica, portanto, “não surgia de pesquisas racionais quanto aos fenômenos do universo, mas sim de tentativas de deduzir dos textos sagrados os ensinamentos sobre a origem e formação do mundo”. Esta é a razão para aquela desconfiança por toda a pesquisa inspirada por uma mente inquisitiva, a perturbadora *libido scientiae* que induzira o primeiro casal humano a pecar. “Não sondem o que está oculto”, diziam os rabinos, “Não pesquisem as coisas difíceis demais”.⁵¹ Para conhecer toda a ciência de Israel, basta então abrir a Bíblia. Ao que parece, nem sequer os judeus da Diáspora, que estavam em contato com a ciência pagã nem os judeus que viviam em Alexandria, por exemplo, esse grande centro de pesquisa científica, tinham abandonado este modo de pensar.

Algumas noções de astronomia podiam ser extraídas do Livro. Deus não criara as estrelas, como tinha criado o sol, a lua e a terra? “Ou poderás tu atar as cadeias do Sete-estrela, ou soltar os laços do Órion? Ou fazer aparecer os signos do Zodíaco, ou guiar a Ursa com seus filhos?” O Criador fez essas perguntas a Jó, um homem santo.⁵² E acrescentou imediatamente: “Sabes tu as ordenanças dos céus?”⁵³ Os judeus tinham, portanto, uma astronomia, pela qual podiam estabelecer o seu calendário. Tratava-se sem dúvida de uma astronomia, que não era derivada daquela dos babilônios, baseada em cálculos matemáticos, mas em observações simples e fáceis que qualquer um podia fazer. É surpreendente ver como Cristo fala tão simplesmente dos fenômenos astronômicos: o nascer e o pôr-do-sol; a presença das estrelas no céu todas as coisas a que se refere estão naturalmente ao alcance do conhecimento de seus ouvintes, e todas elas são elementares. Todavia, os homens cultos daquela época estariam muito melhor informados? Caso positivo, não deixaram traços de seus trabalhos: o *Pirke Aboth*, *Os Ditados dos Pais*, nega cabalmente à astronomia a posição de ciência independente. Ela deve permanecer como uma “subordinada da Sabedoria”,⁵⁴ isto é, existe apenas para proclamar a glória de Deus.

Não faltava exatidão à cosmologia judaica. Para eles o universo era enorme: “Seria preciso viver quinhentos anos: diz o tratado *Berakoth*, para cobrir a distância entre a terra e o céu que está imediatamente acima de nós; há uma diferença equivalente entre esse céu e o próximo, e as extremidades de cada céu, consideradas em sua largura, acham-se igualmente distantes.”⁵⁵ Pois havia sete céus. Por quê? Porque a Bíblia usa sete palavras diferentes para céu. Desta noção, surgiu a nossa expressão “no sétimo céu”; e Paulo parece referir-se justamente a isso, embora esteja falando de modo místico.⁵⁶ Pela mesma razão a terra era também formada de sete camadas sucessivas — cuja ideia, do ponto de vista científico, não está muito longe da verdade.⁵⁷ Afirmava-se tradicionalmente⁵⁸ que ainda podia ser vista no Templo a pedra que o Todo-poderoso atirou no mar original para que a terra pudesse formar-se ao seu redor. Havia uma linha misteriosa que rodeava o universo, dividindo as trevas da luz: afirmava-se ser essa linha que Isaías mencionou no estranho verso: “Terra de piche ardente... estender-se-á sobre ela o cordel de destruição e o prumo de ruína”.⁵⁹ A origem dos “três primeiros elementos”, céu, terra e água, foi também explicada pelas eruditas exposições do livro de Gênesis.

O conhecimento geográfico tinha a mesma base. Vários tratados talmúdicos se referem à geografia, e através deles podemos formar uma ideia da informação que um judeu culto do primeiro século possuía. A terra era redonda e achatada,⁶⁰ cercada de água.⁶¹ Deus se achava sentado acima deste círculo por ele mesmo desenhado.⁶² A superfície da terra fora dividida em duas, Israel e o resto. Israel estava naturalmente no centro, imediatamente debaixo de Deus. Alguns rabinos chamavam os restantes de “países do mar”, embora fosse do conhecimento comum que Israel era lavada pelos sete mares: o Grande Mar (o Mediterrâneo), o Mar de Genesaré, o Mar Samochonite (talvez o Lago Huleh, ou Merom), o Mar Salgado ou o Mar de Sodoma, o Mar de Aco (o Golfo de Ácaba), e os Mares de Shelyath e de Apamea, estes dois últimos sendo talvez alguns pequenos lagos idumeus que Diodoro Siculus cita e que desde então desapareceram. A Terra Santa possuía quatro rios, o Jordão, o Jarmuque, o Quermiom e o Piga. (Os dois últimos jamais foram identificados.) Fica aparente que os números místicos sete e quatro desempenharam importante papel neste conhecimento.

A história natural achava-se aparentemente bastante avançada. Os israelitas, uma nação pastoril, se interessavam por animais e conheciam os hábitos deles: nosso Senhor os menciona muitas vezes. A Bíblia também forneceu inúmeras “informações. O livro de Provérbios falava da formiga;⁶³ Jó, particularmente interessado no assunto, mencionou a corça, o jumento selvagem, a avestruz, o cavalo, a águia, e até o hipopótamo e o crocodilo.⁶⁴ Já no livro de Gênesis as baleias foram distinguidas dos outros habitantes do mar.⁶⁵ As Escrituras

continham até listas separando os animais selvagens dos que podiam ser domesticados, e fazendo diferença entre os que tinham e não tinham os cascos fendidos, entre plantas que davam semente e as que davam fruto.⁶⁶ Isto tudo era naturalmente algo rudimentar: nenhum Plínio parece jamais ter-se levantado entre os judeus.

A matemática que forma agora a base de toda ciência, não existia. Pelo menos, não como ciência judaica, embora seja provável que o conhecimento grego e romano se tenha introduzido até certo ponto. Tudo indica que não existia uma ciência abstrata dos números, os judeus não iam além do cálculo empírico. A geometria, por exemplo, ficava limitada à aplicação prática da agrimensura. Eles usavam o sistema de contagem decimal, juntamente com os remanescentes de um sistema sexagesimal que estava desaparecendo, sem dúvida por causa da influência estrangeira. Os números eram escritos pela combinação de letras, como faziam os romanos.

Como é lógico, a aritmética judia voltou-se primeiro para a Bíblia. Por exemplo, todas as letras de todos os livros canônicos foram contadas (esta a razão pela qual os doutores da Lei gostavam de ser chamados *soferim*, contadores), e foi descoberto que a palavra exatamente no centro do Antigo Testamento é o verbo “buscar”; algo bastante significativo. Os judeus procuraram acima de tudo estabelecer a relação entre os números e as letras que os representavam: eles julgavam que somando os valores numéricos das letras que compunham uma palavra, era possível penetrar no segredo dessa palavra; sendo isto particularmente valioso quando se tratava de um nome próprio. Este tipo de cálculo teve origem na Babilônia, sendo também conhecido dos gregos e romanos; é a isto que o livro de Apocalipse se refere, especialmente naqueles estranhos versículos que terminam o capítulo treze: “Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Ora, esse número é 666”. Este representava “Nero Cesar”, o perseguidor dos cristãos na época em que João estava escrevendo o seu livro, pois a soma dos valores numéricos 666.

Alguns rabinos esticavam demasiado esta aritmética esotérica: para eles a Bíblia e especialmente o Pentateuco, era um documento em código, pelo qual, combinando os valores de todas as palavras, era possível armar equações cuja solução permitiria entrar nos segredos divinos, proféticos e metafísicos que uma simples leitura do texto não revelava. Este método que não era peculiar aos judeus — Platão parece falar dele nos seus trabalhos *Republica* e *Timacus*⁶⁷ — deveria ser mais tarde grandemente desenvolvido pelos talmudistas; e deste desenvolvimento surgiu aquela extraordinária mistura de extravagância e profunda especulação conhecida pelo nome de *Kabbalah*.⁶⁸ Ao mesmo tempo, a

ideia de um conhecimento esotérico reservado para os iniciados era com certeza amplamente mantida nos dias de Cristo: algumas pessoas seguiam dois ramos de estudo, um deles segundo a “ordem da criação” no primeiro capítulo de Gênesis, o outro segundo a “ordem do mistério”, que era também chamado de “ordem do carro”, com referência a Ezequiel e seu carro de fogo.⁶⁹ Deve ser porém observado que nada era mais alheio a essas especulações, essas mensagens secretas reservadas aos iniciados, essas iluminações gnósticas, do que os ensinamentos de Cristo, em que tudo é claro e simples, podendo ser compreendido pelos pobres e os simples.

Notas

1. Contra Apionem 1.8.
 2. Et tout le rest est littérature (Verlaine).
 3. A biblioteca das cavernas do Mar Morto não continha uma única obra que não fosse religiosa. Na verdade, se fosse de fato a biblioteca de um monastério isso seria muito natural.
 4. Sobre o problema das formas das expressões literárias, veja observações em What is the Bible? e particularmente a narrativa de A. Robert na Initiation Biblique, p.282ss.
 5. Entre os documentos do Mar Morto existe um comentário sobre Habacuque.
 6. Sobre o Talmude, veja p. 433 e bibliografia, p. 497.
 7. Veja p. 308.
 8. Marcos 15.34.
 9. Possuímos todo um Targum da Torá, chamado de Targum de ônkelos, e outro dos profetas chamado de Jônatas: eles datam do século cinco, mas são com certeza baseados sobre textos muito mais antigos.
 10. “Para cumprir o que está escrito...” “Esta fórmula ocorre com frequência nos evangelhos de uma ou outra forma: por exemplo, João ao falar sobre as pernas de Cristo não terem sido quebradas depois dele morrer, mas que um soldado abriu o seu lado com uma lança, repete duas vezes: “E isto aconteceu para se cumprir a Escritura” — uma passagem das Escrituras citada por ele. (João 19.36). Isto era justamente fazer um pesher.
 11. Sobre o cânon judaico das Escrituras, veja What is the Bible?
 12. Sobre o “sinal de Jonas”, cf. Mateus 12.40; Lucas 11.32; Jonas 1.7 e 2.11.
 13. Veja What is the Bible? O que os protestantes chamam de apócrifos são aqueles livros que o cânon judaico rejeitou, mas que o cânon católico estabelecido no Concílio de Trento admitiu (eles são às vezes chamados de deutero-canônicos); e, por outro lado, aquela massa de obras mais ou menos delirantes que os católicos também consideram apócrifas.
 14. Fourth Book of Esdras, 14.37-48.
 15. Gênesis 5.21-24.
 16. Veja Bonsirven, La Bible apocryphe: Ert marge de 1’Ancien Testament (Paris, 1953).
 17. O Apocalipse que encerra o Novo Testamento, o Apocalipse do apóstolo João, pertence à mesma forma literária; mas foi reconhecido como inspirado pela igreja.
 18. Os cristãos possuíam também os seus apócrifos, geralmente escritos num estilo mais popular (veja R. Tamisier, Evangiles apocryphes, Paris, 1952).
 19. Veja p. 323.
 20. Sanhedrin 7.2; Yoma 82.2; Mateus 10.27.
 21. Sobre o insucesso de Paulo em Atenas, veja Atos 17.22-34.
- (*) Esta tradução é do autor.
22. “Sou a voz que clama: no deserto...” “ é a leitura de Isaías. Veja a pontuação correta, que no geral

modificam para, “que clama no deserto”. (Esta é a tradução do autor, e não a da Versão Knox)

23. Jean Cocteau.

24. Essas várias formas são encontradas em Números 21.27; 23.7; Is 14.4; Ezequiel 17.2; ISamuel 10.12, etc.

25. Lucas 4.23.

26. Mateus 15.11.

27. Sobre o Mashal, veja os comentários de Robert e Tricot nas páginas de seu excelente *Initiation Biblique* (p. 298ss), e também o relato em Ami du Clergé, março 31, 1960, p. 194.

28. Essas bem consideradas observações são extraídas da obra *Vie de Jésus-Christ* de Ricciotti, p. 361.

29. Eclesiástico 32.3.

30. Gênesis 4.21.

31. Por exemplo, Eliseu pedindo os serviços de um músico (2Rs 3.15); ou, os mensageiros enviados ao encontro de Saul (ISm 10).

32. 1 Samuel 16.10.

33. Barrois, op. cit., 2.193.

34. Sobre banquetes, p. 240ss.

35. Isaías 23.16.

36. Mateus 9.23.

37. Muitas referências, tais como Salmos 47.6; 98.6; 150.3; ou, 68.26; 81.3; 149.3, etc..

38. 1Crônicas 25.1; 2Crônicas 29.30, ou 35.15.

39. Esdras 7.24; Neemias 11.23.

40. Colossenses 3.16 (veja também Ef. e Tg).

41. Em *Tu es Pierre*, Philippe Agostini filmou as danças rústicas durante um casamento em Caná.

42. Cf. *Jesus in His Time*, cap. “The Seed of The Church”, seção “The Death of the Forerunner”.

43. Corswant, op. cit., p. 37

44. S. W. Baron, op. cit., p. 18.

45. Êxodo 35.3lss.

46. Êxodo 20.4; Deuteronômio 5.4.

47. Sobre habitações, veja p. 252-253.

48. Sobre dinheiro, veja p. 224.

49. Mosaicos com os signos do Zodíaco foram encontrados em várias sinagogas (por exemplo, em Noara e Beth Alfa); todos eles são posteriores à época de Cristo.

50. Provérbios 8.22.

51. Veja o capítulo 3 dos extratos do Talmude de Cohen.

52. Jó 38.31-32.

53. Jó 38.33.

54. Pirke Aboth 3.23.

55. Berakoth II.2.

56. Sobre os “sete céus” de Paulo, veja Cohen, op.cit.74.

57. Conhecemos a teoria de que a terra é feita de três camadas: SI-AL, SI-MA, NI-FE.

58. Yoma, 54.6.

59. Isaías 34.11.

60. “O círculo da terra”, Isaías 40.22.

61. Erubin 22, b.

62. Provérbios 8.26.

63. Sobre a formiga, veja Provérbios 6.8.

64. Veja a lista de animais em Jó 39 e 40.

65. Gênesis 1.21.

66. Gênesis 10.11.

67. Platão, *Republica* 10, e particularmente *Timaeus*.

68. A Cabala foi editada por Henri Sérouya (Grasset, Paris, 1947); veja também a tradução de Paul Vulliaud (Paris, 1923 e 1930). Raymond Abellio recentemente, e apoiado em muitos argumentos, sustentou a tese de La Bible, document chiffré (Paris, 1950).

69. A. Cohen, op. cit. p.72.

CAPÍTULO QUINZE - HÁBITOS E COSTUMES; HIGIENE PESSOAL; DIVERSÕES

A VIDA DIÁRIA

Muito pode ser dito ainda sobre a vida de uma comunidade humana mesmo depois de sua estrutura geográfica e histórica ter sido definida e suas instituições sociais básicas descritas, juntamente com seu tipo de habitação, vestuário e alimento; mesmo quando seus métodos de comunicação, sua linguagem e escrita, e suas atividades intelectuais e espirituais tiverem sido tratados. A fim de descrever a vida da sociedade de uma certa época em sua existência diária, seria necessário destacar todos aqueles pequenos e inúmeros detalhes e costumes, aquelas formas usuais de comportamento, atitude mental, gostos, necessidades, expressões comuns e superstições que se combinam para formar a atmosfera de um período, e que em sua maioria são tão pouco notados, tão praticamente automáticos, que ninguém se preocupa em registrá-los. Todavia, são justamente essas coisas que fazem o clima da época e que distinguem um período de outro, mesmo quando estes são bastante aproximados, pois esses pequenos hábitos e costumes mudam com extraordinária rapidez. Mesmo agora que possuímos uma quantidade enorme de equipamentos para prender o momento que passa — jornais, cinema, gravadores — é difícil transmitir exatamente o que torna a década de sessenta diferente daquela dos anos cinquenta. Este é o pó impalpável da história, o pó iridescente que as asas de uma borboleta deixam em nossos dedos. Para a Israel da época de Cristo a tarefa é muito mais difícil. Nossa fonte principal deveria ser o Novo Testamento, pois o Antigo Testamento se interrompe mais do que trezentos anos antes. Mas, não é preciso dizer que os evangelistas e apóstolos não tinham como alvo fornecer-nos informações sobre este assunto. Não obstante, uma alusão ocasional e breve destaca algum hábito característico da época: o beijo de Judas, por exemplo, e o modo como uma mulher desconhecida saudou Jesus,¹ nos informam a respeito de certas maneiras de falar e cumprimentar; mas esses fragmentos de informação exata são raros.

É possível, porém, sempre recorrer aos inesgotáveis tratados do Talmude. Em seu desejo de aplicar os preceitos da religião em todos os casos possíveis, os rabinos fixaram especificamente inúmeros pequenos detalhes da vida diária. Embora muitos dos tratados tivessem sido compostos pouco antes ou pouco depois dos dias de Cristo, eles tomaram sua forma final e foram reunidos em

coleção cerca de 100 ou 150 anos depois dele. E apesar de nesse período a História não estar sujeita àquela imensa aceleração de que fala Daniel Halévy², no ano 150 d.C. muitos acontecimentos terríveis haviam colocado o Povo Escolhido em condições por completo diferentes daquelas em que tinham vivido durante os anos 25 e 30. Além disso, grande parte do Talmude foi compilada na Babilônia, isto é, num ambiente cultural nada semelhante ao da Palestina. Pode-se perfeitamente usar os tratados talmúdicos para resolver questões relativas a leis e instituições, e mesmo para certas atitudes de mente e práticas governadas pela religião até certo ponto, pois, em Israel, a grande força da tradição relativa a esses assuntos impedia qualquer mudança rápida. Mas, pode o mesmo ser dito quanto a modas e costumes transitórios? O tratado Shabbath, por exemplo, estabelece o que não pode ser feito no dia de descanso com as mais extraordinárias minúcias, e nos diz que não era proibido à mulher sair de casa usando peruca,³ mas esse tratado foi feito na Babilônia, provavelmente cerca do ano 35 d.C. Será que ele alude então a um costume das mulheres bem vestidas da Babilônia, ou isto era comum entre as de Jerusalém cem anos antes? Historicamente, não pode ser provado por intermédio dele que as palestinas usassem perucas ou coques falsos na época de Cristo.

HIGIENE PESSOAL

Uma coisa é certa. Os israelitas eram muito limpos. A “limpeza,” diz o erudito rabino A. Cohen, “não é apenas uma vizinha próxima da piedade, mas parte integrante dela, e uma parte muito importante mesmo”.⁴ A limpeza estava entre as grandes exigências em Levítico: “Mantenham-se incontaminados”.⁵ Comer sem lavar as mãos era literalmente um pecado. Lavar-se cuidadosamente, afirmavam os rabinos, era melhor do que qualquer remédio. Outros declaravam que os sujos podiam enlouquecer. E alguns chegaram ao ponto de dizer: “É proibido viver numa cidade onde não haja dependências para se tomar banho”.⁶

Havia, pois, muitas dessas casas de banho: elas tinham aumentado de número durante o período helenista, e naturalmente os romanos que as apreciavam grandemente, construíram ainda outras: os arqueólogos encontraram traços de inúmeras dessas casas. Algumas não passavam de piscinas comuns franqueadas a todos, mas outras eram muito mais elaboradas, como as termas romanas, com piscinas de água quente e fria, saunas e aposentos de descanso, com todo o pessoal de serviço, massagistas e empregadas. Os rabinos recomendavam um banho de vapor seguido de um chuveiro frio, a fim de “temperar o corpo como se faz com o aço”, e depois disso uma massagem completa com óleo. O rabino Khannina, com oitenta anos, podia ainda “ficar

num pé só enquanto colocava o chinelo no outro”,⁷ porque sua mãe o acostumara a esta prática desde menino.

As cinzas de plantas contendo soda, misturadas com um certo tipo de gordura eram usadas para lavar. Seria a esta mistura que Jó fez alusão?⁸ Suas palavras poderiam também referir-se à pedra-pomes, conhecida dos gregos e romanos. Quando a pessoa estava realmente muito suja usava o *natron*, aquele salitre que, segundo Jeremias, não seria suficiente para lavar os pecados da nação infiel,⁹ tratava-se do carbonato de sódio, proveniente do Egito ou da Síria. É significativo o fato do seu nome derivar da mesma raiz da palavra traduzida como “espumar”. Esta soda ou barrilha era usada por aqueles que faziam serviços como os curtidores e preparadores do couro, que se limpavam nas tardes de sexta-feira, antes de iniciar-se o sábado. Também costumavam esfregar o corpo com ervas de aroma forte como o alecrim e a manjerona. Já conheciam a esponja, isso fica muito claro através do episódio relatado no evangelho, quando um espectador da crucificação estendeu a Jesus uma esponja molhada com água e vinagre na ponta de uma vara, para que ele bebesse¹⁰ — o mesmo acontecia com as escovas, Não escovas de dente, porém, nem pastas dentais. Para purificar o hálito faziam uso da “pimenta de cheiro” — sem dúvida uma espécie de aniz.¹¹

Os homens se barbeavam? A Bíblia menciona esse hábito com tanta frequência que somos tentados a crer que se tratava de uma prática comum. Declara-se, por exemplo, que todo homem que fizesse o voto nazireu¹² não deveria barbear-se;¹³ mas, por outro lado, no dia que os levitas se purificavam ritualmente deveriam raspar todo o corpo.¹⁴ No primeiro caso a referência é ao cabelo e no segundo aos pelos do corpo. Os “barbeiros” tantas vezes mencionados na Septuaginta com certeza já existiam; mas não se sabe definitivamente se não passavam de simples cabeleireiros. Muitas passagens bíblicas dão a impressão de que os judeus deixavam a barba crescer. O Salmo 123 declara explicitamente que Arão, irmão de Moisés, tinha barba; e o bálsamo corria através dela até a fímbria de suas vestes. Não cuidar da barba era sem dúvida um sinal de infelicidade;¹⁵ e no luto mais profundo a pessoa a cortava.¹⁶ Cortar a barba de um homem consistia num insulto grave.¹⁷ Como os romanos tinham o rosto barbeado, é bastante provável que os judeus dos dias de Jesus considerassem a barba como uma parte essencial de sua resistência aos invasores. É, portanto, praticamente certo que Jesus, como judeu fiel, jamais tivesse incorrido na censura pronunciada por Jeremias contra os que se barbeavam.¹⁸ Pode ser que como os rabinos de hoje ele usasse aquela parte da barba que é como uma continuação do cabelo nas têmporas, aquelas compridas mechas laterais que Levítico tornara obrigatórias.¹⁹

De modo bastante estranho, Levítico também proibia diretamente qualquer

tipo de tatuagem ou marca.²⁰ Isto talvez se devesse ao fato dos fenícios e outros pagãos tatuarem as mãos e a testa em honra de seus ídolos. Talvez só os profetas tivessem na testa ou nas mãos a “marca do Senhor” mencionada por Isaías.²¹ O livro de Apocalipse, ao referir-se à “marca da besta” e ao “selo do Deus vivo”,²² poderia estar indicando a tatuagem; a primeira aludindo naturalmente ao costume pagão e a segunda, como uma metáfora, a um sinal espiritual.

O cabelo era objeto de muita atenção e cuidado. Os ricos, sem serem necessariamente um Absalão²³ ou princesas de contos de fada com cabelos crespos e “pretos como o corvo” do Amado nos Cantares de Salomão,²⁴ gostavam de usá-lo longo, prática que Paulo chamou de “desonrosa”.²⁵ Os jovens depravados, declara Josefo, o aspergiam com ouro para torná-lo mais brilhante. Os mais velhos, como Herodes, ainda segundo Josefo, tingiam o cabelo. Os homens do povo também usavam cabelo comprido, mas não tanto; e exceto nos feriados usavam tranças ou o enrolavam debaixo da cobertura da cabeça. Nos banquetes, como vimos²⁶ e como o evangelho cita em muitos lugares,²⁷ era muito comum perfumar os cabelos; o anfitrião, ou um de seus empregados, derramava óleo perfumado sobre a cabeça do principal convidado. O cabelo maltratado, por sua vez, mostrava tristeza, mais ainda usar a cabeça raspada ou arrancar os cabelos. Os judeus possuíam pentes de ouro, marfim ou madeira, quase sempre decorados com um desenho de flores, como os encontrados no Egito. O espelho, feito de metal polido e com cabo, já era conhecido desde um período remoto; desde o cativeiro no Egito com certeza, pois são citados já no livro de Êxodo.²⁸

Como é natural, as mulheres cuidavam ainda mais do cabelo. O próprio Paulo não admitiu que uma cabeleira bem cuidada era uma glória para a mulher? É verdade também que em sua epístola a Timóteo ele advertiu as mulheres cristãs a não exagerarem na questão de cuidarem do cabelo.²⁹ As mulheres israelitas tinham muito talento para trançar, adornar e até encrespar o cabelo. Entre as mulheres bem vestidas, especialmente as mais influenciadas pelo paganismo, a moda naturalmente entrava em cogitação. Quando em Roma ela favorecia o cabelo empilhado no alto da cabeça, não se pode duvidar que Herodias e Salomé copiassem Cláudia e Lúvia. De todas as proibições no tratado *Shabbath*, a mais desagradável para as mulheres era com certeza aquela que impedia que trançassem, encrespassem ou pusessem fitas e ornamentos no cabelo no dia de descanso. Nos dias de Jezabel as mulheres costumavam reparar os estragos dos anos, tingindo os cabelos com tinta vermelha de Antioquia ou hena de Alexandria. Se a informação contida no Talmude for válida para a Palestina, elas também usavam cabeleiras ou perucas, feitas “com o seu próprio cabelo, com o de uma vizinha ou de algum animal doméstico”.

Além disso, elas se pintavam e se perfumavam. Entre os objetos encontrados

nas escavações arqueológicas existem muitos potinhos e apetrechos para pintar o rosto, feitos de osso, marfim ou metal, assim como espátulas para espalhar cosméticos. Esta era uma prática antiga: mesmo antes de Abraão ter chegado à Palestina, as mulheres de Creta e do Egito já estavam tão familiarizadas com a maquiagem para os olhos, rosto e lábios quanto as parisienses de hoje. Este exemplo deveria ter sido seguido muito rapidamente; Jó não chamou sua terceira filha pelo nome pitoresco de Pote de Antimônio?³⁰ O antimônio ou *pouch* era usado para escurecer as pestanas e sobrancelhas: os romanos o chamavam de *stibium*, sendo conhecido pelas mulheres árabes de hoje como *kohl*. Para o rosto e os lábios elas usam a *sikra*, que já foi mencionada como a substância para colorir a tinta de vermelho. As folhas de uma espécie de alfeneiro, chamada *al khanna* (com frequência mencionado nos Cantares de Salomão, esse catecismo de amor³¹), quando reduzidas a cinza fornecem uma tinta vermelho-amarelada que as mulheres árabes usam para colorir as unhas e as palmas das mãos, e até o cabelo na ausência de outras tintas. As judias da época de Cristo faziam o mesmo? Algumas, mas nem todas. Podemos, porém, imaginar Maria Madalena com as sobrancelhas escurecidas, cílios azuis, face pintada e palmas das mãos tingidas.

Quanto a perfumes, eles eram largamente utilizados. Como todos os povos do Oriente, os judeus o empregavam tanto por gostar deles como pelo fato de atenuarem os efeitos desagradáveis da transpiração, essa inconveniência dos climas quentes. Basta abrir o Antigo Testamento. Poder-se-ia dizer do livro o que Ben Siraque afirmou a respeito da Sabedoria:³² “Exalei fragrância como canela e bálsamo aromático, e qual perfume de mirra finíssima, como gálbano e unha aromática e estoraque, e como exalação de incenso no tabernáculo”.³³ Os camelos da rainha de Sabá levaram enormes quantidades de perfume ao rei Salomão; Ezequias tinha os celeiros cheios deles; antes de sua apresentação ao rei. Ester foi perfumada durante um ano inteiro; e o Amado dos Cantares de Salomão foi literalmente ensopado com óleo aromático. As mulheres de Israel encontraram nas Sagradas Escrituras autoridade e encorajamento para a sua paixão pelos perfumes. As de Jerusalém tinham o direito de gastar a décima parte de seu dote com eles; elas usavam até pequenos vaporizadores de couro em suas sandálias, e bastava-lhes mover os dedos dos pés para serem envolvidas pelo mais inebriante de todos os meios de sedução. Alguns perfumes eram particularmente apreciados. Em primeiro lugar se achava o nardo, aquele com que Maria Madalena ungiu os pés de Jesus, e cujo odor era tão forte que imediatamente encheu a casa. Era proveniente da Índia e muito caro, sendo que uma imitação foi, portanto, inventada usando uma planta local. A Cássia, nome

de uma outra filha de Jó, se assemelhava um tanto ao perfume da cânfora, bastante ativo; justamente o oposto da mirra, um produto dispendioso importado da Arábia, e do bálsamo que podia ser encontrado em Jericó; pois ambos eram aromas pesados. Flores deliciosamente perfumadas como o lírio e o jasmim, depois de maceradas em óleo, serviam também como perfume. Quanto ao ônix, ou *onycha*, que é ainda conhecido como “unha perfumada”, não era um mineral, mas o opérculo córneo do molusco do mesmo nome. Todas essas coisas eram compradas de artífices especializados ou lojistas, homens e mulheres perfumistas; eles são com frequência mencionados na Bíblia, mas sempre com um certo grau de reprovação, desde que naturalmente seus melhores clientes eram mulheres de vida fácil; embora não fossem de modo algum os únicos fregueses. As mulheres perfeitamente respeitáveis tinham permissão para perfumar-se à vontade, mas as que não recorriam a esses atrativos recebiam a mesma admiração. Uma das canções cantadas ao levar a noiva ao lugar onde se realizaria o casamento dizia em seu louvor: “Nem ruge nem pó, nem unguento nem óleo perfumado, nada tem de artificial, é tão pura como uma corça”.

Todos esses pontos de higiene pessoal e adorno dão uma impressão muito mais “civilizada” do que seria de esperar. Hoje em dia, até mesmo nas tendas dos nômades, encontramos no Oriente refinamentos que o camponês ocidental da Idade Média jamais teria imaginado. Existe, porém, um aspecto que nos deixa constrangidos: nem a Bíblia nem o Talmude contêm qualquer menção do lenço, esse modesto quadrado de linho que consideramos tão necessário. Isso não quer dizer que os judeus não estivessem familiarizados com os resfriados, mas sim que eles, como os romanos, resolviam suas manifestações exteriores mais simplesmente, mais naturalmente do que os chineses que, por sua vez, já conheciam o lenço de papel há séculos.

RELAÇÕES SOCIAIS

O cuidado com que as pessoas se lavavam, escovavam e perfumavam mostra a grande importância dada por elas às relações sociais, pois dificilmente nos perfumamos para nosso próprio deleite. Os israelitas eram, de fato, uma nação muito sociável. Havia muitas razões para isto. A primeira achava-se ligada ao clima: como acontece em todos os países ensolarados, o povo da Palestina vivia grande parte do tempo fora de casa; embora esta fosse muito apreciada, nada tinha das habitações zelosamente protegidas das regiões mais frias. As razões religiosas e sociais também tinham a sua parte, pois a reunião do povo, a comunidade, a “sinagoga”, ocupava uma posição fundamental no relacionamento dos judeus com Deus.

Uma das características marcantes dos judeus na Bíblia é a sua hospitalidade: isto Israel tinha em comum com todas as nações da antiguidade. Tratar bem um hóspede era um dever de honra, permitir que fosse insultado em nossa casa considerava-se falta grave, matá-lo era o mais hediondo dos crimes. Eles estavam sempre prontos a estender convites para uma refeição: Abraão, por exemplo, deteve seus visitantes desconhecidos em Mambré a fim de que comessem um novilho assado — aqueles personagens desconhecidos que eram de fato os anjos do Senhor.³⁴ No evangelho vemos o próprio Cristo convidando-se para a casa deste ou daquele, sem qualquer cerimônia; tanto à casa de seus amigos em Betânia, como à do fariseu ou a do bom publicano Zaqueu. Foi perfeitamente natural para os seus discípulos de Emaús dizerem ao companheiro de viagem desconhecido: “Fica conosco, porque é tarde e o dia já declina”. Além disso, em muitos pontos ele recomenda a hospitalidade generosa, essa forma de caridade muito urbana;³⁵ ele também declara exatamente como os discípulos devem comportar-se ao recebê-la.³⁶ Paulo faz as mesmas recomendações em sua epístola aos Romanos;³⁷ e o realista apóstolo Pedro acrescenta que ao receber hóspedes não devem haver murmurações;³⁸ a epístola aos Hebreus lembra que “alguns... sem o saber acolheram anjos”.³⁹

Os hóspedes principais eram naturalmente os amigos do dono da casa. A amizade desempenhava sem dúvida uma parte importante na vida de Israel, mais importante que a solidariedade do sindicato na vida dos trabalhadores de hoje. Ela tinha até os seus aspectos religiosos, selada com um juramento como o que uniu Davi e Jônatas na Bíblia.⁴⁰ Os verdadeiros amigos sempre foram na verdade raros, amigos como aquele a quem Provérbios se refere quando diz: “Em todo tempo ama o amigo”;⁴¹ mas como a amizade pode ser bela? Ben Siraque tem uma passagem admirável sobre o assunto que termina assim: “...O que teme a Deus é constante na sua amizade, porque qual é ele, tal é também o seu amigo”.⁴² Cristo usa tantas vezes a palavra amizade que é impossível dar todas as referências, e quanta bondade ele mostra com aqueles a quem aplica a expressão amizade! Parece que três dentre eles, Pedro, Tiago e João, os que levou em sua companhia, a fim de contemplarem a sua transfiguração, eram amigos especialmente íntimos, mais diretamente associados à sua missão do que os outros apóstolos.

Em Israel havia ocasiões em que a amizade assumia um caráter oficial: nas cerimônias de casamento eles tinham, como vimos,⁴³ o “amigo do noivo”, que desempenhava o papel de faz tudo indispensável. Os amigos se beijavam, como faziam os pais com os filhos, irmãos e irmãs, primos e, naturalmente, maridos e mulheres que estavam em bons termos. A Bíblia fala de beijos com bastante frequência: de amor, de afeição e os que eram dados por civilidade. Exigia-se,

por exemplo, que a pessoa beijasse todo convidado que entrasse em sua casa; o superior mostrava sua benevolência beijando o inferior e este, por sua vez, beijava de joelhos a mão do superior; ou mesmo, caso quisesse mostrar respeito ilimitado, os pés dele. Os discípulos de um rabino o saudavam beijando-lhe a mão. O conhecido beijo de Judas deve ter sido deste tipo em lugar do beijo no rosto que tantos pintores representaram. Os que pertenciam ao mesmo grupo religioso trocavam o “beijo da paz”; sendo esta a prática dos essênios e entre os primeiros cristãos era sinal de amor fraterno.⁴⁴

Quando beijar podia trazer constrangimento como no caso de um encontro na rua, usavam-se saudações estabelecidas, do tipo “como vai?” ou “bom dia”. Vemos no Novo Testamento que dois desses cumprimentos eram geralmente empregados: “A paz esteja convosco” e “saudações”.⁴⁵ Com base no Talmude parece que a primeira era a fórmula usada pelos crentes tradicionais: *Shalom alekh hem* continua sendo a saudação entre os judeus. O judeu praticante, porém, teria tomado a máxima precaução para não dirigir tal saudação a um samaritano ou pagão, se possível ele preferiria pronunciar uma imprecação. Para um amigo, um conterrâneo, por outro lado, ele acrescentaria facilmente uma bênção à sua saudação, como a que a mulher dirigiu certa vez a Jesus: “Bem-aventurada aquela que te concebeu e os seios que te amamentaram”⁴⁶, sendo este o exato oposto de um insulto muito usado: “Amaldiçoada seja a tua mãe”. E havia outros destinados a pôr em dúvida a legitimidade do nascimento. Mas nenhuma das saudações usadas se assemelha à nossa de tirar o chapéu, O homem jamais o tirava da cabeça mesmo diante de um superior, ou diante de um potentado para quem usaria a expressão “teu servo” ao referir-se à sua própria pessoa; ele não o tirava nem mesmo diante de Deus, no Templo ou na sinagoga.

Como dissemos, a vida era vivida quase todo tempo ao ar livre, nas ruas e lugares públicos; a vida dos homens, seja dito, pois não era costume das mulheres ficarem ociosas, exceto nas fontes, onde formavam bandos grandes e ruidosos. Como vimos no caso de Jerusalém,⁴⁷ as ruas eram varridas regularmente, pelo menos nas cidades. Os amigos passeavam juntos, não de braço dado como na Itália de hoje, mas de mãos dadas. Seria, entretanto, muito impróprio passear assim com uma mulher. Não existiam cafés onde os homens pudessem conversar: eles ficavam sentados de pernas cruzadas numa soleira de porta, nos degraus de uma escada ou num canto sombrio. Mas tinham de tomar cuidado com a natureza da sombra, pois como diz o Talmude, os maus espíritos apreciavam especialmente a sombra da alcaparreira, e da figueira, o que deve ter sido muito inconveniente, pois toda casa tinha no seu jardim uma figueira. Deitar à sombra de um barco no porto era ainda mais insensato, pois corria-se o risco de ver o diabo em pessoa.⁴⁸

Encontrava-se com frequência nas ruas seres que embora menos alarmantes mesmo assim constituíam um aborrecimento: os mendigos. A presença deles era típica da vida judaica da época, e seu número era grande. O Novo Testamento cita muitos, desde Lázaro que ficava deitado coberto de chagas, desejando alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do homem rico, e do cego Bartimeu que Marcos mostra sentado no caminho pouco antes da cidade de Jericó, até o paraplégico encontrado por Pedro e João junto à Porta Formosa do Templo.⁴⁹ Alguns eram imprestáveis e estúpidos, evidentemente ociosos e ineptos; mas havia também os aleijados e doentes, pois não existiam nem hospitais nem asilos para abrigá-los; devemos lembrar dos leprosos que se contavam às centenas: todos juntos formavam um pequeno mundo de pessoas famintas, maltrapilhas, mostrando o lado feio da vida dos judeus. Foi sob a aparência de um desses miseráveis que Jesus referiu-se a si mesmo quando falou do juízo final. “Porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era forasteiro e me hospedastes; estava nu e me vestistes; enfermo e me visitastes”.⁵⁰

Embora a pobreza fosse grande, esmolas eram dadas regularmente e com generosidade: a religião insistia nisto. Ouçam as palavras fortes de Jó: “Se a alguém vi perecer por falta de roupa, e ao necessitado por não ter coberta. Se os seus lombos não me abençoaram, se ele não se aquecia com a lã dos meus cordeiros... Então caia a omoplata do meu ombro, e seja arrancado o meu braço da articulação”.⁵¹ Um dos gestos mais comuns na vida do judeu era dar dinheiro ou um pedaço de pão aos infelizes que esmolavam nas ruas. Jerusalém, principalmente nos dias das grandes peregrinações, ficava repleta de mendigos vindos de toda parte da Terra Santa: eles sabiam muito bem que todos os que iam para ali pedir o perdão de Deus estariam inclinados à caridade. Em outras ocasiões os pobres vagavam pelas estradas, indo para os mercados e os vaus do rio, e aproveitando-se também da permissão que a Lei lhes dava de comer as espigas de milho nos campos e as uvas nas vinhas, desde que não levassem nem cesto nem foice,⁵² e de apanhar as frutas caídas e os feixes esquecidos⁵³. A vida diária de Israel era pontuada pelo som de suas súplicas.

OS DEMÔNIOS E AS ESTRELAS

De todos os que vagavam pelos lugares públicos e as estradas, os mais importunos não eram os leprosos (pois estes, em qualquer caso, podiam ser reconhecidos de longe pelo seu grito “Impuro, impuro!” que eram obrigados a proferir se alguém se aproximasse deles) mas os possessos, os que eram presa dos demônios. Apenas um exorcismo cuidadosamente conduzido, apropriado

para o espírito mau que tivesse se apossado deles poderia curá-los. Havia, portanto, exorcistas profissionais entre os rabinos. Nosso Senhor evidentemente se refere aos mesmos em sua resposta aos que o acusaram de expelir demônios “pelo poder de Belzebu”.⁵⁴ Iam de cidade em cidade cruzando as estradas da Terra Santa na prática de sua profissão.

Que os casos de possessão eram reais é praticamente certo: teologicamente correto. A Bíblia nos dá muitas provas disto e o evangelho confirma, falando de sete exemplos de possessão curados por nosso Senhor⁵⁵ e mostrando quando ele transfere aos discípulos o poder de expulsar demônios.⁵⁶ Isto não significa, porém que em adição aos genuinamente possuídos não houvesse uma série de pessoas loucas, desequilibradas, neuróticas e histéricas, cujo comportamento nada tinha a ver com Satanás e suas obras. O próprio conceito da doença mental era estranho à maneira de pensar dos judeus, como o era a todos os povos da antiguidade: os maus espíritos pareciam a melhor explicação.

A crença em maus espíritos estava além disso tão profundamente arraigada entre o povo culto e o comum que se tornou objeto de inúmeros preconceitos no Talmude.⁵⁷ Foi dada então permissão para acender uma luz no sábado a fim de afugentar um demônio ou, ao fugir de algum deles, andar mais do que a distância permitida. Havia também pecados considerados como sendo tão evidentemente obra do Maligno que o pecador não era julgado responsável pôr eles.

Qual a origem desses demônios? Alguns com toda certeza eram anjos decaídos, mas também pensavam que outros podiam ser filhos de Adão antes de ter gerado um filho “à sua própria imagem”, como aprendemos no quinto capítulo de Gênesis. Eles quase sempre eram invisíveis, mas se alguém espalhasse areia na soleira da porta, as marcas de seus pés podiam ser vistas na manhã seguinte, pegadas como as que um galo deixaria. Podiam ser encontrados em toda parte, principalmente nas casas abandonadas, brejos, à sombra de certas árvores, como vimos e nos lavatórios: certo rabino, a fim de proteger-se contra eles, sempre levava um cordeiro em sua companhia cada vez que ia ao lavatório. Eles atacavam tanto animais como seres humanos; mas entre os humanos o que atacavam com mais frequência eram os inválidos crônicos, as noivas e o padrinho do noivo: o que, de um ponto de vista psicológico é eminentemente saudável. O homem sensato não dormia nunca sozinho numa casa, pois seria vítima de Lilith, a mulher-diabo, e qualquer coisa poderia acontecer-lhe.

Deus, porém, felizmente, nomeara anjos da guarda para aqueles que observassem todas as exigências da religião, e quando lutavam contra os demônios “mil deles caíam de um lado e mil do outro”. Todavia, esses defensores sobrenaturais precisavam de ajuda, principalmente da oração. “A pessoa que recita o *Shema Israel* ao deitar-se possui como que uma espada de

dois gumes contra os demônios da noite”. Era também prudente usar o *tefillin* (aquelas pequenas caixas colocadas no braço e na testa durante a oração) no momento em que fosse percebida a presença de um espírito maligno: na caixa de couro do filactério encontrava-se um versículo bíblico poderosíssimo contra o demônio: o quinto versículo do Salmo 91: “Não te assustarás do terror noturno, nem da seta que voa de dia”.

Muitos israelitas, entretanto, até mesmo os mais piedosos, não ficavam satisfeitos com essas armas legítimas contra os ataques do diabo. De maneira mais ou menos disfarçada também usavam amuletos. Este deve ter sido um costume bem estabelecido, pois o tratado *Shabbath* julgou necessário estipular que era lícito sair no sábado com um ovo de gafanhoto, dente de raposa ou prego de força. Foram encontrados nas escavações grande número de objetos que, com certeza, eram talismãs deste tipo, todos de pequeno tamanho: conchas furadas, dentes de animais, crescentes lunares, discos contendo uma estrela. É bem possível que infringindo a Lei contra a representação de figuras de animais, alguns usassem aquelas pequenas serpentes metálicas, moscas de ouro, hipopótamos de lápis-lazúli, que eram comuns entre os pagãos da Fenícia e Egito. Alguns desses objetos profanos não foram encontrados sobre os corpos de soldados judeus durante as guerras do período macabeu?⁵⁸ É muito provável que os descendentes desses heróis tivessem mantido o mesmo costume: e não é também possível que os adornos e brincos das mulheres fossem também um remanescente dessa mesma prática?

Ao ler o Talmude tem-se a impressão de que a superstição desempenhava parte importante na vida diária do povo judeu. Não há nada de surpreendente nisso, pois a nação estava de tal forma mergulhada na religião, tão confinada a um sistema de observâncias rígidas, onde qualquer infração acarretava sérios castigos, que entre o povo simples a crença necessariamente se voltava para o estabelecimento de tabus e para algo que se assemelhava à adoração de fetiches. Por razões tão obscuras quanto aquelas que tornam o número treze desagradável hoje, eles consideravam os números pares como agourentos, quer se tratasse de marcar a data de uma viagem ou do número de copos de vinho a serem bebidos. Se duas pessoas que estivessem comendo juntas atirassem bolinhas de pão uma na outra é certo que ficariam doentes. Pôr a mão no prato ao mesmo tempo que outro convidado também traria má sorte. Era essencial equipar o cavalo ou jumento com um trapo vermelho ou uma cauda de raposa, pendurados entre os olhos, de outra forma o cavaleiro estava sujeito a sofrer uma queda — os gregos hoje em dia colocam nas montarias contas azuis. O pior é que havia pessoas que lançavam mau olhar e cuja simples presença trazia infelicidade: um rabino chegou a firmar que dentre cem mortes, noventa e nove eram devidas a esta

maldição. Existiam, porém, fórmulas para enfrentar este perigo.

Este clima de superstição, tão diferente da atmosfera pura e cristalina do evangelho, gerou naturalmente as artes mágicas. A Bíblia, entretanto, proibia com a maior veemência a prática da magia. O capítulo dezoito de Deuteronômio preparou cuidadosamente a lista das proibições: “Não se achará entre ti . . . nem adivinhador, nem prognosticador, nem agoureiro, nem feiticeiro; nem encantador, nem necromante, nem mágico, nem quem consulte os mortos”, certo rabino acrescentou à lista os encantadores de serpentes e os ventríloquos. Seriam tais proibições estritamente observadas? A pergunta tem razão de ser quando vemos a insistência com que o Talmude promete que “os que jamais tomarem parte em adivinhações terão um lugar no céu em que nem mesmo os anjos oficiais poderão entrar”. Esta era uma prática particularmente abominável e o *Livro dos Jubileus*, escrito cerca do ano 150 a.C” dizia que fora ensinada pelos anjos perversos. No *livro Sibilino* ela era chamada “aquela ciência maligna que gerou toda sorte de infortúnios”. Mas nesse caso, por que o texto sagrado mostra ter sido praticada na antiguidade remota?⁵⁹ E por que alguns rabinos contam histórias provando que a astrologia falava a verdade? Por exemplo a narrativa do rei Ninrode, a quem as estrelas revelaram que uma criança estava prestes a nascer, cujos descendentes suplantariam os caldeus, de modo que os pais de Abraão foram obrigados a ocultá-lo. Ou também a história que explicava a conhecida atitude da mulher de Potifar para com o jovem José: ao que parece as estrelas lhe haviam dito que ele iria dar-lhe um descendente, mas sem especificar se a criança seria sua (o que, segundo os rabinos, foi o que aconteceu) ou de sua filha Azenate.⁶⁰ Os judeus talvez não tivessem dado tanta importância à adivinhação e à astrologia quanto os romanos da mesma época⁶¹ mas não há qualquer dúvida de que ambas faziam parte de sua vida diária e da escolha dos nomes de seus filhos. O conflito entre os rabinos a este respeito é revelador: um deles declarou: “A sabedoria e a riqueza são determinadas pelo planeta sob cuja influência a pessoa nasce”; outro asseverou, “As estrelas não têm qualquer influência sobre o destino dos israelitas”. Mais tarde, porém, quando Jerusalém se achava em ruínas, o compilador do tratado *Sota*, escreveu com tristeza a seguinte frase: “A superstição e a imoralidade destruíram tudo.”

LAZER E DIVERSÕES

Quase pode ser dito que a Bíblia não menciona diversões ou jogos: as únicas alusões nela contidas estão ligadas a brincadeiras infantis. Cristo, por exemplo, repete o refrão daquela dança de roda de que já falamos.⁶² Vimos também⁶³ que as meninas judias, isentas da Lei que proibia a representação de qualquer

criatura viva, possuíam sem dúvida as bonecas e animais feitos de cerâmica que já discutimos antes⁶⁴ e dos quais foram encontrados exemplares nas escavações. Os contemporâneos de Cristo não tinham lazer? Uma coisa é certa, as diversões não ocupavam na vida deles o mesmo lugar que lhes era concedido pelos romanos; pois em Roma, como todo mundo sabe, elas constituíam um meio de governar, uma orientação política. O notório *panem et circenses*, que se tornaria cada vez mais a senha política do império, não tinha equivalente entre o Povo Escolhido.

Não é preciso dizer que muitas de nossas diversões seriam perfeitamente inconcebíveis em Israel. Nenhum judeu pensaria em empreender uma viagem só por prazer. Os infatigáveis pescadores que enchem os rios da França todos os domingos, atormentando os peixes, teriam parecido simplesmente ridículos então: a pesca para eles era um trabalho árduo e não uma distração. Será que caçavam? Há pouca menção deste nobre esporte na Bíblia, e as insinuações feitas no Novo Testamento a respeito de armadilhas e laços⁶⁵ referem-se a um tipo de caçada cuja natureza é mais um trabalho que um prazer. Tratava-se de caçadas a fim de matar feras selvagens e comer caça e não para divertir-se. Eles caçavam com o arco, a funda e a espada; isto é, as mesmas armas usadas na guerra. Os judeus aparentemente não usavam cães nas caçadas, diferindo nisso dos mesopotâmios. A Lei sempre vigilante tomou conhecimento da caçada como o fazia em relação a qualquer outra atividade humana: ela exigia o sangramento imediato dos animais mortos, como se fossem gado ou ovelhas, e que o sangue fosse coberto com terra, “porquanto a vida de toda a carne é o seu sangue”.⁶⁶ Mas a Lei era ao mesmo tempo bondosa, proibindo que se matasse o pássaro em seu ninho se houvessem ovos ou filhotes; a ave adulta deveria ser espantada para que voasse e então, sem sentir qualquer culpa, poder-se-iam tomar os filhotes.⁶⁷

Os “jogos de salão” eram conhecidos e se pareciam bastante com os atuais, por mais curioso que possamos julgar tal coisa. Os arqueólogos encontraram fichas, piões usados nos jogos de azar e dados, os últimos exatamente iguais aos que usamos hoje. Um dos que foram encontrados era tão irregular que poderia ser chamado de contrafeito ou viciado. As regras dos jogos se perderam, embora possamos contar como jogavam os heteus. Havia alguns, como o nosso “jogo do ganso” (*ludo*) que parece ser muito antigo em Israel: eles atiravam o dado a fim de mover peças em forma de cone de um quadrado para outro. Pequenas peças de marfim com orifícios foram também encontradas, semelhantes às de nosso jogo de paciência. Todos eles eram parentes próximos dos que os romanos chamavam *latruncula* e os gregos *plinthrion*. Na Palestina e no Jordão eles jogam ainda hoje o *mancala*, com um suporte ou prateleira com duas fileiras de

sete furos na mesma, para os quais se fazia deslizar as fichas; o jogo parece datar de uma época muito anterior à invasão maometana.⁶⁸

Certos jogos tinham lugar em espaço aberto. Plutarco diz que quando os soldados não estavam em serviço eles jogavam dados ou um outro jogo semelhante ao de damas. Os que tiraram sortes para ver quem ficava com a túnica sem costura na crucificação devem ter levado dados no cinto. Nas pedras que formavam o piso do *lithostrotos*, no pátio de lajes da fortaleza Antônia onde Pilatos estabeleceu o seu pretório, pode-se ver claramente as linhas de um jogo como o de amarelinha, e o “jogo do círculo” mencionado por Plautus. Este era jogado com quatro ossinhos dos nós dos dedos, marcados com letras que eram também números. Alguns movimentos tinham nomes, como no jogo de xadrez: “movimento Alexandre”, “efebo”, “Dario”, e o melhor de todos o “movimento do rei”, *basileus*, em grego. Nas lajes percebe-se perfeitamente a linha esboçada do círculo, e ela corre através de várias figuras; em vários lugares vemos o B de *basileus* e no fim existe uma coroa real. Isto não poderia ter dado origem às zombarias que os soldados atiraram a Jesus, e à coroa de espinhos? O movimento do rei para o Rei dos Judeus. É uma visão que fere profundamente.⁶⁹

Alguns outros jogos ao ar livre se aproximavam mais do que hoje chamamos esporte. A julgar pela Bíblia, os hebreus aparentemente sempre gostaram de lutar e daqueles torneios para os quais os filisteus desafiavam os seguidores de Saul. Eles também praticavam o tiro ao alvo⁷⁰ com arcos e a funda,⁷¹ alguns “acertando num fio de cabelo sem errar”. Isaías também se refere a um certo Sebna, dizendo que deveria aguardar até que o Senhor “enrolar-te-á num invólucro e te fará rolar como uma bola para terra espaçosa”⁷² parecendo mencionar um jogo que foi o ancestral do nosso futebol.

Temos toda razão para supor que os judeus dos dias de Cristo jogavam esses jogos tradicionais de seus antepassados. Será que Cristo fazia o mesmo; teria a influência dos gregos e romanos acrescentado outros, os jogos do circo, do estádio, do hipódromo e do anfiteatro? Joshua, conhecido como Jasom (“o perverso Jasom”, diz o segundo livro de Macabeus) “corrompendo seus conterrâneos” introduziu os jogos pagãos na Terra Santa, embora fosse sumo sacerdote.⁷³ Herodes o Grande, que foi assistir aos jogos olímpicos, encorajou o desenvolvimento das lutas gregas e acima de tudo, das corridas de carros: próximo à sua residência ele construiu um hipódromo que foi considerado um dos mais esplêndidos da época e talvez também um anfiteatro em Jericó. Havia outros hipódromos e anfiteatros em outras cidades Palestinas, tais como Cesaréia, Traqueia e Samaria-Sebaste. Mas as diversões ali praticadas eram tidas como profanas e os rabinos se opunham às mesmas: os verdadeiros crentes não as frequentavam. É significativo o fato dos evangelhos não fazerem qualquer

alusão a nenhum desses jogos. Quando Paulo falou sobre as corridas no estádio, estava se dirigindo aos cristãos de Corinto, gregos convertidos ou judeus vivendo numa cidade pagã,⁷⁴ Israel certamente repelia desgostoso os espetáculos vis e revoltantes que deliciavam as multidões romanas: gladiadores lutando até que um deles morresse; condenados mortos em público por feras selvagens. A honra e a dignidade da nação se faziam sentir nesse aspecto.

A PROSTITUIÇÃO

Então os israelitas não conheciam outras distrações menos confessáveis do que a amarelinha, o jogo de ossos e as lutas? Devemos admitir que conheciam: os textos não deixam lugar a dúvidas. Desde os tempos mais remotos, uma das maiores tentações do Povo Escolhido foi a de interessar-se excessivamente pelos templos pagãos de Canaã ou da Fenícia, onde as prostitutas sagradas de ambos podiam ser encontradas. Apesar da proibição direta em Deuteronômio,⁷⁵ parece que até mesmo os verdadeiros israelitas, rapazes e mulheres jovens se tornaram o que o texto chama duramente de “cães”. Havia certos lugares altos, tais como o Monte Erix na Sicília, um dos centros de prostituição religiosa durante séculos, que atraíam bandos desses cães, assim como seus seguidores: eram também notórios pela sua idolatria. Durante muito tempo o comércio ficou nas mãos dos fenícios e cartagineses até que fosse dominado pelos romanos. A prostituição religiosa desapareceu de Israel depois das campanhas de Amós e Oséias e das medidas religiosas do rei Josias. Os que queriam envolver-se nela precisavam então descer para a costa, em direção aos portos da Síria e da Fenícia.

Não se pode dizer que não existisse prostituição em Israel nos dias de Cristo. O Novo Testamento prova que existia. Não é provavelmente correto atribuir um significado muito severo à expressão “mulher pecadora” usada tão amplamente pelo Talmude que chega a incluir nela a esposa que dá ao marido um prato pelo qual não tenha pago o dízimo; não fica, porém, qualquer sombra de dúvida de que esta era a profissão de Maria Madalena, a mais comovente infratora de toda história antes do Senhor afastá-la da mesma. A mulher que ungiu os pés de Cristo durante a refeição na casa de Simão, o fariseu, quer fosse ou não a Madalena (um ponto ainda em discussão), é formalmente descrita como “pecadora”. Na parábola do Filho Pródigo, Jesus declara diretamente que o jovem insensato desperdiçara seu dinheiro com prostitutas. E os “vários maridos” da mulher samaritana que encontrou no poço de Jacó, poderiam ser perfeitamente chamados em linguagem mais simples de “seus fregueses”.⁷⁶ Cristo fala de meretrizes em vários lugares;⁷⁷ como sabemos, ele se refere às mesmas com mais piedade do que dureza, vendo naturalmente nelas vítimas e

não criminosas. Na verdade, chegou a dizer aos fariseus que algumas prostitutas seriam mais facilmente admitidas no céu do que eles. Não sabemos se ainda existiam os bordéis frequentemente mencionados no Antigo Testamento,⁷⁸ mas isso é mais que provável desde que o *lupanar* era uma das grandes e florescentes instituições do Império Romano e que muitas estalagens possuíam um corpo de “mulas” — estalagens como a da *via dell' Abbondanza* em Pompéia, por exemplo, cujo anúncio atraente oferece os serviços de suas ocupantes aos transeuntes. Não parece que a conversão ao cristianismo bastasse para anular o triste espetáculo dessa chaga social e desses caminhos perversos. Paulo fala com severidade sobre o assunto.⁷⁹

Embora o evangelho não se refira à prostituição masculina, ela era com certeza conhecida na época, como vemos pela epístola aos Romanos escrita por Paulo (1.27) e *pelos livros Sibílicos* apócrifos, na versão judaica, que acusavam violentamente “os que mantêm relações impuras com jovens varões”.⁸⁰

Não é preciso dizer que todo o ensino religioso de Israel se opunha a essas práticas libidinosas. A repugnância pela prostituição por parte dos escritores bíblicos se evidencia pela maneira como usam esta palavra, dando-lhe o sentido de abominação das abominações, a própria idolatria. “Prostituir-se” na linguagem dos profetas não significava necessariamente vender o próprio corpo, tendo acima de tudo o sentido de render a alma a deuses falsos. A Babilônia, “a grande meretriz” do Apocalipse (isto é, Roma), era tanto um centro de devassidão como a capital simbólica do paganismo. A Lei condenava toda prostituição, proibindo os pais de prostituírem suas filhas;⁸¹ ela todavia não estabelecia nenhum castigo, exceto no caso da filha de um sacerdote, que deveria ser queimada.⁸² Além disso, o sacerdote estava proibido de casar-se com uma prostituta.⁸³ Mais importantes ainda que esses decretos eram as advertências dos profetas e grandes homens de Deus a fim de impedir que os judeus seguissem pelo caminho do mal. A melhor de todas elas é o capítulo nove de Eclesiástico, em que Ben Siraque descreve as artimanhas da meretriz com tanta habilidade e realismo, assim como a degradação e infelicidade do homem que se entrega a ela. Todavia, não se pode estar absolutamente certo de que todos os judeus estivessem inteiramente convencidos de que “mortos eram os companheiros da prostituta, não como convidados dela mas do mundo das trevas lá de baixo”.⁸⁴

Notas

1. Lucas 11.27, p. 352.
2. Essai sur l'Accélération de l'Histoire.
3. Shabbath 6.5 veja p. 347.

4. A. Cohen, op. cit. 300.
5. Levítico 11.44.
6. Kiddushin 66, a.
7. Hullin 24.b.
8. Marcos 9.30.
9. Jeremias, op. cit., 91.
10. Mateus 27.48, Marcos e Lucas.
11. Shabbath 9.6.
12. Sobre os nazireus. Veja p. 444.
13. Números 6.5; Juízes 13.5; 16.17, e o caso do jovem Samuel. 1Samuel 1.2.
14. Números 8.7.
15. 2Samuel 19.25.
16. Jeremias 41.5. etc.
17. 2Samuel 10.5; Is 50.6.
18. Jeremias 9.25; 25.23; 49.32.
19. Levítico 21.5.
20. Levítico 19.28.
21. Isaías 44.5.
22. Apocalipse 14.9 e 7.2-3.
23. Absalão que cuidava tanto de seus cabelos. 2Reis 14.26.
24. Cantares 5.11.
25. 1Coríntios 11.14.
26. Veja p. 240.
27. Mateus 6.17; 26.7; Lucas 7.46.
28. Êxodo 38.8; veja também Jó 37.18; Isaías 3.23.
29. Timóteo 2.9.
30. Jó 42.14.
31. Por exemplo: Cânticos dos Cânticos 1.14.
32. Eclesiástico 24.15ss.
33. O evangelho alude com frequência ao perfume. Por exemplo: Mateus 26.6; Lucas 7.36; Marcos 14.3; João 12.1, etc..
34. Gênesis 18.
35. Mateus 10.40; 25.35; etc..
36. Mateus 10.11.
37. Romanos 12.13.
38. 1Pedro 4.9.
39. Hebreus 13.2.
40. 1Samuel 18 e 20.
41. Provérbios 17.17.
42. Eclesiástico 6.5-17.
43. Veja p. 241.
44. É impossível dar todas as referências ao beijo na Bíblia. Estas são algumas delas: beijar um hóspede, Gênesis 29.11; pais e filhos, Gênesis 31.28; Rute 1.14;. Lucas 7.45; Atos 20.37; amantes. Provérbios 5.20; Cânticos dos Cânticos 1.2; um superior, Lucas 7.38; o beijo de Judas, Mateus 26.49; de paz. Romanos 16.16, etc.
45. Tiago 1.1; Atos 15.24 e Lucas 24.36; João 21.26.
46. Lucas 11.27.
47. Sobre Jerusalém, veja p. 112-113.
48. Cf. A. Cohen, op. cit.327.
49. Atos 3.1-3.

50. Mateus 25.35-40.
51. Jó 31.19, 22.
52. Deuteronômio 23.25.
53. Levítico 29.23 e 33.22.
54. Mateus 12.27; Marcos etc.; veja também Atos 19.13.
55. Esses são os sete casos de expulsão de demônios: o endemoninhado de Cafarnaum (Mc 1.21); o homem cego e mudo (Mt 12.22); os endemoninhados no cemitério dos gerasenos (Mt 8.28); o mudo em Mateus (9.32); a filha da mulher cananea (Mc 7.25); a criança epiléptica (Mt 17.14); e a mulher que foi curada no sábado (Lc 13.11).
56. Mateus 10.1 e Mc 3.15.
57. Como não podemos, nas páginas que se seguem, dar todas as referências aos tratados talmúdicos, recomendamos ao leitor o livro do rabino A. Cohen, que já foi mencionado, capítulo 9. Nossos exemplos são todos extraídos dele.
58. 2Mac 12.40.
59. Isaías 47.12, etc..
60. Gênesis 41.45.
61. Sobre a superstição em Roma, veja o livro de Paoli, capítulo 14.
62. Sobre o assunto da educação e técnica de memorização pela repetição em coro, veja p. 309, e Mateus 11.16 e Lucas 7.32.
63. Quanto a jogos infantis, veja p. 131.
64. Jó 40.29.
65. Lucas 11.51.
66. Lucas 11.51; 21.34; Romanos 11.
67. Dt 22.6-7.
68. Bouquet, op. cit., p. 221.
69. Veja o desenho em Jesus in His Time, capítulo 10, seção “The Flagellation and the Crowning with Thorns”, e também as fotos no álbum “Scenes and Documents” para Jesus in His Time.
70. 1Samuel 20.20.
71. Juízes 20.16.
72. Isaías 22.18 (alguns tradutores dizem pelota [bola ou novelo de lã] o que induziria a supor que a bola era feita de lã).
73. 2Mac 4.7-19.
74. 1Coríntios 9.24.
75. Deuteronômio 23.17-18.
76. João 4.18.
77. Mateus 21.31.
78. Ezequiel 16.30 fala de bordéis reais: prostitutas são mencionadas em Josué 2.1; 6.17; 1Reis 3.16; Jeremias 5.7.
79. 1Coríntios 6.16.
80. Bible apocryphe, p. 195.
81. Levítico 19.29.
82. Levítico 21.9.
83. Levítico 21.7.
84. Para terminar de uma vez com esses temas pouco agradáveis, podemos notar que a castração, praticada por todos os povos vizinhos de Israel (os haréns precisavam de guardas), era certamente conhecida pelos judeus nos dias dos reis; e não pode ter desaparecido na época de Cristo, desde que ele faz alusão à mesma em uma famosa passagem (Mt 19.12) como um fato conhecido de todos. O eunuco da rainha da Etiópia, que foi convertido pelo diácono Filipe (At 8.27), talvez fosse apenas um oficial superior que recebera esse título sem ter tido de pagar um preço muito alto por ele. Devemos lembrar que Potifar, o “eunuco” do Faraó, era casado, (Gn 39.1-7).

CAPÍTULO DEZESSEIS - QUANDO A CANÇÃO DO PÁSSARO SE ESVAI

A CONDIÇÃO HUMANA: SOFRIMENTO E MORTE

Não havia crente em Israel que não soubesse ser a morte o salário do pecado. O livro de Gênesis, relido com frequência, lembrava a todos as terríveis palavras de Deus ao primeiro homem: “Tu és pó e ao pó tornarás”.¹ Não era só o homem que tinha relações com meretrizes que descia à cova, como disseram Isaías e o salmista,² mas também o justo, aquele a quem Deus amava. O destino inevitável do homem era sofrer e morrer. A Bíblia repetia incansavelmente esta lição.

Ao ler o Antigo Testamento não podemos deixar de surpreender-nos com o lugar importante ocupado pela doença, o sofrimento e a morte. O judeu piedoso, inteiramente habituado ao Livro, tinha esses lembretes continuamente diante de seus olhos. Ben Siraque, homem profundamente religioso debaixo de um exterior sarcástico, falou com toda sinceridade ao crente sobre o valor e a necessidade de lembrar-se da morte. Havia também aquela comovente descrição dos anos que chegariam para cada indivíduo quando diria: “Não tenho neles prazer”; a época em que os homens fortes se encurvam, as mulheres não moem mais nem o trigo nem as azeitonas, e quando na verdade, como disse o poeta, a canção do pássaro se esvai.

Isto não deve levar-nos a crer que a sabedoria bíblica terminava em completo desespero, em *taedium vitae* e fatalismo. De forma alguma, em muitos lugares a Bíblia afirmava que cabia ao homem lutar contra a morte, vencendo a doença caso fosse possível e tomando todas as precauções contra ela. Esses preceitos eram aproveitados pelos rabinos e comentados com o mais minucioso cuidado, a ponto de vários tratados talmúdicos formarem verdadeiros manuais de higiene, assim como enciclopédias farmacêuticas e médicas. Em vista do princípio de que o corpo e a alma se acham necessária e inteiramente ligados entre si, de modo que um “corpo doente não podia ser o instrumento certo nem adequado para o funcionamento de uma alma pura”,³ os tratamentos e a cura eram considerados obrigações, obrigações religiosas. Foi então Israel que deu à frase pagã *mens sana in corpore sano* sua verdadeira profundidade espiritual.

Além disso, os aspectos mais significativos e comoventes da personalidade de Cristo, admitida até mesmo pelos críticos mais racionalistas, é o seu aspecto taumatúrgico. Ele cura os doentes, faz voltar a força aos paráliticos e a vista aos

cegos; e pelos seus milagres e seu exemplo dá à humanidade a esperança de vencer a morte.

HIGIENE E SAÚDE

Em termos gerais, os israelitas eram uma nação de homens fortes e vigorosos. O próprio Tácito, que não os favorecia de modo algum, admite isto: “O feliz resultado de um clima saudável, uma dieta frugal e uma vida simples”. Era também o resultado de medidas higiênicas, e embora eles fossem mais primitivos do que nós e menos cuidadosos quanto à assepsia e prevenção, elas, não obstante possuíam real importância. Como vimos,⁴ a limpeza era geral. Banhos e abluções, necessários devido ao calor e poeira e também exigidos pela Lei, eram medidas cuja eficácia não pode ser subestimada. Conta-se que o grande rabino Hillel, tendo acabado uma lição, disse a seus discípulos: “Vou realizar agora um dever religioso”. “Que dever?” perguntaram eles. “Tomar banho,” replicou. E enquanto os jovens ficaram a olhá-lo espantados, o rabino prosseguiu: “Não devo cuidar de meu corpo? Ele não foi criado à imagem de Deus?”⁵ Outro erudito ensinou que a falta de limpeza traz toda sorte de doenças, desde a dor de estômago até úlceras, desde a cegueira até a loucura.

Não existe dúvida que muitos dos deveres bíblicos estão baseados na higiene. Os capítulos onze e doze de Levítico, por exemplo, se referem aos animais puros e impuros. Nada poderia ser mais sábio do que proibir que se coma carne de animais que morreram por causa de doença em lugar de terem sido abatidos normalmente, e até mesmo a proibição de carne não sangrada, pois a presença de sangue na carne apressa sua deterioração. As mesmas intenções prudentes proibiam a carne de corvos, milhafres, abutres e outros comedores de detritos, assim como de serpentes e sapos. Era também razoável que depois de manusear carne estragada a pessoa lavasse as mãos; e o legislador, decretando que a pessoa que tocasse num corpo morto ficaria impura, obriga-a a isso. Existem inúmeros outros detalhes que nos parecem ainda mais estranhos, mas que podem ser certamente explicados pela natureza da vida dos israelitas da época. Todos esses preceitos eram evidentemente obedecidos pelos judeus dos dias de Cristo: Pedro afirma que jamais comera senão carne pura (“*kosher*”),⁶ e não há dúvida que o mesmo aplicava-se a nosso Senhor.

A Lei também estabelecia regras para proteção da saúde da comunidade, as quais se baseavam em medidas sábias e prudentes. Por exemplo, quando muitas pessoas se reuniam a prescrição de Deuteronômio⁷ passava a vigorar: prescrições relativas à limpeza do acampamento e lugares apropriados para enterrar detritos. Os rabinos, levando até mais longe ainda essas prescrições, ordenavam que todo

cemitério ficasse a uma distância de pelo menos cinquenta cúbitos fora dos muros da cidade, e a mesma distância era exigida para o lugar onde ficavam os corpos dos animais, e para os curtumes.⁸ Além disso, afirmavam que a direção do vento predominante deveria ser tomada em consideração, a fim de que odores desagradáveis não fossem levados para a cidade. A profilaxia desempenha parte importante naqueles longos capítulos de Levítico que tratam da lepra.⁹ Todas as roupas que contivessem marcas suspeitas deveriam ser examinadas por um conhecedor, cuidadosamente lavadas e queimadas se as manchas não desaparecessem. As regras sobre “lepra na casa” são as primeiras medidas para a derrubada de cortiços conhecidas na história, e a Bíblia apresenta nelas uma impressionante descrição daquelas habitações sórdidas que provocam doenças, com “manchas esverdeadas ou avermelhadas que parecem mais fundas que a parede”, isto é, cavidades emboloradas, com o reboco caindo e as pedras soltas na argamassa: o proprietário devia sair da casa, mandar raspar as paredes e rebocá-las de novo, e naturalmente oferecer um sacrifício expiatório de dois pássaros, sendo um morto para que seu sangue fosse aspergido pela casa purificada e o outro (um belíssimo símbolo) era solto para que pudesse voar para longe.

Não há necessidade de dizer que todas as medidas relativas à saúde, mesmo as mais humildes e terrenas, estavam sob o controle da religião, que se preocupava com assuntos que hoje julgamos completamente alheios a ela. Já vimos¹⁰ que os rabinos não achavam que estava abaixo da sua dignidade, dar atenção aos aspectos mais íntimos da higiene pessoal; e o famoso tratado *Berakoth*, nos assegura que “a constipação intestinal provoca a hidropsia e a retenção da urina a icterícia,¹¹ e possui uma fórmula de agradecimento para a realização das funções naturais do corpo, pois “o Senhor criou o homem e todos os seus orifícios e artérias”. Se alguém ficasse tentado a rir desta inesperada demonstração de piedade, deveria lembrar que numa vida verdadeiramente consagrada tudo está relacionado com Deus.

A mais importante das regras de saúde da Lei era naturalmente aquela que insistia na moderação em tudo. A Bíblia frequentemente a repete; e os Provérbios, por exemplo, declaram em muitos versículos que qualquer tipo de excesso é prejudicial tanto para a alma como para o corpo; e o mesmo livro contém uma descrição perfeita do homem que tem o vício de beber.¹² Os rabinos ensinavam com muita eloquência este assunto, como se pode deduzir pelas palavras do sábio a respeito das “oito coisas em que exceder-se é pecado”.¹³ A disciplina que todas essas regras rígidas impunham sobre o povo judeu deve ter feito muito no sentido de mantê-los saudáveis e em boas condições físicas.

DOENÇAS

Isto, porém, como é natural, não evitava as doenças. O clima é no geral bastante saudável, mas as mudanças bruscas de temperatura podem ser muito perigosas. Num dia em que o ardente *khamsin* sopra, o termômetro pode subir a mais de cem graus à sombra, e durante a noite pode cair abaixo de zero: a mudança às vezes provoca inflamação dos pulmões, pneumonia ou um simples resfriado. Cipriano nos conta que o número de mortes era tão grande durante a estação do vento leste que foi necessário dar aos sacerdotes poderes especiais para absolver apóstatas.¹⁴ O tempo muito quente, por outro lado, provocava com frequência um tipo grave de disenteria, que se generalizava devido ao grande consumo de frutas: um bacilo disentérico que parece peculiar — ao país foi recentemente identificado em Jerusalém. Nas regiões pantanosas junto ao Jordão podiam ser encontrados mosquitos transmissores de malária e naquela época não tinham recursos para destruí-los. Os verões quentes, com sua luz brilhante e o pó que se infiltrava em toda parte causavam surtos de doenças oftálmicas. Isto continua a acontecer, pois nos dias de hoje o hospital oftálmico de São João de Jerusalém trata vinte mil pacientes por dia.

Não é, pois, surpreendente que a Bíblia mencione tantas vezes as doenças. O Antigo Testamento se refere a cerca de cinquenta moléstias diferentes, da sarna à apoplexia, da tísica à gota, do exantema à peritonite. O Novo Testamento também cita muitas: paralisia, hidropsia, hemorroidas, cegueira, surdez e naturalmente a lepra e as doenças mentais, assim como diversas outras. A moléstia é algumas vezes descrita quase com exatidão médica: a sogra de Pedro sofre de uma “febre violenta”,¹⁵ que traz à mente um ataque agudo de malária; a febre do filho do nobre de Cafarnaum é classificada como mortal,¹⁶ mas também associada com a paralisia; talvez se tratasse de uma forma aguda de reumatismo. Da mesma forma, o livro de Atos declara que a febre de que Paulo curou o pai do principal cidadão de Malta¹⁷ foi acompanhada de disenteria. Fica claro através dos textos em que são mencionados, que os vários paráliticos sofriam da mesma moléstia em graus diferentes: o homem com a mão ressequida que o Senhor encontrou no sábado¹⁸, sem dúvida só fora afetado nesse membro; o paralítico do tanque de Betesda ainda podia arrastar-se;¹⁹ mas por outro lado, aquele que teve de ser descido através do teto²⁰ e o filho do centurião²¹ deveriam estar bem mais doentes. Tudo isto dá a impressão de um conhecimento real das moléstias e, além disso, Lucas era médico.

Uma das doenças mais temidas era a lepra. Ela é mencionada repetidamente na Bíblia, e sempre com um forte sentimento de horror. Ao que parece tratava-se de uma enfermidade bastante comum. “É difícil hoje,” diz S.W. Baron,

“imaginar como era grande a proporção de pessoas atacadas de lepra no Mundo Antigo.”²² Não há dúvida que diversas doenças eram classificadas sob este nome, embora não tivessem qualquer ligação com ele. Não só a forma purulenta da tuberculose óssea que é ainda encontrada no Oriente, a elefantíase, aquela moléstia contagiosa e que faz sofrer, como também as dermatoses (o que se depreende do fato de serem conhecidas “lepras curáveis”, enquanto a verdadeira doença era então incurável), as sequelas de queimaduras graves, a “lepra na cabeça”, que deve ser alguma forma de alopecia, e até a calvície comum, considerada como suspeita no momento em que marcas vermelhas ou tumores aparecessem no crânio nu. A verdadeira lepra também se achava entre elas, como é natural, e havia duas espécies. A mais comum era a lepra “branca”, também chamada lepra “mosaica”: começa com manchas brancas na pele, manchas absolutamente insensíveis, sendo por esta razão chamada atualmente de lepra anestésica. A segunda era a forma nodular. Ambas devoravam silenciosamente os tecidos, atacando os membros, assim como o rosto. Ao ler o evangelho, pode-se ter uma ideia muito nítida das estradas da Palestina, especialmente as que ficam à entrada das cidades, assombradas por essas ruínas humanas, que estendiam as mãos medonhas e sem dedos a fim de despertar a piedade dos passantes, ou os tocos sem mãos dos braços, mas que só conseguiam assustá-los devido à horrível “máscara de leão” que a doença coloca no rosto da vítima. Acontecia algumas vezes que aqueles infelizes se reunissem em grupos.²³

A humanidade possui presentemente algumas armas contra esta lepra autêntica, *zaraath*; existem medicamentos que fazem estagnar a moléstia e até podem curá-la. Há dois mil anos os homens eram completamente indefesos. Só Deus podia curar e purificar os infelizes sofredores, se assim o desejasse: quando, nos dias de Eliseu, Naamã o leproso, comandante do exército sírio, pediu ao rei de Israel para curá-lo, o monarca surpreso exclamou: “Acaso sou Deus... para que este envie a mim um homem para eu curá-lo de sua lepra?”²⁴ Esta era a opinião universal. A única medida foi a tomada na nossa Idade Média — o leproso era isolado e mantido à distância dos que tinham boa saúde. Nos capítulos treze e quatorze de Levítico, a Lei dava instruções minuciosas a respeito disto, e vemos no evangelho que continuavam sendo observadas nos dias de Cristo. O leproso devia andar com a cabeça descoberta, usando roupas especiais. Devia viver longe das cidades e vilas, e toda vez que se aproximasse de um homem sadio tinha obrigação de exclamar em voz alta: “*Amêl Amêl*” — impuro, impuro. A bondade de Cristo para com essas pobres almas, a maneira como os recebia e com frequência curava, achava-se em nítido contraste com a severidade da Lei. Não há dúvida de que o fato de curar leprosos teve grande influência na sua posição. A lepra era uma impureza, pois ela parecia tanto uma

enfermidade espiritual como física, a mais evidente manifestação do pecado humano. A expressão “a lepra do pecado”, que nossos teólogos ainda usam, já era então corrente. Existiam, porém, outras doenças que tornavam a vítima impura — as moléstias venéreas, por exemplo. Todas essas doenças eram praticamente consideradas como punição. Um corpo viciado era tido como o sinal de uma alma viciosa. Ben Siraque afirma claramente: “Aquele que peca, contra o seu Criador, será abandonado às mãos dos médicos”.²⁵ Javé abatia o culpado com uma doença, seja diretamente ou por meio de seus anjos ou, com mais frequência ainda e mais convenientemente, mediante os anjos perversos. Algumas coisas, tais como calos nos pés, eram até mesmo tomadas como a intervenção óbvia de um espírito maligno. Admitia-se que a causa de uma doença não fosse pecado por parte do sofredor, mas de sua família. Esta ideia explica a pergunta feita pelos discípulos de Cristo, quando ele viu um homem cego de nascença: “Mestre, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” Ao que o Senhor respondeu em sua sabedoria infinita que nem ele nem os pais eram culpados.²⁶ O conceito também explica porque todas as atividades médicas eram acompanhadas por uma série de ritos e purificações religiosas.

A MEDICINA E OS MÉDICOS

O homem devia então tomar cuidado para evitar tudo que pudesse provocar doenças; mas, se mesmo assim caísse doente deveria ter acesso a todos os recursos colocados na terra pelo Criador a fim de ajudá-lo aliviar seus sofrimentos e combater a morte? Não era realmente maravilhosa a existência de plantas, minerais e substâncias animais espalhadas pelo mundo, que curavam quando usados com inteligência; assim como de homens que conheciam esses remédios supridos por Deus?

Pois havia médicos em Israel, e isso desde há muito tempo: vários dentre os profetas se referem a eles. Alguns círculos particularmente estritos mantinham o conceito de que seria falta de fé confiar-se às mãos de um médico, desde que Javé é quem realmente curava²⁷. Mas as mentes mais esclarecidas concordavam com as excelentes palavras de Eclesiástico sobre o assunto: “Sê deferente com o médico, porquanto dele se têm necessidade, pois também ele foi instituído por Deus... A ciência do médico permite que ele ande de frente erguida, e se conserve diante dos nobres... Por meio delas o médico aplaca a dor e o farmacêutico prepara os seus remédios... Na enfermidade não te impacientes, roga a Deus porque ele cura. Oferece o incenso e a oblação como memorial ... Depois dá lugar ao médico e não se afaste de ti, porque também ele é necessário... pois também ele se recomenda a Deus”.²⁸ Tal justificação da

profissão médica evidentemente não exigia comentários. Os rabinos, todavia, acrescentaram: “Os discípulos dos sábios não devem viver numa cidade onde não haja médico”; e outro conselho ia ainda além: “É proibido viver numa cidade sem médicos”.²⁹ Isto nos leva a supor que houvesse médicos em toda parte. Encontrava-se até médicos oficiais, agregados ao Templo para o tratamento dos sacerdotes, que eram frequentemente atacados de disenteria por andarem descalços sobre as lajes sagradas e devido às suas muitas abluções com água *fria*. O povo comum os chamava por um nome que pode ser grosseiramente traduzido como “médico das tripas”.

Naquela época, como hoje, as pessoas estavam sempre prontas a caçoar dos médicos, especialmente quando não estavam doentes. A declaração incisiva no tratado *Kiddushin*,³⁰ “Até o melhor médico está destinado ao inferno”, foi certamente escrita por um paciente insatisfeito. Outro rabino suspirou: “O, minhas bênçãos caem sobre o médico que não cobrar demasiado pela consulta”, o que parece mostrar que consultas caras já eram comuns desde aqueles tempos. O médico excessivamente ocupado que fazia as pessoas esperarem muito também era conhecido; assim como o seu colega que por ser um dos homens importantes da cidade não cuidava dos pacientes; e o que não cobrava a consulta, mas que era também absolutamente incompetente. Os Evangelhos falam com frequência dos médicos e encontramos neles uma passagem curta e divertida de psicologia médica: ela se refere à mulher que foi curada por Cristo de um fluxo de sangue. Marcos conta isso no quinto capítulo e declara que ela sofreu desse mal durante doze anos, “e muito padecera à mão de vários médicos, tendo despendido tudo quanto possuía, sem, contudo, nada aproveitar, antes pelo contrário, indo a pior”. Lucas porém, ao relatar o mesmo acontecimento no oitavo capítulo de seu evangelho, diz apenas “e a quem ninguém tinha podido curar”. Como sabemos, entretanto, Lucas era também médico.

Ninguém ficará surpreso ao saber que a medicina da época era rudimentar e que em muitos aspectos se aproximava mais da magia do que da ciência. Entretanto, ao que parece, os médicos judeus possuíam desde os primeiros tempos um conhecimento empírico de alguns remédios e das propriedades curativas das plantas. Encontramos muitos desses exemplos no Antigo Testamento e os tratados talmúdicos igualmente transbordam de prescrições médicas; algumas são bastante engraçadas, mas outras dão a impressão de real conhecimento e experiência. Julgava-se que um suposto livro de Salomão continha um catálogo de todos os remédios do mundo e os essênios eram tidos como conhecedores dos seus segredos. O óleo era um dos medicamentos mais usados, sendo no geral esfregado com a ideia de amaciar e acalmar, e podiam fazer uso dele até mesmo no sábado. Misturavam-no frequentemente com o

vinho e foi com esta mistura que o samaritano do evangelho tratou as feridas do homem que encontrou caído na estrada de Jericó.³¹ Um outro unguento também muito empregado era o mel, colocado para abrir as feridas; sendo também engolido para aliviar as inflamações da garganta, como fazemos hoje. Um cataplasma de figos era considerado como a última palavra no tratamento do antraz: foi assim que Isaías curou o rei Ezequias. O aloés vermelho misturado com vinho também fazia grande efeito.

Muitas plantas eram recomendadas para dor no estômago ou na barriga: alecrim, hissopo, arruda, poligonáceas, begônia, e acima de tudo certos tipos de ‘palmeira, de cujas raízes extraíam a “água de Dekarim”. Cevada embebida em leite azedo curava as palpitações do coração. “Contra tênia,” afirmou um sábio, “beba samambaia cabelo-de-vênus”. E outro aconselhava cataplasmas de salmoura de peixe para reumatismo, provavelmente como um contra irritante. A mandrágora, que é uma planta fortemente perfumada da família das solanáceas, bem parecida com a beladona, era considerada como possuidora de várias virtudes segundo a Bíblia;³² talvez devido à aparência estranha de sua raiz bifurcada e carnuda, que tem uma certa semelhança com o corpo humano, e que pode ter tido então um significado mágico. Isto também poderia aplicar-se a certas substâncias animais, tais como o fígado com que o jovem Tobias curou a catarata do pai, e que também usou para expulsar o maligno em sua noite de núpcias.

Os médicos judeus aplicavam também outras formas de tratamento, algumas das quais não nos parecem absolutamente ridículas. Eles recomendavam “sangrias mensais até a idade de quarenta anos”. Aplicavam ventosas. Tratavam as doenças oculares com unguento oftálmicos, alguns contendo antimônio, a fim de proteger os olhos contra o sol excessivamente forte. Os benefícios das águas termais já eram conhecidos há muito e na época de Cristo os banhos tinham grande aceitação: as pessoas iam para El Haam, nas costas do Mar da Galileia ou para Calirrhoe junto ao Mar Morto; o rei Herodes foi levado a este lugar quando estava prestes a morrer. Como é natural, a cirurgia ainda engatinhava, em vista da falta de conhecimento sólido sobre a anatomia e fisiologia. Mas pequenas operações, como a cauterização, o lancetar de abcessos, a curetagem ou raspagem de ferimentos e a redução de fraturas eram comuns. Outras ainda com certeza se faziam, pois o Talmude fala de um poção soporífera dada no início de uma operação abdominal. A operação cesariana, bem conhecida dos romanos, era também praticada na Palestina.

Alguns crânios encontrados nas escavações mostram que os judeus não ignoravam a trepanação: mas será que tais orifícios foram feitos no decorrer de um tratamento cirúrgico ou a fim de expulsar espíritos malignos? O tratado

Shabbath declara ser proibido sair com uma perna artificial no dia de descanso, o que mostra que estas eram usadas. Quanto aos dentistas, não tinham ainda começado a fazer uso de sua terrível mas eficiente broca. Eles tratavam a dor de dente com alho ou raiz de parietária e dores nas gengivas com sal ou fermento, extraindo dentes com grande habilidade.

Como é de se supor, muitos desses remédios estavam bastante ligados à superstição. O rabino Cohen admite que eles acreditavam em “simpatias”,³³ e alguns dos tratamentos nos fazem lembrar das curas mencionadas por Frazer no livro “Golden Bough”, esse vasto inquérito sobre o comportamento primitivo. O uso de amuletos não está associado mais ou menos diretamente com a mágica? Embora os rabinos proibissem “tratar-se com citações das Escrituras”³⁴ como um doente poderia ser impedido de colocar o versículo 26 do quinto capítulo de Êxodo sobre o lugar da dor, o versículo que diz: “Jamais cairão sobre ti os muitos ais que caíram sobre o Egito, e é saúde que te trago”? O Talmude contém um número incontável de remédios supostamente mágicos contra toda sorte de doenças. Contra a febre terçã a pessoa deveria colocar no peito, prendendo com linha branca, sete lascas de sete palmeiras, sete fatias finas de sete vigas, sete pregos de sete pontos, sete cinzas de sete fogões, sem esquecer sete pelos de cachorros velhos. Quem sofria de calos nos pés colocava uma moeda debaixo da sola: isso tirava a dor. Como os médicos judeus teriam tratado a mulher que sofria de um fluxo de sangue, que foi curada pelo Senhor com uma palavra? Teriam feito com que se sentasse numa encruzilhada com um copo na mão, pregando-lhe um susto violento, como por exemplo dando um berro enorme de repente por trás dela. Um outro tratamento ainda mais decisivo seria fazê-la comer um grão de cevada encontrado no excremento de uma mula branca. Existem páginas de receitas assim curiosas, mas não temos muito direito de rir, sabendo que o mesmo tipo de coisa aconteceu em nossa própria medicina na Idade Média, e até mesmo nos tempos de Molière.³⁵

Todo tratamento médico era acompanhado pelas orações mencionadas em Eclesiástico, e muitas vezes também por ritos religiosos. Toda cura devia ser consagrada por uma cerimônia religiosa; é a isto que Cristo se refere quando em várias ocasiões ordenou aos leprosos por ele curados: “ide mostrar-vos aos sacerdotes”. Nos casos de lepra o paciente tinha de oferecer três sacrifícios, sendo o terceiro uma oferta queimada: para o pobre, três aves; para o rico, cordeiros. O ritual era cuidadosamente estabelecido. O sacerdote apanhava o sangue do animal sacrificado na palma da mão e ia até o ex-sofredor na “sala dos leprosos”, que ficava no canto do pátio das mulheres, no átrio ocidental do Templo. Ele fazia o paciente pôr a cabeça para fora da porta, do lado do pátio, e o tocava na orelha, no polegar e no pé. Só depois de terminada a cerimônia o

homem era oficialmente reconhecido como curado e permitiam que voltasse à comunidade. Em outros casos não se fazia com sangue, mas com a saliva do oficiante; mas isto devia ser acompanhado por orações.

Pois, em análise final, quem realizava a cura? Seriam médicos? Não. Em certos casos, afirma Ben Siraque, a cura estava nas mãos deles; mas, de modo algum em todos eles. O único que curava verdadeiramente era o Todo-poderoso. E Eclesiástico também dizia que a cura vem do Senhor, “como um dom recebido de um rei”. Seria loucura negar tal evidência. Aquele que fizera o homem do pó também o fazia voltar para ele na hora oportuna. A vida e a morte estavam em suas mãos.

A MORTE E A SEPULTURA

A última hora do homem chegou: a hora que Deus fixou desde a eternidade. “Seu alento se vai”, como diz a expressão popular. Ele está prestes a entrar em Sheol, mas não antes da comunidade cumprir seus últimos deveres para com ele.

Os judeus tinham profundo respeito pela morte, como todas as nações do mundo antigo; mas o deles talvez fosse ainda mais profundo desde que para eles o corpo humano era uma obra direta de Deus, e feito à sua grandiosa imagem. A Bíblia estabelecia rigidamente que nenhum corpo podia ser deixado sem sepultura, mesmo os dos piores inimigos, como disse Ezequiel.³⁶ Segundo o mandamento da lei mosaica, nem mesmo o corpo dos que fossem executados podia ficar no abandono.³⁷

A fim de descrever o horror da condição a que os pagãos haviam reduzido o povo de Deus, o Salmo 79 usa as palavras mais fortes que se podem achar: “Deram os cadáveres dos teus servos como alimento às aves dos céus, e a carne dos teus santos às feras da terra”. E a maior maldição que Isaías pôde lançar ao rei da Babilônia foi: “Mas tu és lançado fora da tua sepultura, como um renovo bastardo, coberto de mortos traspassados à espada, cujos cadáveres descem à cova e são pisados de pedra”.³⁸

O morto tinha então direito a um tratamento cerimonial estabelecido pelos textos e pela tradição. No momento em que morresse seus olhos deveriam ser fechados — isto já aparece em Gênesis³⁹ — ele era beijado com amor⁴⁰ e lavado,⁴¹ usando perfumes e arômatas com este propósito. O tratado *Shabbath* afirmava ser lícito fazer no dia de descanso “tudo que é necessário aos mortos, lavá-los e ungi-los com perfumes”.⁴² Não se tratava de um verdadeiro embalsamamento à maneira egípcia, mas sim uma espécie de tributo da mesma natureza que o oferecido aos vivos quando despejavam óleo perfumado em sua cabeça num banquete. O nardo era a mais comum dessas essências, tendo sido

usado por Maria Madalena para ungir Cristo — cujo ato ele comentou com as palavras: “Ela ungiu meu corpo de antemão, a fim de prepará-lo para o sepulcro”. Mas usavam também a mirra e o aloés, que nada tinha a ver com essa planta liliácea de perfume desagradável utilizada hoje pelos farmacêuticos; era o aloés-madeira ou aloés-lenhoso, o atual *agalacoun* ou o *alagoche* trazido da Índia, ambos deliciosamente perfumados. Uma leitura literal do evangelho de João poderia levar-nos a supor que o corpo foi envolto numa imensa quantidade desses aromáticos. O evangelista diz que Nicodemos levou uma mistura de mirra e aloés pesando cerca de cem libras para o sepultamento de Cristo;⁴³ mas devemos sem dúvida interpretar que os arômatas foram colocados no túmulo ao lado do corpo.

Nos primeiros tempos o homem era vestido com suas roupas comuns e sepultado com as marcas de sua posição ou ofício: o rei com a coroa, o soldado com a espada, o profeta com seu manto; e este costume é citado em várias passagens bíblicas. Nos dias de Cristo, porém isto já não era mais costume. Pelas descrições detalhadas do evangelista quanto à ressurreição de Lázaro e ao sepultamento do Senhor, ficamos sabendo que o corpo era envolto numa mortalha,⁴⁴ a face velada com o *soudarion* (sudário),⁴⁵ e os pés e mãos ligados com faixas de linho.⁴⁶ O morto era então levado para o “cômodo superior” da casa, onde seus parentes e vizinhos podiam despedir-se dele pela última vez.

Não ficava ali muito tempo, o enterro se realizava no geral depois de oito horas a partir do momento da morte: num clima quente não pode haver demoras. Os caixões eram pouco usados; lemos, entretanto, no tratado *Gittin* que durante o cerco de Tito a Jerusalém, o rabino Ben Zakkai atravessou as linhas romanas dentro de um caixão, o que parece mostrar que eles não eram assim tão incomuns.⁴⁷ O morto no geral seguia para o túmulo numa espécie de liteira, uma carreta aberta, e todos os passantes podiam vê-lo: o funeral do filho da viúva de Naim, observado por Jesus, aparentemente foi deste tipo. Muitas vezes um símbolo mostrava a posição do morto: uma pena ou chave, por exemplo, eram colocadas no esquife de uma pessoa solteira, e no da noiva um dossel. Não existiam carregadores profissionais, nem agentes funerários: os parentes e amigos do morto se revezavam no transporte, a fim de mostrar-lhe a última prova de afeto. As crianças muito pequenas eram levadas nos braços dos pais.

Quando a procissão fúnebre tinha início, as mulheres iam à frente da carreta, porque, diziam elas, “como Eva, uma mulher, introduziu a morte no mundo, as mulheres devem levar ao túmulo as vítimas da morte”. Quer houvesse ou não tristeza, as manifestações eram sempre ruidosas, ritualmente ruidosas. Seria “indecente não chorar alto, não jogar cinzas na cabeça: as pessoas chegavam a alugar pranteadores profissionais, sendo estes já citados em Jeremias,⁴⁸ que

lançavam gritos agudos durante todo o trajeto, e flautistas⁴⁹ que extraíam sons tristes de seus instrumentos. Segundo o costume, o mais pobre dos israelitas era obrigado, no caso de morte da esposa, a ter pelo menos dois flautistas e um pranteador.⁵⁰ Era necessário rasgar as roupas; mas o Talmude viu-se obrigado a dar os mais exatos detalhes quanto ao tamanho da lágrima que podia ser considerada decente.

Esses não eram ritos que pudessem ser adequadamente chamados de religiosos. Isto não significa que os parentes do morto não orassem enquanto o acompanhavam ao túmulo. Foi encontrado um fragmento de literatura cristã apócrifa — infelizmente as únicas versões conhecidas, em cóptico ou árabe, datam do terceiro ou quarto século — chamado “*A História do Carpinteiro José*”, que apresenta uma oração que Cristo teria pronunciado sobre o corpo de seu pai adotivo: “Ó Senhor de toda misericórdia, que tudo vê e tudo ouve, escuta o meu lamento e minha súplica por José, o velho, e envia Miguel, o principal de seus anjos, e Gabriel, o mensageiro da luz, e todos os exércitos de seus anjos e de seus coros, para que marchem com a alma de meu pai José, até que a levem a Ti”.⁵¹ Outra oração, escrita em aramaico, datada da época de Cristo, é o *Kaddish*, ainda hoje recitado pelos órfãos: seguindo nisto uma das características particulares da fé judia, seus versos glorificam o Senhor da Vida, abençoando e engrandecendo o seu nome, e a seguir se confinam a dizer: “Possam as orações e súplicas de todo o povo de Israel serem recebidas diante do Pai que está nos céus”.⁵²

De modo diverso dos romanos, os israelitas não cremavam os seus mortos; eles na verdade tinham horror disso, pois parecia-lhes contra a lei da natureza. E para os que acreditavam na ressurreição da carne, tal ato assemelhava-se impossível. Por este motivo o castigo de morrer queimado era tido como especialmente medonho, mesmo quando não aplicado ao corpo vivo, mas apenas como um castigo adicional após a execução. Os mortos eram então enterrados, mas não existiam verdadeiros cemitérios. Foi apenas o costume que levou as sepulturas a serem cavadas num mesmo lugar, uma após outra, sempre à distância legal de cinquenta cúbitos de qualquer habitação. O vale de Josafá perto de Jerusalém, por exemplo, ficou cheio delas.⁵³ Os únicos cemitérios oficiais destinavam-se aos indigentes e aos forasteiros. O homem tinha de ser mesmo muito pobre para não possuir uma sepultura: os ricos compravam um lugar escolhido ou mandavam cavar seus túmulos em suas próprias terras.

O tipo de túmulo mais comum no ocidente nos dias de hoje; uma sepultura simples, com uma laje por cima, não era desconhecida na Israel dos evangelhos: João, falando sobre a ressurreição de Lázaro, descreve um sepulcro exatamente assim;⁵⁴ e na abadia beneditina que fica em seu lugar tradicional, eles mostram

uma sepultura ou cripta com a abertura em nível com o solo. No cemitério dos essênios descoberto junto às ruínas de Qumran, as mil tumbas são todas deste tipo, cuidadosamente dispostas em linhas paralelas, como nos cemitérios ocidentais. Ao que parece, porém, este tipo de túmulo não era o mais comum. Segundo as descobertas dos arqueólogos, as declarações dos evangelhos e os detalhes dos tratados do Talmude, podemos imaginar a sepultura típica como uma espécie de caverna ou escavação, uma cripta cortada numa rocha, com um pequeno vestíbulo na entrada. Era preciso abaixar a cabeça para entrar no sepulcro propriamente dito.⁵⁵ Algumas vezes a mesma entrada servia para várias criptas: oito delas já foram encontradas num mesmo conjunto. O corpo era colocado sobre um banco especialmente cortado na rocha e coberto de ervas aromáticas, geralmente em grande quantidade. Os túmulos dos pobres eram fechados com paredes, mas os mais opulentos possuíam uma porta mais sólida, que pode ser ainda vista na Palestina: trata-se de uma pedra como de moinho, grande e redonda, colocada numa ranhura profunda e presa por uma cunha de madeira; no momento em que esta é retirada, a pesada pedra se encaixa e protege a entrada contra todos os visitantes: ladrões ou hienas. Este costume explica a pergunta que as santas mulheres fizeram umas às outras na manhã da Páscoa, enquanto subiam para o túmulo do Cristo ressurreto: “Quem nos removerá a pedra da entrada do túmulo”.⁵⁶

Uma vez fechado o túmulo, era comum levantar uma pilha de pedras bem arranjada sobre ele ou, se possível, um monumento. A moda desses monumentos (pois com certeza existe moda na arte funerária como nas outras) estava se espalhando justamente nos dias de Cristo, devido à influência romana. Herodes mandou construir um imenso mausoléu para si mesmo, o famoso Herodium,⁵⁷ que foi ao mesmo tempo uma fortaleza, um palácio e um túmulo; mas, completamente em separado disto, durante este período é que foram erigidas aquelas conhecidas tumbas que ainda podem ser vistas no vale do Quidrom — a que foi chamada de túmulo de Absalão e à qual os árabes apelidaram de chapéu do Faraó; o túmulo dos Juizes com seu frontão dórico triangular, obviamente influenciado pelos pagãos; a tumba do apóstolo Tiago; a de Zacarias; e no sopé do Monte Scopus, aquela tumba dos Reis que os Pereiras deram à França e que parece ser de uma princesa helenista convertida ao judaísmo, que se estabeleceu em Jerusalém durante o primeiro século. A mesma influência greco-romana introduziu na Palestina desse período o uso dos sarcófagos de pedra: a decoração dos que foram encontrados é tosca, consistindo apenas de folhagem e desenhos geométricos; alguns padrões, tais como a pinha de Dionísio eram inconscientemente pagãos. O nome do morto muito raramente aparecia no túmulo: como sabemos, os judeus raramente cortavam inscrições na pedra. Só

nos ossuários ou carneiros (urnas ou gavetas) é que os nomes de todos cujos ossos ali se achavam eram inscritos; em vista do lugar ser utilizado geração após geração era às vezes necessário retirar os esqueletos anteriores para desocupar espaço.

Depois de terminados os rituais fúnebres, a família se reunia para uma refeição: o “pão dos pranteadores” de que falam Oséias e Ezequiel.⁵⁸ Faziam uma libação ritual como a da Páscoa, mas o Sinédrio prudentemente fixou o número máximo de copos que podiam ser bebidos depois que as libações que seguiram o sepultamento de um conhecido rabino acabaram em orgia.⁵⁹ Depois disso os amigos, especialmente os que não tinham podido comparecer ao funeral, faziam visitas de pêsames: o tratado *Baba Bathra* declara que nessas visitas é necessário levantar-se do assento sete vezes e inclinar-se sete vezes diante da família do morto. O luto durava trinta dias: nos três primeiros ninguém fazia qualquer trabalho, nem eram respondidos os cumprimentos recebidos na rua. Durante este mês de luto não se usavam os filactérios durante as orações: os verdadeiramente piedosos iam além, não faziam a barba nem se lavavam; usavam roupas velhas e sujas ou até mesmo o *saq*,⁶⁰ aquela tanga de pelo de camelo que ainda hoje simboliza a tristeza. As viúvas fiéis chegavam a usar roupas de saco até morrer.

A seguir, todos os anos, em datas predeterminadas, era costume visitar os túmulos, especialmente no mês de *Adar*, o último do ano litúrgico, quando a família “caitava o sepulcro”, isto é, caíava a pedra da entrada e o monte de pedras ou monumento. Este é o costume a que Cristo se refere ao chamar os fariseus de sepulcros caiados, e novamente quando os compara a túmulos abandonados “sobre os quais os homens passam sem o saber”.⁶¹ O Talmude comenta várias vezes o propósito desta caiação: era feita porque o contato com a morte provocava uma impureza ritual muito severa, como a resultante do contato com um leproso; a brancura advertia então os vivos para que não se aproximassem.

Todos os povos possuem e sempre possuíram cerimônias de sepultamento: será que as dos judeus tendiam ao excesso? As lamentações e o choro que seguiam o corpo não seriam com frequência falsas, simples fingimento? “Deixa aos mortos o sepultar seus próprios mortos”⁶², foi a famosa resposta de Cristo a um discípulo que pediu permissão para ir enterrar o pai antes de segui-lo. Ele mostrou assim claramente que a vida seria encontrada olhando para além da sepultura. Paulo afirmou: “Não queremos, porém, irmãos, que sejais ignorantes com respeito aos que dormem, para não vos entristecerdes como os demais, que não têm esperança. Pois se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também Deus, mediante, Jesus, trará juntamente em sua companhia os que dormem”.⁶³

“ONDE ESTÁ, Ó MORTE, A TUA VITÓRIA?”

Essas palavras do apóstolo dos gentios definiram a atitude básica dos seguidores de Cristo. Nas próprias palavras do Credo dos Apóstolos, o cristão deve essencialmente “crer na ressurreição da carne”. Isto se aplicava também ao judeu dos dias de Cristo? Parece estranho descobrir que neste ponto, que se afigura tão importante, não havia um ensino preciso: a religião, tão escrupulosa em tudo o mais, deixava que cada um acreditasse o que quisesse com respeito à natureza da morte e do além. De acordo com a seita seguida, a pessoa esperava ou não uma vida futura.

O conceito mais antigo que pode ser traçado em centenas de pontos no Antigo Testamento é que a morte era o final da vida. Quando o anjo da morte de quem fala o Talmude colocava “a gota de fel” entre os lábios do agonizante, ele tomava a sua alma e a levava embora. O sopro da vida cessava então, o *rouach*, com que o Criador vivificara a alma no dia de seu nascimento. “Quem sabe que o fôlego de vida dos filhos dos homens se dirige para cima, e o dos animais para baixo, para a terra?” pergunta o terceiro capítulo de Eclesiastes. Quanto ao corpo, o *bachar*, este certamente voltava ao pó de onde viera, como dizia a Escritura. Nada então ficava da personalidade humana? Sim. Restava algo; uma presença imaterial, uma sombra, *repha*. A prova disto era que a sombra podia ser invocada e tomada visível por um instante, como a feiticeira de Endor fez com a sombra de Samuel, a pedido de Saul.⁶⁴ Essas sombras, esses *rephaim*, habitavam num lugar misterioso que o Antigo Testamento chama repetidamente de Sheol. Era um lugar completamente diverso do mundo dos vivos: “um lugar de trevas e das sombras da morte” afirma Jó; “a morada do silêncio” diz o salmista. Ficava tão fora do alcance do mundo dos homens que nem mesmo “a ira do Senhor os alcançava ali”.⁶⁵ Algumas lendas rabínicas afirmavam com certeza que este abismo metafísico tinha também uma realidade concreta, e que se podia entrar nele levantando a grande rocha que o fechava e que ficava bem no centro do Lugar Mais Santo; mas esta não era a opinião universal. No Sheol os *rephaim* nada eram; nada faziam, nada conheciam; não havia nada que pudessem fazer; o termo “nada” define a única realidade desse estado que é o oposto de ser. O profeta Isaías chegou mesmo a clamar ao Senhor, “A sepultura não te pode louvar, nem a morte glorificar-te”.⁶⁶ Para o judeu piedoso não honrar a Deus, não cumprir o seu dever esplêndido, exigia na verdade que fosse reduzido a nada. E, naturalmente, como todos os homens estavam destinados a acabar nessa condição, não podia haver questão de castigo ou recompensa. “Não temas a

morte”, disse Eclesiástico.⁶⁷

Mas este conceito pobre e triste do além, tão distante da poesia que é até inesperado encontrá-lo numa nação grandemente preocupada com os assuntos espirituais,⁶⁸ não era o único corrente na Palestina na época de Cristo. Pois nesse período outras doutrinas já eram mantidas por Israel há séculos. Elas podem ser encontradas nas partes mais recentes da Bíblia e nos apócrifos: Daniel, Macabeus, livro da Sabedoria. Os apócrifos do Antigo Testamento, como vimos, que formavam juntamente com a Bíblia a literatura dos israelitas, estavam todos de acordo com os novos ensinamentos, que constavam também de muitos dos tratados do Talmude — provando que inúmeros rabinos os ensinavam.

Teriam os judeus exilados na Babilônia, amargamente provados, desenvolvido esses conceitos como uma resposta à sua infelicidade? Desde que Deus prometera proteção a seu povo, tonava-se necessária a recompensa dos fiéis e o castigo dos infiéis; e caso isso não se desse neste mundo, sê-lo-ia então no mundo por vir. Não deve ser visto aqui qualquer desvio dos verdadeiros princípios de Israel, qualquer contaminação pagã,⁶⁹ mas sim um passo avante, uma previsão mais exata da verdade, uma aproximação da revelação final. E Israel deu esse passo adiante, como todos os de sua jornada espiritual, sob o estímulo do sofrimento: um fato que se relaciona com o seu mistério, seu divino mistério.

Na época de Cristo, muitos judeus não criam que o futuro do homem, depois da morte, ficasse limitado ao Sheol tradicional. O anjo da morte, diz um *midrash* sobre o Salmo 40, leva a alma ao julgamento: se o morto tivesse vivido de acordo com a Lei, haverá um apelo: “Abri lugar para este justo”. Caso contrário, a alma é rejeitada. “Pois não deixarás a minha alma na morte”, como o Salmo 15 declara. Imediatamente modificou-se o conceito de Sheol: no *Livro de Enoque* era o lugar que devorava os ímpios, onde os anjos Miguel, Gabriel, Rafael e Fanuel lançavam os perversos a fim de sofrerem eternamente.⁷⁰ Por outro lado, havia um outro lugar para onde as almas dos salvos iam, chamado de paraíso dos justos;⁷¹ ele foi comparado ao Jardim do Éden onde viveu o primeiro homem antes de sua queda,⁷² sendo também com frequência referido mediante uma expressão misteriosa que tem origem na principal tradição de Israel, “o seio de Abraão”. Cristo invariavelmente confirma ou insinua justamente este conceito de uma vida futura. As próprias palavras que usa para falar dela são tiradas da tradição do povo: na parábola do homem rico, Ele fala do mendigo Lázaro como estando “no seio de Abraão”⁷³, e na cruz prometeu ao bom ladrão: “Hoje estarás comigo no paraíso”.⁷⁴

Este conceito, emergido de Israel, alcançou sua plena extensão e desenvolvimento nele; e foi ele que forneceu a conclusão lógica do

pressentimento em Eclesiástico. “Lembra-te sempre de qual será o teu fim, e jamais farás algo impróprio”:⁷⁵ pois ele impôs o ensino da recompensa e retribuição pessoais.

Foram também os seus ensinamentos e exemplo que deram força de dogma a uma doutrina que até então não passara de uma crença cuja solidez podia ser questionada, pelo menos entre alguns dos israelitas: a da ressurreição. Suas raízes estavam plantadas bem longe na tradição judaica; ou seja, os doutores da Lei que a ensinavam na época de Cristo, encontraram para ela essas raízes, citando um versículo de Deuteronômio,⁷⁶ uma passagem dos profetas,⁷⁷ ou as palavras de Jó: “Depois, revestido este meu corpo da minha pele, em minha carne verei a Deus” (19.26). O rabino Gamaliel se equipara com toda uma armadura de provas desta natureza. De fato, foi também durante o exílio que Israel fizera um avanço decisivo neste aspecto. “Vida nova terão aqueles, Senhor, que são teus na morte; perdidos para nós, voltarão a viver. Despertai e louvai, vós que habitais no pó” o grito esplêndido de Isaías deve ter ecoado com força tremenda no coração dos exilados. Dentro em breve a ressurreição foi associada com a recompensa do mérito: “Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão,” diz Daniel, “uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno.”⁷⁸ E o livro da Sabedoria desenvolveu amplamente este tema.

Nos dias de Cristo então, uma boa parte do Povo Escolhido acreditava na ressurreição. Os escritos apócrifos mencionam continuamente o assunto: ele pode ser encontrado nos *Testamentos dos Patriarcas* e nos *Salmos de Salomão*, assim como no *Segundo Livro de Baruque*.⁷⁹ Da mesma forma, existem inúmeras passagens no Talmude que fornecem evidência para a mesma crença. Uma das *Bênçãos*, a famosa *Berakoth*, diz o seguinte: “Nós Te abençoamos, ó Deus Eterno, que restauras a alma aos corpos mortos”;⁸⁰ e os rabinos forneciam copiosos detalhes quanto ao modo como isto aconteceria. Todavia, nem todos os crentes de Israel aceitavam esta doutrina: o evangelho declara diretamente que os saduceus “dizem não haver ressurreição”.⁸¹ Segundo eles a doutrina não se encontrava no Pentateuco; e neste ponto faziam causa comum com os samaritanos que, de sua parte, reconheciam oficialmente como inspirados apenas os cinco primeiros livros da Bíblia. Mas os samaritanos eram hereges e os saduceus tradicionalistas conservadores, estritos. Entre o povo comum a crença na ressurreição parece ter sido generalizada. No evangelho de João, Cristo diz a Marta, irmã de Lázaro: “Teu irmão há de ressurgir,” e ela replica: “Eu sei que ele há de ressurgir na ressurreição do último dia”.⁸²

Cristo, por assim dizer, apropriou-se desta doutrina e elevou-a a posição de um princípio de fé, um dogma. Fez isto não só por meio de palavras, mas pelo exemplo: ressuscitou os mortos e, mais ainda, ele mesmo ressuscitou. Jesus

contou a Maria o segredo de sua mensagem quando lhe disse: “Eu sou a ressurreição e a vida”. Mas, ao que parece, alguns consideravam esta ressurreição como uma simples reanimação do corpo, uma espécie de reencarnação. Como é natural, muitos pagãos afirmavam que a metempsicose era um fato. Foi por esta razão que o Senhor respondeu aos saduceus que tentavam confundi-lo com a pergunta irônica sobre de quem a mulher que desposara sete homens seria esposa depois da ressurreição,⁸³ com as palavras: “Porque na ressurreição nem casam nem se dão em casamento; são, porém, como os anjos no céu”; e esta declaração misteriosa lança muita luz sobre a sua resposta à irmã de Lázaro: “Quem crê em mim, ainda que morra, viverá”.

Este conceito, nascido em Israel e desenvolvido com poder transcendente por Jesus, deveria tornar-se a base da fé cristã. Em sua essência, os cristãos deveriam ser as testemunhas da ressurreição, como repetido continuamente por Paulo. “Se Cristo não ressuscitou, a nossa pregação é vã e assim também a vossa fé,” disse ele aos Coríntios.

Existe algo glorioso no fato de ter sido o judeu Saulo, o pupilo dos rabinos de Israel, que, depois de tornar-se Paulo, proferiu para o mundo essas palavras incomparáveis com as quais desde então termina a vida terrena de todo crente: “Onde está, ó morte, a tua vitória? onde está, ó morte, o teu aguilhão?”⁸⁴

Notas

1. Gênesis 3.19.
2. Isaías 38.18 e Salmos 88.5.
3. A Cohen, op. cit. 297.
4. Sobre limpeza p. 343.
5. Comentário sobre levítico, 34.3.
6. Atos 10.14.
7. Deuteronomio 33.12-14.
8. Baba Bathra 2.8.
9. Levítico 14.33-54 e 13.47-55.
10. Veja p. 259.
11. Berakoth 25, a, e 60, b.
12. Veja p. 367.
13. Veja p. 244-245.
14. William, Vie de Jésus, p. 133.
15. P. 169; Lucas 4.38.
16. João 4.47.
17. Atos 28.6.
18. Mateus 12.10; Marcos 3.1; Lucas 6.6.
19. João 5.5.
20. Mateus 9.2 e Marcos e Lucas.
21. Mateus 8.8.

22. Baron, op. cit., 369 Cf. A. Bloom, *La Lèpre dan Vancienne Egypte et chez les anciens Hebreux*.
23. Lucas 17.12.
24. 2Reis 5.7.
25. Eclesiástico 38.1-15.
26. João 9.1 - 3
27. Êxodo 15.26.
28. Eclesiástico 38.
29. Sanhedrin 17, b e p; e Kiddushin 66, d.
30. Kiddushin 82, a.
31. Lucas 10.34.
32. Sobre mandrágoras, veja Cânticos dos Cânticos 7.4; Gênesis 30.14.
33. Op. cit.,311.
34. Shebuoth 15.6.
35. Todos os detalhes acima vêm do Talmude: não nos pareceu necessário dar todas as referências a esses textos pitorescos.
36. Ezequiel 39.12.
37. Deuteronômio 21.33.
38. Isaías 14.19.
39. Gênesis 46.4.
40. Gênesis 50.1.
41. Atos 9.37.
42. Shabbath 23.5.
43. João 19.38.
44. Mateus 27.59; Marcos 15.46; Lucas 24.1; João 19.40.
45. João 11.44; 20.7.
46. João 11.44.
47. Gittin 56.6.
48. Jeremias 9.17.
49. Mateus 9.23.
50. Kethuboth 4.6; Baba Mesia 6.1.
51. F. Amiot, *Evangiles apocryphes*, p. 110.
52. R. Aron, op. cit., 235.
53. Veja p. 108.
54. João 2.11,38.
55. João 20.5.
56. Marcos 16.3.
57. Sobre o Herodium, veja p. 79.
58. Oséias 9.4; Ezequiel 24.17.
59. Berakoth 6.1.
60. Sobre o saq, veja p. 246.
61. Mateus 23.27; Lucas 11.44.
62. Mateus 8.22.
63. 1Tessalonincenses 4.13.
64. 1Samuel 28.
65. Jó 14.13.
66. Isaías 38.18.
67. Eclesiástico 41.4.
68. No livro já mencionado, Robert Aron sustenta que o ruach, o espírito, alma ou sopro de um homem junta-se de novo ao “sopro do Universo, deixando na terra ou no Sheol os remanescentes materiais ou psíquicos de sua personalidade”. Ele passa então a afirmar que “a essência da morte não está na aniquilação,

mas numa espécie de fuga da estrutura comum da vida”. O espírito “volta assim a uma espécie de reservatório espiritual em que as várias almas se acumulam”. A ideia do poeta é judia, hindu ou teosófica? Ou será ela inspirada por certas passagens do padre Teilhard de Chardin? Não se pode saber em que textos bíblicos ou talmúdicos ela poderia achar-se baseada.

69. Cf. também Robert Aron.

70. Bible apocryphe, p 56-62.

71. Id. p. 75.

72. Id. p. 240.

73. Parábola do homem rico perverso e do mendigo Lázaro.

74. Episódio do bom ladrão, Lucas 23.43.

75. Eclesiástico 7.40.

76. Deuteronômio 31.16.

77. Isaías 36.19; Ezequiel 38.

78. Daniel 12.2.

79. Bible apocryphe: veja a palavra “ressurreição” no índice.

80. Berakoth, .60,b.

81. Mateus 22.23 e Marcos e Lucas.

82. João 11.21-27.

83. Lugar citado, nota 81.

84. 1Coríntios, todo o final do cap. 15.

PARTE TRÊS

UM POVO E O SEU DEUS

Ele é o nosso Deus, e nós povo de seu pasto,
e ovelhas de sua mão. (SI 95.7)

CAPÍTULO DEZESSETE - A ERA DE DEUS

A VIDA RELIGIOSA DE ISRAEL

Vimos como a existência diária do Povo de Deus era regulada e controlada nos seus mínimos detalhes pela religião. Observamos também como a Torá e os comentários sobre a Lei influenciaram todos os aspectos da vida, deram um significado verdadeiramente religioso ao lar, por exemplo, e aos vestuários e alimentação. Como elas governavam os relacionamentos humanos, na família, no trabalho e na comunidade, assim como os meios através dos quais as ideias eram expressas; em síntese, vimos como colocavam o indivíduo numa estrutura, uma moldura que o mantinha preso desde o seu nascimento até sua morte, e da qual não podia escapar sem receber severo castigo. Pois desde que a autoridade civil se identificava com a religiosa, a lei secular era simplesmente a aplicação da lei de Deus.

Para o homem ocidental do século XXI, mesmo que seja crente, este modo de vida é difícil de entender, pois não compreende o seu valor. O comportamento do cristão medieval não era muito diferente desse, embora a natureza de sua submissão aos ditames da religião estivesse bem afastada do legalismo escrupuloso e rígido dos judeus. Mas desde que as catedrais perderam a sua brancura, e acima de tudo desde o “Iluminismo” do século XVIII, nossa sociedade passou por um processo de secularização que faz agora parecer completamente absurda para muitos de nós esta intervenção continua da religião na vida diária. De fato, quantos cristãos praticam uma espécie de divisão espiritual que deixa a religião numa área reservada em que o homem se casa, batiza os filhos e deseja ser sepultado, mas que não permite de modo algum interferir seja com os aspectos práticos ou morais de sua vida. Para o judeu contemporâneo de Cristo esta divisão seria considerada infame; ou, para sermos mais exatos, não lhe seria possível concebê-la.

Quando passamos a considerar as manifestações públicas da vida religiosa de Israel, não devemos, portanto, esquecer que toda a vida judia era “religiosa” no sentido mais amplo da palavra. As festas, as cerimônias religiosas e as reuniões na sinagoga, não passavam de incidentes na vida diária; faziam parte dela e eram manifestações do mesmo espírito que a governava em todos os seus aspectos. Tratava-se da aparência mais solene, mais formal e externa de uma fé em que se assentava o coração dos homens, como disse o salmista: “na sua lei medita de

dia e de noite”.¹

A CONSAGRAÇÃO DO DIA PELA ORAÇÃO

A cada dia e várias vezes durante o dia, o judeu praticante orava. Quem quer que, tenha vivido num país maometano deve ter admirado a regularidade com que o maometano numa determinada hora, onde quer que esteja, coloca a capa no chão, tira os sapatos, espirra um pouco de água nos antebraços e ora, voltado pra Meca, gravemente, simplesmente, sem qualquer afetação. Este costume admirável, que Maomé sem dúvida adotou de seus companheiros de viagem judeus que o ajudaram a transmitir a sua mensagem, fornece uma ideia exata de como deve ter sido a oração diária dos judeus piedosos.

“Deus falou a Israel, e eu repeti a vocês,” disse o rabino Eleazar cerca de cem anos depois de Cristo, “quando tiverem de orar, vão e orem na sinagoga de sua cidade; se não puderem orar na sinagoga, orem no campo; ou então em sua casa; se não puderem orar em casa, orem em seu leito, e ali, pelo menos, falem ao seu Deus em seu coração e fiquem em silêncio.”²

Todos os adultos, de treze anos para cima (somente as mulheres e crianças estavam isentas), tinham, portanto, de obedecer a essa ordem. As horas de oração variavam no decorrer dos séculos, mas não parece haver dúvida de que nos dias de Cristo os homens oravam de manhã e à noite, assim como ao meio-dia do salmista que corresponde à hora sexta. Atos nos mostra que o apóstolo Pedro, quando se achava em Jope, subia ao eirado para orar,³ justamente nessa hora.

Ao orar, o judeu piedoso devia enrolar-se em seu *tallith*, seu xale de oração, e usar os *tefilin*. Isto era de tal forma obrigatório que vários tratados do Talmude afirmam que o próprio Deus obedece a esta regra. O *tallith* era, e ainda é, pois continua sendo usado até hoje, uma espécie de estola muito grande que, quando atirada sobre a cabeça e os ombros, chegava até a cintura, cobrindo toda a parte superior do corpo: quando possível era feito de seda branca fina, geralmente com um cacho de uvas ou uma romã bordados em azul profundo. As bordas tinham as franjas rituais, e nos cantos colocavam os *tsitsit*, borlas feitas com oito fios cada, de modo que havia 32 ao todo, que era o equivalente numérico da palavra “coração”.⁴ Quanto aos *tefilin*, também conhecidos como filactérios, do grego, eram pequenas caixas pretas quadradas, feitas da pele de animais “limpos”, que continham passagens de Êxodo e Deuteronômio, escritas sobre pergaminho;⁵ elas se prendiam com tiras à testa e à palma da mão.

O judeu, ao orar, se voltava para Jerusalém, seguindo o exemplo do profeta

Daniel durante o exílio:⁶ se ele já estivesse na cidade santa, virava-se então para o Templo; e se se encontrasse no Templo, para o Lugar Mais santo. Ele geralmente não se ajoelhava. Isto só se fazia em circunstâncias muito especiais, e para suplicar ao Senhor com sinceridade invulgar. Por outro lado, com frequência se prostrava; algumas vezes apenas curvando os joelhos, outras com os joelhos dobrados e estendendo as mãos, outras curvando a cabeça o mais possível e outras ainda atirando-se no chão com o rosto em terra. Era também comum levantar as mãos para o céu em oração: “Possam as minhas mãos levantadas ser como um sacrifício noturno”, disse o salmista. Esta atitude também foi uma das preferidas dos primeiros cristãos, como pode ser visto pelos conhecidos que oravam nas catacumbas. Todavia, não era costume unir as mãos: isto parece datar apenas a partir do quinto século de nossa era, e ter sido proveniente talvez, de Bizâncio ou talvez das tribos germânicas. O verdadeiro crente orava com os olhos baixos, como o publicano do evangelho, algumas vezes batendo no peito:⁷ E geralmente orava em voz alta.

Havia dois tipos estabelecidos para as orações diárias. O primeiro, obrigatoriamente recitado de manhã e à noite, assim como em muitas outras ocasiões, era o famoso *Shema*. *Shema*, ouve! Essa é a primeira palavra. Trata-se de uma profissão de fé, extraída de Deuteronomio:⁸ “Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força. Estas palavras que hoje te ordeno, estarão no teu coração; tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te e ao levantar-te. Também as atarás como sinal na tua mão e te serão por frontal entre os teus olhos. E as escreverás nos umbrais de tua casa, e nas tuas portas”. A oração prossegue por mais dois parágrafos da mesma natureza, repetindo as mesmas afirmações de monoteísmo inflexível e chamando os crentes à observância estrita de sua fé.

A outra oração era mais longa, devendo ser recitada três vezes por dia, e em particular, se não pudesse ser dita em voz alta. Talvez fosse esta a oração que Pedro e João pretendiam recitar no Templo cerca das três horas, como lemos em Atos.⁹ Ela é agora chamada de *Shemoneh Esreh*, as Dezoito Bênçãos: em sua forma presente não é com certeza aquela que Cristo e seus discípulos teriam usado, pois inclui alusões à destruição do Templo e até à seita dos nazarenos; mas suas partes essenciais datam de muito antes e a oração expressa o ideal religioso de Israel com força impressionante e no geral com grande beleza. A *Shemoneh Esreh* faz constantes e insistentes repetições; ela se desenvolve paulatinamente, mas seguro, levando a alma a glorificar o Todo-poderoso, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó, o grande, forte e terrível Senhor que é também o

doador de todas as coisas boas. Foi ele que soprou vida em todos os seres viventes da terra, o ser de quem procede toda sabedoria e santidade. Embora muitos judeus possam ter recitado os seus versos mecanicamente, “como que para livrar-se de uma tarefa aborrecida”, como admite o tratado *Berakoth*,¹⁰ é, porém, admirável que o dia de cada crente pautasse o seu ritmo por essas esplêndidas palavras, e que cada dia fosse assim consagrado a Deus. Os pedidos que se seguiam à oração, pedidos pelo pão de cada dia, graça espiritual e perdão de pecados, restauração de Jerusalém, reunião das tribos e o advento do reino de Deus, são também cheios de significado místico. O Pai Nosso, a mais bela de todas as orações humanas, em sua simplicidade, é uma espécie de *Shemoneh Esreh* purificada e esclarecida, livre de quaisquer associações puramente nacionais, ampliada, a fim de abranger toda a humanidade. Todavia, foi certamente da oração diária dos judeus que ela tomou muitas de suas expressões, inclusive as duas primeiras palavras, que são as mesmas que dão início à décima-oitava bênção.

A CONSAGRAÇÃO DA SEMANA PELO SÁBADO

A mesma intenção de levar o homem até o seu Criador em intervalos regulares de sua vida, sem dúvida associada com outras ideias de natureza social e profilática, deu lugar à instituição do Sábado pela Lei. Devemos lembrar¹¹ que o termo significa o último dia da semana, o nosso sábado. Mas ao pronunciar essa palavra, o judeu sabia perfeitamente que ela possuía um significado muito mais rico, referindo-se ao costume sagrado que era o orgulho de Israel, e que fornecia uma das provas indiscutíveis da presença de Javé entre o seu povo. Uma indicação da importância do sábado na vida judaica é a frequência com que os evangelhos falam dele: a palavra ocorre quase setenta vezes.

O que o sábado representava exatamente? A Bíblia responde a isto em vários pontos: “É sinal entre mim e vós” — entre Deus e o seu povo — um dia separado para Deus, que Israel deveria observar “celebrando-o por aliança perpétua nas suas gerações”, não fazendo trabalho algum, “descansando de toda obra”¹² como o próprio Senhor descansara no sétimo dia da criação. Ao comunicar este mandamento divino ao povo, Moisés acrescentou que qualquer violação do sábado seria castigada com a morte, e o livro de Números realmente narra como um homem foi encontrado apanhando lenha no dia de sábado, tendo sido morto a pedradas, no período em que os israelitas estavam atravessando o deserto.¹³

Existe uma série de relatos muito belos sobre a origem do sábado e sua importância, vários tendo sido preservados no Talmude. A primeira canção do

homem foi um hino sabático, cantado por Adão no sétimo dia quando soube que Deus o perdoara: alguns afirmavam ser este o Salmo 91. Outros se achavam ainda melhor informados e declaravam que foi no “exato instante em que começou o primeiro sábado que o homem foi criado; e que foi num sábado que Israel atravessou o Mar Vermelho ao fugir do Egito. Como todos sabiam, o próprio Javé, continuava a observar o sábado, como se criasse de novo o mundo a cada semana: justamente por isto um conhecido axioma rabínico afirmava: “O Sábado, como a circuncisão, é anterior à Lei”.

Qual seria de fato a verdadeira origem do sábado? “Existem fortes conjecturas a favor de origens pagãs”, diz Jankélévitch,¹⁴ que o associa àquela crença em dias de sorte ou desgraça encontrada entre “todas as nações primitivas e até mesmo naquelas que alcançaram um elevado grau de civilização”. Baron e Lods buscam sua origem na astronomia dos babilônicos: mas o aspecto rigidamente hebdomático do sábado nos dias de Cristo prova que deveria ter havido pelo menos uma reação contra qualquer uso mesopotâmico astral desde que os meses lunares não possuem necessariamente vinte e oito dias, mas algumas vezes vinte e nove e até trinta. Em qualquer caso, foi durante o exílio que o sábado tomou a enorme importância tão conhecida: os judeus na Babilônia, que não tinham mais um Templo para orar a Deus, reuniam-se nesse dia e “se deleitavam no Senhor”, como diz Isaías.¹⁵ Depois da volta à Terra Prometida, eles não só continuaram a observar este costume piedoso como também fortaleceram continuamente os regulamentos que garantiam a sua observação. A partir do período macabeu, o fato de não guardar o sábado passou a ser considerado ofensa grave; e, por outro lado, guardá-lo adequadamente era um ato meritório.

Como o dia judeu começava na noite anterior¹⁶, o sábado tinha início no crepúsculo da sexta-feira. Ele se iniciava legalmente “com a noite”, mas quando esta começava? Quando três estrelas surgiam no céu, replicavam os rabinos. Entre “a primeira e a terceira estrelas”, o *hazzan* subia ao telhado do prédio mais alto da vizinhança, levando com ele a “trombeta do Sábado” do lugar em que era guardada na sinagoga. Devia então soprar duas notas três vezes (alguns disseram seis vezes, mas nem todos concordaram): a primeira tinha o propósito de advertir os trabalhadores dos campos para que abandonassem suas tarefas, a segunda para dizer aos mercadores que fechassem as lojas, e a terceira indicava que chegara o momento de acender a lâmpada; e, no instante em que era acesa a pequena chama amarela, surgia em todas as casas israelitas uma presença religiosa silente. Eles faziam uso de uma graciosa expressão neste sentido: “O sábado começou a brilhar”.

Na sexta-feira, de fato chamada de “dia da preparação”, a casa fora

cuidadosamente limpa, e as mulheres tinham cozinhado todos os pratos que seriam comidos no dia santo — comidos frios, naturalmente, pois não podiam fazer qualquer trabalho doméstico nem cozinhar nesse dia. Uma das marcas características da boa dona-de-casa era jamais esquecer-se de encher a lâmpada do sábado com óleo e suprir-se com aquelas rodas achatadas de pão, com peixe, tâmaras e figos. As pessoas tomavam banho, especialmente se fizessem algum trabalho que se sujasse, como o dos curtidores. No momento em que a lâmpada era acesa eles se sentavam para uma refeição de que fazia parte o vinho e ervas aromáticas e sobre a qual se invocava uma bênção tríplice. Mas depois disso ninguém comia mais nada até depois de sua ida à sinagoga no sábado de manhã: cujo fato explica a fome dos discípulos do Senhor quando arrancaram espigas e as comeram num sábado.¹⁷ Na sinagoga o povo ouvia a leitura e comentário de alguma passagem bíblica; a seguir voltavam para a refeição do meio-dia, também abençoada de maneira especial. Naqueles lugares onde havia uma *Beth ha-Midrash*, uma Casa de Aprendizado, os rabinos e doutores da Lei iam a ela no período da tarde a fim de discutir questões teológicas. O povo jantava cerca das cinco horas, mas não sem ter primeiro abençoado a luz, o vinho e as ervas por três vezes, e a noite continuava até que a trombeta dava o sinal de que o sábado terminara. Nessa hora, mesmo se estivessem em meio à refeição, eles se levantavam, lavavam as mãos e faziam um agradecimento sobre uma taça de vinho: o intervalo sagrado na vida comum, o descanso consagrado, findara.

O sábado era então um dia de oração; mas não se tratava de um dia triste. Nada impedia que os pratos fossem bem preparados ou o vinho de superior qualidade. As pessoas eram mesmo aconselhadas a vestir suas melhores roupas. O homem que trabalhara duro a semana inteira podia sentir o prazer que o próprio Deus sentira ao terminar a criação. Esta a razão pela qual a lei e os seus comentaristas insistiam tanto para que o descanso fosse escrupulosamente observado. De fato, têm-se até a impressão que o verdadeiro significado espiritual do sábado, um período em que os homens deviam colocar-se na presença de Deus, o dia consagrado da semana, estava sendo obliterado pelo seu aspecto legalista e ritual: a essência do mandamento relativo ao sábado, aos olhos de muitos, era aquela parte que dizia que ninguém deveria fazer trabalho algum.

As regras que controlavam este descanso e as condições em que ele devia ser observado foram escrupulosamente estabelecidas. A Bíblia fez mais do que estipular o princípio, ela entrou em detalhes e especificou certos tipos de atividades proibidos no sábado: acender o fogo, por exemplo, ou andar mais de seis estádios. Baseados nessas regras, os rabinos prepararam um código que foi

conservado para nós no tratado *Shabbath*. Havia trinta e nove tipos de atividades proibidas: isto era usado em Israel para o número mais alto possível, quarenta, significando uma quantidade ilimitada.¹⁸ A lista variava desde a sementeira até o transporte de um objeto, incluía atar ou desatar um nó, apanhar qualquer presa e escrever duas letras do alfabeto. Além de regras diretas existiam verdadeiros manuais de conselhos e proibições que eram algumas vezes argumentados, como veremos, com uma sutileza que chegava às raias do excesso bizantino, para não dizer absurdo,¹⁹ sendo não obstante indício de um desejo profundo de conformar-se à vontade de Deus.

A guarda do sábado veio a tornar-se de tal forma rigorosa que os mais sábios entre os rabinos foram forçados a distinguir entre as diferentes espécies de atividades proibidas, a fim de que os desastrosos resultados de uma obediência demasiado passiva pudessem ser evitados. Por exemplo, desde o período dos macabeus, quando mil israelitas preferiram morrer às mãos dos sírios do que empunhar armas e violar o sábado, e desde os tempos do cerco de Jerusalém por Pompeu, quando os defensores abandonaram os muros no momento em que a estrela do sábado apareceu no céu, foi decidido que lutar em defesa própria no dia do descanso era um ato legítimo. Da mesma forma, foi admitido que a observância do sábado poderia ser interrompida em vista de algum dever religioso superior, como a circuncisão ou a celebração de certas grandes festas. Também se permitia que a pessoa ajudasse, no sábado, alguém que corresse perigo de vida, mesmo que fosse um animal: Cristo fala desta concessão.²⁰ Mas os judeus mais rígidos não queriam saber desses subterfúgios diante da Lei, sendo esta uma fonte de discussão perene entre as diferentes escolas de doutores: o regulamento da comunidade dos essênios declara explicitamente que é melhor deixar que um animal ou mesmo um homem se afogue do que violar o sábado.²¹ Nos dias de Cristo se fazia sentir uma reação contra essa extrema inflexibilidade; e de certa forma pode ser dito que ele foi o Líder dessa reação. Os rabinos liberais afirmaram: “o sábado foi dado a ti, mas tu não foste dado ao sábado”²²; Jesus, porém, foi mais direto e, devolvendo ao dia santo seu verdadeiro significado espiritual disse: “O sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado”.²³

Por mais discutível que seja o formalismo das regras ligadas ao sábado, em alguns de seus aspectos, porém esta pausa obrigatória para dedicar-se à oração no final da semana, esse confronto semanal com Deus, colocava um sinal muito particular sobre o Povo Escolhido. “Este dia do reino santo”, como dizia o *livro dos Jubileus*, “quando há descanso de todo trabalho imposto aos homens”: e os judeus sentiam orgulho por ser a única nação do mundo que tinha conhecimento disso. Tratava-se de um fato tão evidente na vida dos judeus que até mesmo os

romanos tiveram de obedecê-lo. Eles o julgavam naturalmente ridículo e Tácito zomba do costume dizendo que essa raça estranha perde a sétima parte de sua vida, ficando completamente ociosa um dia por semana, e tudo isso em honra de Saturno, o que podia ser claramente provado pelo fato de que nesse dia eles não comiam senão refeições frias por causa da frialdade desse planeta.²⁴ Mas se devemos crer em Josefo, o Império Romano não recrutava os judeus para o exército por causa da lei do sábado, com receio que atirassem longe a espada e o escudo ao primeiro toque da trombeta do *hazzan*.

CONSAGRAÇÃO DO ANO PELAS FESTAS

O dia era santificado pelas três orações e a semana pelo sábado; o ano era santificado pelas festas, celebradas em datas determinadas pela Lei. Havia uma variedade delas e poderíamos mesmo dizer muitíssimas festas. Em certas ocasiões seguiam-se umas às outras quase sem intervalo, durante três semanas a fio. No outono, no início do mês de Tisri, por exemplo, o ano novo, os dias de penitência e a Festa dos Tabernáculos ocorrem numa sequência ininterrupta. Essas celebrações não eram como as do sábado: não existe um texto comparável ao *livro dos Jubileus* que acabamos de citar para mostrar que o legislador religioso estava pensando no descanso do homem. O calendário litúrgico criou feriados legais — como aqueles que a Idade Média conheceu. A intenção principal era naturalmente religiosa, na Páscoa ou Festa das Semanas, no *Purim* ou *Yom-Kippur*, o propósito essencial do povo era glorificar, agradecer e agradecer o Eterno, o Único, o Todo-poderoso.

Algumas dessas festas eram celebradas em casa, na família (a unidade religiosa básica), entre amigos, ou no grupo formado por um mestre e seus discípulos, como pode ser visto com Cristo e os doze apóstolos. Mas como tantos aspectos da vida judaica todas elas possuíam um caráter “comunitário” bastante definido. Não era tanto o indivíduo, mas a nação inteira que se voltava para Deus, o seu próprio Deus. Cerimônias públicas tinham lugar em cada uma dessas festividades, correspondendo ao seu significado essencial. Muitas delas davam ocasião a peregrinações em que o judeu piedoso tomava parte com a maior frequência possível.

As peregrinações de Israel dão uma ideia do que Jerusalém podia ser nos grandes feriados, quando um número incontável de pessoas convergia para ela. Os peregrinos vinham de toda parte, não só de cada canto da Palestina, mas também daqueles países distantes em que a Dispersão tinha estabelecido colônias de judeus que ainda permaneciam fiéis; e nos portos de Cesareia e Jope

(particularmente Jope, pois Cesareia era demasiado pagã) agências especializadas desembarcavam carregamentos de peregrinos como os vemos desembarcar hoje em Jida, o porto para Meca, Era comum fazer a peregrinação em pequenos grupos de parentes e amigos: havia muita boa vontade entre os peregrinos, e embora os mais ricos sem dúvida procurassem viajar com o maior conforto possível, seria praticamente impossível para alguém que encontrasse um indivíduo pobre e maltrapilho a bordo do barco ou na estrada perguntar-lhe o que julgava estar fazendo ali. Nas vésperas das festas, todas as estradas que levavam aos portões sagrados ficavam cheias de filas quase intermináveis de caravanas que se encontravam, trocavam saudações e seguiam juntas. Eles não paravam de cantar, inúmeras vezes entoando os famosos salmos da peregrinação ao som de músicas populares: eram os famosos “cânticos dos degraus” que a Bíblia conservou para nós, sendo os mais conhecidos os Salmos 84 e 120134, que todo israelita devia “guardar no coração”. O primeiro falava do grande desejo de fazer a peregrinação: “A minha alma suspira e desfalece pelos átrios do Senhor; o meu coração e a minha carne exultam pelo Deus vivo!” Outros estavam cheios de alegre esperança, e falavam da felicidade do caminho sagrado: “Alegrei-me quando me disseram: Vamos à casa do Senhor!”

Quando os peregrinos chegavam ao “vale árido”²⁵ e a cidade santa surgia à vista, eles bendiziam Javé e proclamavam a glória da cidade, “construída como cidade compacta, para onde sobem as tribos.” E muitos, ao transporem o “limiar das portas”, se prostravam e beijavam o solo sagrado.

Quantos peregrinos havia, por ocasião das grandes festas? Josefo²⁶ diz que na Páscoa, Herodes Agripa ordenou certa vez que lhe enviassem um rim de cada cordeiro sacrificado e recebeu seiscentos mil deles, “contando dez peregrinos em média para cada cordeiro”, diz o historiador sem enrubescer, “isto nos permite calcular o número de peregrinos em seis milhões”. O Talmude mais tarde elevou esse cálculo para doze milhões. Algumas pessoas, calculando quantas pessoas o Templo podia conter, julgou possível reduzir essa cifra a 160.000; mas isto é evidentemente muito pouco, pois o tratado *Pesahim* (Páscoa) afirma que devido às grandes multidões foi necessário repetir os serviços três vezes. Pode ser dito então que cerca de meio milhão de peregrinos iam a Jerusalém na época das grandes festas — cinco vezes a população normal.

Esta é uma característica da vida judaica cuja importância não pode ser exagerada: esta oração comunitária de uma nação inteira, tinha grande influência em promover unidade e coesão. O trabalhador diarista maltrapilho, o eremita em sua tanga, o rico mercador de Alexandria ou Babilônia em seu linho fino, todos se sentiam irmãos durante os dias que passavam nos átrios do Templo. Durante as cerimônias religiosas propriamente ditas, permaneciam ali, ombro a ombro.

Mais tarde, nas ruas apinhadas, “percorriam Sião, rodeavam-na toda, contando-lhe as torres, notando os seus baluartes, observando os seus palácios”,²⁷ para contar aos que tinham ficado em casa tudo o que tinham visto e louvar com eles o Todo-poderoso que ordenara tudo isso.

Essas festas que ocupavam um lugar de tamanho destaque na vida de Israel, datavam da mais remota antiguidade. No início, não passavam sem dúvida de festas naturais, ditadas pelo ciclo do ano e tomadas de empréstimo de civilizações mais antigas da Babilônia e Canaã festas da primavera, da colheita e da sementeira. Mas durante centenas de anos o caráter histórico da religião do Povo Escolhido lhes fora imposto e por muito tempo elas foram celebradas como memoriais dos acontecimentos mais importantes da história sagrada. Várias possuíam uma natureza decididamente, expiatória; sendo que isto também abrangia uma derivação histórica. Como todos sabiam, Israel pecara frequentemente contra o seu Deus e merecera os justos castigos por ele inflingidos à nação: não havia um ato melhor nem mais necessário do que suplicar o perdão do Senhor. A “assembleia de outono” que reunia o povo quando começava o ano novo da Lei, os chamava ao arrependimento e seu único objetivo era suplicar a clemência do Todo-poderoso.²⁸

Os feriados e festas públicas que comemoravam infortúnios passados compunham um calendário completo, tão cheio que não havia um único mês sem uma manifestação religiosa de um tipo ou de outro. Existia nesse calendário uma distinção entre as festas maiores e menores: algumas destas últimas eram simples feriados populares — a festa da tosquia, por exemplo, era uma delas, sendo mencionada já em Gênesis,²⁹ e consistindo numa festa muito alegre e na bênção dos rebanhos, tendo lugar no início do verão. Outro festival muito alegre era o do *Purim*, celebrado no décimo-quarto dia de *Adar*, quase como os europeus celebram o Carnaval, com carros ornamentados e fantasias — isto ainda acontece no moderno estado de Israel. Essa festa se realizava em memória do grande perigo que o Povo Escolhido corria quando Elamã, o perverso ministro do rei Assuero decidiu exterminar os judeus e da sua providencial libertação quando Ester, aconselhada pelo prudente Mordecai, conseguiu convencer o rei que mandou enforcar Elamã. O livro de Ester, que conta a história desses acontecimentos, era lido em voz alta na sinagoga durante esse festival e os ouvintes invariavelmente aplaudiam com entusiasmo. No dia anterior, o décimo-terceiro de *Adar*, os judeus especialmente piedosos observavam outra festa, a de Nicanor, que lembrava uma outra vitória, a de Judas Macabeu sobre o general sírio Nicanor:³⁰ era feita uma fogueira em Modine, na residência dos hasmoneus e mensageiros acendiam tochas e as levavam aos quatro cantos da Terra Prometida.³¹ A festa da Dedicção comemorava um dos

acontecimentos da guerra da libertação, ocupando lugar de destaque na memória de Israel. Judas Macabeu purificou e rededicou o Templo depois dele ter sido profanado por Antíoco Epifanio, e como lembrança desse feito as luzes das casas se acendiam, o povo cantava e dançava nas ruas, tocando harpas e címbalos. Como o profeta Ageu, no segundo capítulo do seu livro, predissera uma purificação especial para o dia vinte e quatro do nono mês, este foi o dia fixado para a festa, correspondendo mais ou menos ao dia 24 de dezembro, a véspera do Natal.

As grandes festas davam lugar a cerimônias muito mais impressionantes. Acima de todas, as “três festas magnas”, as *shalosh regalim*, a Páscoa, o Pentecostes e o Dia da Expição. A mais antiga era a das primícias ou da colheita, chamada de Festa das Semanas, pois Deuteronômio dissera: “Quando a foice começar na seara, entrarás a contar as sete semanas. E celebrarás a festa das semanas ao Senhor teu Deus”.³² Mas o Senhor não dava apenas bênçãos materiais, pois os judeus também celebravam (como ninguém que leu Racine pode esquecer) “o dia célebre em que a Lei nos foi dada no Monte Sinai”.³³ Como Moisés recebera a lei cinquenta dias depois dos judeus saírem do Egito,³⁴ isto é, quase exatamente sete semanas, as duas celebrações naturalmente se combinavam; e com base no termo grego para “cinquenta” a festa recebia geralmente o nome de Pentecoste, quando não usavam o nome judeu, *Hasartha*, ou reunião. Esta era sem dúvida uma celebração que reunia um número extraordinário de pessoas em Jerusalém. Uma festa alegre acima de tudo, consistindo principalmente de oferecimento de pão e sacrifícios; mas induzindo ao mesmo tempo as mentes piedosas a refletirem sobre a revelação de Moisés. Foi no dia de Pentecoste que os apóstolos de Cristo, reunidos para falar de uma revelação ainda superior, foram testemunhas de um milagre que reconheceram como a obra do Espírito Santo: um vento forte, um som terrível, e o aparecimento de línguas como de fogo sobre cada um deles. A partir dessa data o Pentecoste passou a ser a festa do nascimento da Igreja de Cristo.³⁵

A Festa das Semanas era o grande feriado da primavera: no outono, três festas subsequentes ocupavam os primeiros 22 dias de Tisri. No curso do tempo sua ordem parece ter variado, mas na época de Cristo achavam-se assim estabelecidas: a Festa do Ano Novo se realizava no primeiro dia do mês e, a seguir, como vimos,³⁶ começava novamente o ano religioso; no décimo dia comemoravam o *Yom Kippur*, o Dia da Expição; depois, a partir do décimo-quinto dia, a Festa dos Tabernáculos. A primeira durava dez dias e incluía algumas cerimônias esplêndidas, particularmente no primeiro dia: a Bíblia chamou-o de “dia do som de trombetas”.³⁷ Realizava-se uma procissão solene, que deve ter sido uma reminiscência daqueles tempos em que os ancestrais dos

israelitas seguiam a arca da aliança, cantando hinos ao Todo-poderoso: um touro novo, um carneiro e sete cordeiros sem mancha nascidos naquele ano eram oferecidos ao Senhor; sendo a esses acrescentado um bode, um sinal de arrependimento pelos pecados de todos.

O arrependimento era a tônica dos dias que se seguiam, a partir do décimo dia de *Tisri*. Os judeus piedosos no geral se preparavam para essas comoventes cerimônias jejuando, orando, fazendo diversas abluções rituais e até mesmo um retiro. O sumo sacerdote, de sua parte, era obrigado a retirar-se para uma sala especial no Templo, a fim de santificar-se através da oração. O Dia da Expição, *Yom Kippur*, era tão importante que se alguém falasse simplesmente sobre “o dia”, todos sabiam que estava se referindo a esse dia particular. Como é natural, todo trabalho tinha de ser interrompido e o povo jejuava, sob castigo de morte: o livro de Atos refere-se a este período como “tempo de jejum”.³⁸ Acima de tudo, porém, tornava-se necessário mortificar a alma, isto é, ter plena consciência da própria condição desgraçada, e do peso imenso dos próprios pecados. Os ritos desse dia santo, seguidos pelos peregrinos com profunda devoção, eram belos e cheios de mistério. Neste único dia do ano, o sumo sacerdote entrava no lugar Mais Santo do Templo, a fim de purificá-lo com o sangue de um bode e um novilho misturados. Vinha a seguir a estranha cerimônia do bode expiatório. Escolhiam um bode por sortes, dando-lhe o nome de Azazel, dizia o capítulo dezesseis de Levítico, o nome de um espírito maligno. O sumo sacerdote “porá ambas as mãos sobre a cabeça do bode vivo, e sobre ele confessará todas as iniquidades dos filhos de Israel, todas as suas transgressões e todos os seus pecados: e porá sobre a cabeça do bode”. O povo repetia uma oração assim: “Meu Deus, teu povo cometeu muitos pecados diante de ti, muito crimes; mas como está escrito na lei de teu servo Moisés, perdoa todas as faltas em tua misericórdia, neste dia de expiação”. Então o homem indicado para a tarefa de soltar o bode no deserto, corria atrás dele com um chicote, durante alguns quilômetros depois de sair de Jerusalém, até um penhasco, onde era abandonado à sua própria sorte, sendo proibido a todos que o alimentassem ou cuidassem dele. Depois disto, o sumo sacerdote se banhava solenemente e o povo de Deus ficava purificado.

Esses dias sombrios eram seguidos por outros de natureza completamente diversa. Esta era a Festa dos Tabernáculos, de pequenas cabanas ou barracas. A festa como era chamada pelo povo do campo, lembrando que anteriormente ela celebrava a colheita da uva e da oliva. Como vimos,³⁹ era comum morar junto aos bosques de oliveiras e dos vinhedos no tempo da colheita, em tendas ou cabanas feitas de ramos. Portanto, na Festa dos Tabernáculos, toda a região próxima de Jerusalém ficava coberta de barracas e tendas em que os peregrinos e

até mesmo os cidadãos moravam durante oito dias. O significado do rito não podia ser mais claro: lembrava aos judeus o período em que foram “peregrinos sobre a terra”, caminhando pelo deserto antes de chegarem à Terra Prometida. Os que estavam vivendo nos tabernáculos iam todos os dias ao Templo; ali se realizavam sacrifícios e procissões nos pátios, enquanto o povo cantava o lindo salmo 117, esse hino de ação de graças a Deus, o Libertador, que da “pedra que os construtores rejeitaram, veio a fazer a principal pedra, angular”. A cada dia o sumo sacerdote, seguido pelo povo, ia buscar água num jarro de ouro no Tanque, de Siloé e voltava para fazer um alibação com ela no lado ocidental do altar. A noite realizavam uma extraordinária festividade no Templo, no pátio das mulheres: quatro grandes candelabros rituais eram acesos, os músicos levitas com seus alaúdes e címbalos tomavam lugar nos quinze degraus que levavam ao pátio dos homens e ao som de uma trombeta tinha início uma dança com tochas, enquanto o povo cantava. “Neste lugar nossos pais adoraram o sol, mas nós voltamos o rosto na direção do Único Deus”.⁴⁰ Pode ter sido durante esta noite festal que Cristo exclamou: “Eu sou a luz do mundo, quem me segue não andarás nas trevas, pelo contrário terá a luz da vida”.⁴¹

De todas as festas distribuídas através do ano judaico, a mais santa e celebrada com maior fervor era a Páscoa. Com toda certeza tratava-se de uma festa muito antiga, que sucedeu aquelas em que os ancestrais dos judeus ofereciam a Deus as primícias de seu gado e o pão sem fermento feito com as primeiras espigas da colheita. Mas a partir de Moisés ela tomara outro significado: era a festa da libertação, da salvação milagrosa, a festa da fuga do cativeiro no Egito. Dizia o povo que o seu nome, *Pesah* ou *Pesahim*, significava “passagem” ou “travessia”; pode ser que a palavra fosse derivada do egípcio e estivesse ligada com a ideia de lembrança.

Nos dias de Cristo, a Páscoa era celebrada no dia quatorze de *Nisan*,⁴² que correspondia à lua cheia do equinócio de inverno: a data era fixa, portanto, diferindo da Páscoa cristã pois os meses judaicos eram lunares.⁴³ As cerimônias duravam cerca de uma semana, mas as mais importantes tinham lugar no primeiro e segundo dias. Os ritos em sua essência eram os mesmos encontrados no capítulo doze de Êxodo, descrevendo como Moisés ensinou ao povo o que fazer quando o anjo da morte passasse e a fim de que pudessem escapar da terra da perseguição. O cordeiro pascal continuava então sendo sacrificado e o seu sangue espalhado com um ramo de hissopo nas ombreiras e batentes da porta, e o povo ainda comia pão sem fermento e a carne do cordeiro. Não se sabe, porém, com certeza se todos observavam ainda estritamente a regra de que a refeição sagrada deveria ser comida de pé, cada um cingido com sandália nos pés e bordão na mão.

A cerimônia, porém, foi descrita com grande exatidão. Na véspera do décimo-quarto dia de *Nisan* tudo tinha lugar no Templo. Cada homem já escolhera e comprara o cordeiro sem mácula de um ano exigido pela Lei; ele era entregue aos sacrificadores que ficavam na entrada do pátio dos sacerdotes, e um toque de trombeta dava o sinal para cada sacrifício. O sacerdote recolhia o sangue o despejava diante do altar, de onde corria para os esgotos na direção do Quidrom. Esta grande matança era chamada de “preparação para a Páscoa”.⁴⁴ As entranhas e a gordura eram lançadas no fogo e assim, através de toda a semana da Páscoa, um cheiro terrível de carne queimada pairava sobre a cidade. Depois disso o cordeiro sacrificado era levado por seus doadores a fim de ser comido na refeição ritual, que tinha lugar no cômodo superior da casa (cenáculo).

O tratado *Pesahim* nos dá os detalhes mais exatos desta refeição. Os ossos do cordeiro não podiam ser quebrados e a carne precisava ser assada e não cozida. Depois de pronto, primeiramente molhavam pão sem fermento num molho vermelho chamado *hasereth* e bebiam um primeiro copo de vinho com uma bênção, depois recitavam o Salmo 114, que conta como o Povo Escolhido deixou o Egito. A seguir bebiam algumas gotas de água salgada, em memória das lágrimas derramadas por seus ancestrais e então começavam a comer o cordeiro, acompanhado de “ervas amargas”, rábano silvestre, louro, manjerona, timo e manjerição. Mais dois copos de vinho eram bebidos, passando de mão em mão, e o terceiro, tomado com particular solenidade, era chamado de “cálice da bênção”. Neste ponto todos cantavam juntos o *Hallel*, cântico de gratidão, composto dos quatro salmos 113-118: “Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua misericórdia e da tua fidelidade”. Ao cantarem o verso “Bendito o que vem em nome do Senhor”; o quarto copo de vinho, e ritualmente o último, era passado. Tudo isto era obrigatório, a tal ponto que os demasiado pobres para comprarem o cordeiro, o vinho e as ervas os recebiam da comunidade. Mas os ricos podiam continuar comendo e bebendo, contanto que não excedessem os cinco cálices.

A Páscoa era uma festa muito alegre. “É tão saborosa quanto uma azeitona”, disse o Talmude, “e o Hallel deve explodir através do teto da casa”. Um livro gnóstico apócrifo intitulado *Atos de João* chega a descrever os discípulos de Cristo formando um círculo à volta dele e dançando ao ritmo das suas canções. Esse porém era também um período de intensa meditação, quando cada crente podia sentir o elo místico que o ligava ao povo, e que ele também iria libertar-se, livre da única maneira que importa, com a alma libertada do domínio do pecado. Não foi de maneira alguma por acaso que Cristo, usando o pão e o vinho do rito tradicional, desse na última ceia pascal a seus discípulos o sinal de uma

libertação suprema com as palavras: “Este é o meu corpo... este é o meu sangue”.

O ANO SABÁTICO E O JUBILEU

O dia estava marcado com o selo de Deus, assim como a semana e cada mês do ano, mas isto ainda não bastava. A sequência dos anos tinha de ser também marcada por intervalos sagrados. Estes eram arranjados de modo a conformar-se com o prazer dos judeus na ciência dos números,⁴⁵ isto é, baseavam-se no número sete, que consideravam santo. Havia uma pausa sagrada cada sete anos, no final da “semana dos anos”; e outra cada sete “semanas dos anos”: sete vezes sete ou setenta vezes sete transmitia a ideia de infinidade. Um fato de grande importância e que mostra a Lei Judaica sob uma luz bastante favorável é que ambas as pausas possuíam um aspecto notavelmente generoso e caritativo.

Cada sétimo ano era então um ano sabático, isolado dos demais. Isto não se devia tanto às cerimônias religiosas nele contidas, mas às medidas sociais, humanitárias e até econômicas então aplicadas. A Lei requeria que durante o ano sabático os escravos fossem libertados, particularmente os que tivessem sido obrigados a vender-se para pagar suas dívidas.⁴⁶ A Lei também ordenava aos judeus que fossem “generosos com teu irmão”; e alguns rabinos interpretavam isto como uma obrigação de cancelar todas as dívidas, enquanto outros julgavam que ela se referia apenas aos juros. A seguir, e ainda mais surpreendente, a própria terra deveria descansar por doze meses, completamente: não sendo arada, semeada ou ceifada; apenas as estritas necessidades da vida deveriam ser extraídas dela.⁴⁷ Mesmo os frutos da videira e da oliveira eram deixados pelos proprietários, embora os pobres e os animais tivessem direito de comê-los.⁴⁸ nesta regra podemos ver tanto uma intenção caridosa como uma previsão agrícola. Além disso, a Bíblia prometia que o sexto ano, o anterior ao ano sabático, seria farto, e que ninguém teria falta de nada. Esta obrigação parece estranha a um cidadão de nossos dias, mas era respeitada: o Povo Escolhido prometeu formalmente obedecê-la nos dias de Neemias,⁴⁹ cumprindo sua palavra mesmo em tempos de dificuldade, como”, por exemplo, quando a guarnição de Betsura teve de pedir uma trégua ao inimigo porque “foi um ano em que a terra estava em repouso”.⁵⁰ Este costume era de fato excepcional, sendo na verdade único na história e os judeus se orgulhavam muito dele, como diz Josefo. Ele também afirma que até o imperador foi obrigado a desistir de elevar os impostos durante o ano sabático; mas isto não se sabe com certeza. Os romanos, de sua parte, não o reverenciavam; e para Tácito não passava de mais uma prova da ociosidade inata da nação. Uma instituição deste tipo evidentemente provocava

controvérsia e o número de decisões e de legislação no Talmude a esse respeito prova que a sua aplicação estava longe de ser simples. Mas, pelo menos o princípio da libertação dos escravos e do repouso da terra fora estabelecido e isso já era muito.

Quanto ao ano do jubileu, a saber, o ano que se seguia às sete “semanas de anos”, suas exigências se mostravam ainda mais enfáticas. A cada cinquenta anos todos os escravos, sem exceção, deviam ser libertados: toda propriedade vendida pelos pobres aos ricos a fim de pagar seus débitos devia ser-lhes restituída, a um preço regulado estritamente pela Lei. A intenção era muito nobre, e se tivesse sido cumprida Israel ficaria numa posição avançada em relação a todas as demais nações da época com relação à escravatura e ao monopólio da terra; cuja questão representava um grave problema para os romanos, com os seus *latifundia*.⁵¹ Mas a sua aplicação teria causado enormes dificuldades sociais e econômicas, de fato tão grandes que o Talmude nos leva a entender que o mandamento de Levítico não era praticamente cumprido. Pouco mais se fazia além de soar as trombetas por toda a terra “no décimo dia do sétimo mês” do quadragésimo nono ano. As palavras de Deus pelo menos não foram esquecidas: “Não te aproveites do teu próximo; cada um tem a vingança divina a enfrentar; a vingança do Senhor, teu Deus.”

Notas

1. Salmos 1.2.
2. Strack-Billerbeck, p. 390.
3. Salmos 55.18; Atos 10.9.
4. Sobre os equivalentes numéricos, veja p. 338ss.
5. Êx 13.1-10 e 11-16; Dt 6.4,9 e 11.13-21 (sobre os filactérios veja p. 388).
6. Daniel 3.11.
7. Lucas 18.13. Existem muitas passagens no Talmude que declaram ser esta atitude obrigatória (e.g. Peah 5).
8. Deuteronômio 6.4-7; 11.13-21.
9. Atos 3.1.
10. Berakoth 4.4.
11. Sobre os dias da semana, veja p. 211-212.
12. Êxodo 31.13-17.
13. Números 15.32,36.
14. Jankélévitch em seu prefácio à edição francesa da edição de Oesterley ao tratado Shabbath, p. 39 .
15. Isaías 58.13-14.
16. Veja p. 216.
17. Mateus 12.2 e Marcos e Lucas.
18. Deve ser lembrado (p. 192 e 203) que o homem condenado ao açoite, só deveria receber quarenta chicotadas menos uma.
19. Veja p. 469, para os caprichos da legislação sobre o sábado.

20. Lucas 14.5.
21. Veja Daniélou, *Les Manuscrits de la Mer Morte et les Origines du Christianisme*, p. 34.
22. Citado por Stapfer, p. 344.
23. Marcos 2.27.
24. Tácito. *History*, 5.2-4.
25. Salmos 84.6-8.
26. Wars. 2.14 e 6.9.
27. Salmos 48.13-14.
28. Cf. Daniel Barouki: *La Convocation d'Autómne* (1960).
29. Gênesis 31.19 e 38.12.
30. I Mac 1 e 2 Mac 15.
31. Eles acendem hoje um imenso candelabro de sete braços, feito de sete canos de onde jorra o óleo dos poços de Heletz.
32. Deuteronomio 16.9.
33. Primeiros versos de Athalie.
34. Êxodo 19.1-16.
35. Atos 2.
36. Sobre o ano, veja p. 209ss.
37. Números 29.1.
38. Atos 27.9.
39. Sobre a colheita e a vindima, veja p. 267ss.
40. Sukkah, dedicado à Festa dos Tabernáculos.
41. João 8.12.
42. Números 28.16.
43. Veja *Jesus in His Time*, chap. 9, seção "The Holy Week" última nota.
44. Lucas 22.13 e Mateus e Marcos.
45. Veja p. 340-341.
46. Sobre os escravos, veja p. 162-163. Cf. Êxodo 21.7-11 e Deuteronomio 15.12.
47. Levítico 25.4.
48. Êxodo 23.10-11.
49. Neemias 10.32.
50. I Mac 6.49.
51. Levítico 25.8-17.

CAPÍTULO DEZOITO - AS MORADAS DE DEUS

O TEMPLO, O “SANTUÁRIO DA GLÓRIA DE DEUS”

Vamos acompanhar os fervorosos peregrinos, entrar com eles em Jerusalém e segui-los até aquele lugar que é o alvo de sua longa jornada, um objetivo tornado bem claro em suas canções; “Como amo, Senhor a casa em que tu moras, o santuário da tua glória! ... Daria voluntariamente mil de meus dias por um só passado em teus átrios! ... Um só pedido fiz ao Senhor, e quero repeti-lo, permanecer na casa do Senhor por toda a minha vida”. São palavras do salmista que descreve repetidamente a beleza do Templo e o amor que todo judeu piedoso sentia por ele. O edifício esplêndido ficava no centro das necessidades espirituais mais urgentes de Israel, da mesma forma que ficava no centro da parte mais sagrada da cidade santa. De todos os aspectos possíveis, era uma das realidades essenciais da vida do Povo de Deus.

Havia um só Templo. “O Deus Único possui um só Templo”, diz Josefo, “um Templo para todos os homens, como Deus é Deus de todos”.¹ O templo construído pelos samaritanos no Monte Gerizim não passava de um prédio herético, uma abominação aos olhos do Senhor,² e o insignificante santuário levantado por Onias pouco antes em Leontópolis³ (ficou de pé até 73 d.C.) era apenas uma imitação desprezível, tolerada com relutância a fim de não ofender a poderosa colônia judia no Egito. Os únicos sacrifícios válidos eram os oferecidos a Deus no Monte Moriá.

O Templo do Deus Único permanecera ali durante mil anos, no lugar em que Davi e Salomão quiseram glorificar o Todo-poderoso que lhes permitira fazer de Jerusalém a capital do reino recém-estabelecido.⁴ Desde a época de Salomão o Templo ficou de tal forma ligado a cada acontecimento da vida de Israel, feliz ou infeliz, que uma história do Povo Escolhido é praticamente uma história do seu Templo. Em períodos bem remotos, quando surgiu a questão de construir uma morada para Javé, houve a princípio uma certa resistência. Alguns eram de opinião que não havia sentido em destruir os santuários pagãos,⁵ como o Senhor lhes ordenara, simplesmente para construir outros para eles mesmos. O profeta Natã tinha chegado a advertir Davi contra este erro.⁶ “Assim diz o Senhor,” declarou Isaías muito mais tarde, “o céu é o meu trono, e a terra o estrado dos meus pés; que casa me edificareis vós? e qual é o lugar do meu repouso?”⁷ Mas na época em que o Templo já fora construído há dez séculos, permanecendo

como uma instituição nacional e o símbolo da grandeza do Povo Escolhido, esta corrente de opinião extremamente rigorosa não tinha mais qualquer importância. Será que havia ainda alguns recabitas, aqueles reacionários fanáticos, para rejeitá-lo como tinham rejeitado tudo que se relacionasse às cidades?⁸ É também possível que os essênios não o reverenciassem de todo: mas foram os cristãos mais ousados que afirmaram: “não habita o Altíssimo em casas feitas por mãos humanas”.⁹ Enquanto isso, o próprio Jesus, respeitando as tradições de seu povo, ia orar ao Pai no Templo, como teria feito qualquer outro judeu piedoso.

O TEMPLO COMO CRISTO O CONHECEU

O Templo em que ele orou não era o mesmo construído por Salomão, aquele cuja edificação e esplendor são descritos com exatidão no livro de Reis.¹⁰ O Templo de Salomão foi saqueado por Nabucodonosor na ocasião do primeiro cerco de Jerusalém,¹¹ e onze anos mais tarde, em 586 a.C., foi completamente destruído.¹² Não era também o “segundo Templo” que os profetas Ageu e Zacarias insistiram para que Zorobabel construísse depois da volta do exílio: este era muito menos imponente do que a obra-prima de Salomão, mas como um sinal da nação ter voltado a existir e como um centro de resistência do povo ao paganismo, ele tinha um lugar muito especial no coração dos judeus. Judas Macabeu o purificara depois de sua profanação por Antioco Epifânio e o restaurara da melhor forma possível sem conseguir, entretanto, disfarçar seu estado precário, nem sua pobreza, pois se achava praticamente em ruínas. Nada disso. O Templo do evangelho era novo, tão novo que estava sendo ainda construído, tendo sido terminado no ano 64, muito depois da morte de Cristo, mas alguns meses antes de ser destruído para sempre.

Era o templo de Herodes, o “terceiro Templo”, com o qual o déspota idumeu pretendia suplantar o próprio Salomão. Ele dobrara a superfície plana do Monte Moriá construindo grandes plataformas sustentadas por vastas subestruturas; mobilizando um exército de trabalhadores, cujos números variavam de dez a dezoito mil, ordenando o transporte de tonelada após tonelada de materiais e não vacilando diante das despesas, a fim de que a profecia de Ageu, “A glória desta última casa será maior do que a da primeira”,¹³ pudesse ser cumprida por ele. Os judeus a princípio consideraram o empreendimento do tirano como suspeito, mas no final o aceitaram: não fizera ele com que mil sacerdotes aprendessem a construir para trabalharem nas partes sagradas? E os seus arquitetos não tinham organizado tão bem o trabalho que o serviço do Senhor não se interrompera por um dia sequer? À medida que cada parte do velho edifício era demolida, uma parte correspondente do novo era construída.¹⁴

Podemos ter uma ideia bem nítida desta imensa estrutura pela entusiástica descrição de Josefo e através do Talmude; sendo que a impressão geral pode ser extraída de vários e diferentes fatores. Havia algo de babilônico nele, com seus alicerces prodigiosos, seu complexo de pátios, seus vários níveis e a fortaleza Antônia que o flanqueava. Mas o santuário propriamente dito fora construído em estilo greco-romano, mais romano do que grego, e visando o colossal que mais tarde encontraria sua plena realização em Baalbek e Palmira. Com sua colunata, capitéis e frontão triangular, ele é um Heraclion à maneira oriental, com um esplendor inclinado à ostentação. A influência asiática dos governantes helenistas e das capitais da Síria e Anatólia se fazia também manifesta. Uma balaustrada de mármore branco finamente entalhada rodeava o teto coberto de folhas de metal dourado providas de pontaletes brilhantes, a fim de impedir que os pássaros pousassem no local. “Quando o sol nascente bate,” diz Josefo, “parece que é o brilho da neve que vemos no telhado”.¹⁵

De um modo geral, o plano era o mesmo que o do Templo de Salomão, mas Herodes tinha ordenado que o arquiteto-chefe relese os capítulos 40 a 43 de Ezequiel: o profeta descreve neles o futuro templo com exatidão extraordinária, o Templo de Israel restaurado à sua glória, como lhe fora mostrado numa visão por um estranho mensageiro, “um homem cuja aparência era como a do bronze; estava de pé na porta, e tinha na mão um cordel de linho e uma cana de medir”.¹⁶

A entrada se fazia através de portões cortados no muro imenso, passagens profundas cobertas, fechadas por portas duplas em cada extremidade: havia quatro do lado ocidental, o lado da cidade, uma das quais se abria para a ponte do Tiropeon; duas no sul; uma única porta pesadamente fortificada ao norte; duas a leste, uma das quais tinha o nome de Porta de Ouro — remanescentes podem ser ainda observados nas proteções muradas da cidade velha: os fustes das colunas e os capitéis com seus ornamentos arquitetônicos em forma de folhas. Foi por esta porta ou pela de Susã que nosso Senhor deve ter deixado o Templo, durante a semana santa, quando seguiu para o Monte das Oliveiras.

Uma vez atravessadas as portas entrava-se em um imenso pátio retangular, o atual pátio da Mesquita de Omar, que media nada menos de 500 cúbitos no lado mais longo, ou seja, quase 230 metros: este era o pátio dos gentios, assim chamado porque todos podiam entrar nele, homens e mulheres dos goyim, os incrédulos, e até mesmo hereges, pessoas excomungadas, os que estavam de luto e os ritualmente impuros. Este “templo externo”, como Josefo o chama, era de fato um lugar público, equivalente ao foro de Roma ou à Ágora de Atenas. As pessoas entravam ali para falar sobre assuntos importantes ou simplesmente conversarem, para passear, passar o tempo ou fazer negócios; mas era proibido entrar com um bordão, usando sapatos sujos ou com dinheiro “imundo”; também

não se permitia cuspir no chão. Ao longo das paredes podiam ser vistos pórticos, calçadas protegidas do sol e da chuva. Suas colunas tinham no geral 10 metros de altura, com os telhados de cedro e o pavimento de pedra colorida. Os pórticos em questão eram famosos pela sua beleza: a colunata oriental, chamada de Pórtico de Salomão, possuía uma fileira tripla de 268 pilares, dando para um vista magnífica do Monte das Oliveiras, e do Vale do Quidrom. O do sul, chamado de Pórtico Real, se compunha de três naves, com a central elevando-se a uma altura de 28 metros sobre esplêndidas colunas coríntias: sua inspiração era inteiramente grega, e digna de sua origem. Eram esses os famosos pátios do Templo, que ressoavam com as discussões dos doutores da Lei, o clamor dos vendedores de pombas e pardais para o sacrifício oferecido pelas mulheres depois de darem à luz ou pelos leprosos curados, e dos cambistas que ofereciam aos peregrinos moedas ritualmente purificadas em troco de seu dinheiro pagão. O som era contínuo; e bem à mão, junto às portas, os vendedores de animais para os sacrifícios mantinham sua mercadoria mugindo e balindo. A ira de Cristo diante desse espetáculo na própria soleira da casa de Deus é muito fácil de entender.

Em meio a esse ambiente de feira ficava o santuário propriamente dito, correndo de leste para oeste e situado vários metros acima do pátio dos gentios. Um plano excelente se achava por trás disso, a ideia de um progresso ascendente, uma subida para aquilo que é mais santo. Havia diversos níveis e para passar de um para o outro era necessário subir uma escada: o nível mais alto de todos era o Lugar Santíssimo. Quinze degraus separavam então o pátio dos gentios da parede externa do santuário: aqui, gravada numa balaustrada, se via a repetida inscrição (dois exemplos foram encontrados) em latim e grego, proibindo solenemente os pagãos de prosseguirem: “Quem quer que fizer isso será morto e somente ele será responsável pela sua morte”. As treze portas que se abriam para o Templo propriamente dito, só davam entrada aos judeus: todas elas eram magníficas, mas havia uma mais esplêndida que as outras e sua decoração ganhara para ela o nome de Porta Formosa.¹⁷ Outras distinções podiam ser ainda feitas: as mulheres só podiam entrar no primeiro pátio, embora houvesse ali de fato bastante espaço, pois media nada menos que 60 metros de comprimento. Ali se encontravam os treze recipientes para as ofertas, chamados de “trombetas” devido à forma de sua abertura.¹⁸ o povo atirava neles os seus siclos para as despesas do Templo — madeira e incenso, por exemplo, ou como oferta de agradecimento. A viúva pobre que não deu apenas do que lhe sobrava mas “tudo o que tinha”¹⁹ e a quem Cristo citou como exemplo, deve ter estado ali. Nos quatro cantos do pátio das mulheres havia quatro “aposentos”, isto é, pequenos pátios usados pelos nazireus²⁰ e os leprosos curados, assim como para

a lenha do altar, o vinho e o óleo.

Dali, uma linda escadaria de quinze degraus baixos e curvos levava ao pátio dos homens, ou ao átrio dos israelitas: a porta que se abria para ele era especialmente magnífica — a famosa Porta de Nicanor, que um judeu alexandrino imensamente rico doara ao Templo devido a uma promessa que fizera durante um naufrágio. A porta fora construída inteirinha de bronze, sendo tão pesada que havia necessidade de vinte homens para abri-la: o som de sua abertura era o sinal de que o dia começara para o povo de Jerusalém. Este pátio era uma faixa longa e estreita de cerca de 4,5mx60m que podia ficar desagradavelmente apinhado durante as grandes, celebrações; seu único propósito era separar os homens das mulheres durante os cultos, marcando assim a superioridade masculina nas questões religiosas. Elevado acima desta faixa por apenas três degraus e separado dela por uma balaustrada estreita ficava o pátio dos sacerdotes, o início da área verdadeiramente sagrada. O sumo sacerdote abençoava o povo da pequena escadaria no centro da balaustrada.

Este era o último recinto cercado, muito amplo, tendo cerca de 60m por quase 90m: numa das suas extremidades ficava o prédio sagrado, com sua imponente colunata, o frontão arrojado e, bem acima, as pontas douradas do telhado. Ao norte e ao sul desse pátio se achavam vários salões cobertos, especialmente o famoso Salão da Pedra lavrada em que se reunia o Sinédrio,²¹ e o da fonte, de onde era tirada a água para as abluções rituais. Havia ainda outros que serviam de depósito para a lenha e o incenso e alguns usados como estábulos para animais a serem sacrificados, um deles tinha até mesmo o nome de matadouro. Que aparência notável essa corte sagrada deve ter tido! Aqui, como no Templo de Salomão, se viam o grande lavatório e o altar das ofertas queimadas. Este se compunha de um bloco quadrado enorme, de 1 m x 14m, feito de pedra não-lavrada, com os cantos na forma de chifres e todo um sistema de esgotos para transportar o sangue dos sacrifícios. Ali ficavam eles, os animais oferecidos a Javé, amarrados aos oito pilares de cedro, aguardando para serem empurrados rampa acima até o nível em que a faca sacrificial os esperava. Mugiam e baliavam, abalroando-se mutuamente, e algumas vezes resistiam. Uma vez mortos, eram levados até as mesas de mármore onde os cortavam em pedaços, sendo as entranhas atiradas a um fogo sempre aceso. É difícil para nós imaginar uma cerimônia religiosa acompanhada por tal carnificina, um serviço em que o perfume do incenso se misturava com o cheiro forte dos animais acabados de serem destripados e o odor repugnante da gordura queimando.

Mas o Templo em si apresentava um contraste absoluto com o tumulto sangrento do pátio dos sacerdotes. Achava-se situado num nível ainda superior, no alto de mais doze degraus; e assim, ao todo, entre o pavimento do Templo

propriamente dito e o do pátio dos gentios havia uma diferença de quase 15m de altura. A colunata do Templo tinha 30m de altura por 45m de largura, ou cem cúbitos. Não existiam portas, mas um pórtico, e foi acima deste que Herodes desejara colocar um águia de ouro, cujo ato provocou furioso tumulto.²² No momento em que se tinha acesso ao Templo o ruído exterior desaparecia; a mente mais obtusa sentia a proximidade do divino. A seguir vinha a grande porta que dava para o santuário, feita de cedro e coberta de ouro, com aquela famosa videira de ouro sobre ela que fez os romanos zombarem dizendo que Baco era o verdadeiro deus de Israel. Esta porta ficava aberta durante o dia inteiro, mas uma cortina esplêndida, bordada ao estilo babilônico, cobria sua entrada: foi sem dúvida esta cortina ou véu que se rompeu de alto a baixo no momento em que Cristo morreu, como narrado no livro de Mateus,²³ sendo esta pelo menos a opinião de Jerônimo e Orígenes. Só os sacerdotes oficiantes, em serviço, tinham o direito de afastar o véu e entrar no lugar sagrado.

O lugar sagrado: o foco da atenção, da expectativa e dos pensamentos dos fiéis. Ele primava pela simplicidade: uma espécie de galeria comprida apainelada de cedro e cipreste, madeira incorruptível, e cercada de aposentos, três andares deles, escritórios e alojamentos, 38 ao todo. Dividia-se em dois por meio de outra cortina, um segundo “véu do Templo”, ou seja, por um sistema de cortinas sobrepostas que frustravam todo olho ímpio. A primeira parte, bem iluminada por janelas gradeadas, era o hekal, o lugar santo propriamente dito: ali ficava a mesa para o pão da proposição, o famoso candelabro de sete braços que as legiões de Tito levaram como pilhagem de guerra e que pode ser visto esculpido num arco triunfal em Roma, e o altar do incenso coberto de ouro, onde colocavam incenso duas vezes por dia. O segundo, quase escuro, perpetuamente silencioso, era o debir, o local sacratíssimo, tradicionalmente chamado de *qadosh haqedoshim*, o Lugar Santíssimo, ou o Santo dos Santos. Este, naturalmente, apresentava-se completamente vazio, sem qualquer estátua, símbolo, nem qualquer outra coisa senão a rocha nua, o “umbigo do mundo”, sobre o qual o supremo sacerdote, com o coração batendo forte por achar-se frente a frente com a presença invisível, colocava o incenso, num único dia no ano, o Dia da Expição.

Assim construído, o Templo do Deus Único constituía com certeza uma das obras de arquitetura mais portentosas da época, despertando infinda admiração por parte dos judeus. Os próprios discípulos de Cristo dão testemunho disto.²⁴ Josefo se alonga quase interminavelmente sobre o seu esplendor, e a Carta de Aristéias, um dos livros apócrifos dos dias de Jesus, falando de uma embaixada que o Faraó enviou ao supremo sacerdote, conclui que o Templo era ainda mais belo que os monumentos egípcios. “O homem que não viu o Templo de

Herodes”, disse um rabino da Babilônia, “não tem ideia do que seja realmente um belo edifício”.²⁵ Todavia, o que mais pode ser dito do que aquilo que a própria Bíblia disse, palavras que permanecem eternamente verdadeiras: “Mas, de fato habitaria Deus na terra? Eis que os céus, e até o céu dos céus, não te podem conter, quanto menos esta casa que eu edifiquei”.²⁶ Mas Salomão também orou para que os olhos do Todo-poderoso “estejam abertos noite e dia sobre esta casa, sobre este lugar, do qual disseste: O meu nome estará ali; para ouvires a oração que o teu servo fizer neste lugar. Ouve, pois, a súplica do teu servo e do teu povo Israel, quando orarem neste lugar; ouve no céu, lugar da tua habitação; ouve, e perdoa”. O lugar em que Deus dá audiência aos homens: que coisa mais elevada pode ser dita sobre o Templo de Jerusalém?

O TEMPLO: SEUS CULTOS E SEUS SIMBOLISMOS

Milhares de sacerdotes desempenhavam suas funções no belíssimo edifício, e nos seus pátios reuniam-se dezenas de milhares de fiéis. O que faziam ali? Por que iam para lá? O saltério dá a resposta. “Entrarei na tua casa com holocaustos”, diz o Salmo 66, “pagar-te-ei os meus votos, que proferiram os meus lábios, e que, no dia da angústia, prometeu minha boca. Oferecer-te-ei holocaustos de vítimas cevadas, com aroma de carneiros: imolarei novilhos com cabritos.” E o Salmo 138: “Prostrar-me-ei para o teu santo templo, e louvarei o teu nome, por causa da tua misericórdia e da tua verdade, pois magnificaste acima de tudo o teu nome e a tua palavra... O que a mim concerne o Senhor levará a bom termo; a tua misericórdia, Ó Senhor, dura para sempre; não desampares as obras das tuas mãos.” Sacrificar e orar, essas as razões da ida ao Templo. O culto cristão iria manter esses dois elementos básicos, mas transformaria o aspecto ainda material do sacrifício santo de Israel em espiritual e sobrenatural.

Devemos confessar que o lado menos atraente do culto no Templo para nós consiste nesse sacrifício e holocausto sangrento. Sua mais surpreendente característica nos deixa com a impressão de uma carnificina prodigiosa e o fluxo incessante do sangue dos animais. Todavia, nesses sacrifícios podemos perceber dois significados antiquíssimos, ou seja, intenções: o sacrificador agradece a Deus, oferecendo-lhe parte daquelas coisas que a bondade dele lhe concedeu, ou paga um pecado, redimindo-o, privando-se voluntariamente de algumas dessas coisas boas. Mas, ao mesmo tempo, o crente, ou a nação crente, desde que havia sacrifícios coletivos além dos pessoais, mostra o seu desejo de unir-se à divindade: o trato, a aliança entre Deus e Abraão foi confirmada por um sacrifício. Não havia, portanto, qualquer festividade de porte sem o seu

sacrifício. Era obrigatório apresentar-se e fazer um deles em inúmeras ocasiões da vida comum, a fim de alcançar perdão de um pecado, remover a impureza ritual, ou agradecer. Os sacrifícios eram todos classificados: havia os com sangue ou sem sangue, sendo os primeiros de acordo com o valor da criatura a ser sacrificada — pombos ou pombas, cordeiros, bodes e carneiros, e finalmente novilhos. Quando se tratava de um sacrifício expiatório, a maior parte da carne do animal era deixada para os sacerdotes e levitas. Entre os sacrifícios sem sangue, geralmente associados com os outros, os principais eram os de farinha, oferecidos em forma de um bolo amassado com óleo, e ofertas de arômatas, uma mistura de incenso, ônix, estoraque e gálbano, que queimavam todos os dias sobre o altar do incenso. Como seria de esperar, um ritual extraordinariamente exato governava os sacrifícios em seus menores detalhes, a escolha dos animais, suas qualidades, a fabricação do pão da proposição e do incenso. Uma mancha marrom na cabeça do cordeiro o desqualificava como oferta-queimada: a massa do sacrifício de farinha não podia conter qualquer sinal de fermento. A Bíblia contém inúmeras dessas regras e os rabinos haviam produzido enormes comentários sobre elas.

Isto significa que a piedade dos judeus se satisfazia em observar simplesmente formas? Esse seria um julgamento demasiado superficial e injusto que reduziria a religião de Israel a uma espécie de troca de favores com Deus. Havia sem dúvida judeus, como os há cristãos, que supunham que o seu sacrifício lhes dava um tipo de direito sobre a Providência; mas o verdadeiro significado do sacrifício é o de uma oração e uma súplica. Através dos séculos os maiores profetas afirmaram repetidamente que o aspecto material da oferta queimada não importava para Deus; o terrível Isaías chegou a dizer que ele o detestava: o homem para quem o Senhor olhava com agrado era o de coração humilde e contrito, que tremia às palavras do seu Criador. Jacó foi salvo pelos seus sacrifícios ou pelo seu arrependimento e orações angustiadas? Aquela religião interior que estivera progredindo em Israel por centenas de anos, não podia ser separada do aspecto sacrificial da adoração: ela dava ao sacrifício o seu verdadeiro sentido. Os rabinos insistiam neste ponto. Um deles chegou a exclamar: “A honestidade e a injustiça me são mais caras do que o Templo!”²⁷

Muitos adoradores, porém, não iam apenas para oferecer sacrifícios, mas para orar: Renan se engana quando diz que não existia um oratório, um lugar de oração, no recinto do Templo. Por mais surpreendente que possa parecer, devemos pensar no Templo e seus pátios como um lugar onde podiam ser vistos vários crentes de pé, a apenas alguns passos das mesas dos cambistas e dos vendedores dos cordeiros sem defeito, profundamente mergulhados em meditação ou oração, sem tomar consciência de quem se achava ao seu lado,

movendo os lábios, com os braços levantados ou os corpos curvos, prostrados. O fariseu e o publicano em Lucas,²⁸ assim como o idoso Simeão que José e Maria encontraram no pátio quando foram ao Templo para a purificação da jovem mãe, faziam isso, e também muitos outros. De manhã bem cedo, no momento em que o som atoador da Porta de Nicanor se fazia ouvir, muitos fiéis corriam para o Templo a fim de recitar o shema olhando para o santuário do Senhor. Ao cair da noite muitos voltavam para a “oferta noturna”. Além disso, os próprios sacerdotes faziam entrar o povo, tornando-o parte das cerimônias religiosas: de manhã, após o sacrifício diário de um cordeiro, o sacerdote chegava até os degraus que ficavam acima do pátio dos homens de Israel, recitava o shema em voz alta e a seguir lia uma passagem da Lei. Às três da tarde havia um breve serviço no mesmo lugar, durante o qual o sacerdote proferia uma fórmula curta e bela de bênção sobre o povo, tirada do capítulo seis de Números: “O Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; o Senhor sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz”.

O Templo era então o lugar dos sacrifícios públicos e particulares do Povo Escolhido e o centro de oração. Mas isto não era tudo de modo algum, pois também era a sede do Sinédrio,²⁹ essa administração política, religiosa e judicial, ao mesmo tempo repositório da tradição e faculdade de teologia. Era também a sede da administração financeira que controlava as imensas somas resultantes dos impostos religiosos³⁰ e das ofertas do povo. Um dos tratados do Talmude afirma que o ouro do Corban, o tesouro sagrado, “enchia três grandes recipientes ocultos na parte subterrânea do Templo depois de cada coleta”.³¹

A importância do Templo era porém tão grande nos dias de Cristo como o fora anteriormente? Talvez não. É certo que continuava sendo reverenciado: expulsando os mercadores dos seus pátios, o próprio Cristo mostrou claramente quanto ele respeitava a casa do Pai. O Templo tinha o seu próprio ramo de teologia, como o lugar da presença divina e a prova da escolha do povo eleito, um ramo muito destacado pelos rabinos. Havia até mesmo um simbolismo concentrado no Templo, e a literatura apócrifa, Josefo e Filo nos dão uma ideia geral a respeito: o Templo era o centro do mundo; era também a imagem do mundo, e seus pertences representavam os atributos de Deus. Essas teorias se baseavam em grande parte nas visões cósmicas de Ezequiel. Foi dito muito bem³² que o “Sinal do Templo”, juntamente com a Aliança, era uma das realidades essenciais das Escrituras, e uma daquelas pelas quais elas podiam ser compreendidas. Os judeus da era de Cristo tinham conhecimento deste fato e lhe davam a maior importância. Isto fica perfeitamente claro, pois uma das mais graves acusações contra Jesus era a de que ele teria dito: “Destruí este santuário, e em três dias o reconstruirei”³³ palavras que na sua boca davam a ideia maior do

Templo do que aquela já formada pelos judeus, pois ele estava comparando o esplêndido edifício ao seu próprio corpo, a habitação muito mais manifesta do espírito divino. No entanto, essas foram palavras em que os seus juizes nada puderam distinguir senão blasfêmia.

Foi perguntado, porém, se na época de Cristo esta reverência e afeição pelo Templo não estava diminuindo gradualmente, mesmo entre os judeus mais conservadores. Todas as formas exteriores de adoração ainda continuavam: mas será que o seu significado era o mesmo?

Quando, mais tarde, o templo foi ameaçado, grande número de fiéis deu a sua vida para defendê-lo: mas, será que estariam lutando por algo mais do que um passado já desvanecente? Viria a ocasião em que o Templo material seria destruído, mas apesar disso a religião judaica permaneceu viva, quase sem que houvesse um culto de adoração no sentido de serviços organizados; uma religião mais concentrada na observação da Lei do que nos sacrifícios, pois durante os séculos anteriores uma outra organização religiosa passara a existir, não oposta ao Templo, mas paralela a ele; uma organização cuja importância mostrou-se desde então primordial.

Josefo, falando dos estranhos sinais e indícios que apareceram antes da destruição de Jerusalém, descreve um deles — Tácito também alude ao mesmo³⁴ — de grande significado: “No dia da festa chamada Pentecoste, quando os sacerdotes entraram à noite no Templo interior para oferecer seus sacrifícios, a princípio sentiram o lugar mover-se e tremer e depois ouviram uma voz dizendo: ‘Partamos daqui’. Assim o Deus de Israel, anunciando a sua partida, declarou ao povo que desde aquele momento não permitiria que paredes de pedra o encerrassem”.

A SINAGOGA: DE FORMA ALGUMA UM TEMPLO

A organização religiosa que tomara tanto vulto era aquela reunião, aquela assembleia (assembleia é o significado do nome pelo qual geralmente a chamavam), que já vimos desempenhando um papel considerável na vida administrativa e judicial dos judeus e até mesmo em sua educação: a *beth ha-keneseth*, a sinagoga.³⁵ Essas eram porém apenas as suas funções secundárias: a sinagoga governava com certeza a vida diária de seus membros, nomeava os magistrados locais, determinava a educação das crianças e até constituía em si mesma uma pequena universidade para o povo; mas fazia isso por ser primariamente uma *beth ha-tefillah*, uma casa de oração, onde os homens se reuniam para ouvirem Deus falar mediante as palavras da sua Lei.

Qual a origem da sinagoga? O ponto de vista mais comum é que ela teve

início durante o exílio na Babilônia, como um substituto para a adoração no Templo, e que Esdras a introduziu na Palestina ao voltarem para lá. Outros julgam ter sido idealizada por Esdras e Neemias a fim de fortalecer o seu governo. Segundo alguns rabinos e eruditos recentes, entretanto, a sinagoga é muito mais antiga, remontando a uma época anterior à destruição do Templo por Nabucodonosor, as reformas de Josias, ou até mesmo aquelas “missões de levitas e sacerdotes” que saíam nos dias do rei Josafá para ensinar a Lei em todas as cidades de Judá, como lemos na Bíblia.³⁶ De todo modo, existem papiros que provam a existência de sinagogas no Egito no terceiro século a.C., e Josefo menciona uma em Antioquia sob os descendentes de Antíoco Epifânio.³⁷ É portanto grandemente provável que no período em que o Senhor frequentava a sinagoga de Cafarnaum para tomar parte nas orações e leituras tradicionais, a Palestina e toda a Diáspora já se achassem há séculos habituadas a essa instituição que deu ao judaísmo sua característica particular até os dias atuais.

Cada vila tinha sua sinagoga e cada cidade possuía várias. Qualquer judeu podia edificar uma ou, caso preferisse, transformar sua casa em sinagoga. As associações de classe, comerciantes ou profissionais liberais tinham a sua, como na Idade Média as sociedades possuíam suas igrejas e capelas particulares. Os judeus da Diáspora construíram sinagogas especiais em Jerusalém, e se reuniam nelas quando de suas peregrinações. O livro de Atos menciona algumas delas como as sinagogas dos Libertos, dos Cireneus, dos Alexandrinos e dos da Cilícia e Ásia³⁸ — muito semelhantes as igrejas dos estrangeiros em Roma: a igreja francesa de São Luiz, por exemplo, ou a dos espanhóis de São Tiago. Foi dito que existiam cerca de 400 a 500 sinagogas em Jerusalém, algumas dispostas em fileiras. As mesquitas, no mundo maometano, muitas vezes também não guardam qualquer proporção ao número de habitantes de uma cidade.

O nome “sinagoga” representava tanto a congregação quanto o lugar de reunião: da mesma forma a igreja, a *ecclesia* ou assembleia, se congregava em um prédio religioso que tomava o mesmo nome. Na medida do possível, a sinagoga ficava num lugar alto da cidade ou vila, pois, como diziam os rabinos, “ninguém devia morar acima da sinagoga”. Ao mesmo tempo, eles faziam o possível para localizá-la próximo a uma fonte de água fresca, a fim de facilitar as abluções rituais. Nos Atos vemos Paulo em Filipos e Macedônia saindo “da cidade para junto do rio, onde nos pareceu haver um lugar de oração”.³⁹

A arquitetura da sinagoga era simples e adaptada ao estilo local. O prédio consistia em essência de um salão retangular, com colunas que o dividiam em três naves e suportando uma galeria que o rodeava, reservada sem dúvida para as mulheres. O prédio tinha três portas e uma escadaria na frente. As sinagogas mais importantes, como a de Cafarnaum por exemplo, que foi escavada, embora

seja uma construção feita cerca de 200 anos após aquelas que o Senhor teria visto, possuía um pórtico coberto de um dos lados, com água para as abluções correndo para um receptáculo no centro do local. Apoiados contra a parede externa da sinagoga viam-se pequenos aposentos usados para a escola ou para alojar peregrinos. A decoração das sinagogas era também muito simples: podiam ser palmas pintadas no emboco ou estuque, a estrela de cinco ou seis pontas, e o candelabro de sete braços. Nos dias de Cristo, a proibição mosaica contra a representação de figuras humanas ou de animais continuava sendo observada, embora mais tarde tenha caído em desuso.

Como a sinagoga não era de forma alguma um lugar de adoração, no sentido estrito da celebração sacerdotal de um culto, ela não continha um altar (como nas mesquitas). Num recinto semelhante a uma pequena capela, fechada por uma cortina ficava a caixa sagrada, a *tebah*, que possuía também o nome bíblico antigo de *aran*, a arca.⁴⁰ Nela se encontravam os rolos preciosos, a Lei e o *Sepharim*, conservados numa caixa de couro e envolvidos em linho. Ao lado deles se achavam as trombetas usadas para anunciar os jejuns e feriados, e lâmpadas acesas queimavam diante dela dia e noite. Havia uma plataforma ou púlpito para o leitor que, voltado para Jerusalém, comentava sobre o texto sagrado. A congregação ocupava bancos ou banquetas e a competição para conseguir um lugar nas primeiras filas era grande. “Amam o primeiro lugar nos banquetes e as primeiras cadeiras nas sinagogas”, zombou Cristo dos fariseus.⁴¹ O povo chegava cedo para ocupar seus lugares e alguns até subornavam o *hazzan* a fim de reservá-los. Antes do serviço o ar era geralmente aspergido com hortelã, a fim de ser purificado.

As reuniões e atividades subsidiárias da sinagoga ficavam sob a direção de um pequeno comitê, sendo este inteiramente democrático: um conselho de dez anciãos, tradicionalmente chamados “os fundadores”, elegiam um homem como “administrador da sinagoga” e às vezes três deles.⁴² De qualquer forma havia um presidente, um verdadeiro líder, como Jairo em Cafarnaum. A igreja primitiva adotou este sistema. O líder e o conselho decidiam quanto à admissão de prosélitos, cuidavam da administração financeira da comunidade, nomeavam os juízes locais e professores e arbitravam no caso de conflitos entre os membros da congregação. O *hazzan* era o seu faz-tudo: servo, sacristão, bedel, zelador, executor das sentenças e, no caso de não haver mestre-escola, professor. Era um homem indispensável e sabia disso. Ocupava posição de destaque na comunidade. As sinagogas mais ricas tinham também empregados de um nível inferior: professores, coletores de esmolas, pregoeiros (trombeteiros). De forma geral, porém, os membros da congregação realizavam essas tarefas, assim como

providenciavam o pessoal para officiar nos cultos.

OS CULTOS NA SINAGOGA

Os cultos também eram marcados pela sua simplicidade. A sinagoga abria três vezes por dia para os que desejavam orar, quando recitavam o *Shema* e o *Shemoneh Esreh*. No segundo e quinto dias da semana (isto é, nossa segunda e quintas-feiras), que eram dias de feira e quando os juízes pronunciavam seus julgamentos, realizava-se uma reunião mais importante, em que os homens do distrito eram lembrados das verdades da Lei. O dia principal era, porém, o sábado, quando todos os membros abastados da comunidade assistiam ao maior culto da semana. Três homens, ou até mesmo um, bastavam nos outros dias, mas no sábado o culto exigia sete oficiantes; sendo cada um chamado por sua vez pelo *hazzan*. A presença de dez israelitas era necessária na congregação antes que uma assembléia fosse considerada como completa debaixo da Lei.

Não havia absolutamente nada neste culto que lembrasse de qualquer forma o culto do Templo: ele nada apresentava de sacrificial. O costume estabelecera a ordem de sua realização, sendo esta praticamente invariável. As orações vinham em primeiro lugar: a congregação, de pé e voltada para Jerusalém, recitava o *Shema* e o *Shemoneh Esreh*; ou seja, um homem, de pé diante da arca, os recitava em voz alta enquanto a congregação orava em silêncio e depois respondia em conjunto ao Amém que marcava a participação de suas almas nas palavras sagradas e sua concordância com as mesmas. Qualquer dos fiéis podia fazer este trabalho importante uma vez alcançada a maioria segundo a Lei, uma vez que se tornasse um homem do ponto de vista religioso, com a idade de treze anos.⁴³ É bastante provável que nosso Senhor tenha orado assim entre o seu povo. Depois das orações vinha o ponto alto do culto, a leitura da Lei. O *hazzan* tomava o rolo santo da arca e de seus dois envoltórios, entregando-os ao primeiro dos sete leitores. Eles precisavam fazer uma leitura fiel, sendo proibido proferir mais do que um versículo de memória. O texto se dividia em justamente 153 partes, a fim de que o Pentateuco inteiro fosse lido em pouco menos de três anos. (Foi só mais tarde, e na Babilônia, que essas divisões aumentaram o triplo, de modo que toda a Lei pudesse ser lida no período de um ano). O *hazzan* ficava de pé, ao lado do leitor e no caso deste cometer um erro, ele o corrigia. Quando o *hazzan* via aproximar-se uma passagem que poderia chocar os ouvintes ou fazê-los rir, ele interrompia a leitura. Cada verso, depois de lido em hebraico era traduzido para o aramaico, a fim de que todos pudessem compreender. Os leitores tinham permissão para comentar o texto lido; sendo que para isso no

geral se assentavam. Os comentários podiam tomar a forma de uma homília ou uma explanação, uma *midrash*, cujo comprimento variava segundo o orador.⁴⁴ Alguns comentaristas alcançavam grande reputação, como os grandes pregadores de hoje, sendo muito solicitados nas sinagogas: Jesus e Paulo, mais tarde, deveriam estar certamente entre eles.

Além desse núcleo principal do culto existiam vários elementos que podiam diferir de sinagoga para sinagoga, constando de leituras e orações adicionais, semelhantes às do último evangelho, e orações abaixo do altar, que no curso do tempo foram acrescentadas aos cultos. Um dos leitores lia então a “lição da Lei” que sempre extraíam dos profetas. Do homem que fazia isto dizia-se: ser o *maphtir*, ou realizar o *maphtir*: foi assim que o Senhor realizou o *maphtir* certo dia na sinagoga de Nazaré.⁴⁵ O leitor citava no máximo três versículos, escolhidos de antemão e sobre os quais meditava — o Senhor citou dois — e depois os comentava. Assim também é muito comum no púlpito cristão, começar um sermão com um texto bíblico que é a seguir desenvolvido e comentado. O comentário sobre os profetas na sinagoga era obrigatoriamente feito em aramaico.

No final, o homem que havia recitado as primeiras orações voltava ao lugar diante do *tebah* para dizer a última oração. Esta terminava com uma bênção, que precisava ser dita sem qualquer pausa e sem tomar fôlego. Ao que parece, em algumas sinagogas, neste estágio o povo cantava seguindo o livro de Salmos, essa famosa coleção bíblica que se tornou o livro dos cânticos religiosos das comunidades judias, como viria a ser da igreja cristã.

Ao sair, cada pessoa dava esmolas aos coletores encarregados dos pobres, e como eram aceitos donativos em espécie em lugar de dinheiro, a entrada e o pórtico da sinagoga ficavam cheios de mercadorias variadas. O culto inteiro durava cerca de uma hora.

Não se pode subestimar a importância da sinagoga e seu significado na vida de Israel nos dias de Cristo. O que a câmara municipal e a igreja representavam para a cidade medieval, a sinagoga representava para os judeus. Todos sem exceção iam à sinagoga para resolver todo e qualquer negócio administrativo e legal e não só para os cultos. Ser expulso da sinagoga constituía uma desgraça. Como observa o apóstolo João, quando a crença em Cristo começou a espalhar-se e inquietar os judeus, eles “já haviam assentado que se alguém confessasse ser Jesus o Cristo, fosse expulso da sinagoga”.⁴⁶ Através de toda a Diáspora, foi a sinagoga que assegurou a união da comunidade israelita, manteve viva a fé e impediu que os crentes fossem absorvidos pela massa pagã.

Foi dito que a sinagoga passou a rivalizar com o Templo, mas isto não parece ser verdade na época de Cristo, pois ela era então a antecâmara do Templo,

substituindo-o para aqueles que não podiam ir a Jerusalém. Todavia, é praticamente certo que o espírito das duas instituições não era o mesmo: de um lado temos um ritual de sacrifícios solene e litúrgico, um cerimonial bastante complexo; e do outro, nada além da leitura simples e das orações.

Uma vez que a sinagoga passou a ocupar uma posição predominante na vida judaica, Israel não mais precisava na verdade do Templo. Além disso, o futuro da religião de Israel estava assegurado a partir desse momento, pois ela podia subsistir independentemente de qualquer edifício sagrado e qualquer adoração particular; tornando-se uma religião baseada na Palavra, uma religião puramente doutrinária. Foi também em grande parte nas próprias sinagogas que os inúmeros comentaristas formaram a tradição que o Tamulde iria conservar. Os romanos podiam destruir o Templo, mas estava fora do alcance deles impedir que as comunidades judias dispersas através do império se reunissem no sábado para orar a Deus e ler a sua Lei. Os judeus foram conquistados e dispersos, mas o judaísmo sobreviveu porque a partir desse momento cada fiel levava dentro de si a verdadeira essência da sua adoração: onde quer que se reunissem dez crentes no Deus Único, Israel passava a existir e Deus estava com Israel. A verdadeira vida religiosa se tornara espiritual.

Quando o escriba Esdras acostumou o povo a reunir-se regularmente para orar depois da volta do cativeiro babilônico, será que ele previu as prodigiosas consequências de seu ato?

Notas

1. Antiquities 3.6.
2. Sobre os samaritanos, veja p. 54ss.
3. Sobre o Templo do Egito, veja p. 63.
4. Veja nosso capítulo sobre Jerusalém, p. 97ss.
5. Deuteronomio 12.2,9.
6. 2Samuel 7.5-7.
7. Isaías 66.1.
8. Jeremias 35.2.
9. Atos 7.48: as palavras do diácono Estêvão.
10. 1Reis 5.6, 7,8.
11. Reis 24.
12. 2Reis 25.
13. Ageu 2.10.
14. Sobre Herodes e o Templo, veja p. 81 e 104.
15. Josefo: veja especialmente o cap. 5 de Wars.
16. Ezequiel 40.3.
17. Atos 3.2.
18. Wars 5.14.

19. Marcos 12.41.
20. Sobre os nazireus. Veja p. 444.
21. Sobre o Sinédrio, veja p. 67ss.
22. Sobre a águia de Herodes, veja p. 78.
23. Mateus 27.51.
24. Marcos 13.1-2.
25. Sukkah 51.6.
26. 1Reis 8.27.
27. Existem muitas passagens no Antigo Testamento sobre este conceito de uma religião interior que excede todos os sacrifícios: por exemplo, Isaías 43 e 66; Jeremias 6. O texto rabínico encontra-se no comentário talmúdico sobre Deuteronômio 5.3.
28. Lucas 18.10.
29. Sobre o Sinédrio, veja p. 67ss.
30. Veja p. 186.
31. Shekalim 6, a.
32. Jean Daniélou, *Le Signe du Temple* (Paris, 1943).
33. Sobre essas palavras, veja o comentário profundo do padre Dubarle na *Revue Biblique* (janeiro, 1939).
34. Wars 6 e Tácito, *History* 5.13.
35. Sobre a sinagoga e seu papel na educação, veja p. 126.
36. 2Crônicas 17.7-9.
37. Wars 7.3.
38. Atos 6.9.
39. Atos 16.13.
40. Os tratados Megillah e Taanith dão todos os detalhes sobre a sinagoga.
41. Mateus 23.7.
42. Atos 13.15; Marcos 5.22.
43. Veja p. 131.
44. Lucas 4.20.
45. Lucas 4.16.
46. João 9.22 (v. 12.42; 19.38).

CAPÍTULO DEZENOVE - OS HOMENS DE DEUS

OS SACERDOTES E LEVITAS A SERVIÇO DO TEMPLO

Havia um ditado popular em Jerusalém no sentido de existirem tantos sacerdotes e levitas no Templo quanto pedras nas paredes. Esta era claramente uma figura de linguagem, mas não obstante é praticamente certo que uma organização tão vasta e complexa como o Templo exigia um número considerável de homens, cujo número pode ser estabelecido em vinte mil.¹ O sacerdócio era desconhecido nos dias dos patriarcas; ele passou a existir sob Moisés e sob os reis, quando o Templo se tornou uma instituição nacional, os sacerdotes passaram a ter uma importância muito real, pois eram os mediadores necessários para a oferta de sacrifícios a Javé, os guardiões do seu culto, e membros indispensáveis da comunidade. A importância do sacerdócio tornou-se ainda maior depois da volta do exílio, desde que a partir dessa época foi a religião que deu a Israel os seus governantes, suas instituições e o significado, a razão de sua vida. Ao mesmo tempo surgiu, porém, uma divisão dentro do clero, resultando numa diferença de posição. Da forma como Moisés o havia organizado, uma tribo, a de Levi, foi separada para o serviço religioso,² e, portanto, os sacerdotes eram levitas: ao mesmo tempo, entretanto, Arão, o irmão do líder, guardou para si e sua família as funções sacerdotais mais elevadas. Mais tarde, um de seus descendentes, Zadoque, foi confirmado nesta posição de preeminência pelo rei Davi. Nos dias de Cristo a separação já se tornara completa: os verdadeiros sacerdotes, todos alegando serem zadoquitas, eram os únicos a realizar os ritos sagrados, enquanto os levitas não passavam de servos.

Todavia, nem toda a raça verdadeira ou suposta de Arão, o primeiro sacerdote a oferecer sacrifícios, oficiava no Templo. Muitos desses zadoquitas não passavam então de rústicos pobres e iletrados que pareceriam absolutamente deslocados nos pátios do Templo. Os poderosos oficiais templários não pretendiam de forma alguma dividir os dízimos e ofertas com eles: o Sinédrio, que tinha como responsabilidade escolher sacerdotes entre os zadoquitas “sem mácula”, cuidava para indicar somente homens “respeitáveis”, abastados, e quase sempre dentro do mesmo pequeno grupo de famílias. O sacerdócio passou então a formar uma casta exclusiva, muito consciente de si mesma³ e desprezando os demais, a cuja casta era preciso pertencer, como diz Josefo, antes do indivíduo poder gabar-se da sua nobre linhagem ” casta essa, além disso,

frequentemente odiada pelo povo comum e o clero inferior⁴.

A perfeição física era exigida do sacerdote: “Ninguém dos teus descendentes (de Arão) em quem houver algum defeito se chegará...”⁵ disse o Senhor; e o infeliz Hircano perdeu o sumo sacerdócio no dia em que suas orelhas foram dilaceradas.⁶ Uma vez escolhidos, precisavam ser “separados”, consagrados numa cerimônia escrupulosamente organizada.⁷ Depois do banho ritual, vestiam-se de linho, sendo ungidos com óleo. A seguir faziam três sacrifícios, um novilho e dois carneiros, colocando as mãos sobre os animais antes de oferecê-los. O sacerdote tomava uma porção de sangue do terceiro sacrifício, misturando com óleo, e ungia o postulante na orelha direita, polegar direito e pé direito. A seguir colocava sobre as mãos e coxas dele um pouco de gordura de carneiro, pão asfno e um bolo de farinha e óleo, que mais tarde eram queimados sobre o altar. Esses ritos vinham de tempos imemoriais, destinando-se evidentemente a transmitir poderes sobrenaturais ao novo sacerdote. Uma vez consagrado, este gozava de toda espécie de privilégios, entre eles o de viver no Templo e comer os sacrifícios e os pães da proposição. Suas mulheres e descendentes obtinham o mesmo privilégio: Herodias, que nascera numa família de sacerdotes, não deixou de aproveitar-se disso. Mas, por outro lado, a Lei continha castigos especiais para os sacerdotes culpados de certas ofensas ou, mais ainda, de certas impurezas rituais, e caso suas mulheres e filhas se comportassem com impropriedade, elas eram também castigadas severamente.⁸

O sumo sacerdote ocupava o lugar mais alto na hierarquia. Vimos como o poder deste cargo ficou reduzido e como os romanos se utilizaram dele para fins políticos. Mas vimos também como era grande a sua importância e posição aos olhos do povo.⁹ Tudo se fazia na verdade a fim de destacar o prestígio e a santidade ritual do sumo sacerdote. As cerimônias de sua consagração eram muito mais solenes do que aquelas para o sacerdote comum. O óleo para a sua unção era feito do fruto de oliveiras escolhidas e impregnado com os perfumes mais caros: os sacrifícios realizados de acordo com a Lei podiam durar sete dias. O sumo sacerdote era o principal guardião da pureza ritual, e precisava obedecer regras muito estritas: não podia casar-se com uma viúva, uma mulher divorciada ou uma ex-prostituta. Não podia comer caça nem de qualquer animal que fosse encontrado morto (não tendo, portanto, sido morto de acordo com as prescrições da Lei); não devia beber vinho antes dos cultos, nem “cortar os cantos da barba”. Devia usar mantos esplêndidos.

A Bíblia estabeleceu rigidamente o que os sacerdotes tinham de usar e suas roupas não haviam mudado desde os primeiros tempos. Na vida diária o sacerdote se vestia simplesmente: usava calções ou uma tanga, uma túnica branca com uma faixa larga que rodeava três vezes a cintura e um chapéu em

forma de cone. Mas quando oficiava suas roupas eram especiais, consistindo de calças largas e provavelmente bufantes, túnica sem costura, com uma abertura grande no pescoço e tiras para segurá-la nos ombros, cinta de quatro dedos de largura e turbante. O sumo sacerdote usava o mesmo tipo de roupas mas de material mais fino, e além disso os emblemas de seu cargo. O seu turbante tinha então duas fitas largas, uma delas violeta; sobre a túnica ele usava uma sobrepeliz sem mangas, também violeta e com romãs bordadas na barra, entre as quais penduravam pequenas sinetas de ouro que serviam tanto para afastar os demônios como avisar o povo da chegada do sumo sacerdote. Por cima da sobrepeliz vinha o éfode (estola ou manteletel, semelhante à casula, embora mais curto, feito de fio dourado e tecido de púrpura: essa peça era presa por ombreiras de ouro, sendo colocadas nela duas pedras de ônix com os nomes das doze tribos de Israel gravadas nas mesma.¹⁰ Por último, sobre o peito, unido ao éfode por argolas de ouro, ele usava o peitoral, um estojo feito de tecido e decorado extremamente com doze pedras preciosas, onde eram guardados o *urim* e o *tumim*, objetos santos que podem ter sido dados proféticos ou emblemas simbólicos,¹¹ mas cujo uso e significado são desconhecidos. Para as grandes cerimônias, o turbante (mitral do sumo sacerdote) era substituído por um diadema de ouro gravado com as palavras “Glória a Deus”, mas no Dia da Expição ele só usava uma túnica branca ao officiar. Os romanos se apossaram dessas vestimentas esplêndidas e as mantinham na fortaleza Antônia, entregando-as apenas nas grandes festas. O imperador Cláudio tornou-se extremamente popular entre os judeus por ter interrompido esta prática durante algum tempo. Podemos acrescentar que as vestes de linho usadas pelos sacerdotes em seus ofícios jamais eram lavadas, mas queimadas, e que dentro do santuário propriamente dito todos os sacerdotes andavam descalços sobre o pavimento constantemente molhado com a água das abluções e a que era usada para lavar o sangue dos sacrifícios. Em vista disso eles apanhavam doenças especiais e, como vimos,¹² o Templo tinha seus próprios especialistas em estômagos doentes.

O sacerdócio se achava dividido em vinte e quatro classes e esta divisão datava do reino de Davi.¹³ Cada classe oficiava por sua vez durante a semana. Num dia determinado, aqueles que deviam prestar serviço, subiam para Jerusalém de todos os lugares da Palestina onde viviam o restante do tempo, principalmente daquelas cidades tradicionalmente chamadas de “cidades dos levitas”. Eles passavam a primeira noite, que sempre cala num sábado de repouso, no pátio do Templo e depois se reuniam para tirar sortes com relação aos “treze ofícios”, isto é, para determinar quem iria imolar, preparar, limpar, queimar incenso, tocar as trombetas, abençoar o povo e assim por diante. A

classe que oficiava durante a semana ficava com o controle dos pátios, dos bens do Templo e até mesmo dos julgamentos de crimes ocorridos nos recintos sagrados. As classes mais favorecidas eram aquelas cujo turno coincidia com as grandes festas, pois as ofertas e sacrifícios aumentavam enormemente nessas ocasiões: das vinte e quatro classes algumas tinham, portanto, uma posição mais elevada que as outras. O primeiro capítulo do livro de Lucas menciona todos esses costumes ao falar de Zacarias, que viria a ser o pai de João Batista: ele fora nomeado para queimar o incenso ao se tirarem as sortes e achava-se junto ao altar do incenso quando viu um anjo postado à direita do mesmo. Zacarias pertencia à classe de Abias, uma das mais respeitadas. Quando uma grande festa era celebrada durante a semana do seu turno, os sacerdotes em serviço realizavam as cerimônias e sacrifícios necessários. Durante o período dos reis, sacerdotes especializados permaneciam em serviço constante no Templo, desempenhando funções tais como as de músicos ou guardas, ou como aqueles “guardas da porta” do Templo mencionados na Bíblia,¹⁴ mas cujas funções não são claramente especificadas; não se sabe porém se esses sacerdotes permanentes continuaram a existir, pois não há evidência de que esse cargo vigorasse nos dias de Cristo.

Em qualquer caso, tais deveres especiais eram realizados pelos levitas, que faziam ainda muitas outras coisas: eles ajudavam os sacerdotes nos sacrifícios, desmembravam e tiravam a pele dos animais, faziam o pão da proposição e cuidavam dos depósitos e dos vasos sagrados. Em resumo, eram os maceiros e sacristãos, assim como os secretários dos administradores do Templo e os escriturários e recepcionistas do Sinédrio. A posição era razoavelmente bem paga: foi dito que os levitas recebiam cerca de metade do dízimo, sendo além disso isentos de todos os impostos. De modo geral, o homem trabalhava como levita dos vinte aos cinquenta anos e depois se aposentava tendo feito fortuna, como diziam as más línguas. Mas pertenciam a uma classe social distintamente inferior. Eles podiam ter sido também verdadeiros homens de Deus, consagrados ao Todo-poderoso, os substitutos daqueles primogênitos que todas as famílias deveriam oferecer ao serviço do Senhor segundo a Lei; mas, apesar de tudo isso, eram desprezados. Estavam proibidos, sob pena de morte, de entrar no santuário ou tocarem no altar; uma prova convincente de que esses descendentes da tribo de Levi não eram mais alvo de grande consideração. O Tamulde chega a afirmar que os sacerdotes encarregados do policiamento dos pátios, particularmente o superintendente do Templo, mencionado em Atos¹⁵ tratavam os levitas com grande severidade. “Quando o superintendente do Templo faz o seu turno de inspeção, escoltado por tocheiros, e descobre um dos levitas dormindo em serviço, ele o espanca violentamente e pode até por fogo em suas roupas. Certo

dia ouviu-se um grande barulho no pátio e alguém perguntou: “O que será isso?” “Não é nada”, replicaram, “absolutamente nada: apenas um levita sendo espancado”.¹⁶

OS DOUTORES A SERVIÇO DA LEI

Existia uma outra classe de homens que também pertenciam a Deus, mas não na capacidade sacerdotal. Nada tinham a ver com o culto; suas roupas não diferiam das usadas pelos outros israelitas de modo nenhum. Não comiam as carnes sacrificadas nem o pão da proposição, e embora de fato formassem uma classe, não reivindicavam pertencer ao sangue de Arão nem à tribo de Levi.

Esses homens eram os escribas, os descendentes diretos dos que surgiram na comunidade israelita logo depois do exílio e desempenharam uma parte cada vez maior na mesma, dedicando-se mais e mais ao estudo das questões religiosas, a ponto das expressões “escriba” e “doutor da Lei” serem comumente sinônimas nos dias de Cristo, embora nem todos os escribas fossem necessariamente doutores da Lei. Conforme as palavras do padre Grandmaison, eles constituíam ao mesmo tempo uma “liga santa” e uma aristocracia de intelecto e piedade: um tipo único na história.¹⁷

Se lhes perguntassem de onde vieram e porque se julgavam tão importantes para Israel, teriam replicado citando os versículos do livro de Neemias¹⁸ que fala do seu estabelecimento por Esdras, que também foi escriba. Diante da “Grande Assembleia” de todo o povo, seus ancestrais “leram o livro da Lei, com toda simplicidade e clareza a fim de explicá-lo, para que pudessem todos eles compreender a leitura”. Um dos escribas posteriores chegou a dizer: “A Lei foi recebida por Moisés no Sinai, transmitida por ele a Josué, por este aos anciãos, pelos anciãos aos profetas, que a confiaram aos homens da Grande Assembleia”.¹⁹ Eles tinham de fato vindo a ocupar um lugar importante na comunidade, principalmente depois das guerras dos macabeus, o esforço nacional contra os gregos. Tinham “construído uma cerca ao redor da Lei”,²⁰ e com isso fizeram muito para defender suas doutrinas contra o paganismo, levantando uma “barreira de fogo” entre eles. Eles se julgavam, sendo também esse o conceito do povo, guardiães de um depósito sagrado, homens dispostos a defendê-lo. Foi repetidamente mostrado que todas as instituições desta nação eram essencialmente religiosas e, portanto, os peritos em assuntos religiosos desempenhavam um papel importante na mesma. Os doutores da Lei deixavam para os sacerdotes as elevadas posições e grandes privilégios; também deixavam as intrigas políticas para o clero superior, com seu grande apetite por tais empregos, e usavam sua influência de maneira menos espetacular, porém mais

eficiente. Como já vimos, foram eles que deram a verdadeira vida intelectual à nação e moldaram seu pensamento; foram eles que ministraram a educação, principalmente a superior; nomearam os juízes e estabeleceram a jurisprudência; fizeram comentários sobre a Lei nas sinagogas e a importância da forma de adoração da sinagoga aumentou com a crescente importância dos doutores da Lei. Eles se tornaram membros do Grande Sinédrio e tinham sobre ele aquela influência que a capacidade sempre exerce numa assembleia. Graças aos escribas, o famoso conselho não era apenas uma entidade governamental e uma corte suprema, mas também uma escola de teologia, uma universidade em assuntos religiosos,²¹ em que os problemas espirituais mais elevados eram objeto de estudo — e não apenas esses, mas também com frequência a aplicação humilde e mundana dos preceitos divinos. Eles tinham na verdade uma palavra a dizer sobre tudo.

Como alguém se tornava doutor da Lei? Quase do mesmo modo que se torna hoje professor de uma universidade. Qualquer israelita tinha o direito de conquistar esta posição, quer fosse rico ou pobre, de alta linhagem ou filho de um operário. Deve ser lembrado que a maioria dos rabinos trabalhava com as mãos.²² Quem quer que se sentisse inclinado a dedicar-se ao estudo da Lei passava a frequentar uma das escolas que rodeavam os mais famosos doutores. Os mestres eram repetidamente lembrados de que o ensino constituía uma obrigação, pois tinham o dever de “reunir discípulos”. Muitos desses mestres ensinavam nos pátios do Templo, sob um ou outro dos seus pórticos. Reunidos em volta do rabino, os alunos ouviam suas aulas durante vários anos, fazendo o possível, com a ajuda da memorização já mencionada,²³ para reter a menor de suas palavras: eles tratavam o mestre com o máximo respeito, acompanhavam-no em seus passeios e tomavam o seu partido nas discussões com os líderes das outras escolas. Não parece que recebessem qualquer certificado oficial ou doutorado no final desses estudos. Num determinado momento o mestre julgava que seu pupilo podia daí por diante manter-se em seus próprios pés e que agora, por sua vez, podia pregar e tecer comentários. Mas a partir desse instante, embora as Sagradas Escrituras não impusessem qualquer dever ou restrição particular sobre o doutor, ele deveria viver publicamente segundo as exigências da Lei por ele ensinada. Os rabinos deviam ser conhecidos pela austeridade de suas roupas, pelo hábito de usar quase invariavelmente filactérios na testa e nas mãos — cujos filactérios eram maiores do que os do povo comum — pela sua maneira grave, meditativa, e frequentemente decisiva, de falar; e, em princípio, por suas vidas puras e honestas. Alguns eram zelosos em extremo, jejuando cerca de trezentos dias por ano e recitando uma centena de bênçãos todos os dias.

Viviam na Lei e para a Lei. Não basta dizer que estudavam a Bíblia. Eles a pesquisavam em suas minúcias e analisavam-na com a maior sinceridade, a fim de extrair as mensagens nela contidas, pois se tratavam de mensagens para a vida. Nada havia da natureza de um interesse científico por parte deles. O imenso conhecimento dos doutores em relação aos livros sagrados nada tinha a ver com o que chamamos de erudição. Eles estudavam a Lei a fim de que o povo a quem guiavam pudesse obedecer aos mandamentos das injunções mosaicas em todos os aspectos de sua vida — para que eles pudessem ser especificamente judeus, isto é, imunes à qualquer influência pagã, mesmo nos detalhes mais insignificantes, até os aparentemente triviais. Por esta razão os doutores afirmaram que “o estudo da Torá era mais importante do que a construção do Templo”, e que o amor ao texto sagrado era ainda mais importante do que honrar pai e mãe.²⁴ Do ponto de vista deles (e a história provou que estavam certos) foi a Torá que assegurou a existência de Israel. O que mais precisa ser dito para justificar o trabalho dos doutores que se dedicaram a ela²⁵?

Para a mente ocidental o trabalho em questão pode ter um valor duvidoso: talvez até mesmo excêntrico e incompreensível. Os meios empregados pelos rabinos no escrutínio do texto sagrado são de fato tão afastados quanto possível da análise lógica e exposição racional. É necessário por de lado Descartes se quisermos entrar no estado de mente daqueles homens para quem o significado imediato e concreto de um texto era muito menos importante e revelador do que o seu sentido metafórico e sobrenatural, para quem nenhuma ocorrência ou palavra tinha valor exceto como uma manifestação da divindade.

Os comentários do *midrasch*, no geral finamente tecidos, a dialética infundável do *pipul*, as exposições ao “pé da letra”, a alegoria, a homília e o mistério “chamadas de “exegeses do paraíso”, os comentários segundo as “sete operações” estabelecidas pelo rabino Hillel, e todo o resto, só podem ser entendidos neste contexto. O mesmo se aplica à exatidão dos rabinos que algumas vezes se nos afigura surpreendente. Num universo em que tudo é sagrado, tudo está sujeito à vontade de Deus: por esta razão os doutores da Lei se detinham em detalhes do comportamento humano que raramente são mencionados em tratados teológicos.²⁶

Conhecemos bem os ensinamentos dos doutores: eles formam o corpo do Talmude — “a Instrução” ou “a Recitação”. Esta obra extraordinária, tanto em tamanho como conteúdo, se compõe de duas grandes divisões: a primeira é o *Mishnah*, em hebreu clássico; trata-se do código legal canônico básico, e seus sessenta e três tratados cobrem todos os campos da atividade humana. A segunda é o Gemara, um comentário imenso sobre o *Mishnah*, escrito em aramaico devido a

mudanças de tempo e lugar; existindo em duas edições revisadas, a de Jerusalém e a da Babilônia. O *Midrash*, um comentário homilético da Bíblia, cujo método especial de produção já foi mencionado,²⁷ era também considerado como parte da literatura talmúdica. Em sua forma presente o Talmude é consideravelmente posterior aos dias de Cristo, uma vez que o *Mishnah* foi codificado pelo rabino Judá o Príncipe, em fins do século dois, o Gemara foi preparado no século quatro, e o *Midrash* veio a existir entre cerca de 350 a 1200 d.C. Não há porém qualquer dúvida no sentido da matéria do Talmude ser muito mais antiga. O *Mishnah* reúne os ensinamentos do grande Rabino Hillel, a quem Jesus poderia ter encontrado em Jerusalém quando criança, pois Hillel não morreu até o ano 10 da nossa era, tendo então mais de cem anos. O Gemara, chamado de Jerusalém, foi preparado pouco depois da destruição da cidade santa no ano 70 d.C. pelos doutores da lei que se haviam refugiado nas vizinhanças do Mar da Galileia. Os talmudistas classificam o ensino segundo dois títulos; eles reconhecem dois métodos completamente separados: o *Halachah*, pronunciamento ou instrução dogmática, e o *Aggadah*, que é o ensino através de parábolas, figuras, anedotas, referência histórica ou lenda. Ambas as formas podem ser vistas nos ensinamentos dos rabinos dos dias de Cristo e até mesmo nos do próprio Senhor. Tendo em mente a grande importância da memória na vida judaica,²⁸ podemos dizer sem muito medo de errar que toda a informação contida no Talmude, com a possível exceção daquela ligada diretamente aos costumes particulares, nos mostra o pensamento dos doutores da Lei como transmitido pela tradição oral durante mais de dois séculos antes de Cristo e como foi preservado por longo tempo depois dele.

Conhecemos muitos desses doutores contemporâneos do Senhor. Os dois rabinos mais famosos do primeiro século antes de nossa era, Hillel e Shammai (esses inimigos amargos) já tinham morrido antes do Senhor ter dado início ao seu ministério público, mas seus discípulos e competidores eram muito conhecidos. Gamaliel, neto de Hillel, estava certamente ensinando quando Cristo foi ao Templo. Era um homem amável, moderado, cuja constituição frágil não diminuía de forma alguma seu zelo santo. Seu rival era o vigoroso Jochanan ben Zakkai. Tinha setenta anos mas viveria ainda mais cinco anos, enchendo seus ouvidos do mais apaixonado entusiasmo e piedade. Havia também o Rabino Eleazar ben Asaria, um descendente de Esdras, que de sacerdote se tornaria escriba. Foi dito que ele tinha capacidade para improvisar trezentas ampliações de qualquer tema bíblico. Conta-se, outrossim, a respeito do rabino Josua ben Chanania, que quando pequeno levava seu berço à sinagoga para poder ouvir a Palavra. E finalmente, vivendo numa montanha acima do lago

de Tiberíades, havia o Rabino Yossi, o galileu, um famoso intérprete dos profetas.

Uma leitura apressada do evangelho pode facilmente induzir os cristãos a considerarem esses doutores com certa hostilidade. Temos a tendência de confundi-los com aqueles fariseus da pior espécie que o Senhor tantas vezes criticou; mas isto não é muito justo, pois um doutor da Lei não era necessariamente um fariseu. É possível afirmar sem dúvida que a maioria deles mostrou sua inimizade por Cristo no seu julgamento porque sua atitude espiritual era diametralmente oposta à dele, entretanto, não se sabe ao certo se isto se aplicava a todos. Nicodemos, que João mostra como sendo um indivíduo sincero e bem intencionado era membro do Sinédrio, e ao que parece também possuía o título de doutor da Lei.²⁹ Mesmo entre os doutores farisaicos descobrimos um Gamaliel. Tratava-se de homens virtuosos, profundamente religiosos, e formavam uma *elite* sem a qual o Povo Escolhido não poderia ter sido o que foi nos anos que se seguiram.

A parte desempenhada pelos doutores da Lei veio a ser da máxima importância na história de Israel. Seus ensinamentos fizeram surgir uma “Palestina do espírito” e a partir dessa época qualquer judeu, mesmo quando forçado a deixar a Terra Santa, podia criar raízes no país espiritual. O Talmude foi o produto de seus esforços, e o “maior benefício conferido por ele ao povo judeu foi fazê-los compreender que o fim do Templo não significava o fim da sua religião”.³⁰

OS FARISEUS E OS SADUCEUS

Tanto os sacerdotes do Templo como os doutores da Lei eram homens de Deus no pleno sentido da palavra, embora de forma diferente. Mas todos os israelitas, do maior ao menor, também se julgavam homens de Deus em certa medida. Todos pertenciam ao povo de Deus e todos eram participantes da aliança, obedecendo aos seus termos. Só podemos compreender as conhecidas divisões dos judeus dos dias de Cristo em dois grupos, fariseus e saduceus, quando computamos este conceito religioso global da vida.

Seriam elas seitas? Num sentido eram: os membros de cada grupo se apoiavam uns aos outros e se opunham violentamente, segundo o costume dos sectários, aos que pertenciam ao outro grupo. Todavia, nenhum deles se desligava da comunidade e este afastamento é uma característica necessária da seita. Seriam partidos? De novo, numa certa medida o eram, já que possuíam atitudes políticas completamente distintas. Entretanto, os interesses políticos não estavam em primeiro plano para nenhum deles — diferindo nisto do grupo

chamado de “os herodianos”, cuja conduta era ditada pela colaboração com os romanos e seus parasitas. Tratava-se de uma questão de escolas teológicas diferentes? Isto é certamente possível, desde que uma diferença em seus conceitos religiosos e a defesa deles constituía a base de sua oposição mútua. Mas essas escolas estendiam suas divergências a assuntos inteiramente afastados da teologia e as diferenças afetavam as grandes massas de povo, para quem os fariseus e saduceus representavam as duas principais correntes de opinião. Os dois grupos eram ao mesmo tempo seitas, partidos e movimentos religiosos.

Voltemos o olhar para o segundo século a.C., na época em que os judeus se reuniram sob os macabeus a fim de lutar contra a ameaça de paganismo por parte dos selêucidas. Quando se tratava de uma questão de impedir que os gregos impusessem sua idolatria sobre o Povo de Deus, todos os judeus estavam de pleno acordo, mas depois de alcançada a vitória, duas correntes de pensamento se evidenciaram. Embora os reis e sumo sacerdotes asmoneus, os descendentes dos macabeus, tivessem suas origens na “resistência”, eles sentiram o mundo greco-romano cercando sua pequena comunidade de todos os lados, e julgaram que a atitude mais prudente seria se relacionar com ele. Mas, ao mesmo tempo, não cedendo em ponto algum essencial e mantendo firmemente os princípios que garantissem a proteção de Israel. Esta atitude tinha como alvo principal a preservação da comunidade judaica, cuja existência poderia ter sido prejudicada por outra guerra: mas a massa do povo, que fornecera a grande maioria dos guerreiros na luta para a libertação e os *hasidim*, os homens “piedosos” da época dos macabeus, eram absolutamente opostos a ela. Eles diziam que era impossível defender a fé se fosse permitida qualquer ligação com os pagãos: o homem devia viver como judeu entre judeus, e expulsar como impuro e não-religioso tudo que não fosse judaico. Esta não era uma atitude ilógica nem despida de qualquer elevação de mente. O verdadeiro crente devia separar-se de todos os pagãos e de todos os suspeitos de se deixarem contaminar pelo paganismo. Os que mantinham esta atitude rígida derivaram dela o seu nome — *perushim*, os separados, e, portanto, os fariseus. Seus oponentes, os saduceus, receberam esse nome a princípio como um apelido, que talvez tivesse o significado de “os justos” ou, possivelmente, “os filhos de Zadoque”, como o sumo sacerdote de Salomão, porque a nata do clero pertencia a este partido; e o apelido veio a fazer parte da linguagem.

A diferença essencial entre esses dois grupos, portanto, estava em sua resposta à pergunta vital: “Como o Povo de Deus pode ser preservado em meio a um mundo pagão? “Pela inteligência, diplomacia e prudência”, replicaram os saduceus. “Sendo absolutos, sinceros e prontos a correr qualquer risco”, disseram os fariseus. Mas isto não era tudo. Também discordavam sobre o que

deviam guardar, sobre a natureza de seu depósito sagrado. “Mantenhamos o que é essencial, “declaravam os saduceus,” à Lei escrita que Moisés nos entregou, e aos seus seiscentos e treze grandes princípios; e onde ela silencia, façamos segundo as exigências da época”. “De modo algum,” gritaram os fariseus. “Devemos permitir que as leis da religião se infiltrem por toda a vida humana, e para isto devemos completar a Lei escrita com a tradição, a Lei oral, que os escribas vêm formulando continuamente, desde a volta do exílio.” Uma atitude que explica o fato da maioria dos doutores da Lei serem fariseus.

Pode ser dito então que em matéria religiosa os saduceus eram mais conservadores do que os fariseus, pois rejeitavam todas as adições a Lei escrita; mas em assuntos políticos eram menos conservadores. Os fariseus tem sido frequentemente chamados de tradicionalistas; mas para que isto faça sentido, a palavra “tradição” deve ser entendida como referindo-se a Lei oral.

Nos dias de Cristo, os saduceus eram principalmente originários das classes abastadas, os oficiais superiores, comerciantes ricos, proprietários de terras e sacerdotes. Eles tinham o controle do Templo e da adoração e sacrifícios no Templo; administravam também o dízimo e, portanto, o sistema financeiro. Os homens de estado e os diplomatas eram escolhidos dentre os saduceus — os homens que mantinham as relações essenciais com as autoridades ocupantes, sem as quais o país não poderia ter-se mantido. Seria justa chamá-los de judeus assimilados? Sem dúvida alguns deles e particularmente os mais ricos, membros das poderosas famílias reais, se deixaram levar pela influência pagã, mas nada existe para provar que eles formavam a maioria. Do ponto de vista político, seria igualmente injusto confundi-los, como seus oponentes inclinavam-se a fazê-lo, com colaboradores e traidores vulgares. Em seus corações eles se opunham aos pagãos, mas para o bem do país desejavam aceitar da melhor forma possível a situação criada pela conquista romana. As mesmas considerações os tinham levado a apoiar Judas Macabeu quando ele desejou chamar os romanos para ajuda-los contra os gregos, a cuja medida os *hasidim* se opuseram³¹.

Deve ser também observado que a atitude dos saduceus tinha como base teológica o aspecto universal da fé judaica, aquele universalismo cuja expressão primitiva pode ser encontrada em livros bíblicos como o de Jonas. E a difusão da Diáspora não exigia a coexistência pacífica com os pagãos?

Na esfera estritamente religiosa os saduceus mantinham-se apegados a Lei escrita. Alguns até insistiam sobre o Pentateuco e nada mais. Eles rejeitavam então tudo que não fosse formalmente estabelecido nele, tudo que a seu critério constituísse uma adição. Como vimos,³² eles consideravam a ideia da ressurreição como uma novidade perigosa, e julgavam o mesmo com relação as crenças sobre anjos ou demônios que tinham obtido tanta importância na religião

e aquele messianismo fanático que subira a tantas cabeças. Em certas passagens dignas de nota, Josefo declara que eles não criam que Deus interferisse nos assuntos humanos (rejeitando assim a graça); que para eles “a escolha entre o bem e o mal dependia do livre-arbítrio do homem”; e que segundo a escolha de cada indivíduo sua alma seria recompensada e viveria, ou seria castigada e desapareceria.³³ Com base nisto, os saduceus parecem ser ancestrais tanto dos hereges pelágicos como dos racionalistas. Talvez melhor fosse dizer que eram judeus ortodoxos, pouco inclinados ao misticismo e até mesmo na verdade um tanto indiferentes.

O comportamento deles na vida da comunidade recebia geralmente censura. Não porque fossem mais reacionários e conservadores do que seus oponentes, longe disso, desde que como defensores das crenças antigas eles exigiam, por exemplo, a estrita aplicação dos regulamentos do ano sabático,³⁴ a libertação dos escravos e cancelamento de dívidas, enquanto os rabinos farisaicos, até o grande Hillel, tinham tamanha certeza das dificuldades que surgiriam disso que permitiram várias exceções ao princípio. Segundo Josefo, eles foram acusados por sua conduta cruel para com o povo comum, mostrando-se arrogantes e até brutais, pelo menos isso é o que o povo comum dizia.³⁵ Sua sabedoria sarcástica e desiludida também os tornava objeto de desagrado. É possível que a medida que sua influência tivesse declinado, eles tivessem progressivamente endurecido seus corações; sob governantes como João Hircano e Alexandre Janeu, quando o estado judeu começava a expandir-se, haviam sido todo-poderosos; mas desde a conquista da Palestina por Pompeu passaram a perder cada vez mais terreno, e o ódio do povo pelos romanos fortaleceu muitos os adversários. Eles estavam sem dúvida de acordo com os fariseus, ao tomar uma atitude hostil a Jesus, por muitas razões: sua mensagem se afastava da Lei escrita inalterável; eles se opunham completamente ao seu messianismo; e havia perigo de que o seu movimento pudesse perturbar suas relações com Roma. Mais tarde, porém, perderam toda a sua influência e ficaram reduzidos a simples observadores do progresso do povo em direção a um desastre que sua política astuta teria indiscutivelmente evitado.

Já nos dias de Cristo, os fariseus eram muito mais importantes que seus rivais. Houve um período em que os príncipes hasmoneus tentaram enfraquecê-los e Alexandre Janeu crucificara 800 fariseus de uma vez;³⁶ mas esses dias já distantes e sua influência crescia agora cada vez mais. A organização deles pode ser perfeitamente comparada com a de um partido político num estado democrático moderno. Os verdadeiros fariseus que eram realmente “separados”, ou talvez devêssemos dizer, os membros do partido, não chegavam a mais de cinco ou dez mil. Josefo calcula que os que se recusaram a fazer juramento ao

imperador alcançavam seis mil.³⁷ Mas grande parte do povo judeu, e principalmente os membros mais pobres, partilhavam o seu ponto de vista, ou, como poderíamos dizer, “votavam com os fariseus”. Isto permitiu que eles fizessem a reivindicação um tanto exagerada de que representavam a nação inteira. Os líderes do partido eram recrutados entre os escribas e doutores da Lei. Isto não significa, entretanto, que todos os escribas e doutores da Lei fossem fariseus; embora, lendo o evangelho, poderíamos ser tentados a supor que era este o caso. Os chefes dos fariseus contavam até com alguns sacerdotes em seu meio. Como é natural, nem todos os fariseus eram escribas ou doutores da Lei, a vasta maioria não possuía o conhecimento religioso necessário. Mas todos estavam convencidos de representar a nata do Povo Escolhido, de que somente eles possuíam a verdade, e eram fiéis à Aliança. Disto surgiu o seu excessivo orgulho e seu desprezo ostensivo por todos os que não seguiam a “linha do partido”, e ainda mais pelo infeliz *am-ha-arez* que não possuía a verdadeira fé.³⁸

Na política, se opunham ardentemente aos ocupantes pagãos e aos governantes subalternos que os romanos haviam colocado sobre o Povo Escolhido. Como a sua oposição era essencialmente religiosa, só tomava uma forma violenta quando a religião se via ameaçada. Por exemplo, quando Herodes mandou colocar sua águia sacrílega sobre a porta do Templo, eles fizeram um motim a fim de retirá-la. Em várias ocasiões enviaram delegados a Roma para pedir aos conquistadores que administrassem o país, a fim dos judeus não ficarem sujeitos ao governo dos hasmoneus, que eram favoráveis aos saduceus, ou ao dos principelhos idumeus imperfeitamente circuncidados. Seria um erro pensar neles como uma espécie de resistência organizada, preparada para ação violenta e direta. Havia com certeza um movimento assim, o dos zelotes,³⁹ que podia ser descrito como formando a extrema esquerda do farisaísmo, e que, caindo sob o domínio daqueles assassinos fanáticos, os sicários, algum tempo depois da morte de Cristo, passaram a precipitar cada vez mais as coisas até a última e violenta rebelião.

Nos dias de Cristo essas pessoas, essa seção de opinião, tinham muito pouca importância, e estavam longe de atrair para elas toda a massa dos fariseus e seus simpatizantes. Os fariseus não atacavam os romanos: eles os ignoravam, comportando-se exatamente como os “Guardas dos Portões”, os *Natourci Karla* e os *Shomre Hahomoth* fazem hoje em Israel. Como não reconhecem o estado de Israel, suspeitando de sua excessiva bondade com os *goyim*, eles se recusam a ter cartões de identidade e raramente saem do distrito Mea Shearin onde vivem todos juntos.⁴⁰ Além disso, sob Herodes e sob os procuradores romanos, oposição alguma podia ser senão verbal ou teórica. Foi só mais tarde que o

movimento veio a tomar tais proporções e culminar nas revoltas que precipitaram a ruína total da nação. Entretanto, já no tempo de Jesus, se um fariseu fosse obrigado a escolher entre a salvação do estado judeu e a da religião de Israel, seria mais do que provável que ele escolhesse a última.

Os fariseus sem dúvida possuíam uma fé profunda, firme e exigente — uma fé intransigente, que não fazia concessões. A palavra “fariseu” é com frequência usada com o significado de “palhaço” ou “hipócrita”, mas isto é um erro. A doutrina que os doutores lhes haviam ensinado, e que foi aceita por eles, era que a religião devia informar e governar tudo na vida judaica, a fim de que a vida global permanecesse especificamente judia. Um sistema legal, uma jurisprudência foi extraída da Lei, um sistema que deveria ser obedecido em todas as circunstâncias, na prática da vida diária assim como em todas as relações civis, judiciais e sociais. Os fariseus admitiam então que a Lei religiosa achava-se num estado de desenvolvimento contínuo: embora fossem excessivamente estritos a respeito da doutrina, eram ao mesmo tempo evoluídos na aplicação da mesma. Esta a razão pela qual avançaram até o ponto de afirmar que a tradição, o resultado das ideias dos doutores, possuía maior importância do que o sacerdócio ou a soberania, sendo tão sagrada quanto o texto da própria Torá. A tradição, portanto, compreendida dessa forma, englobava naturalmente as crenças mais recentes que a evolução da doutrina fizera surgir: a ressurreição da carne, a punição depois da morte, a intervenção de anjos bons ou perversos na vida dos homens e um messianismo ardente, que para muitos tinha, sem dúvida, uma aplicação mundana estreita. Josefo diz que “eles se lançavam à mercê da Providência”, ou talvez devamos dizer que reconheciam a parte que a graça divina desempenha na vida humana. Josefo também admitiu que possuíam “sentimentos bondosos e um desejo de mútua compreensão”, em outras palavras, a verdadeira caridade.

Todavia, deve ser observado que dentro do farisaísmo da época de Cristo havia correntes de opinião completamente opostas. Surgira no farisaísmo, como em todos os movimentos altamente desenvolvidos, uma ala esquerda e uma direita, uma delas interpretando rigidamente os princípios farisaicos e a outra mais liberal. Nos dias em que Cristo veio ao mundo, os líderes das duas escolas de pensamento eram os famosos doutores Shammai e Hillel. Toda vez que surgia uma disputa sobre a aplicação da Lei, esses dois discordavam por completo. Na verdade, foram registrados trezentos pontos de discórdia entre ambos. Largueza de mente era a marca da *Beth Hillel*; exatidão rígida a da *Beth Shammai*. Existe uma anedota que mostra a diferença entre os dois com perfeita clareza: certo dia um pagão procurou o rabino Shammai e disse, não sem certa ironia, que se tornaria judeu se o rabino pudesse explicar a Lei enquanto ele, o pagão, ficava

ali à sua frente apoiado numa perna. A resposta severa do doutor a este estranho pedido foi um golpe forte com o bastão. O pagão dirigiu-se a Hillel e este respondeu-lhe: “O que é desagradável para ti não faças a teu próximo: esta é toda a Lei”.⁴¹ Ao que parece, desde os tempos de Cristo a escola de Hillel procurava prevalecer sobre a de Shammai, e segundo o Talmude esta tendência tornou-se mais pronunciada tempos depois.

Muito embora o farisaísmo tivesse alcançado tais proporções, achava-se mesmo assim em crise. Talvez fosse mais exato dizer que justamente pelo fato de ter crescido tanto é que estavam atravessando uma crise — um partido que aceitara membros de integridade duvidosa, que se integraram por motivos absolutamente alheios à fé. Num livro judeu apócrifo do primeiro século d.C., chamado o *Testamento ou Assunção de Moisés*,⁴² um fariseu estrito e desiludido acusa “esses homens vis e impuros que alegam ser os únicos puros e justos, mas que não passam de monstros de orgulho”. Fica muito claro que ele está se referindo aos chamados “fariseus tingidos”. Um provérbio preservado no Talmude contém o seguinte: “Existem sete tipos de fariseus: o “que proveito tiro disso?”; o “faço a minha parte”; o “ó, minha pobre cabeça”, que anda com a cabeça baixa para não ver as mulheres e que bate na parede; o fariseu “mão de pilão”, que anda tão curvo que parece um pilão com a mão dentro; o “qual é o meu dever para que possa fazê-lo?”; o “faço uma boa obra todo dia”; e por último o único e verdadeiro fariseu, aquele que é fariseu porque teme a Deus e tem amor por ele”.⁴³ Essa é uma sátira divertida e focaliza perfeitamente cada personagem, dando-nos também uma ideia melhor das críticas do Senhor.

Como todos sabem, o evangelho dedica bastante espaço aos fariseus. Cristo teve muito contato com eles e fala dos mesmos com frequência. Todo cristão deve lembrar-se das palavras terríveis do capítulo 23 de Mateus: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! porque fechais o reino dos céus diante dos homens... Guias cegos! ... Serpentes, raça de víboras! como escapareis da condenação do inferno?” A acusação ocupa duas páginas. De que ele os acusa? São três os pontos essenciais: chama-os de mentirosos, “sepulcros caiados”, homens que colocam sobre os ombros alheios os fardos que eles mesmos não carregam. Pode ser, porém, mantido com razão que suas críticas foram dirigidas aos “fariseus tingidos”, os que pertenciam aos seis primeiros tipos de fariseus nos provérbios, e não ao último. A censura seguinte de Cristo é mais séria, dirigida ao orgulho dos fariseus (parece de fato que este defeito era partilhado por todos os membros do grupo), seu amor pelos primeiros lugares na sinagoga e sua alegação de serem os guias e chefes espirituais de Israel. No final, e acima de tudo, ele os acusa de serem ritualistas, ocupando-se com superficialidades como o dízimo do endro e do cominho e negligenciando o essencial, a fé viva, o

amor de Deus e do próximo " em suma, de serem justamente o que eram, homens para quem a tradição tinha mais valor que o espírito. Esta crítica atacava o âmago da questão, que veio inevitavelmente provocar uma inimizade implacável entre os fariseus das primeiras seis categorias e o Senhor.

O relacionamento de Cristo com os "homens separados" não se confinava, porém a este antagonismo. Ele próprio reconheceu a erudição dos doutores farisaicos,⁴⁴ e mantinha discussões com eles mesmo quando sabia que disfarçavam armadilhas em suas perguntas.⁴⁵ Além disso, ele mantinha contatos amigáveis com alguns do grupo,⁴⁶ e aceitou convites para comer com eles.⁴⁷ Aquele Nicodemos que comportou-se como um seguidor secreto do Senhor era um dos principais dos fariseus e membro do Sinédrio.⁴⁸ Mais ainda, quando Herodes Antipas, embaraçado pelo fato de Cristo estar pregando em seu país, pensou em liquidá-lo, foram alguns dos fariseus que o advertiram do perigo,⁴⁹ cuja atitude estava perfeitamente de acordo com sua oposição geral aos romanos e seus instrumentos. Fica bem claro por ocasião do julgamento de Cristo que os fariseus eram seus inimigos mais amargos; todavia, depois que ele morreu, muitos aceitaram a nova doutrina. Todos sabem que o maior dos proclamadores do evangelho, juntamente com os apóstolos, foi Paulo, e que ele mesmo declarou⁵⁰ ser fariseu e que seus pais tinham sido fariseus antes dele. Todos irão lembrar-se daquela passagem surpreendente em Atos⁵¹ onde o rabino Gamaliel, "estimado por todo o povo" e que fora o mestre do futuro apóstolo Paulo, tomou corajosamente a defesa dos cristãos perante o Sinédrio.

Os relacionamentos entre o farisaísmo e o cristianismo são portanto bem mais complexos do que geralmente supomos. O Talmude registra muitos ditados de rabinos farisaicos, especialmente os seguidores de Hillel, notavelmente parecidos com alguns encontrados nos ensinamentos de Cristo. Não se pode, porém, discutir a este respeito, pois ninguém consegue provar que não foram feitos depois do ministério do Senhor. A existência entre os fariseus de homens para quem a vida do espírito diferia bastante da obediência mecânica aos preceitos é, entretanto, inegável. Mesmo entre os demais (com exceção dos fariseus "tingidos" e outros "sepulcros caiados") havia muitos crentes sinceros, cuja piedade inspirava reverência, embora não pudessem compreender a tempo a grande mensagem que desmascarava o seu tradicionalismo, formalismo e ritualismo estreitos,⁵² pois a "lei escrita inflinge a morte, enquanto a espiritual incute a vida."

OS VOTOS NAZIREUS E O ISOLAMENTO NO DESERTO

Uma piedade profunda e um desejo de dedicar-se a Deus podia tomar outras

formas além de juntar-se aos fariseus ou tornar-se sacerdote. Muitos israelitas, tanto homens como mulheres, faziam votos, como alguns cristãos ainda o fazem, a fim de obter um favor ou em agradecimento a uma bênção recebida. De modo geral, esses votos feitos quase sempre por motivos de interesse pessoal, consistiam na promessa de algum voto ou sacrifício. O voto do *corban*, mencionado no evangelho,⁵³ exigia que o ofertante desse ao Templo algum bem, tal como uma casa, e isto tinha o efeito de impedir que ele fosse usado da maneira comum ou dado a outra pessoa, mesmo quando se tratava dos pais do proprietário em caso de necessidade. Era, porém, permitido “revogar o voto do *corban*”. A Lei estabelecera regras concernentes aos votos, e os doutores trataram de todos os casos em que eles podiam ou não ser considerados válidos. Uma menina ou menino menores e a mulher casada, por exemplo, não podiam tomar qualquer voto sem o consentimento expresso do pai da família.

Outros votos se ligavam mais às realidades do espírito. A pessoa que os tomava prometia comportar-se segundo certos requisitos, pelo menos durante um período determinado. O livro de Números⁵⁴ tratara do caso dos homens ou mulheres “separados para o Senhor”. Essas pessoas tinham um nome particular, sendo chamadas de nazireus. Termo esse derivado de uma raiz hebraica com o sentido de abster-se e consagrar-se. O costume era muito antigo em Israel, sendo mencionado já em Amós⁵⁵ — e havia com certeza nazireus nos dias de Cristo, desde que um dos pequenos pátios no canto do grande átrio do Templo fora reservado para eles.⁵⁶ Um tratado inteiro do *Mishnah* foi dedicado aos nazireus. Esta categoria tomava geralmente os seus votos por um período limitado de tempo: os doutores disseram que um mês era o mínimo permitido. O juramento que faziam continha uma tríplice promessa: abster-se de vinho e qualquer bebida forte, mesmo o vinho-vinagre; de suco de uva, uvas frescas ou secas, desde as sementes até às cascas; de não passar “navalha pela cabeça, até que se cumpram os dias para os quais se consagrou ao Senhor, santo será, deixando crescer livremente a cabeleira”, e finalmente, de não aproximar-se de qualquer cadáver, mesmo o do “pai, mãe, irmão ou irmã”.

A consagração do nazireu a Deus incluía assim tanto a prática de certas abstinências como a promessa de limpeza ritual, uma curiosa mistura que mostra a origem antiga do costume: pois a força de Sansão se encontrava em seu cabelo, que era também um sinal de fidelidade a Javé, e quando Dalila o cortou, ele ficou indefeso.⁵⁷ Na época de Cristo, os rabinos seguidores de Hillel permitiam que o nazireu, caso não houvesse outra pessoa disponível, sepultasse um corpo cujo sepultamento fosse exigido por Lei, como por exemplo o de alguém crucificado, pois o cadáver não deveria ficar pendurado de um dia para o outro.⁵⁸ Por que os nazireus tomavam voto? Para obter alguma graça ou favor particular?

Talvez. A fim de preservar sua integridade física para servir ao Senhor? Este sem dúvida era um motivo, mas algumas vezes eles faziam isso por ascetismo e por razões verdadeiramente espirituais. O tratado *Nedarim*⁵⁹ conta a tocante história de um pastor jovem e belo que, tendo-se mirado como fez Narciso num espelho d'água, sentiu-se tomado de paixão e “não querendo orgulhar-se de uma carne destinada a ser comida pelos vermes,” correu para o Templo para que lhe cortassem os cabelos e fazer seus votos.

As mulheres podiam tomar os três juramentos nazireus: o livro de Números é absolutamente claro neste ponto. No ano 66 d.C., justamente na época em que a grande revolta estava a ponto de explodir, encontramos a rainha Berenice com o cabelo cortado, morando em Jerusalém, abstendo-se de vinho e orando muito no Templo, porque nesse período, por alguma razão que desconhecemos, tomara um voto nazireu.⁶⁰ Algumas jovens provavelmente faziam votos de virgindade, seja pela vida inteira ou por um determinado período de tempo. A resposta de Maria ao anjo do Senhor⁶¹ tem sido frequentemente interpretada como significando que a futura mãe de Cristo fizera uma promessa deste tipo. Existia também uma tradição cristã, preservada nos evangelhos apócrifos, que representava Maria como uma virgem consagrada permanecendo no Templo sob votos religiosos, fiando, tecendo e bordando os trajes litúrgicos.⁶²

Uma outra forma de devoção religiosa podia ser também praticada pelos homens e mulheres por razões profundamente espirituais, sem a necessidade de quaisquer votos: o retiro ou isolamento no “deserto”. A palavra “deserto” não significava necessariamente um deserto como o do Saara ou da Arábia, mas um lugar excessivamente solitário, favorável à meditação e ao auto-conhecimento. As conhecidas palavras de Lucas: “Veio a palavra de Deus a João, no deserto”,⁶³ são compreendidas por muitos como referindo-se mais a um lugar espiritualmente vazio do que a um deserto literal. Também deduzimos do evangelho que o “retiro no deserto” deveria durar quarenta dias em memória dos quarenta dias que Moisés permaneceu no Sinai ou aqueles em que Elias seguiu para o Horebe. Esta foi a duração do retiro de Jesus antes de iniciar seu ministério público e o lugar onde ele ficou, segundo a tradição, é ainda chamado de Jebel Qarantal, a Montanha dos Quarenta Dias.⁶⁴ O que fazia a pessoa durante o retiro? Jejuava e orava, vivendo diante da face de Deus naquele lugar. Esse parece ter sido um costume bastante comum e vemos o apóstolo Paulo, por exemplo, isolando-se no deserto depois do que aconteceu com ele em Damasco, antes de dar início ao seu apostolado.⁶⁵ Esses períodos de permanência no deserto tinham então a natureza de um retiro “um centro de oração?”⁶⁶ Talvez sim; e nesse caso esses retiros talvez devam estar também relacionados à existência de um grupo de homens em Israel que diferiam completamente dos

outros: os chamados essênios.

OS MONGES DO MAR MORTO

Tanto Josefo como Filo de Alexandria falam com bastante entusiasmo de um grupo judeu religioso especial; e Plínio, o Velho, quer tenha lido a respeito deles em Filo ou tido ele mesmo conhecimento deles na Palestina, homenageia esses judeus com um longo parágrafo no capítulo cinco de sua *Naturalis Historia*. Era do conhecimento comum então, que este grupo, esta “terceira escola de filosofia judaica”, como Josefo a chama, as outras duas sendo a dos saduceus e a dos fariseus, tivesse o seu centro geográfico na região de En Geddi, junto ao Mar Morto, e que ali, reunidos em comunidades de oração, “sem mulheres, sem amor, sem dinheiro, apenas com as palmeiras por companhia”, vivessem homens que se sujeitavam a uma disciplina excessivamente severa e que eram indiferentes a tudo exceto o que se referisse a Deus.

O nome pelo qual tais homens eram chamados variava de acordo com o autor que escrevia sobre eles. Filo usou o termo *Essaioi*, esseanos, vendo nisto um equivalente de *hosioi*, ou homens piedosos. Josefo escreveu *Essenoi*, essênios; e os etimólogos discutiram quanto à expressão derivar-se de *esah*, um partido, ou de *hasid*, *hasidim*, os piedosos, que não eram outros senão os ancestrais dos fariseus. O nome essênios prevaleceu; sendo adotado por Renan, seguindo Frederico II e Voltaire. Mas ninguém sabia muito a respeito dos homens a quem tal nome se aplicava.

A partir de 1947 tudo isto mudou e os essênios se tornaram o mais famoso de todos os grupos, corpos ou seitas em que se dividiu a comunidade judaica. Na primavera desse ano, um beduíno da tribo dos Ta’amireh estava procurando um cabrito que se perdera — isto se assemelha muito ao evangelho — e por acaso entrou em uma das várias cavernas que se abrem na face do penhasco sobre o Mar Morto, a caverna de Ain Feshkha. Ficou surpreso ao encontrar ali vários jarros — onze para ser exato — alguns inteiros e outros quebrados; e mais espantado ainda ao descobrir dentro deles pergaminhos de couro enrolados em tecido, escritos numa língua incompreensível. Esses rolos foram comprados por negociantes em antiguidades e estes, depois de negociações tão complexas quanto o enredo de qualquer história policial, os venderam a vários interessados. Foi então descoberto tratar-se de material do mais alto interesse científico: uma verdadeira biblioteca religiosa, contendo cópias extremamente antigas de certos livros bíblicos assim como certas obras que não fazem parte do cânon do Antigo Testamento. Pesquisas sistemáticas em todas as cavernas do penhasco durante

1951 confirmaram a enorme importância da descoberta. Já em 1948 foi sugerido que a biblioteca em questão poderia perfeitamente ter pertencido aos essênios.

Entre a base do penhasco e a costa do lago sinistro existe um planalto estreito, cortado em grande parte por terríveis desfiladeiros, ou seja, um contraforte; e sobre esse contraforte encontrava-se um amontoado de ruínas, que já eram conhecidas desde há muito pelo nome de *Khirbet Qumrân*, mas que nunca foram escavadas ou examinadas senão casualmente, julgando-se que não passavam de fortificações romanas comuns. Em 1951, uma escavação mais minuciosa revelou um grupo de prédios grandes debaixo da fortaleza; um deles tinha cerca de 37m por 27m; um outro continha uma mesa de 5m de comprimento; sendo ainda outros evidentemente depósitos e oficinas, especialmente uma olaria com seu respectivo forno. Havia também imensas piscinas. A descrição de um grupo de construções desse tipo fazia lembrar um monastério de uma comunidade religiosa; e não houve dúvida que Qumran fora de fato um monastério uma vez que os arqueólogos descobriram ali um cemitério com mil túmulos, onde os esqueletos se achavam cuidadosamente alinhados. A ligação entre esta comunidade e a de En Geddi mencionada por Filo e Josefo evidenciava-se por si mesma. São muito poucos os que atualmente se recusam a admitir⁶⁷ que as surpreendentes descobertas nas vizinhanças do Mar Morto nos fazem entrar em contato com os essênios.

O interesse dessas descobertas é obviamente muito elevado, tendo sido afirmado que excede o da decifração dos hieróglifos por Champollion ou a descoberta de Tróia por Schliemann. Os rolos do Mar Morto, fornecendo cópias de diversos livros bíblicos que não podem ter sido escritos depois do ano 68 d.C., como veremos, transmitem informação de inestimável valor para a crítica textual. Além disso, eles revelaram partes da literatura judaica até então praticamente desconhecidas, algumas delas — certos salmos, por exemplo — são muito semelhantes à Bíblia, enquanto outras diferem completamente. Devemos também acrescentar que alguns textos já conhecidos, mas que pareciam mal colocados ou difíceis de adaptar-se à tradição judia, encaixam-se agora numa estrutura lógica: o *Documento de Damasco*, uma obra encontrada em 1896, na Genizah, o cemitério de livros de uma sinagoga na antiga Cairo, é um deles. Mas, acima de tudo, essas descobertas nos permitem reconstruir a história dos essênios, formar uma ideia mais exata de sua vida, compreender a qualidade espiritual peculiar a eles, e calcular o papel que desempenharam na comunidade judia.

Cerca do ano 150 a.C., quando se tornou aparente que a resistência ao helenismo que levantou o Povo Escolhido contra os selêucidas não mantinha seu caráter de guerra santa, e que os descendentes dos macabeus, os príncipe-

sacerdotes hasmoneus, estavam começando a transigir, um certo número de *hasidim*, os piedosos, descobriu que a oposição doutrinária e quase passiva dos fariseus não bastava. Resolveram “quebrar todas as ligações com o regime e voltar “ao deserto”, isto é, às origens santas de Israel. Este grupo escolhido de homens fervorosos, primeiramente formado de sacerdotes, “os filhos de Zadoque, os guardiães da aliança”, obedeciam a um personagem misterioso chamado Mestre da Justiça. Esses “escolhidos de Deus” se refugiaram nos ermos do Mar Morto, dedicando sua vida ao estudo, observância e defesa da Lei de Deus. Fica evidente que o simples fato de sua existência era uma condenação do sacerdócio e administração do Templo. Surgiu, portanto, em uma data não-determinada, uma crise violenta entre o judaísmo oficial e os monges essênios: um Mestre da Justiça foi morto, talvez por João Hircano, talvez mais tarde, e os membros do grupo fugiram para Damasco. Eles voltaram a Qumran quando a ocupação romana da Palestina sob Pompeu, em 63 a.C., fez com que seus inimigos não mais constituíssem uma ameaça para eles. Radicaram-se ali por cerca de 130 anos, até aquela época durante a revolta dos judeus em 66-70 d.C., na primavera de 68, para ser exato, quando os galeses e os alemães da Décima Legião de Tito devastaram a região do Mar Morto. O monastério foi parcialmente destruído e depois ocupado pelos soldados: os monges fugiram ou foram massacrados, mas não antes de acharem tempo para ocultar seu mais precioso tesouro, os livros sagrados, nas cavernas do penhasco mais próximo. Quando Jesus estava na terra, proferindo a sua mensagem, havia, portanto, essênios em Qumran, e sem dúvida também em outros lugares.

Eles se mantinham resolutamente separados do restante do Povo Escolhido, formando comunidades monásticas que desejavam ficar absolutamente desligadas do mundo exterior e, por completo, indiferentes a todas as questões políticas. Qumran foi provavelmente a casa-mãe desta espécie de ordem religiosa, mas em vários outros lugares da Palestina, e talvez além dela, existiam grupos menores, com dez homens cada pelo menos — dez, que era também o número necessário para a constituição de uma sinagoga — sob a direção de um sacerdote.

O indivíduo juntava-se “à Comunidade” (este o termo usado pelos próprios essênios) depois de passar por um exame e um período duplo de experiência, primeiro de um ano e a seguir, dois. O novo membro entregava todos os seus bens à Comunidade, jurava obediência “à regra e aos seus superiores”, declarava sua intenção de “separar-se dos iníquos” e viver em verdade, justiça e caridade. Depois de aceito como membro era obrigado a praticar várias abluções diárias, usar um traje de linho branco, comer apenas vegetais, observar os ritos da purificação ritual ainda mais escrupulosamente do que os fariseus, talvez falar

em hebraico e não aramaico, e finalmente enterrar seus excrementos. Mas, acima de tudo, devia participar das refeições comunais de todos os irmãos e orar com eles em horas regulares e nos dias santos de festa.

As comunidades essênias achavam-se divididas em três categorias, sacerdotes, levitas e leigos. Elas ficavam sob a direção de um chefe, um presidente, o *Mebagger*, e debaixo deste, um conselho central, uma espécie de capítulo com doze membros, que tratava de todos os assuntos importantes, particularmente o castigo dos membros que desobedecessem às regras; o chefe supremo era o Mestre da Justiça. Mulheres não eram admitidas. “Ninguém nascia entre os essênios” ~ parece porém provável a existência de comunidades femininas que obedeciam às mesmas regras: foram encontrados esqueletos de mulheres em Qumran.

Crianças postulantes podiam ser aceitas, recebendo uma educação especial. Fora das verdadeiras comunidades havia provavelmente essênios solitários que levavam seu ascetismo a maiores extremos, como vemos ainda hoje eremitas no Monte Atos na Grécia, vivendo em cavernas junto aos monastérios cenobíticos até morrerem. Josefo fala de um deles, Banous, que “habitava no deserto, vestido com tangas fornecidas pelas árvores e vivendo do que podia colher”.⁶⁸ Esta descrição nos faz imediatamente lembrar de João Batista; e como o lugar de seu apostolado, o vau de Betsabara no baixo Jordão, ficava a poucas horas de Qumran, é possível que ele também fosse um desses essênios solitários. Mais afastados do Mar Morto, haviam sem dúvida simpatizantes do essenianismo, possivelmente uma espécie de terceira ordem de essênios, que viviam no mundo mas conformavam-se à regra o mais possível. Parece que a seita dos Terapeutas do Egito, mencionada por Filo, pode ter sido formada por imitadores dos essênios, ou um grupo ligado a eles.

O essenianismo era um credo espiritualmente elevado, o qual ficamos conhecendo através de várias obras encontradas entre os rolos: a *Regra da Comunidade* e o *Manual da Disciplina* dizem respeito principalmente ao estabelecimento dos regulamentos do grupo, mas os *Salmos da Nova Aliança*, a estranha e bela *Guerra entre os Filhos da Luz e os Filhos das Trevas* e alguns comentários sobre certas passagens da Bíblia, particularmente extraídas de Habacuque e Miquéias, nos oferecem uma clara compreensão do ensino dos essênios. Ele segue a linha mosaica mais estrita: só existe um meio de buscar a Deus, e esse é a Lei. Deus exige obediência absoluta dos membros da comunidade à Tora, devido a uma “nova aliança” que é uma graça divina. É, portanto, dever dos Filhos da Luz lutar contra os perversos, os defensores do diabo, os Filhos das Trevas. Isso é necessário, além de tudo, porque dois

espíritos antagônicos sempre dividiram entre eles a humanidade pervertida pelo pecado. A alma é imortal para os essênios, pois ela existe antes do corpo ser formado e depois de sua morte volta ao lugar transcendente de onde veio. No final dos tempos, haverá um Juízo Final, quando os homens da perdição serão destruídos e os predestinados, chefiados pelos membros da comunidade, entrarão na glória de Deus.

Não é fácil formar uma opinião exata quanto à importância dos essênios na vida religiosa dos judeus. Alguns dizem que sua influência era mínima, enquanto outros julgam exatamente o oposto.

O essenianismo se desenvolveu dentro de uma estrutura especificamente judaica e num *milieu* sacerdotal, entre homens que alegaram ser os guardiões da pura tradição de Israel. Fica claro, todavia, que alguns elementos religiosos não-judeus foram introduzidos. Josefo declara que o essenianismo recebera a influência das crenças de Pitágoras e da doutrina dos “dois espíritos”, que é exatamente a do dualismo persa, com sua guerra entre Ormuzd, o espírito da bondade, e Ahriman, o da maldade. Os essênios discordavam de grande parte do sistema sacerdotal e de muitos dos ritos oficiais: recusavam-se especialmente em participar de qualquer “sacrifício de sangue” e só faziam ofertas de farinha. Por ocasião das grandes festas eles enviavam representantes ao Templo, mas mantinham-se visivelmente separados, provavelmente permanecendo no pequeno pátio reservado aos nazireus ritualmente puros. Não há sombra de dúvida de que o seu estilo de vida se opunha aos princípios básicos do judaísmo. Um axioma rabínico repetidamente citado no Talmude dizia: “O homem deve seguir os caminhos do mundo”; mas de sua parte os essênios não seguiam o caminho do mundo, não participavam do destino coletivo do povo; e sua alegação de que só eles constituíam o verdadeiro Israel, o Israel da Graça, desviava-se por completo da ideia fundamental da tradição judaica segundo a qual cada crente deveria encontrar sua salvação dentro do contexto do Povo Escolhido, dentro dele, por ele, e juntamente com ele. O Mestre da Justiça foi indiscutivelmente uma das grandes figuras da história da humanidade; não se pode também negar que os ensinamentos dos essênios foram dos mais nobres que já surgiram do pensamento judeu; pode ser, porém, perguntado se esses homens enclausurados, esses solitários, tiveram qualquer influência positiva sobre seus contemporâneos e sobre o destino do mundo.

A não ser que (pois seria errado não mencionar uma hipótese que, se os textos e fatos a apoiassem, mostraria terem sido os essênios o grupo religioso mais importante) a não ser que, de fato, os essênios fossem cristãos, antes mesmo do cristianismo. Ou, a não ser que os cristãos fossem na verdade uma espécie de essênios. Já no século dezoito Frederico II afirmou estar certo de que

este era o caso, e mais tarde Renan definiu o cristianismo como “um essenianismo bem-sucedido”. A hipótese foi proposta várias vezes desde as descobertas nas cavernas e em Qumran; e em certas ocasiões apresentada como um fato declarado. Segundo alguns, o Mestre da Justiça foi um dos ancestrais de Cristo, a não ser que o próprio Cristo fosse ele mesmo um Mestre da Justiça, condenado à morte pelos sacerdotes como seu precursor tinha sido.

A hipótese se baseia principalmente em semelhanças textuais que ninguém tentaria negar. João Batista, ao declarar: “Eu sou a voz do que clama no deserto...”, estava usando uma citação de Isaías muito comum entre os essênios. E da boca do próprio Cristo temos frases com uma nota distintamente esseniana: ele fala, por exemplo, da “nova aliança” e dos “Filhos da Luz”. A ideia do Verbo criador nos evangelhos, particularmente a de João, está muito próxima do que o *Manual de Disciplina* dos essênios afirma sobre o pensamento de Deus, que do vazio fez surgir o mundo. Em Paulo encontramos expressões essenianas repetidas palavra por palavra,⁶⁹ e nos defrontamos novamente com o dualismo em forma cristã em dois escritos da primeira igreja, o *Diãache* e a *Epístola de Barnabé*, para não citar Agostinho e, muito mais tarde, Inácio de Loiola.⁷⁰ Existem outros argumentos que podem ser também apresentados em defesa desta hipótese. Nem João Batista nem o Senhor fizeram qualquer ataque aos essênios, embora ambos tratassem severamente os fariseus e saduceus. Melhor ainda, os evangelistas jamais os mencionam, como se fossem do seu grupo e como se estivessem falando em nome deles. Finalmente, depois do tumulto dos anos 66-70 d.C., os essênios desaparecem completamente de cena: a história não volta a mencioná-los. Será que isto mostra terem eles simplesmente se tornado cristãos? Cristãos verdadeiros, ou talvez hereges, como os ebionitas com quem Ireneu batalhou, hereges que se chamavam de “Pobres” e que explicavam tudo com base no conflito entre as “duas partes de Deus”, Cristo e o diabo.

A hipótese na verdade não é sólida, vai contra a evidência. O essenianismo foi essencialmente um movimento sacerdotal, iniciado e orientado por sacerdotes, nada tendo em comum com o cristianismo, que foi um grande movimento do povo desde o começo e que se solidificou cada vez mais nesse sentido com o correr do tempo. O essenianismo baseava-se na mais estrita observância da Lei, tão estrita e tão rígida que parecia superar o farisaísmo dos fariseus. Podemos estar certos de que um essênio jamais concordaria com o Senhor a respeito da guarda do sábado ou sobre a pureza ritual. Os essênios esperavam certamente um Messias; mas um Messias-sacerdote, um Messias de Arão, um sumo sacerdote que seria o santo: o conceito cristão de Messias é absolutamente oposto a isto, assim como a Igreja de Cristo, aberta imediatamente a todos os homens, mesmo aos impuros e pecadores, é por

completo antagônica a qualquer coisa que tenha a natureza de uma seita exclusiva - a igreja que afirma que a graça da “nova aliança” não está reservada a um pequeno grupo de monges e terciários, mas deve beneficiar todos os justos.

O essenianismo, então, era um elo entre o judaísmo e o cristianismo, embora não fosse o único. É natural que houvessem outros, desde que Cristo nasceu judeu, viveu como judeu e falou como judeu. Mas nenhum desses claros sinais de parentesco prevalece contra o fato daquele imenso e decisivo progresso que resultou da vinda de Cristo ao mundo.

Notas

1. Em seu livro Jerusalém. Jeremias sugere 18.000; Büchler. 25.000 em seu Die Priester und der Cultus im Letzten Jahrzeit des jerusalemischen Tempels.
2. Veja Histoire sainte. p. 133.
3. Sobre a nobreza, veja p. 160.
4. Sobre o ódio da classe sacerdotal, veja p. 179.
5. Levítico 21.16, etc.
6. Veja p. 77.
7. Levítico 8 e Êxodo 29.
8. Sobre a pena de morte na fogueira para as filhas dos sumos sacerdotes que praticavam a prostituição, veja p. 203.
9. Sobre o cargo de sumo sacerdote. Veja p. 69; sobre os vários sumos sacerdotes na época de Cristo, p. 69.
10. Êxodo 28.
11. Êxodo 28.30.
12. Médico do Templo, veja p. 370.
13. 1Crônicas 24.7-19.
14. 2Reis 23a; 25.18; Jeremias 52.24.
15. Atos 4.1.
16. Middoth 1.2.
17. Sobre os escribas como uma classe social, veja p. 177ss.
18. Neemias 8.
19. Pirke Aboth 1.1.
20. Encontrado com frequência no Talmude, especialmente em Pirke Aboth 1.1.
21. Büchler, no seu livro sobre o Sinédrio enfatiza particularmente este papel, sendo seguido por Lauterbach e Bickermann.
22. Veja p. 168.
23. Sobre métodos de memorização, veja p. 307.
24. Megillah 16.6.
25. Algo parecido existe em nossos dias no mundo comunista: o pensamento marxista deve influenciar toda a vida e governá-la; tudo no comportamento humano precisa ser especificamente marxista.
26. Detalhes sobre saúde e higiene; por exemplo, veja p. 364ss.
27. Sobre o Midrash, veja p. 433.
28. Sobre a memória, veja p. 307.
29. João 3.
30. Rabino A. Cohen, op. cit.

31. I Mac 8.
32. Sobre a ressurreição, veja p. 380.
33. Wars 2; Antiquities 13.17 e 16.
34. Veja o ano sabático, p. 403.
35. Veja os sentimentos contra as famílias dos sacerdotes, p. 179.
36. Veja a luta dos hasmoneus contra os fariseus, p. 71.
37. Antiquities 17.2.
38. Sobre os Am-ha-arez, veja p. 172ss.
39. Sobre os zelotes e os Sicarii, veja p. 93.
40. Veja Henri Amouroux, J'ai vu vivre Israël, p. 240.
41. Shabbath 30, a.
42. Bible apocryphe, p. 240.
43. Sotah 13, b, Bar.
44. Mateus 15.5.
45. Marcos 12.28; Lucas 10.25; João 23.2.
46. João 3.1, etc.
47. Lucas 7.36; 11.37.
48. João 3.1 e 7.50.
49. Lucas 13.21.
50. Atos 23,26; Filipenses 3.
51. Atos 5.36-40.
52. Sobre o ritualismo dos fariseus, veja p. 488.
53. Marcos 7.11; cf. Mateus 15.5.
54. Números 6.2.
55. Amós 2.11.
56. Sobre o pátio dos nazireus no Templo, veja p. 409.
57. Juízes 16.17.
58. Siphra Nombres, 26.9, a.
59. Nedarim 9.6.
60. Cf. Mireaux, La Reine Bérénice, p. 127.
61. Lucas 1.34.
62. Veja R. Tamisier, Evangiles apocryphes, e Les Evangiles de la Vierge de Daniel-Rops.
63. Lucas 3.2.
64. Veja Jesus in His Time, ch. 4.
65. Sobre a estada de Paulo no deserto, veja Saint Paul, ch. 2 de Daniel-Rops.
66. Padre Daniélou: Les Manuscrits de la Mer Morte, p. 25.
67. Cf. dei Medico, obra citada.
68. Josefo, Autobiography II.
69. Veja Daniélou, op. Cit., p. 95.
70. Existe uma enorme bibliografia sobre os documentos do Mar Morto. Vamos limitar-nos a citar alguns livros. Existe um número tão grande de obras que a Bibliographie zu den Handschriften vom Toten Meer de C. Burchard, impressa em 1957 em Berlim, já foi superada. Géza Vermes, Les Manuscrits du Désert de Juda (Paris, 1953); A. Dupont-Sommer, Les Ecrits esséniens découverts pres de la mer Morte (Paris, 1960); Millar Burrows, The Dead Sea Scrolls (1956 e 1958); A. Vincent, Les Manuscrits hébreux du désert de Juda (Paris, 1953) (com textos selecionados); Jean Daniélou, Les Manuscrits de la Mer Morte et les Origines du Christianisme (Paris, 1957). Finalmente queremos mencionar os dois livros em que H. E. dei Medico argumenta contra a "tese dos essênios": The Riddle of the Scrolls (1958) e Le Mythe des Esséniens (Paris, 1958).

CAPÍTULO VINTE - A FÉ DE ISRAEL E A VINDA DO MESSIAS

O PRIMEIRO MANDAMENTO

Essa era então a estrutura da vida religiosa dos judeus quando Cristo veio ao mundo. O que resta ainda para ser mostrado é a natureza desta vida; isto é, como a alma vivia a sua religião. Como toda religião evolui com a sociedade que lhe serve de contexto, enfrentando novos problemas em cada geração sucessiva, devemos também mostrar que problemas confrontaram os judeus do primeiro século, que novos problemas os forçaram a adotar novas atitudes.

Todos estão lembrados do diálogo no evangelho em que um escriba perguntou ao Senhor: “Qual é o principal de todos os mandamentos?” Jesus replicou citando o verso de abertura do Shema, a oração diária: “Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor!”¹ Ele continuou então fazendo um comentário admirável sobre esta citação. A resposta foi pertinente: judeu algum podia ter dado qualquer outra. Quase no mesmo período a obra apócrifa, *Carta de Aristéias*, disse: “O primeiro ensinamento é que existe um só Deus”.² Esta era de fato a base da fé de Israel, um monoteísmo absoluto, intransigente, que não admitia o menor sinal de idolatria: em última análise toda a religião tinha sua origem no axioma: “Só há um Deus”.

No início da nova era, esta fé monoteísmo continuava tão fortemente enraizada na consciência do povo como nos dias em que Judite a proclamou diante dos anciãos da cidade sitiada, antes de fazer sua perigosa aproximação de Holofernes: “Pode ser contado a nosso favor que não seguimos o exemplo perverso de nossos antepassados, que esqueceram o seu Deus e adoraram deuses estrangeiros em seu lugar... Nós pelo menos, reconhecemos um Deus, e só Ele”.³ Os rabinos a apoiaram sempre e em todo lugar. “A condenação da idolatria,” disse um deles, “tem maior importância do que todos os preceitos da Torá”.⁴ Outro observou: “O homem que, por idolatria, tira do pescoço o jugo de Deus, nega ao mesmo tempo todos os seus mandamentos”.⁵ Judeu algum podia transigir com este princípio: o tratado *Sanhedrin* admitia ser admissível em caso de perigo mortal, violar os mandamentos diretos da Torá, mas afirmava não haver caso algum em que a pessoa tivesse permissão para ceder à idolatria.⁶ No relato da morte sublime do rabino Akiba que foi martirizado, ficamos sabendo que ao sentir que seu corpo torturado estava próximo do fim, ele recitou a

Shema, pronunciando a última palavra da mesma *shad*, “um” no sentido de que “o Senhor é único”, até que a vida o deixou.⁷

Será que todos os judeus estavam preparados para mostrar este tipo de heroísmo? Imitariam todos eles os irmãos macabeus que preferiram morrer do que ceder à idolatria, por menor que fosse? Em todo caso, parece que a infidelidade direta, a apostasia formal, era muito rara, mesmo nos círculos opulentos e elegantes, onde o estilo de vida era mais do que três quartos pagão. Uma vez que fosse posta em dúvida a unicidade, a singularidade de Deus, até mesmo pessoas como Berenice ou Herodes Agripa sabiam onde estava o seu dever e falavam abertamente a Roma. Quanto à população, bastava acenar com o espectro da idolatria diante deles a fim de produzir uma reação instantânea de horror piedoso — uma reação contra Herodes o Grande, por exemplo, quando ele mandou colocar sua águia dourada no frontão do Templo, ou contra Pilatos, quando suas tropas entraram em Jerusalém com as bandeiras desfraldadas. Os judeus sabiam que o que os separava e dava razão à sua existência era o fato de serem o Povo do Deus Único, e isso a tal ponto que, segundo os ensinamentos dos doutores, “Qualquer homem que repudie a idolatria é considerado como judeu”.⁸ Pagãos como Juvenal, Tácito e Plínio, vendo que os judeus não acolhiam favoravelmente os membros de seus vários panteões, fizeram-lhes a homenagem de chamá-los ateus.

O judeu acreditava não neste Deus único, nesta Divindade singular, invisível e imaterial, o criador e senhor do mundo, todo-poderoso e onisciente, através de qualquer operação mental de raciocínio ou dedução lógica, mas em vista de uma revelação. Para o judeu, o seu Deus representava na verdade o inverso daquele “Deus dos filósofos e eruditos” citado por Pascal; e esse Deus se impunha à sua percepção com tanta força quanto um objeto que pudesse ser tocado ou um ser animado que pudesse ser visto. O Antigo Testamento, os livros apócrifos e os Evangelhos estão cheios de expressões que confirmam esta fé decidida, para a qual a doutrina do monoteísmo é tão aparente que ninguém se lembra de demonstrar a sua verdade. O Senhor ali está, onipresente, no Lugar Mais Santo no coração do Templo, mas também manifesto na natureza, que é sua obra e “estrado dos seus pés”, assim como no coração dos homens justos que creem nele. Negar este fato evidente era — e a Bíblia repete isto em vários pontos — ser literalmente um *nabal*, um insensato, “um coração temerário”.⁹ Isto não significa que não houvessem indivíduos perversos que se comportavam como se Deus não existisse, mas ninguém professava um ateísmo direto, uma negação doutrinária. Em qualquer caso, não se encontra em texto alguma evidência de tal coisa ter acontecido.

Esta grande ideia de um Deus onipresente, exigindo reconhecimento disto

como o mais inegável dos fatos, é que dá real significado a toda esta vasta rede de regulamentos e preceitos que encerrava tão rigidamente a vida dos judeus como já tivemos ocasião de observar. Numa vida consagrada tudo é santo, desde que tudo obedece a Deus; e, tomando de empréstimo uma das mais belas frases de Léon Bloy, “tudo o que acontece é digno de adoração”.¹⁰ A confiança em Deus e na Providência tantas vezes ensinada nos evangelhos era também um dos axiomas contidos nos ensinamentos dos rabinos. Isto se aplicava de tal forma que dizer a respeito de um certo homem que se tratava de um verdadeiro crente, um homem de fé, significava ser ele alguém que sob todas as circunstâncias colocava sua inteira confiança em Deus. A expressão oposta, “homens de pouca fé”, é usada tanto no Talmude como no Evangelho como uma qualificação para aqueles que se preocupam demasiado com o futuro. O famoso advérbio hebraico, *amen*, que os cristãos repetem tão mecanicamente todos os dias, expressava um ato de fé e ao mesmo tempo de submissão a Deus e aos seus planos. As duas traduções dadas hoje pelos cristãos a essa palavra não correspondem exatamente a esses dois significados? “Assim seja,” no final da oração; mas a frase de Cristo “*amen dica vobis*” nós a traduzimos como “Em verdade, vos digo”.

Ao que tudo indica, uma piedade profunda e sincera enchia inúmeras almas judias: as regras e preceitos estritos estabeleciam a estrutura da vida, mas não impediam necessariamente seus impulsos espirituais. Não era simplesmente para obedecer às exigências da Lei que os homens oravam três vezes por dia, que iam frequentemente ao Templo e jejuavam regularmente. Basta abrir o evangelho e tomar consciência da atmosfera de oração que invade tudo: nosso Senhor repetidamente “se afastava deles para orar no deserto”; seus discípulos dizem: “Senhor, ensina-nos a orar”; e diante do mistério que iria modificar, transtornar e confundir toda a sua vida, uma oração sublime surgiu imediatamente nos lábios de Maria. Os livros e tratados apócrifos do Talmude, escritos mais tarde, são pródigios em apresentar provas desta universalidade da oração. “O Todo-poderoso”, diziam os rabinos “deseja sinceramente receber as orações dos justos”. E acrescentavam sabiamente que até mesmo o homem “que se sente um pecador indigno deve orar”; e também, “mesmo aquele que sinta que não foi ouvido, ainda assim deve orar”. Pois “a oração está acima do sacrifício, está até mesmo acima das boas obras”.¹¹

Esta oração poderia ser feita por razões de interesse, e de fato isso acontecia com frequência. As pessoas oravam para que Deus e sua providência lhes concedessem favores eminentemente materiais, para que fossem curados, bem-sucedidos em seus empreendimentos, protegidos nas viagens e assim por diante. O *Pirke Aboth*, porém, “Os Ditados dos Pais”, declarava: “Não sejam como os

servos que estão sempre esperando um presente. Sirvam a Deus sem esperar recompensa”.¹² A oração mais sincera de Israel, aquela que expressa melhor uma fé completamente desinteressada, é a que se ouve continuamente dos lábios dos santos do Povo Escolhido e de seus sábios: “Bendita a glória do Senhor!” Trata-se da mesma oração feita por Cristo: “Não para mim, Senhor, mas a Ti seja toda a glória.”

DEUS ESTARIA SE AFASTANDO DO HOMEM?

Na religião judia dos tempos de Cristo, à qual seria injusto chamar de legalismo sem alma e nada mais, existia uma coisa que nos espanta: Deus jamais era nomeado. Será possível imaginar um cristão que nunca diga “Jesus” ou “Cristo”? Ou um maometano que jamais invoque Alá? Todavia, este era realmente o caso. O nome de Deus, aquele que ele revelou a Moisés no Sinai como penhor de sua misericórdia, era Javé: ou seja, desde que não existiam vogais em hebraico, era o tetragrama sagrado, as quatro consoantes YHWH. De maneira gradual, no entanto, durante um período de cerca de trezentos anos, surgira o costume de jamais pronunciá-lo. No começo foi substituído pela palavra *Adotiai*, que a Septuaginta traduziu pelo termo grego *Kyrios*, Senhor; mas mesmo este poucas vezes se ouvia, e só nas orações tradicionais. As expressões *El* e *Elohim*, usadas em Gênesis para Deus, também eram evitadas. O uso do nome mais santo de todos, Javé, ficava praticamente confinado ao sumo sacerdote ao officiar no Templo. Mas o rabino Tarphon conta como, tendo-se esgueirado entre os sacerdotes durante uma cerimônia e ouvido atentamente, percebeu que o sumo sacerdote “engolia” o nome.¹³ Esta tendência chegou ao ponto de um rabino ensinar: “Quem quer que pronuncie o Nome pode ser condenado à morte”.¹⁴

Se não podiam nomeá-lo, como então se referiam a Deus? No *Yom Kippur* o sumo sacerdote dizia: “Ó, Nome, pequei diante de Ti”. Era comum usar a palavra Céu em substituição aos nomes divinos, como fazemos hoje: “Que o Céu o abençoe”, “Que o Céu esteja contigo”. Algumas expressões ainda mais estranhas tinham surgido: o “Lugar”, a “Habitação”, a “Morada Interior” — a última, o *Shechinah*, possuía também um belíssimo sentido espiritual, semelhante a “presença” ou “iminência”. “Glória,” “Majestade,” “Poder,” eram também termos comuns, e mais comuns ainda, “o Altíssimo”, “o Santo”, “o Misericordioso” e, naturalmente, “o Eterno”.

A explicação deste costume evidentemente se encontra no monoteísmo intransigente da fé judaica. Poderia o Povo Escolhido, em contato diário com os

pagãos, chamar o seu Deus pelo nome, como se ele fosse um simples Júpiter, Adonis ou Mitras? Isto, todavia correspondeu a uma mudança no relacionamento entre Deus e o homem. O mundo se achava obviamente muito removido dos costumes antigos: o nome sagrado de Deus não era ainda conhecido por Abraão, mas ele convidou o Todo-poderoso e seus anjos a comerem em sua companhia. Moisés, os reis e os profetas tiveram surpreendentes confrontos com ele; mas o mundo não se encontrava mais nesse estágio.

Tratava-se de um artigo de fé para os judeus saber que o relacionamento entre Deus e o homem fora estabelecido pela aliança,¹⁵ o pacto entre o Todo-poderoso e Abraão, confirmado no Monte Sinal Israel, o povo escolhido por Deus como testemunha da verdade monoteísta, sabia e acreditava com todas as suas forças que possuía o privilégio de uma relação inteiramente especial com ele, que a mão direita do Todo-poderoso se apoiava sobre a cabeça de Israel. Foi à luz desta convicção que os judeus solucionaram a aparente contradição entre os dois atributos que reconheciam em Deus, o Juiz que pesava os atos humanos com pesos imutáveis; mas, ao mesmo tempo, o Deus de misericórdia. Isto era um grande bem, pois se viesse a julgar com justiça rígida, “quem” pergunta o salmista, “poderia suportá-lo? O Povo Escolhido, refletindo sobre a sua história, descobriu nela a prova de que o Senhor jamais exerceu a sua justiça em toda a sua severidade, e que sempre concedera perdão.

Ficava, porém, ainda a ser resolvida a dificuldade de reconciliar o temor de Deus com o amor a Deus, o medo da sua justiça com a esperança de sua bondade misericordiosa: e este problema se apresentava mais urgente para os judeus dos dias de Cristo; nesse período eles se sentiam oprimidos e ameaçados, no mais fundo de uma das grandes depressões em sua história. Têm-se a impressão de que nessa época havia duas correntes, uma induzindo a alma a aproximar-se de Deus num impulso de confiança, a outra impondo-lhe medo e reverência. Ambas podem ser vistas na fé judaica dos dias de Cristo, e seria simplificar demasiado as coisas dizer (como fazem muitos) que a religião do Antigo Testamento é uma religião de temor e a do Novo uma religião de amor.

Baseados na aliança, os israelitas sempre se julgaram filhos de Deus, filhos de Javé. A expressão “nosso Pai” é encontrada repetidamente no Antigo Testamento, mas no sentido coletivo. Deus é o Pai de Israel por ter criado o Povo de Israel, escolhido a nação e acumulado de favores. Todos os judeus se lembravam da grande voz de Isaías e dos capítulos 63 e 64 que registravam sua esplêndida confiança. A maioria dos doutores da Lei seguia esta linha de pensamento: é assim que o rabino Ben Zakkai fala das “pedras do altar que fizeram paz entre Israel e seu Pai que está nos céus”. Mas, nesse intervalo uma outra tendência mais pessoal se desenvolvia. No Livro da Sabedoria o homem

justo “gaba-se de seu parentesco divino”.^{16*}

Numa frase bem torneada, o rabino Beh Shetah declarou: “Não devemos comportar-nos como crianças mimadas em relação a Deus Pai”; e o rabino Ben Azaria aconselhava os homens “a fazer a vontade de Nosso Pai que está nos céus”. Existem até apólogos talmúdicos de que Deus manda buscar seu filho pecador com as palavras: “Pode um filho envergonhar-se de voltar para o pai?” Pode ser dito então que havia uma tendência insistindo com a alma para que se aproximasse de Deus, sentindo que ele era infinitamente bom, que correspondia ao amor oferecido e estava sempre pronto a responder às súplicas do homem. Mas esta não era a corrente mais forte. Os textos que mostram sua existência são poucos, e não se pode ter a certeza de que alguns não tenham sido datados depois da época de Cristo. Uma outra corrente de pensamento tinha com certeza muito maior importância.

Tratava-se do temor. A mesma tendência que num excesso de respeito fez cair em desuso os nomes divinos. Não há dúvida alguma que no Antigo Testamento o temor de Deus ocupava um lugar mais importante e era muito mais difundido do que o amor por Ele. O profeta Isaías não chegou mesmo a falar que sua mais profunda alegria era o temor do Senhor?¹⁷ Um provérbio renomado dizia: “O temor do Senhor é o princípio do saber”.¹⁸ “Bem-aventurado o homem que teme ao Senhor” afirmou o salmista.¹⁹ Este era com certeza o sentimento dominante na religião dos judeus contemporâneos de Cristo. Os pagãos que simpatizavam com a fé judia e viviam de acordo com a Lei eram chamados de “homens tementes a Deus”; em vários apócrifos e inúmeros textos talmúdicos a expressão é sinônima de homem “justo” ou “reto”. Muito antes dos dias do Senhor, o rabino Antígono de Socco cumprimentava seus amigos e terminava seus discursos com as palavras “Possas o temor do Senhor estar em você”²⁰ Embora alguns rabinos ensinassem que “o amor a Deus era mais valioso do que o temor de Deus”, pode-se supor que este sentimento fosse apresentado mais como uma espécie de ideal sublime do que como uma realidade imediata. Aquele escriba que declarou no evangelho concordar com Cristo quando falou sobre o primeiro mandamento, o principal, não era sem dúvida uma exceção; mas é igualmente certo que a maioria dos doutores não teria comentado a respeito do versículo de Deuteronômio (6.5) citado no *Shema* naquelas conhecidas e admiráveis palavras “Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força”,²¹ pois eles teriam dito com toda certeza: “Temerás o Altíssimo”.

Não havia reação por parte dos crentes devido a este afastamento de Deus? Existem alguns sinais que parecem dar a entender que havia. Diversos livros do Antigo Testamento falaram da sabedoria,²² tratando-a como uma evidência ou

marca exterior da fé. Os doutores reagiram violentamente; para eles a sabedoria fazia parte da mesma entidade que a Lei, misturando-se com a Torá e as suas tradições.²³ Existia, porém, uma escola que se recusava a identificar a sabedoria, no sentido de um conhecimento místico de Deus e uma sujeição confiante à sua vontade, com qualquer texto escrito ou preceitos formais; para eles a sabedoria era algo semelhante e próximo a hipóstase, quase a própria substância da divindade. O Livro da Sabedoria, contido na Septuaginta, pertencia a esta escola: os rabinos mais estritos negaram-se, portanto, a admiti-lo no cânon. Muitas obras apócrifas seguem a mesma tendência, particularmente o *Livro de Enoque*, que deu à sabedoria uma personalidade, tornando-a uma espécie de intermediário entre Deus e o homem — observando ao mesmo tempo que pelo fato da sabedoria não ter encontrado lugar na terra ela fora habitar entre os anjos.

A considerável extensão da crença nos anjos também formava parte desta mesma tendência: tratava-se de uma crença que datava dos primeiros dias do Povo Escolhido. Lembramo-nos de Abraão e dos anjos que foram seus hóspedes e de Jacó lutando no vau do Jaboque, mas desde a volta do exílio, talvez por causa da influência persa, ela havia assumido uma enorme importância na vida do povo comum. Os saduceus, como declarado em Atos, não criam absolutamente neles.²⁴ Josefo diz que os essênios classificavam a angelologia entre os ramos do conhecimento que deviam permanecer secretos.²⁵ Nos livros apócrifos e no Talmude os anjos são de grande consequência, e nos evangelhos, particularmente no de Lucas, também se destacam, associando-se de perto com a maravilhosa aventura da Encarnação. As pessoas falavam com frequência dos anjos, discutindo seu caráter, sua categoria e o número de seus exércitos. Até mesmo seus nomes eram conhecidos: Miguel, Gabriel, Rafael, Raquel, Fanuel, Saraquiel. E naturalmente todo mundo sabia que embora houvessem anjos bons existiam também os perversos, com Satanás como chefe.

Se Deus parecia afastar-se, surgia então a necessidade de mediadores. Vemos nisso uma característica típica da vida religiosa judaica, e também nisto o messianismo encontraria parte do seu apoio.

“E O SEGUNDO SEMELHANTE A ESTE, É”

Um dos polos do judaísmo era a sua fé monoteísta, embora tivesse um outro; a sua lei moral. Este ponto diferia também por completo do paganismo greco-romano; pois enquanto os olímpios podiam ser tudo menos modelos de comportamento decente, a religião de Israel impunha ao homem uma regra tanto ética quanto metafísica. Esta fora a contribuição decisiva de Moisés, quando, na fumaça do Sinai ele ouvira a voz do Altíssimo ordenando que escrevesse os dez

mandamentos. Depois dele e apesar de inúmeras apostasias, como resultado do pecado original, as gerações fiéis haviam continuamente estreitado e multiplicado as ligações entre a ética e a crença. A revelação mosaica resumia-se no estabelecimento da lei moral natural; mas os profetas, em especial, tinham ultrapassado de muito esses preceitos em sua admirável tentativa em fazer da religião um assunto mais ligado à vida interior do homem. Desde a volta do exílio a maior parte da obra dos doutores da Lei fora o estabelecimento de um código legal baseado na Torá que permitisse aos homens comportarem-se segundo a vontade de Deus em todas as circunstâncias. Este ensino rabínico pode ser chamado de excessivamente escrupuloso e detalhado: mas embora possa ser assim, não é menos maravilhoso ver uma nação inteira — e não apenas uma escola filosófica, como acontecia entre os gregos, mas todo um povo — declarar a preeminência da lei moral e (pelo menos oficialmente) seu desejo de conduzir-se de acordo com as exigências da lei.

Na época em que Jesus veio ao mundo, não existe dúvida que o monoteísmo moral do seu povo alcançara um nível altíssimo. Todos os rabinos estabeleceram o princípio de que o primeiro tributo cobrado por Deus ao homem era a santidade de vida. “Vocês devem ser separados, os servos de um Deus que é separado”, dizia a Bíblia.²⁶

A imitação da santidade divina, portanto, era o ideal colocado diante de cada homem que desejava ser fiel à sua fé. Este princípio deu origem a um ensino ético descrito como o “mais elevado e belo de toda doutrina judaica, superior a todas as doutrinas morais do Mundo Antigo”.²⁷

Não é nosso propósito mostrar os preceitos desta doutrina em detalhe neste livro. Além disso, são os mesmos dos ensinamentos cristãos. Eles não se confinam às proibições — não matar, não roubar, não mentir. As virtudes que os rabinos invariavelmente exaltavam eram a retidão, a sinceridade, a castidade e a humildade. E pelo menos para os melhores não se tratava apenas de uma questão de submeter-se às exigências da Lei e de seus intérpretes, mas de viver verdadeiramente diante de Deus, e adaptar-se a ele. É praticamente certo que vários rabinos já estivessem ensinando essa doutrina que receberia a sua forma final das mãos do Senhor, a doutrina de que o indivíduo não devia agir simplesmente em obediência aos imperativos morais, mas também purificar a alma. As conhecidas palavras de Cristo: “Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela”²⁸ expressam surpreendentemente uma ideia que o rabino Simeon ben Yochai tinha em mente quando falou dos “pecados dos olhos” e dos “pensamentos impuros que levam à fornicção”.²⁹

Entre os aspectos mais originais dos ensinamentos morais judeus, existem dois que

devem ser particularmente notados. O primeiro é a importância dada à virtude da castidade. Baseados no mandamento mosaico que proibia o adultério, os homens inspirados que elaboraram a Bíblia e os rabinos que a comentaram havia elaborado toda uma ética sobre a sexualidade, um sistema em relação ao qual o cristianismo nada deveria acrescentar (exceto, como vimos, na questão do casamento³⁰). Tudo que a teologia moral proíbe hoje já era então proibido pelos rabinos, e exatamente proibido — tanto as relações conjugais irregulares como a homossexualidade. A licenciosidade sexual era grandemente reprovada e os casos mais graves sofriam castigos severos. Josefo confirma este ideal de pureza: “Nós, os filhos dos hebreus, obedecemos leis excelentes. Enquanto as demais nações permitem que rapazes de quatorze anos deitem-se com prostitutas que fazem comércio do seu corpo, não permitimos que uma única prostituta viva em nosso país; as mulheres desta profissão são condenadas à morte. Antes da autorização legal não temos comércio com qualquer mulher: somos casados virgens e não contraímos casamento com a ideia de prazer, mas de gerar filhos”.³¹ Josefo não é uma testemunha inteiramente confiável e provavelmente exagerou um pouco, pois vimos³² que havia prostituição em Israel. Todavia, a proclamação do ideal de pureza e castidade é algo elevado, acima de tudo numa época em que todo o mundo pagão, e a sociedade romana em particular, a sociedade do *Satiricon* de Petrónio estava fornecendo exemplos tão infelizes de depravação sexual.

O segundo aspecto da doutrina ética judia, e talvez o mais surpreendente, era a sua insistência sobre as virtudes da bondade, fraternidade e caridade. Se retrocedermos ao diálogo entre o Senhor e o escriba no evangelho, veremos que essas virtudes eram tidas em tão alta estima que a sua prática é colocada no mesmo nível que a da fé monoteísta. “O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.³³ O mandamento em si se encontra em Levítico (19.18). Mas para falar desse modo e ganhar a aprovação do escriba, o Senhor deve ter interpretado os sentimentos mais geralmente aceitos de seu povo.

Foi observado que a intenção moral dos preceitos mosaicos é inteiramente altruísta: ela se preocupa menos com a perfeição do indivíduo do que com a eliminação de todas as causas de conflito, todas as relações difíceis entre os homens. A Lei proibia prejudicar o próximo roubando os seus bens ou sua esposa, ou pela fraude; ela proibia que o matassem. Os livros inspirados, especialmente Jó, Salmos e os profetas, com os rabinos após eles, haviam desenvolvido uma enorme quantidade de mandamentos positivos extraídos dessas proibições, e sua tendência era promover um ambiente de fraternidade entre o Povo Escolhido. As Escrituras Sagradas contêm inúmeros preceitos cuja intenção caridosa é bastante evidente: no curso do presente livro vimos vários

deles — o que, por exemplo, exigia que o credor que tivesse aceito uma capa como penhor devia devolvê-la ao devedor à noite, ou o que proibia a ceifa do trigo junto às extremidades ou nos cantos do campo, a fim de que os pobres tivessem o que comer. O ano sabático foi também resultado da mesma espécie de intenção caridosa.

As esmolas eram obrigatórias, exigidas por Lei. “Receba o perdão dos seus pecados dando aos pobres”, repetiam os doutores da Lei; e de novo “Dê ao pobre o que lhe pertence, pois tudo o que você tem vem de Deus e pertence a todos”. Ser generoso era alcançar mérito aos olhos de Deus, pois “o pobre faz mais pelo rico do que o rico pelo pobre”. Havia uma crença popular no sentido de que para ter filhos era essencial dar boas somas de dinheiro aos pobres. Contava-se também a parábola das duas ovelhas que queriam nadar através de um rio: uma delas dera a sua lã e cruzou-o sem problemas; a outra guardara a sua lã, e esta pesou tanto que a ovelha afundou.³⁴ Josefo diz que a recusa de um pedido de esmola era uma transgressão muito séria: “mais grave do que a idolatria”, afirma o rabino Joshua ben Gorba. O Talmude contém muitos textos que mostram que os doutores de Israel, ao pedir que os fiéis dessem esmolas, desejavam que isso fosse feito com decência e bondade, sem ferir os que as recebiam. “É melhor atirar-se em uma fornalha ardente”, disse o rabino Simeon ben Yochai, “do que fazer um insulto em público a um pobre”.³⁵ Quando Zaqueu, o publicano, disse no evangelho que daria metade de seus bens aos pobres,³⁶ estaria ele exagerando? Talvez não. Fica-se certamente com a impressão que no judaísmo dos dias de Cristo havia duas tendências tanto no plano ético como no metafísico. A primeira era tradicionalista, aderindo estritamente à letra da Lei, mantendo os princípios de legalidade rígida, daquela justiça retributiva cuja severidade vimos num capítulo anterior.³⁷ A segunda, por outro lado, temperava os rigores da lei com a bondade, a caridade e o amor fraternal. Ao que parece, este sentimento de fraternidade tinha-se tornado mais forte entre os judeus desde os sofrimentos do exílio e os da sujeição de Israel aos pagãos que haviam ocupado a terra dessa época em diante. O grande rabino Hillel ensinou o segundo mandamento, “semelhante ao primeiro”, com zelo incansável, e depois dele o seu discípulo Akiba continuou sua tarefa, em termos idênticos aos do Senhor. Isto não indica naturalmente que não houvesse entre os judeus violência, injustiça, crueldade, nem perversidade social monstruosa. Um olhar ao Novo Testamento mostrará homens ricos perversos, empregadores injustos e riqueza impiedosa. Mas o princípio já fora estabelecido e isso representava muito — o princípio da caridade que Jesus levaria até seu mais alto ponto.

O POVO ESCOLHIDO OU O UNIVERSALISMO

Esses sentimentos de fraternidade entraram em cena dentro dos limites da comunidade judia. O dever da caridade foi definido nestes termos: “A ajuda ao israelita pobre e infeliz, seja diretamente ou por meio do dinheiro da pessoa, e o consolo em suas aflições”.³⁸ A palavra “israelita” deveria ser enfatizada. A bondade deveria ser então usada apenas em relação aos membros da Raça Escolhida? O “próximo” a quem a pessoa deveria amar como a “si mesmo” era também o pagão, ou isto se referia unicamente a um outro judeu? Cristo resumiu o ensino moral judaico a respeito deste ponto com as palavras: “Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo”.³⁹ E existe um número incontável de textos no Talmude que mostram como esta observação tinha fundamento.

Temos aqui o ponto crucial do segundo problema que enfrentava a comunidade judia, A doutrina da aliança que, como vimos, possuía importância fundamental no conceito de Israel sobre si mesmo e sobre a parte que tinha a desempenhar, deu lugar a uma certa atitude para com os pagãos, para com todos os que não partilhavam a fé monoteísta do Povo Escolhido. Como vimos também⁴⁰ o fato de terem sido escolhidos pelo Todo-poderoso inflamou um orgulho nacional extraordinário. Podemos estar certos de que na época de Cristo este orgulho não havia diminuído um milímetro sequer, Pelo contrário, ele crescera ainda mais em vista do complexo de reações à humilhação e ao ressentimento. Para um povo conquistado, com seu país ocupado por estrangeiros, como deve ter sido um consolo ler no Livro dos Livros frases como estas: “Quem há como o teu povo Israel?”; “Tu és a glória do meu poder”; “Em ti me glorifiquei”.⁴¹ Certos círculos rabínicos chegaram a apresentar a extrema reivindicação de que não fora Deus quem escolhera Israel, mas Israel escolhera Deus, ficando então naturalmente sob a sua proteção. Existia, outrossim, uma tradição, menos aventureira teologicamente, mas não mais modesta, que antes de escolher o seu povo Deus observara todas as outras nações, tendo achado a primeira perversa, a seguinte desavergonhada, e outra ainda dada à mentira. Desta maneira engenhosa as virtudes mais notáveis foram atribuídas a Israel, e ao mesmo tempo ficou claro que só Israel as possuía.

A consequência deste orgulho nacional era levar Israel em direção ao exclusivismo; e deve ser admitido que este parecia ser justificado pelas circunstâncias históricas da vida israelita. Esta nação tão pequena achava-se cercada por grandes hordas de pagãos que ameaçavam a parte mais sagrada do tesouro dos judeus, a sua fé; era portanto natural adotar uma atitude de desconfiança e até mesmo hostilidade em relação a todos os estranhos. O judeu tinha boas razões para julgar que em cada pagão encontraria um inimigo em potencial. Os rabinos punham com frequência estas palavras na boca de Deus:

“Só contigo uni o meu nome: não sou o Deus de idólatras, mas somente o Deus de Israel”. Haviam vários textos bíblicos sobre os quais eles poderiam facilmente tecer comentários no sentido de mostrar que os pagãos eram homens arrogantes, lascivos, dados a vícios perversos, que eram violentos e criminosos, e, conseqüentemente, nenhum deles iria partilhar do reino de Deus; o comportamento dos adoradores de ídolos era assunto de tenebrosos relatos. Contava-se, por exemplo, a história de um pagão que desejando livrar-se de seu velho pai amarrou-o e atçou um cão sobre ele.⁴² Nos dias de Cristo, o rabino Ben Zakkai não proferira ainda suas palavras atroz: “Ao melhor dos incrédulos, matem-no!” Isto não foi dito até a perseguição de Hadrian, quando o rabino viu seu amado mestre, o rabino Akiba, morrer como mártir sob os ganchos dos executores romanos. Elas podem não ter refletido toda a ética de ensino dos rabinos, mas esta máxima com certeza interpretou os sentimentos dos homens mais violentos entre os judeus: os outros não buscavam matar os *goyim*, mas simplesmente fugiam deles como da peste e cuspiam diante de seus ídolos quando se oferecia oportunidade.

Por longo tempo houve também uma tendência por completo diferente discernível na mente judia. “Deus ama também as nações,” diziam alguns, e nisto reside o princípio do universalismo judeu — sobre o qual podemos aprender na Bíblia. A promessa feita a Abraão não era tomada superficialmente por alguns crentes: “Em ti serão abençoadas todas as raças da terra”, O velho Tobias não dissera que Deus tinha dado aos israelitas a missão de tornar o seu nome conhecido a todas as nações?⁴³ Não havia Jonas, espantado, ouvido o Senhor perdoar até mesmo os infames habitantes de Nínive? Jeremias não profetizara que na vinda do Messias todas as nações seriam irmãos? E Malaquias que toda a terra participaria da salvação? Não haviam os judeus piedosos ouvido os Salmos cantarem a respeito da misericórdia infinita mostrada a todas as criaturas, e do amor “cujas asas protegem os filhos de todos os homens?” Existia então uma corrente de universalismo e Hillel era um de seus principais defensores: “Ama teus companheiros na terra,” disse ele, “ama a todos os seres criados, leva-os contigo para a Lei”.⁴⁴

“Leva-os contigo...” Ele colocou o dedo sobre o problema que confrontava a comunidade judia de sua época — que era também, como será lembrado, a época do Senhor. A pequena nação dos fiéis não só estava cercada de pagãos por todos os lados, como também se misturara com eles. Na Palestina propriamente dita existiam pagãos com quem os judeus eram absolutamente obrigados a se relacionar; e quanto mais isto se aplicava aos judeus da Diáspora, espalhados em um mundo inteiramente pagão? Seria possível manter um exclusivismo sistemático? Só com dificuldade, tanto mais que alguns dos pagãos mostravam

real simpatia pelo judaísmo, vivendo à moda judia e aceitando os “sete principais mandamentos”, também conhecidos como os “mandamentos dos filhos de Noé” — homens que podiam aumentar o número da pequena comunidade dos fiéis. Por sua própria existência, os prosélitos, os “homens tementes a Deus”, deram aos defensores do universalismo os melhores argumentos contra os que acreditavam em exclusivismo. Pelo que diz Lucas no segundo capítulo de Atos, parece que havia muitos desses prosélitos, muitos mesmo.⁴⁵

Esta foi, portanto, uma das mais sérias questões que Israel enfrentou nos dias de Cristo: qual o conceito certo em religião? O “fechado” ou o “aberto”? Seria direito permitir que a fé possuída por Israel corresse o risco de ser contaminada, permitindo contatos com os pagãos a fim de atraí-los? Os doutores da Lei discutiam calorosamente a respeito, ambos os lados baseando-se em Deuteronômio 33.3. A maioria deles julgava que nesse ponto o texto sagrado indicava apenas os povos de Deus, isto é, as doze tribos, Mas alguns produziam outro texto bíblico, Levítico 18.5: “Portanto os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo os quais, o, homem viverá por eles,” que claramente não “fechava a porta de Javé” para ninguém, O rabino Meir chegou ao extremo de afirmar: “O *goy* que pratica a Lei equivale ao sumo sacerdote”.⁴⁶ Como seria resolvido esse problema? Quando o escriba perguntou a Cristo: “Quem é o meu próximo”⁴⁷ havia sem dúvida uma nota de grande ansiedade em sua voz. Tratava-se de uma pergunta que muitos judeus deveriam estar fazendo a si mesmos.

A LETRA MATARIA O ESPÍRITO?

Um terceiro problema, sendo este ainda mais grave que os outros dois, pois questionava a validade da própria vida religiosa, se fazia sentir. O mesmo tinha como base a imensa importância adquirida pela Torá — não apenas a Lei escrita, contida na Bíblia, mas também a Lei oral, ou todo o corpo de comentários energéticos e decisões legais que os rabinos haviam acrescentado às Escrituras Sagradas. A intrusão de leis religiosas nos detalhes mais remotos do comportamento e da vida diária era justificada sob o pretexto de proteger a fé e a moral. O único desejo dos doutores, enquanto multiplicavam as regras e exigências, as proibições e as observâncias, era “levantar uma cerca ao redor da Lei”⁴⁸ a fim de proteger a verdade revelada impondo um controle religioso sobre tudo. Mas não haveria risco da cerca, crescendo e espessando-se cada vez mais, vir a sufocar justamente a planta que deveria proteger?

A submissão a todos os preceitos da Torá não deixava de ter um certo

esplendor. Obedecer a Torá era fazer a vontade de Deus, claramente estabelecida nela; e não era a razão da existência de todo homem e, acima de tudo de todo israelita, obedecer à vontade de Deus? O judeu piedoso tinha a certeza de que se obedecesse escrupulosamente a todos os preceitos ensinados pelos seus mestres, seria salvo. Ele teria rejeitado com horror a atitude do homem contemporâneo, com seu amor pela independência e intensa repulsa por todas as formas de disciplina espiritual impostas. Para o judeu piedoso, a obediência era o primeiro ato de fé.

É preciso admitir que a Torá estabelecia uma infinidade de preceitos e os rabinos estavam continuamente acrescentando outros. Eles não se preocupavam apenas com as exigências da lei moral, nem com as necessidades da vida espiritual: havia incontáveis observâncias em que seria excessivamente difícil encontrar qualquer significado religioso — nos deparamos com muitas delas no curso do presente livro. Os doutores alegavam ter o direito de insistir sobre uma obediência à sua legislação escrupulosa, tão exata quanto à devida aos mandamentos da lei divina e natural. “É apenas Satanás e a natureza perversa do homem,” diziam eles, “que levantam objeções contra os ensinamentos dos sábios”. E segundo eles a violação do menos importante dos preceitos era o mesmo que” rejeitar a Lei, rebentando o jugo de Deus e negando o fundamento da fé.”⁴⁹

Os grandes defensores dessas exigências meticulosas eram os fariseus que, como vimos,⁵⁰ conheciam perfeitamente a Torá e aceitavam plenamente a sua estrita interpretação. Não havia talvez nenhum aspecto do comportamento humano para o qual não pudessem achar um texto bíblico em que basear uma decisão. Isto não podia ser feito sem levantar inúmeras dificuldades, mas os fariseus as venciam com um virtuosismo que forçava a admiração. Deve ser acrescentado que nem todos concordavam com a interpretação dos textos sagrados, como sabemos, e por causa disto surgiram variações notáveis na sua jurisprudência: o Talmude registrou opiniões contraditórias sobre cada questão, pois seus tratados se baseavam nessa vasta massa de ensinamentos rabínicos. Os assuntos que atraíam principalmente a atenção dos doutores eram o descanso sabático, a purificação ritual, os regulamentos relativos à alimentação e circuncisão. Eles haviam construído um amontoado surpreendente de casuística sobre cada ponto, algo tão extraordinário que é difícil crer que uma nação inteira possa tê-lo aceito seriamente.

Exemplos dos absurdos neles contidos foram citados tão repetidamente que não vale a pena citá-los em detalhes. Basta examinar o tratado *Shabbath*⁵¹ para fazer uma antologia deles; mas vários dos outros tratados também estão repletos dos mesmos. Todos sabem que os fariseus chegaram a ser ridículos com seus comentários sobre o mandamento que proibia todo trabalho no sábado. Seria

permitido comer um ovo botado nesse dia, desde que a galinha tinha infringido a lei trabalhando? Não se podia matar um animal, mas se o animal em questão fosse um piolho, poder-se-ia matá-lo? Os doutores mais rigorosos eram absolutamente contra esta chocante profanação do dia do Senhor; mas as mentes mais liberais toleravam que o piolho fosse privado das pernas.

Os mesmos escrúpulos existiam com relação às ofertas e à purificação. Se um camponês tivesse colocado uma oferta de trigo em seu celeiro, teria ele o direito de colocar trigo “profano” no mesmo depois disso? Quantas passadas de vassoura podia dar a fim de que seu ato fosse legal? Outro, carregando seu dízimo de aspargos tinha derrubado alguns no solo; poderia comer os aspargos produzidos pelas sementes que brotaram ali? Se, entre os seus outros votos, um nazireu piedoso tivesse prometido abster-se de todo alimento esmagado ou ensopado, poderia comer certas cebolas que esmagara inadvertidamente? Milhares de casos deste tipo poderiam ser citados, todos decididos gravemente pelos eruditos, e todos davam ocasião para discussões eruditas entre as escolas de Shammai e Hillel.

Os perigos de tal atitude são evidentes. O formalismo ou ritualismo pode esvaziar uma religião de sua substância e reduzi-la a uma observância mecânica de simples preceitos formais. Nas conhecidas palavras de Paulo: “a lei escrita (que) inflinge a morte, em oposição à lei espiritual (que) traz vida”.⁵² Os pensadores e teólogos subsequentemente afirmaram que “em tempo algum houve judeu com qualquer autoridade que declarasse ser suficiente satisfazer a letra da Lei”.⁵³ Isto é sem dúvida verdadeiro. Mas não é menos verdade que sendo a natureza humana o que é, o peso de todas essas exigências e interdições induzia os fiéis a praticarem a evasão. Os maiores deram o exemplo: o próprio Hillel, a fim de escapar ao mandamento que ordenava o cancelamento de todas as dívidas a cada sete anos, inventou o *prosbol*, um documento que assegurava o reembolso de quaisquer débitos pendentes.⁵⁴ O povo seguiu o seu exemplo, usando artifícios como este: uma vez que no sábado só havia permissão para percorrer a “jornada de um dia de sábado”, inventavam um domicílio fictício e mais seis estádios podiam ser percorridos a partir desse ponto. Escapar aos preceitos desta forma com certeza era desculpável para o judeu praticante, pois o apóstolo Pedro embora fosse crente e humilde, admitiu ser “um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós”.⁵⁵ Mas, por outro lado, a astúcia torna compreensível a impetuosa acusação do Senhor contra os fariseus — aqueles “hipócritas! Porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da lei, a justiça, a misericórdia e a fé” e que “limpais o exterior do copo e do prato, mas estes por dentro estão cheios de rapina e intemperança”.⁵⁶

Este era então um problema da maior gravidade; e não há dúvida de que alguns rabinos estavam perfeitamente cômnicos disso. Alguns declaravam que embora pudesse parecer que evadiam os preceitos legais, agiam desse modo unicamente para torná-los mais suportáveis por parte do povo, a fim de que pudessem observá-los melhor. Outros, porém com certeza sabiam do grande prejuízo que um legalismo excessivo podia inflingir sobre a vida interior da alma. Como vimos,⁵⁷ uns poucos chegaram a admitir que “o sábadado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábadado”, um ditado bastante próximo da frase do próprio Senhor.⁵⁸ Esta atitude compreensiva achava-se bem difundida? A grande maioria dos mestres não apoiava a obediência rígida? Quem pode dizer? Se todo o pensamento rabínico estivesse cristalizado no ritualismo e literalismo, é difícil ver como a religião judaica conseguiu sobreviver à vinda do cristianismo em lugar de desvanecer-se e morrer; ou, porque, além disso, conseguiu, até os dias de hoje, fornecer o alimento espiritual de mentes nobres. Mas tudo parecer mostrar que a atitude mais comum era a da obediência simples aos preceitos e observâncias. O problema da letra e do espírito estava ainda muito longe daquela solução que Cristo lhe daria.

O MESSIAS. QUEM E QUANDO?

Havia, porém, um outro problema com que o povo judeu se preocupava ainda mais. Um problema em que cada indivíduo julgava estar envolvido todo o destino da nação: o problema do Messias. Esta era também uma das bases essenciais da religião de Israel, fazia tanto parte dela como o seu monoteísmo e a doutrina da aliança, à qual, além do mais, achava-se ligada de perto. Tratava-se de uma das características mais surpreendentes do judaísmo, separando-o de todas as outras religiões da antiguidade. Em lugar de estabelecer sua idade de ouro na noite remota do passado distante, os judeus olhavam para o futuro, na expectativa da sua chegada. Está esperança de uma era mais feliz que a presente se cristalizara ao redor da imagem grandiosa de um ente enviado do céu, encarregado da missão de converter a expectativa em realidade. Nas proximidades da era cristã, tornou-se comum chamar este ente pelo título que as Sagradas Escrituras empregavam para aqueles homens providenciais usados por Deus para servir a seus propósitos particulares, os reis de Israel, os sumo-sacerdotes e até mesmo governantes estrangeiros, como Ciro o persa, que haviam sido benfeitores do Povo Escolhido, o título o “Ungido do Senhor” — *meshiah* em aramaico e *christos* em grego. Uma grande e fervorosa corrente de esperança flutuou em direção a esta misteriosa figura, uma esperança imensa que

animou os corações dos crentes, geração após geração.⁵⁹

Esta esperança jamais estivera tão viva, tão vivida, nem seu cumprimento fora tão urgentemente aguardado, como naquela época de tristeza e ansiedade profunda, atormentadora. Aquele povo vivera durante séculos com a promessa divina e apoiado nela: como poderia então deixar de crer, com todas as suas forças, que o Todo-poderoso faria Israel triunfar, que exerceria vingança sobre o inimigo perverso, restaurando ao mesmo tempo aos judeus os seus direitos e sua glória? A salvação estava próxima, justamente porque a nação se encontrava agora humilhada e sujeita ao governo de estranhos. Existe uma infinidade de sinais que mostram com que avidez e ansiedade o Messias era aguardado na época em que Cristo nasceu. “A salvação de Israel,” nas palavras de Lucas⁶⁰: será que viria amanhã?

O evangelho dá testemunho da intensidade desta expectativa. Toda a esperança da nação está contida nas palavras de João Batista: “Quem és tu?” — isto é, “És tu o Messias?”⁶¹ Acha-se também incluída na resposta simples da mulher samaritana: “Eu sei que há de vir o Messias”⁶² (isto é, o Cristo); na mensagem enviada a Jesus por João Batista: “És tu aquele que estava para vir, ou temos de esperar outro?”⁶³; no interrogatório impaciente do Senhor no templo, feito pelos peregrinos: “Até quando nos deixarás a mente em suspenso? Se tu és o Cristo, dize-o francamente”;⁶⁴ assim como nas aclamações da multidão quando Jesus entrou em Jerusalém em triunfo no Domingo de Ramos.⁶⁵ O sentimento na verdade era tão forte que o Senhor foi obrigado a acalmar o excesso de entusiasmo do povo, pois queriam coroá-lo rei, o Messias de Israel.⁶⁶

Os livros apócrifos, que formavam a literatura dos judeus além das Sagradas Escrituras, não são menos reveladores. O *Livro de Enoque* o *Testamento dos Doze Patriarcas* e os *Salmos de Salomão*, todos falam do Messias, e marcando ainda melhor sua natureza supra humana, quase sempre completam seu relato sobre ele com grande número de prodígios.⁶⁷ O Messias também faz parte dos apocalipses, essas obras estranhas que falam do fim do mundo e contam como será: não havia uma divisão definida, além disso, entre o reino do Messias e aquela “era vindoura” que contemplaria o triunfo de Deus — alguns julgavam que o reino do Messias teria uma duração determinada (de sessenta a mil anos, segundo a escola de pensamento), enquanto outros pensavam que se fundiria com a eternidade ou o paraíso. O Messias, então, era o centro de uma vasta massa de noções confusas, complexas e até contraditórias, da qual surgiam algumas certezas reconhecidas por todos: o reino do Messias teria início numa época de felicidade perfeita; a plenitude da glória de Israel seria restaurada; a justiça de Deus governaria o mundo.

Não faltavam, entretanto, os cétricos, aqueles que zombavam das histórias

populares que contavam como, quando viesse o Messias, não haveria mais necessidade nem mesmo de colher o trigo ou as uvas a fim de ter fartura perpétua de trigo e vinho, e que os grãos nas espigas teriam o tamanho dos rins de um boi. “Quando o Messias vier:” era uma expressão popular correspondente à nossa, “os porcos terão asas”. Outra versão dizia: “Quando Elias voltar”. Um fariseu desiludido disse: “Se estiver podando uma planta e alguém vier contar-lhe afobado que o Messias chegou, continue o seu trabalho e termine o mesmo: terá ainda tempo suficiente para ir encontrar-se com ele”. Os saduceus, porém, mais do que quaisquer outros, eram julgados como sendo os mais desanimados com a ideia do Messias. De modo geral, parece que o povo comum aguardava o Messias com muito mais ardor do que os letrados e os ricos: o Talmude não mantém um único ditado rabínico sobre o assunto que possa ser certamente datado já nos dias de Cristo; todos eles são posteriores ao ano 70.

Mas entre o povo comum a expectativa era grande e até mesmo febril. Deus parecera manter silêncio por centenas de anos, “Os dias se arrastam,” disse Ezequiel, “e toda visão falha.” Quinhentos anos se haviam passado desde a morte de Zacarias, e nenhuma grande voz anunciando o Verbo divino se fizera ouvir desde então. “Já não há profeta; nem, entre nós, quem saiba até quando”,⁶⁸ quando, na verdade, viria ele, o Salvador, o Redentor de Israel? Eles pesquisavam ansiosamente os textos a fim de descobrir uma resposta, sujeitando-os a complicadas formas de cálculos baseados no valor numérico das palavras — cálculos como os utilizados hoje pelos intérpretes do livro de Apocalipse, o Apocalipse de João, que desejavam provar que o fim do mundo está próximo. Josefo, embora cuide para não ofender seus amigos romanos, explicando as doutrinas messiânicas, fala frequentemente de aventureiros que obtiveram seguidores entre o povo judeu pretendendo ser o Messias; e ele observa que “havia uma profecia ambígua nas Sagradas Escrituras que afirmava aos judeus que naqueles dias um homem de sua nação se tornaria o senhor do mundo”.⁶⁹

Muitas foram às discussões que surgiram a respeito das condições em que o Messias viria, e outras tantas sobre a natureza dele, mas todos os judeus concordavam em afirmar que o lugar de sua volta gloriosa só poderia ser Jerusalém, essa cidade mais santa do que todas, e uma Terra Prometida maravilhosamente renovada na qual, como o *Apocalipse de Baruque* o colocou, maná inesgotável alimentaria a humanidade até o fim dos tempos. As mentes, porém, tinham muito menos ideia da maneira sobrenatural do advento do Messias — ou, o que é praticamente a mesma coisa, sobre a sua personalidade. Sabia-se bastante a respeito dele, isso é certo, pois a Bíblia continha informação bastante exata: ele nasceria da “família de Jessé”, sendo um descendente de

Davi, como dissera Isaías no capítulo onze em que falou tão esplendidamente sobre o futuro rei. Outros afirmavam, e a tradição é preservada no Talmude,⁷⁰ que ele seria o “filho de José”, porque “a casa de José era uma chama”, O “Filho de Deus” seria também um “filho de homem”, como quem quer que lesse Daniel sabia muito bem, Receberia o nome de Emanuel, segundo as palavras de Isaías, ou como disse Jeremias, *Yahweh sidqenou*, que, abreviadamente, é Yeshua, “o Senhor nos vingará”, ou “Javé nos salva?” Eram muitas as interrogações cheias de fascínio para aquela nação tão inclinada a meditar sobre problemas desse tipo. Alguns, lendo a Bíblia na versão grega da Septuaginta, podem perfeitamente ter-se perguntado se o versículo quatorze do capítulo sete de Isaías não significava que ele nasceria, milagrosamente, de uma virgem.

Mas, como seu reino seria estabelecido? É preciso admitir que a grande maioria dos documentos reflete neste ponto uma imagem notavelmente diversa daquela que os cristãos estão acostumados a reconhecer como a do Messias, O décimo-sétimo Salmo de Salomão, apócrifo, fez um retrato de corpo inteiro: este rei, um filho de Davi, levantado por Deus para “purificar a Jerusalém dos pagãos”, sem pecado e dotado de toda sabedoria, a quem o Todo-poderoso confiou todo poder, quebraria o orgulho dos pecadores como se fosse um vaso de barro”, e, ao mesmo tempo, “reuniria a nação santa e a guiaria com justiça, em paz e igualdade”. Esta era sem dúvida uma nobre figura, embora o orgulho nacional tivesse deixado nela suas marcas. Os outros livros apócrifos, entretanto, continham passagens bem mais agressivas: elas davam ênfase ao caráter guerreiro do rei messiânico e demoravam-se sobre a destruição das nações pagãs, nas cabeças esmagadas, nos corpos amontoados, nas setas agudas que varavam o coração dos inimigos. O *Quarto Livro de Esdras* o compara a um leão devorador; o *Apocalipse de Baruque* o compara a um terremoto seguido de um incêndio e depois por um período de fome, para todas as nações menos a do Povo Escolhido. Essas reações são fáceis de entender: Israel humilhado aguardava um vingador, ou pelo menos um libertador que colocasse a nação de volta ao lugar que ocupava no mundo. Para os judeus, essa era a ordem natural dos acontecimentos; e isso até o ponto que os próprios discípulos de Cristo retiveram esta imagem e em várias ocasiões lhe perguntaram se não iria estabelecer finalmente o seu reino na terra, e se permitia que tomassem parte em seu reinado glorioso.

Todavia, uma leitura mais cuidadosa das Escrituras teria mostrado uma outra imagem, infinitamente mais tocante, a de um Messias sofredor, tomando para si as aflições e angústias do homem e oferecendo a sua vida para expiar todos os pecados dele. Isaías o apresentara como “desprezado, e o mais rejeitado entre os homens; homem de dores e que sabe o que é padecer... ele foi traspassado pelas

nossas transgressões... como cordeiro foi levado ao matadouro”.⁷¹ Zacarias também havia falado de alguém “a quem traspassaram; pranteá-lo-ão como quem pranteia por um unigênito e chorarão por ele... será grande o pranto em Jerusalém”;⁷² e o Livro da Sabedoria, que expressava uma das correntes mais vivas da vida espiritual de Israel, mostrava o sacrifício do “justo” e sua morte vergonhosa vencendo gloriosamente o mal e “a inveja do diabo (que) trouxe a morte ao mundo.”⁷³ Mas, sem dúvida, poucos judeus estariam pensando nesses versos proféticos dos livros santos no momento em que, como profetizado por Miquéias, nasceu, longe de casa, em Belém, “pequena demais para figurar como grupo de milhares de Judá”,⁷⁴ o filho de um humilde carpinteiro.

Notas

1. Marcos 12.28; Lucas 10.25.
2. Carta de Aristéias 132.
3. Juízes 8.18.
4. Horayoth 8.9.
5. Comentário sobre Números 3.
6. Sanhedrin 74, a.
7. Berakoth 61, b.
8. Megillah 13,a.
9. Salmos 14 e 53: veja também Salmos 9.10 e Jeremias 5.13.
10. Léon Bloy, *La Femme pauvre* (1897).
11. Essas citações são extraídas das várias partes do tratado Berakoth.
12. Pirke Aboth 1.3.
13. Ver-Yoma 7.40, d.
14. Pesikta, 149, a.
15. Sobre a importância da aliança, veja p. 43ss.
16. Sab 2.16; 5.5; 14.3, etc.
- (*) Isto na Versão Knox; a Vulgata diz, “gloria tua patrem se habere Deum”; e a Versão Autorizada, “vangloria-se de ter a Deus por pai”.
17. Isaías 1 1.2.
18. Provérbios 1.7.
19. Salmos 112.1.
20. Pirke Aboth 1.3.
21. Veja as referências na nota 1 e Deuteronômio 6.5.
22. Sobre a Sabedoria, veja especialmente Eclesiástico 1.1.
23. Cf. Pirke Aboth 3.
24. Atos 23.8.
25. Wars 2.8.
26. Levítico 11.44; 19.2; 20.26; 21.6, etc.
- (*) Esta é a Versão Knox: a Vulgata diz “santi estote, quia ego sanctus sum”; e a Versão Autorizada, “Sede santos, porque eu, o Senhor, sou santo”.
27. Bonsirven, op. cit., p.134.
28. Mateus 5.28.

29. Mekhilta sobre Êxodo 20.4. p. 110.
30. Sobre o casamento, veja p. 135ss.
31. Josefo, Autobiography 9.42ss.
32. Veja p. 359.
33. Mateus 22.39 e Marcos e Lucas, nos pontos dados na nota 1.
34. Várias citações de Gittin 7.
35. Kethuboth 57, b.
36. Lucas 19.8.
37. Sobre a Lei, veja p. 190ss.
38. Peah 1.1.
39. Mateus 5.43.
40. Sobre o orgulho nacional dos judeus, veja p. 52.
41. Existem inúmeras citações neste sentido na Bíblia, por exemplo: I Crônicas 17.21; Salmos 89; Isaías 49.3; e inúmeros comentários talmúdicos.
42. Veja as citações e as referências em Les Idées juives, p. 77, de Bonsirven.
43. Sobre a Diáspora, veja p. 56ss.
44. Pirke Aboth 1.12.
45. Atos 2.9-11.
46. Siphra 56.6.
47. Lc 10.28.
48. Pirke Aboth 1.1.
49. Vários textos da literatura talmúdica desenvolvem esta ideia; por exemplo, Siphra Notnbres 15.22.
50. Sobre os fariseus, veja p. 435.
51. Existe uma tradução separada do tratado Shabbath: veja a bibliografia.
52. 2Coríntios 3.6.
- (*) Esta é a Versão Knox: a Vulgata diz “littera enim occidit, spiritus autem vivificat”; e a Versão Autorizada, “porque a letra mata, mas o espírito vivifica”.
53. S. W. Baron, op. cit.
54. Shebiith 10.3.
55. Atos 15.10.
56. Mateus 23.23,25.
57. Sobre o Sábado, veja p. 391.
58. Marcos 2.23-28.
59. Sobre as origens e a evolução do messianismo, veja o último capítulo de nossa Histoire sainte, e também o capítulo no Idées juives do padre Bonsirven.
60. Lucas 1.68; 2.38; 24.21.
61. João 1.29.
62. João 4.25.
63. Lucas 7.19.
64. João 10.24.
65. Marcos 11.10.
“João 6.15.
67. Veja a palavra Messie no índice da Bible apocryphe.
68. Salmos 74.9.
69. Wars 6.5.
70. Sukkah 51. a e Baba Bathra 73.6.
71. Is 53.2-10 (veja também 50.4-9 e 52.13).
72. Zacarias 12.10.
73. Sab 2.10.
74. Miquéias 5.1 (A. Lods escreve: “A ideia de um Messias sofredor parece ter sido completamente

estranha ao judaísmo cerca da época de Cristo”). La Bible (Pari, 1937, p. 41). O padre Lagrange e muitos comentarista cristãos têm a mesma opinião.

CONCLUSÃO - JESUS ENTRE O SEU POVO E O SEU TEMPO

JESUS DE NAZARÉ, UM JUDEU ENTRE JUDEUS

Que tipo de homem era ele, cuja vinda deveria marcar a maior data na «história da humanidade, cujo advento renovou, de uma vez para sempre, a revelação feita a Israel? De que forma se enquadrou ele, como homem, no padrão dessa nação cujas características procuramos descrever? Quais as razões, derivadas tanto de sua natureza como da de seu povo, que iriam forçar a separação entre eles e provocar o amargo drama em que a mensagem trazida por ele seria transmitida em toda a sua plenitude? Nenhum livro sobre a vida na Palestina na época de Cristo poderia terminar sem ter considerado essas questões.

Uma única frase fornece a resposta, a frase que Péguy dirigiu ao “povo dos judeus”: “Ele era um judeu, um simples judeu, um judeu como você, um judeu entre vocês...”¹ Este é o fato inegável, um fato que um número excessivo de cristãos tem tentado esquecer por muito tempo, mas que uma das obras históricas e exegéticas mais recentes vem tornando cada vez mais evidente. “Jesus Cristo, a quem os cristãos adoram como Deus, mas (quem eles também dizem ser) também verdadeiramente homem” era um judeu, um judeu palestino da época de Augusto e Herodes. Ele não era apenas judeu por descendência, pelo seu estilo de vida e hábitos intelectuais, mas sua mensagem espiritual achava-se profundamente enraizada no solo judeu de Israel. “Cujo fato,” escreve o padre Lagrange, “de forma alguma diminui a sua origem divina”.²

Os textos do Novo Testamento não poderiam ser mais categóricos. O apóstolo Paulo, ao declarar com orgulho que os israelitas eram seus “compatriotas, segundo a carne”, também recorda, como uma verdade evidente por si mesma, que “deles descende o Cristo”.³ “Pois é evidente que nosso Senhor procedeu de Judá,”⁴ acrescenta a epístola aos Hebreus. E à sua própria maneira simbólica o apóstolo João repete esta afirmativa no Apocalipse.⁵ Os evangelistas escrevem continuamente sobre nosso Senhor como o “filho de Davi”; e dois deles, Mateus e Lucas, dão até mesmo a genealogia deste descendente remoto dos reis que haviam sido a glória do Povo Escolhido.⁶

Jesus, “nascido sob a lei”,⁷ foi imediatamente integrado na comunidade judaica de acordo com as regras de que já falamos.⁸ Ele foi circuncidado no oitavo dia.⁹ Seus pais obedeceram a todos os requisitos da Lei, tanto com relação

às suas pessoas como à dele. Sua mãe observou os regulamentos estabelecidos na Torá para as mulheres depois de terem dado à luz, e ele foi apresentado ao Templo, consagrado ao Senhor e remido pela oferta de duas pombas, como qualquer outro primogênito de uma família judia.¹⁰

O nome recebido por ele, Yeshua, ou Jesus, do qual Josué é uma outra forma, era um nome judeu bastante antigo, relacionado com Deus, significando “Javé é salvação” ou “Javé nos salva”, muito encontrado na Bíblia, não só como o nome daquele famoso juiz de Israel que fez parar o sol em seu curso, mas também como o do autor do livro de “Eclesiástico”, que assinou sua obra, quase no final — Jesus, filho de Siraque. Quatro sumo sacerdotes, entre os anos 37 a.C. e 70 d.C.; tiveram esse nome; e, segundo Lucas, um dos ancestrais do Senhor também o tivera.¹¹ Os nomes dos pais deles eram também tipicamente judeus: aquele famoso patriarca, o administrador do Faraó que estabeleceu Israel no Egito, chamava-se José; e Maria era um nome dos mais comuns entre as mulheres judias da época.¹² Os nomes de todos os parentes de Jesus eram judeus: João (Yohanan) seu primo, que seria o Batista; os pais de João, Zacarias e Isabel; e aqueles não mencionados no evangelho, mas que se encontram nos escritos apócrifos assim como fazem parte da tradição da Igreja — Ana e Joaquim, seus avós.

Em sua infância, Jesus deve ter sido certamente educado como qualquer outra criança judia; isto é, recebeu uma educação religiosa, aprendendo a ler as Escrituras na *Beth ha-Sefer*, a escola de sua cidadezinha. Seus pais o ensinaram a ser um israelita piedoso, fazendo com que os acompanhasse desde cedo em suas peregrinações a Jerusalém. O episódio do Menino entre os doutores da Lei, debatendo com eles no Templo, nos diz muito sobre a instrução bíblica por ele recebida. Por mais sobrenaturais que tenham sido os seus dotes nas ciências teológicas, é razoável supor que um menino de doze anos devesse ter bastante cultura para “surpreender” os rabinos com seus conhecimentos.¹³

Ele com certeza aprendeu o ofício do pai, a carpintaria,¹⁴ e quando adulto, como a maioria dos judeus daquela época, Jesus trabalhou com as mãos, fazendo arados e jugos para os bois. Existe uma tradição, registrada por Justino Mártir no segundo século, que preserva a memória de seus trabalhos. Os seus contemporâneos o viram então usar uma apara de madeira por trás da orelha, que era a identificação especial dos que trabalhavam com madeira; e o viram alisando a madeira com uma plaina e batendo nela com um malho. A casa em que viveu na cidade de Nazaré, antes de iniciar sua missão e não ter “onde reclinar a cabeça”, era sem dúvida uma daquelas habitações humildes, em forma de cubo, como os camponeses da Palestina continuam construindo até hoje. Pode ter também sido em parte uma caverna. Quando a noite caía e chagava a hora de

dormir, ele estendia o tapete que servia de leito para o povo comum, e se enrolava numa coberta ou na sua capa.

A sua aparência física, sobre a qual milhares de pintores exercitariam a imaginação nos séculos futuros, era a de um judeu praticante daqueles dias. Cabelo longo, a barba não era uma exigência necessária, mas certamente usava os cachos laterais (costeletas) que são uma continuação do cabelo nas têmporas e que a Lei tornou obrigatórios.¹⁵ Suas roupas eram aquelas usadas por todos: o evangelho fala de sua “túnica sem costura”,¹⁶ e pelo episódio da mulher com um fluxo de sangue fica claro que não deixou de usar as quatro borlas de lã nos cantos da capa — aqueles *tzitzith* que lembram simbolicamente o usuário dos mandamentos do Senhor.¹⁷ Levava nos pés sandálias, como a maioria de seus companheiros.

Sua alimentação, como vemos nos textos, era a mais comum do país. Deve ter comido pouca carne. No evangelho o novilho cevado só é morto em uma ocasião extraordinária, e o cordeiro escassamente é visto na mesa, exceto na Páscoa. O peixe, por outro lado, que, como sabemos, tinha lugar importante na dieta judia, é mencionado com frequência. A fim de provar aos discípulos que não era um espírito, o Cristo ressurreto comeu um pedaço de peixe na frente deles, nas praias do Mar da Galileia.¹⁸ O evangelho também menciona com frequência outro dos principais alimentos dos judeus — o pão, aquele pão que o Senhor elevaria ao nível de um símbolo sagrado. As bodas de Caná já bastam para mostrar que Cristo bebia sem dúvida aquele vinho pesado e escuro que deve ser misturado com água antes de servir, cujo vinho viria também a partilhar da revelação da ceia do Senhor. Os hábitos alimentares citados nos evangelhos são sempre muito frugais. Como vimos, a cozinha judia, pelo menos entre os pobres, nada tinha dos elaborados pratos romanos; mas, mesmo assim, a família era regalada com ricas iguarias nos dias festivos; e vemos no evangelho nosso Senhor participando frequentemente desses banquetes em companhia de seus amigos.

Todos esses costumes, como aparecem nos quatro Evangelhos, nos apresentam Jesus como um judeu idêntico em todos os sentidos a qualquer outro homem de sua raça. A linguagem por ele falada não diferia de modo algum da de seus conterrâneos — o aramaico, que Marcos não hesita em citar, colocando-o em seu texto grego, com alguns termos ditos pelo próprio Senhor.¹⁹ Quanto ao hebraico, a língua litúrgica, a linguagem bíblica, não há dúvida de que também o conhecia, pois fez a leitura de uma passagem das escrituras em voz alta na sinagoga e depois a comentou.

Quando iniciou seu ministério, qual o contexto em que o exerceu, e quem foram seus ajudantes, seus colaboradores? O contexto físico foi o da terra

judaica, a Palestina que praticamente não deixou apesar de suas muitas viagens. Seus discípulos, os doze apóstolos, eram todos judeus, a maioria deles camponeses e pescadores da Galileia. Os próprios nomes deles mostram isso: Simão, João, Judas, Levi, que viria a ser Mateus, e os demais. Quando falava, seu estilo mostrava-se de tal forma impregnado com a forma judia de expressão que os ritmos, as repetições harmoniosas e as aliterações da poesia judaica²⁰ se fazem sentir mesmo no grego dos evangelhos. Percebemos também em suas parábolas o mesmo tipo de pensamento que produziu o *midrash* de Israel. Dizer que ele possuía excelente conhecimento da Bíblia é obviamente inadequado: o texto sagrado formava parte de sua própria mente; ele o citava a toda hora, e mesmo quando não usava as palavras exatas da Bíblia, com que frequência se referia a ela e quantas vezes fez harmonizarem-se as suas passagens! Alguns de seus ditos mais originais não passam de citações bíblicas brilhando com uma nova luz.²¹ Fica claro que este era um hábito mental que devia à sua educação israelita. Basta lembrar como sua mãe, Maria, ao improvisar o “Magnificat” o recitou do começo ao fim baseada em suas memórias do Livro, a tal ponto que este hino esplêndido parece ser um resumo de todos os grandes temas da esperança dos judeus.

Mas não foi somente pelo nascimento, roupas, estilo de vida, amizades e modo de falar que Jesus, como um homem, foi judeu, e tão inteiramente judeu, que tudo que tem sido dito sobre a vida diária de seu povo aplica-se a ele e permite que formemos uma imagem concreta dele, em sua época e entre o seu povo. Era também judeu ao reconhecer que seu povo possuía uma missão particular e um destino inteiramente seu. Da mesma forma que seus conterrâneos, ele era um filho da aliança. E aqui novamente não há dúvida de que podemos sentir a influência da educação materna: todo o conjunto final do Magnificat glorifica “a promessa que ele fizera a nossos pais, Abraão e sua descendência, para sempre”. A salvação, afinal de contas, deve vir dos judeus, disse Jesus à mulher samaritana, como se isto fosse uma coisa ordenada.²² Parece mesmo que, pelo menos no início de seu ministério, ele desejou limitar a revelação da sua mensagem, “às ovelhas perdidas da casa de Israel”,²³ e “não tomar o pão dos filhos e lançá-lo aos cachorrinhos”,²⁴ como se pretendesse enraizar seus ensinamentos firmemente na terra judaica antes de dar-lhes aquele caráter universal que deveria ter num período posterior, quando ordenou aos discípulos que fossem pregar em “todo o mundo, a fim de que todas as nações ouvissem a verdade”.

Jesus, um filho da aliança, comportou-se como um judeu praticante, fervorosamente religioso. O evangelho menciona repetidamente sua presença nas sinagogas a fim de ensinar e orar — sente-se que ali ele estava em casa — e

quando foi a Jerusalém subiu ao Templo a fim de orar ao Pai. Seu respeito pelo prédio sagrado, o centro da vida religiosa judia, fica evidenciado pela sua indignação contra os que “compravam e vendiam no Templo”, que transformaram sua “casa de oração” em um “covil de salteadores”.²⁵ Ele não deixou de celebrar as grandes festas que se salientavam como marco durante o ano, santificando-o: ele celebrou a Festa dos Tabernáculos e a da Dedicção;²⁶ e apenas alguns dias antes de sua morte mandou que dois de seus discípulos providenciassem os arranjos para a Páscoa, a fim de poder celebrá-la com eles.²⁷ Supõe-se erradamente, e muitos fazem isso, que ele rejeitou e condenou todas as observâncias da Lei — Mosaica. Mas não foi assim. Uma conhecida passagem em Mateus declara formalmente: “Em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou til jamais passará, da Lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus”.²⁸ Ele referiu-se com grande respeito ao sábado, aquela pedra de toque da observância judia: por exemplo, quando falou do fim do mundo, disse: “Orai para que a vossa fuga não se dê no sábado”,²⁹ por ser proibido viajar nesse dia mais do que a jornada de um sábado ou levar quaisquer pertences. Um dos “ditados não-registrados” encontrado num papiro atribui ao Senhor estas palavras: “Se não guardares o sábado, não vereis o Pai”.³⁰ E se de fato ele tomou posição contra as observâncias e contra o sábado foi por causa da excessiva importância dada pelos doutores a essas práticas ritualistas, e não por estar em desacordo com o princípio subjacente. Sua atitude é definida na famosa frase: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir”.³¹

Todos os temas essenciais da fé judia podem ser encontrados nos ensinamentos de Cristo. Em primeiro lugar, vemos aquele monoteísmo absoluto e imperativo, aquele avanço em direção ao Deus Único que era o orgulho de Israel. Para Jesus, Deus sempre foi “o primeiro a ser servido”, como diria Joana D’Arc. Para ele, como afirmamos antes, o “primeiro de todos os mandamentos” era amar a Deus; e não foi por simples acaso que na resposta ao escriba ele replicou recitando a Shema: “O Senhor nosso Deus é o único Deus”.³² Vimos, no entanto, que o grande princípio evangélico, “Ama teu próximo como a ti mesmo”, o “segundo mandamento”,³³ também tinha suas raízes na tradição israelita. O ensino moral de Cristo originava-se também da doutrina fundada por Moisés e desenvolvida pelos profetas, por Jó, o Salmista e Jesus, o filho de Siraque, com o mesmo propósito de tornar a vida espiritual mais interior e impedir que se transformasse numa obediência mecânica a determinados mandamentos. Quantos profetas, desde Isaías até Joel, já haviam dito que o jejum e a penitência ostentosos não bastavam! O próprio universalismo cristão está ligado a uma corrente de

pensamento judeu que, embora não tenha talvez sido a mais largamente aceita, mesmo assim possuía uma força muito real.³⁴

Embora seja verdade que o Senhor não possa ser tido como membro de qualquer das seitas religiosas que dividiam a comunidade judia, não existe dúvida que ele concordava com os ensinamentos às vezes de um às vezes de outro grupo — até mesmo com a doutrina dos fariseus que, por uma leitura superficial do evangelho, parecem ter sido seus inimigos, homens rejeitados imediatamente por ele. Renan exagera quando diz que “o rabino Hillel foi o verdadeiro mestre de Jesus”; mas em muitos assuntos fundamentais, como a parte desempenhada pela Providência no mundo e pela Graça no homem, os conceitos do Senhor estão em conformidade com os dos fariseus. Vimos também³⁵ quantas semelhanças podem ser apontadas entre a sua doutrina e seu modo de expressá-la, com a dos essênios, como revelado pelos rolos do Mar Morto. Existem até alguns ritos tipicamente cristãos que podem ser associados, embora apenas até um ponto limitado, com os costumes dos monges de Qumran: por exemplo, aquelas purificações que nos fazem lembrar do batismo de Cristo por João, e aquelas refeições de toda a comunidade que prefiguram a Última Ceia, em relação à qual os textos essênios falam de pão e vinho.³⁶ Tudo isto situa Jesus e sua mensagem numa estrutura que é tão claramente judia que qualquer consideração de seu pensamento e sua personalidade que não dê crédito às raízes judias de ambos está fadada a cair em erro.

Quando o Filho de Maria veio ao mundo, ele assumiu a função daquele Messias sobre quem as esperanças de Israel se haviam concentrado por centenas de anos; e foi no contexto da “redenção de Israel”³⁷ que ele tornou conhecida a salvação que trouxe à humanidade. Esse sublime conceito do Redentor jamais teria sido acessível a não ser que uma longa tradição o fizesse surgir e desenvolver-se na consciência da nação a quem fora confiada a vontade expressa de Deus. É preciso perceber perfeitamente os múltiplos elos que ligavam Jesus a seu povo, e reconhecer por completo sua associação racial, intelectual, moral e espiritual com a nação da aliança, a fim de medir até que ponto ele superou suas ideias fundamentais, e compreender por que não era o Messias esperado por Israel.

CRISTO SUPEROU A LEI

Falando de maneira geral, Israel não reconheceu Jesus como o Messias longamente esperado. Apenas um pequeno grupo seguiu-o. Desta recusa resultou o amargo drama em que o breve ministério terreno do jovem galileu, que havia ensinado a seus discípulos um modo mais perfeito de conhecer e servir a Deus,

chegou ao fim.

As razões que podemos atribuir a esta recusa e seus resultados estão também ligadas às suposições básicas do povo judeu, tanto quanto da originalidade fundamental de sua mensagem. Na condição em que Israel se achava por ocasião da vinda de Jesus, seria possível para os judeus aceitarem um ensinamento que, embora profundamente arraigado em sua tradição, ultrapassava de muito sua expressão comum, e até mesmo contrariava suas crenças em alguns assuntos que poderiam ser perfeitamente consideradas como de importância vital?

Acabamos de ver Jesus, em muitas partes de seu ministério, como o herdeiro do pensamento judeu. O herdeiro da soma total desse pensamento? Não. Mas de tudo que era mais puro nele, de tudo que era mais elevado e respondia melhor às exigências espirituais. No grande conjunto dos ensinamentos rabínicos, na maneira de pensar do povo, qual o peso desses elementos mais elevados? Alguns doutores da Lei sustentavam o exaltado conceito de Deus como um Pai, contrariando a ideia de um Deus Todo-Poderoso perdido em mistério, um Juiz medonho e aterrador, como nosso Senhor o fez plenamente; mas quantos deles haveria? Alguns rabinos entre os fariseus e alguns teólogos entre os essênios mantinham a doutrina dos dons da Graça, tão “repugnante à mente judia”,³⁸ que foi um dos temas centrais dos ensinamentos de Cristo e de seu intérprete, o apóstolo Paulo. O Talmude, como sabemos, reuniu textos admiráveis sobre a caridade, o amor ao próximo e o perdão fraternal das ofensas; mas teriam eles prevalecido contra a dureza de coração daquele povo obstinado e do famoso “olho por olho, dente por dente”? E embora seja certo que tanto os textos bíblicos como os preceitos rabínicos ensinavam uma conduta moral mais sincera em que não bastava “limpar o exterior do copo” — ensinamento este conforme o de Cristo — existem muitos sinais que mostram terem tido menor influência entre os fiéis do que os que insistiam em uma obediência mecânica aos mandamentos formais. Jesus pode muito bem colocar-se na linha direta dos grandes mestres espirituais de seu povo, mas fica perfeitamente claro que ele pertencia àquela pequena minoria que compunha sua aristocracia espiritual, os precursores, que raramente estão conformes com o corpo principal.

Mesmo neste grupo limitado ele se destaca como um não-conformista. Jesus levou as implicações de algumas das tradições rabínicas ao seu limite máximo e, agindo assim, ele ultrapassou-as infinitamente. Qual o rabino que, falando do Templo, esse ponto central da vida religiosa, jamais teria ousado dizer que havia “alguém maior que o Templo”³⁹ ou que “vem a hora, e já chegou, quando os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade”?⁴⁰ Que líder espiritual judeu, estabelecendo a lei do amor pelo próximo, teria ousado pronunciar o sublime paradoxo sobre o qual a doutrina cristã está alicerçada:

“amai os vossos inimigos”,⁴¹ mesmo alguém tão magnânimo quanto Hillel? Essas palavras não contêm apenas um cumprimento, mas também um passar além, uma transcendência. Cujas transcendências, além do mais, pode ser também vista em muitos outros campos, no dos ritos, por exemplo. Os dois principais ritos cristãos, o batismo e a ceia, parecem estar associados a certas cerimônias judias; mas a semelhança é de fato somente superficial. Os sacerdotes do Templo e os monges de Qumran se banhavam ritualmente muitas vezes, e João Batista lavava os penitentes que o procuravam nas águas do rio; mas o batismo cristão devia ser muito diferente de uma purificação, mesmo tendo esta o propósito de uma purificação simbólica; e, como nos é dito em Atos,⁴² ele não era só um “batismo de arrependimento” como o de João. Os essênios também tinham uma refeição comunal em que o pão e o vinho eram abençoados, mas não existe texto que nos leve a supor ter havido qualquer intenção além daquela de estabelecer a fraternidade.

Qual será então o significado das palavras do Senhor que acabamos de citar: “Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir (aperfeiçoar)”. As palavras “cumprir ou aperfeiçoar” têm sido muito discutidas. O Senhor usou certamente uma expressão aramaica, mas como não sabemos qual era somos obrigados a pesquisar o grego de Mateus, *plerosai*, que pode significar “cumprir” ou “terminar”. Os historiadores e comentaristas divergiram em sua escolha da tradução; alguns interpretaram as palavras como significando que a mensagem de Cristo apenas prosseguia com a tradição de Israel, outros como indicando que ela pôs um término à mesma.⁴³ Mas, a ideia de Cristo não pode ter de fato abrangido ambos os significados, de modo que ambos sejam verdadeiros? Ele “aperfeiçoou a Lei”, isto é, realizou todas as suas potencialidades; mas, nesse ponto, a função da Lei chegou ao fim — foi cumprida. Paulo usa também uma frase ambígua praticamente com o mesmo sentido quando escreve: “Cristo superou a Lei.”⁴⁴(*)

Não pode ser negado que em certos assuntos — os quais eram, como sabemos, da máxima importância aos olhos dos judeus — Jesus deixou as tradições de sua raça e tomou posições que não podiam senão chocar o seu povo. Entramos aqui, portanto, em contato com as causas subjacentes do drama.

Esta era uma nação que estivera lutando em defesa de sua religião, a própria razão de sua existência, durante séculos; uma nação que se achava na época sob o governo e ocupação de pagãos idólatras, e devido à sua longa experiência, os judeus sabiam muito bem que o pagão poderia transformar-se num acirrado inimigo. A defesa da fé era assim uma questão de vida ou morte, sendo este o motivo por que a nação expulsava os hereges e cismáticos com tanto horror e desprezava igualmente aqueles que se mostravam infiéis aos preceitos religiosos.

Qual foi, porém, a atitude de Cristo? Ele adiantou-se muito ao mais universalista dos rabinos, vendo um irmão no pagão incircunciso, no pecador declarado e no incrédulo. Não partilhou de modo algum dos sentimentos anti-romanos de seus compatriotas mais violentos; em sua conhecida resposta: “Dai a César o que é de César”, tornou perfeitamente claro que não se preocupava absolutamente com as questões políticas; e chegou ao ponto de apontar a fé manifestada pelo centurião de Cafarnaum, um gentio, como exemplo.⁴⁵ Ele teve esse mesmo comportamento em relação aos samaritanos, aqueles heréticos cujo “pão era pior do que carne de porco”; pois falava deliberadamente com eles, e também os usou como exemplos de gratidão e caridade.⁴⁶ Sua bondade estendeu-se igualmente a pecadores notórios, os desprezados publicanos, mulheres de vida fácil e aos *am-ha-arez* tidos como desconhecedores da Lei. Houve aqui uma inversão tão completa de tudo que era tão costumeiro, não havendo, portanto, outro modo de considerar seu comportamento senão como escandaloso.

Tratava-se de uma nação que para melhor defender a sua fé, durante centenas de anos a protegera incessantemente com preceitos formais que deveriam assegurar a observância invariável dos grandes princípios religiosos. A tendência do conjunto global dos ensinamentos rabínicos era providenciar para que em todas as circunstâncias de sua vida o indivíduo tivesse um mandamento aplicável às mesmas, sabendo que agindo assim conformava-se à sua religião. Para eles, a verdadeira proteção do sistema, o “resguardo” dos fariseus, era sem dúvida a letra da Lei: mas Jesus se opunha a esta severidade. Duas questões preocupavam a mente dos rabinos: a observância do sábado e a impureza ritual. Jesus tomou, em relação a ambas, posições que desafiaram a opinião pública. Ele poderia dizer que o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado sem que isso constituísse um insulto muito grande, pois havia doutores da mesma opinião, Mas ao mesmo tempo em que afirmava a obrigação de respeitar o dia, ele referiu-se à sua pessoa como “Senhor do sábado”; aprovou a desobediência dos discípulos às proibições rabínicas;⁴⁷ e se dermos atenção ao *Codex Bezae*, chegou a dizer a um homem que trabalhava no dia santo: “Se sabes o que fazes, és abençoado”.⁴⁸ Sua atitude com relação à impureza ritual era a mesma. Ao declarar que “Não é o que entra pela boca o que contamina o homem”,⁴⁹ Jesus reduziu às suas devidas proporções aquilo a que os rabinos atribuíam uma importância capital. Adiantou-se ainda mais, pois seu ensinamento que Paulo expressa nas palavras: “A lei escrita inflinge a morte, enquanto a espiritual traz vida”, proclamava a vaidade de toda simples observância. Isto implicava em opor-se diretamente ao ensino oficial e à opinião pública: cujo resultado foi provocar uma cisão declarada.

Mesmo que não tivessem surgido essas duas causas sérias de discórdia,

Jesus, como ele era, tinha poucas possibilidades de ser reconhecido como o Messias. As razões são claras: de modo natural numa nação humilhada, a grande maioria dos judeus esperava que o homem enviado pela Providência viesse vingá-los, e disto surgira a imagem largamente difundida do Messias como um líder guerreiro, um rei glorioso, o terror de seus inimigos, o vingador de Israel. O filho do carpinteiro de Nazaré correspondia realmente a esta descrição? O fato do Senhor ter contado a seus discípulos as tentações que sofrera e rejeitara durante seu retiro no deserto é significativo. E ele deve ter feito isso, pois não poderiam ficar sabendo dessas coisas por qualquer outra fonte. É como se desejasse que compreendessem claramente, desde o início, que o seu reino não seria deste mundo. Porém a ideia de um Messias absolutamente terreno estava de tal forma arraigada que até seus próprios discípulos ingenuamente se referiram a ela, e na sua simplicidade perguntaram-lhe se iria naquela ocasião estabelecer o reino em Israel, e que estavam espantados com o fim que ele teria. Quanto à imagem de um Messias sofredor, sacrificado pela salvação do mundo, que poderia ter-se formado com base em algumas poucas e breves passagens da Bíblia, devemos dizer de novo que era “completamente estranha ao judaísmo do período próximo à era cristã”. Mais do que isso, a opinião pública daquela orgulhosa nação teria julgado escandaloso tal conceito, pois a derrota jamais lhes parecera um sinal divino. Esse o motivo pelo qual na multidão de observadores não surgiu piedade à vista daquele homem açoitado, sangrando, em quem haviam cuspidos com desprezo, aquele Messias ridículo bem tinha direito à cruz.

Não há sombra de dúvida que o próprio Jesus tinha plena consciência de que ele e sua mensagem eram contrários aos sentimentos do povo. Expressões tais como, “não confiavam nele”, “pedra de tropeço” e “vocês não me receberam” mostram perfeitamente seu modo de pensar. Segundo ele, falando da plenitude de seu conhecimento, o “vinho novo” que trouxera não podia ser colocado em “odres velhos”.⁰ seu ensino era realmente novo, e ele o transmitia embora corresse o risco de cortar relações com aqueles que defendiam a antiga doutrina.

A recusa de Israel em aceitar o Messias surgiu de um processo lógico que a história tende a reconhecer. Seria ultrapassar o escopo deste livro dizer que do ponto de vista cristão esta recusa só pode ser plenamente reconhecida à luz de seu significado divino, desde que uma espécie de necessidade faz com que ela se associe ao ministério do sacrifício redentor da cruz. Deve ser, porém, destacado que esta recusa colocou o selo sobre outro mistério, o do destino maravilhosamente estranho e único do povo a quem a revelação divina fora confiada, o povo que tivera Deus em seu meio.

O POVO JUDEU E JESUS

Resta ainda uma pergunta: a recusa de Israel englobou toda a nação? Todos os compatriotas de Cristo tinham conhecimento de sua missão e mensagem? Todos eles sabiam que ele se proclamara Messias e tinham eles capacidade para distinguir aquilo que fazia dele um “sinal de contradição”?

A fim de responder a isto, seria preciso conhecer exatamente a importância do progresso terreno do Senhor na vida do seu povo, a extensão em que seus ensinamentos e milagres eram conhecidos e quantos criam nele. Isto é bastante difícil. Não existem outros documentos além dos registros cristãos — Josefo não fala absolutamente do Senhor⁵⁰ — e os quatro escritores dos evangelhos são nossa única fonte de informação. Mas, como todos sabem, os escritores inspirados não se preocupam com a documentação histórica, e aquelas questões que pareceriam da máxima importância a um historiador, nem sequer entraram-lhes em cogitação. A informação que fornecem é, pois, pouco clara.

Todavia, quando lemos essa informação concluímos que a repercussão imediata do ministério do Senhor não foi extensa. Os três evangelhos sinóticos concordam que a Galileia foi a cena da parte principal de seus ensinamentos,⁵¹ especialmente a região do lago e a vizinhança de Cafarnaum. A Galileia era uma província remota, longe do centro, pouco considerada pelos judeus da Judeia, os verdadeiros defensores das tradições de Israel. Na Galileia propriamente dita, no momento em que as forças policiais de Herodes Antipas passaram a agir, as atividades de Jesus se tornaram mais discretas, e quando viajava “não queria que alguém o soubesse”.⁵² Havia sem dúvida pessoas vindas de outras partes reunidas com os galileus, que o rodeavam.⁵³ Isto significa que o número de ouvintes era muito grande? Por ocasião dos dois milagres dos pães e dos peixes, cinco mil e quatro mil pessoas foram alimentadas; isto é com certeza uma multidão, mas está longe de englobar a nação inteira, e uma simples assembleia local poderia computar tais números. Apesar do período que passou na Judeia, um ou dois períodos curtos em três anos, segundo os evangelhos sinóticos, fica claro em Mateus que Jesus não era conhecido naquela parte do país quando visitou a região na segunda fase de seu ministério, pois no Domingo de Ramos, o dia da entrada do Messias em Jerusalém, os espectadores perguntaram: “Quem é este?”⁵⁴ E mesmo tendo durado seu ministério na Judeia tanto quanto afirma João, ele ainda não teria sido muito conhecido, pois o próprio evangelista nos conta que Jesus frequentemente se mantinha oculto.⁵⁵

Parece, portanto, que a mensagem de Cristo teve uma certa influência e foi geralmente conhecida na Galileia, embora no restante da Palestina suas repercussões devam ter sido bastante limitadas. Os judeus da Diáspora só podem ter ouvido falar dele casualmente, através dos peregrinos que voltavam de

Jerusalém; mas, em separado deles, a grande massa do povo judeu ignorava provavelmente as palavras do profeta nazareno na mesma proporção em que os franceses da Idade Média desconheciam as atividades de um agitador obscuro na Bretanha ou Auvergne que finalmente chegasse a Paris, apenas para ser enforcado ao fim de cinco dias. A opinião pública com toda certeza não se entusiasmou muito; e mesmo os que estavam a par dos acontecimentos podem não ter levado muito a sério aquela história de um suposto Messias. Os Messias por conta própria eram muito comuns: houve pelo menos meia dúzia deles no período entre o nascimento de Cristo e a queda de Jerusalém. Além disso, ninguém havia esquecido do Mestre da Justiça dos essênios que entrara em conflito com o clero de Jerusalém, e muito menos de Judas de Gamala, que fora executado em 6 d.C. Essas crises não perturbaram por muito tempo a ordem pública. Os cidadãos melhor informados teriam sem dúvida considerado a carreira humana de Jesus como algo mais do que uma notícia comum, a *fait divers*, mas muito inferior a um acontecimento de importância nacional.

Sua mensagem provou uma reação hostil imediata? Ao que parece, houve por bastante tempo um sentimento de simpatia por ele entre o povo comum, e até um certo entusiasmo. Quando Lucas diz que “ao ouvi-lo, todo o povo ficava dominado por ele”,⁵⁶ certamente se referia à multidão, à população, e não à classe governante. Existe bastante evidência no sentido de provar que até o domingo de sua entrada triunfal em Jerusalém, e incluindo esse dia, o sentimento popular estava a favor de Jesus. Além disso, teriam aquelas partes de seus ensinamentos que nos parecem contrariar as tradições judias mais estabelecidas, ofendido seriamente os ouvintes? Os camponeses e pescadores galileus dificilmente ficariam indignados quando o jovem profeta tratou os enfadonhos e cansativos regulamentos rabínicos sem o devido respeito, e se ele zombou da meticulosidade excessiva do dízimo, com o que eles eram os primeiros prejudicados, será que isso os vexaria muito?

Sua personalidade messiânica, tão diferente da esperada, poderia ter dado causa a uma dissensão crescente; mas parece que ele procurou manter a mesma oculta na medida do possível. Foi apenas à mulher samaritana, uma estrangeira insignificante, que proclamou ser o Messias. Toda vez que sua divindade revelou-se aos apóstolos, como na transfiguração, por exemplo, ou mediante os seus milagres, ele sempre exigiu silêncio. A única exceção a esta regra foi aceitar a entrada “triumfal” em Jerusalém no Domingo de Ramos; e mesmo assim este triunfo não parece ter sido grande, mas modesto. Quanto aos seus milagres, Lagrange observou perfeitamente que, por mais extraordinários que fossem, não constituiriam de forma alguma uma prova, aos olhos do povo, de que ele era o Messias — menos ainda que tivesse feito qualquer alegação nesse sentido. Não

havia certos profetas, como Elias e Eliseu, ressuscitado mortos?⁵⁷

As raízes do conflito que chegou ao seu término terrível no mês de abril do ano 30, não serão encontradas na hostilidade espontânea do povo. Quem, então, fez surgir esta hostilidade? Tiago, o apóstolo que na sua epístola mostra-se tão profundamente judeu, não hesitou em replicar que foram os ricos e poderosos⁵⁸ — em suma, a classe governante de Israel. Desde os primeiros dias do ministério de Cristo, os doutores da Lei e os fariseus, com pouquíssimas exceções, desconfiaram dele, e nós os vemos fazendo-lhe perguntas que não passavam de simples armadilhas e tramas contra ele; fica claro que de sua parte compreendiam que a nova revelação não poderia senão entrar em conflito com os ensinamentos tradicionais. A reação natural dos saduceus, no final de sua missão, quando o Senhor ensinou na Judéia, foi a princípio desconfiança e depois hostilidade. A política praticada por eles era a de evitar dificuldades, mantendo-se em bons termos com as autoridades romanas, que detestavam os agitadores e perturbadores da ordem, reivindicando o título de Messias ou de Rei de Israel. Foi fácil então para os dois grandes partidos religiosos chegarem a um acordo, e a grande maioria do Sinédrio que o julgou naquela noite trágica de quinta para sexta-feira santa, achava-se contra ele. Quanto à multidão (e estas são geralmente volúveis), não foi difícil transformar seu entusiasmo em indignação, citando algumas de suas frases, fora do contexto, adulteradas e com um significado falso — expressões como aquela em que falou de si mesmo como sendo o Filho de Deus, por exemplo, ou disse que poderia levantar o Templo novamente em três dias. O amor pelo conformismo fez o resto e o povo seguiu as autoridades.

Assim, no dia 7 de abril do ano 30, pôde-se ver um homem, uma visão sofrida, com seu rosto marcado e coberto de sangue, levando uma pesada trave nos ombros e cambaleando sob o seu peso, enquanto descia as ruas íngremes de Jerusalém, saindo da sala de julgamento da fortaleza Antônia, e depois subindo em direção à Porta de Efraim. Uma tropa de soldados romanos o escoltava, e com ele seguiam alguns de seus discípulos, na maioria mulheres.

Será que o povo, as donas-de-casa a caminho do mercado para fazer as compras da Páscoa, os artesãos, os adoradores que seguiam para o Templo, os condutores de jumentos, perceberam aquela procissão? Um condenado dirigindo-se para o lugar da execução não era um espetáculo incomum. E depois que tudo acabou, quando as três cruzes, a cruz de Cristo e as dos dois ladrões, se levantaram sobre o pico desnudo do Gólgota, aquele lugar frequentado por cães e abutres, quantos dos que viajavam para Jafa pararam para contemplar aqueles pobres remanescentes de humanidade, para ler a inscrição colocada sobre a cruz central e perguntar aos soldados que jogavam dados, “Quem é esse?” Na vida

diária do povo judeu, não é bem possível que o acontecimento mais importante na história do mundo tenha passado despercebido?

Notas

1. Péguy: *Le Mystère de la Charité de Jeanne d'Arc*, em *Cahiers de la Quinzaine* (janeiro, 1910). O comóvente livro de Jules Isaac, *Jésus et Israel* (Paris, 1948) desenvolve esta declaração com grande riqueza de argumentos e referências.
2. M. J. Lagrange, *Le Judaïsme avant Jésus-Christ*, p.9.
3. Romanos 9.3-6.
4. A Hebreus 7.14.
5. Apocalipse 5.5.
6. Mateus 1.17 e Lucas 3.23-38.
7. Colossenses 4.4.
8. Sobre os ritos na ocasião do nascimento, veja p. 117ss.
9. Lucas 2.21.
10. Lucas 2.22-24.
11. Jesus, filho de Eliezer: Lucas 3.29.
12. Sobre o nome de Maria, veja p. 125.
13. Lucas 2.41-50.
14. Mateus 13.54-57.
15. Sobre cabelo, ver p. 346.
16. Sobre a túnica sem costura, veja p. 244.
17. Deuteronômio 22.12. Cf. Mateus 9.20; Lucas 8.43.
18. Lucas 24.42; João 21.9-14.
19. Sobre o aramaico de Cristo, veja p. 303.
20. Sobre a maneira de expressar-se, veja p. 307.
21. Por exemplo, a famosa frase “Mas a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra” (Mt 5.39) tem origem num versículo de Lamentações (3.30).
22. João 4.21-27.
23. Mateus 10.6.
24. Marcos 7.
25. Marcos 11.15-17.
26. Por exemplo, João 7.14; João 10.12, etc.
26. Marcos 14.13; Lucas 22.7; Mateus 26.17.
28. Mateus 5.17-19.
29. Mateus 24.20.
30. H. Pernot, *Pages choisies des Evangiles*, p. 11.
31. Mateus 5.17-20.
32. Veja p. 455 e 462.
33. Veja p. 463.
34. Veja p. 467.
35. Veja a seção sobre os essênios, p. 447.
36. Daniélou, *op. cit.*, p. 28.
37. Lucas 1.68; 2.38; 24.21.
38. J. Bonsirven, *op. cit.*, p. 211.
39. Mateus 12.6.
40. João 4.21-23.

41. “Ama a teus inimigos”, cf. p. 441.
42. Atos 13.24.
43. Cf. J. Isaac, op. cit., p. 118-119.
44. Romanos 10.4.
- (*) Esta é a Versão Knox de Romanos 10.4, e sua ambiguidade não traduz muito bem o francês “La fin de la Loi, c’est le Christ”. A leitura da Vulgata é a seguinte: “finis enitn legis, Christus”, e a Versão Autorizada: “Porque o fim da lei é Cristo”.
45. “Não encontrei fé como esta, nem mesmo em Israel”.
46. Sobre Cristo e os samaritanos, veja p. 54.
47. Marcos 2.23-28; Mateus 12.1-8; Lucas 6.1-5.
48. O que foi enviado por Théodore de Beze a Cambridge, cf. Jesus in His Time, introdução e seção “The Opposing Elements” no capítulo. 8.
49. Mateus 15.11; Marcos 7.15.
50. Veja a introdução a Jesus in His Time. Seção “The Silence of Flavius Josephus”, especialmente o que é dito sobre a passagem interpolada.
51. Mateus 4; Marcos 1; Lucas 8.
52. Marcos 9.30.
53. Mateus 4.25; Marcos 3.9; Lucas 6.17.
54. Mateus 21.10.
55. João 7.1,10; 11.54.
56. Lucas 19.48.
57. L ‘Evangile de Jésus-Christ do padre Lagrange, p. 153.
58. Tiago 5.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Os documentos que formam a base deste livro abrangem quatro títulos principais: a Bíblia; os livros apócrifos do Antigo e Novo Testamentos; Josefo; e o Talmude.

Entre as edições recentes do Livro Sagrado, duas se destacam pela sua utilidade: *La Sainte Bible*, editada por L. Pirot e A. Clamer (em curso de publicação), cujas notas são tão extensas que algumas podem ser consideradas verdadeiros artigos; e a *Bible de Jérusalem*, cuja publicação parcelada terminou em 1958, a qual se acha repleta de informações valiosas. A edição do Antigo Testamento de M. Zadoc Kahn também é útil para nosso aprendizado — *La Bible traduite du text original par les membres du Rabbinat français* (2 vols., Paris, 1957-58). Para uma introdução concisa, veja *What is the Bible?* por Daniel-Rops (Faith and Facts, 1958).

Os livros apócrifos (no significado católico da expressão) são encontrados no *La Bible apocryphe: “En marge de l’Ancien Testament*, por J. Bonsirven (Paris, 1953), e II, *Evangiles apocryphes*, por F. Amiot (Paris, 1952). Existe também os *The Uncanonical Jewish Books* de W. J. Ferrar (Tradução de Documentos Primitivos, 1918), assim como muitas outras obras, especialmente na “Jewish Apocryphal Literature Series,” nos livros separados. Para os Apócrifos do Novo Testamento, temos o *Apocryphal Gospels* (Faith and Facts, 1960) de J. Hervieux, e o *The Apocryphal New Testament* de M. R. James (1953).

Josefo, um historiador judeu posterior à época de Cristo, apresenta um vasto acervo de informações. As suas obras foram editadas e traduzidas por H. Thackeray e R. Marcus na Loeb Classical Library (4 vols. London, 1925-30).

Ao referir-se às páginas 249 e 250, o leitor verá porque o Talmude pode ser usado como uma fonte, e quais as reservas usadas para a sua consulta. Existem 36 volumes do *The Babylonian Talmud in English*, editado pelo rabino dr. I. Epstein (London, Soncino Press, 1935-53), o *Everymans Talmud*, obra em um volume de A. Cohen, e a versão francesa de Maurice Schwab, que contém todo o Talmude de Jerusalém juntamente com o tratado *Berakoth* do Talmude Babilônico (Paris, 1960). O tratado *Shabbath* foi traduzido para o inglês por W.O.E. Oesterley, e em alemão temos o conhecido *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrash* de H. Strack e P. Billerbeck (Munich, 1934). Outro livro bastante valioso é o *Textes rabbiniques des deux premiers siècles chrétiens* (Rome, 1955).

Alguns dentre os dicionários e os manuais mais importantes são extremamente úteis. Entre os melhores encontram-se: *A Dictionary of Life in Bible Times* de W. Corswant, um protestante. Trata-se de um livro repleto de sabedoria e muito elucidativo. Os cinco grossos volumes do *Dictionnaire encyclopédique de la Bible* (1895-1912) contêm muita informação, e um *Supplément* dele tem sido publicado em fascículos desde 1920, sob a direção de Pirot e Robert.

Brepols publicou o valioso *Dictionnaire encyclopédique de la Bible* em 1960. Outras obras úteis são *Christus*, uma enciclopédia editada por H. Huby (Paris, 1916), e *Catholicisme*, que está sendo editado por G. Jacquemet. A recém-terminada *Jewish Encyclopedia* é um livro essencial, assim como o recém-lançado *Initiation biblique* de Robert e Tricot (Paris, 1954). Por último, quatro obras arqueológicas, muito diferentes em tamanho, mas todas excelentes: A. G. Barrois, *Archéologie Biblique* (2 vols., Paris, 1939-53). W. F. Albright, *Archeology and the Religion of Israel* (1954); M. du Buit, *Archéologie du Peuple d'Israel* (Paris, 1958); e R. de Vaux, *Les Institutions de l'Ancien Testament* (Paris, 1960).

O tema deste livro já foi tratado por outros autores, com êxito variado. A. C. Bouquet, no seu *Everyday Life in New Testament Times* (1953), nos conta muito pouco sobre as maneiras e costumes judeus, mas refere-se continuamente aos dos gregos e romanos do período. Duas obras anteriores são muito mais fartas: *La Palestine au temps de Jésus-Christ* (3rd edition, Paris, 1885) por Edmond Stapfer, um protestante; e *La Vie privée du peuple juif à Vépoque de Jésus-Christ* (Paris, 1910) por M. B. Schwalm, um dominicano, obra essa particularmente bem documentada a respeito das questões sociais. Encontramos também, escrito por A. Edersheim, *The Temple, its Ministry and Services as they were in the Time of Christ*; e no *Les Années obscures de Jésus-Christ* (Paris, 1960), Robert Aron tratou de certos aspectos de nosso tema.

Devemos também naturalmente ler as histórias de Israel: para um panorama geral a obra clássica é o livro de G. Ricciotti, traduzido para o francês por Auvray sob o título *Histoire d'Israel* (nova edição, 1948); e o *Social and Religious History of the Jews* do professor americano S. W. Baron, um livro muito recente, é uma mina de informações. Nosso próprio livro *Israel and the Ancient World*, uma obra bem mais leve, tem sua utilidade para uma visão geral. Para questões especiais e períodos, podemos consultar: A. Lods, *The Prophets and the Rise of Judaism* (1950); C. Guignebert, *The Jewish World in the Time of Jesus* (1939); J. Bonsirven, *Les Idées juives au temps de Notre-Seigneur* (Paris, 1934); M. J. Lagrange, *Le Judaïsme avant Jésus-Christ* (Paris, 1934); Stewart

Perowne, *The Life and Times of Herod the Great* (1956); F. O. Bush, *Au Temps du Christ* (tradução francesa por Diehl, Paris, 1957) — um livro com um título equivocado, pois trata na verdade de Herodes e seus descendentes; J. Juster, *Les Juifs dans l'Empire romain* (Paris, 1914); Marcei Simon, *Les sectes juives au temps de Jésus* (Paris, 1960); H. Regnault, *Une Province procuratorienne* (Paris, 1909); Paul Demann, *Les Juifs, Foi et Destinée* (Paris, 1960). Quase todos esses livros possuem bibliografias que completam a nossa.

São inúmeros os livros escritos sobre Jesus, mas só mencionaremos aqueles que têm qualquer ligação com o nosso assunto. Isto é, os que tratam da vida diária com certo detalhe. Obras católicas: G. Ricciotti, *Vie de Jésus-Christ* (tradução francesa por Vaussard, Paris, 1947); Daniel-Rops, *Jesus in His Time* (2nd edition, 1956); F. M. William, *La Vie de Jésus dans le pays et le peuple d'Israël* (tradução francesa por Gautier, Mulhouse, 1947); M. Marnas, *Quel est donc cet homme?* (Paris, 1927); M. J. Lagrange, *L'Evangile de Jésus-Christ* (Paris, 1928); Jean Guitton, *Jésus* (Paris, 1956). Obras protestantes: H. Monnier, *La Mission historique de Jésus* (Paris, 1914); A. Réville, *Jésus de Nazareth* (Paris, 1906). Obras judias: J. Klausner, *Jésus de Nazareth* (Paris, 1933); Montefiore, *La Vie et L'Enseignement de Jésus-Christ* (Paris, 1931). Obras agnósticas: C. Guignebert, *Jésus* (Paris, 1938) e *Le Christ* (Paris, 1943); P. L. Couchoud, *Le Dieu Jésus* (Paris, 1949). A comovente súplica de Jules Isaac, *Jésus et Israël* (última edição, Paris, 1959), merece uma menção especial: o nosso “Epílogo” deve muito a este livro.

Em último lugar, sobre certas questões particulares, pesquisamos outros livros mencionados com frequência nas notas — por exemplo, os que tratam da geografia da Palestina e os documentos do Mar Morto. Entre estes se encontra o excelente livro de Daniélou sobre Filo de Alexandria (Paris, 1958), o de R. Travers Hereford sobre os fariseus, o *Langues sacrées* de Auffay, Poulain e Blaise (Paris, 1957), e finalmente o pequeno e admirável livro sobre *Le Monde gréco-romain au temps de Notre-Seigneur* por A. Festugière e P. Fabvre (Paris, 1935).

(N.T.) Em português há literatura imprescindível para se aprofundar no tema deste livro! São eles, *A história de Israel no Antigo Testamento*, do dr. Samuel J. Schultz, *Panorama do Novo Testamento*, R.H. Gundry, também agora em português a obra do renomado professor Roland de Vaux *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, e o *Novo Dicionário da Bíblia*, ed. J.D. Douglas; todos publicados por edições Vida Nova.

Esta obra foi composta
por Kelly Christine Maynarte,
usando a fonte Minion,
capa em cartão 250 g/m²,
miolo em off-set 70 g/m²,
impressa pela Imprensa da Fé
em agosto de 2015.